

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**MONSENHOR AIROSA – PEDAGOGO-EMPRESÁRIO**  
**HISTÓRIA DO COLÉGIO DE REGENERAÇÃO DE BRAGA**  
**(1869-1931)**

**Ernesto Pedreira Rodrigues Português**

**DOUTORAMENTO EM EDUCAÇÃO**

**História da Educação**

**Volume 1**

**2014**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**MONSENHOR AIROSA – PEDAGOGO-EMPRESÁRIO**  
**HISTÓRIA DO COLÉGIO DE REGENERAÇÃO DE BRAGA**  
**(1869-1931)**

**Ernesto Pedreira Rodrigues Português**

**Tese orientada pelo Doutor Justino Pereira de Magalhães,**  
**especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em**  
**História da Educação**

**Volume 1**

**2014**



Eles não sabem, nem sonham,  
que o sonho comanda a vida.  
Que sempre que um homem sonha  
o mundo pula e avança  
como bola colorida  
entre as mãos de uma criança.

Excerto de “Pedra Filosofal”  
António Gedeão

E aqueles que por obras valerosas  
Se vão da lei da Morte libertando,  
Cantando espalharei por toda a parte,  
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

In *Os Lusíadas*  
Luís de Camões

**HOMENAGEM A MONSENHOR AIROSA**  
**E A TODOS OS QUE TORNARAM POSSÍVEL**  
**O COLÉGIO DE REGENERAÇÃO**



## AGRADECIMENTOS

A construção de uma tese depende sempre de um conjunto alargado de múltiplos contributos, sem os quais o resultado final nunca seria o mesmo. É por isso que as teses são sempre antecedidas dos “agradecimentos”. Também eu o faço, não por uma questão de “praxe” mas por um dever de justiça que me exige reconhecer e agradecer os apoios e os estímulos recebidos ao longo do processo de investigação e durante o indispensável tempo de solidão e de isolamento do ato de escrita.

O primeiro agradecimento vai para o Professor Doutor Justino Magalhães, orientador científico desta tese, que já o foi, também, da tese de mestrado, na Universidade do Minho, e que desde o ano de 2010 vinha insistindo comigo para avançar com o projeto de doutoramento. A ele se deve a minha última decisão. Esta tese é também fruto das suas sapientes reflexões, do seu estímulo e disponibilidade nos momentos cruciais mas, sobretudo, do seu espírito crítico e ponderação que foram fundamentais na condução deste processo. Sempre próximo e atento, soube lançar desafios, ao mesmo tempo que me foi integrando em projetos de investigação. Obrigado por ter acreditado sempre no meu trabalho.

É muito delicado mencionar nomes – e tantos eles são! – porque há sempre o risco de olvidar algum. Mas não posso esquecer o apoio, bem à distância, do Professor Joaquim Pintassilgo que, em situações adversas, soube incutir-me ponderação e tranquilidade. Ao Professor Jorge Ramos do Ó e à Doutora Áurea Adão agradeço os incentivos manifestados, de um modo muito especial, por ocasião da defesa do projeto de tese.

A investigação levou-me, necessariamente aos arquivos. Apesar da boa vontade dos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sobretudo na consulta do Arquivo das Congregações, a pesquisa tornou-se difícil porque a documentação não está, ainda, devidamente tratada. À Dr.<sup>a</sup> Odete Martins, fica o meu reconhecimento pela atenção e disponibilidade na orientação no meio daquela “floresta” do Arquivo das Congregações. No Arquivo Distrital de Braga, devo a atenção ao Doutor Eduardo Oliveira pela indicação de algumas fontes relevantes sobre o Colégio de Regeneração.

Mas ao longo deste processo fui sentindo o interesse e o estímulo de amigos com quem fui trocando impressões e a quem, neste momento, não posso deixar de agradecer – o Prof. Doutor José Marques, Dr.<sup>a</sup> Ivone Soares, Doutor Henrique Rodrigues e Dr. Fernando Souto.

Do Brasil chegaram-me outras colaborações. De S. Paulo, a Dr.<sup>a</sup> Selma Caetano, em representação da família, trouxe a esta tese um valioso contributo e enriquecimento com uma narrativa muito viva e sentida, para além do arquivo de família que colocou à minha disposição. No Rio de Janeiro, a prima Vera Lúcia Perez procurou satisfazer o meu pedido com bibliografia que me facilitou a leitura e a consulta. A ambas a minha gratidão.

Sendo hoje o Instituto Monsenhor Airosa uma entidade constituída em pessoa jurídica canónica pública, não podia deixar de agradecer a D. Jorge Ortiga, Arcebispo Primaz de Braga, o seu apreço pelo projeto por mim abraçado.

À Direção do Instituto Monsenhor Airosa – particularmente ao Dr. Luís Gonzaga, atual Presidente da Direção – um agradecimento muito especial, pela forma como, desde a primeira hora, sempre manifestou um grande entusiasmo por este projeto, pelo estímulo permanente que soube incutir e, ainda, pela leitura integral da tese, na sua primeira versão, e pelas sugestões oportunas que apontou.

Ao amigo de longa data, Dr. Fernando Marques Mendes, fica, também, a minha gratidão pela tarefa da leitura atenta da tese, na sua primeira versão integral, e pelas alterações que, com oportunidade, me foi sugerindo.

Para os colaboradores do Arquivo/Biblioteca do Instituto Monsenhor Airosa vai, como não podia deixar de ser, uma palavra de muito apreço e gratidão pelo expressivo trabalho já realizado em prol da Instituição do qual fui o primeiro beneficiário. Em múltiplas funções e cada um na sua área, aqui ficam os seus nomes: Amaro Alves, Prof.<sup>a</sup> Emília, Lopes Martins, Drs. Amado Vicente, Moreira da Costa, Lino Abreu, António Carvalho, Maria Nadalete C. Lopes e Engrácia Gama.

À Doutora Violante Magalhães um agradecimento particular pelo repto que, em tempos, me lançou, pelo interesse e estímulo manifestados ao longo deste processo, e pelo precioso contributo na revisão do texto.

Muito obrigado aos meus sobrinhos Marta e Pedro pela versão do Resumo para as línguas francesa e inglesa.

Finalmente, uma palavra de reconhecimento aos que mais de perto acompanharam este processo e com ele sofreram as maiores privações do meu tempo – a minha mulher, Filomena; os meus filhos e nora, Ana Sofia, João Miguel e Teresa; e a netinha Maria Leonor.

## RESUMO

“Monsenhor Airosa – Pedagogo-empresário. História do Colégio de Regeneração de Braga – 1869-1931” é a história de uma instituição educativa secular, destinada a jovens-mulheres, que, em regime de internato-empresa e aplicando um modelo pedagógico de instrução e trabalho, visava a regeneração moral e profissional das educandas. Esta instituição acolhia jovens-mulheres, fragilizadas e caídas numa situação de abandono ou marginalização social, designadamente por motivos de pobreza extrema, orfandade ou prostituição. Era uma instituição católica, cuja organização pedagógica, laboral e moral foi confiada às Irmãs Terceiras Dominicanas, sob a orientação de Monsenhor Airosa, que a fundou e dirigiu entre 1869 e 1931.

A instituição foi fundada em 1867, por um eclesiástico, Padre Airosa, que levou à prática um projecto arrojado e inovador. Tudo principiou com uma Casa d’Abrigo que, em poucos anos, foi transformada num Colégio-Internato com valências de instrução alfabética, formação profissional e oficina de produção. Investindo-se do duplo papel de pedagogo e empresário, o Padre Airosa, entretanto erigido a Monsenhor, orientou a sua acção em distintas frentes: assegurar uma representação sociocomunitária que conferisse legitimidade ao plano – o que obteve através de uma direcção com representantes da elite local e com uma acção continuada junto do poder político e da imprensa periódica; instalar condignamente o Colégio; confiar a orientação pedagógica a uma Congregação religiosa, vocacionada para o feminino; implementar e rentabilizar uma oficina que comportasse uma actividade economicamente rentável e que constituísse uma modalidade de auto produção, em regime doméstico. A actividade de tecelagem e bordados afigurava-se como a mais apropriada, pelo que o Padre Airosa viajou e experimentou a mecanização da tecelagem como profissional. Fez importação de teares modernos (teares *jacquard*) e converteu a oficina do Colégio de Regeneração numa empresa de referência. Como pedagogo-empresário, pôs em prática um modelo pedagógico abrangente, em regime de internato-oficina, com objectivo de regenerar as educandas, autonomizando-as pela instrução, pelo trabalho, pela religião.

A presente tese inscreve-se nas História das Instituições Educativas, abrangendo o período compreendido entre 1869 e 1931, correspondente à direcção do Monsenhor Airosa (fundador). A estrutura obedece a uma perspectiva de história institucional. O tema, a problemática, os ideários, os normativos, as vivências são definidos no contexto histórico,



sócio antropológico e político da transição de Oitocentos e primeiras décadas do séc. XX. Foi criado um Arquivo, onde se reúnem cerca de 10.000 documentos e um pouco mais de 2.000 obras, tudo recolhido dentro da Casa. Dá-se aqui nota do Arquivo; traça-se um panorama diacrónico da funcionalidade e da orgânica da Instituição-empresa (Casa d'Abrigo/ Colégio de Regeneração); (re)escreve-se a biografia do fundador; sistematiza-se o complexo processo educativo de regeneração das recolhidas, processo consubstanciado numa pedagogia activa (pela instrução e pelo trabalho), educativa e espiritual, confiada às religiosas dominicanas; retomam-se testemunhos e histórias de vida como marcas de internalidade e de apropriação educativa; sistematizam-se fontes externas e depoimentos extraídos da imprensa periódica como olhar do outro e matéria de prova. Em tese, historia-se e sustenta-se o argumento de uma instituição de formação/ educação (re)generativa e “transfigurativa”, que deu curso à materialidade e à pedagogia de colégio-empresa, confessional e auto produtiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituição educativa; Regeneração; internato-empresa; auto-trabalho; pedagogo-empresário.

## ABSTRACT

“Monsenhor Airoso – Pedagogo-empresário. História do Colégio de Regeneração de Braga – 1869-1931” is the story of a secular educational institution for young women that aimed at moral and professional regeneration of the students, with a boarding school-company system and applying a pedagogical model of education and work. This institution sheltered young women, who were frail and in a situation of abandonment and social exclusion, namely for extreme poverty reasons, orphanhood or prostitution. It was a Catholic institution whose educational, labor and moral organization was entrusted to the Third Dominican Sisters, under the guidance of Monsignor Airoso, who founded it and headed it between 1869 and 1931.

The institution was founded in 1869 by a priest, Father Airoso, which put in place a bold and innovative project. It all began with a shelter home (Casa d’Abrigo) that in a few years was transformed into a college-boarding school with valences of alphabetic instruction, vocational training and a production workshop. By investing in his dual role of educator and entrepreneur, Father Airoso, meanwhile elevated to Monsignor, oriented its action on different fronts: ensuring socio-communitarian representation to confer legitimacy to the plan - which he obtained by integrating representatives of the local elite in the board and through continued action with the political power and the periodical press; installing with dignity the College; trust tutoring to a religious congregation dedicated to the female; implementing and monetizing a workshop that involved a cost-effective activity that constituted a self-production in the domestic regime. The activity of weaving and embroidery seemed the most appropriate. So, Father Airoso traveled and experienced the mechanization of weaving as a professional. He imported modern looms (Jacquard looms) and transformed the workshop of the Colégio de Regeneração into a reference company. As educator-entrepreneur, he implemented a comprehensive teaching model, in boarding school-workshop system, with the aim of regenerating the students, empowering them by education, work and religion.

This thesis is part of the History of Educational Institutions, covering the period between 1869 and 1931, corresponding to the direction of Monsignor Airoso (founder). The structure follows a perspective of institutional history. The theme, the issue, the ideals, the norms, the experiences are set in historical, anthropological and socio-political transition context of the nineteenth century and first decades of the twentieth century. An archive was created, where are gathered about 10,000 documents and a little over 2,000 works, all collected within the House (Casa d’Abrigo). Here is explained the archive; a diachronic

overview of the functionality and organic of the Institution-company (Casa d'Abrigo / Colégio da Regeneração) is drawn; the biography of the founder is (re) written; the complex educational process of regeneration is systematized, embodied in an active (instruction and work), educational and spiritual pedagogy, entrusted to the Dominican Sisters; testimonies and life stories are used as traces of internality and educational appropriation; external sources and depositions taken from the periodical press are systematized as the gaze of the others and as evidence. In the thesis, it is historicized and supported the argument of an institution for training / education (re) generative, confessional, self-productive and “transfigurative”, which gave way on the materiality and pedagogy of school-enterprise.

**Keywords:** educational institution; regeneration; boarding school-company; self-employment; educator-entrepreneur.

## RÉSUMÉ

“Monsenhor Airosa – Pedagogo-empresário. História do Colégio de Regeneração de Braga – 1869-1931” est l’histoire d’un établissement d’enseignement laïque pour jeunes femmes, qui, en régime de pensionnat-entreprise et appliquant un modèle pédagogique d’instruction et travail, visait la régénération morale et professionnelle des élèves. Cet établissement accueillait des jeunes femmes, fragilisés et tombées dans une situation d’abandon ou d’exclusion sociale, en particulier pour des raisons d’extrême pauvreté, orphelinat ou prostitution. C’était une institution catholique dont l’organisation pédagogique, de travail et morale a été confiée aux Troisièmes Sœurs Dominicaines (*Irmãs Terceiras Dominicanas*), sous la direction de Monseigneur Airosa, qui l’a fondé et dirigé entre 1869 et 1931.

L’institution a été fondée en 1869 par un ecclésiastique, le père Airosa, qui a mené un projet audacieux et innovant. Tout a commencé avec une maison d’accueil (Casa d’Abrigo), qui, en peu d’années, a été transformé en Collège-pensionnat avec des valences d’instruction alphabétique, de formation professionnelle et d’atelier de production. Se dédiant à son double rôle d’éducateur et entrepreneur, Père Airosa, entretemps élevé à Monseigneur, a dirigé son action sur différents fronts: assurer une représentation sociocommunitaire qui conférerait légitimité à son plan – ce qu’il a obtenu grâce à une direction intégrant des représentants de l’élite locale et avec une action continue auprès du pouvoir politique et de la presse périodique; installer dignement le Collège; confier le tutorat à une congrégation religieuse dédiée à la femme; mettre en œuvre et monétiser un atelier avec une activité économiquement rentable et une auto-production en régime domestique. L’activité de tissage et de broderie semblait la plus appropriée. Ainsi, le Père Airosa a voyagé et connu la mécanisation du tissage en tant que professionnel. Il a fait l’importation de métiers à tisser modernes (machines Jacquard) et a converti l’atelier du Colégio de Regeneração dans une entreprise de référence. Comme éducateur-entrepreneur, il a mis en place un modèle d’enseignement complet, sous un système de pensionnat-atelier, dans le but de régénérer les élèves, en leur donnant les moyens par l’éducation, le travail, la religion.

Cette thèse fait partie de l’histoire des institutions éducatives, couvrant la période entre 1869 et 1931, correspondant à la direction de Monseigneur Airosa (fondateur). La structure suit une perspective de l’histoire institutionnelle. Le thème, la problématique, les idéaux, les

normes, les expériences sont définies dans le contexte historique, socio-anthropologique et politique de transition socio-politique du XIXe siècle et les premières décennies du XXe siècle. Une archive a été créée, où sont réunis environ 10.000 documents et un peu plus de 2000 œuvres, tous recueillis dans la Maison (Casa d'Abrigo). Ici s'explique l'archive; un aperçu diachronique de la fonctionnalité et de l'organique de l'institution-entreprise est tracé (Casa d'Abrigo/Colégio de Regeneração); la biographie du fondateur est (re)-écrite; le processus éducatif complexe de régénération des jeunes femmes est systématisé, processus incarné dans une pédagogie active (à travers l'instruction et le travail), éducative et spirituelle, confiée aux Sœurs Dominicaines; des témoignages et récits de vie sont repris comme marques d'intériorité et d'appropriation éducative; des sources externes et des témoignages tirés de la presse périodique sont systématisés comme le regard de l'autre et à titre de preuve. Dans la thèse, est historié et soutenu l'argument d'une institution de formation / éducation (re) générative, confessionnal, auto-productive et "transfigurative", qui a donné lieu à la matérialité et à la pédagogie du collège-entreprise.

**Mots-clés:** Établissement d'enseignement; Régénération; pensionnat-entreprise; auto-emploi; éducateur-entrepreneur.

## ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	ix
RÉSUMÉ	xi
Lista de siglas e abreviaturas	xix
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
1. O fascínio de um caminho sinuoso	3
2. Tema e objectivos	6
3. Estrutura conceptual	8
4. Método e revisão bibliográfica	16
5. Narrativa histórica	21
<b>1. O ARQUIVO HISTÓRICO. “GUARDIÃO” DA MEMÓRIA COLECTIVA E CENTRO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO</b>	<b>27</b>
1.1. O arquivo histórico – “Guardião” da memória colectiva e centro de produção de conhecimento científico	29
1.2. O Arquivo/Biblioteca do Instituto Monsenhor Airoso (ABIMA)	34
1.3. O ABIMA – Processo de classificação	44
<b>2. CASA D’ABRIGO/ COLÉGIO DE REGENERAÇÃO (1869-1931)</b>	<b>51</b>
2.1. Contexto sociopolítico e religioso. A Igreja em Portugal nos anos 30-60 do séc. XIX	53
2.2. Fundação da Casa d’Abrigo	57
2.2.1. O problema e a resposta	58
2.2.2. A Casa d’Abrigo	59
2.2.3. Institucionalização da obra nascente	61
2.2.4. Os Estatutos	63
2.2.5. Angariação de meios de subsistência	64
2.3. Instalações definitivas	66
2.3.1. Instalação no edifício do Convento da Conceição	66
2.3.2. Obras de reconstrução/requalificação do edifício conventual	76
2.4. Um olhar sobre o funcionamento da Casa	80
2.4.1. O papel da Direcção	80

2.4.2. Actividades educativas	83
2.4.2.1. A educação pela música	84
2.4.2.2. A educação pelo teatro	87
2.4.3. A Oficina Externa de Tecelagem – um projecto inovador	89
2.4.4. As oficinas internas	96
2.4.5. A qualidade dos produtos do Colégio de Regeneração	99
2.4.6. Exposições	103
2.4.7. Fases críticas na vida da Instituição	109
2.4.7.1. Decreto de 10 de Março de 1901	109
2.4.7.2. Passagem da Monarquia à República	114
2.4.7.3. O Colégio nas encruzilhadas da I Guerra Mundial	120
2.4.7.4. Os anos de 1923 a 1927	123
2.4.7.5. Incêndio no Colégio	128
2.4.7.6. A falência do Banco do Minho e o Colégio de Regeneração	128
2.5. As Dominicanas no Colégio de Regeneração	131
2.5.1. Breve caracterização da Congregação	131
2.5.2. As Dominicanas na obra do Padre Airosa	132
2.5.3. Contrato de prestação de serviços (1889)	135
2.5.4. A omnipresença de Teresa de Saldanha no Colégio de Regeneração e o seu relacionamento com o Padre Airosa	137
2.5.5. O microcosmos do Colégio de Regeneração – uma teia de relações interpessoais	144
2.5.6. Acção educativa	154
2.5.6.1. Perspectiva interna	154
2.5.6.2. A acção das Irmãs vista do exterior	156
2.6. Benfeitores	158
2.7. Visitantes ilustres	162
2.7.1. Visitas reais	162
2.7.2. Visitas de políticos, eclesiásticos, homens de Letras e outros	163
2.7.2.1. Estadistas	163
2.7.2.2. Governadores Civis	167
2.7.2.3. Homens de Letras	169
2.7.2.4. Eclesiásticos	171
2.7.2.5. Outras personalidades	173

<b>3.</b>	<b>MONSENHOR AIROSA. UM HOMEM SINGULAR:</b>	
	<b>PEDAGOGO-EMPRESÁRIO</b>	<b>177</b>
3.1.	Escrever uma história de vida	181
3.2.	A família e o local de nascimento	188
3.3.	A formação académica	193
3.4.	Ordenação sacerdotal e actividade pastoral	197
3.5.	O Homem e a Obra	199
3.6.	O Homem e o pedagogo através da correspondência	203
3.7.	O Padre Airoso e os homens de Letras e da Imprensa	223
3.7.1.	Os homens de Letras	223
3.7.2.	Os homens da Imprensa	234
3.8.	Dois pedagogos/educadores que se cruzam na vida	244
3.9.	O lado ‘íntimo’ do Homem e do Padre	248
3.10.	As manifestações de pesar na morte de Monsenhor Airoso	253
3.11.	O Homem para além da morte	264
<b>4.</b>	<b>(RE)GENERARE. DESTINOS DE UMA OBRA</b>	<b>267</b>
4.1.	Casa d’Abrigo/ Colégio de Regeneração	269
4.1.1.	Modelos de funcionamento	276
4.1.2.	Um olhar externo sobre a Casa d’Abrigo	280
4.1.3.	As Recolhidas na Casa d’Abrigo	282
4.1.4.	As Recolhidas no período de 1869-193	290
4.1.5.	Processo de admissão	299
4.2.	Regulamentos	312
4.2.1.	Projecto de Regulamento	314
4.2.2.	Regulamento enviado de Paris em 1877	318
4.2.3.	Estudo comparativo dos regulamentos de 1878 e 1930	321
4.2.3.1.	Permanências e reformulações	337
4.2.3.2.	Aditamentos	339
4.3.	Cerimonial da Convertida	340
4.3.1.	Recepção da Convertida – acto de consagração e adopção de um nome	340
4.3.2.	Ritual do acto de consagração	341
4.4.	Modelo pedagógico	342
4.4.1.	Instrução	344



4.4.2.	Religião	346
4.4.3.	Trabalho	348
4.5.	Reconhecimento/Validação do modelo educativo	349
4.5.1.	O Colégio de Regeneração no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano de Madrid, de 1892	349
4.5.2.	Outros testemunhos	352
<b>5.</b>	<b>HISTÓRIAS DE VIDA</b>	353
5.1	Colegiais que mais se evidenciaram no processo de regeneração	358
5.2.	Duas histórias de vida em destaque	388
5.2.1.	Uma colegial singular	389
5.2.2.	Uma história de vida com repercussão no presente	396
<b>6.</b>	<b>O COLÉGIO DE REGENERAÇÃO ATRAVÉS DA IMPRENSA</b>	419
6.1.	A imprensa na história do Colégio de Regeneração	422
6.1.1.	Títulos de imprensa e sua distribuição pelo país	422
6.1.2.	Os jornais como fonte histórica	425
6.2.	A Casa d'Abrigo e a entrega do edifício conventual na imprensa regional	427
6.2.1	Reacções à Casa d'Abrigo	427
6.2.2.	Cedência do edifício conventual ao Colégio de Regeneração	430
6.3.	Críticas ao funcionamento do Colégio de Regeneração	431
6.4.	Reacção da Instituição às críticas veiculadas pela Imprensa	439
6.5.	A credibilidade do Colégio de Regeneração através da imprensa nacional	442
	<b>HISTÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA E CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	471
	<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	479
1.	Fontes	481
1.1.	Fontes manuscritas	481
1.2	Fontes iconográficas	490
1.3.	Fontes impressas	492
2.	Bibliografia	500

## ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1	Ficha de Inventário	45
Figura 2	Folha de base de dados (em <i>Acess</i> )	47
Figura 3	Braga. Passeio Público – Campo de Sant’Ana (inícios do séc. XX)	65
Figura 4	Convento da Conceição. Fragmento da planta de Braga	70
Figura 5	Aspectos do antigo Convento e sua recuperação	79
Figura 6	Oficina externa/ Escola de Tecelagem	94
Figura 7	Actividades desenvolvidas no Colégio	96
Figura 8	Opúsculo informativo sobre Sebastian Kneipp	99
Figura 9	Diploma d’Honra (Paris, 1889) e Diploma e Medalha de Prata (Porto, 1897)	108
Figura 10	Membros da Comissão Organizadora da Festa no Teatro Circo	127
Figura 11	Fotografia de Mons. Airosa (ca. 1890) e painel colocado ao lado	202
Figura 12	<i>Diário de Notícias</i> de 14 de Janeiro de 1921 (edição da noite)	226
Figura 13	Monsenhor Airosa (por Abel Manta), IMA, Salão Nobre	261
Figura 14	Um grupo de colegiais (ca. 1905)	291
Figura 15	Adelaide Gonçalves da Cunha	391
Figura 16	Fotografia de Maria dos Santos e poema de Manoel Caetano (1943)	418
Figura 17	1.ª página do jornal <i>A Época</i> (15.10.1923)	468
Figura 18	1.ª página do jornal <i>A Voz</i> (22.06.1927) e <i>Correio do Minho</i> (09.07.1927)	485
Figura 19	1.ª página do jornal <i>A Voz</i> (18.08.1929)	471
Gráfico 1	N.º de Recolhidas, por concelho de proveniência	296
Gráfico 2	Concelhos com mais de 20 recolhidas	296

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I	Direcções 1874-1931. Datas das reuniões trienais	81
Quadro II	N.º de anos no exercício de cargos (1874-1931)	82
Quadro III	N.º de visitantes (1908-1914)	115
Quadro IV	Conjunto de cartas do período 1876-1918	205
Quadro V	Cruzamento de correspondência	207
Quadro VI	Biograma do Padre Airoso	263
Quadro VII	Ano de 1869 – Admissão de “abrigadas”	285
Quadro VIII	Ano de 1869. N.º de “abrigadas” e distribuição por concelho	287
Quadro IX	Admissão de “abrigadas” (01.01.1870 a 28.02.1871)	287
Quadro X	Admissões (18.08.1869 a 20.03.1871)	290
Quadro XI	1869-1931. Colegiais por concelho de naturalidade	292
Quadro XII	1869-1931. N.º de recolhidas por distrito/ Outras localidades	293
Quadro XIII	Dados relativos à filiação	297
Quadro XIV	Dados relativos a casadas e viúvas	298
Quadro XV	Tipologia dos processos de admissão	302
Quadro XVI	Síntese dos Regulamentos de 1878 e 1930	325
Quadro XVII	Quadro sintético: casos /caracterização / resultados	387
Quadro XVIII	Títulos de jornais, por localidade	424
Quadro XIX	N.º de referências ao Colégio de Regeneração/ Mons. Airoso	445
Quadro XX	Categorias de análise	447

## Lista de siglas e abreviaturas

### Siglas

ABIMA – Arquivo/ Biblioteca Instituto Mons. Airosa  
AC – Arquivo das Congregações  
*AP. DOC.* – Apêndice Documental  
ADB – Arquivo Distrital de Braga  
AHMF – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças  
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo  
IBL – Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro  
IMA – Instituto Monsenhor Airosa  
ISCTE – Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa  
SPCE – Sociedade Portuguesa Ciências da Educação

### Abreviaturas

(a.n.i.) – ainda não inventariado  
cân. - cânone  
comp. - comportamento  
Cón. – Cónego  
CP – Correspondência Particular  
CR – Colégio de Regeneração  
cx. – caixa  
Dir. – Director  
Doc. – documento  
Ed. – edição  
Eds. – editores  
Fig. – figura  
fl. (s). – folha(s)  
ft. – frente  
Hosp. – hospital  
L.º – livro  
M.º – maço  
ms. – manuscrito  
Mgr. – Monsenhor  
Mons. – Monsenhor  
P.<sup>e</sup> – Padre  
S. – São  
s. – solteira  
SC – secção  
SR – série



# **INTRODUÇÃO**



## 1. O FASCÍNIO DE UM CAMINHO SINUOSO

O trabalho de investigação parte de um conjunto de problemas que se procuram resolver, fundamentalmente, com ajuda das fontes documentais mas também com o auxílio de uma multiplicidade de outras fontes que vão surgindo e se vão cruzando à medida que os passos avançam. Embarcar numa aventura destas significa partir à procura de algo que, às vezes, é pré-conhecido mas não devidamente identificado nem localizado. Aventura fascinante é deixar-se conduzir pelo sonho, sem perder o rumo, em busca de novos elementos que façam luz sobre a questão, e deparar-se com surpresas escondidas que são sempre a alegria de quem investiga. Esta aventura implica percorrer caminhos solitários, cheios de curvas e demoras que se desdobram em pequenos e apertados carreiros, não sinalizados, para alcançar o ‘tesouro’. Não há um caminho rectilíneo e o encurtamento da distância pode redundar num empobrecimento. É preciso dar tempo ao tempo. Daí o tempo longo que se torna necessário para a maturação das ideias.

Kant dizia que um dos ganhos da escola é ensinar as pessoas a permanecerem sentadas. Um orientador de doutoramento dizia, por sua vez, que o sucesso de uma tese dependia praticamente das horas que permanecemos sentados. E ao meu Orientador muitas vezes lhe ouvi dizer que é preciso ‘dormir’ sobre as coisas... Aliás, já noutros tempos, nas aulas de Urbanidade, aprendi que uma carta nunca deveria ser lançada no marco do correio logo após ter sido escrita mas, sim, retida por um ou dois dias e relida antes de seguir destino. São sábios conselhos que procurei ter em conta neste tempo longo de pesquisa, reflexão e escrita.

O percurso de elaboração desta tese, moroso por natureza, permitiu-me também um certo distanciamento, uma margem de tempo tão necessária à ponderação e ao discernimento. Esse tempo longo, muito dele de solidão, feito monge, permitiu-me alargar o horizonte de conhecimento do estado da questão que me propus estudar, e proporcionou-me uma reflexão aprofundada sobre os problemas que estiveram na origem da fundação desta obra – Colégio de Regeneração –, única no seu género em Portugal, e sobre a personalidade do seu Fundador – o Padre João Airosa –, ao mesmo tempo que ia percebendo a ‘missão’ que o mobilizara no seu plano civilizacional, assim como o modelo pedagógico e organizacional que criara para atingir os seus objectivos, o tipo de pessoas que a ela recorreram e os resultados obtidos. Foram quatro anos de ‘convívio’ diário com estas questões e muita da inspiração foi surgindo,



ao longo do tempo, sempre que caminhava, solitário, pelas ruas da cidade de Braga, onde muitas vezes me ‘cruzei’ com o P.<sup>o</sup> Airosa.

Eram muitas as interrogações que se me apresentavam e nem todas obtiveram resposta. Que razões estiveram na origem desta obra? Como foi possível lançar a instituição sem bases económicas e financeiras, sem instalações, sem pessoas preparadas para um trabalho desta natureza? Não terá sido sinal de uma grande temeridade? Não terá havido confiança a mais? Que estruturas a compunham? Que modelo ou modelos tinha em mente o Fundador para a recuperação ou regeneração destas mulheres? Quem era, afinal, o P.<sup>o</sup> Airosa? Estamos habituados a ver as fotografias dele quando tinha uns 50 anos ou já no fim de vida, um velhinho simpático. Mas o P.<sup>o</sup> Airosa abalançou-se à fundação desta instituição quando tinha apenas 33 anos de idade. Não pode ser considerada uma perigosa aventura? Estaria preparado para as mais variadas situações que poderiam surgir? Preparado para as reacções negativas da sociedade de então? Escreve o poeta lírico e romancista alemão Holderlin, no poema *Patmos*, que onde se atravessa o perigo também se toca a salvação. A força do ideal sustenta a luta, porque não era uma mera utopia mas um ideal que iluminava o caminho que o P.<sup>o</sup> Airosa trilhou lutando em prol dos outros. Aqui entra, talvez, o sonho...

O P.<sup>o</sup> João Ferreira Airosa conseguiu reunir à sua volta e em torno da sua obra políticos de vários quadrantes, dirigentes religiosos ao mais alto nível, os mais altos dirigentes políticos, homens de ciência, escritores, a destacada elite da sociedade bracarense e o povo anónimo da região. É apresentado como uma figura fascinante, um místico, um homem humilde, um santo e um grande pedagogo. Um homem enigmático? Onde estava o segredo do homem que incorpora uma missão que se vai transcendendo a si próprio? Desafiado pelas circunstâncias históricas do seu tempo, lança um projecto, que põe em marcha, assente no binómio instituição/empresa. A instituição, pela via do internato temporário, em circunstâncias muito específicas, proporciona o ambiente favorável para o exercício da acção educativa que é, em essência, reflexiva porque educar é educar-se; educação é percurso, é construção pessoal (Magalhães, 2004: 20) e é pela educação que o ser humano se torna pessoa, que cresce e amadurece, que desenvolve as suas capacidades cognitivas e técnicas (id.: 29). O trabalho e a instrução reabilitam, humanizam e autonomizam. A moral, enformada pelos valores da religião católica, apontava critérios de conduta fundamentados nos ensinamentos bíblicos do Antigo e Novo Testamento.

Daqui resulta uma natural curiosidade em querer saber e compreender a personalidade multifacetada do P.<sup>o</sup> Airosa, através dos seus escritos e da sua correspondência e, sobretudo, a

partir de fontes externas. Foi essa curiosidade intelectual que me levou à consulta aturada da imprensa da época em que viveu. Perante a quantidade enorme de títulos de jornais e da extensa informação que se lhe refere, ninguém pode ficar indiferente. Há jornais de Lisboa que lhe dedicam primeiras páginas inteiras e promovem saraus para angariação de fundos! A que se deve? Foi esta inquietação que me levou a encetar este estudo e me deu força e coragem para o levar a bom termo.

O resultado desta investigação é fruto da recolha, análise e reflexão de uma grande variedade de materiais de proveniência diversa, memórias heterogêneas, muitos fragmentos dispersos, caligrafias inequívocas, testemunhos ditados pela emoção e pela racionalidade, o reconhecimento de figuras e personalidades de variados quadrantes políticos. Usei, preferencialmente, a escrita que fixa a memória mas não desprezei as memórias orais que contêm também formas de sabedoria. As pedras e os espaços evocam histórias. O claustro seiscentista e a portaria conventual, a igreja e a cerca evocam histórias monacais do passado mas são também um documento perene de muitas histórias de quem, na segunda vida desses espaços, procurou aquele porto de abrigo para dar um novo rumo à sua vida. É importante saber ouvir os lugares, escutar as pessoas que os habitaram ou que, em silêncio, sobre eles actuaram. A multiplicidade de olhares e de materiais convergem para um ponto de encontro que dá unidade e coerência ao resultado final deste trabalho.

Há memórias que serenam ou perturbam e outras, ainda, que inquietam. São estas últimas que nos interpelam, impelem e encorajam a combater a amnésia que hodiernamente se vai tornando norma em muitas instituições que perderam a consciência da sua identidade e do seu percurso. É em torno da identidade desta Instituição e do seu percurso que esta tese se constrói. Foi uma caminhada fascinante pelo desafio constante que fui sentindo na superação da suficiência, perante o desafio de transcender o que está feito, o que já é conhecido. Mais que o resultado, vale por si o percurso, o caminho. Aliás, o que dá gozo é o caminho, não é o fim; não é ganhar, mas sim jogar.

## 2. TEMA E OBJECTIVOS

Depois da conclusão da dissertação de mestrado,<sup>1</sup> continuei a realizar, com regularidade, trabalhos de investigação em torno de dois grandes eixos – História da Educação e História Local. Algumas dessas investigações deram origem a publicações autónomas e outras foram incorporadas em obras colectivas. Além disso, publiquei uma série de ensaios e artigos em revistas da especialidade e jornais de âmbito regional e apresentei comunicações em congressos e seminários internacionais, em Portugal e Espanha. Em meados de 2008, fui convidado a escrever a história de uma instituição educativa de Braga que, nessa data, contava cerca de 140 anos de vida – o Colégio de Regeneração/ Instituto Monsenhor Airoso (IMA).

Para além do longo período de tempo em análise que estava em causa, julgou-se oportuno enquadrar ainda um estudo, mesmo que sumário, do edifício conventual onde a instituição foi instalada, assim como traçar um breve historial das Irmãs Concecionistas que aí viveram entre 1627 e 1883. Tratava-se de um estudo transversal que abarcava quatro séculos de história e confrontava-me, ainda, com a inexistência de um arquivo interno que fizesse um pouco de luz sobre tão longo período de vida. Decidi, então, optar por assumir a coordenação de uma obra colectiva, convidando especialistas de vários quadrantes do saber que revelassem disponibilidade e espírito de voluntariado para colaborar nesse projecto. Daí resultou a obra publicada em 2011 – *Instituto Monsenhor Airoso. Do Convento ao Instituto. Portas para a Vida*, dividida em três partes: O Convento/Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição; Casa d'Abrigo/Colégio de Regeneração/Instituto Monsenhor Airoso (IMA); Instituto Monsenhor Airoso – Presente e Futuro.

Foi neste contexto que surgiu a ideia desta tese. Numa passagem pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e num encontro com o Professor Justino Magalhães, com quem regularmente me cruzava para troca de ideias, mostrando-lhe a estrutura do projecto da referida obra, faz-me ver que ainda restava muita matéria para aprofundar, num âmbito temporal mais restrito. A problemática da recuperação e regeneração de mulheres provenientes da prostituição ou de outros comportamentos desviantes, através de um modelo

---

<sup>1</sup> *Seminário de Nossa Senhora da Conceição (Braga) – Aspectos histórico-pedagógicos*. Dissertação orientada pelo Professor Justino Magalhães, Universidade do Minho, 1997. Publicada em 1998, pela Oficina de S. José, Braga.

pedagógico peculiar utilizado no Colégio de Regeneração de Braga, poderia ser um bom tema de estudo no âmbito da História das Instituições Educativas.

Após um tempo de maturação da ideia, decidi apresentar o projecto de tese, restringindo o âmbito temporal ao período de 1869-1931, que vai da fundação da Casa d'Abrigo à morte de Monsenhor Airoso, Fundador e 1.º Director do Colégio de Regeneração de Braga. A instituição nasceu do nada e foi crescendo num ritmo acelerado. Inicialmente pensada para dar resposta a problemas locais, depressa se alargou a um âmbito geográfico mais alargado à região norte e a todo o território nacional. Desconhecia, todavia, o verdadeiro alcance da instituição, embora tivesse a percepção de que o território de proveniência das colegiais correspondia à geografia da pobreza que, afinal, abrangia todo o território nacional.

Ao longo de todo o século XX esta instituição continuou a sua acção social e educativa, continuando a merecer a mesma confiança da parte das instâncias estatais e da sociedade, em geral. Foi adaptando o seu projecto educativo aos tempos e às circunstâncias – renovando instalações, adquirindo equipamentos e introduzindo novas metodologias que passaram pela admissão de educadoras sociais e psicólogas – e continuou a ser alvo das atenções da imprensa e de alguns estudiosos, tendo sido já matéria de várias teses de mestrado.

A projecção desta obra para fora das ‘muralhas’ da instituição e da cidade de Braga mereciam um olhar focalizado no projecto educativo inovador deste Homem – de quem Antero de Figueiredo dizia ter ele uma universidade no coração – porque os princípios em que se baseia continuam a ser válidos para os tempos de hoje e dignos de ser levados aos fóruns académicos. Este trabalho permite o conhecimento da extensão da obra de Mons. Airoso, identificar os valores pedagógicos que configuram a sua acção e compreender o contexto sociopolítico em que se moveu.

Esta instituição educativa, com objectivos muito específicos, em regime de internato, alia a instrução ao trabalho e à ‘formação profissional’ numa relação e coabitação estreita com valores morais e religiosos, onde a colegial (recolhida) se recupera e transforma para retornar ao complexo mundo que para ali a lançou. Mas regressa com as ‘armas’ da instrução e do hábito do trabalho, que lhe permitem a autonomia, e fortalecida com os princípios básicos de uma educação que teve em vista a perseverança, ou seja, a vontade de manter firme a orientação da meta a alcançar. Esta tese enquadra-se, pois, na História das Instituições Educativas não escolares mas onde a instrução e a educação são fundamentais.

A obra revela a figura do P.<sup>e</sup> Airosa que, em determinadas circunstâncias históricas, pôs em marcha uma empresa/instituição educativa, baseada nos valores da liberdade e dignidade da pessoa como forma de reabilitar as jovens e as mulheres socialmente marginalizadas, restituindo-lhes a auto-estima e inserindo-as na sociedade, com autonomia. Assim, a sua pedagogia social une o sentido humanitário, cristão, assistencial, instrutivo e profissional e traz à sociedade portuguesa um exemplo que poderá ajudar a criar a esperança num futuro melhor, mesmo quando os obstáculos parecem intransponíveis.

Neste contexto, os meus principais objectivos foram: elaborar uma biografia crítica, numa pluralidade de campos, onde os vários ‘eus’ de Mons. Airosa se revissem; identificar as razões profundas da fundação desta instituição, num complexo contexto social, político e religioso; analisar as tensões permanentes entre fundador e instituição; perceber como é que o fundador lidou com tantas personalidades de vários quadrantes políticos nos regimes de governo monárquico e republicano; conhecer a estrutura organizacional e o funcionamento da instituição; historiar a Instituição no período de 1869-1931, na sua dimensão pedagógica, económica (laboral-autonómica), biográfica (formativa-empresarial) e sociopolítica, articulando as diferentes temporalidades; avaliar a relevância e o significado histórico dos primeiros 62 anos de vida da instituição e explicar o processo de formação progressiva e não linear desta individualidade: o pedagogo-empresário.

### **3. ESTRUTURA CONCEPTUAL**

Esta tese desenvolve-se em três grandes planos – biográfico, educativo e sociológico – para os quais foram traçadas grandes linhas de orientação. Assim, no plano da biografia, a tese decorre no âmbito da biografia hermenêutica, tendo por balizas as teorias propostas por François Dosse, Michel de Certeau e Sabina Loriga. No plano educativo, a pedagogia institucional tem por referência, entre outros, John Dewey, David R. Olson e Louis Not. A Doutrina Social da Igreja, através das grandes encíclicas sociais, é a sua principal referência no que concerne à modernização do trabalho e à regulação da sociedade.

Parti do pressuposto de que a investigação narrativa em educação é interdisciplinar. Nela confluem e se cruzam diversas ciências humanas e sociais: teoria linguística e literária,

antropologia social e etnografia, sociologia, história oral, retórica, psicologia narrativa e filosofia hermenêutica. Todas elas coincidem enquanto se interessam pelos modos como os humanos dão significado ao seu mundo mediante a linguagem. É esta especificidade “transversal”, como lhe chama António Nóvoa,<sup>2</sup> que configura o âmbito educativo como investigação científica (Bolívar, 2001: 53).

A linearidade postulada pela biografia clássica deixou de ser intocável porque o homem é fundamentalmente plural e o significado de uma vida nunca é unívoco, só pode declinar-se no plural (Dosse, 2009: 375). Essa pluralidade, ainda segundo Dosse, é encontrada tanto no método do biógrafo, restituindo os fenómenos de interações, o emaranhamento das vidas, como no envolvimento do biógrafo na evocação do outro. A identidade biográfica já não é considerada como congelada à maneira de uma estátua, mas sempre às voltas com as mutações. A identidade biográfica acha-se confrontada com a travessia do tempo, e sofre nesse percurso alterações múltiplas que suscitam uma incessante alteração das linhas segundo ritmos não lineares, a partir de quebras temporais, de fenómenos tardios e de um futuro do passado que ultrapassa os limites biológicos da finitude da existência (id.: 406-407). Por outro lado, a ideia de exaustividade ou totalidade é ilusória mas a biografia oferece um acesso privilegiado para nos aproximarmos ao máximo da interioridade/exterioridade, do singular/geral, sendo portanto o que mais lembra o ideal impossível da globalidade (id.: 344).

Sabina Loriga defende o ponto de vista da pluralidade na biografia, sugerindo uma metáfora, para evitar a biografia heróica no seu carácter linear, e mantém a atitude crítica frente à postura clássica do historiador que se afasta do género biográfico em nome da pesquisa de generalidades, quando diz que “o discurso histórico tende a excluir o singular e a perceber o indivíduo apenas como representante de uma categoria social ou cultural” (Loriga, 1991: 226).

A outra grande mutação sofrida pelo género biográfico, diz Dosse, situa-se no nível do seu regime de verdade. Admitindo a parte ficcional, o género implica um pacto de verdade, de autenticidade; daí a tensão permanente entre ficção e verdade, aproximando a biografia da disciplina de história: “A verdade sempre foi a ambição da escrita do historiador, ainda que o seu modo de objectividade permaneça para sempre incompleto, enunciando-se numa linguagem sempre equívoca, tensionada entre o passado e o presente, a partir de uma subjectividade implícita num lugar e numa prática” (Dosse, 2009: 408).

---

<sup>2</sup> A. Nóvoa et al. (eds.). *Ciências da educação e mudança*. Porto: SPCE, 1991.

Segundo Michel de Certeau, a historiografia questiona o “real” em duas posições diferentes: o real que é o conhecido, aquilo que o historiador estuda ou compreende de uma sociedade passada; e o real que é implicado pela operação científica, ou seja os procedimentos e modos de compreensão dessa sociedade ou da problemática em estudo. A ciência histórica existe na sua relação entre o “conhecido” e o “implicado”. Nesse sentido, defende, há dois tipos de história – sobre o que é “pensável” e sobre as condições de compreensão; sobre o “vivido”, graças a um conhecimento do passado. No primeiro caso, parte-se da capacidade de tornar pensáveis os documentos inventariados e à elaboração de modelos que permitam constituir e compreender séries de documentos. A outra posição privilegia a relação do historiador com um “vivido”, dando-lhe a possibilidade de fazer reviver ou de “ressuscitar” um passado, implicando o relato. Entre estas duas formas existe tensão, mas não oposição (Certeau; 2011: 26-27). Na era hermenêutica, defende Dosse (2009),

(...) o biógrafo já não tem a ilusão de fazer falar a realidade e de saturar com ela o sentido. Ele sabe que o enigma biográfico sobrevive à escrita biográfica. A porta permanece escancarada para sempre, oferecida a todos em revisitações sempre possíveis das fracções individuais e dos seus traços no tempo. (p. 410)

A biografia preceituada por Giovanni Levi permite que nos interroguemos sobre a porção de liberdade de escolha entre as múltiplas possibilidades de um contexto normativo repleto de incoerências: “Nenhum sistema normativo é, de facto estruturado o bastante para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação de regras, de negociação” (Levi, 1989: 1333). Esse tipo de biografia permite definir as bases de uma racionalidade limitada e selectiva, e interrogar de novo a inter-relação entre o grupo e o indivíduo, praticando uma correlação entre a experiência comum e o espaço de liberdade individual.

Vida e obra do Fundador do Colégio de Regeneração são questões em análise nesta investigação. Ora, sobre a adequação entre a obra e a vida, “o biógrafo deve pensá-las juntas sem reducionismo, pondo-as em tensão” (Dosse, 2009: 388). Apesar do tempo decorrido depois da sua morte, o seu nome continua bem presente na sua obra, dando razão às palavras de François Dosse quando afirma que “o após-morte do biografado torna-se tão significativo quanto seu período de vida, pelos traços que deixa e pelas múltiplas flutuações na consciência colectiva sob todas as suas formas de expressão” (id.: 405).

No plano educativo, as grandes referências pedagógicas desta tese balizam-se entre as teorias de John Dewey, David R. Olson e Louis Not.

John Dewey (1859-1952) é, geralmente, reconhecido como o educador norte-americano mais reputado do século XX que, através de um magistério activo, centrou a atenção num vasto leque de preocupações em vários domínios: filosofia, educação, psicologia, sociologia e política. Os seus escritos têm sido sujeitos a uma interpretação e reinterpretação por um sem número de estudiosos. Para Dewey, a chave do desenvolvimento intelectual, e consequentemente do progresso social, era a escolarização, sobretudo numa época em que as influências educacionais de outras instituições, como o lar e a igreja, deixavam de exercer influência. Dewey destacou a natureza moral e social da escola e acreditava que esta poderia servir como uma “comunidade em miniatura, uma sociedade embrionária” que deveria assumir um papel participativo na transformação para uma melhor ordem social. Uma das principais lições deixadas por John Dewey é a de que, não havendo separação entre vida e educação, esta deve preparar para a vida, promovendo o seu constante desenvolvimento.

A educação é uma necessidade da vida porque a sociedade existe mediante um processo de transmissão, assim como na vida biológica, e esta transmissão realiza-se por meio da comunicação de hábitos de fazer, pensar e sentir dos mais velhos para os mais novos. Sem essa comunicação de ideais, esperanças, normas e opiniões daqueles membros da sociedade que desaparecem da vida do grupo aos que chegam a ele, a vida social não poderia sobreviver (Dewey, 2004: 15). Daí a necessidade de ensinar e aprender para a continuidade da existência da sociedade. Aliás, como defendido por Louis Not, ensinar e aprender são as duas faces da educação que estão intrinsecamente ligadas. As escolas, e por extensão as instituições educativas, são apenas um meio, dotado de um importante método de transmissão. De todos os teóricos, diz David Olson, Dewey deve ter sido o primeiro e provavelmente também o último a interessar-se pelos problemas postos pela aprendizagem e o pensamento na sua relação com as instituições sociais, com a escola em particular, e com as sociedades democráticas em geral (Olson, 2005: 136).

Dewey fala da vida em sociedade ou em comunidade *lato sensu* mas que poderíamos aplicar a uma comunidade mais restrita, em regime de internato. Justino Magalhães (2004), referindo-se ao regime de internato, afirma:

(...) a instituição escolar é uma instância educativa total, na qual é possível considerar, entre outros, os factores de integração e de acompanhamento; analisar as instâncias de socialização, alteridade, autonomização, mobilização; reconsiderar os conceitos de aprendizagem, activismo pedagógico, experiência emocional. Mas a influência da instituição educativa vai para além dos seus muros e defere-se no tempo, seja



transformações de carácter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e dos grupos. (p. 116)

A comunidade possui em comum objectivos, crenças, aspirações e conhecimentos. Toda a organização social que é vitalmente social ou vitalmente compartilhada é educadora para aqueles que nela participam. O próprio processo de conviver educa, amplia e ilumina a experiência, estimula e enriquece a imaginação. Um homem que viva realmente isolado (isolado tanto mental como fisicamente) teria pouca ou nenhuma ocasião de reflectir sobre a sua experiência passada para dela extrair o seu significado real, admite John Dewey (2004: 16-17).

Sobre o interesse e a disciplina, Dewey alerta para que é preciso força para atingir os fins porque “a maior parte das pessoas são, naturalmente, desviadas de um plano de acção proposto perante obstáculos excepcionais e imprevistos, ou pela apresentação de seduções a favor de uma acção que é directamente mais agradável” (Dewey, 2004: 115). A existência de um regulamento onde as regras estão estabelecidas, assim como a utilização de outros instrumentos de disciplina, não são em si castradores da personalidade, pois interesse e disciplina estão ligados e não em oposição, são meios educativos da vontade e métodos de estímulo e de resposta. Assim, prossegue Dewey:

Uma pessoa preparada para considerar as suas acções, assumindo-as deliberadamente, está, por isso, muito disciplinada. A disciplina significa dispor do poder, ter o domínio dos recursos existentes para realizar a acção empreendida. A disciplina é positiva. Intimidar o espírito, subjugar as inclinações, compelir à obediência, mortificar a carne, realizar uma acção subordinada, uma tarefa desagradável, estas coisas são ou não são disciplinadoras conforme tendam ou não ao desenvolvimento da capacidade para reconhecer o que se tem entre mãos e para persistir na sua realização. (pp. 115-116)

As reacções podem ser de adesão ou de aversão, consoante a influência do ambiente da vida em comunidade (internato) na personalidade das pessoas, na reeducação, na regeneração. As desistências podem ocorrer por falta de interesse ou pela não identificação. De qualquer modo, é sempre uma questão de livre vontade. E “o processo educativo é um processo de reorganização, reconstrução e transformação contínua” (id.: 53), ou seja, “uma constante reorganização ou reconstrução da experiência” (id.: 74).

Com o surgir do movimento de pedagogos no último quartel do século XIX, começou a delinear-se o que veio a ser designado de Escola Nova, movimento que marcou a transição pedagógica para o século XX, que se opunha à Escola que apelidaram de Tradicional. Esta era por eles caracterizada como um conjunto de processos educativos introduzidos a partir do

século XVIII. Nesse contexto, tornou-se especialmente explícito um conflito de contornos bem definidos entre os dois modelos pedagógicos: o último, em que o aluno é comparado a um objecto a formar por uma acção exterior a exercer sobre ele, por referência a valores e normas ideais, e o movimento da Escola Nova, em que é considerado que o aluno tem consigo os meios necessários para ser sujeito da sua formação. A aprendizagem faz-se “na vida”, diz Louis Not, citando Dewey (Not, 1991: 19). Louis Not propõe uma relação professor-estudante centrada no diálogo. Dewey e Freinet, em oposição à escola tradicional, apresentaram um modelo no qual o estudante se converte no centro das iniciativas, das dinâmicas e dos processos educativos que fazem do estudante o sujeito de formação. Louis Not propõe uma síntese, isto é, é necessário um sujeito que ensine mas também um sujeito que aprenda, pois o aprender está no sujeito que aprende, não no que ensina. Esta situação leva a uma redefinição da relação baseada no papel de autoridade que tem o mestre, dada pelo conhecimento, e a experiência que lhe permite orientar diversos caminhos de busca do conhecimento, e no papel de cada estudante como construtor do seu próprio saber. A dialéctica entre o que ensina e o que aprende fundamenta-se no diálogo.

Os defensores do método de formação pela experiência consideram-no como uma construção intelectual com a mesma estrutura dos procedimentos empíricos da inteligência prática. Aqui a necessidade suscita as tentativas que seguem a lei do efeito: toda a tentativa bem-sucedida tende a ser repetida, a que falha não é retomada e acaba por desaparecer. O procedimento pedagógico consistirá em partir das necessidades sentidas, traduzi-las em problemas, suscitar a invenção de soluções que serão verificadas, quer por experiência mental, quer pela experiência real (Not, 1991: 20).

O ensino do Colégio de Regeneração, essencialmente prático, era dirigido a jovens e mulheres adultas onde a participação dos sujeitos era mais valorizada. A educação e a aprendizagem partiam muito da sua própria experiência, enquadrando-se nas teorias preconizadas pela Escola Nova, embora sem a consciência clara das teorias subjacentes, inseparáveis dos procedimentos práticos.

A reflexão sobre a estrutura das instituições encontra em David Olson um estudo fundamentado sobre esta problemática, começando por questionar: “O problema das instituições é evidentemente tão velho como a célebre interrogação bíblica consistindo em saber se o Sábado foi feito para o homem ou o homem para o Sábado. As instituições estão ao nosso serviço ou estamos nós ao seu serviço?” (Olson, 2005: 43). Olson apresenta duas grandes concepções para compreender as instituições. A dominante, que ele classifica de

individualista e que a maior parte das pessoas consideram “comme allant de soi” interessa-se, antes de mais, pelas crenças e pelos desejos individuais. As instituições não são, então, mais que a soma das actividades destes actores individuais (id., *ibid.*). A outra concepção concilia um estatuto ontológico com o colectivo, visto tratar-se de grupos sociais informais ou de instituições formais. Ainda que a acção dos seres humanos se situe num contexto social e seja largamente determinada por este contexto, os actores são bem pouco susceptíveis de tomar consciência por eles próprios destas influências sociais, mesmo que eles comecem a identificar-se com grupos sociais distintos como a família, a religião, o grupo étnico ou a classe social. O ponto forte destas perspectivas é que elas se esforcem, a partir de objectivos diametralmente opostos, por construir um ponto entre “macro” (a sociedade) e o “micro” (o indivíduo). Reconhece Olson que a sua grande debilidade é que as duas tendências tendem a fundir-se numa só. A tentação é grande para reduzir ou explicar o social em termos individuais, ou ao inverso, para reduzir e explicar o individual em termos sociais (id.: 45). Em todo o caso, Olson afirma que as instituições existem quando o grupo realiza uma forma de controlo sobre o comportamento individual, que não reflectem realmente os seus interesses, mas sim o construído (id.: 47). Seja como for, o conceito de instituição, segundo Hespanha (1982), associa-se à ideia de permanência e de sistematicidade, à ideia de norma e de normatividade:

Uma instituição é uma ideia de empreendimento que se realiza e dura juridicamente num meio social; para a realização desta ideia, organiza-se um poder que lhe procura órgãos próprios; por outro lado, entre os membros do grupo social interessado na realização da ideia produzem-se manifestações de comunhão dirigidas pelos órgãos do poder e reguladas por regras de processo. (p. 14)

Justino Magalhães (2004), por sua vez, ao teorizar sobre as instituições educativas, afirma o seguinte:

(...) na sua acção concreta e do quotidiano, como na dimensão temporal, as instituições educativas, sendo instâncias complexas e multifacetadas, engendram e desenvolvem culturas, representações, formas de organização. Relacionamento e acção que se constituem em factores de diferenciação e de identidade. Inseridas em contextos geográficos e em tempos históricos marcados por factores de natureza sociocultural, conjunturas e circunstâncias históricas específicas, estas instituições, se bem que estruturadas por uma matriz de base e perseguindo objectivos comuns, existem de forma própria e este quadro existencial fomenta representações e apropriações, elas mesmas diferenciadas. (p. 69)

Os pressupostos teóricos estão presentes na instituição de que nos ocupamos, mas há factores de diferenciação assinalados nas normas que a regem, nas finalidades e no tratamento humano

dispensado aos seus actores, nomeadamente os seus interesses que são a razão de ser da instituição. Então, historiar esta instituição é, genericamente, “compreender e explicar os processos e os ‘compromissos’ sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projectos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto” (id.: 58) porque “à noção de instituição corresponde uma memória, um historicismo, um processo histórico, uma tradição, em permanente actualização – totalidades em organização” (id.: 62). Mas a matriz teórica que fundamenta e estrutura a história das instituições escolares e das práticas educativas não reduz o conhecimento à internalidade da instituição (id.: 117), porque é uma estrutura em relação com a sociedade. É no encontro destes dois paradigmas – um tendencialmente relacional e outro tendencialmente interno, ainda que não fechado – que está a base sólida para a história da instituição, como construção histórica e produto de um processo multifactorial – económico, social, cultural, organizacional, pedagógico (id.: 123). A renovação historiográfica com base num paradigma relacional, focalizado numa meso abordagem, assinala a compreensão do processo de escolarização e da estruturação da escola como lugar de educação e possibilita uma análise e uma construção historiográficas dos modelos pedagógicos que a modelam como instituição (id.: 123-124). As instituições educativas desenvolvem uma cultura própria que lhe confere uma identidade. Essa dinâmica institucional traduz-se num constructo em que se entrecruzam a educação, a história e a instituição. Tecer nexos entre estas instâncias é torná-las inteligíveis, racionais, significativas, projectivas (id.: 168-169).

A instituição que aqui se estuda nasceu da vontade de um Homem da Igreja Bracarense, ao qual se aliou um grupo de senhoras da sociedade local, empenhadas em obras de carácter sócio caritativo, impelidas pela força da sua fé e imbuídas do espírito fraterno da doutrina cristã. Os princípios evangélicos da igualdade, da justiça e da caridade propostos aos fiéis, através do seu magistério, vão sendo estudados e sistematizados à medida que a sociedade se desenvolve, se industrializa mas também se desumaniza, atropelando os direitos individuais. Essa tomada de consciência levou o Papa Leão XIII, em 1891, a publicar uma carta encíclica dirigida aos cristãos de todo o mundo e a todos os homens de boa vontade, “onde a questão social foi explanada essencialmente como uma crise moral e a religião apresentada como a sua verdadeira e única solução” (Ferreira, 2002: 46). É a encíclica *Rerum Novarum* (“Das coisas novas”), sobre a situação dos trabalhadores, onde: define os direitos e as responsabilidades do capital e do trabalho; descreve a justa função do governo; defende os

direitos dos trabalhadores à organização de associações para tentarem conseguir salários justos e justas condições de trabalho.

A *Rerum Novarum* deu início a uma nova forma de relacionamento entre a Igreja Católica e o mundo moderno, que consiste na abertura da própria Igreja. A Igreja começou a empenhar-se a procurar soluções, à luz do Evangelho e dos ensinamentos cristãos, para os problemas sociais vividos pela humanidade. Aí se analisa e denuncia a exploração a que eram submetidos os operários e se pede a efectiva presença do Estado para tutelar os direitos dos trabalhadores. Este documento inaugura uma maneira de a Igreja se pronunciar sobre as questões sociais.

Com esta encíclica deu-se início à sistematização do pensamento social católico, passado a chamar-se vulgarmente de Doutrina Social da Igreja Católica, através da qual busca proporcionar ao cristão os princípios de reflexão, os critérios de julgamento e as directrizes de acção donde partir para promover esse humanismo integral e solidário. Essa doutrina provém da Fé na salvação integral, da Esperança numa justiça plena, e da Caridade que torna todos os homens verdadeiramente irmãos em Cristo. A Igreja entende que lhe compete anunciar sempre e por toda parte os princípios morais, mesmo referentes à ordem social, e pronunciar-se a respeito de qualquer questão humana, enquanto o exigirem os direitos fundamentais da pessoa humana ou a salvação das almas, como se lê no Compêndio da Doutrina Social da Igreja, n. 71.

Esta encíclica teve ampla divulgação em Portugal, “tendo tido, logo em 1891, diversas edições em português com vasta difusão. E a sua apreciação não se ao meio católico: vária imprensa faz eco da sua publicação; e esteve também na base de algumas polémicas existentes entre publicistas não-católicos” (Ferreira, 2002: 46).

#### **4. MÉTODO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Este estudo parte da constatação da existência de uma instituição educativa, ainda hoje em funcionamento, que pela sua especificidade levanta, como foi dito, muitas interrogações que requerem um conhecimento aprofundado. Conhecedor desta problemática, através de uma prévia abordagem geral, foi possível delimitar o tema e definir o arco temporal,

circunscrevendo-o ao primeiro grande ciclo de existência que vai da fundação à morte do Fundador, um período que, pela contiguidade das transformações internas e do contexto, poderemos considerar de longa duração.

Apresentei a candidatura ao doutoramento em História da Educação, no mês de Junho de 2010 (1.ª fase), e, depois de seleccionado, efectuei a matrícula em Setembro desse mesmo ano. Para suprir a frequência do Curso de Formação Avançada conducente ao Doutoramento em História da Educação requeri a equivalência da componente curricular do Mestrado em História da Educação e da Pedagogia, concluída em Julho de 1995, na Universidade do Minho, que foi deferida favoravelmente. Entretanto, fui tendo, ao longo do ano, alguns momentos de reflexão e discussão com o grupo dos doutorandos em torno do pré-projecto que foi sendo matéria de sucessivas reformulações. Apresentei o projecto definitivo, em Outubro de 2011, vindo a defendê-lo perante um júri de três professores, em 20 de Janeiro de 2012.<sup>3</sup> Seguiu-se o “Registo definitivo do programa de doutoramento em História de Educação”, homologado em 17 de Fevereiro de 2012, e na fase de investigação, que decorreu durante todo o ano de 2012, fui especificando as questões e os objectivos partindo da problematização que em diálogo com o Orientador ia fazendo, ao mesmo tempo que ia gizando opções metodológicas sobre a forma como iam sendo recolhidos e analisados os documentos de arquivo, manuscritos e impressos, e procedendo a sucessivas reformulações da estrutura do trabalho em conformidade com a documentação que ia colhendo.

Entendi como fundamental ter conhecimento do estado da questão, ou seja, conhecer o que já se escreveu sobre esta matéria e o que de relevante ela representa para este estudo. Esta revisão bibliográfica ajuda a situar a problemática e a compreender o interesse que ela tem despertado ao longo do tempo.

Assim, a Instituição foi publicando, com certa regularidade, relatórios impressos dando conta das actividades realizadas e divulgando os trabalhos aí executados.<sup>4</sup> Em 1892, foram publicados dois opúsculos sobre o seu modelo pedagógico: “Collegio de Regeneração em Braga”, uma edição da Imprensa da Universidade de Coimbra, com o texto que

---

<sup>3</sup> A avaliação do “Curso de Formação Avançada do programa de Doutoramento em Educação, na área de especialidade em História da Educação” foi homologada por Despacho do Presidente do Conselho Científico, de 24.01.2012.

<sup>4</sup> *Relatório do Colégio da Regeneração de Braga* (1876); *Breve Notícia acerca do Colégio de Regeneração da cidade de Braga: antiga Casa d’Abrigo* (1880); *Memoria da Officina-Escola de Tecelagem no Collegio de Regeneração, em Braga, para alumnas externas* (1896); *Colégio de Regeneração – 1904-1908* (1909); *Colégio de Regeneração. Braga, 1913*; *O Colégio de Regeneração. Opúsculo Comemorativo do 60.º aniversário da sua fundação* (1929).

Bernardino Machado apresentou no Congresso Pedagógico de Madrid; “Memoria do Collegio de Regeneração apresentada no Congresso Pedagogico de Madrid em Outubro de 1892”, uma edição do Colégio de Regeneração, publicada em Braga, com a versão original, mais extensa, do texto que foi enviado para ser apresentado no referido Congresso.<sup>5</sup>

Em 1904, surge a primeira monografia elaborada por Alberto Pinheiro Torres:<sup>6</sup> *Memoria Historica do Collegio de Regeneração*. Trata-se de uma edição do Colégio, assumida pela Direcção. A obra terá esgotado em pouco tempo, já que em 1905 conhece uma nova edição que, a partir daí, se torna um referencial para qualquer tipo de abordagem sobre a instituição. Tem sido utilizada como fonte já que muitas das fontes primárias não têm estado ao alcance do público. É um estudo criterioso e abrangente, válido para os primeiros trinta anos de vida do Colégio, e tem por base, além do conhecimento pessoal e da informação oral, todo um conjunto de relatórios e memórias que o P.<sup>o</sup> Airosa, com um verdadeiro sentido de história, foi organizando e divulgando.

Em 1909, o *Boletim da Beneficencia* preenche o corpo fundamental da revista com um estudo ilustrado sobre o Colégio de Regeneração. Nos anos 20, o Colégio editou dois pequenos opúsculos: em 1924, “A Desditosa”, com 15 páginas, da autoria do italiano Silvio Pellico, mas desse autor apenas se publicam dois brevíssimos excertos que não passam de pretexto para, em confronto, apresentar a acção desenvolvida pelo Colégio de Regeneração, através de uma série de testemunhos de visitantes ilustres; em 1926, “A Ditosa”, com 34 páginas, da autoria de Adelaide Gonçalves da Cunha, uma das colegiais que ficou conhecida como “a Vianinha”. O título desta última publicação é uma claríssima alusão, por antítese, à anterior. Contém uma série de poemas, precedidos de um prefácio do P.<sup>o</sup> Alberto Chaves, que a pedido do P.<sup>o</sup> João Airosa escreveu.

O Colégio de Regeneração/ Instituto Monsenhor Airosa está presente nas principais obras de carácter generalista do séc. XX: *Memórias de Braga*, de Sena Freitas; *Escritos Dispersos*, do P.<sup>o</sup> Martins Capela; *História Eclesiástica de Portugal*, do P.<sup>o</sup> Miguel de Oliveira; *A Música em Braga*, de Álvaro Carneiro; *Dicionário de História da Igreja em*

---

<sup>5</sup> V. *Apêndice Documental* (AP. DOC.) Doc. 17 e 18.

<sup>6</sup> Alberto Pinheiro Torres, filho do médico bracarense Dr. António Maria Pinheiro Torres que, durante muitos anos, foi médico dedicado do Colégio de Regeneração, formou-se em Direito e foi eleito deputado em 1908, com apenas 34 anos de idade. Após a queda da Monarquia, Pinheiro Torres “conseguiu manter-se na elite da política regional e nacional, ao ponto de liderar nos anos de 1918 e 1919 a minoria católica no Parlamento”. Após o golpe de 28 de Maio de 1926, Pinheiro Torres “ainda viria a ter uma participação muito activa na Assembleia Nacional”. Além de político nacional também se “notabilizou no jornalismo e na advocacia”. Foi director dos jornais *A Palavra*, *A Liberdade* e *A Ordem* (Gomes, 2004: 158-160).

*Portugal*, s.v. “Airosa, João Pedro Ferreira”, de António da Costa Lopes; *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, s.v. “Airosa, P.<sup>e</sup> João Pedro Ferreira”, de António Luís Vaz; revista *Cenáculo*, no texto “*Reeducar. Documentação viva sobre um difícil tema*”, de Miguel Moura.

No passado recente o Colégio de Regeneração/Instituto Monsenhor Airosa foi alvo de várias abordagens pelo último Director da Instituição, Doutor António da Costa Lopes, que escreveu: *No Centenário do Instituto Monsenhor Airosa* (1970); *As Dominicanas Portuguesas no Instituto Monsenhor Airosa* (1978) e *O Dr. Manuel Monteiro e Mons. Airosa* (1979). Alberto da Rocha Martins, na sequência de uma visita à Instituição, escreveu um texto que inseriu na publicação *Reflexões Im-Pertinentes... Factos – Personalidades – Comentários* (1985). António de Sousa Araújo, OFM, escrevendo sobre a solidariedade em Braga, publica, na revista *Itinerarium*, dois artigos onde o Colégio está presente: “A vida católica em Braga (1850-1910). Alguns aspectos” (2000) e “O Conselheiro Leonardo Caetano de Araújo, Benfeitor do Colégio S. Caetano – Notas acerca da sua vida e obra” (2005).

Esta problemática tem interessado, também, alguns estudantes, ao nível da licenciatura e mestrado. Assim, Alfredo Meireles e Sérgio Silva, alunos da Licenciatura em Música, da Universidade do Minho, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Elisa Lessa, fizeram uma primeira abordagem ao fundo musical, relativamente à presença de obras de compositores italianos e às obras do compositor P.<sup>e</sup> António Domingues Correia no espólio do Instituto Monsenhor Airosa. Catarina Fernandes, da mesma Universidade, apresentou um estudo sobre as obras de Teatro com música e a educação moral e social das educandas. Madalena Dinis elegeu como tema da sua dissertação de Licenciatura o caso da oficina de hóstias – *Plano de Marketing. Instituto Monsenhor Airosa. Unidade de Produção de Hóstias* (2007). Isabel Liberato, do ISCTE-Lisboa, na dissertação de mestrado *Sexo, Ciência, Poder e Exclusão Social. A Tolerância da prostituição em Portugal (1841-1926)* (2000), debruça-se de modo particular sobre o Colégio de Regeneração de Braga, relativamente ao período de 1869 a 1916. Augusta Guimarães, da Universidade do Minho, na dissertação de Mestrado *A Caridade em Braga: Iniciativas da segunda metade do século XIX* (1998), dedica-lhe uma boa parte da atenção, no contexto das outras instituições bracarenses de assistência social. Fátima Sousa e Joana Alves, da mesma Universidade, realizaram um trabalho académico sobre a *Revitalização de uma pequena fábrica têxtil artesanal do século XX – Tempos de produção e custos* (2006). Ângela Ferreira e Teresa Pereira, também da Universidade do Minho, centraram o estudo das dissertações de Mestrado na Oficina de Tecelagem, respectivamente, a primeira em *Intervenção do Design no Artesanato: Aplicação aos Produtos do IMA* (2007) e a segunda em



*Instituto Monsenhor Airosa: Museu Vivo* (2009). Anabela Pinto, da mesma universidade, na dissertação de mestrado, tratou o tema *AMA – um portal de comércio electrónico de venda de artesanato* (2009). Gastão Veloso apresentou e defendeu uma dissertação de Mestrado, na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, no Porto, sobre *A Dádiva numa Instituição de Solidariedade Social de inspiração cristã* (2011), tendo como base o projecto educativo da Instituição.

No ano de 2011, publicou-se a monografia *Do Convento ao Instituto – Portas para a Vida*, uma obra que tem a colaboração de vários autores e que eu coordenei.<sup>7</sup> Em Julho de 2012, apresentei uma comunicação ao IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, que decorreu em Lisboa, subordinada ao título “Colégio de Regeneração (Braga) – 1869-1931. Em torno do modelo pedagógico de uma instituição singular”, publicada nas Actas do Congresso (pp. 2773-2785).

Na presente investigação fiz um ‘replay’ destas fontes bibliográficas. Na recolha e análise de dados utilizei metodologias sempre abertas à interdisciplinaridade, porque a História da Educação é uma história social, cultural, pedagógica, antropológica. No domínio da heurística, procurei alargar, até ao limite da razoabilidade, as fontes directa ou indirectamente válidas para o presente trabalho. Fui realizando o cruzamento e a triangulação sistemática de dados e de métodos para aferir a validade e a fiabilidade. Fiz recurso à metodologia formulada por Denzin (apud Bolívar et al., 2001: 135-138) e aos seus quatro tipos de triangulação: 1) Triangulação da informação que compreende uma variedade de fontes de dados obtidos de diferentes pessoas, tempos e lugares; 2) Triangulação por múltiplos investigadores onde se encontra uma diversidade de perspectivas e informações, através da utilização de várias técnicas; 3) Triangulação teórica, usando múltiplas perspectivas para interpretar e explicar os dados ou os resultados; 4) Utilização de vários métodos como a observação, a entrevista informal e a análise documental. Conteúdos diversos, fontes variadas e com características diferentes exigem uma triangulação de conteúdo mediante o emprego de técnicas também distintas. Daí a utilização de métodos quantitativos e estatísticos (tabelas e gráficos) e técnicas de análise de conteúdo, aliando assim tratamentos de tipo quantitativo e qualitativo. Frequentemente cruzei o resultado destas análises com outros contextos mais globais, para confirmar hipóteses ou tendências. É, em

---

<sup>7</sup> A obra conta com a colaboração de 22 autores, entre os quais estão 8 académicos: Manuela Neves, Senhorinha Teixeira, Elisa Lessa e Marta Araújo (Universidade do Minho); José Marques e Manuel Joaquim Moreira da Rocha (Universidade do Porto); José Paulo Abreu e António Sousa Araújo (Universidade Católica).

suma, “uma investigação onde as dimensões dedutiva e indutiva se articulam sob uma lógica construtivista e interactiva entre os conceitos-chave, a instrumentalização da observação e análise da realidade, a construção e análise crítica da informação, a avaliação das conclusões” (Magalhães, 1994: 27).

No domínio da hermenêutica, para além de uma análise interna e externa das fontes, desenvolvi uma interpretação das mesmas fontes, de uma forma interactiva, relativamente à validade, autenticidade e representatividade.

As metodologias e estratégias utilizadas no capítulo 3 estão em consonância com o marco teórico defendido. Para dar sentido aos dados biográficos recolhidos (entrevistas, informes biográficos, notas de campo, outros documentos pessoais) é necessário ter presente algum tipo de marco teórico e propostas metodológicas para o resolver. Dollard assinala que o material da história de vida não fala por si, deve ser organizado e conceptualizado (in Bolívar et al., 2001: 123). Assim, não haverá um relato único mas um relato polifónico de vários actores (id.: 124), donde resulta uma articulação temporal do biográfico com o estrutural, entre a trajectória subjectiva que um sujeito constrói e as estruturas sociais e profissionais em que se enquadra. Ou seja, daí resulta a compreensão da pessoa (trajectória de vida, sentimentos, vivências, projectos) e a sua relação com os outros (família, pares, amigos) e com o contexto social, histórico e político que o rodeia. Os relatos biográficos são, por isso, textos a interpretar por meio de outro texto que, no fundo, é a informação veiculada pela investigação. Por isso, trabalhar com material narrativo requer a escuta dialógica de, pelo menos, três vozes: a do narrador, representada no texto; o marco teórico, que fornece os conceitos e instrumentos para a interpretação; a reflexão própria do acto de leitura e interpretação, própria do processo de extrair conclusões do material (id.: 147).

## **5. NARRATIVA HISTÓRICA**

O novo objecto do conhecimento que é esta instituição educativa, na sua internalidade e na sua relação com o exterior, desenvolve-se num total de seis capítulos, que versam sobretudo duas vertentes, o Homem e a Obra, e o Colégio de Regeneração. Os capítulos são precedidos desta Introdução, onde se tecem considerações em torno da opção tomada e ainda

sobre a definição do tema e dos objectivos a atingir, assim como se explana a metodologia utilizada e se indicam os princípios teóricos por onde corre esta tese. O estudo conclui com o texto “História de uma Instituição Educativa e Considerações Finais”, onde se apresentarão, de forma sintética, as conclusões mais relevantes a que foi possível chegar. Uma tábua com as Fontes e Bibliografia, e um Apêndice Documental, correspondente ao 2.º volume, completam este estudo.

O capítulo 1 é dedicado ao Arquivo do Colégio de Regeneração, partindo de alguns pressupostos de carácter teórico sobre o papel que desempenha como “guardião” da memória colectiva e se constitui como um centro de produção de conhecimento científico. Dedicar um capítulo autónomo ao arquivo histórico tornou-se um imperativo para dar visibilidade a um importante instrumento de trabalho que antes não existia. Deste processo de tese resulta a sua criação, recolha e organização, que fica já em fase adiantada de classificação. É aí que se encontram a dialéctica entre o material e o simbólico, na qual se sente o pulsar de uma casa com as oficinas, o estudo, o teatro, a música, a disciplina, a religiosidade, a técnica. É aí que estão as histórias de vida de quem por ali passou. Aí se conservam os registos, as palavras das canções e dos cânticos de louvor, o amor, os silêncios, a intimidade, as viagens, a alegria e a tristeza, a doença e a morte, as relações interpessoais, os amigos e benfeitores, os visitantes, a alegria e a angústia, o sentido lúdico.

O historial dos primeiros 62 anos desta instituição educativa é evocado no capítulo 2, através de uma análise detalhada das razões da fundação, do contexto sociopolítico e religioso em que surgiu, das fases e ciclos de vida, dos espaços que ocupou e organização interna. Aqui se relevam a actividade educativa e o carácter da instituição/empresa, os problemas internos e externos que teve de ultrapassar. Coube importante papel pedagógico à recém-criada congregação religiosa portuguesa, as Terceiras Dominicanas, na dupla acção da libertação da mulher e na promoção humana e profissional de mulheres pobres sem recursos. Por aqui passa uma representação dessa complexa comunidade constituída pelas internas, pelas religiosas dominicanas, director e direcção externa, incluindo a forma como os conflitos internos foram geridos. Uma imensidade de benfeitores e visitantes, na retaguarda da instituição, fazem parte deste quadro representativo. De referir, ainda, os valiosos contributos da imprensa e da correspondência detectada na Torre do Tombo, que permitiram o cruzamento com outros dados daí resultando um grande enriquecimento cognitivo.

No capítulo 3, um capítulo nuclear, traça-se um esboço biográfico do Fundador do Colégio de Regeneração: “Monsenhor Airosa – Um Homem singular”. Começa-se por

questionar a validade e historicidade da biografia, bem como a legitimação da cientificidade do género biográfico, apresentando diversas perspectivas de diferentes autores que têm tratado esta temática. Seja como for, a prática do historiador está aberta a novas interpretações e a um diálogo sobre o passado aberto para o futuro. Tendo consciência da complexidade do ser humano, sei que fica sempre muito por contar e não há um método único para redigir a biografia de um indivíduo, porque o significado de uma vida nunca é unívoco, só pode declinar-se no plural. É dessa pluralidade de sentidos que a biografia do P.<sup>e</sup> Airosa decorre. Aqui se encontra, também, uma articulação entre duas dimensões inseparáveis – a vida e a obra – porque o homem se confunde com a obra. O padre /pedagogo /empresário transparece de toda a documentação consultada, nomeadamente na correspondência e na imprensa. Mas a compreensão da vida e obra deste Homem multifacetado passa também, e sobretudo, pelo desvelar do seu lado misterioso, a sua intimidade (naturalmente resguardada dos olhares do grande público), a sua espiritualidade alicerçada na Fé e na Esperança como luzeiros a iluminar o caminho a seguir.

O conceito de “Regeneração” e o modelo que foi encontrado para atingir essa finalidade são analisados no capítulo 4, que inclui um suporte teórico para fundamentar os princípios pedagógicos utilizados e todos os instrumentos organizacionais postos em acção na conduta de uma comunidade de recolhidas. Estas pretendiam um novo rumo para as suas vidas, através da restituição da dignidade da pessoa. O processo de *(Re)generare* é o resultado do cruzamento de um conjunto alargado de dimensões (espiritual, social, artística, física e do domínio do conhecimento), cujo sucesso depende do desenvolvimento de todas estas áreas. A compreensão desse modelo educativo passa pela análise de um conjunto de práticas que aqui se identificam e descrevem. Para compreender e avaliar este processo é necessário ter um conhecimento exacto, ou pelo menos aproximado, do conjunto populacional que passou pela instituição, no período em análise. É o que se desenvolve neste capítulo, onde se utilizam métodos quantitativos diversificados para mostrar uma série de dados que, cruzados, permitem conclusões relativamente a admissões, local de origem, filiação, estado civil, destinos e índices de recuperação.

No capítulo 5, faz-se uma abordagem a algumas histórias de vida que, por si, significam uma certa representatividade da instituição. Naquela Casa, por onde, no período em análise, passaram cerca de 1.300 jovens e mulheres, há muitas histórias que a eloquência do silêncio ocultou para sempre, porque os desgostos da vida ensinam a arte do silêncio. Mas restaram algumas narrativas que, pela singularidade, foram julgadas invulgares e edificantes,

e que são apresentadas como o possível rosto da instituição, como sendo o produto do seu trabalho, fruto da perseverança dessas recolhidas. É a primeira vez que se dá visibilidade a este conjunto significativo de histórias de vida descritas num caderno, ao longo de décadas, por diversas escreventes, que assinalaram os percursos daquelas mulheres que mais se distinguiram pela mudança de vida, pela inteligência, competência profissional ou morte edificante. Deste conjunto alargado destacam-se dois casos, de natureza diversa que, pela singularidade das respectivas vidas, merecem uma especial referência, tendo um deles plena actualidade, porque permitiu desvendar um passado desconhecido aos descendentes que, vivendo do outro lado do Atlântico, aqui vieram encontrar a explicação para os silêncios que povoaram as suas vidas e uma consolação indizível pela verdade que foi possível apurar.

O capítulo 6, por último, pretende, a partir da imprensa, apresentar um olhar externo sobre a obra e o seu fundador. É uma das fontes mais ricas e mais abundantes que, cruzada com outras, como foi sendo a metodologia utilizada ao longo deste percurso, permitiu tirar e inferir muitas conclusões. Há acontecimentos que só aí se encontram registados, assim como reflexões e juízos de valor provocados pelo conhecimento directo ou indirecto, que ajudam a criar e fundamentar uma opinião pública. Ora, o estudo da história contemporânea, nos seus diversos domínios, passa necessariamente pela imprensa periódica, na qual se exprime, directa ou indirectamente, a opinião pública. Os jornais, enquanto testemunhas de alguns aspectos desse quotidiano, são o alicerce do trabalho de construção e reconstrução da história que, sem a sua mediação, teria permanecido irremediavelmente no anonimato. A vida sociocultural e empresarial desta instituição está bem espelhada na comunicação social da época que, através das visões distintas dos mesmos acontecimentos, geram interpretações diversificadas e permitem uma análise crítica na construção da sua história. Aqui se apresenta, pois, uma imensa diversidade de olhares sobre esta instituição, que sempre se pautou por critérios de aproximação com a sociedade mas preservando a privacidade das pessoas que, em circunstâncias muito particulares da vida, aqui se acolheram. Havia riscos de interpretação e de (des)compreensão sempre que o Colégio se expunha na praça pública, através dos jornais, mas a opção do Fundador foi sempre no sentido de abertura da instituição à sociedade, no seu aspecto colectivo.

A concluir, em “História de uma Instituição Educativa e Considerações Finais”, tento apresentar uma síntese daquilo que de mais importante me foi possível recolher e analisar, ao longo desta investigação, nomeadamente um texto de Antero de Figueiredo, do qual, apesar de muitas vezes ter sido trazido a colação, não havia referências exactas. Para o estudo da

memória da Instituição fica o Arquivo Histórico, devidamente organizado, que antes não existia. Deste trabalho emerge, também, uma figura de elevada estatura humana – Mons. Airosa, cuja vida e obra se tornava imperioso dar a conhecer, pela instituição ímpar que fundou em Portugal, num tempo em que o Estado se mantinha distanciado desta complexa problemática, pelo que o torna credor de um lugar em evidência na História das Instituições Educativas dos séculos XIX-XX. A Instituição transcendeu a época em que surgiu e ainda hoje está em pleno funcionamento. Entretanto, nunca tudo fica dito sobre coisa alguma. É natural e desejável que, depois da completa classificação dos documentos em arquivo, surjam novas pistas e novos centros de interesse a explorar.

Uma nota final, como esclarecimento, sobre a denominação da Instituição. Ao longo da tese surge ora Colégio de Regeneração, ora Colégio da Regeneração. Os Estatutos fundacionais, de 1874, apresentam a novel instituição como “Collegio de Regeneração” e assim é nomeada nos relatórios subsequentes. Mas os diplomas publicados em *Diário do Governo*, em 1880 e 1884, sobre a concessão do Convento da Conceição, referem o nome de “Collegio da Regeneração”; esta designação é também usada no contrato assinado pela Madre Teresa de Saldanha. Pode no entanto dizer-se que, internamente, é com frequência denominado como Colégio de Regeneração. Oficialmente, e do exterior, ele é apelidado e conhecido como Colégio da Regeneração. Todavia, o Relatório de 1874, da autoria do Padre Airosa, apresenta-o como “Collegio da Regeneração”. E, em 1926, numa publicação interna (*A Ditosa*), a instituição é referida também como Colégio da Regeneração. Se bem que o sentido possa não ser exactamente o mesmo consoante se use a preposição “de” ou a contracção da mesma com o artigo definido “a”, a verdade é que foi sempre entendido como sendo a mesma coisa. Nas citações, respeitei as expressões tal como as encontrei; na minha escrita adoptei o enunciado Colégio de Regeneração, por ser estatisticamente a mais usual.

Em Apêndice Documental (*AP. DOC.*), apresenta-se um conjunto significativo de documentos que ilustram e facultam uma maior compreensão da Instituição, para além de espelharem a grande diversidade de fontes trabalhadas.



**1. O ARQUIVO HISTÓRICO**

**‘GUARDIÃO’ DA MEMÓRIA COLECTIVA E CENTRO DE**

**CONHECIMENTO CIENTÍFICO**





Geralmente, os documentos são classificados, guardados e acondicionados num local apropriado – o arquivo – e funcionam como guardiões da memória de uma organização. O conceito do vocábulo “arquivo” compreende vários sentidos: poderá ser entendido como um edifício, um serviço, um acto administrativo ou um conjunto documental. Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística*,<sup>1</sup> o arquivo histórico é o conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação.

Num sentido mais amplo, todo o material produzido num determinado período que possa auxiliar o historiador na construção da história pode ser considerado como documento histórico. Estão, nesse caso, para além dos textos de qualquer natureza, os objectos, utensílios, imagens, indumentárias, pinturas, esculturas, edifícios, canções, fotografias, etc., produzidos num tempo e num espaço. Tudo isso faz parte da memória colectiva que hoje é objecto de um campo interdisciplinar, onde diversos conceitos como resgate, preservação, conservação, registo, selecção, etc. tendem a ser associados à memória. Neste sentido, a memória parece visualizada sobretudo como dado a ser objecto de museu e raramente como processo e construção sociais. Mas os arquivos, como lugares de memória, são simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais (Jardim, 1995: 2).

### **1.1. O arquivo histórico – ‘Guardião’ da memória colectiva e centro de produção de conhecimento científico**

Os documentos e monumentos como materiais da memória colectiva, como diz Le Goff (in Jardim, 1995), são herança do passado, evocam o passado ligando-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas e apresentam uma intencionalidade. Mas não deixam, por outro lado, “de apresentar uma objectividade que se opõe à intencionalidade do monumento; constituem uma escolha do historiador, triunfando sobre o monumento a partir do positivismo, no século XIX, quando adquire o sentido moderno de testemunho histórico” (Jardim, 1995: 2).

---

<sup>1</sup> AA.VV. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: IBL, 1993.

A centralidade do arquivo está no documento escrito e iconográfico, independentemente da data, forma ou suporte material, que deve ser conservado como título de prova/informação, porque perpetua ou evoca o passado na posse de uma instituição ou pessoa no exercício das suas competências ou actividades. Sendo assim, e como afirma Le Goff (apud Souza, 2009):

(...) o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória colectiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (p. 3)

A utilização científica do documento requer que a sua análise tenha em conta as diversas etapas do método histórico utilizado na investigação – heurística, crítica (externa e interna), hermenêutica e exposição – e em cada uma dessas fases deverá estar presente a totalidade do processo (Ruiz Berrio, 1976).

Os arquivos, ao salvaguardarem memórias sociais, colectivas e abrangentes, estão a salvar a identidade de uma comunidade ou de uma instituição. Daí a preocupação que deve existir na salvaguarda e garantia da integridade do espólio arquivístico dessas fontes para a história que são património para as gerações futuras, implementando medidas de preservação preventiva e criando condições de conservação e segurança para os espólios (Barros, 2007). A preservação é um conceito muito amplo que visa a protecção dos bens patrimoniais do acervo como um todo. A conservação implica um conjunto de práticas com o objectivo de estabilizar o estado físico e químico dos bens, evitando os processos de degradação ou exigindo a intervenção directa no seu restauro.

Com base na proveniência da documentação, e de acordo com a definição geral, os arquivos podem ser públicos ou privados. São públicos os produzidos por entidades públicas ou por pessoas colectivas de utilidade pública ou administrativa. São privados os produzidos por entidades privadas. Estes, segundo o critério de proveniência, ainda se dividem em arquivos de pessoas colectivas de direito privado, integradas no sector público, e arquivos de pessoas singulares ou colectivas privadas.

São duas as grandes finalidades dos arquivos genericamente considerados: servir à administração que o produziu e servir de base para o conhecimento da história da entidade que os gerou. Eles são utilizados, num primeiro instante, para o cumprimento das actividades administrativas da instituição que o produziu, e constituem-se, com o decorrer do tempo, em

meios de se conhecer o seu passado e a sua evolução; quando devidamente organizados, permitem o acesso rápido e preciso à informação neles contida.

O conceito de arquivo associado à obscuridade e aos ‘papéis velhos’ vai mudando progressivamente e, assim, ao “paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista” opõe Armando Malheiro da Silva um “paradigma emergente” (Silva, 2009: 49-50). Enquanto aquele sobrevalorizava a custódia, a conservação e restauro, e o serviço como missão custodial, dando ênfase à memória como fonte legitimadora de uma identidade, este novo paradigma acentua a “valorização da informação enquanto fenómeno humano e social”, apostando num “incessante e natural dinamismo informacional oposto ao imobilismo documental”, e dando uma “prioridade máxima ao acesso à informação pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação” (id.: 50). Perante o “primado do documento, da técnica (do saber fazer) e da ‘lógica’ custodial (conservar/guardar em serviços próprios manuscritos, impressos, periódicos, gravuras, etc.) emerge o primado da informação, da abordagem científica e da atitude pós-custodial” que nos reporta para o conceito de “informação arquivística”, que “pressupõe uma nítida predominância do conteúdo sobre o suporte, mas sem negar a sua importância enformadora” (id.: 1-3). Este novo enfoque, à luz da Ciência da Informação, leva-nos a pensar, também como defende Silva, que o estudo do sistema

(...) informação-Arquivo não se pode esgotar, como tem sido norma geral, na confecção de um instrumento de pesquisa (guia, inventário ou catálogo), nem tão pouco reduzir a uma aplicação genérica e até inconsequente dos princípios da proveniência e da ordem original, demasiado evidentes e simplistas. (p. 27)

Os arquivos e os seus documentos têm adquirido uma importância crescente no campo da história da educação, sobretudo nos arquivos de instituições educativas ou escolares. Os documentos de arquivo reflectem a vida da instituição que os produziu. No entanto, as informações fornecidas por estes documentos têm, necessariamente, de ser cruzadas com os dados que se encontram em fontes de outra natureza, apresentando-se em suportes variados e sob formas diversificadas. Mas os documentos são as fontes que atestam os relatos da memória, sendo imprescindíveis à pesquisa histórica (Magalhães, 1999: 72).

O conceito de documento encerra variados sentidos, além do texto escrito ou ilustrado que é suporte e expressão da memória colectiva, e tem sido ampliado ao longo do tempo. Lefebvre afirmava que sem documentos não existia História. Fustel de Coulanges defende que onde faltam os monumentos escritos deve a história recorrer às fábulas, aos mitos, porque

onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história (apud Almeida, 2005: 24). A *Escola dos Annales* amplia ainda mais este conceito como explicita Le Goff (1996):

(...) a História faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (p. 540)

Marrou apresenta uma outra perspectiva do valor dos documentos quando afirma que, se forem bem interrogados, são susceptíveis de responder a um número indefinido de perguntas. Reflectindo sobre a noção de documento, de fonte histórica, afirma que a noção se torna complexa e difusa quando “para além da verificação material da realidade de um ‘facto’ preciso (isto é, de uma manifestação exterior da actividade humana), se procuram todas as questões conexas, as causas, os efeitos, a significação, o valor...” (Marrou, 1974: 68-69). O autor precisa mais o seu pensamento ao afirmar:

(...) é um documento toda a fonte de informação de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano, encarado sob o ângulo da pergunta que lhe foi feita. É evidente que se torna impossível dizer onde começa e onde acaba o documento; a pouco e pouco, a noção dilata-se e acaba por abarcar textos, monumentos, observações de toda a ordem. (p. 69).

E, à laia de conclusão, diz que “tudo o que na herança subsiste do passado, pode ser interpretado como um índice revelando qualquer coisa da presença, da actividade, dos sentimentos, da mentalidade do homem de outrora” (id.: 70).

Os arquivos das instituições são o reflexo de uma organização estável no tempo, e nos arquivos das instituições educativas, para além da documentação de carácter oficial e do foro administrativo, há toda uma panóplia de documentos que são fonte de informação: livros de actas, estatísticas, relatórios técnicos, regulamentos, circulares e normas; publicações, como livros, memórias, relatórios de gestão, boletins informativos, artigos de jornais e revistas; trabalhos científicos, pedagógicos e culturais de agentes educativos; equipamentos e objectos de diversa natureza: materiais didácticos e escolares, geralmente pertencentes a arquivos particulares; fotografias e outros documentos iconográficos. Tudo isto faz parte do património simbólico da instituição que se pode assimilar à memória familiar porque “as instituições

educativas, como as pessoas, são portadoras de uma memória. Uma memória factual, assente na transmissão oral, uma memória fixista e por vezes justificativa e marcada de exageros de vária ordem” (Magalhães, 1999: 69). Justino Magalhães afirma que se, por um lado, que se trata de “uma memória em torno do fabuloso e do heróico, uma memória constituída por relatos e representações, simbólicas ou materiais, sedimentadas ou mediatizadas por histórias e crónicas de reduzido valor”, não deixa de ser também “uma memória que encalha no acontecimento, uma memória integrada nas práticas do quotidiano” e, por isso, “as instituições educativas, se transmitem uma cultura não deixam de produzir culturas que lhes conferem uma identidade institucional” (id.: 69).

Será questionável o valor do documento? A sua análise passa necessariamente pelo crivo da hermenêutica mas, à partida, todos os documentos conservados nos diferentes arquivos possuem valores gerais que alguns distinguem em valor intrínseco, arquivístico e histórico. O valor intrínseco será o valor próprio, inerente a um documento, que depende de factores como o seu conteúdo, circunstância de produção, presença ou ausência de assinatura, existência ou não de selos afixados, etc.. O valor arquivístico é de carácter administrativo (técnico e operacional), fiscal, legal, probatório e informacional, que justifica a conservação de documentos num arquivo. Finalmente, o valor histórico do documento é devido à importância que possui de testemunhar factos sucedidos que permitam ao investigador dar-se conta do vivido, identificar as relações estabelecidas e transformações ocorridas e compreender a génese e percurso dos processos presentes (Almeida, 2005: 6).

A construção da história das instituições educativas visa, antes de mais, a compreensão da acção e das motivações dos actores, conhecimento da ordem, da organização dos espaços, as relações hierárquicas entre as coisas e entre as pessoas. Muitas vezes, é difícil perceber essa complexidade relacional apenas através da memória oral. Daí o “vaivém” entre memória e arquivo que Justino Magalhães (1999) advoga, porque “à memória tem de ser criteriosamente contraposto o discurso científico” e, acrescenta:

(...) Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu por acaso, assim o que se perdeu ou transformou, como o que permanece. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais. É neste vaivém entre a memória e o arquivo que o historiador constrói uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho. Um sentido para a história das instituições educativas. (p. 71)

O mesmo autor adverte, por isso, que o itinerário pedagógico e a identidade histórica de uma instituição são realidades complexas em evolução e o seu conhecimento não se alcança através de narrativas de carácter cronista e memorialista que, normalmente, enformam

as representações e os relatos orais dos actores. Isso, segundo Magalhães (1999), explica a profunda alteração metodológica operada neste campo de investigação:

A história das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento em que se tem operado uma profunda alteração metodológica, uma vez que a uma narrativa de natureza cronística e memorialista, que enforma as representações e os relatos orais dos actores, se procura contrapor uma base de informação arquivística, sob uma heurística e uma hermenêutica complexas, problematizantes e centradas na instituição educativa como totalidade em organização e desenvolvimento. Uma história construída da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória, intentando uma síntese multidimensional que traduza um itinerário pedagógico, uma identidade histórica, uma realidade em evolução, um projecto pedagógico. (p. 61)

Que fazer quando numa instituição educativa onde não existe um arquivo formalmente organizado? A não existência de arquivo significará a não existência documental? É possível que uma instituição educativa, mesmo que não escolar propriamente dita, não tenha material de arquivo histórico? Como proceder com os documentos dispersos?

## **1.2. O Arquivo/Biblioteca do Instituto Monsenhor Airoso (ABIMA)**

A elaboração de um trabalho de carácter historiográfico passa necessariamente pelo arquivo e, neste caso concreto, pela exploração do arquivo histórico da Instituição. Ora, esse foi, de facto, o primeiro problema com que me confrontei, no ano de 2008, quando o Presidente do Instituto Monsenhor Airoso (IMA) me solicitou a escrita de uma monografia (Português, 2011) que abrangesse os 140 anos de actividade dessa obra, fundada pelo P.º João Ferreira Airoso, inicialmente denominada como Casa d'Abrigo, passando a Colégio de Regeneração, com a aprovação dos primeiros estatutos, em 1874, para, finalmente, tomar o nome do Fundador, ao comemorar o primeiro centenário da sua fundação.

A primeira constatação foi esta: não havia arquivo histórico. Foi então possível reunir algumas publicações, dispersas pela Casa, em ordem à sua constituição. Entretanto, a análise de alguns trabalhos publicados pelo último Director da Instituição apontavam para a existência de um arquivo/biblioteca que, em tempos, terão gozado de determinada organização. Essa ideia ganhou consistência quando foram encontrados alguns documentos e livros numerados que, claramente, indicavam ter pertencido a um conjunto seriado e organizado. Confrontada com estes dados, a Direcção da Casa, que há pouco se encontrava em funções, informou não ter conhecimento da existência desse arquivo mas logo chegou à conclusão de que havia um espaço na Casa – uma grande e ampla sala situada na Torre

Conventual – onde estava instalada a chamada “Biblioteca” que, constava, albergaria a biblioteca pessoal do último Director do Instituto, Doutor António da Costa Lopes, que ali residira durante 30 anos. Presumivelmente, aí se encontraria também o material bibliográfico e documental da Instituição. Acontece, porém, que o Doutor António da Costa Lopes se havia retirado, recentemente, para o Lar Conde de Agrolongo, sito na mesma cidade de Braga, para onde levou a sua biblioteca pessoal, admitindo-se que, deliberadamente ou não, com ela poderia ter saído também a documentação do IMA nela integrada. Foi decidido estabelecer um contacto para indagar e clarificar a situação e, ao mesmo tempo, colher esclarecimentos sobre a existência de documentação arquivística, já que nas suas publicações havia documentos referenciados e obras pertencentes ao IMA/Colégio de Regeneração que, nesse momento, a Instituição não possuía. O tempo foi passando e, alguns meses depois, o referido ex-Director faleceu, sem que tivesse sido confrontado com essa inusitada situação.

Em finais de 2008, dois meses após o falecimento do ex-Director, numa reunião entre a Direcção do referido Lar e o Presidente da Direcção do IMA, na qual participei na qualidade de Presidente da Assembleia Geral, foi exigido o acesso à biblioteca do falecido para averiguar a existência, ou não, do acervo documental do IMA e outro material bibliográfico. Apesar de algumas resistências, o acesso acabou por ser permitido, embora condicionado à presença de um elemento da Direcção do Lar Conde de Agrolongo. Não foi difícil detectar, logo num primeiro momento, o variado e abundante espólio documental e bibliográfico que era pertença do IMA, entretanto disperso por estantes e caixas de cartão, em precário estado de arrumação. O trabalho de pesquisa, necessário e urgente, levou cerca de cinco meses, devido ao grande volume de obras dessa biblioteca, mas também devido à frequente indisponibilidade do elemento da Direcção que me deveria acompanhar. Consistiu essa operação na triagem e separação do material bibliográfico/documental que era pertença do IMA, que foi sendo acondicionado em caixas de cartão para, posteriormente, ser trasladado para o local de onde nunca deveria ter sido retirado, como mais à frente se dirá.

Ante, porém, de me referir à constituição e organização do actual arquivo histórico do Instituto Monsenhor Airosa, que resulta da recolha realizada nos anos de 2008 e 2009, houve questões preliminares que se me colocaram: Que lugar à memória? O que é um documento e que valor tem? O que é um arquivo? Que tipos de arquivo? Que lugar ocupa na Instituição? Que finalidade e representatividade? Que lugar na construção da história de uma instituição educativa? Que interesse para a sociedade? Como tratar o fundo documental? Como organizar e classificar a documentação? Como aceder ao documento? Estas foram (e continuam sendo)



algumas das questões que me obrigaram (e obrigam) a reflectir sobre a matéria e que aqui deixo como nota introdutória ao estudo da história desta Instituição Educativa, que conta quase século e meio de existência.

Tendo em conta as considerações teóricas formuladas no ponto anterior, encarei como um imperativo a constituição do arquivo histórico do IMA, embora tivesse consciência de que se tratava de uma tarefa árdua e que a história da instituição a construir não dependia exclusivamente dele. É verdade que ainda havia muita memória oral, que foi passando de geração em geração, e que muitas peças se conservavam com carácter museológico, sobretudo na área das artes e ofícios, como a tecelagem e bordados, para além de alguma bibliografia que, no seu conjunto, se constituíam como fontes privilegiadas de informação, já que “Arquivo, biblioteca e museu são os três núcleos de informação fundamental. Mas não apenas a documentação escrita e preservada com maior ou menor zelo pelas instituições, como também toda a documentação lateral e a memória oral” (Magalhães, 1999: 74).

O primeiro passo havia sido dado, ao identificar e recolher as peças documentais e bibliográficas detectadas na biblioteca do último ex-Director, no Lar Conde de Agrolongo, e subsequente transladação, em separado, para o edifício do IMA. Enquanto esta operação se ia realizando, foi sendo definido o espaço que se julgou mais adequado para a instalação do arquivo e biblioteca.

O edifício do IMA é muito grande e disperso, mas tem duas alas inabitáveis (havendo um projecto para a ocupação desses espaços). Estas alas foram sucessivamente abandonadas, à espera de avultadas obras de restauro e requalificação, sem que, todavia, haja qualquer previsibilidade de início, tendo em conta impossibilidades de ordem financeira. Tornava-se urgente, contudo, encontrar um local, suficientemente espaçoso e arejado, que pudesse albergar, condignamente, este acervo. Era necessário ter em conta o carácter particular da Instituição e optar, em primeiro lugar, por um local que não interferisse com o quotidiano das utentes e educandas. Por outro lado, se queríamos um arquivo futuramente aberto ao exterior, ele deveria situar-se num local de fácil acesso e relativamente perto da entrada do edifício. Depois de ponderadas todas as hipóteses, foi decidido instalar o arquivo numa sala em L, de 30 metros quadrados, na ala norte do claustro seiscentista do primitivo edifício conventual concecionista, um dos locais mais nobres e emblemáticos do conjunto edificado, que antes havia servido como sala de jantar do último ex-director.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> V. *AP. DOC.* Fig. 2.

Entretanto, surgiu um problema. Já depois de feita a triagem acima referida, a Direcção do Lar Conde de Agrolongo decidiu oferecer a biblioteca do Doutor Costa Lopes ao Instituto Monsenhor Airosa (aquela mesma que ele próprio lhe havia legado, por testamento, mas que aquela Direcção tinha vindo a reivindicar para si).<sup>3</sup> O local definido para a instalação do Arquivo/Biblioteca do IMA, suficientemente espaçoso para o efeito, tornava-se agora exíguo para a instalação desta biblioteca.<sup>4</sup> Mas não havia alternativa: o espaço outrora ocupado por essa biblioteca, na Torre Conventual, após a saída do ex-Director para o Lar Conde de Agrolongo, fora reconvertido em salas de formação para as educandas aqui acolhidas. Por outro lado, entendeu-se que a instalação no mesmo local do Arquivo/Biblioteca do IMA, embora organizada em separado, traria vantagem para futuras consultas porque muitas das temáticas complementam a história da Instituição. Assim, foi decidido dar ao espaço o nome de Arquivo/Biblioteca – IMA / Biblioteca Doutor Costa Lopes.

Depois da instalação deste património bibliográfico, entendi, embora não sendo prioritário, e tendo em conta que se tratava de um processo independente do ABIMA, convidar uma professora aposentada<sup>5</sup> para inventariar e proceder a um registo informático deste espólio literário, que estava organizado, num primeiro momento, por grandes unidades temáticas.

A ideia de concentrar, no mesmo espaço, o arquivo e a biblioteca da instituição, embora sejam realidades diferentes, partiu do pressuposto de que daí só poderiam advir vantagens, porque a sua especificidade é mais conjuntural que estrutural e os esforços que continuam a ser feitos para legitimar a pretensa autonomia disciplinar da Arquivística e da Biblioteconomia não têm uma consistente de base epistemológica (Silva, 2013: 27). Diz este

---

<sup>3</sup> Esta biblioteca, estimada em cerca de 8.000 volumes, foi legada em testamento ao Instituto Monsenhor Airosa. Entretanto, a Direcção do Lar Conde de Agrolongo afirmava que o legatário lhes havia doado, oralmente, o referido espólio bibliográfico. A direcção do IMA não contestou o acto, desde que lhe fosse permitido colher todo o material bibliográfico/documental que era pertença desta Instituição, como, de resto, fora acordado e levado a bom termo. Não foi, por isso, sem grande surpresa, que a direcção do IMA recebeu essa doação que, por direito, lhe assistia. Tal biblioteca, formada ao longo do percurso do professor Doutor António da Costa Lopes como professor dos Seminários Arquidiocesanos de Braga e da Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica, é rica nas áreas da Filosofia, Psicologia, Literatura Medieval e Moderna, História, Teologia e Espiritualidade.

<sup>4</sup> Para conseguir a melhor rentabilidade do espaço, a Direcção do IMA adquiriu 12 estantes de madeira (2.200 x 2.120 cm), o que lhe exigiu um grande esforço financeiro. Esta foi, para além de outras, a forma que encontrou para perpetuar a memória, com a merecida dignidade, do ex-Director e benfeitor.

<sup>5</sup> A Dr.<sup>a</sup> Maria Nadalete Faria, mestre em Humanidades Clássicas, que teve o Doutor Costa Lopes como Orientador de tese, aceitou o desafio e propôs a colaboração de outra voluntária, a Dr.<sup>a</sup> Engrácia Gama. Os livros estão dispostos em 10 estantes (2.200 x 2.120 cm). Depois de várias tentativas de inventariação, optou-se por uma base de dados em Access, graciosamente construída pelo Dr. Lino Abreu, professor da Escola Secundária Sá de Miranda (Braga), a quem a Instituição fica muito grata.

autor que o “denominador comum delas e da Informática aplicada à Gestão nas Organizações é o estudo e o processamento de Informação social” (id.). Ora, conclui Silva,

(...) este é o mesmo objecto material que implica, por isso, uma inevitável transdisciplinaridade em vez de uma mera interdisciplinaridade e muito menos uma absurda pluridisciplinaridade baseada em ‘fronteiras’ estanques!... A interdisciplinaridade germina forte e fecunda na partilha directa e indirecta desse objecto da Ciência da Informação (p. 27).

Neste sentido, ganha consistência a ideia de concentrar num mesmo espaço a biblioteca e o arquivo que, de facto, se complementam, e que num passado terão feito parte do mesmo conjunto. O ABIMA ficou, então, instalado na parte da sala mais recolhida, e também mais resguardada, e o seu espólio está disposto em 4 estantes.

Depois de um conhecimento sumário do ‘caos’ documental – constituído por impressos e manuscritos, e ainda pela diversidade de livros pertencentes ao Colégio de Regeneração e aos dois primeiros Directores – foi necessário estabelecer um plano prévio de trabalho para dar sentido e organização a esse caótico conjunto. Guiado por algumas coordenadas de Armando Malheiro da Silva, entendi que, depois de definidas as estantes para a recolha e acondicionamento desse material,<sup>6</sup> a primeira fase deveria consistir numa arrumação, ainda que sem base em cânones erudito-especulativos, tendo como critério um cânone utilitarista, ou seja, o objectivo primeiro visava “tentar arrumar a casa” buscando consistência e coerência científicas para as peças recolhidas (Silva, 2009: 47).

Nessa primeira fase, houve também a preocupação em fazer um mapeamento organizador e classificador dos temas de pesquisa que seria efectuada em todos os cantos da Casa, já que, em história, como diz Certeau, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objectos distribuídos de outra maneira (Certeau, 2011: 69), tendo em conta ainda que a descoberta de documentos até então inacessíveis permite fazer uma nova leitura ou corrigir as antigas (Dosse, 2009: 113). Esta operação deu-me a conhecer a existência de outros acervos, correspondentes ao ciclo vital das informações: o arquivo corrente e o arquivo intermediário. O arquivo corrente é aquele que está em curso e constitui objecto de consultas frequentes na área da administração e contabilidade, organizado e activo, e funciona na sala de contabilidade que dá para o átrio de entrada da portaria. O arquivo que poderíamos classificar de intermediário, não sendo de uso permanente aos órgãos

---

<sup>6</sup> Foram utilizadas duas grandes estantes (2.45 x 1.50 cm), trabalhadas, que vieram com os livros do Doutor Costa Lopes e que eram pertença da Instituição. A estas foi necessário acrescentar mais duas, iguais às que foram adquiridas para albergar aquela outra biblioteca.

produtores, reúne toda a parte documental referente ao património rústico e urbano referente aos legados. Este arquivo, também instalado numa sala do rés-do-chão, junto da sala de mostruário de artigos produzidos na instituição, encontrava-se disperso por vários locais da cidade e completamente desorganizado. Se bem que, nos últimos anos, tivesse sofrido uma considerável actualização com o levantamento cartográfico das propriedades rústicas localizadas nas zonas suburbanas da cidade de Braga, alguns documentos estão irremediavelmente perdidos. Contudo, este arquivo intermediário está, agora, bem organizado, é funcional e responde às solicitações internas em termos de localização, áreas, delimitações e confrontações, legatários e outros quesitos referentes aos imóveis. Abrange o período dos séculos XVIII-XX.

Justino Magalhães adverte para que arrumar o caos é destruir o arquivo (in Almeida, 2005: 27). Esta ideia, aparentemente paradoxal, tem de estar bem presente na construção/reconstrução de um arquivo, trabalho que deve ser realizado com atenção e respeito por esses valores imateriais e identitários da instituição que os documentos representam, avaliados com prudência e um olhar cuidadoso, com extrema sensibilidade que deve existir perante a desordem e o caos, porque o fundo de arquivo de uma instituição é o reflexo da sua história e das suas vicissitudes. Criar um arquivo é sinónimo de ordenação e há que dar a máxima atenção aos maços de documentos espalhados que podem guardar uma coerência interna e determinada inteligibilidade que, fora do seu contexto, pode ser anulada. Foi essa ideia que presidiu, por exemplo, à não integração do arquivo intermediário, referente ao património, que poderia perder alguma leitura depois de integrado no arquivo histórico.

O primeiro passo foi no sentido de observar, valorizar, estar atento “à música particular dos documentos”, deixando-me enamorar por estes velhos legados, tendo presente aquela regra de ouro proposta por Borja Aguinalalde (2013):

Evitar ser agresivo, invasivo o irrespetuoso con la documentación, la historia que suporta, su particular intra-historia (porque hay que desvelar dos historias, aunque una sea casi siempre invisible: la del fondo documental – la invisible, no creo preciso subrayarlo – y la de su ‘creador’). A la que hay que agregar outra: observar com extrema atención lo que vamos encontrando, los viejos y aparentemente absurdos legajos, las anotaciones dorsales, tantos y tantos pequeños detalles que confieren a este cometido algo de pesquisa arqueológica. (p. 17)

Foi precisamente essa tomada de consciência que me levou à busca pelos quatro cantos da Casa e me deu a conhecer uma outra realidade que desconhecia: a existência de um conjunto de obras que foram pertença do Convento da Conceição e que, agora, depois da

retirada da biblioteca do Doutor Costa Lopes, se encontravam em duas estantes numa pequena sala da Torre Conventual (onde continua a permanecer).<sup>7</sup> A esta sala foi dado o nome de Livraria do Convento.<sup>8</sup> Foi ainda essa tomada de consciência que levou a Direcção da Casa à recuperação de um Livro de Actas, já dos anos 60 do séc. XX, que andava perdido numa sala de arrumos, e que permitiu ficar na posse da série completa das Actas da Direcção, além da recuperação de uma grande quantidade de livros de contabilidade, plantas e orçamentos de obras e de muitos papéis soltos e anotações variadas.<sup>9</sup>

O despertar para a importância dos documentos que fazem parte da memória desta Instituição provocou na Direcção e nos demais responsáveis a ideia de reunir e preservar tudo o que pudesse contribuir para o estudo dessa memória. Foi assim que foi igualmente possível refazer as séries completas de duas publicações internas – *Convívio* e *Areia Nova*<sup>10</sup> – e tomar conhecimento da série completa dos Livros de Registo de Admissão (com registos de entrada e de saída), além de dois espólios fundamentais para o estudo da tecelagem e dos bordados – duas das artes fundamentais que o Fundador criou para o processo educativo de “regeneração” das acolhidas.<sup>11</sup> Trata-se de várias centenas de moldes e desenhos, muitos deles trazidos de França, da Fábrica Jacquard (Lyon) – onde o Fundador fez a sua aprendizagem, como se dirá nos capítulos seguintes, e de outros desenhos da autoria de diferentes mestres que ensinaram essas artes no Colégio.

Esses documentos dos séculos XIX e XX repartem-se pelo Salão de Tecelagem e por uma sala da Torre Conventual, numa fase que considero custodial, aguardando a oportunidade

---

<sup>7</sup> Também daqui foram retiradas algumas obras que, posteriormente, voltaram ao lugar de origem.

<sup>8</sup> Esta Livraria Conventual foi das poucas coisas que ficaram depois da morte da última Abadessa, ocorrida a 28 de Julho de 1883, quando o Colégio de Regeneração já ocupava a ala sul do Convento (cf. cap. 2). Algumas obras desta Livraria saíram daqui, incorporadas no conjunto da biblioteca do último ex-Director, vindo a ser posteriormente recuperadas. A Livraria foi, nesta fase, inventariada, em registo informático, pelo Dr. Domingos Araújo, professor da Escola Secundária Carlos Amarante, de Braga. Foram inventariados cerca de quatro dezenas de obras de Teologia e Espiritualidade, Ascética e Mística, mas também obras da área humanista, abrangendo os séculos XVI a XVIII.

<sup>9</sup> V. AP. DOC. Fig. 18 e Doc. 28 e 29.

<sup>10</sup> O *Convívio*, fundado em Dezembro de 1975, é um órgão de informação interna da Instituição, de distribuição gratuita, que pretende ser um elo de ligação entre a comunidade residente e as antigas colegiais, colaboradores, amigos e associados do IMA. O jornalinho *Areia Nova* surgiu em Setembro de 1982, com a inauguração da casa de praia/colónia de férias – situada no sítio da Areia Nova, lugar de Cepães, freguesia das Marinhas, Esposende – com o objectivo de ocupação dos tempos livres e de informar sobre a vida da comunidade em tempo de férias. Foram publicados 27 números.

<sup>11</sup> V. AP. DOC. Doc. 165, 166 e 167.

e meios financeiros para uma inventariação, classificação e exposição condigna, operações que terão de ser realizadas por especialistas nestas áreas.<sup>12</sup>

O arquivo histórico criado reúne os fundos da Casa d'Abrigo, Colégio de Regeneração, Instituto Monsenhor Airosa, P.<sup>e</sup> João Airosa, P.<sup>e</sup> Peixoto Braga, Monsenhor Costa e Silva e Doutor António da Costa Lopes, além de documentação referente ao antigo Convento da Conceição, que agora se incorporaram num só Fundo. O princípio de proveniência remete-nos para um conceito de extrema importância que é a noção de Fundo, entendido como o conjunto de documentos de qualquer natureza, isto é, independentemente da sua idade, suporte, modo de produção, utilização e conteúdo, reunidos automática e organicamente, ou seja, acumulados por um processo natural que decorre da própria actividade da instituição, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral. O Fundo de arquivo representa, em última análise, a unidade fundamental de organização arquivística, a partir da qual se vão fixar todas as unidades de trabalho utilizadas pelos arquivistas.

Este conjunto documental de elevado valor histórico, probatório e informativo, depois de inventariado e classificado, passará a constituir um contributo indispensável para estudos diversificados sobre a história da instituição e tornar-se-á um forte obstáculo a eventuais veleidades de desmantelamento ou retirada da instituição. O arquivo é propriedade da Instituição e não dos órgãos directivos, sejam eles quais forem.

Nesta fase de construção, o arquivo enquanto memória, diz Justino de Magalhães, é anárquico, ou seja, os documentos guardados não foram sujeitos a filtragens; já o arquivo enquanto identidade é objecto sistemático de vigilância (Almeida, 2005: 26). Há riscos que se correm, nesta fase de organização e de armazenamento, mas há a certeza de que os documentos não foram manipulados. Tudo foi aproveitado e, nessa primeira tentativa de 'arrumação', tendo em conta a urgência em dar algum sentido ao 'caos', o processo de arquivamento consistiu num conjunto de operações destinadas ao acondicionamento e ao armazenamento dos documentos em lugares onde pudessem ser classificados e deslocados, seguindo um critério orgânico-funcional, e mantendo integradas as unidades de compreensão. O método utilizado teve em conta a forma como deveriam ser armazenados, isto é, em função do formato e da natureza, assim como a respectiva localização visando a sua futura

---

<sup>12</sup> A Instituição está aberta à comunidade científica para o estudo destas e de outras matérias. Foi nessa linha de conduta que, como já referido, já foram realizados alguns trabalhos de mestrado, na área da tecelagem, e que hoje fazem parte do actual Arquivo.

funcionalidade. Na base destes pressupostos foram os documentos arquivados em pastas, em caixas de arquivo, em prateleiras e gavetas.

À partida, os volumes da Biblioteca do IMA – obras identificadas como sendo do Colégio de Regeneração, outras do P.<sup>e</sup> Airosa e outras ainda do P.<sup>e</sup> Peixoto Braga e do Mons. Costa e Silva – foram imediatamente colocados, na vertical, em estantes próprias.<sup>13</sup> Para as prateleiras foram também os livros de arquivo da área administrativa e contabilística, assim como os documentos impressos (opúsculos) e os manuscritos em formato de livro. Tendo em conta a natureza da grande maioria dos documentos, foram os mesmos colocados na horizontal, e ordenados por grandes temas, tais como: Convento, Mons. Airosa, Colégio de Regeneração, Dominicanas, *Convívio*, *Areia Nova*, Teatro, Música e Imprensa. A secção Música ocupa 24 caixas, o Teatro 3, e o conjunto de Imprensa (muito significativo pelo volume e pelo conteúdo, e com início no ano de 1874) ficou guardado em 13 caixas, sendo os jornais ordenados por década e por ordem crescente. A restante documentação está arquivada em 29 caixas, perfazendo um total de 69 caixas de arquivo.<sup>14</sup>

Foi ainda encontrado um considerável espólio fotográfico relativo a dois períodos, distantes no tempo – correspondentes à direcção do P.<sup>e</sup> Airosa (até 1931) e à direcção do Doutor Costa Lopes (1969-1999). Essas colecções, memória de instantes concretos e transitórios, documentam e testemunham, sobretudo, acontecimentos sociais vividos na instituição nesses períodos marcantes.

A par do documento escrito, o documento iconográfico é uma tentativa de eternizar aquilo que se foi, de fazer com que o passado seja presente. Essa possibilidade é apresentada com a imagem, pois “a fotografia nega-se enquanto suposição de retrato morto da coisa viva, porque é, sobretudo, retrato vivo da coisa morta” (Martins apud Souza e Nobre, 2012: 10). Apesar do aparente silêncio da fotografia, ela pode suscitar múltiplas emoções e sentimentos, reportar-nos para uma determinada mundividência fazendo com que passado e presente se fundam, activando uma memória que torna presente uma realidade ‘congelada’, um instante que ficou para toda a posteridade, tornando-se uma realidade vivida e uma memória perpetuada. A imagem fotográfica, como instrumento de memória e documento, faz perdurar

---

<sup>13</sup> Perante a tarefa que se tornava muito morosa, a Direcção da Casa beneficiou da colaboração de um voluntário, Dr. Amado Vicente, licenciado em História, que, com a minha supervisão, para além da recolha de peças documentais disseminadas pela Casa, se encarregou da arrumação dos livros e dos documentos pelas estantes e pelas caixas de arquivo, tarefa que levou cerca de oito meses. Arquivou, provisoriamente, as fotografias em gavetas e organizou guias de consulta, por grandes temas, do arquivo propriamente dito.

<sup>14</sup> V. AP. DOC. Fig. 3.

as experiências colectivas e individuais, porque como alerta Kossoy (apud Souza e Nobre, 2012):

(...) fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – escolhida e reflectida – de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é, pois documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente. Ela dá a noção precisa do microespaço e tempo representado, estimulando a mente à lembrança, à reconstituição, à imaginação. É, para o historiador, uma possibilidade incontestável de descoberta e interpretação da vida histórica. (p. 13)

A força da imagem, embora tendo em conta a subjectividade da câmara, tem o poder de transmitir a convicção de que aquilo que nós, os espectadores, vemos existiu de facto, que aquilo ocorreu em determinado e exacto momento e que, como realidade, foi apreendido pelo olho do observador (Souza et Nobre, 2012: 13).

A instalação do Arquivo/Biblioteca do IMA e da Biblioteca do Doutor Costa Lopes exigiu um esforço financeiro acrescido à instituição, com a aquisição de 12 estantes de 2.200 x 2.120 cm; 80 caixas de arquivo (37x28x10 cm); um computador, uma impressora e um disco externo; 3 desumidificadores. A adaptação do espaço às novas funções exigiu, ainda, a reestruturação da instalação eléctrica, a colocação de cortinados e a afectação de mobiliário (2 secretárias, cadeiras e 2 armários com gavetas). O ABIMA foi também dotado com o material de escritório necessário, para além da impressão das fichas de registo e descrição dos documentos. Merece uma referência especial, em corpo de texto, a atitude da Direcção da Casa, nas pessoas dos seus Presidente e Tesoureiro – Luís Gonzaga Dinis e José Manuel Torres Martins – que revelaram sempre uma grande receptividade às propostas apresentadas, dando-lhe imediata execução, numa clara percepção da relevância do Arquivo para a história da Instituição.<sup>15</sup>

Depois deste processo, que durou alguns meses, passou-se para uma primeira tentativa de inventariação – numeração e registo, numa base de dados, em *excel*, dos livros da Biblioteca do IMA e dos documentos em formato de livro; organização dos documentos, agrupados por temas, dentro de uma folha dupla de papel-manteigueiro, e arquivados em caixas; inventariação das secções de imprensa e teatro; numeração e identificação das caixas

---

<sup>15</sup> V. AP. DOC. Fig. 4 e 5.



de arquivo; organização de um guião, por temas, das caixas de arquivo; elaboração de resumos da série completa das Actas da Direcção.<sup>16</sup>

Tendo em conta o incessante e natural dinamismo informacional, oposto ao ‘imobilismo’ documental, acima referido, promovi, ainda nesta fase de instalação do arquivo, através da Prof.<sup>a</sup> Elisa Lessa da Universidade do Minho (UM), alguns estudos sobre a secção Música. Foi nesse sentido que surgiu uma primeira abordagem, por parte de dois alunos da Licenciatura em Música, daí resultando um primeiro esboço das obras de compositores italianos, executadas no Colégio de Regeneração, logo seguidos por outra aluna da mesma Universidade, sobre o Teatro Musicado, representado na Instituição.

### **1.3. O ABIMA – Processo de classificação**

Se é verdade que os arquivos e as bibliotecas são tesouros inesgotáveis, nos quais, no presente, se pode descobrir a memória do passado, é necessário que essas fontes de conhecimento estejam abertas à investigação e se tornem funcionais. Assim, o acesso aos documentos implica a criação de um sistema de indexação e cotização das séries e das peças arquivísticas, com informação precisa sobre a localização, identificação, descrição e catalogação (Magalhães, 2007: 11). A informação sobre um arquivo traduz-se, em regra, em registos impressos ou digitalizados – inventário, repertório, catálogo, roteiro, que possibilitem e facilitem o acesso ao conhecimento, já que essa deverá ser a prioridade máxima de um arquivo. A descrição qualificada possibilita um acesso eficaz à informação facilita a concepção e realização de actividades educativas e de divulgação (Barros, 2007).

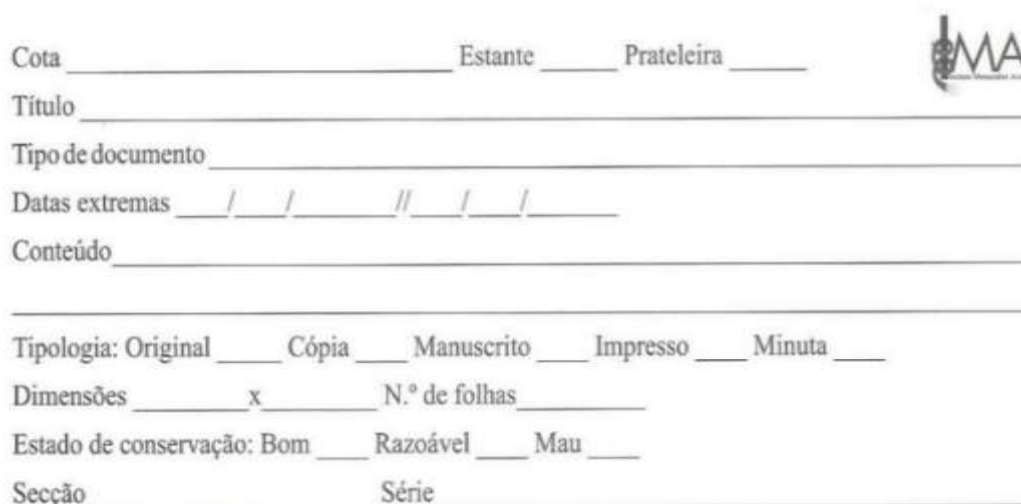
O primeiro grande problema a resolver, depois do processo de recolha, foi encontrar a estrutura mais adequada à inventariação das peças. O trabalho de arquivo não é mais que pôr em ordem o caos, aparente ou real, dos documentos, e torná-lo útil à instituição e a outros possíveis utilizadores. E é uma constante, na prossecução desta ordem, criar esquemas classificatórios e “objectos culturais” que sirvam para homogeneizar este caos a desordem natural, fruto da acumulação pautada ao ritmo da vida dos organismos e das pessoas (Borja Aguinalalde, 2013: 32).

---

<sup>16</sup> Nesta fase, apareceu um novo colaborador, o Dr. Moreira da Costa, licenciado em Filosofia, que se encarregou da parte informática inicial e do tratamento das secções de imprensa e teatro. A grande maioria das outras tarefas foi executada por Amado Vicente.

A documentação arquivada distribui-se por áreas, secções e séries, diversas quanto à sua natureza e quanto à temática. Depois de ter definido um quadro de classificação em secções e séries, tentei, sem êxito, estabelecer um contacto com dois responsáveis de arquivos de Braga, tendo acabado por recorrer à responsável pelo Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim<sup>17</sup> e chegado à conclusão de que, com base nos dados essenciais que deveriam integrar esse instrumento de inventariação e classificação, seria preferível criar uma ficha especificamente adaptada ao caso do IMA.

Detentor dos elementos essenciais que deveriam integrar a ficha descritiva, elaborei um esboço que coloquei à consideração dos dois colaboradores que, nesse momento, já se encontravam a trabalhar na organização. Ponderados todos os pormenores, foi o projecto apresentado à Direcção. Depois de solicitados os necessários orçamentos, procedeu-se à sua impressão; as fichas são preenchidas, a lápis, para descrição dos documentos (v. Fig. 1).



O formulário de Ficha de Inventário do IMA contém os seguintes campos:

- Cota \_\_\_\_\_ Estante \_\_\_\_\_ Prateleira \_\_\_\_\_
- Título \_\_\_\_\_
- Tipo de documento \_\_\_\_\_
- Datas extremas \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ // \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
- Conteúdo \_\_\_\_\_
- Tipologia: Original \_\_\_\_ Cópia \_\_\_\_ Manuscrito \_\_\_\_ Impresso \_\_\_\_ Minuta \_\_\_\_
- Dimensões \_\_\_\_\_ x \_\_\_\_\_ N.º de folhas \_\_\_\_\_
- Estado de conservação: Bom \_\_\_\_ Razoável \_\_\_\_ Mau \_\_\_\_
- Secção \_\_\_\_\_ Série \_\_\_\_\_

Logo do IMA (Instituto Municipal de Arquivo) no canto superior direito.

Figura 1 - Ficha de Inventário

A organização do Fundo de arquivo significa classificar os documentos e este trabalho de classificação está a ser desenvolvido por uma equipa de três voluntários,<sup>18</sup> que em Janeiro

<sup>17</sup> Este contacto surgiu na sequência de um convite que a Dr.ª Teresa de Araújo, responsável por este Arquivo Municipal, me dirigiu para proferir uma palestra sobre “A importância do registo para a memória histórica”, que ocorreu no dia 8 de Junho de 2012, na comemoração do Dia Internacional dos Arquivos. Aqui deixo a minha gratidão pela colaboração prestada na criação desta ficha.

<sup>18</sup> A equipa é formada pela Prof.ª Emília Costa, Amaro Alves e Manuel Lopes Martins. Não posso deixar de, pessoalmente e também em nome da Instituição, lhes agradecer a pronta anuência ao convite que lhes fiz e deixar o reconhecimento por um trabalho de reconhecido mérito e de um alcance incalculável para o conhecimento histórico do IMA.

de 2013 iniciou esta tarefa e que a ela dedica, regularmente, duas manhãs por semana. Até ao dia 1 de Outubro de 2014 foram preenchidas 3.050 fichas.

Está a ser usado o método numérico simples, sendo atribuído um número a cada documento, a partir do qual serão organizados os documentos, facilitando a localização em estantes mas também dando indicação precisa das caixas de arquivo porque elas estão identificadas, na lombada, pelos números de início e termo dos documentos aí guardados. O preenchimento e descrição exigem o conhecimento do conteúdo do documento, tarefa que, muitas vezes, exige muito tempo e grande esforço de leitura, interpretação e síntese. O grande problema do tratamento dado a este Fundo está na classificação do documento em *Secção* (SC) e *Série* (SR), correspondendo aquela aos assuntos e esta aos sub-assuntos. A classificação levanta, normalmente, muitas dúvidas que têm sido superadas com o conhecimento gradual do contexto da documentação existente ou fazendo uso do senso comum. Em alguns casos mais problemáticos os voluntários recorrem ao meu parecer. Mas descrever um documento não é tarefa fácil, pois, como bem avisa Borja Aguinalde (2013),

(...) describir documentos con juicio y sentido común y práctico es, sobre todo, un arte. Arte que no está al alcance de todos, ni mucho menos pueden suplir los fantásticos medios tecnológicos hoy a nuestro servicio. Y arte para cuyo desarrollo es preciso, como decía antes, educar *el ojo del experto*. (p. 36)

Recomenda este autor que todos os documentos que aparecem posteriormente, já depois do inventário realizado, e toda a sorte de papéis “que aparecem en los baúles y que constituyen la alegría de archiveros e investigadores, por las sorpresas que suelen esconder” (id., *ibid.*) devem igualmente ser descritos.

É através da *Secção* e da *Série* que, fundamentalmente, o acesso ao documento se vai fazer. Daí a particular atenção ao esquema mental que é preciso ter presente. Foram criadas, no início, determinadas secções que, por sua vez, continham várias séries. Todavia, à medida que os documentos se multiplicam e diversificam são acrescentadas novas secções e novas séries que vão sendo registadas, em suporte em papel. Foram definidas, até ao presente, cerca de 30 secções – entre outras, Colégio de Regeneração, Mons. Airosa, Dominicanas, Imprensa, Administração, Música, Internas, Obras, Oficinas, Admissões, Confrarias, Teatro, Segurança Social. Cada uma das secções, como já foi referido, divide-se em várias séries.

A ficha manual, de certo modo insubstituível, não é suficientemente ágil para facilitar o acesso ao documento. Por isso mesmo, desde o início deste processo, sempre estive presente o propósito de proceder ao registo informático para que a busca se tornasse mais

rápida e eficiente. Depois de várias consultas sobre a melhor e mais prática base de dados, acabei por decidir pela base em *Access*. O conteúdo da ficha estava definido mas era necessária a construção e lançamento dos dados que estavam a ser processados pela equipa de inventariação e classificação. Nesse sentido, fiz dois convites<sup>19</sup> para a construção da referida base (v. Fig. 2) e para a execução da tarefa da inserção de dados, tarefas que teriam de ser desenvolvidas em estreita articulação.

Figura 2 - Folha da base de dados (em *Access*)

A última fase deste demorado processo passará pela digitalização dos documentos, o que implicará, em primeiro lugar, a aquisição de um *scanner* tipo A3. O professor convidado para a tarefa de digitalização disponibilizou-se, ainda, para organizar a secção de fotografia, que é particularmente rica no período do Fundador e no do último Director. Atendendo a que se trata de um material muito específico, foi decidido consultar o responsável pelo Museu da

<sup>19</sup> Os convites foram feitos ao Dr. Lino Abreu e ao Dr. António Carvalho. O primeiro, licenciado em Filosofia e professor aposentado da Escola Secundária Sá de Miranda, Braga, é perito nas novas tecnologias e acedeu gentilmente ao convite que lhe dirigi para a construção da base de dados, em *Access*, da ficha de arquivo já elaborada; o segundo, é mestre em História da Educação e da Pedagogia, professor aposentado, e foi convidado para esta tarefa mas prestou outros serviços na área do controle administrativo. Agradeço, a ambos, em nome do IMA, os valiosos serviços prestado ao bem comum.

Imagem, de Braga, para colher informação adequada para proceder ao arquivo correto destas peças.<sup>20</sup>

O arquivo, através dos seus elementos materiais, documentados, transmite valores imateriais e identitários da instituição, tanto em suporte escrito como na sua própria localização física. Foi esse entendimento que me levou à concretização deste projecto da preservação da memória, sabendo que ela depende da gestão da informação feita de forma consciente, salvaguardando o passado que valoriza o presente e antecipa o futuro. Enquanto memória, o arquivo documenta basicamente o vivido, conferindo-lhe, segundo Magalhães (2007), um sentido e quando

(...) tomado de forma integrada, nos planos diacrónico e sincrónico, e não como uma justaposição de séries, [é] que o arquivo de uma instituição se reveste de uma continuidade e de uma representatividade que o tornam imprescindível para a reconstrução histórica do itinerário e da identidade dessa mesma instituição educativa. Se tomado na sua complexidade e na sua diacronia, o arquivo constitui um referencial básico para o entendimento e a construção do sentido evolutivo de uma instituição educativa (p. 74).

Muito para além da sua função de depósito, o arquivo permite uma projecção e uma reinvenção da própria tradição e tem um duplo sentido. Se, por um lado, significa a preservação da memória, por outro, representa a identidade de uma instituição. Daí a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e uma articulação entre a arquivística e a historiografia. É neste contexto multifacetado e diverso da sua temporalidade que o arquivo se torna um lugar privilegiado de informação e construção do sentido evolutivo para a história de uma instituição educativa (Magalhães, 2007: 74). Assim como uma biblioteca não é um amontoado de livros, também um arquivo não é uma justaposição de séries de documentos. Tem de ser tomado de forma integrada, nos planos diacrónico e sincrónico, para a reconstrução histórica do itinerário e da identidade da instituição.

Enquanto memória, escreve Justino de Magalhães, o arquivo representa o vivido, mas enquanto imagem da realidade, o arquivo é um quadro, pelo que remete para a acção. Daí a sua riqueza informativa e a sua imprescindibilidade da mundivisão de uma realidade que continua a merecer a atenção de quem quer saber mais (Magalhães, 2007: 74). Assim, a construção da história desta instituição educativa que agora se apresenta resulta, em boa parte, do vaivém progressivo entre o arquivo e a memória.

---

<sup>20</sup> O contacto com este responsável, Dr. Rui Prata, foi estabelecido pelos Drs. António Carvalho e Amado Vicente. O pedido de orientação foi prontamente atendido por aquele responsável, a quem a Instituição fica reconhecida pelo apoio dado. Trata-se de um processo em curso. Entretanto, já foi feita a inventariação.

A reconstituição do arquivo é fundamental, em trabalhos como este. Sem arquivo não há instituição. Trata-se de reconstituir a instituição, do ponto de vista da informação substantiva e da interpretação da mesma. Este longo e meticuloso trabalho foi, em boa parte, condição necessária para que a presente tese se pudesse fazer com segurança.

Mas a valência do arquivo, num trabalho como este, é condição necessária também para que seja assegurada a dialéctica da investigação entre a noção de verdade, a informação histórica, permitindo dar testemunho e voz a uma diversidade de agentes, à complementaridade de perspectivas, à dialéctica/construção do sentido. Com efeito, sem se conhecer e reconhecer com idoneidade e segurança quem é quem, quem fez o quê, quem disse o quê e em que circunstâncias não seria possível trabalhar a complexidade de espaços, tempos, acontecimentos, realizações. Foi fundamental reconstituir o arquivo e fazê-lo já sob um cruzamento entre heurística e hermenêutica. Isso pode ser atacável do ponto de vista arquivístico, mas é inteiramente aceitável do ponto de vista historiográfico.

A reconstituição criteriosa do arquivo, por secções, tipos de informação, agentes e testemunhos, confere ao objecto estudado o sentido instituinte, diversifica e gera idiosincrasias com potenciais leitores. Ou seja, as narrativas e experiências vividas pelas internas despertam nos atuais leitores uma aproximação diferente daquilo que sucede com a acção dos agentes de poder. A imprensa confere quotidianidade ao passado e ainda hoje pode ser lida com esse sentido. Este trabalho, começando no arquivo e construindo uma narrativa historiográfica, integra o objecto estudado na memória colectiva, posto que gera confluência entre o passado e o presente, entre os agentes de ontem e os leitores do presente. Dá significado e torna inteligível o passado.

O arquivo produz conhecimento e continua a ser explorável, é o paradigma de construção de conhecimento de história das instituições educativas. Funciona como uma dialéctica entre a memória e a organização de um pensamento; dá representatividade; confere identidade e espelha a instituição.



## **2. CASA D'ABRIGO/ COLÉGIO DE REGENERAÇÃO (1869-1931)**





A Casa d'Abrigo/Colégio de Regeneração, um sinal luminoso, surge em Braga pela iniciativa de um jovem sacerdote, na segunda metade do século XIX, para acolher jovens e mulheres, vítimas de abuso sexual e de exploração feminina, num contexto de pobreza que, nos finais do século, era um estigma que sufocava uma significativa percentagem da população desta região, assim como do restante país. O Recolhimento não é uma fuga do mundo mas uma forma criativa e inspiradora de reinserção, de regresso ao mundo e às coisas, uma porta aberta para a Vida.

No breve historial que aqui traço fica uma apresentação sumária, uma visão panorâmica da identificação de uma instituição educativa, única, no seu género, no país.

## **2.1. Contexto sociopolítico e religioso. A Igreja em Portugal nos anos 30-60 do séc. XIX**

A obra do P.<sup>o</sup> Airosa não é fruto de uma revelação ou de uma inspiração instantânea. As ideias e as medidas políticas do regime liberal haviam abalado uma parte significativa da igreja portuguesa, através da supressão das Ordens Religiosas e da intervenção do Governo na apresentação dos padres e dos bispos nos benefícios eclesiásticos. Recorde-se que a arquidiocese de Braga passou, entre 1827 e 1843, por um longo período de *sede vacante*, sem precedentes, devido às lutas entre miguelistas e liberais, num contexto de cisma religioso da igreja portuguesa com o Vaticano, debatendo-se numa grande anarquia onde as discórdias eram irredutíveis (Ferreira, 1934: 103).

Ao clero diocesano, através da presença actuante nas paróquias, competia a orientação e instrução religiosa dos fiéis, no âmbito das comunidades paroquiais. Com a supressão das Ordens Religiosas e o encerramento dos Seminários, esclarece Ramos (2009), o governo

(...) passou a tutelar tudo, das Misericórdias às irmandades, e controlava a formação e carreira do clero: todas as nomeações e promoções dependiam do ministro da Justiça. Os párocos passaram a ser, na prática, funcionários públicos encarregados do registo de nascimentos, mortes e casamentos. (p. 9)

Os candidatos ao sacerdócio que, entretanto, foram sendo ordenados não possuíam instrução teológica e, sobretudo, faltava-lhes a formação espiritual que, em boa parte, era dada pelos religiosos conventuais. Reinava, pois, a ignorância, a indisciplina e a anarquia na Igreja.

Alexandre Herculano, em 1842, pede compaixão e cuidado para com os religiosos expulsos dos conventos, esses homens “sábios e virtuosos do nosso sacerdócio”, deixando antever a perda que constituía para o país o fim da instituição que tinha “metade” da inteligência portuguesa, da qual haviam saído muitos bispos, como D. Frei Caetano Brandão (Braga), D. Francisco Gomes de Avelar (Faro), D. Frei Manuel do Cenáculo (Évora) ou D. Frei Francisco de São Luís Saraiva (bispo de Coimbra e patriarca de Lisboa). Reconhece que havia necessidade de uma reforma, face à nova sociedade portuguesa, em relação ao *Antigo Regime* e, por isso, não apoia o seu regresso. Critica o clero inculto que não lê os padres da Igreja, admitindo que estariam a afastar-se das tradições mais originais do cristianismo. E formula um voto: “Oxalá venha em breve o dia em que o clero deste país possa receber uma educação digna do seu elevado destino, e conhecer, por estudos severos e bem dirigidos, que ser cristão não é ser hipócrita nem fanático” (apud Clemente, 2002: 74-76).

Mas o reconhecimento deste estado de decadência vem de dentro da própria Igreja. É o caso do bispo-conde de Coimbra, D. Manuel de Bastos Pina, que não hesita em apontar a falta de preparação intelectual e religiosa dos clérigos como uma das grandes causas da deficiência eclesial portuguesa. Numa análise acutilante, Bastos Pina (apud Clemente, 2002) afirma:

(...) tendo-se extinguido as ordens religiosas, e fechado os Seminários em 1834, ficou no mais completo e lastimável abandono toda a educação e instrução eclesiástica, e os aspirantes ao sacerdócio sem magistério, sem exemplos e sem escola em que pudessem instruir-se ainda o mais rudimentarmente nas ciências teológicas e morais, e adquirir e aprender a vida piedosa e devota. (p. 90)

Testemunho coincidente com o de Bastos Pina, no tempo e na perspectiva, é o de Mons. Sinibaldi<sup>1</sup> (apud Clemente, 2002):

Encerrados, depois da guerra civil, em 1834, todos os conventos e seminários de Portugal, diminuiu naturalmente o número de sacerdotes, e aqueles poucos que se consagravam ao ministério dos altares, não podiam receber, como não tinham recebido uma educação científica e moral proporcionada à excelência e santidade do sacerdócio. (p. 90)

O ressurgimento da arquidiocese bracarense iniciou-se com a nomeação de D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo, Lente na Faculdade de Teologia de Coimbra, e só veio a efectivar-se em 1843, depois de restabelecidas as relações diplomáticas, em 1841, entre

---

<sup>1</sup> Tiago Sinibaldi, padre italiano, veio para Coimbra em 1866, por influência de D. Manuel de Bastos Pina, como mestre neotomista. Mais tarde, foi Reitor do Colégio Português, em Roma (1900-1913). Este colégio foi fundado para dar formação aos clérigos portugueses que a não podiam receber em Portugal.

Portugal e a Santa Sé, o que deu lugar a um clero colaboracionista. O arcebispo tomou algumas medidas relativas à formação do clero, mas o processo de mudança foi muito lento. A arquidiocese de Braga foi subsistindo, embora privada dos seus religiosos e da pouca preparação e indisciplina do seu clero. Em 1856, com a morte do então cardeal D. Pedro Paulo de Figueiredo, é nomeado D. José Joaquim de Azevedo e Moura, conhecido como o grande reformador do Seminário de Braga que, mesmo antes de dar entrada na arquidiocese, estabeleceu um Regulamento dos Estudos para o Seminário de S. Pedro e o mandou publicar e fazer cumprir. Com um plano de estudos adequado e exames obrigatórios, com a introdução de regras disciplinares para os que desejavam ordenar-se, o Seminário começou a dar frutos e a corresponder às suas finalidades. Como veremos no capítulo seguinte, João Pedro Ferreira Airosa foi um dos primeiros alunos que frequentou o curso trienal do Seminário de Braga.

A obra do P.<sup>e</sup> Airosa surge, dez anos depois (1869), nesta conjuntura nacional marcada pela matriz do movimento reformador do catolicismo, na segunda metade do séc. XIX. A igreja pretendia repor os valores do catolicismo abalado pelas ideias do regime liberal e esse movimento de renovação, ultrapassadas algumas dificuldades e vencidas certas resistências, inicia-se com o relançamento de algumas missões populares, numa tentativa de recristianização do país. A grande dificuldade estava porém na falta de religiosos qualificados, que só a partir dos anos 50 começaram a regressar – como é o caso de alguns missionários jesuítas.

Havia a consciência de que a renovação do catolicismo passava, antes de mais, pela preparação de um clero mais instruído e com formação mais sólida. Entretanto, os religiosos vão começando a chegar ao país e a relançar as bases do movimento de renovação através da pregação de “missões”, sobretudo nas paróquias urbanas. Fundam congregações de carácter religioso como a Pia União das Filhas de Maria e a União do Apostolado da Oração e do Coração de Jesus que dariam continuidade ao trabalho encetado.

É assim que, no ano de 1869, as pregações quaresmais, em Braga, são orientadas pelos padres jesuítas Carlos Rademaker<sup>2</sup> e João Baptista Melli,<sup>3</sup> e pelo P.<sup>e</sup> João Rebelo Cardoso de

---

<sup>2</sup> O P.<sup>e</sup> Carlos João Rademaker nasceu em Lisboa e ingressou na Companhia de Jesus em 1846, em Itália. Regressou a Portugal com a missão de tentar restaurar a Província Portuguesa da Companhia de Jesus. Em 1858, fundou o Colégio de Campolide (Lisboa) e com outros jesuítas que se lhe juntaram, vindos principalmente de Itália, organizou *missões* que foram percorrendo o país, em muitos casos enfrentando a hostilidade aberta das autoridades e da opinião pública liberal. Faleceu a 6 de Junho de 1885.

<sup>3</sup> O P.<sup>e</sup> Melli, siciliano, veio para Portugal, fugido da revolução de Garibaldi, e aqui permaneceu cerca de 30 anos. Em 1869, colaborou nas missões, em Braga, com o P.<sup>e</sup> Rademaker. Voltou à Itália tão pobre como de lá

Menezes,<sup>4</sup> tendo ficado hospedados em casa do P.<sup>e</sup> João Pedro Ferreira Airosa. Este era capelão da igreja do Carmo, na cidade de Braga. Antes, havia passado algum tempo como coadjutor na paróquia citadina de Maximinos e uns meses como pároco de uma aldeia rural de Barcelos. Detentor de um coração idealista e generoso, atento aos sinais do tempo,<sup>5</sup> o P.<sup>e</sup> Airosa lança mãos a uma causa que nem ele saberia bem onde iria chegar mas que acabaria por notabilizá-lo. A palavra dos missionários, para além de alertar para problemas de fé e de prática religiosa, terá despoletado uma série de problemas de carácter moral e social aos quaisurgia dar resposta. Terá sido essa a razão fundamental que levou o P.<sup>e</sup> Airosa a encabeçar um projecto, apoiado pelas filiadas na Pia União das Filhas de Maria, para recuperar e reabilitar mulheres e jovens com condutas desviantes.

O país, na segunda metade do século, vivia tempos de instabilidade política, pautando-se pela alternância dos partidos numa luta sem tréguas. Economicamente, atravessava momentos de grave penúria, vivendo do sector primário da agricultura e com uma indústria quase inexistente. A avassaladora maioria da população era analfabeta. Os surtos migratórios conduziam, sobretudo, ao Brasil. Num esforço de renovação religiosa, mas também no intuito de dar respostas sociais, surgem algumas instituições de cariz religioso voltadas para a assistência, como as Irmãzinhas dos Pobres, que abrem asilos a partir de 1884, e as Religiosas do Bom Pastor, chegadas pela mesma altura, que abrem casa em Lisboa e no Porto para a regeneração de raparigas, e ainda a implementação das Conferências de S. Vicente de Paulo que, ao Norte, chegaram através da acção do P.<sup>e</sup> Sena Freitas. No terceiro quartel do séc. XIX, Teresa de Saldanha funda as Terceiras Dominicanas de Santa Catarina de Sena para se dedicarem à educação e à assistência.

Finalmente, há uma outra circunstância que ocorre nesse mesmo ano de 1869, em 23 de Fevereiro, que é a abolição definitiva da escravatura em todo o império português. Ora, a prostituição e todos os outros meios de subjugação da mulher não deixam de ser também uma certa forma de escravatura que urgia combater através da sua reabilitação e dignificação. A ocorrência temporal da abolição da escravatura e da fundação da obra do P.<sup>e</sup> Airosa, talvez não passe de uma mera coincidência mas não deixa de ser altamente significativa.

---

viera (Capela, 1992). Por ocasião do seu falecimento, foi elaborado um opúsculo, *In Memoriam* (1905), com vários testemunhos em seu louvor. O P.<sup>e</sup> Airosa assina o texto “Retrato”, pp. 28-29 (ABIMA n.º 18, 1-5).

<sup>4</sup> O P.<sup>e</sup> João Menezes, natural de Vila Real, era contemporâneo e amigo do P.<sup>e</sup> Airosa. Foi nomeado bispo de Lamego, em 1887.

<sup>5</sup> O ano de 1869 fica assinalado na Igreja por um acontecimento notável na história eclesiástica contemporânea, porque, no dia 8 de Dezembro, teve início o Concílio Vaticano I que, ao fim de 4 sessões, interrompeu os seus trabalhos, e em Outubro de 1780 foi adiado para melhores tempos.

## 2.2. Fundação da Casa d'Abrigo

Foi inaugurado este estabelecimento de beneficencia no dia 18 d'agosto de 1869, por iniciativa de piedosas senhoras pertencentes a uma associação de caridade, no intuito de recolher as mulheres cahidas, e rehabilital-as pela oração e o trabalho. Uma senhora de elevadíssimos sentimentos emprestou generosamente para tal fim uma casa sita no Areal, subúrbios d'esta cidade; crescendo porém, rapidamente o numero das victimas do mundo que de toda a parte alli concorriam a implorar a esmola do acolhimento, e não offerecendo a casa a capacidade bastante para as comportar, teve de mudar-se o collegio para a casa da Armada, tomando-se d'arrendamento a casa e quinta em 20 de Março de 1871.

Este edificio, sufficientemente espaçoso, e em boas condições hygienicas, tinha comtudo o inconveniente de ficar muito longe da cidade, o que prejudicava a boa administração do estabelecimento; e por este motivo se mudou novamente para a casa do Avelar de Baixo, na rua dos Pellames, onde actualmente se acha installado.

A casa d'abrigo, cuja organização fora approvada pelo Prelado Diocesano, foi admnistrada até maio de 1874 pelas senhoras a cuja iniciativa era devida, mediante um regulamento provisorio. Hoje possui já estatutos approvados pelo Exmo. Snr. Arcebispo Primaz D. José Joaquim d'Azevedo e Moura, em provisão de 20 de maio de 1874, e approvados egualmente pelo Exmo. Governador do districto, Conde de Margaride – por alvará de 15 de maio do mesmo anno.

Foi depois da approvação d'estes estatutos, e em virtude d'elles que a casa d'abrigo, passou a denominar-se *Collegio de Regeneração*.

Fonte: “Breve Noticia acerca do Collegio de Regeneração da cidade de Braga”, 1880  
(ABIMA n.º 44, 1-3)

Esta é a história contada na primeira pessoa, pelo P.<sup>e</sup> João Airosa, sobre os primeiros passos da obra que, por humildade, atribui à acção de piedosas mulheres da Pia União das Filhas de Maria. Qual é o desafio que está na génese da fundação desta Casa? Que resposta? Que causas próximas o terão levado a dar esse passo? Em que contexto surge esta nova instituição? De que meios dispunha? Que estratégias tinham ele em mente? Estas são algumas das muitas questões que se nos colocaram quando se levantou a hipótese da elaboração de um estudo sobre a instituição, que conta já com mais de 140 anos de existência e com um longo historial de vida, no âmbito da História da Educação dos séculos XIX e XX.

Não é por acaso que inicio este capítulo com a reprodução das palavras do Fundador que, só por si, revelam bem o seu sentido de história. Foi, certamente, esse apurado sentido que o levou a arquivar, sistematicamente, os inúmeros exemplares da imprensa da época, com alusões à instituição, e todos os relatórios, memórias e textos que escreveu e publicou para, como hoje diríamos, memória futura. Além disso, tinha uma escrituração que poderá ser considerada modelar, com os registos fundamentais referentes a admissões, actas, tesouraria, cadernos e notas dispersas que, apesar das vicissitudes do tempo, conseguiram chegar até nós em razoável estado de conservação, esperando, como já se disse no capítulo referente ao Arquivo, que essa documentação esteja definitivamente acautelada e salvaguardada.

### **2.2.1 O problema e a resposta**

Em meados do séc. XIX, a Europa passava por um período de grande prosperidade. Segundo Fontes Pereira de Melo, Portugal era um “país de povoações que não se comunicam, de habitantes que não convivem, de produtos que não circulam, de manufacturas que não se transportam, e até de riquezas e maravilhas que não se conhecem” (in Ramos, 2009: 33-34).

O surto desenvolvimentista levado a cabo pelo Fontismo encurtou distâncias com a abertura de estradas e a introdução do caminho-de-ferro. Verificou-se um grande esforço de adaptação a um novo estilo de vida, de tipo europeu, pela frequência dos teatros e das termas. Aumentou a corrente migratória para o Brasil, estimulando o comércio e o aumento do envio de remessas. Aumentou o cultivo das terras e da indústria. Entretanto, a população permanecia, na sua grande totalidade, analfabeta, detendo a taxa de analfabetismo mais alta da Europa. Politicamente, reinava a instabilidade: “entre 1868 e 1871 houve cinco eleições, um golpe de Estado (o último de Saldanha) e oito governos” (Ramos, 2009: 49). Entretanto, a Igreja portuguesa ia-se refazendo e as congregações religiosas começavam a reinstalar-se, protegidas por fidalgos da Corte, mas logo foram alvo de nova expulsão. Antero de Quental apontava-a como uma das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*.

Era um país a duas velocidades. Como vivia o povo? Inculto e analfabeto. Os problemas sociais, que antes muito dependiam das Misericórdias e da Igreja, passavam agora à margem dos governantes. Ao clero, como refere o P.<sup>e</sup> Airosa, capelão da igreja do Carmo, chegavam muitos desabafos de ordem moral causados por um conjunto de circunstâncias várias, como o abuso do poder dos mais fortes e os atentados contra a integridade moral dos

mais frágeis, a quem não restava senão anuir a desejos e prepotências para conseguir sobreviver. A quem recorrer?

Perante os problemas e a dor das jovens e mulheres humilhadas pelas circunstâncias, feridas na sua honradez, que lhe pedem ajuda, o P.<sup>e</sup> Airosa não se refugia na oração nem nos meros conselhos de ordem moral para evitar as ocasiões. É necessário tomar decisões e, perante os graves problemas que se lhe deparam, não se desculpa com incapacidades de carácter financeiro ou com falta de 'logística'. Incapaz de se quedar na quietude das meditações e de se refugiar na mística das contemplanções, lança mão dos meios disponíveis à sua volta e arranja um local onde possa acolher e dar resposta aos problemas, ultrapassando os juízos que dele possam vir a fazer e ignorando a prepotência dos causadores dessas feridas. Sendo conhecido como um homem de contemplação, ele é, simultaneamente, um homem de acção, um aventureiro que avança com um projecto pensado e rapidamente amadurecido para dar a mão a quem dele precisa com urgência. Às recolhidas e às circunstâncias que as levaram a procurar este porto de abrigo dedicarei uma análise mais fina nos capítulos 4 e 5.

### **2.2.2. A Casa d'Abrigo**

O P.<sup>e</sup> Airosa funda, então, a Casa D'Abrigo, com aprovação eclesiástica diocesana e com um regulamento provisório. A Casa fica instalada, num primeiro momento, na rua do Areal, na freguesia urbana de S. Victor, Braga, numa casa gratuitamente cedida por D. Ana Emília de Jesus Vieira que, atendendo à localização e ao estatuto da benfeitora, não deveria ter capacidade para mais de seis pessoas. A organização inicial seria muito simples, pelo que ficou descrito no 1.º Livro de Estatística do Colégio de Regeneração 1869 a 1890.<sup>6</sup> A primeira directora/regente foi a senhora D. Matilde Máxima da Silva, solteira, natural da cidade do Porto e residente em Braga, na rua de Santo André, que, além do serviço prestado à obra, ainda contribuiu com os seus parcos rendimentos pessoais. Esta senhora, por doença, deixou de reger a Casa no dia 5 de Julho de 1872, ficando em seu lugar D. Antónia Maria de Carvalho, da cidade de Braga, tendo-lhe sucedido D. Rosa de Abreu, que fora regente no Recolhimento de S. Gonçalo, também em Braga. Depois deste ciclo de regentes, em 1877, vieram as Religiosas Dominicanas de Benfica, que assumiram a direcção interna.

---

<sup>6</sup> Os livros citados neste e nos capítulos subsequentes estão no Arquivo/Biblioteca do Instituto Monsenhor Airosa – ABIMA n.º 60, 1-3. Os livros de Estatística (Entradas e Saídas) encontram-se, devidamente identificados, no Gabinete da Direcção Interna do IMA.



Muito pouco se sabe desse período inicial, porque, não havendo ainda uma organização devidamente estruturada, não há actas nem outro tipo de documentação sobre o qual se possa fazer história. Há, todavia, dois testemunhos coevos, credíveis, de dois homens bem posicionados na sociedade bracarense – Almeida Braga<sup>7</sup> e o P.<sup>e</sup> Martins Capela.<sup>8</sup> O primeiro escreve, em 1872, o texto “Uma obra sancta” na revista *Estrella D’Alva* (Braga, 1872: 76-79), onde exalta a obra acabada de nascer para a reabilitação das raparigas que dela careçam. O segundo, no texto “O grão de mostarda”, inserido em *Ilustração Católica* n.º 80, (in Capela, 1992: 317), compara a obra do P.<sup>e</sup> Airosa à parábola evangélica; apesar de publicado apenas em 1916, este texto fornece dados referentes à Casa do Areal, pois que, informa P.<sup>e</sup> Martins Capela, conheceu bem nos seus inícios, ali se havendo deslocado várias vezes a celebrar missa para as recolhidas.

Sabe-se, todavia, que bem depressa a Casa se tornou pequena para o número de solicitações que recebia e, em 20 de Março de 1871, o P.<sup>e</sup> Airosa arrenda a Casa e Quinta da Armada, sita na mesma freguesia de S. Victor, para aí instalar a instituição em contínuo desenvolvimento. Crescia, entretanto, a consciência de que a obra precisava de reconhecimento jurídico-institucional, não só para se afirmar plenamente perante a sociedade civil, como para poder auferir de subsídios estatais, fazer face aos encargos com as internas e propiciar instalações definitivas e condignas. É assim que surgem os primeiros *Estatutos* aprovados pela competente autoridade civil, em 15 de Maio de 1874, adoptando também uma nova denominação – *Colégio de Regeneração*. A conveniência de um local mais central levou, entretanto, à sua transferência para junto dos muros da velha cidade, em 29 de Setembro de 1874, para a casa do Avelar de Baixo, na Cangosta de Urjais (ou Orjais), com saída para a rua dos Pelames, n.º 74, onde funcionou até finais de 1879. Desde a sua fundação até Julho de 1874, por aí terão passado 130 “extraviadas”, segundo *O Comércio do Minho*, de 8 desse mês.

---

<sup>7</sup> João Joaquim de Almeida Braga nasceu em Braga, no mesmo ano que o P.<sup>e</sup> Airosa (1836), vindo a destacar-se pela “sua bondade e caridade”, tendo sido apelidado como “santo”. Jornalista e escritor, na sua curta vida de 35 anos, publicou vários textos na imprensa da época, nomeadamente nos jornais de Braga, e foi autor de várias obras, entre as quais se destacam peças de teatro e dramas (Gomes, 2004: 127-128).

<sup>8</sup> O P.<sup>e</sup> Martins Capela foi ilustre professor, investigador e arqueólogo notável. Nasceu em Terras de Bouro (1842) e recebeu a ordenação sacerdotal em 1866. Visitou institutos religiosos em França, Itália e Espanha com o objectivo de comparar sistemas em ordem à reforma do Seminário de Braga. Foi professor em vários estabelecimentos escolares – Ermesinde, Viana do Castelo e Braga. Foi introdutor da Filosofia Tomista no Seminário de Braga. Desenvolveu um trabalho significativo na arqueologia portuguesa, deixando várias obras publicadas, e foi sócio correspondente de várias academias. Faleceu em 1925, em Terras de Bouro, com 83 anos de idade.

### 2.2.3. Institucionalização da obra nascente

O ano de 1874 constitui um marco histórico na vida desta instituição. No mês de Maio é provida de um regime jurídico, com a aprovação dos seus *Estatutos*, e no mês de Setembro muda-se para as instalações da Casa de Avelar de Baixo, com uma maior centralidade e outra facilidade de expansão.

Sem pretender, de modo algum, apresentar um quadro da vida citadina desse tempo, ocorre-me uma pequena descrição de um homem de Letras que de Lisboa sobe até à província do Minho, nos inícios da década de 70 do século XIX, para ver com os seus próprios olhos as belezas naturais que, através de vagas referências, lhe chegavam à capital. Refiro-me a D. António da Costa,<sup>9</sup> escritor distinto, político e o primeiro ministro da Instrução que, deslumbrado com o que vê, se rende às belezas naturais desta província, tomando-a como tema de um novo livro, *No Minho*, no qual descreve locais e monumentos e refere as pessoas com quem se cruzou. Evoco D. António da Costa, pedagogo e apologista católico (Clemente, 2002: 113), porque era primo de Teresa de Saldanha que, nos anos 60, fundou a Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, as quais, no Colégio de Regeneração, haveriam de desempenhar um papel relevante, durante mais de cem anos. D. António da Costa visita Braga, ainda conduzido em diligências (já que o comboio só chegaria em 1875), fala dos jornais que começavam a chegar à cidade e dos que ali se começaram a publicar: “daí por diante falou-se de Braga, por todo o reino, ainda mais do que até ali se falava” (Costa, 1874: 12). Refere a associação de cidadãos que então se formou para criar o teatro de S. Geraldo e fala, com agrado, da abertura do “espaçoso campo de Sant’Ana, um forno de verão, uma lameira de inverno (...) o jardim mais risonho (...) em terras das províncias (...) com o seu gradeamento elegante, rodeado de arvoredos frondosos”. Deixa uma nota sobre o Liceu de Braga, ao tempo sediado no Convento dos Congregados, e escreve com a maior admiração sobre o Colégio fundado por Frei Caetano Brandão, ao tempo situado no Campo da Vinha.

Do ano de 1875, para comemorar o acontecimento inolvidável da chegada do comboio a Braga, há ainda uma curiosa publicação de L. Vaz de Freitas: *Braga em 1875. Guia do viajante em Braga*,<sup>10</sup> na qual se dá, como é natural, particular relevo à inauguração do

---

<sup>9</sup> D. António da Costa de Sousa de Macedo (1824-1892) era filho do 1.º Conde de Mesquitela, D. Luís da Costa de Sousa de Macedo e Albuquerque, e da condessa D. Maria Inácia de Saldanha Oliveira e Daun. Era sobrinho do Marechal Saldanha e este, por sua vez, era neto do Marquês de Pombal. Foi deputado às Cortes e foi o primeiro titular do ministério da instrução (1870), onde, num curto espaço de tempo, fez profundas reformas e prestou relevantes serviços à instrução pública.

<sup>10</sup> Obra reeditada, em *fac-simile*, pela Fundação *Bracara Augusta*, em Dezembro de 2000.

caminho-de-ferro: “O dia 20 de Maio de 1875 foi para Braga a data mais brilhante da sua história. O entusiasmo que a cidade antiga patenteou de sobra n’essa ocasião é a prova mais convincente das suas idéas generosas e progressistas”. Apresenta o autor uma descrição sumária de todos os pontos de interesse para o viajante e, a propósito do Convento da Conceição, onde o Colégio de Regeneração pouco depois foi instalado, escreve:

O convento de freiras de Nossa Senhora da Conceição, que faz frente para o campo de Sant’Anna e segue pela rua de S. Geraldo, foi edificado em 1620<sup>11</sup> pelo cónego Geraldo Gomes, homem erudito e patrocinado por Xisto V. Morreu a 4 de Abril de 1648. A madre Suzana Garcia do Salvador e a madre Maria Josefa de Jesus e que foram fundadoras, a primeira do mosteiro de Chaves e a segunda do mosteiro da Penha de França tinham sido freiras d’este convento.

O mesmo autor, num assomo de bairrismo, afirma ainda: “d’ora avante Braga é uma das artérias do grande corpo da civilização chamada Europa. Já não se pôde dizer uma cidade afastada do mundo progressista e pensador, e recolhida e scismadora nas cinzas do passado glorioso, mas extinto”.

Em 1874, em Roma pontificava Pio IX (1846-1878) e na cadeira episcopal de Braga estava o arcebispo D. Joaquim de Azevedo e Moura (1856-1876). Estávamos no reinado de D. Luís e com um governo regenerador presidido por Fontes Pereira de Melo. Em Braga, era Governador Civil o Visconde de Margaride (12.10.1871-15.03.1877) e presidente da Câmara o Conselheiro Jerónimo da Cunha Pimentel. O P.<sup>e</sup> João Airosa e um grupo de senhoras que com ele colaboravam na administração da Casa D’Abrigo decidem, finalmente, dotar a instituição de estatutos e, ao mesmo tempo, atribuir-lhe nova designação, como já se disse.

Em conformidade com o 1.º Livro de Actas,<sup>12</sup> o P.<sup>e</sup> Airosa reuniu com um grupo numeroso de senhoras, no dia 13 de Maio desse ano de 1874, numa casa na rua de Santo António das Travessas, n.º 10,

(...) com o fim de promoverem a criação dum estabelecimento de beneficencia para abrigar raparigas extraviadas para levarem a effeito o seu pensamento até se organizar e constituir legalmente o mesmo estabelecimento elegerão a Exmo. Sr.<sup>a</sup> D. Maria Gracinda da Luz Teixeira Marinho e Vasconcellos para servir de presidente e a mim Maria Henriqueta Barboza para secretária.

---

<sup>11</sup> Este convento não foi construído em 1620 mas entre 1625 e 1629.

<sup>12</sup> ABIMA L.º de Actas n.º 1, fl. 1 “Cópia da acta da sessão preparatória para aprovação dos estatutos do Collegio de Regeneração, que se projecta estabelecer em Braga”. O primeiro livro contém 203 actas, abarcando o período de 1874 a 29 de Julho de 1916 (ABIMA n.º 53 e 54, 1-3).

Depois de constituída a mesa provisória, foi apresentado o projecto dos estatutos, com 29 artigos, que ali mesmo foram aprovados. Foi decidido convocar uma Assembleia Geral das benfeitoras para se proceder à eleição dos competentes cargos diretivos. De assinalar que, além da Presidente e da Secretária, a acta foi assinada por mais 33 senhoras. O processo de aprovação pelo poder civil correu célere, porque, passados dois dias, no dia 15 de Maio, foi exarado o alvará do Governador Civil do Distrito de Braga, Conde de Margaride. Os estatutos foram também aprovados pelo Arcebispo Primaz de Braga, D. José Joaquim de Azevedo e Moura, por provisão de 26 de Maio do mesmo ano. No dia 13 de Junho realizou-se, na sacristia da Igreja do Convento dos Remédios, a reunião das “Senhoras Benfeitoras que tomarão a iniciativa para a fundação do Collegio de Regeneração” para eleger a direcção para o triénio, nela tendo participado 23 benfeitoras. A primeira Direcção eleita ficou assim constituída: Presidente – Viscondessa da Torre; Vice-Presidente – D. Maria Gracinda Marinho e Vasconcelos; P.<sup>o</sup> Director – P.<sup>o</sup> João Pedro Ferreira Airosa; Secretária – D. Rita de Cássia Barboza Sotto-Mayor; Tesoureira – D. Margarida Angélica de Aguiar; Directoras – D. Francisca Barboza de Sousa Machado, D. Maria Rufina Simões Vilaça, D. Ana Emília de Jesus Vieira, D. Maria Clara Dias da Costa, D. Ana Benedita da Conceição Melo e D. Carolina da Silva Lobo.

A tomada de posse desta Direcção ocorreu no dia 1 de Julho de 1874, no mesmo local da eleição, e a Presidente logo alertou para a “necessidade de comprar uma caza para o estabelecimento” e propôs mais oito novas benfeitoras. Nessa mesma reunião, foram dirigidos dois requerimentos ao Arcebispo Primaz – um a solicitar a confirmação da eleição do P.<sup>o</sup> Airosa, para Director do Colégio, e outro a pedir licença para erigir um oratório nas instalações onde o Colégio se achava presentemente instalado, para nele se dizer missa e confessar as recolhidas.

#### **2.2.4. Os Estatutos**

Os Estatutos<sup>13</sup> estão estruturados em 29 artigos e neles se estabelecem a nova denominação, as padroeiras da instituição, a finalidade, a estrutura organizativa e os órgãos de administração, assim como o critério para a definição do tipo de benfeitores. Depois de apresentar o nome pelo qual a instituição deveria ser conhecida e a escolha das suas patronas espirituais, logo no artigo 2.<sup>o</sup> se define, muito claramente, que “o fim do Collegio é retrahir do

---

<sup>13</sup> Os Estatutos podem ler-se, na íntegra, no Apêndice Documental. V. *AP. DOC.* Doc. 7.

caminho da perdição e rehabilitar religiosa e civilmente as pessoas do sexo feminino extraviadas e sem meios de subsistência”.

A grande maioria do articulado incide sobre a estrutura organizativa. Assim, a administração é da responsabilidade de um órgão colegial, eleito trienalmente, em assembleia-geral, de entre as benfeitoras residentes na cidade de Braga. Ao longo dos artigos, explanam-se a composição da Direcção e as suas competências, a competência do Padre Director assim como da regente e da mestra, critérios de admissão e normas para a reintegração social. Aí se refere também a necessidade da elaboração de regulamentos adequados ao bom funcionamento da Casa.

#### **2.2.5. Angariação de meios de subsistência**

Com a aprovação dos Estatutos, a instituição passa a poder usufruir legalmente de subsídios estatais, mas o problema financeiro do seu sustento não ficou imediatamente resolvido. Continuaram os seus responsáveis a promover diversas actividades para angariação de meios para fazer face às despesas ordinárias da cada vez maior comunidade de recolhidas, já que os trabalhos por elas realizados não chegavam para cobrir os encargos. A estratégia passou pela angariação de donativos e subscrições e pela organização de bazares e quermesses.

Em 1876 e 1878, organizaram-se dois bazares, no Passeio Público - Campo de Sant’Ana, de Braga (v. Fig. 3). Estes bazares despertaram o maior interesse na generalidade das pessoas, provando que a sociedade bracarense, pela forte adesão às actividades organizadas, assumiu esta causa como sua. O facto de terem sido realizadas no local público mais central e emblemático da cidade, com o concurso de várias instituições, demonstra não só a aceitação mas o respeito e o carinho para com uma instituição que estava a dar os primeiros passos e que já era reconhecida como merecedora do empenho de todos. Mais: a causa já não era apenas local mas assumia contornos a nível nacional, porque nela estavam envolvidas senhoras de elevada posição social do Porto e Lisboa.



Figura 3 - Braga. Passeio Público, Campo de Sant'Ana (inícios do séc. XX) (actual Avenida Central)

Foto de Manoel Carneiro

A memória destas realizações ter-se-ia perdido, não fosse a imprensa que nos dá a possibilidade de resgatar esses acontecimentos. Um jornal do Porto fala do “Bazar de prendas” realizado em 24 Junho, no jardim do Campo de Santa Ana, a favor do Colégio de Regeneração. O jardim esteve embandeirado e iluminado durante a noite e o “coronel de Infantaria 8 mandou para ali a música do regimento que comanda” (*O Petiz*, 26.06.1876). Embora com algum atraso, a imprensa de Braga refere-se ao acontecimento, não deixando de dar a notícia do bazar efectuado a favor do Colégio de Regeneração e afirmando que nele participaram, além das senhoras de Braga, “algumas elegantes senhoras de Lisboa e Porto” (*A Regeneração*, 13.07.1876).

Passados dois anos, repetiu-se a experiência que, desta vez, assumiu outra amplitude e uma maior cobertura da imprensa bracarense. O local continuou a ser o mesmo, o coração da cidade, e a data de realização as vésperas da festa de S. João. Em 13 de Junho, *O Amigo do Povo*, num texto longo, referia-se com muito carinho ao Colégio de Regeneração e anunciava o bazar que iria realizar-se no dia 22, com as prendas oferecidas pelas mais distintas famílias aristocratas de Braga, Lisboa e Porto, guardadas em casa de D. Maria Brígida Leite Perry, para serem leiloadas a favor do Colégio. Apresentava aos leitores o rol das peças a leiloar e o

nome das doadoras. À cabeça aparecia a Rainha D. Maria Pia, com uma medalha de ouro com um soberbo topázio. Mas havia peças oferecidas pela Condessa de Rio Maior, por D. Teresa de Saldanha, pela Marquesa de Saldanha, por Condessas, Viscondessas e Marquesas, e muitas damas da alta sociedade. O articulado terminava prestando homenagem ao P.<sup>e</sup> Airosa, um dos mais entusiastas desta festa.

Uns dias depois, n' *A Opinião Pública*, era anunciado o bazar, dedicando especial atenção aos objectos a leiloar;<sup>14</sup> a imprensa falava em 3.000 peças a arrematar (*O Comércio do Minho*, 20.06.1878). Em tom de balanço, louvava a dedicação das senhoras “áquella casa de educação” pelo trabalho desenvolvido na “festa de amor e caridade”, assinalando o êxito do bazar que, ao longo de vários dias se realizara no Campo de Sant'Ana (*O Amigo do Povo*, 27.06.1878).

## **2.3. Instalações definitivas**

### **2.3.1. Instalação no edifício do Convento da Conceição**

Logo no dia 1 de Julho de 1874, na tomada de posse da primeira Direcção, a Viscondessa da Torre, em face dos “pedidos d'admissão [que] vinham constantemente de todas as partes do paiz” (Torres, 1905: 25), alertou para a necessidade de novas instalações.<sup>15</sup> Na reunião de 15 de Janeiro de 1879, como consta da respectiva acta, a Presidente da Direcção, Viscondessa de Pindela, voltou a falar da

(...) grande necessidade d'uma casa para o Collegio que tivesse capacidade de receber maior numero e propos que se solicitasse ao Governo o Convento da Conceição, d'harmonia com a auctoridade eclesiástica e com a única religiosa do mesmo Convento. A proposta foi aprovada por unanimidade.

---

<sup>14</sup> Eram eles: medalha de ouro da rainha, broches e brincos de filigrana, estojos de prata, jarras de jaspe e porcelanas variadíssimas, almofadas de veludo e seda ricamente lavradas a ouro, sedas, lãs, vidrilho e cretone, bordados modernos, toalhas, travesseiras, rendas e crochet, penteadores e casacos de senhora, sapatos bordados, variados tapetes e panos para mesa e cadeiras, cofres, escrevaninhas de madeira embutida, pastas de charão, admiráveis trabalhos em cartão, sabonetes, perfumarias, caixas de lenços, de linha e de doca, imagens, estampas, desenhos, quadros e lâminas (*A Opinião Pública*, 19.06.1878).

<sup>15</sup> Muitas das referências registadas em actas encontram-se em folhas dispersas e num caderno de “Apontamentos sobre o Collegio de Regeneração – Março de 1891”, do P.<sup>e</sup> Airosa, que se conservam no ABIMA Doc.0020. V. *AP. DOC.* Doc. 59.

Diga-se que o Convento, contíguo à Casa de Avelar onde agora se achava instalado o Colégio, estava quase desocupado porque só lá vivia uma religiosa.<sup>16</sup> Que convento era este? Que é que dele se sabe? Por que razão era habitado, nesta ocasião, apenas por uma religiosa? Que pretensões poderiam ser alimentadas relativamente à sua cedência ao Colégio de Regeneração?

Não há um estudo histórico sistemático acerca deste Convento, mas a monografia sobre o Colégio de Regeneração/Instituto Monsenhor Airosa, publicada em 2011, dedica-lhe, na primeira parte da obra, alguns estudos parcelares. É a partir de um desses textos (Araújo, 2011: 65-96) que elaborei esta pequena síntese.

A fundação do Convento de Nossa Senhora da Conceição deve-se à iniciativa dos irmãos Cónego Geraldo Gomes e Dr. Francisco Gomes, reitor da freguesia de Adoufe, da comarca eclesiástica de Vila Real (então diocese de Braga), ambos naturais da cidade bracarense. Este convento foi erecto na Rua dos Pelames (depois S. Geraldo), e era um dos mais antigos conventos femininos de Braga. Anteriores são o dos Remédios (1547), o do Salvador (1592) e o recolhimento das Beatas de Santo António (1588 e 1602). É, também, o primeiro convento concecionista fundado em Portugal Continental, tendo sido iniciado em 1625 e concluído em 1629.

A Ordem da Conceição, canonicamente erecta em Toledo pela Bula *Inter Universa* do Papa Inocêncio VIII, de 30 de Abril de 1489 e executada a 16 de Fevereiro de 1491, é um ramo da árvore franciscana e a sua fundação deve-se a uma religiosa portuguesa, Santa Beatriz da Silva (1437-1492). Esta religiosa, natural de Campo Maior, havia ido para Castela como dama de companhia de D. Isabel (neta de D. João I de Portugal e da rainha D. Filipa de Lencastre) que casara com D. João II de Castela e Leão.

O Convento da Conceição conheceu o seu maior prestígio no século XVIII, porque dali saíram religiosas para proceder à fundação do Convento de Chaves, em 1716, e, uns anos depois, em 1727, para o Convento da Penha de França, no Campo de Sant'Ana, em Braga. Do seu historial chegou até nós *Jardim do Ceo plantado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Braga ... desde o ano de 1629 até o de 1764*, da autoria da Madre Maria Benta do Céu.<sup>17</sup> Nesta obra, hoje uma verdadeira raridade, é narrada a vida das freiras que foram tidas como virtuosas, segundo os critérios da época; de entre elas, sobressai a vida

---

<sup>16</sup> V. AP. DOC. Fig. 6.

<sup>17</sup> Obra impressa em Lisboa, em 1766.



da Venerável Madre Maria Custódia do Sacramento.<sup>18</sup> O Convento da Conceição atingiu o seu maior esplendor em finais de 1730, com a construção da nova igreja barroca. De enorme volumetria, a igreja tem rica talha dourada nos retábulos, púlpitos, caixa de órgão e sanefas, temas telas da capela-mor pintadas a óleo e apresenta particular mestria da azulejaria, de inspiração mariana, da nave do templo, sendo hoje uma das mais belas igrejas barrocas da cidade de Braga.

Em 1834, este convento, como todos os outros, iniciou o ciclo de declínio, até à sua extinção total, em 1883. Na sequência da assinatura da Convenção de Évora Monte, em 26 de Maio de 1834, o então Ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar, fez publicar, em 30 de Maio, o Decreto de extinção das Ordens Religiosas. Por esse diploma, eram declarados extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares (art.º 1.º), sendo os seus bens secularizados e incorporados na Fazenda Nacional (art.º 2.º). Este processo levou apenas à extinção imediata das ordens religiosas masculinas. Em Lisboa, observa Marquês de Fronteira (1929),

(...) o decreto foi barbaramente executado, pondo os Religiosos fora dos seus conventos em poucas horas, não havendo atenção nem com os velhos nem com os inválidos nem com os doentes, e andando errantes pelas ruas da cidade, pelas praças e pelos bosques e charnecas, sem saber onde poderiam achar asylo, apoderando-se o Governo das suas casas. (p. 119)

A que se deveu este extremismo liberal? Segundo José Mattoso (2012: 251-252), as ordens religiosas, desde o séc. XVI, serviram-se do poder para impor o dogma, a moral e a retórica, em detrimento do culto divino, continuando a acumular poder até que a sociedade tomou consciência das injustiças que a acumulação do poder acarreta. Assim, o iluminismo e, mais tarde, o racionalismo acusavam as ordens religiosas de serem incapazes de dar vida a um projecto de sociedade que reconhecesse e fosse capaz de instaurar a igualdade entre os homens e a liberdade de opiniões. É por isso que os governantes liberais as consideravam um obstáculo ao progresso da Humanidade, despojando-as dos seus bens e ignorando os valores culturais que elas tinham criado.

As ordens e congregações religiosas femininas continuaram existindo, não podendo contudo admitir noviças, o que significava a sua morte anunciada. A sua extinção final só ficou regulada em 1862, ficando então assente que os conventos ou mosteiros seriam extintos

---

<sup>18</sup> Madre Custódia Maria do Sacramento nasceu em 1706, na Veiga do Penso, concelho de Braga. Tomou hábito em 1733 e faleceu a 22 de Junho de 1739. O processo de beatificação foi organizado e terminado em Braga, entre 1757-1785.

por óbito da última religiosa, sendo os bens da instituição incorporados na Fazenda Nacional. O edifício do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Braga foi, no entanto, um dos poucos que não passaram para a Fazenda Nacional, havendo sido transferido directamente para a posse de uma instituição de carácter social. Mas ainda em vida da última religiosa a viver no Convento, dirigiu a Direcção do Colégio de Regeneração, com o apoio do Governador Civil, um requerimento ao Governo a solicitar a cedência de parte do edifício para aí instalar algumas oficinas.

A resposta à pretensão apresentada, por influência dos políticos locais, não se fez esperar e chegou através da Portaria de 14 de Maio de 1879, em que o Governo cedia uma parte do Convento, sendo “auctorizado o Exmo. Sr. Arcebispo para permitir que na parte do edifício e cerca do mencionado convento que a religiosa podesse dispensar fosse estabelecido o nosso Collegio”, como se lê na acta da reunião de Direcção, de 18 de Julho.<sup>19</sup> Foi, então, como aí se diz, nomeada uma comissão constituída por três sacerdotes que, em 11 de Julho, reuniu e delimitou as partes que ficavam para o Colégio, a saber, “toda aquella parte do Claustro que fica ao sul com a sua respectiva varanda e terreiro bem como as casas adjacentes a esta parte do quadrilátero da parte de nascente à antiga igreja e casa do capitulo de que o Collegio tomou posse”.

O P.º Airosa pediu, então, voto de louvor para D. Maria Antónia Pimentel de Sampaio e para Exmo. Sr. Jerónimo da Cunha Pimentel,<sup>20</sup> “a cuja protecção e esforço devia o Collegio a concessão d’aquella parte do Convento”. E chamou a atenção para a necessidade de obras, já que “aquella parte do Convento [estava] quasi em ruínas”. Mais declarou que a portaria de concessão não seria garantia suficiente e disse que era necessário solicitar a concessão definitiva através de uma lei.

A Lei emanada do Ministério dos Negócios da Fazenda, graças ao grande empenho do Governador Civil, Visconde de Pindela,<sup>21</sup> marido da Presidente da Direcção, foi promulgada em 19 de Maio de 1880,<sup>22</sup> concedendo ao Colégio de Regeneração o edifício do Convento de Nossa Senhora da Conceição da mesma cidade, com a igreja e suas alaias, bem como a cerca e mais dependências. Todavia, o art.º 2 diz que “esta concessão não se tornará desde já effectiva, senão pelo que respeita á parte do edifício a portaria do ministro da justiça de 14 de

---

<sup>19</sup> Ver, ainda, *AP. DOC.* Doc. 1 e 2.

<sup>20</sup> Governador Civil de 7 de Abril de 1881 a 11 de Dezembro de 1884.

<sup>21</sup> Governador Civil de 5 de Junho de 1879 a 23 de Março de 1881.

<sup>22</sup> Publicada no Diário do Governo n.º 119, de 28 de maio. V. *AP. DOC.* Doc. 3.

maio de 1879”. E no art.º 3 determina-se: “Do resto do edificio, e bem assim da igreja, alfaia, cerca e mais dependências, o sobredito collegio só poderá tomar posse para todos os efeitos, desde que no convento não existir a religiosa que actualmente ali reside”.



Figura 4 - Convento da Conceição. Fragmento da planta de Braga, de André Soares (1752), em cima, e vista aérea do actual edifício do IMA e cerca conventual (2011), em baixo

A Lei confirma, assim, a posse efectiva de parte do convento anteriormente concedida, reservando a posse da totalidade para depois da morte da última religiosa, como aliás também consta da acta da reunião de Direcção de 30 de Maio de 1880.<sup>23</sup> O Director pediu, então, um voto de louvor para os deputados Penha Fortuna, Alves Mateus<sup>24</sup> e Francisco Barbosa<sup>25</sup> e para o Conde de Bertandos, Visconde de Pindela e Dr. António Maria Pinheiro Torres, pelas influências exercidas junto do poder do Governo.

Como se lê no caderno de apontamentos do P.<sup>e</sup> Airosa, na parte que lhe havia sido concedida em 1879, construiu aquele, no andar superior, uma vasta sala de labores e, no rés-do-chão, instalou as oficinas de tecelagem. Assim libertou espaço na Casa de Avelar para fazer um novo dormitório, o que lhe permitiu aumentar o número de recolhidas. Com a devida autorização da Câmara, estabeleceu a comunicação da Casa de Avelar com o convento através de uma passagem aérea sobre a Cangosta d'Orjaes.<sup>26</sup>

Contada assim a história, como até agora tem sido contada, parece que tudo foi muito pacífico e que todos estiveram de acordo – o que não é verdade. A imprensa de Braga dá-nos outra versão dos factos.

O jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 14 de Março de 1880, dá uma notícia da apresentação de um projecto de lei pelo deputado Penha Fortuna sobre a concessão ao Colégio de Regeneração do Convento da Conceição e seus pertences. Em 6 de Abril, o mesmo jornal informa que o Sr. Castro Monteiro apresentou o parecer da comissão de Fazenda, aprovando a concessão do edifício do Convento da Conceição para o Colégio de Regeneração. Dias depois, em 15 de Abril, o citado jornal dava conta da controvérsia gerada no Parlamento, entre Rodrigues de Freitas e Penha Fortuna, quanto à redacção do projecto de concessão do Convento. Ficou decidido e aprovado pela Câmara dos Deputados que o projecto baixasse à comissão para alteração da redacção. Finalmente, em 28 de Abril, anuncia-se que o projecto de concessão do convento de Nossa Senhora da Conceição foi aprovado sem discussão.

---

<sup>23</sup> L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 1, fl. 10.

<sup>24</sup> Os cónegos Alves Mateus (de Angra do Heroísmo) e Lopes de Figueiredo (do Funchal) foram dois eminentes professores do Seminário de Braga, para aqui recrutados pelo Arcebispo D. José Joaquim de Azevedo e Moura.

<sup>25</sup> Francisco Barbosa do Couto da Cunha Sotomaior, filho de Pedro Barbosa do Couto da Cunha (desembargador da Relação Eclesiástica de Braga e juiz-de-fora de Mogadouro), foi deputado por diversas vezes (Gomes, 2004: 124) e era irmão de Rita de Cássia Barbosa, que foi secretária e tesoureira da Instituição, ao longo de 24 anos.

<sup>26</sup> *Orjaes* ou *Urjaes*. Esta cangosta, hoje desaparecida, corresponde *grosso modo* à Av. Imaculada Conceição, no troço entre o Convento e a Av. Conde D. Henrique. A planta desenhada por André Soares, de que aqui se apresenta um fragmento, guarda-se na Biblioteca da Ajuda com a cota Col. Cartografia, Ms. Reg. 1-C.

Apesar da controvérsia, o projecto foi aprovado. E em Braga, a opinião seria a mesma? No dia imediato ao anúncio da concessão, o jornal *O amigo do Povo* vem para a praça pública com um extenso artigo contestando a aprovação. Aí se diz que a Irmandade de São Miguel-o-Anjo<sup>27</sup> entregou um requerimento ao deputado Penha Fortuna, para apresentar na câmara de deputados, no qual solicita que lhe seja entregue a igreja da Conceição para nela instalar a referida irmandade porque a sua capela ia ser demolida.<sup>28</sup> Ora, o mesmo deputado havia apresentado, no dia 14 desse mês, um projecto onde se propunha que fosse concedido ao Colégio de Regeneração não só todo o convento mas também a igreja pertencente ao mesmo. Rodrigues de Freitas, segundo o articulista, julgou oportuno o ensejo para acabar com todos os conventos que não tivessem número canónico de religiosos e apresentou uma proposta que foi mandada à comissão respectiva. Teremos nós, pergunta o articulista, de ver a pobre senhora religiosa septuagenária que habita o convento, e que assinou o requerimento em que se pedia a concessão do mesmo para o dito asilo, após a sua morte, ser posta fora da sua casa violentamente, ainda em vida? Não sabemos, diz o autor do texto, se as câmaras farão tão larga concessão, mas parece-nos que o pedido da irmandade é justíssimo e que, longe de prejudicar o asilo da Regeneração, lhe será de suma vantagem. E apresenta as razões da sua afirmação. Um estabelecimento ainda nascente, interroga, que vive de esmolas e não tem fundos suficientes para as obras de que necessita e para alimento das asiladas, pode custear porventura as despesas que demanda a conservação e reparação do templo, bem como a sustentação do culto? Não será a mesma igreja um ónus pesado para o asilo, que provavelmente a terá sempre fechada, representando isso um prejuízo para a mesma igreja e para o público? A concessão feita à irmandade, afirma, oferece ao asilo as mesmas vantagens que deseja, sem os encargos pesados a que terá de sujeitar-se, e por isso parece-lhe justo e conveniente que a igreja da Conceição seja dada à irmandade de S. Miguel-o-Anjo, que tem fundos suficientes para a conservar e continuar ali o culto público depois do falecimento da senhora religiosa e do fim da clausura.

*O amigo do Povo*, de 2 de Maio de 1880, noutro desenvolvido artigo, dá notícia da votação do projecto de concessão do convento, que dentro em pouco seria convertido em lei,

---

<sup>27</sup> A capela de S. Miguel-o-Anjo, onde a referida Irmandade estava sediada, terá sido construída no tempo de D. Diogo de Sousa. Estava implantada no Campo das Carvalheiras, junto da confluência de várias ruas. Era nela que os arcebispos se paramentavam antes de receberem as chaves da cidade e daí caminhavam, processionalmente, para a Sé. A partir de 1875, por razões de urbanização, a capela foi ameaçada de demolição, o que só veio a acontecer em 1882, tendo sido, logo depois, reedificada na rua Cardoso Avelino, perto da estação terminal do caminho-de-ferro. A vontade da Câmara, afirma Eduardo Oliveira, era a sua destruição, pura e simples, e a transferência da confraria para o Convento da Conceição (Oliveira, 2006: 41).

<sup>28</sup> V. AP. DOC. Fig. 7 a 11.

após sanção real, afirmando que “foi uma concessão ampla, larga, completa, uma concessão à progressista”. O articulista não contesta a instituição que diz ser boa: “Para a mulher recolhida na Regeneração é um raio do amor divino, que a torna *perle en sa splendeur première*”. Mas para a sua regeneração, pergunta, seria necessário que a concessão do edifício abrangesse a igreja e suas alaias, a cerca, o convento e todas as suas pertenças? Levanta, de novo, o problema da igreja e do seu dispendioso restauro, defendendo a causa da Irmandade de S. Miguel-o-Anjo. E defende que parte da cerca deveria ser entregue ao Colégio dos Órfãos de S. Caetano, que ia principiar a construção do grandioso edifício no terreno que limita com aquela cerca, o que, de facto, não aconteceu. Pergunta para que precisava o Colégio da Regeneração de tão vasto edifício e responde que uma parte podia ser vendida com proveito para o Estado. Não serão, questiona, “generosidades hypocritas de gente progressista?”. Queixa-se de que Penha Fortuna nem sequer apresentou na Câmara o requerimento da Irmandade e que, por isso, não defendeu os interesses de Braga. Diz, ainda, que no Colégio se festejou a notícia da aprovação do projecto da Câmara dos Pares. E com ironia escreve: “Tudo alli era festa. Flores, bandeiras, doces e sorrisos para receber o sr. Visconde de Pindella, que ia alli adornado com as pennas do pavão arrogar a si serviços que não prestou, que não podia prestar, porque nem para aquillo importância tinha”. Todavia, termina reconhecendo que no “meio daquelas Madalenas despontava o sorriso e a satisfação íntima da virtude, o contentamento das almas regeneradas”.

Não tenho elementos para ajuizar da justeza do requerimento da referida Irmandade. Apesar destes protestos, a lei de concessão foi aprovada, como se disse, em 19 de Maio desse ano de 1880. Mas a contestação não se ficou por aqui. Assim, em 4 de Julho de 1883, o jornal de Braga *O Constituinte* dava a notícia da morte da última freira do Convento da Conceição e informava que o edifício passaria para a posse do Colégio de Regeneração, mas, defende-se no artigo, parte do convento e da cerca deveriam ser vendidos para a construção do Seminário dos Órfãos e com as verbas angariadas se deveria restaurar o resto do edifício.

De facto, o edifício estava em ruínas e as obras já tinham sido iniciadas na parte que primeiramente fora ocupada, em 1880. Em 1881, o Governador Civil, Dr. Jerónimo Pimentel, visita a casa e as oficinas, participa na reunião da Direcção e promete subsidiar o Colégio “com donativos dos resíduos dos Sanctuarios e collectas e até uma subscrição particular se tanto fosse necessário”. Para ajuizar do estado ruinoso do edifício, valerá a pena transcrever a descrição do jornal *O Commercio do Minho*, de 3 de Janeiro de 1884: “escombros, ruínas, corredores a desabar, paredes a desmoronar, tectos a abater, solidão sepulchral, silencio de

cemitério, eis o triste quadro que oferece o vergel precioso, onde brotaram tantas e tão cândidas açucenas, tantas e tão assinaladas virtudes”. O estado ruinoso do edifício e a urgência das obras a executar são temas recorrentes das reuniões de Direcção, que se debatia com o problema da falta de verbas, havendo necessidade de promover peditórios e subscrições, já que as obras previstas estavam “calculadas em um conto e quatro centos mil reis”.<sup>29</sup>

Na sequência da morte da última religiosa, a Abadessa Maria Adelaide do Sacramento,<sup>30</sup> ocorrida em 28 de Junho de 1883, é publicado um decreto, em 10 de Dezembro desse ano, confirmando a posse do Convento ao Colégio de Regeneração, posse essa que lhe foi conferida pelo Delegado do Tesouro, em 22 de Dezembro.<sup>31</sup> Nesse mesmo dia, reuniu a Direcção e o P.<sup>e</sup> Airosa anunciou um programa festivo para comemorar o acontecimento. Do programa faziam parte actos religiosos e pregação pelo P.<sup>e</sup> Rademaker, bem como várias exposições de máquinas importadas, “algumas ainda pouco conhecidas que o Collegio mandou vir do estrangeiro para o melhor desempenho e aperfeiçoamento dos trabalhos”.<sup>32</sup>

Entretanto, na reunião de 10 de Janeiro de 1884, o P.<sup>e</sup> Airosa comunica que o Delegado do Tesouro se recusou a dar posse da *Casa do Capelão*. Esta casa, implantada no topo norte do adro da igreja conventual, para o qual dava uma porta, tinha ainda uma parte apoiada na parte lateral da cabeceira da igreja e era parte integrante do Convento da Conceição, servindo de residência ao capelão das religiosas. A desintegração deste imóvel poderia trazer graves consequências para a vida interna do Colégio, devassando-lhe o adro de acesso à igreja.

O problema foi prontamente sanado, após um requerimento dirigido ao Ministério da Fazenda, através do Governador Civil (marido da Vice-Presidente), que deu origem a um novo decreto, publicado em 24 de Julho de 1884. Neste, em conformidade com a Lei de 19 de Maio de 1880, dava-se ao Colégio a posse plena do Convento com as suas dependências, o que veio a efectivar-se em 23 de Agosto desse mesmo ano de 1884.<sup>33</sup> De fora do conjunto patrimonial pertencente ao Convento, e agora concedido ao Colégio, ficaram apenas duas

---

<sup>29</sup> L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 1, fl. 13v., de 29 de Julho de 1881.

<sup>30</sup> Correram boatos na cidade do desaparecimento de objectos valiosos do Convento da Conceição. A Direcção decide, em reunião de 21 de Julho, participar o caso ao Delegado do Tesouro, quando ocorrer o acto de posse do edifício. (L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 1, fl. 26).

<sup>31</sup> V. AP. DOC. Doc. 5.

<sup>32</sup> L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 1, fl. 27v., de 22 de Dezembro de 1884.

<sup>33</sup> V. AP. DOC. Doc. 6 e 8.

parcelas de terreno que a Direcção do Colégio reclamou em 10 de Junho de 1899, num extenso ofício/petição à Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais do Ministério da Fazenda, através do Delegado do Tesouro de Braga.<sup>34</sup>

Em síntese, nesse ofício/petição, a Direcção diz que só agora tomou consciência de que existiam outras dependências do Convento, incluídas nos anteriores diplomas governamentais, das quais não lhe foi dada posse (como era o caso do terreno em frente ao Colégio e uma faixa de terreno por trás da capela-mor da igreja e sacristia). O Delegado do Tesouro, em ofício de 16 de Junho, confirmava a veracidade das alegações e asseverava:

No auto de posse não foram mencionados os terrenos que efectivamente constituem dependências do mesmo Colégio, e que agora reclama, em virtude do determinado nos citados decretos (...) porém com a condição do Colégio ficar obrigado a conservar o terreno em frente do edifício em logradouro público, embora o aformoseie com quaisquer plantas ou arbustos, para o tornar mais agradável em benefício do público e do próprio edifício. Efectivamente, no arquivo desta repartição existem os documentos a que esta petição alude, que provam a posse e domínio que o suprimido convento da Conceição tinha sobre os terrenos agora reclamados, designando-se até a sua medição e confrontação.

Na margem esquerda do ofício, pode ler-se o parecer favorável do Chefe de Repartição, com data de 22 de Junho de 1899, cometendo ao Colégio a obrigação de “conservar o que tem frente para o edifício em logradouro público, embora o aformoseie, ajardinando-o, isto sem que venha prejuízo para terceiro”. Em 21 de Julho desse mesmo mês, é enviado um novo ofício ao Delegado do Tesouro de Braga, no qual se lhe comunica o teor do Despacho do Ministro:<sup>35</sup>

Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

Para seu conhecimento e devidos efeitos comunico a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que, por despacho de ontem, de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro, foi deferida a pretensão do Colégio de Regeneração, asilo de beneficência da cidade de Braga, concedendo-se-lhe a posse do terreno situado em frente do edifício do Colégio e a faixa de terreno situado por trás da igreja que eram do domínio do suprimido Convento de Nossa Senhora da Conceição, obrigando-se, porém, o Colégio a conservar o terreno que tem frente para o edifício em logradouro público, embora o aformoseie, ajardinando-o, isto sem que advenha prejuízo para terceiro.

Deus guarde V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>.

21 de Julho de 1899. / [Assinatura ilegível]

---

<sup>34</sup> ANTT - AHMF, Convento de Nossa Senhora da Conceição de Braga, cx. 1882. Ver, ainda, *AP. DOC.* Doc. 12, 13 e 14.

<sup>35</sup> Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais. Repartição Central. N.º 1210. L.º 1.



### **2.3.2. Obras de reconstrução/requalificação do edifício conventual**

O ano de 1834 marca o princípio do fim do Convento da Conceição e a acelerada marcha para a derrocada do edifício, fruto da falta de verbas para a sua manutenção e da falta de interesse por uma casa que, a prazo, reverteria a favor do Estado. Por isso, facilmente se percebem as palavras do P.<sup>e</sup> Airosa, quando, após cinquenta anos, afirmava que recebeu um edifício completamente em ruínas.<sup>36</sup>

O arranque das grandes obras e o início da grande transformação e adaptação do edifício às novas finalidades dá-se em 1884. A comissão nomeada para o efeito resolveu, de imediato, fazer um salão para os labores, sobre o Terreiro de S. Bento, e construir uma cozinha. A reconstrução do edifício, adequada aos novos fins pedagógicos, requeria avultados financiamentos que a instituição não possuía. Organizou-se, para tal, uma comissão para angariação de fundos e recorreu-se ao pedido de subsídios ao Governo que, nesse mesmo ano, lhe concedeu 1.800\$000 réis para auxílio das obras e, posteriormente, em 1887, um subsídio mensal de 25\$000 réis.<sup>37</sup> Em 1892, outorgou um montante de 250\$000 réis “para compra de machinas e aparelhos para a officina de tecelagem” (Torres, 1905: 6-7). Mas os mais avultados custos das obras foram suportados, como refere o P.<sup>e</sup> Airosa no documento referido, “pela caridade publica, subscrições, bazares, etc.” e pelos muitos donativos de benfeitores, alguns deles anónimos. E os apoios chegaram de todos os lados. O P.<sup>e</sup> Airosa, no já referido caderno de Apontamentos, para descrever a forma como todos colaboraram activamente para “tão justo fim”, deixa esta nota impressionante: “Os ricos offertaram dinheiro, os proprietarios ruraes traziam madeiras, cal, telha, etc., e os que não tinham para dar offereciam o seu trabalho, carro e bois para conduzir os materiais”. Como facilmente se pode concluir, trata-se de uma acção que envolveu a comunidade local de Braga e arredores, em prol de instituição reconhecida e acarinhada.

Na reunião de 27 de Fevereiro de 1884, regista-se uma nota de agradecimento “à Condessa de Azevedo e aos parochos de Atiães e Freiriz [Vila Verde] pelos 30 carros de pinheiros que conseguiram dos seus freguezes”. Os carretos para as obras foram feitos ao domingo, com permissão do Arcebispo Primaz, a quem a Direcção agradece. No Brasil, fazem-se várias subscrições, cujos donativos são devidamente registados, e são frequentes os legados de vária ordem (com encargos de ordem espiritual mas também de ordem temporal)

---

<sup>36</sup> V. AP. DOC. Fig. 11 e 16.

<sup>37</sup> V. AP. DOC. Doc. 58.

instituídos em nome do Colégio. A Direcção, por sua vez, resolve promover saraus recreativos com música, bazar e sorteios. O dramaturgo local, Manuel Inácio da Silva, compõe um drama, moralizador e edificante, para ser representado e com isso promover a angariação de fundos.

A denominada “sociedade civil” tomava a iniciativa de promover festas para angariação de fundos, em Braga e na Póvoa de Varzim, como aconteceu nos anos de 1882, 1883, 1885 e 1886, festas essas que a imprensa se encarregava de divulgar. O sarau *litterario-musical* realizado a favor do Colégio de Regeneração, em 28 de Dezembro de 1882, no “Theatro de S. Geraldo”<sup>38</sup> rendeu 171\$500 reis” e foi organizado e animado por “senhoras e cavalheiros da mais escolhida sociedade bracarense”, como se pode comprovar pelo extenso programa que a imprensa divulgou, e que incluiu piano, canto e poesia (*O Primeiro de Janeiro*, 28.12.1882). Na Casa dos Falcões, os saraus de recreio da “Árvore do Natal”, em 1883, renderam a quantia de 231\$390 réis.<sup>39</sup> Por iniciativa de algumas senhoras de Braga realizou-se, em Setembro de 1885, na Póvoa de Varzim, uma quermesse e um concerto de piano e canto no “magnífico” salão do Café Universal, que “esteve animado e concorridíssimo”, a favor do Colégio de Regeneração. O cronista aproveita para informar os leitores sobre a instituição que estava a ser apoiada e transcreve um poema recitado pelo Visconde de Pindela (*A Ordem*, 25.09.1885). No ano seguinte, e na mesma vila da Póvoa de Varzim, realiza-se nova quermesse e anunciam-se *matinés* musicais e literárias, com representações cénicas levadas a efeito por um grupo de senhoras de Braga que colaborariam com a sua arte musical e de declamação (*Jornal da Manhã*, 02.09.1886; *O Comércio do Minho*, 27.10.1886).

Pela leitura das actas, dá a sensação de que o Colégio de Regeneração se transformou num grande estaleiro de obras, com permanentes reparações de portas, janelas, tectos e soalho da igreja. As mais prementes e de maior vulto eram, sem dúvida, as das divisões destinadas a dormitórios, cozinha, sala de jantar e oficinas. A oficina de tecelagem era, certamente, a que de maior espaço necessitava, por causa da instalação dos teares.

Havia necessidade, diz-se em 1889, de expandir a oficina de tecelagem e adquirir novos teares. O P.<sup>e</sup> Airosa informa então a Direcção de que as obras que estavam a ser realizadas nessa oficina e na construção do novo salão de labores estavam a ser executadas a

---

<sup>38</sup> O Teatro de S. Geraldo ficava situado no Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, que antes se chamava Largo da Lapa e hoje é a Praça da República, vulgo Arcada.

<sup>39</sup> L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 1, fl. 20v.

expensas de um benfeitor anónimo,<sup>40</sup> com conclusão previsível para dali a dois anos, e cuja inauguração acabou por se realizar com uma exposição de trabalhos executados pelas internas. Há, assim, um grande projecto, que bem pode ser considerado como precursor do ensino industrial na cidade de Braga – a *Escola-Oficina de Tecelagem*, que aí viria a ser instalada nos inícios da década de 90, do séc. XIX, e que coincide com as obras de reconstrução, podendo ter sido esse um factor importante na projecção do alçado nascente do edifício e do seu novo acesso à casa renovada que estava a surgir.<sup>41</sup>

As obras de intervenção no arruinado edifício conventual prolongaram-se por vários anos e os dinheiros foram aparecendo a conta-gotas. Por intermédio do Governador Civil de Braga, Visconde da Torre, chegou em 1896 mais um subsídio do Governo, no valor de 500\$000 réis, o que permitiu dar continuidade às obras do frontão do edifício<sup>42</sup> (v. Fig. 5). Em Agosto do ano seguinte, surgiu um novo contributo do Conselheiro José Novais, no valor de 450\$400 réis, para fazer face aos custos das obras.<sup>43</sup> Depois de alguns anos de obras contínuas na fachada, a norte do novo frontão, as atenções voltaram-se para outros espaços que era necessário recuperar. Em 1904, o Governador Civil de então, D. Tomás de Vilhena, conseguiu do Ministro das Obras Públicas, o Conde de Paçô Viera, o montante de 776\$585 réis para ser aplicado na limpeza e restauro da parte em ruínas do edifício do Colégio, como se lê na acta de 4 de Fevereiro de 1904.<sup>44</sup>

Ao compasso do tempo, foi o P.<sup>e</sup> Airosa erguendo das ruínas um edifício com um novo visual, aquele que ainda hoje apresenta, graças aos benfeitores que no momento oportuno sempre apareceram. Assim aconteceu, em 1908, quando D. Manuel II visitou a cidade de Braga. Constava que visitaria o Colégio que, no entender do P.<sup>e</sup> Airosa, não se apresentava nas melhores condições para o receber. Informou, então, a Direcção que um anónimo, tendo conhecimento do estado ruinoso e ameaçador da parte do edifício contíguo ao coro, mandou fazer ali, a expensas suas, as obras necessárias de reconstrução e reparação.<sup>45</sup>

A visita do Rei acabou por não se concretizar mas as obras ficaram feitas. E a belíssima peça artisticamente confeccionada nos teares do Colégio – uma peça em seda com a

---

<sup>40</sup> L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 1, fl. 50.

<sup>41</sup> V. *AP. DOC.* Fig. 12 e 13.

<sup>42</sup> L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 1, fl. 78.

<sup>43</sup> Id., fl. 81v.

<sup>44</sup> Id., fl. 104.

<sup>45</sup> Id., fl. 121.

representação do escadório do Bom Jesus do Monte, que havia sido expressamente confeccionada para oferecer a D. Manuel II, permanece ainda hoje em exposição no salão nobre do IMA.<sup>46</sup>



Figura 5 - Aspectos do antigo Convento e sua recuperação  
(ABIMA n.º 40, 1-3)

Em 1909, a Direcção do Colégio de Regeneração formalizou novo pedido de subsídio ao rei para as obras de restauro e requalificação do edifício, pedido esse que terá ficado encalhado nos meandros burocráticos dos ministérios.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> V. *AP. DOC.* Fig. 25.

<sup>47</sup> V. *AP. DOC.* Doc. 19, 20 e 21.

## **2.4. Um olhar sobre o funcionamento da Casa**

### **2.4.1. O papel da Direcção**

As direcções eram eleitas por voto secreto em reunião alargada de benfeitoras. E as benfeitoras eram constituídas exclusivamente por senhoras residentes na cidade de Braga e provenientes das famílias mais ilustres de então. Tinham, por determinação estatutária, a duração de três anos, com eleição trienal regularmente realizada no dia 13 de Junho, e com uma participação média de 25 presenças. Para presidir ao acto eleitoral era previamente eleita uma Mesa composta por uma presidente, duas secretárias e duas escrutinadoras, sendo a Direcção constituída por presidente, vice-presidente, padre director, secretária, tesoureira e seis directoras.

O “núcleo duro” das direcções era constituído pela presidente e vice-presidente, secretária e tesoureira, que davam maior assistência à administração corrente do Colégio. A figura do director que, neste período em análise, sempre coube ao Fundador, é, sem dúvida, a figura central da instituição. Mas não deixa de ser uma administração colectiva, nas suas directrizes, sendo o director também eleito trienalmente, por escrutínio secreto.

As direcções deste período, bem como dos restantes, caracterizam-se pela estabilidade e longa duração, como pode verificar-se pelo Quadro I, apresentado na página seguinte. Omitimos, por razões de espaço, a enumeração do grupo alargado das directoras que era, normalmente, constituído por seis elementos.

**Quadro I - Direcções 1874-1931. Datas das reuniões trienais**

<b>Datas</b>	<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>	<b>Director</b>	<b>Secretária</b>	<b>Tesoureira</b>
13.06.1874	Viscondessa da Torre	M. <sup>a</sup> Gracinda Marinho e Vasconcelos	P. <sup>o</sup> João Airosa	Rita de Cássia Barbosa Soto Maior	Margarida Angélica de Aguiar
13.06.1877	Viscondessa de Pindela	“	“	“	“
13.06.1880	“	Angélica de Vasconcelos de Brito Roby Pimentel	“	“	“
13.06.1883	“	“	“	“	“
13.06.1886	“	Viscondessa De Ruães	“	M. <sup>a</sup> Brígida Bressane Leite Perry	Cândida de Araújo Queiroz
13.06.1889	“	“	“	“	Rita de Cássia Barbosa Soto Maior
13.06.1892	“	“	“	“	“
15.06.1895	“	“	“	“	“
13.06.1898	“	“	“	“	“
18.06.1901	“	“	“	“	M. <sup>a</sup> Henriqueta Barbosa Soto Maior
13.06.1904	“	“	“	“	“
26.10.1907	“	Condessa De Carcavelos	“	M. <sup>a</sup> de Noronha Portugal	“
13.06.1910	“ <sup>48</sup>	“	“	“	“
5.07.1913	Condessa de Carcavelos	M. <sup>a</sup> de Noronha Portugal	“	M. <sup>a</sup> da Cunha Pimentel Vasconcelos	“
18.06.1916	“	“	“	“	Júlia Cândida Ferreira Pipa
18.06.1919	“	“	“	“	“
14.06.1922	“	“	“	“	“
13.06.1925	M. <sup>a</sup> Noronha Portugal	Rosa de Sousa Lobo Girão	“	Olga do Vale Barbosa	“
13.06. 1928	“	“	“	“	“
13.06.1931	“	“	Subdirector — P. <sup>o</sup> Peixoto Braga	“	“

Fonte: Livros de Actas 1 e 2 do Colégio de Regeneração

<sup>48</sup> Na reunião de 27 de Julho de 1912, o Director informa que a Viscondessa de Pindela deixou de ser presidente da Direcção, pelo facto de se ter retirado para o seu solar de Pindela, em Famalicão. Propôs um voto de louvor, que foi aprovado por unanimidade, pelos seus 35 anos ao serviço desta causa (L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 1, fl. 131).

O Quadro II permite-nos uma visão mais precisa da longa duração no exercício dos cargos. Neste período, é a Viscondessa de Pindela que mais sobressai pelos seus 35 anos de Presidência. Mas os períodos seguintes vão nesta mesma linha.

**Quadro II - N.º de anos no exercício de cargos (1874-1931)**

<b>Nomes</b>	<b>Director</b>	<b>Presidente</b>	<b>Vice- Presidente</b>	<b>Secretária</b>	<b>Tesoureira</b>
P <sup>c</sup> João Pedro Ferreira Airosa	57				
Viscondessa de Pindela		35			
Condessa de Carcavelos		12	6		
M. <sup>a</sup> Eduarda de Noronha Portugal		9 a)			
Viscondessa de Ruães			21		
Maria de Noronha Portugal			12		
Rosa de Sousa Lobo Girão			9 a)		
Rita de Cássia Barbosa Soto Maior				12	12
M. <sup>a</sup> Brígida Bressane Leite Perry				21	
M. <sup>a</sup> da Cunha Pimentel Vasconcelos				12	
Olga do Vale Barbosa				9 a)	
Margarida Angélica de Aguiar					12
M. <sup>a</sup> Henriqueta Barbosa Soto Maior					15
Júlia Cândida Ferreira Pipa					18 a) <sup>49</sup>

Fonte: Livros de Actas 1 e 2 do Colégio de Regeneração

Para além das funções específicas dos cargos assinalados nos quadros acima, o conjunto da Direcção tinha outras missões que iam para além do mero apoio moral ao director e à instituição. A essas senhoras competia a admissão de internas, obedecendo aos critérios estabelecidos, de entre os casos apresentados em reunião mensal, que também com bastante regularidade se realizavam. Em muitas ocasiões, serviram-se da sua influência pessoal, junto das instituições e das pessoas mais influentes, incluindo os maridos, para obter benefícios ou

<sup>49</sup> Os campos indicados com a) significam que os cargos tiveram continuidade.

chamar a atenção para a Casa que dirigiam e para os problemas com que continuamente se debatiam.

Contudo, pelo que me foi possível constatar através dos factos abaixo aduzidos, nem por isso a Direcção se deixava subjugar ou demitir das suas funções ou abdicar dos seus princípios. De facto, quando se colocou a hipótese da instalação da Escola-Oficina e o Governador Civil prometeu todo o empenho na concretização da obra, a Direcção, em reunião de 14 de Junho, aceitou a ideia, contanto que não se ingerissem na sua administração pessoas estranhas nem fosse alterada a boa ordem e disciplina do Colégio. As actas dão conta, também, de frequentes pedidos de admissão apresentados por algumas dessas responsáveis; apesar disso, as regras não eram ultrapassadas. E numa situação excepcional, em que foi apresentado um pedido de admissão pelo P.<sup>e</sup> Manuel Pereira, e a fim de não contrariar o estabelecido, os elementos da Direcção, em 13 de Fevereiro de 1893, decidiram cotizar-se para pagar as mensalidades à interna, até surgirem vagas gratuitas. O caso mais significativo aconteceu em 5 de Janeiro de 1894, quando, sobre a mesa, se apresentaram três pedidos de admissão – um do Governador Civil, outro da Madre Teresa de Saldanha e ainda outro da Viscondessa de Carcavelos. A Direcção, depois de ponderar, decidiu atender aos dois primeiros porque iam ficar vagos dois lugares. A protegida da Viscondessa de Carcavelos teria de aguardar pela primeira vaga que viesse a surgir.

#### **2.4.2. Actividades educativas**

O modelo educativo em que assentava o projecto de recuperação das jovens e mulheres que se acolheram nesta instituição será alvo de análise desenvolvida no 5.º capítulo. Todavia, para além dos pilares pedagógicos do modelo, há uma pluralidade de actividades alternativas, devidamente organizadas, que, no seu conjunto, contribuem para a mesma finalidade e que revelam bem a dinâmica desta Casa – a música, o teatro, o teatro musicado, as oficinas, as artes e as exposições.<sup>50</sup> A pedagogia do P.<sup>e</sup> Airosa estava na linha daquilo que hoje é proposto por aqueles que defendem que não basta às escolas ter bons resultados nos exames e que os alunos não abandonem a escola: é preciso que a escola ou a instituição educativa saiba promover o trabalho, as artes, a criatividade e a ciência.

---

<sup>50</sup> V. *AP. DOC.* Doc. 17.



#### 2.4.2.1. A educação pela música

O P.<sup>e</sup> Airosa procurou dar às suas educandas uma formação integral onde a animação cultural tinha um lugar privilegiado. Várias alunas e educadoras do tempo do sacerdote testemunharam que ele assistia sempre, muito interessado, aos “ensaios gerais” das alunas, que precediam as actuações públicas, quer na área musical quer na cénica.

Sobre o nível dos conhecimentos musicais teóricos e práticos de P.<sup>e</sup> Airosa não há suficientes provas para emitir um juízo seguro. Sabe-se, todavia, o que a respeito da música ele próprio escreveu, a pedido expresso do Dr. Bernardino Machado, na *Memória do Colégio de Regeneração, apresentada no Congresso Pedagógico de Madrid em Outubro de 1892*. Aí faz referência não somente às “oficinas de costura e bordados, de engomar, de tecelagem e de lavagem de roupa”, bem como ao “ensino prático de horticultura e floricultura na cerca do edifício”, mas também às “aulas de Instrução Primária, de Desenho e de Música”, e a uma “biblioteca de livros escolhidos, para instrução e recreio” das colegiais. E quanto à música, não se trata de uma alusão passageira. A *Memória* por ele elaborada detém-se a exaltar a importância educativa da arte dos sons. Informa ainda que vinha ao Colégio “dar lições [...] de Canto e Órgão” a professora D. Maria da Apresentação Costa, que estudou Música “num dos principais colégios de Londres”.<sup>51</sup>

De facto, nos tempos do Fundador, o Colégio teve ao seu serviço os melhores professores de música e compositores desta cidade, como Joaquim José Rodrigues da Silva, João Esmeriz e P.<sup>e</sup> António Domingues Correia.

Segundo Álvaro Carneiro, Joaquim José Rodrigues da Silva<sup>52</sup> compôs vários hinos, entre os quais um “Hino do Colégio de Regeneração” (Carneiro, 1959: 107-109; 134-137; 347-349). Há, de facto, no ABIMA, uma partitura, sem referência autoral, com o Hino do Colégio de Regeneração, com acompanhamento de piano, que foi “copiado e oferecido em 15 de Novembro do anno de 1890”, como se lê na folha de rosto.<sup>53</sup> O cruzamento de dados permite-nos concluir ser este hino da autoria de Joaquim Rodrigues da Silva. A partitura insere também a letra que, posteriormente, em 1900, foi impressa, numa espécie de pagela. Mais tarde, em 1913, num opúsculo publicado pelo Colégio, a letra do Hino surge indicada

---

<sup>51</sup> V. AP. DOC. Doc. 10 e 11.

<sup>52</sup> Joaquim José Rodrigues da Silva nasceu em 1836, em S. Julião de Passos, Braga. Foi educado no Colégio dos Órfãos de S. Caetano, onde recebeu uma boa preparação musical e literária. Exerceu o cargo de organista na igreja de S. Paio, nos Arcos de Valdevez. Tinha ouvido maravilhoso e tocava de improviso. Compôs várias obras para piano e vozes.

<sup>53</sup> V. AP. DOC. Doc. 44.

como sendo da autoria do Dr. Nunes da Ponte e datada de 1904.<sup>54</sup> A verdade, porém, é que já em 1890 a letra faz parte integrante da referida partitura musical.<sup>55</sup>

João Esmeriz<sup>56</sup> assumiu funções no Colégio em 1888, como se lê na acta de 27 de Janeiro desse ano: “Acordou-se também que, para proveito das recolhidas, e para que no Collégio houvesse cantoras habilitadas para as solemnidades e mais exercícios de devoção, que tem na igreja, fosse admittido como mestre de música do Collégio o Sr. João Esmeriz, com o ordenado de quarenta mil reis annuaes”. Álvaro Carneiro diz que ele “prestou serviço sempre graciosamente” no Colégio de Regeneração. Isso não é verdade, porque, segundo a acta de 27.01.1888, ele foi admitido em Janeiro de 1888, com o ordenado anual de 40\$000 (quarenta mil réis).<sup>57</sup>

O P.<sup>c</sup> António Domingues Correia, grande músico e reputado compositor de música sacra, foi admitido como capelão do Colégio em Janeiro de 1893.<sup>58</sup> A par dessa função, terá desempenhado, também, a de professor de música, até 1896, data em que saiu para dirigir a Oficina de S. José. Nos anos 30, voltou ao Colégio de Regeneração como professor de música, onde se manteve até 1953, “ensaiando o grupo coral das respectivas educandas, ao qual dedicou o maior carinho e orientou com demonstrada competência” (Carneiro, 1959: 108). O seu espólio musical, ou grande parte dele, faz parte do actual ABIMA.<sup>59</sup>

Do rol de professores de música consta, como referido, D. Maria da Apresentação Costa que, em 16 de Janeiro de 1899, foi admitida como organista e professora de canto e piano, e ainda com o encargo do ensino da leitura, escrita e contabilidade, mediante uma

---

<sup>54</sup> Nascido na vila da Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, Açores, em 1848, Nunes da Ponte completou o curso de medicina na Universidade de Coimbra, em 1879. Exerceu medicina no Porto, onde viveu a partir de 1880, e desempenhou funções em diversas áreas: vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, presidente do Hospital de Santo António, provedor da Ordem Terceira, presidente da Associação Portuense de Jornalistas e Homens de Letras. Segundo Navarro (2011: 75-76), Nunes da Ponte era um republicano indefectível. Em 1910, coube-lhe a honra de proclamar da varanda da Câmara Municipal do Porto a vitória da República. Foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte, Governador Civil do Porto e Ministro do Fomento no governo de Pimenta de Castro. Assumia-se como republicano conservador e a imprensa julgava-o próximo do Partido Republicano Evolucionista. Para além de clínico talentoso, velho e nobre republicano, ainda se diz que este cidadão de muitos méritos *poetava* nas horas vagas. Cf. AA.VV. *História da República*. Lisboa: Editorial O Século, 1960.

<sup>55</sup> V. AP. DOC. Doc. 45.

<sup>56</sup> João Maria de Araújo Esmeriz nasceu em 1847, em S. João do Souto, Braga. Fez a sua aprendizagem musical no Colégio dos Órfãos de S. Caetano. Leccionou música, canto e piano em quase todos os estabelecimentos de ensino então existentes na cidade de Braga, incluindo o Seminário. Foi director de orquestra e organista privativo de várias igrejas de Braga. Deixou imensas composições para órgão, vozes e orquestra. Integrou a capela dos “Esmerizes”, dirigida pelo seu irmão mais velho e foi o último mestre da “Capela da Sé”, extinta em 1911.

<sup>57</sup> L.º de Actas n.º 1, fl. 44v.

<sup>58</sup> Id., fl. 60.

<sup>59</sup> V. AP. DOC. Doc. 47.

mensalidade de 4\$200 réis, para além de quarto, cama, e mesa ao almoço e ceia.<sup>60</sup> Em 20 de Abril de 1906, é aprovado em reunião de direcção um regulamento, no qual se estabelecem os horários das lições de piano, e do canto teórico e prático. Aí se diz que a professora deveria preparar, quanto possível, organistas e cantoras para actos litúrgicos dominicais e festividades, ficando encarregada da direcção e do desempenho de organista enquanto não tivesse pessoas devidamente preparadas.<sup>61</sup> A desistência desta professora deu lugar, em Março de 1907, à contratação de D. Felicidade Peixoto, com o ordenado de 300\$000 réis.<sup>62</sup>

O nível das composições musicais executadas no Colégio era elevado, como se constata por um impresso de 1904,<sup>63</sup> no qual se anuncia a “música sacra vinda de Roma”, que “será cantada em coro pelas colegiais”. Mas da Itália não provinha só música sacra: de lá veio também *L’arte musicale*, “scherzo cómico-musicale”, de Achille Pedrolini, publicado em Turim, em 1904.<sup>64</sup> Na página de rosto do exemplar que no IMA se conserva, alguém escreveu que a representação do “scherzo” se efectuou em 29.06.1926; e nessa mesma página, o próprio Fundador informa que a representação já se tinha verificado em 24.06.1918.

O Fundo Musical, constituído por obras de música sacra e profana dos séculos XIX-XX, é revelador da prática musical da Instituição ao longo dos tempos, e o espólio é constituído por obras impressas, manuscritos musicais autógrafos e cópias manuscritas. As partituras anotadas e o grande número de cópias manuscritas testemunham o uso quotidiano no ensino e actividade musical da instituição. São obras, na sua maioria, pertencentes a compositores locais, mas também com uma significativa presença de obras de autores italianos, nomeadamente de obras de teatro com música (Lessa, 2011: 373). Este Fundo está devidamente acautelado em caixas de arquivo, encontrando-se à espera de um trabalho consistente de inventariação e catalogação, que se espera venha a ocorrer com a intervenção da Escola de Música da Universidade do Minho.<sup>65</sup>

---

<sup>60</sup> L.º de Actas n.º 1, fl. 89.

<sup>61</sup> Id., fl. 111.

<sup>62</sup> Id., fl. 115.

<sup>63</sup> Referente à participação do Colégio de Regeneração nas “Festas Jubilares da Definição Dogmática da Imaculada Conceição / 1854-1904”.

<sup>64</sup> Alfredo Meireles, aluno da Licenciatura em Música (Universidade do Minho), sob orientação da Prof.ª Elisa Lessa, elaborou, em 2010, um primeiro esboço das obras de compositores italianos do Fundo Musical do ABIMA.

<sup>65</sup> Por ora, o estudo preliminar foi feito pela Prof.ª Elisa Lessa, da Universidade do Minho: “O Fundo Musical do Instituto Monsenhor Airosa – Testemunho de Louvor, Educação e Cultura” (in Português, 2011: 373-384).

#### 2.4.2.2. A educação pelo teatro

O teatro foi outro dos meios utilizados, desde o início deste projecto, como instrumento educativo, porque o teatro tem muito a revelar sobre o ser humano e na medida em que interroga e duvida também propõe e arrisca. No teatro não há ‘meio-termo’ porque o teatro só acontece em directo e o directo é imprevisível. Exige do actor flexibilidade e maleabilidade de adaptação ao imprevisto e daí o improviso e a adequação permanente ao que está a acontecer. O teatro não se confunde com a vida mas alimenta-se dela e revela muito do ser humano que nem sempre atinge aquilo que pretende. O teatro transmite capacidades ao actor para tentar despertar sentimentos no público.

O teatro expressa valor educativo por si próprio, pois permite ao ser humano possibilidades de vivenciar realidades diferentes das que ele já vive, permite experimentar situações orgânicas e quotidianas que não sejam originalmente suas, mas de criação artística, proporcionando ao actor uma aprendizagem significativa através dos sentimentos e das experiências. Isso confere-lhe momentos de construção, desconstrução e reconstrução de conceitos, saberes e atitudes que vão além dos conhecimentos de mundo, uma vez que ele aprende a observar-se, a sentir-se e a reiniciar o conhecimento sobre si mesmo. O teatro trabalha o corpo, a linguagem, a dicção, a voz, a expressão corporal e facial e todo o exercício teatral trabalha com a necessidade de ajudar a compor a personagem, criar confiança, dar sensibilidade, expressar-se melhor tanto pela voz, como pela face, pelo corpo ou até pelo jeito de olhar e também da discussão e decisão em grupo. Exige atenção e concentração. O teatro é, antes de mais, uma arte. Mas é uma arte que se associa à história do homem e à própria história da comunicação humana, uma vez que configura uma arte híbrida, envolvendo literatura e encenação.

É nesta perspectiva pedagógica que alguns dramas foram expressamente compostos para serem representados no Colégio, como é o caso de *Ângela*, drama inédito, em três actos. No exemplar manuscrito vem a data de 1898 e estas informações: trata-se de uma “comédia-drama”, e o seu autor, Manuel Inácio da Silva Braga, escreveu-a “expressamente” para ser representada pelas colegiais do Instituto. Deveras significativo é o facto de o próprio Fundador se ter servido muito desse exemplar, no qual escreveu apontamentos e até mesmo alguns versos. Do mesmo autor são também as produções teatrais, ainda inéditas, levadas à cena no tempo de Mons. Airosa: o drama *A Providência* e a comédia *Quem semeia ventos colhe tempestades*.

As representações realizavam-se, normalmente, no Colégio, por ocasião do Natal, para os familiares, membros da Direcção e seus familiares, para além de outros convidados. Mas há notícia de algumas representações no exterior, nomeadamente no Teatro de S. Geraldo,<sup>66</sup> para tornar mais conhecido o Colégio, como se diz na acta de 11 de Janeiro de 1883.<sup>67</sup> Igualmente se encontram no ABIMA exemplares dos convites para o “recreio dramático desempenhado pelas internadas”. Impressos em Braga, na Tipografia de J. M. de Sousa Cruz, em 1899 e 1900, esses convites incluem nos respectivos programas um “drama do Natal” em 2 actos, um “drama em 4 actos”, uma “comédia em 1 acto”, vários números de música e a recitação de poesias.

A colecção de obras de teatro com música existentes no fundo musical confirma a tradição da apresentação pública de peças de teatro, zarzuelas e operetas, dramas e comédias pelas educandas da Instituição. Estas representações enquadravam-se no espírito educacional da instituição e visavam a recreação e a angariação de fundos (Lessa, 2011: 376). Entre as muitas obras que constituem este espólio, conserva-se uma farsa lírica de G. Costamagna,<sup>68</sup> numa tradução portuguesa, *Joaninha no colégio*, que muitas vezes teria sido representada. A zarzuela, em um acto único, para canto e piano, numa edição da Livraria Salesiana, faz parte de uma colecção de zarzuelas morais e cânticos recreativos.

Datada de 1902, existe uma comédia, em um acto, intitulada *Grémio d'Harmonia*, com as iniciais do músico António Roberto Pacheco.<sup>69</sup> Talvez por modéstia, Roberto Pacheco não costumava escrever o seu nome nas obras que compunha mas é a imprensa da época que nos fornece esse dado importante da autoria, como se pode ver pelo jornal bracarense *Comércio do Minho*, de 13 de Janeiro de 1903:

Colégio de Regeneração

Na noite de domingo realizou-se neste Colégio um recreio dramático-lírico, desempenhado pelas recolhidas e oferecido à exma. direcção e benfeitores.

Representou-se o drama *Ângela*, em 3 actos, original do nosso amigo sr. Manuel Inácio da Silva Braga, e a comédia *Grémio d'Harmonia*, em 1 acto, original do mesmo autor, e músicas do Sr. Roberto Pacheco.

---

<sup>66</sup> Este teatro, pequeno mas elegante e com átrio semelhante ao teatro D. Maria II de Lisboa, foi construído em 1857, no então Largo Hintze Ribeiro.

<sup>67</sup> L.º de Actas, fl. 20v.

<sup>68</sup> Monsenhor Giacomo Costamagna (1846-1921), salesiano, teve formação musical, foi professor de música e publicou algumas obras de teatro musicado. Foi contemporâneo de S. João Bosco, fundador dos Salesianos, e bispo nas missões na Argentina.

<sup>69</sup> António Roberto Pacheco (1880-1903) nasceu na freguesia da Sé, Braga, ingressou no Colégio dos Órfãos de S. Caetano, onde aprendeu música. Dirigiu a Filarmónica Bracarense e foi tenor e violinista na “Capela dos Esmerizes” (Carneiro, 1959: 202).

Da versatilidade e competência daquele compositor, diz Álvaro Carneiro ser ele um distinto artista bracarense, cantor, instrumentista, compositor e regente. E acrescenta esta nota importante para o estudo do fundo musical da instituição: “[escreveu] todos os números de música,<sup>70</sup> com letra de Manuel Inácio da Silva Braga, para as festas de beneficência que ao tempo eram frequentemente realizadas no Colégio de Regeneração” (Carneiro, 1959: 255-256).

#### **2.4.3. A Oficina Externa de Tecelagem – um projecto inovador**

O projecto da fundação de uma oficina externa de tecelagem surgiu num contexto de crises prolongadas, de crescimento populacional e de grande desemprego que mais acentuadamente se fazia sentir nos meios urbanos. Pelo Censo de 1864, o distrito de Braga<sup>71</sup> tinha uma população de 318.429 habitantes, num total de 4.286.995 de todo o reino. Em termos absolutos, a região do Minho (que o relator do Censo apresenta como englobando os distritos de Porto, Braga e Viana do Castelo) é a região que tem mais residentes, equivalendo, por si só, a um terço da população de todo o país. Enquanto a média do País é de 43 habitantes por quilómetro quadrado, o distrito de Braga apresenta a densidade de 114 habitantes, o Porto 164 e Viana 85. Em cada 100 habitantes do distrito de Braga, 91,47 são rurais e 8,53 são urbanos.

Ao longo do século XIX, como se vê pelos censos de 1878 e 1890, a população aumentou em todo o país e, no fim do século, atingia o total de 5.049.729 habitantes, cabendo 338.308 ao distrito de Braga. A população urbana aumentou, em prejuízo da rural. A cidade de Braga, em 1878, contava 20.258 habitantes e foi reforçando cada vez mais a sua posição no cômputo das cidades mais populosas do País. A título de breve referência, o autor que vimos citando, indica que o censo de 1864 revela o distrito de Braga como o mais pobre quanto ao número de escolas femininas do ensino elementar.

A partir de Maio de 1891, sobreveio mais uma forte crise económico-financeira que assentava num quadro de crise agrícola, e o descalabro das contas públicas depressa levou o país à bancarrota, situação declarada em 1892. Foi neste contexto de crise que o Conselheiro

---

<sup>70</sup> O jornal *O Correio Nacional*, de 28 de Dezembro de 1901, refere o sarau realizado no Colégio de Regeneração e a representação de uma ópera cómica, em 3 actos, *A morte do lobo*, da autoria de Manuel Inácio da Silva Braga e Roberto Pacheco. Mas no Natal de 1900 havia sido representado o drama em 4 actos, dos mesmos autores (*O Progressista*, 28.12.1900 e *A Palavra*, 29.12.1900 e 22.01.1901).

<sup>71</sup> Seguimos de perto o estudo de Faria (1999), “Braga: Dados da sua vida económica e social. População e inventário das principais instituições e actividades”, pp. 66 e ss.

José Novais<sup>72</sup> iniciou as suas funções de Governador Civil de Braga, em Março de 1893. Dois meses depois, em 15 de Maio, visita o Colégio de Regeneração onde deixou este testemunho:

Alegrou-se o meu espirito ao visitar esta casa. Sancta é a virtude que produz tão benéficos resultados. Digna de bênçãos a Exma. Direcção que com um trabalho profícuo, zelo inexcedível e um devotamento superior a todos os elogios dirige este estabelecimento e todo de regeneração, e tão cheio de esperanças.<sup>73</sup>

Daí surgiu a ideia, que o Governador sempre atribui ao P.<sup>e</sup> Airosa, de um outro grande projecto dentro da instituição já a funcionar em pleno – a fundação de uma oficina-escola de tecelagem para as raparigas pobres da cidade, devido à falta de trabalho que então se sentia. O Governador convoca, em seguida, uma reunião que teve lugar no Governo Civil, no dia 7 de Junho, para a qual convida industriais e outras personalidades da cidade para debater o problema. Aí apresentou a proposta de fundação de uma Oficina de tecelagem no Colégio de Regeneração, para raparigas pobres, às quais se daria um tear quando saíssem, tendo o P.<sup>e</sup> Airosa cedido o rés-do-chão do seu edifício do Colégio de Regeneração com pessoal dirigente e profissional habilitado. Achou-se que a tecelagem seria a indústria mais vantajosa e lucrativa, porque diminuía a importação de tecidos, aumentava o consumo interno e fomentava a exportação para África. Intervieram no debate o Dr. António Brandão Pereira e o clínico do Colégio, Dr. António Maria Pinheiro Torres.

A proposta foi aprovada por unanimidade e o Governador ficou de, em breve, nomear uma comissão para a angariação de fundos. O governante prometeu empenho na realização da obra e a Direcção aceitou a ideia, contanto que não houvesse ingerência de estranhos na administração interna, nem a ordem e disciplina do Colégio fossem alteradas.<sup>74</sup> Desta reunião se fizeram eco os jornais de Braga e Porto, com os títulos: “Obra Meritória” (*O amigo da Religião*, 14.06.1893); “Uma Obra Santa e Kermesse” (*O Regenerador*, 09.07.1893); “Uma Obra Santa” (*O Primeiro de Janeiro*, 09.07.1893),<sup>75</sup> “Reunião” (*A Luta*, 10.07.1893);<sup>76</sup>

---

<sup>72</sup> O Conselheiro José d’Abreu do Couto de Amorim Novais nasceu em Balugães, Barcelos, em 1913. Foi Governador Civil de Aveiro (16.02.1890 a 20.06.1890), de Braga (09.03.1893 a 01.09.1894) e do Porto (01.09.1894 a 04.02.1897). Foi Ministro da Justiça do governo regenerador-liberal chefiado por João Franco, de 19 de Maio de 1906 a 4 de Fevereiro de 1908.

<sup>73</sup> L.<sup>o</sup> de Visitantes 1887-2009, fl. 9 (ABIMA n.º 67, 1-3).

<sup>74</sup> L.<sup>o</sup> de Actas n.º 1, fl. 62.

<sup>75</sup> No dia 19 do mesmo mês, *O Primeiro de Janeiro* volta a publicar uma nota sobre a reunião no Governo Civil e, no dia 24 de Setembro, refere-se à oficina de tecelagem, informando que a planta é do engenheiro das Obras Públicas Joaquim Eduardo de Menezes, e a obra a cargo do empreiteiro Guilherme da Silva Pereira.

<sup>76</sup> Em 6 de Novembro, ao falar da indústria nacional, *A Luta* refere que em Braga se vão instalar novas oficinas de tecel P.<sup>e</sup> agem no benemérito Colégio de Regeneração dirigido pelo P.<sup>e</sup> Airosa.

“Officinas de tecelagem” (*O Progressista*, 11.07.1893);<sup>77</sup> “Fábrica-escola de Tecelagem” (*A Correspondência do Norte*, 12.07.1893); “A indústria de tecelagem” (*O Regenerador*, 13.07.1893).

A confirmação da importância deste projecto volta duas décadas depois, em 1913, numa conferência sobre a “Industria do Linho no Distrito de Braga” promovida pela Associação dos Engenheiros Civis. Aí se defendeu ser esta indústria a mais adequada para desenvolver nesta área territorial. O articulista que dá nota da referida reunião apela ao cultivo do linho, evitando assim a sua importação, e incentiva a difusão do ensino técnico que resultaria numa expansão comercial, no desenvolvimento do turismo, um aspecto importante para a economia do país (*Diário de Notícias*, 18.03.1913). Ora, esta linha de pensamento vem corroborar o trabalho que há muitos anos vinha sendo desenvolvido no Colégio de Regeneração, com especial incidência nas oficinas de tecelagem.

Um mês após a reunião no Governo Civil, era publicado um jornal/revista de 14 páginas, *A Officina*, no qual se divulgava o projecto a desenvolver no Colégio de Regeneração e se exaltava o arrojo dos dois promotores. Aqui se reúne uma série de testemunhos das mais altas personalidades da cidade de Braga, de entre os quais se salientam: Arcebispo Primaz, Côn. Alves Mateus, Júlio Brandão, Pereira Caldas, Alberto Braga, João Penha, Conde de Bertandos, Albano Coelho, Visconde da Torre, Manuel Gonçalves Cerejeira, Albano Belino, Abúndio da Silva, Carlos Braga e Bernardino José de Sena Freitas.<sup>78</sup> Este jornal cumpria assim o papel de divulgação da instituição e, muito particularmente, do que dissesse respeito ao projecto da Oficina Externa.

De acordo com aquele jornal/revista, a oficina seria construída de raiz, na parte nascente do edifício, faceando com a rua. No centro da extensa fachada de 75 metros, com dois pisos, seria erguida a nova porta de entrada, a actual portaria. Aí funcionariam à volta de 80 teares, cujo preço ascendia a 520\$000 réis. As obras, segundo a mesma publicação, foram orçadas em 5.000\$000 réis e o governo central, a pedido do Governador Civil, contribuiria com 500\$000 réis. O restante teria de ser angariado por subscrição pública. Em 30 de Julho, o P.<sup>o</sup> Airosa leva o assunto à reunião de Direcção e informa que, para além do subsídio já garantido, o Governador Civil havia já conseguido “a quantia de tres contos de réis

---

<sup>77</sup> Em 15 de Agosto, *O Progressista* volta a referir-se ao Colégio de Regeneração mas, desta vez, com uma pequena nota sobre a intenção do P.<sup>o</sup> Airosa em estabelecer no Colégio de Regeneração uma escola para habilitar raparigas para criadas de servir.

<sup>78</sup> V. *AP. DOC.* Doc. 32 e 33.



aproximadamente, por meio de uma subscrição e quermesse”, e havendo urgência em iniciar as obras decidiu, por isso, mandar fazer um alçado e avançar para a execução até onde o dinheiro chegasse. A obra de pedreiro do corpo central e do edifício destinado às oficinas fora ajustada por 1.314\$000 réis.

O traçado do corpo principal é do Eng. Joaquim Eduardo Meneses, enquanto o alçado do frontão se deve ao risco de Augusto Stamm, professor da Escola Industrial de Braga, que também foi o responsável pela nova fachada do edifício dos Órfãos de S. Caetano.<sup>79</sup> O lambrim do átrio de entrada é composto por vários conjuntos de azulejos de diferentes desenhos do séc. XVII que outrora guarneceram os claustros e outras dependências do Convento da Conceição, possivelmente da primitiva igreja, que depois de arrancados andavam dispersos pelos cantos da casa. É muito provável que o objectivo tenha sido mesmo o de os preservar, formando com eles um agradável painel a perpetuar a memória do antigo edifício. A pequena mas elucidativa mostra permite, como diz Santos Simões, “reconstituir o que teria sido um dos mais belos padrões para tapetes, sem dúvida único e concebido propositadamente para este convento (...) que julgamos de fabricação de Gaia, de época vizinha de 1660” (Simões, 1997: 120).

A conjugação do esforço dos promotores da Oficina/Escola e da colaboração de muita gente fez com que a obra se levantasse em menos de um ano, embora o plano inicial tivesse ficado aquém do previsto, devido à falta de recursos (*O Primeiro de Janeiro*, 12.05.1894), tendo sido a oficina confinada ao topo sul da referida ala leste. O projecto merecia a atenção da imprensa. Assim, *O Progressista*, com bastante antecedência (em 04.05.1894), anuncia a inauguração para 27 de Junho e vários jornais dão notícia detalhada da abertura: *O Progressista* (03.07.1894), *A Voz da Verdade* (02.08.1894 e 22.11.1894), *O Primeiro de Janeiro* (14.08.1894 e 04.09.1894), *Jornal de Notícias* (11.11.1894) e *O Regenerador* (21.11.1894).

Na reunião de Direcção, de 20 de Julho de 1894, o P.<sup>e</sup> Airosa apresenta uma relação das raparigas pobres a serem admitidas à oficina externa de tecelagem e os documentos necessários para a sua admissão: atestado de bom comportamento passado pelo pároco; atestado de consentimento e aprovação dos pais. Foram tomadas duas deliberações: abrir a Oficina no dia 29, depois de avisadas as admitidas, com um jantar oferecido às aprendizas e à

---

<sup>79</sup> A Escola Industrial de Braga, a partir de 1893, passou a ter três novas cadeiras, que foram regidas por professores suíços (que em 1889 tinham chegado a Portugal) e que, como afirma Eduardo Oliveira, viriam a ter bons reflexos na arte bracarense. São eles: Augusto Stamm (Desenho arquitetónico), Ernesto Korrodi (Desenho ornamental) e Robert Rogenmoser (Desenho de Máquinas) (Oliveira, 2010: 64-71).

Direcção, pelo Comendador Gaspar Malheiro,<sup>80</sup> dar um caldo diário, mediante o pagamento de 10 réis retirados do salário, tendo em conta a grande pobreza das famílias de que as admitidas provinham.

Entretanto, o P.<sup>e</sup> Airosa informou que o Conselheiro José Novais havia entregado mais 750\$000 réis de donativos e 300\$000 vindos do Governo para a continuação das obras do frontão do Colégio.<sup>81</sup> Para o acto inaugural foram compostos dois hinos em homenagem ao Conselheiro José Novais,<sup>82</sup> que desde a primeira hora “abraçou a ideia porque ama a cidade na qual passou os melhores dias da sua infância” (*O amigo da Religião*, 14.06.1893) e foi o seu grande protector e angariador de meios financeiros para a sua concretização. Um dos hinos, oferecido como prova de gratidão, é da autoria do reputado compositor de música sacra do seu tempo, P.<sup>e</sup> António Domingues Correia, capelão e professor de música no Colégio.<sup>83</sup> O outro foi composto pelo P.<sup>e</sup> António José Teixeira Braga para o “benemérito fundador das oficinas de tecelagem no Convento da Regeneração” (in Lessa, 2011: 379), como se lê na dedicatória.

A Oficina-Escola de Tecelagem (Fig. 6) tinha por objectivo ensinar a arte de tecer a raparigas pobres, olhando ao mesmo tempo pela sua moral e educação religiosa e civil. Embora sedeadada no Colégio de Regeneração, era completamente isolada, isto é, as suas alunas não comunicavam com as outras recolhidas no Colégio (Neves, 2011: 385-387). Era constituída por um amplo espaço, acolhedor e limpo, com boa exposição solar. Apesar de ter ficado aquém do plano previsto teve em funcionamento 32 teares, uma máquina de dobar com 24 dobadoiras, outra de encher canelas e uma urdideira de sistema moderno. De acordo com o P.<sup>e</sup> Airosa (Airosa, 1896), as instalações dispunham de boas condições de trabalho:

A officina é espaçosa (30m,60 x 10m,25), excellentes condições hygienicas, cheia d’ar e luz. Tem 32 teares, um engenho de dobar com 24 dobadoiras, outro de encher canellas, uma urdideira em systema moderno, e os mais aprestos para a execução fácil do trabalho, de modo a não ser necessário recorrer-se fora para o aviamento de tudo o que pertence áquella industria. São largos os caminhos de comunicação para cada tear, e fica-lhes ainda livre local sufficiente para os recreios.

---

<sup>80</sup> Este jantar, em homenagem ao senhor Governador Civil, como preito de consideração pela boa administração e serviços prestados ao distrito, foi transferido para o dia da visita do Ministro das Obras Públicas, Conselheiro Carlos Lobo d’Avila, a fim de solenizar e comemorar a mesma visita (*O Primeiro de Janeiro*, 04.09.1894).

<sup>81</sup> L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 1, fl. 67.

<sup>82</sup> ABIMA Caixas de Arquivo com partituras musicais, em fase de catalogação.

<sup>83</sup> O P.<sup>e</sup> António Correia foi capelão e professor de música de Janeiro de 1893 a Agosto de 1896. Voltou, nos anos 30, como professor de música, onde se manteve até 1953. O seu espólio musical, ou grande parte dele, conserva-se no ABIMA, em caixas de arquivo, bem identificadas mas ainda sem classificação.

O horário das alunas era desde manhã até ao fim do dia. Levavam consigo o alimento que os pais lhes davam e ali almoçavam e jantavam. Por vezes, surgiam alunas que, devido às muitas necessidades, se apresentavam descalças, com pouca roupa e sem nenhum alimento. Perante cenários deste género, a Direcção do Colégio de imediato pedia algumas esmolas para resolver a situação.

Em 1895, o P.<sup>e</sup> Airosa faz o apuramento final do custo das obras e informa que na oficina externa, na montagem dos teares e no frontão do Colégio foram gastos 6.353\$090 réis, quantia que o Conselheiro José Novais havia conseguido para esse fim. Todavia, o dito frontão não estava concluído por falta de recursos financeiros. Resolveu-se que fossem feitas apenas as obras indispensáveis com os lucros dos teares da mesma oficina e com alguma verba que o Colégio pudesse dispor, como consta da acta de 25 de Novembro de 1895.



Figura 6 - Oficina externa/Escola de Tecelagem e alunas “comendo o caldo” que o Colégio lhes dava (ABIMA n.º 40, 1-3)

Não é possível encerrar a análise deste projecto sem referir quatro das muitas reportagens e notícias de que a Oficina foi alvo ao longo da sua existência, de cerca de três décadas. Assim, quando ainda não tinha um ano de vida, é-lhe dedicada, pel’*O Regenerador*, de 18 de Abril de 1895, uma extensa e detalhada crónica – “Officina-escola de tecelagem no Collegio da Regeneração em Braga”, dizendo que a oficina não precisa de recorrer ao exterior, porque tem tudo o que anda à volta desta indústria. Com este procedimento, o Colégio de Regeneração contribuía para promover o desenvolvimento da indústria caseira. Diz, ainda, que a importância destas oficinas está na linha da criação das oficinas cristãs tão sabiamente recomendadas pelo Papa Leão XIII. O mesmo periódico, no dia 21 desse mês, volta com uma crónica intitulada “História da fundação da oficina-escola de tecelagem no Collegio da Regeneração em Braga”. Apresenta uma narrativa detalhada da oficina e informa

que o custo total da obra, com a montagem dos teares, chegou aos 4.416\$000 réis. Entretanto, aproveita para dar conhecimento das obras a realizar para a reconstrução do edifício. É necessário, diz-se, continuar as obras e fazer o corpo central que servirá de entrada [a actual portaria]. Para fazer o alçado da obra fora convidado o Sr. Augusto Stamm, professor de arquitetura na escola industrial, que pelo desenho e pelo acompanhamento das obras recebeu a módica quantia de 45\$000 réis. Depois de examinado e aprovado pelos peritos começou a ser executado. O corpo central encontrava-se ainda em construção.

Em 1896, há jornais a dar grande destaque a este empreendimento, sinal de que o projecto continuava a despertar interesse na sociedade e que os seus resultados eram, pelo menos, satisfatórios. O *Voz da Verdade*, de 16 de Abril, publica um longo artigo – “Officina-escola de tecelagem no Collegio da regeneração”, onde se faz a história desta oficina e se alude à doutrina social da Igreja, na linha do Papa Leão XIII. Por sua vez, *A Correspondência do Norte*, de 26 de Agosto, dá notícia da visita de Ramalho Ortigão à oficina-escola de tecelagem e da impressão que dali levou, prometendo interessar-se “por tão sympathico estabelecimento”, deixando o seguinte registo: “Deixo esta casa cheio da comoção mais profunda de admiração e de enternecimento. Podesse eu pagar o que devem em gratidão aos que sustentam e dirigem este instituto o que lhes devem os homens de coração, os philosophos e os poetas”. Finalmente, o *Voz da Verdade*, de 27 de Agosto de 1896, sob o título “Collegio da Regeneração” dá ampla notícia da visita de Ramalho Ortigão afirmando que o escritor examinou “os produtos das oficinas e apreciou detidamente a orientação do ensino industrial ministrado no Collegio”, terminando com a transcrição do testemunho que aí deixou exarado no Livro de Visitantes.

A Oficina-Escola funcionou durante cerca de 30 anos e terá fechado portas durante a I Guerra Mundial, pelas dificuldades de importação de matérias-primas e de escoamento dos produtos. Em notas soltas de arquivo, do ano de 1923, diz-se que foram cerca de 400 as “filhas de pobres” que ali fizeram a aprendizagem. Destinava-se às mulheres domiciliadas dentro do perímetro urbano e, ao mesmo tempo, garantia trabalho às que iam saindo do Colégio. Nele trabalhavam diariamente, em média, umas 36 mulheres. Ao ordenado semanal, com um valor nunca inferior ao praticado noutras fábricas do género, era retirada uma pequena percentagem com a qual o Colégio lhes servia uma sopa diária e, finda a aprendizagem, deixando o lugar vago para outra, lhes comprava um tear com o qual davam continuidade à sua formação remunerada, comprometendo-se o Colégio a escoar o produto.

#### 2.4.4. As oficinas internas

O trabalho das internas, para além de as manter activas e concorrer para o seu sustento diário, era encarado como o grande factor educacional na preparação para o desempenho de uma profissão que lhes pudesse garantir ou, pelo menos, facilitar a entrada no mercado de trabalho. Daí a diversidade de oficinas criadas e a introdução de máquinas de tipo industrial, ao nível das melhores utilizadas na indústria portuguesa de então. Uma das primeiras preocupações da instituição recaía sobre aquelas que não sabiam cozinhar e a quem deveria ser dada prioridade na admissão. O ensino, com características de profissionalizante, passava pela aprendizagem da culinária e de trabalhos domésticos como lavagem de roupa e engomagem, corte e costura, tecelagem, bordados, sapataria, agricultura, horticultura, floricultura e criação de animais (Fig. 7).<sup>84</sup>



Oficina de costura e bordados



Engomadeiras / Engomadoria



Oficina interna de Tecelagem



Lavadouro



Oficina de sapataria



Desenho industrial e ornato



Trabalho no quintal



No jardim... colhendo camélias



Estábulo dos suínos

Figura 7 - Actividades desenvolvidas no Colégio (ABIMA n.º 40, 1-3)

<sup>84</sup> V. AP. DOC. Doc. 34 a 36.

O espírito empreendedor do P.<sup>e</sup> Airosa levou-o a enveredar pela mecanização das suas oficinas, como se comprova pelas actas das reuniões de Direcção, pela correspondência mantida com várias casas comerciais da Europa e pela viagem que, em 1886, empreendeu pela Inglaterra e Irlanda, em busca de máquinas inovadoras para as suas oficinas – que cedo o posicionaram na linha de vanguarda na área da tecelagem.

Em 1 de Novembro de 1881, a Direcção decide adquirir uma máquina de fazer meia e disso encarregam uma pessoa para se deslocar ao Porto a fim de proceder à sua aquisição. Só que, em vez de uma, compram duas – uma para meias finas e outra para meias grossas. Pouco tempo depois é adquirida uma máquina de casear.<sup>85</sup>

Os teares foram sempre, na verdade, ‘a menina dos olhos’ do P.<sup>e</sup> Airosa. Ele próprio “envergando a blusa de tecelão se fez aprendiz e praticante dessa arte”, nas fábricas Jacquard, em Lyon, onde se tornou mestre, ao ponto de um professor suíço da especialidade ter afirmado que o P.<sup>e</sup> Airosa era o homem que no seu país mais sabia e compreendia do ensino de tecelagem (Moura, 1970-71: 7). Para além dos ensinamentos que ele próprio transmitia, socorria-se ainda de mestras e mestres, como bem se comprova pela leitura das actas das reuniões de Direcção. Os produtos de tecelagem cedo começaram a ser colocados no mercado, sendo sempre os mais lucrativos – de tal forma que, em 1886, o Colégio foi visitado duas vezes “por um empregado do Governo, encarregado de examinar e colleccionar amostras das indústrias do reino para o muzeu d’indústrias em Lisboa, o qual tecendo os maiores elogios ao Collegio e a seus trabalho, levou differentes amostras no valor de 3 libras, que pagou”.<sup>86</sup>

De 1887 a 1901, foram feitos grandes investimentos na aquisição de teares e de outras máquinas oficinais, com o contributo de benfeitores e um subsídio estatal. Foi uma fase de grande crescimento, tendo havido necessidade, até, do aumento das instalações, o que aconteceu a expensas de um benfeitor anónimo. Em 1888, é mencionada a oferta de um tear Jacquard pelo Conselheiro Leonardo Caetano de Araújo e, no ano seguinte, o P.<sup>e</sup> Airosa fala da necessidade da compra de mais alguns teares. Entretanto, na reunião de 1 de Junho de 1892, o director informa que o Ministério das Obras Públicas havia concedido o “subsídio de 250\$000 réis para maquinas e aparelhos para a officina de Tecellagem” que, à data, estariam prestes a entrar em funcionamento.

---

<sup>85</sup> L.º de Actas n.º 1, fls. 21-22.

<sup>86</sup> Id., fl. 40v.

Nos últimos anos daquela década e inícios da seguinte, adquiriram-se novos teares e fez-se novo acrescento à oficina, melhoraram-se os meios técnicos da engomadoria e, para fazer face à concorrência, mandou-se vir do estrangeiro uma estufa ou fornalha para aquecer os ferros de engomar que foram oferecidos por um caridoso anónimo do Porto, no valor de 102\$000 réis.<sup>87</sup> Apesar da crise que em 1901 se fazia sentir, e da necessidade de uma administração rigorosa e muito prudente para sustentar o Colégio, a Direcção decidiu comprar duas máquinas de costura, ferros de engomar e outros utensílios para os trabalhos officinais e abriu uma loja, na Rua Nova de Sousa, para a venda dos seus produtos. O espírito empreendedor do P.<sup>e</sup> Airosa e a preocupação pela formação profissional das “suas” internas levaram-no a dar passos de gigante como adquirir máquinas mais modernas e a contratar um mestre credenciado do Porto, como registou no seu caderno de “Apontamentos...”:

No anno corrente [1902] tem-se levantado um pouco mais a officina de costura, addicionando-se-lhe 4 machinas de costura, ultimo invento e mais aperfeçoado; e uma machina de corte, sumamente vantajosa pelo grande expediente e justeza no talhar. Veio da cidade do Porto mestre competente dar lições de corte pelos processos modernos, desconhecidos ainda em Braga e se adquiriram livros que ministram as respectivas instrucções.

Entretanto, regista-se a entrada de vários donativos provenientes de pessoas de Braga, Cabeceiras de Basto e Lousada, “com destino a capital do negócio e giro comercial das oficinas de tecelagem, aquisição de matéria-prima, transacções e empates de fazendas”, mediante certas obrigações anuais de carácter financeiro ou espiritual. A Instituição luta diariamente com imensas dificuldades financeiras, porque os encargos com a alimentação de uma comunidade, com mais de cem pessoas em permanência, e a manutenção do edifício e de todo o equipamento não permitem a existência de reservas para fazer face a ocorrências inesperadas, como aconteceu em 1906. Neste ano, as oficinas de tecelagem sofrem um grave revés por causa das fazendas que arderam no grande incêndio na fábrica do “Calandreiro Marques”,<sup>88</sup> provocando ao Colégio um prejuízo avaliado em 400\$000 réis. Perante a fatalidade, a Direcção decide abrir uma subscrição pública que, em poucos meses, “rendeu 430\$000 reis, manifestando assim a Divina Providencia o muito que protege esta sua obra”.<sup>89</sup>

Os efeitos da I Guerra Mundial também aqui se fizeram sentir, sobretudo pela falta de matérias-primas. Em 1917, num desabafo de angústia, o P.<sup>e</sup> Airosa expõe aos membros da

---

<sup>87</sup> Id., fl. 94.

<sup>88</sup> A calandra era uma máquina de acabamento têxtil para lustrar, alisar ou frisar tecidos.

<sup>89</sup> L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 1, fl. 112.



Direcção, em 29 de Outubro, as grandes e graves dificuldades em que o Colégio se encontra: “a carestia actual – as oficinas de tecelagem a paralisar por falta do fio de algodão e linho – o trabalho das demais oficinas a escacear, porque todos vão reduzindo suas despesas; e deste modo a esgotar-se a principal e mais importante fonte de receita”. Passados dois anos, a situação pouco ou nada se altera, como se constata por novo desabafo do director. As dificuldades prolongam-se, por mais uns anos, levando ao encerramento da loja da Rua Nova de Sousa, em 1920, devido à falta de tecido provocado pela escassez de algodão e pela exigência do aumento de ordenado do encarregado.

#### 2.4.5. A qualidade dos produtos do Colégio de Regeneração

A fama da qualidade dos linhos do Colégio da Regeneração era de tal ordem divulgada e conhecida, que eram já aconselhados em livros de especialidades medicinais. É o caso de uma publicação de 1897, sobre Mons. Sebastian Kneipp, um naturopata alemão que se especializou na hidroterapia. Através da água, ele obteve a sua própria cura e a de muitos outros que a si recorreram, desde os mais pobres e desconhecidos aos mais ilustres e poderosos da época. Nesse pequeno opúsculo de 80 páginas,<sup>90</sup> publicado pela “Livraria Escolar Editora Cruz & C.<sup>ª</sup>”, de Braga, é elogiado o “Linho em Malha á Kneip” produzido no Colégio de Regeneração em Braga. O P.<sup>º</sup> Airoso adquiriu para a biblioteca grande parte das obras de Mons. Kneipp<sup>91</sup> e nas publicações do Colégio e nas diversas exposições em que participava com os seus produtos fazia publicidade das peças confeccionadas pelo método Kneipp.



Figura 8 - Opúsculo informativo sobre Sebastian Kneipp

<sup>90</sup> Aí se publica a biografia de Mons. Sebastian Kneipp e se dá realce ao sistema hidroterapêutico. Fazem-se longas transcrições da opinião da imprensa francesa e alemã sobre o método curativo do autor e dos seus conselhos higiénicos. Apresentam-se vários testemunhos de especialistas na área da medicina que lhe chamam “medico dotado d’um dom especial, genio que nasceu médico”.

<sup>91</sup> Há um exemplar de “Última Palavra sobre o Meu Tratamento pela Água” (1897), de Mons. Kneipp, editado pela Livraria Escolar (Braga), que o editor ofereceu a Mons. Airoso com esta dedicatória: “Ao benemérito filho de Braga, o Exmo. e Rev.mo Sr. P.<sup>º</sup> João Airoso, dedicadíssimo Apostolo do Bem, com a maxima veneração e respeito, José Antonio da Cruz [proprietário da Livraria Escolar], Braga, 29.05.1897” (ABIMA n.º 73, 1-5).



Alguns jornais de Braga e Porto encarregam-se da divulgação desta terapia. Assim, o jornal *A Correspondência do Norte* publica três extensos textos sobre “O abbade Kneipp” (em 28.12.1892; 31.12.1892 e 04.01.1893). O articulista indica que Kneipp (nascido em 1821) é pároco de uma aldeia alemã das margens do Reno, apelida-o de higienista insigne e faz a apologia da sua terapêutica,<sup>92</sup> traça-lhe o retrato físico e psicológico, fala das consultas médicas que dá no seu presbitério, acompanhado de médicos, e das curas pela água que tem alcançado. Em 1897, encontramos três periódicos a falar deste assunto. O jornal *A Palavra*, em 28 de Fevereiro, dá realce ao fabrico de camisolas de linho para tratamento, no Colégio de Regeneração. Dá notícia sobre a ida à Alemanha do P.<sup>e</sup> Himalaia,<sup>93</sup> onde fez tratamento de água junto do P.<sup>e</sup> Kneip, e diz que o fabrico de linho, segundo o método Kneipp, se efectua no Colégio de Regeneração, sendo muito procurado por pessoas de todo o país e ilhas adjacentes.<sup>94</sup> Uma outra pequena notícia é dada em 1 de Junho, pelo jornal *O Primeiro de Janeiro*, sobre o fabrico de camisolas de linho para tratamento, no Colégio de Regeneração. Finalmente, *O Progressista* de 27 de Julho, publica também um pequeno artigo intitulado “Linho systema Kneipp”, informando que este tipo de linho se fabrica no Colégio de Regeneração e tem as seguintes características:

É um tecido especial com fio de linho forte e consistente, oferecendo as vantagens de ser agradável ao corpo, favorecer a saúde, entreter a pelle n’um estado de doce calor, absorver perfeitamente a transpiração, secar rapidamente e permitir o acesso do ar do exterior. É um tecido muito hygienico, fabricado segundo preceitos estabelecidos pelo sabio Kneipp, e por elle recomendado.

A qualidade dos artigos da Regeneração era conhecida internacionalmente e muito apreciada por todos. Faziam parte dos seus clientes as mais distintas famílias residentes no ultramar e no continente. Apreciadíssimos por monarcas, ministros, jornalistas e particulares,

---

<sup>92</sup> Este método terapêutico foi também aplicado em Portugal, no *Sanatório Kneipp*, nas Caldas de Monchique. A alimentação e tratamento obedeciam fielmente às práticas utilizadas na Alemanha e eram dirigidas por uma técnica vinda expressamente para a sua aplicação.

<sup>93</sup> O P.<sup>e</sup> Manuel António Gomes Himalaya nasceu em 1868, em Cendufe, Arcos de Valdevez, e faleceu em 1933, em Viana do Castelo, num lar de caridade onde fora capelão. Formou-se no Seminário de Braga, foi professor e preceptor de famílias ilustres em Vila Real, Gaia e Alentejo. Interessou-se pela energia solar e frequentou vários institutos em Paris. Foi um pesquisador incansável e autor multifacetado de variadas patentes registadas em instituições de referência científica, em múltiplos países. Na Academia de Ciências, existem inúmeros projectos do P.<sup>e</sup> Himalaya. O seu nome anda associado ao pioneirismo da utilização de explosivos ao serviço da agricultura mas também à neuropatia e ecosofia. Para um conhecimento mais aprofundado da vida e obra deste grande inventor, pode ver-se a introdução e selecção de textos de Jacinto Rodrigues e Rosa Oliveira (Himalaya, 2013), onde se refere a actividade de tecelagem de linho para a hidroterapia, fabricada no Colégio de Regeneração – “Linho em malha à Kneipp”. ABIMA (a.n.i.)

<sup>94</sup> Jacinto Rodrigues faz, também, uma referência ao fabrico das toalhas de linho Kneipp, nos teares da Regeneração (Rodrigues, 1999: 48). ABIMA n.º 661 (4-7).

os produtos eram disputados nomeadamente na elaboração dos enxovais como símbolo de riqueza e estatuto. Algumas peças chegaram, inclusivamente, ao Vaticano. De facto, em 1887, fez-se uma exposição no Paço Arquiepiscopal e 15 peças, “qual delas a melhor e mais valiosa”, foram adquiridas pela diocese para oferecer ao Papa Leão XIII (*Aurora do Minho*, 21.08.1887).

A Casa Real visitou, por diversas vezes, a instituição distinguindo-a com os seus incentivos, louvando-a pela perfeição e aquisição de trabalhos e produtos. Na deslocação da família real à cidade de Braga, em Outubro de 1887, a que a imprensa dá uma ampla cobertura, um jornalista diz que a Rainha D. Maria Pia quis distinguir este estabelecimento visitando-o em primeiro lugar (*A Correspondência do Norte*, 12.10.1887). A rainha, a quem ofereceram uma peça de linho, foi recebida com júbilo e coberta de flores. Visitou as salas de labores, onde as colegiais entoaram os hinos de D. Luís e de D. Maria (*O Primeiro de Janeiro*, 9.10.1887), e à pergunta da Rainha “quem ensinava tantas coisas”, o P.<sup>e</sup> Airosa respondeu que eram algumas pessoas entendidas na arte e principalmente o estudo dos livros de tecelagem que mandara vir de França e que lhe mostrou. A rainha examinou ainda os três diplomas de prémios de 1.<sup>a</sup> classe obtidos nas exposições “Indústrias caseiras de 1882”, do centenário da fundação do Bom Jesus do Monte de 1884, e “Indústrias Portuguesas”, de 1887 (*A Correspondência do Norte*, 12.10.1887). Impressionada com o que viu, exclamou: “D’aqui para cima nada tenho visto de melhor” (*A Actualidade*, 9.10.1887). A rainha comunicou, então, que mandaria lavar e engomar ali todas as suas roupas e as de suas altezas. O agradecimento chega através de uma carta (ABIMA Doc. 001) por D. Ana de Bragança que, em nome da rainha, agradece a perfeição do trabalho realizado e promete nova visita:

19 Outubro de 1887

Ilmo. e Exmo. Senhor

Sua Majestade a Rainha encarrega-me de dizer a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> quanto está satisfeita com a perfeição dos trabalhos de lavar e engomar a roupa; e fica sciente da boa vontade das reculhidas e acceita muito agradecida o offerecimento que fazem do seu trabalho.

Sua Alteza a Princeza devido ao seu delicado estado<sup>95</sup> passa incomodada, muitas vezes vê se obrigada a ficar no quarto por isso não pode prometter uma visita a esse Collegio, mas eu do que souber darei parte a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>

Attentamente

Condessa de Bertandos Bragança<sup>96</sup>

---

<sup>95</sup> Refere-se ao estado de gravidez da filha D. Maria Ana que nasceria em 14 de Dezembro de 1887, mas que sobreviveu por poucas horas.

<sup>96</sup> V. *AP. DOC.* Doc. 9.

O repórter, que dias depois se deslocou ao Colégio para uma visita demorada, diz que viu ali engomar finíssimas cambraias das roupas da senhora D. Maria Pia e da princesa D. Amélia. As colegiais, por sua vez, comentavam: “Quem nos diria que havíamos de ser engomadeiras da casa real” (*Diário Popular*, 14.10.1887). A terminar a visita, a rainha exprimiu o desejo de que as educandas se encarregassem de bordar as roupas do enxoval de S. A., o Príncipe da Beira [Príncipe D. Luís Filipe (21.03.1887-01.02.1908)] (*A Província*, 10.10.1887).

O Presidente do Conselho, Luciano de Castro, responsável pelos estabelecimentos de beneficência, dias depois da visita da rainha, fez uma visita inesperada ao Colégio de Regeneração, tendo sido acompanhado por diversas personalidades. Recorde-se que foi ele, como ministro do Reino, que em 1880 cedeu o edifício do Convento da Conceição ao Colégio de Regeneração. Durante a visita, declarou que nessa casa passara o melhor tempo da sua viagem ao norte e deixou o seu testemunho no Livro de Visitantes, assim como sua esposa, que aproveitou para fazer diversas encomendas (*A Correspondência do Norte*, 15.10.87).

Quatro anos depois, a rainha D. Amélia, acompanhada do Príncipe Real (então com pouco mais de 4 anos), do Ministro das Obras Públicas e de altos funcionários do Paço, além do Governador Civil, visita de novo o Colégio, sendo recebida pelas directoras e pelo P.<sup>e</sup> Airosa, por distintas famílias, pelas recolhidas, que entusiasticamente a cobriram de flores, e pelos representantes da imprensa de Braga e Porto. Foi saudada, em nome da Direcção, pelo jornalista Dr. Carlos Braga. Na secção de Tecelagem, a rainha examinou os trabalhos que estavam a ser realizados e dirigiu palavras de louvor e conforto às operárias recolhidas, e uma delas ofereceu-lhe uma peça de bretanha de linho, tecida por ela, para o príncipe da Beira – o que a rainha agradeceu reconhecidamente. Num dos teares, diz o cronista, lia-se, num cartão impresso e bordado a folhas de loureiro, a sentença moral do escritor italiano Ganganelli: “O christianismo libertando as almas, não podia deixar de proteger a industria, porque esta tira o homem das misérias do corpo”.

O Ministro das Obras Públicas prometeu proteger a instituição, dirigindo-lhe palavras de louvor, bem assim como aos seus obreiros. No fim da visita, o Príncipe foi para o Paço com D. Isabel de Saldanha<sup>97</sup> e a rainha partiu dali para outras visitas de protocolo (*Aurora do Minho*, 09.10.1891; *O Primeiro de Janeiro*, 29.11.1891; *A Correspondência do Norte*, 02.12.1891).

---

<sup>97</sup> D. Isabel de Saldanha era cunhada de D. Teresa de Saldanha, fundadora das Terceiras Dominicanas.

Os produtos do Colégio de Regeneração mantiveram a qualidade que lhe valeu a preferência das famílias aristocratas, como já se referiu. Aqui se regista a encomenda de enxoval de D. Maria Benedita da C. Sotto Maior, Viscondessa do Ameal, que casou com o Visconde do Ameal, de Coimbra. Diz-se, ainda, que neste ano foram feitos cinco enxovais, incluindo dois para Braga e um para Lisboa (*A Palavra*, 27.11.1901).

A fama e o prestígio da tecelagem e produtos do Colégio de Regeneração encontram-se abundantemente documentados em muitos jornais da época, como tem vindo a ser referido. A propósito da Exposição de Artes e Indústrias Regionais de Braga, em 1913, diz-se que é “um verdadeiro assombro o que ali se vê”. Aí estava exposto um quadro do Bom Jesus do Monte, tecido em seda.<sup>98</sup> Tudo isto, indubitavelmente, diz o cronista, é produto de uma magnífica orientação e obra das internadas, a maior parte das quais entram ali sem saber coisa alguma e, o que é mais, sem hábito nem disposição para o trabalho (*A Opinião*, 27.07.1913).

Na passagem do século XIX, a fama e o prestígio dos “Produtos da Regeneração” eram de tal ordem que, além de arrecadarem várias medalhas nas Exposições em que se apresentaram, em Portugal e no estrangeiro, serviam de paradigma de qualidade. Diz-se, também, que quando se pretendia significar que determinado artigo era bom e perfeito, dizia-se: “até parece da Regeneração”.

#### **2.4.6. Exposições**

O Colégio esteve presente em muitas e diversas exposições, no país e no estrangeiro, onde colheu muitos elogios e ganhou prémios valiosos. Esta foi uma das formas de se dar a conhecer, de ampliar as suas vendas e, consequentemente, de aumentar rendimentos. No âmbito temporal em análise, contam-se doze grandes exposições que deixaram marcas na imprensa da época.

A primeira grande apresentação de trabalhos artísticos ali produzidos terá sido no Porto, no Palácio de Cristal, em 1882, na Exposição de Indústrias Domésticas, cujos trabalhos mereceram os maiores encómios d’*O Comércio Português* (01.06.1882). Há quem se tenha detido perante as vitrinas do Colégio de Regeneração, afirmando ser esta “uma das mais prestantes instituições da apostolização moral que apresenta rendas, ruches, camisolas, toalhas, meias, chailes, cordões, cotins, etc., tudo elaborado pelas recolhidas d’aquelle

---

<sup>98</sup> Desses trabalhos tecidos em seda guardam-se, ainda hoje, no salão nobre da Instituição, dois valiosos quadros, em bom estado de conservação.

estabelecimento e trabalhado com muita nitidez” (*O Comércio do Porto*, 26.05.1882). Outros jornais aproveitam para referir o alcance social da instituição (*O Primeiro de Janeiro*, 04.06.1882), reconhecendo a “excelente casa de educação e dos produtos fabricados pelas colegiais” (*O Amigo do Povo*, 01.06.1882). Ainda a propósito dos produtos expostos, pode ler-se este pequeno mas interessante texto retirado de um artigo de *O Comércio do Porto* (07.06.1882), assinado por A. de la Rocque:

Tendo por tantas vezes lamentado a falta de instrução technica no nosso paiz, sentimos n’este momento o maior prazer possível em registrarmos a primeira escola que se há instituído n’este sentido, muito digna dos mais elevados louvores, porque ella é filha da esmola, d’essa caridade bem entendida que arranca da miséria o nosso irmão para restituir à sociedade um membro a ella útil e a si próprio. (...) Não temos expressões que encareçam ás alturas do seu merecimento a iniciativa das caridosas senhoras, que se lembraram de organizar em Braga o collegio da Regeneração.

Em 1887, o Colégio de Regeneração volta a ser convidado para participar na Exposição Industrial no Palacio de Crystal, e a Direcção “deliberou que o Collégio concorresse à exposição do Porto com trabalhos das recolhidas”.<sup>99</sup> A sua participação, segundo a imprensa da época, foi um êxito assinalável. Em *O Comércio do Porto*, de 22 de Junho, um dos cronistas diz que não conhece o Colégio de Regeneração nem os meios de que dispõe mas dedica-lhe um bom espaço e tece-lhe os maiores elogios pela variedade de artigos executados pelas “educandas”. E neles, diz, se vê “a educação prática e esmerada que se dá n’aquelle estabelecimento á mulher, habilitando-a a tornar-se uma boa mãe de família. (...), é sobretudo pelo trabalho, assim dirigido, que a mulher se regenera moralmente para a grande missão que tem a preencher na sociedade...”. E termina garantindo que o Colégio de Regeneração “se afirma n’este certame de um modo digno do máximo louvor”.<sup>100</sup>

Há quem classifique os trabalhos como de valor histórico: “Os trabalhos que este instituto apresenta constituem um valioso documento para a história de tão proveitoso estabelecimento” (*O Comércio Português*, 23.06.1887). Apesar de ignorar o que lá se fazia, este cronista realça a importância do trabalho no processo de regeneração:

Grande coisa é o trabalho. O humanitário instituto, que tantos benefícios sociaes prodigalisa, opera a regeneração das infelizes que carinhosamente recebe no seu seio maternal, por meio do trabalho que é a suprema virtude e o grande baluarte que nos defende de todas as vicissitudes da existência. (...) [é um] estabelecimento que se apresenta d’um modo digno dos mais rasgados elogios.

---

<sup>99</sup> L.º de Actas n.º 1, fl. 43.

<sup>100</sup> V. AP. DOC. Doc. 37, 39, 40 e 41.

A obra social é avaliada, através dos resultados, pelo jornal *O Constituinte* de 29.06.1887, que transcreve os textos de *O Comércio do Porto* e de *O Comércio Português*, concluindo que o Colégio de Regeneração é verdadeiramente uma estância benfazeja onde a mulher se vai reabilitar pelo trabalho e pela moralidade. Para o *Jornal da Manhã* de 06.07.1887, ali o ar é puro e a instrução a mais conveniente, baseada no trabalho, que é verdadeira e inesgotável fonte de regeneração social, princípio santo, civilizador e indispensável à vida física e moral.

Mas os trabalhos valem por si, independentemente da obra social, como afirma um jornalista que, depois de visitar a exposição, se deslocou em visita ao Colégio de Regeneração, afirmando que os trabalhos expostos podem rivalizar com tudo o que, neste género, era importado do estrangeiro. Aproveita para louvar o zelo e dedicação do P.<sup>e</sup> Airosa e manifesta a sua indignação pela indiferença com que a maioria dos habitantes de Braga encara este estabelecimento que tão digno é da protecção de todos (*A Correspondência do Norte*, 29.06.1887).

A exposição, onde o Colégio de Regeneração obteve três primeiros prémios, esteve aberta ao público durante seis dias e muitos mais foram os jornais que, mais que uma vez, se referiram à participação do Colégio, de forma elogiosa (*O Primeiro de Janeiro*, 30.06.1887; *Aurora do Minho*, 03.07.1887; *O Commercio do Minho*, 09.07.1887; *O Constituinte*, 16.07.1887). O jornal *O Progresso Católico*, de 30.06.1887, transcreve uma crónica de *O Primeiro de Janeiro*, onde se exalta o trabalho desenvolvido pelo Colégio de Regeneração e se elogiam os trabalhos expostos. Os trabalhos expostos não só foram muito apreciados, como se constata pela imprensa já revista,<sup>101</sup> mas também premiados, como se pode ver nos registos do Caderno de apontamentos do P.<sup>e</sup> Airosa, onde escreveu que “obteve 3 primeiros premios nas exposições de 1882 e 1887 no Palacio de Cristal do Porto”.<sup>102</sup>

O Colégio de Regeneração aproveitou todas as oportunidades para expor os seus produtos com o objectivo de os dar a conhecer, promover e aumentar as suas receitas. Em 1884, para comemorar a tomada de posse do edifício do Convento da Conceição, organizou uma exposição a que a imprensa de Braga deu o devido relevo (*O Constituinte*, 05.01.1884; *Folha de Braga*, 06.01.1884).

---

<sup>101</sup> Mais tarde, *O Primeiro de Janeiro* (16.07.1899) faz referência aos vários prémios alcançados, incluindo os de 1882 e 1887.

<sup>102</sup> ABIMA Doc. 020.

Em 1887, faz uma exposição no Paço Arquiepiscopal, tendo sido adquiridas, presumivelmente pela arquidiocese, 15 das mais valiosas peças para oferecer ao Papa Leão XIII, como já se referiu. Em 1888, realiza-se a Exposição Industrial de Lisboa e a imprensa continua a dar grande cobertura aos trabalhos expostos do Colégio de Regeneração, referindo-se à sua acção social junto dos mais carenciados, apelidando-o de bem conhecido e acreditado, fundado e amparado pela mão vigorosa de um eclesiástico tão virtuoso como modesto, que no ano anterior tivera a honra de ser visitado pela rainha, pelos ministros do reino e das obras públicas, por muitas damas e cavalheiros da mais elevada hierarquia social (*O Comércio do Porto*, 29.05.1888). Os produtos expostos exprimem, acima de tudo, o trabalho abençoado que santifica, que redime e que pode chamar à vida muitas existências que iam perdidas na corrente das paixões, dos vícios ou das misérias (*Cruz e Espada*, 02.06.1888; *Comércio de Portugal*, 05.06.1888; *Diário de Notícias*, 06.06.1888). A *Correspondência do Norte*, de Braga, em 13.06.1888, transcreve um texto do jornal *Correio da Noite*, de Lisboa, dando uma notícia desenvolvida sobre a Exposição e *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, em 17.06.1888, referindo-se à qualidade dos trabalhos expostos, frisa que todos os elogios feitos ao Colégio de Regeneração são merecidos. O P.<sup>e</sup> Airosa, por sua vez, registou no seu Caderno de apontamentos que os trabalhos expostos foram muito apreciados pela imprensa da capital.

Em 1891, por ocasião da visita do rei D. Carlos à Exposição Industrial de Braga, o Colégio organizou uma exposição interna para inaugurar a ampliação das instalações, que foi visitada pela rainha D.<sup>a</sup> Amélia (*Jornal de Notícias*, 29.11.1891), já que o rei, à última hora, foi impedido por razões de protocolo. Em 1896, manteve uma exposição temporária dos seus trabalhos na recepção do Grande Hotel de Braga e, em 1904, organizou outra para se associar aos festejos de Braga do 50.º aniversário da definição dogmática da Imaculada Conceição.

O ano de 1913 foi assinalado em Braga pela realização da Exposição Mostuário das Artes e Industrias Bracarenses, nos festejos do São João, no Asilo de Mendicidade [actual Lar Conde de Agrolongo] (*A Propaganda*, 17.09.1913 e 09.11.1913), onde o Colégio dispôs de uma sala para, segundo os cronistas, expor os seus mais variados produtos: bordados, belos linhos Kneip e outros, bons tecidos, lindos quadros de seda representando o Bom Jesus do Monte, calçado completamente acabado nas oficinas da casa e perfeitas flores que pareciam ser uma especialidade do Colégio (*A Rotandade*, 28.06.1913; *O Mundo*, 22.06.1913; *A Opinião*, 27.07.1913). No folheto de divulgação diz-se, ainda, que aí pode ser apreciado o trabalho das oficinas de lavandaria e engomadoria. Depois de enunciar a imensa variedade de trabalhos expostos, realizados pelas colegiais, faz questão de lembrar que “tudo isto [é] obra

das internadas do Collegio que, na maioria, entraram ali sem saber cousa alguma, e sem o habito do trabalho. Ao Collegio devem as suas actuaes e prestimosas habilitações”.

Em 1926, Braga foi palco de grandes manifestações religiosas por ocasião do Congresso Mariano promovido pelo Arcebispo Primaz D. Manuel Vieira de Matos. O Colégio, a convite do Arcebispo, realizou uma exposição de trabalhos que foi visitada por muitos bispos e outros congressistas.<sup>103</sup> Além disso, recebeu também um convite, que declinou por falta de tempo disponível para a preparação dos trabalhos, para participar na Exposição Nacional Comemorativa do 1.º Centenário da Abertura dos Portos do Brasil, que se realizou no Rio de Janeiro, de 18 de Janeiro a 15 de Novembro do ano de 1908.

A história da tecelagem e dos bordados do Colégio está ainda aliada a dois grandes acontecimentos mundiais, do final do séc. XIX, que lhe permitiram afirmar o real valor nas artes industriais e onde lhe foram concedidos os mais altos galardões.

Refiro-me, em primeiro lugar, à Exposição Universal de Paris de 1889, a mais emblemática das exposições europeias.<sup>104</sup> Portugal participou com dois pavilhões e entre o que de melhor havia no país para mostrar estavam trabalhos executados no Colégio de Regeneração. A exposição abriu em 6 de Maio e encerrou no dia 3 de Outubro. Passado um ano, o P.º Airosa recebeu uma carta de Paris a comunicar que lhe seria enviado um “diploma d’honra e medalha que o júri da Exposição Universal havia concedido ao Colégio”, os quais, ainda hoje, orgulhosamente, se guardam.

Em 1897, é a cidade do Porto que organiza a grande Exposição Industrial do Palácio de Cristal, onde estão representadas as maiores firmas do país.<sup>105</sup> O Colégio de Regeneração esteve no Porto, pela terceira vez, por convite da Comissão organizadora, tendo os seus produtos alcançado os maiores êxitos. Arrebatou cinco medalhas: duas de ouro, com os tecidos de linho e bordados; três de prata, com os tecidos de roupa branca para homem e senhora, desenhos para bordados e desenhos industriais para tecelagem.<sup>106</sup> Desse êxito se fizeram eco *O Comércio do Porto*, *A Província*, *Correio do Funchal*, *A Concórdia*, *O Primeiro de Janeiro*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *A Palavra*.

---

<sup>103</sup> L.º de Actas n.º 2, fl. 18v.

<sup>104</sup> Esta Exposição, comemorativa do 1.º centenário da Revolução Francesa, deixou como marca a Torre Eiffel (construída em dois anos), que lhe serviu de arco de entrada.

<sup>105</sup> L.º de Actas n.º 1, fl. 51v. Recorde-se que O Palácio de Cristal data de 1865 e foi demolido em 1951 para dar lugar ao Pavilhão de Desportos, hoje denominado Pavilhão Rosa Mota.

<sup>106</sup> L.º de Actas n.º 1, fl. 82v.





Figura 9 - Diploma d'Honra (Paris, 1889) e Diploma e Medalha de Prata (Porto, 1897)  
(ABIMA)

A propósito da perfeição dos produtos expostos, o *Comércio do Porto* (29.09.1897) apresenta o método do Colégio como modelo a seguir nos estabelecimentos de ensino: “E que diremos do methodo de ensino? É tão pratico, vae tão direito ao espírito, dá à operaria a intuição da originalidade e do proprio genio educativo, que um tal methodo devia ser introduzido nas escolas industriaes”. Ainda a propósito desta exposição, o *Correio do Funchal* (02.10.1897) transcreve o texto de um artigo do *Diário de Notícias*, vincando a ideia de que o método de ensino ali praticado deveria ser implementado nas escolas do Estado e que deveria chamar a atenção de todos os que tenham qualquer interferência no ensino industrial do país. Era desejável, diz-se, que este sistema ou organização de ensino, ou parecido, se introduzisse na escola industrial Damião de Góis, em Alenquer, pois seria mais vantajoso para aquela população de tecelões, que os métodos e disciplinas ali seguidos.

No rescaldo da Exposição, vem ainda um jornal, em jeito de avaliação, elogiar o Colégio de Regeneração, considerando o P.<sup>o</sup> Airoso ao nível dos grandes benfeitores da humanidade. Enumera os prémios obtidos e considera a instituição como um estabelecimento fabril de primeira ordem, sendo que os resultados da Exposição do Porto são a consagração solene da superioridade da produção fabril desta casa. O articulista, Plácido Vasconcelos Maia, diz que assim como as grandes montanhas só vistas de longe dão a conhecer toda a sua superioridade sobre os montes que as cercam, também o vulto e a reputação grandiosa do já grande gigante P.<sup>o</sup> João Airoso só nos tempos futuros será devidamente apreciada e com justiça avaliada (*A Concórdia*, 31.12.1897). Ano e meio depois, os jornais do Porto dão notícia dos prémios atribuídos: “em breve lhe seria enviado o diploma de honra, a maior

distinção que o júri podia dar” (*O Comércio do Porto*, 16.07.1899);<sup>107</sup> “o Colégio de Regeneração foi o expositor que ali recebeu maior número de prémios” (*O Primeiro de Janeiro*, 16.07.1899).<sup>108</sup>

Na sequência da exposição, o Colégio de Regeneração elaborou um pequeno desdobrável, com quatro pequenas laudas, onde se transcrevem os textos laudatórios dos jornais *O Comércio do Porto*, *A Província*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, e se publicitam os prémios alcançados, apelando ao auxílio das pessoas através da aquisição dos produtos expostos na loja contígua ao Colégio.

#### **2.4.7. Fases críticas na vida da Instituição**

A Instituição passou por momentos muito difíceis, mas conseguiu ultrapassar todas as barreiras com determinação e com a ajuda dos amigos e benfeitores. Saltou de casa em casa até conseguir um poiso definitivo que, apesar de espaçoso e central, consumiu muitas das energias do Fundador e de toda a Direcção para, das ruínas, erguer um edifício digno e apropriado às suas finalidades. Mas além de todas as dificuldades de ordem financeira e económica outras se levantaram de ordem jurídica e política que foi necessário superar. É o que passaremos a analisar.

##### **2.4.7.1. Decreto de 10 de Março de 1901**

Quando tudo parecia estar numa certa acalmia, relativamente ao problema das ordens religiosas, eis que surge o Decreto de 10 de Março, do Ministério do Reino, publicado no Diário do Governo, n.º 56, de 11 de Março, determinando “que os governadores civis, com a maior urgencia, investiguem e informem, se nos districtos a seu cargo existem estabelecimentos de ordens religiosas regulares ou quaesquer outros prohibidos por lei, a fim de serem suprimidos”.<sup>109</sup>

O Decreto suscitava algumas dúvidas relativamente à sua aplicação. No Colégio de Regeneração, estavam as Irmãs Terceiras Dominicanas que se encarregavam da direcção

---

<sup>107</sup> Idêntica notícia se pode ler no jornal, de Braga, *Voz da Verdade* (20.07.1899).

<sup>108</sup> Aí se diz, ainda, que os produtos do Colégio de Regeneração já haviam sido premiados nas exposições: Porto, em 1882 e 1887; Braga, em 1884 e 1891; Lisboa, em 1888; e Paris, em 1889, na Exposição Universal de Paris.

<sup>109</sup> V. AP. DOC. Doc. 15.

interna da Casa e do ensino. Que é que lhes poderia acontecer? Em que situação ficaria o Colégio sem a colaboração destas religiosas?

A resposta do Governador Civil de Braga ao Ministério do Reino, de 9 de Abril de 1901, esclarece a situação e apresenta uma panorâmica interessante sobre a situação das instituições existentes no distrito de Braga, nessa data.<sup>110</sup> Informa que procedeu a uma rigorosa averiguação dos factos através da visita aos estabelecimentos, por intermédio de pessoas idóneas, e convidou o comissariado de polícia, pessoas importantes de todas as categorias sociais e representantes da imprensa, professores dos diversos estabelecimentos de ensino da cidade e apresenta as seguintes conclusões:

1.º Que existem, de facto, em Braga, um instituto compreendido no n.º 1 do Decreto, e uma casa onde habitavam indivíduos como pertencentes à companhia de Jesus e onde por vezes se albergavam também padres seculares e indivíduos leigos.

2.º Que existem dois Colégios dirigidos por pessoas indicadas como ligadas a congregações religiosas e que em todos ou quase todos os estabelecimentos de caridade e beneficência da cidade há indivíduos pertencentes a comunidades ou congregações dessa natureza que, sem os dirigirem, intervêm na execução de trabalhos e serviços inerentes ao fim daqueles estabelecimentos.

3.º Que, quer com respeito aos institutos compreendidos no n.º 1 do Decreto, quer com referência aos do n.º 2, a diversidade das opiniões manifestada nesses depoimentos, é toda quanto à legalidade ou ilegalidade da existência desses institutos, não havendo quem precise, nem sequer enuncie actos criminosos, censuráveis ou atentatórios das leis do país (à parte das que se referem à existência de associações ou congregações religiosas), praticados colectiva ou individualmente pelos seus membros, sendo quase unânime, nos depoimentos, a afirmação dos bons serviços prestados pelas congregações compreendidas no n.º 2 do Decreto.

De facto, na primeira situação, encontravam-se dois institutos – o Colégio de S. Boaventura, vulgarmente conhecido como Convento de Montariol, estabelecido nos subúrbios desta cidade, e a Casa de S. Barnabé, dos Jesuítas. O primeiro pertencia à ordem de S. Francisco, e vestiam em casa o respectivo hábito. Tinham uma aula gratuita para externos, muito frequentada, e um internato de alunos, também gratuito, destinado às Missões Ultramarinas, afirmando eles que em 1898 seguiram dali para a África cinco missionários devidamente habilitados. Voluntariamente, os padres residentes em Montariol resolveram dissolver o Instituto, fechar as aulas, despedir alunos internos e externos, e disseminar os eclesiásticos ali residentes. Aí habitava agora apenas o P.º Joaquim Correia da Silva, arrendatário da referida quinta, e o pessoal encarregado de cultivar a propriedade. Iguais procedimentos tiveram os sacerdotes residentes na Casa da Rua de S. Barnabé n.º 42, cuja

---

<sup>110</sup> V. *AP. DOC.* Doc. 16.

capela e casa fecharam voluntariamente. Os padres desta casa entregavam-se à catequese e confissão e estavam encarregados pelo Arcebispo Primaz da direcção espiritual do Seminário Arquidiocesano e dos exercícios espirituais do clero desta diocese.

O Governador Civil congratula-se com a decisão tomada voluntariamente pelos referidos sacerdotes, tendo evitado medidas violentas ou repetidas reclamações que poderiam perturbar a ordem pública numa cidade e província, cujos habitantes tão facilmente se impressionam com problemas desta natureza.

Relativamente às outras situações, o governador reuniu o máximo de informações e chegou à conclusão de que as religiosas que se encontravam nos diversos estabelecimentos da cidade não eram dirigentes mas apenas prestavam serviços, sob orientação das respectivas administrações, como se constata pela resposta que envia a Lisboa e que aqui apresento, resumidamente.

**Colégio do Espírito Santo**<sup>111</sup> – Apresenta com pormenor a história do Colégio e alguns testemunhos relevantes de personalidades bracarenses: Bacharel Carlos de Almeida Braga, antigo deputado e ex-aluno, com elogios altamente positivos; redactor do jornal *O Progressista*, também antigo deputado; Dr. António Maria Pinheiro Torres e Almeida, conhecido clínico, que diz que todos os seus filhos foram ali educados e no colégio do Coração de Maria; o Reitor do Liceu; o Delegado de saúde do distrito, também antigo professor do Liceu. Diz que o Colégio foi fundado e dirigido pelos Padres do Espírito Santo, em 1872, e que na actualidade era dirigido e administrado pelo P.<sup>e</sup> Thomaz Hossenllopp, sem intervenção de nenhuma congregação estrangeira ou nacional.

**Colégio Coração de Maria** – Vulgarmente conhecido como Colégio Inglês, era destinado ao sexo feminino e dirigido por Maria José Butler, irlandesa. Dizia-se que as senhoras que o dirigiam e aí ensinavam pertenciam a uma ordem, mas ninguém dizia a que ordem pertencem. Na visita do Governador, foi-lhe dito que o Colégio era propriedade de Rosa Allen Mac Muller, natural de Dublin (Irlanda) e de Maria Maymard, de Béziers, França. Prestavam bons serviços, segundo os testemunhos.

**Colégio dos Órfãos de S. Caetano** – Fundado por D. Frei Caetano Brandão para os meninos órfãos pobres, era administrado por uma comissão eleita anualmente. A direcção interna e o ensino estavam entregues, na sua maior parte, a dois padres da ordem salesiana e alguns leigos. Prestavam bons serviços ao estabelecimento.

---

<sup>111</sup> Neste edifício está actualmente instalada a Escola Secundária Sá de Miranda.

**Conservatório do Menino Deus da Tamanca** – Igualmente fundado por D. Frei Caetano Brandão, para meninas pobres. Actualmente, o ensino e a direcção interna estavam entregues às Irmãs Missionárias de Maria, que tinham vindo a prestar muito bons serviços.

**Hospital de S. Marcos** – Estava na dependência da Santa Casa da Misericórdia e os serviços de enfermagem estavam entregues às Irmãs Hospitaleiras dos Pobres que tinham vindo a prestar muito bons serviços.

**Asilo de Mendicidade** – Administrado pela Associação de Beneficência do distrito de Braga, os serviços internos deste asilo estavam confiados às Irmãs Hospitaleiras. O Asilo era um modelo de boa direcção. O Conselheiro Carlos da Cunha Pimentel da Gama Lobo, há muitos anos presidente da Associação administradora do Asilo, dizia que não podiam ser “excedidos” os serviços prestados pelas Irmãs Hospitaleiras, sendo dignas de admiração e estima pelo acrisolado desvelo que empregavam no tratamento dos asilados.

**Asilo de D. Pedro V** – Este Asilo de Infância Desvalida era administrado por uma comissão eleita periodicamente. O ensino e vigilância das crianças estavam confiados às Irmãs de S. José de Cluny, que prestavam os melhores serviços àquela casa. Alguns depoentes citam-na como argumento a favor das congregações para serviço de asilos e hospitais, visto que o serviço interno quando ali foi desempenhado por outro pessoal deixou lamentável recordação.

**Extinto Convento da Piedade** – Ali estavam instaladas, com autorização superior, as Irmãs Missionárias de Maria que regiam uma aula de instrução primária para meninas.

**Colégio de Preservação** – Era um estabelecimento destinado a instruir e educar raparigas pobres. Tinha uma direcção periodicamente eleita e os serviços internos estavam a cargo das Irmãs Hospitaleiras, que prestavam bom serviço.

**Asilo de S. José** – Era um asilo para velhos e a sua direcção era eleita, periodicamente, pelos benfeitores da casa. O serviço interno, confiado às Irmãs Hospitaleiras, era bom.

**Hospital de Santa Cruz** – Este hospital era mantido e sustentado pela Irmandade de Santa Cruz, eleita pelos irmãos. Os serviços internos do hospital estavam a cargo das Irmãs Hospitaleiras que, também aqui, prestavam os melhores serviços.

**Colégio da Regeneração** – O Governador faz uma detalhada descrição, revelando conhecer bem o Colégio, descrição que, por isso, não resisto em transcrever na íntegra, na página seguinte:

Este asilo de beneficência estabelecido em Braga desde 1874 tem por fim acolher e regenerar pela instrução e pelo trabalho as mulheres decaídas, habilitando-as a ganhar honradamente os meios de subsistência.

A administração do Colégio é exercida por uma direcção externa composta de dez senhoras seculares trienalmente eleitas pela assembleia geral das benfeitoras do Colégio, e de um sacerdote secular, eleito pela mesma assembleia, e confirmada a sua eleição pelo Prelado, conforme os seus estatutos. Este sacerdote há largos anos que é o Padre João Ferreira Airosa, modelo de abnegação e caridade, que fundou aquela casa e lhe tem dedicado toda a sua vida e fortuna. Toda a imprensa do país se tem referido por vezes com palavras elogiosas a este instituto benemérito e ao seu honrado director, e o governo por vezes lhe tem concedido subsídios.

O Colégio tem como empregados e mestras de suas oficinas catorze Irmãs Terceiras Dominicanas, as quais informam ter a sua casa principal ou sede no palácio da Exma. Senhora D.<sup>a</sup> Teresa de Saldanha Oliveira e Sousa, em Lisboa. São as encarregadas do governo interno, da educação e instrução das asiladas, seguindo o regulamento e determinações da Direcção do Colégio, à qual estão subordinadas.

Ensinam a instrução primária e todo o género de costura, bordados e rendas, e a lavar, engomar, tecer, cozinhar, e mais serviços e arranjos da casa incluindo a horticultura prática e floricultura no quintal e jardim do colégio.

Têm desempenhado com acerto, zelo e caridade o difícil e espinhoso cargo, que lhes foi confiado, e têm prestado relevantes serviços ao colégio e à sociedade, educando e criando obreiras habilitadas nas diferentes indústrias de suas oficinas. O produto destas oficinas premiadas em diversas exposições de Braga, Porto, Lisboa e Paris (contando entre os prémios conferidos duas medalhas de ouro e cinco diplomas de mérito) e ainda a afluência do trabalho e a concorrência dos fregueses sempre crescente, denotam a preferência que lhes merecem os serviços e artefactos do colégio pela perfeição com que são executados, e dão ao mesmo tempo uma demonstração bem clara da competência e desvelo do seu pessoal dirigente e profissional.

O Colégio dá-lhes cama e mesa e nove mil reis mensais para as suas despesas particulares, como consta do orçamento e das contas apresentadas à autoridade, vindo a tocar a cada uma a diária de 21 reis. Alguma coisa que podem poupar desta parca mensalidade o tem empregado ainda em benefício do colégio.

Informa a Direcção que nos seus primeiros oito anos este colégio foi administrado e dirigido interinamente por senhoras seculares, que se sucediam umas após outras, vendo-se a Direcção seriamente embaraçada por não encontrar pessoal conveniente, técnico e habilitado – regente e mestras com abnegação e competência precisas para educar e instruir asiladas desta especialidade. Acresce que teria de dar-lhe uma remuneração razoável, a qual, quando limitada à diária de 200 reis, importaria ainda assim em quantia muito maior à que agora despende e que por isso resolveu introduzir ali as Irmãs de S. Domingos, as quais têm sido de um zelo e dedicação inexcusáveis.

Como se depreende pela exposição do Governador Civil, todas as religiosas e religiosos a prestar serviço nas diversas instituições de Braga eram altamente meritórios e, à excepção dos Jesuítas e Franciscanos, todas as outras ordens ou congregações religiosas puderam continuar nos seus postos de trabalho.

As respostas mais desenvolvidas e elaboradas são as referentes ao Colégio do Espírito Santo, frequentado pela elite da cidade, e ao Colégio de Regeneração que, desta forma, ultrapassa este braço de ferro com o Governo pela forma como vem desempenhando um trabalho social tido em alto apreço pelas forças locais.

#### **2.4.7.2. Passagem da Monarquia à República**

O P.<sup>e</sup> Airosa, como comprovadamente se disse, teve o apoio incondicional do poder político local e das pessoas mais influentes da aristocracia e da burguesia de então. Que aconteceu com a mudança de regime? Não estaria ele demasiadamente colado ao poder instituído? Não sofreu a obra, com a mudança de regime, um colapso tremendo?

Curiosamente, o primeiro Governador Civil do regime republicano de Braga – o Dr. Manuel Monteiro, um velho correligionário a quem a República já então muito devia pela sua palavra ao serviço da Causa – torna-se um dos mais ardentes defensores e benfeitor desta Casa, como se constata por documentação vária e pelas notas que a este respeito publicou o último director do Instituto Monsenhor Airosa (Lopes, 1979).<sup>112</sup>

Todavia, não tendo a mudança de regime provocado o colapso da instituição, o Colégio passou por graves dificuldades financeiras, decorrentes das dívidas das casas religiosas extintas pelo regime republicano e sentiu a ameaça do seu próprio encerramento por ser uma instituição de carácter católico, embora não tutelada pela hierarquia eclesiástica. Mas passemos um olhar, ainda que de relance, por esses tempos conturbados do início da I República.

A simples leitura do *Livro de Visitantes e Benfeitores*, de que apresentamos uma síntese na página seguinte (Quadro III), pode fornecer-nos alguns indicadores do estado de espírito dos visitantes, em relação à mudança de regime político.

---

<sup>112</sup> V. AP. DOC. Doc. 78.

**Quadro III - N.º de visitantes (1908-1914)**

Ano	N.º de visitantes
1908	67
1909	98
1910	99
1911	15
1912	31
1913	69
1914	152

Fonte: Livros de Visitantes e Benfeitores (ABIMA n.º 67 e 68, 1-3)

Os dados inscritos nesta tabela mostram o número de visitantes que, anualmente, visitavam o Colégio e assinavam o Livro de Visitantes. A média anual de visitantes dos últimos anos que antecederam o 5 de Outubro ronda as 90 pessoas/ano. Sabe-se, também, que de 2 de Outubro a 31 de Dezembro de 1910 só se registam 14 visitas. E os 15 visitantes de 1911 reportam-se todos ao 2.º semestre. Por outro lado, em 1912 só há registos referentes aos meses de Janeiro, Março e Maio. Assim, conforme se pode observar, o número de visitantes só começa a normalizar-se a partir do ano de 1913, para logo disparar para uma marca elevada. A que se deve essa baixa significativa de registos? Baixa de afluência? Receio da visita? Medo do registo? É uma questão que fica em aberto...

Mas a primeira grande preocupação do P.º Airosa era, de facto, a continuidade das Religiosas Dominicanas, porque eram elas o suporte da organização do Colégio. Na reunião de Direcção, de 15 de Novembro de 1910, como já antes foi referido, informa que tinha já a garantia da sua permanência, sendo apenas obrigadas a deixar o uso do hábito.<sup>113</sup> Todavia, apesar do aparente ambiente de paz, nem tudo terá sido tão pacífico como se faz crer. De facto, o *Diário do Minho*, em 4 de Janeiro de 1930, ao noticiar o falecimento da Irmã Maria Josefina Reid que, durante 40 anos, serviu o Colégio, onde exercera um trabalho extraordinário junto das recolhidas, diz que ela “durante o escarcéu de 1910 sofreu com resignação de mártir as vigílias, trabalhos e receio de tão graves consequências e aguentou os tristes percalços de tanta desorientação”.

---

<sup>113</sup> L.º de Actas n.º 1, fl. 126v.



Façamos uma rápida análise aos acontecimentos para compreender a situação concreta do Colégio de Regeneração de Braga. Na sequência da proclamação da República, é publicado um decreto, em 8 de Outubro de 1910, pelo qual são dissolvidas todas as Congregações Religiosas e as Irmãs expulsas das casas onde residiam, apoderando-se o Governo de todos os seus bens. As Irmãs da Casa de Benfica (Terceiras Dominicanas), bem como de todas as Casas de Lisboa, foram levadas por soldados para o Arsenal da Marinha. Algumas foram presas e outras refugiaram-se em casa de familiares ou empregaram-se em casas particulares. As estrangeiras tiveram de abandonar o país. Apenas duas casas escaparam a esta lei: o Colégio da Regeneração, em Braga, e o Asilo das Cegas, em Lisboa, onde as Irmãs continuaram, por exigência das utentes (Nicolau, 2002: 134). De facto, contrariamente ao que aconteceu em todas as outras casas religiosas, as Irmãs da Regeneração de Braga não foram expulsas.

Mons. Airosa apresentou-se ao Governador Civil, Dr. Manuel Monteiro, dizendo com respeito e firmeza: “Tenho esta casa de beneficência, governada inteiramente pelas Irmãs Dominicanas, entre elas duas irlandesas, mas não podem dispensar nenhuma. Se V. Exa. quer mandar embora as estrangeiras que aí estão, entrego esta casa” (Nicolau, 2002: 255). A Casa não fechou e Mons. Airosa comunica à Direcção:

(...) em virtude das novas leis do Governo Provisorio da Republica, fôra entender-se com o Sr. Governador Civil e outros altos influentes da actualidade, e conseguira que ellas podessem continuar secularizadas, deixando o habito; e sendo muito para notar as atenções, protecção e dedicação de todos pelo Collegio.<sup>114</sup>

Entre os “outros altos influentes da actualidade” estava o Doutor Eduardo Abreu, “um republicano da velha guarda, firme e fiel ao novo Regimen”, a quem Mons. Airosa escreveu uma carta, no dia 10 de Outubro. Nesse mesmo dia recebeu a resposta. O conceituado político informa que, antes de receber a referida carta, se havia encontrado com Manuel Monteiro, perante o qual defendeu que as determinações do governo provisório teriam de ser acatadas mas sem violências nem qualquer sombra de desumanidade. Na resposta a Mons. Airosa manifesta o seu apoio indefectível e revela-se como um defensor intransigente do Colégio de Regeneração. Afirmar, sem receio, que não considera o Colégio como inimigo da República, “mas antes desejoso que o deixem, sob a legal fiscalização, progredir na sua obra de trabalho e beneficencia”, dirigido há tantos anos pelo “Sacerdócio, civismo e inteligencia” do P.<sup>e</sup>

---

<sup>114</sup> L.º de Actas n.º 1, fl. 126v.

Airosa, e promete “[trabalhar] pelo socego e progresso d’esse Collegio”. E termina com uma advertência às colegiais:

Oxalá que as Colegiaes ahi recolhidas, para se regenerarem pelo trabalho, não pensem em vir para a rua proclamar a sua republica, porque a minha não lhes permittirá isso. A republica portugueza, em tudo e para todos, deve significar ordem e progresso. As crenças de cada qual, devem ser respeitadas com o mais rigoroso escrúpulo.<sup>115</sup>

Estes contactos de Mons. Airosa revelam o reconhecimento do trabalho que estava a ser realizado pelas vinte religiosas ao serviço desta instituição e a alta estima, respeito e admiração pelo Fundador e Director desta obra, conseguindo, inclusive, segurar duas religiosas estrangeiras – Madres Maria de Santo Estanislau Reid e Maria de São Francisco de Sales Reid, irmãs de sangue.

Teresa de Saldanha, em cartas de 1911 e 1914,<sup>116</sup> manifesta a sua alegria pela permanência das Irmãs no Colégio de Regeneração, que continua aberto, com expressões como estas: “Nessa casa não mexeram, só estão vestidas de seculares”; “(...) o Colégio da Regeneração ter escapado miraculosamente na presente perseguição religiosa”; “(...) é um milagre conservar-se essa casa”. Estas informações são claramente importantes para acentuar o papel de Mons. Airosa. As Dominicanas ficaram sem as casas, como se vê, e foram dispersas sem poderem continuar o seu trabalho. Viveram quase às escondidas e cada uma por seu lado. As estrangeiras refugiaram-se nos seus países (Bélgica, Espanha, Brasil, América do Norte, Canadá...), onde procederam a fundações e para lá foram enviadas outras religiosas. Ora, Braga foi o local onde “miraculosamente” escaparam à perseguição religiosa e se conservaram e continuaram a trabalhar sem problema algum, graças ao entendimento de Mons. Airosa com o Governador Civil, Manuel Monteiro, apenas tendo de trajar à secular. “É um milagre conservar-se essa casa”, diz repetidamente Teresa de Saldanha.

---

<sup>115</sup> O Doutor Eduardo Abreu (n. Angra do Heroísmo, 8.02.1856 – m. Braga 4.02.1912) foi médico e político. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se licenciou e doutorou. Em França, trabalhou com Louis Pasteur. Foi parlamentar eloquente pelo Partido Progressista e, posteriormente, várias vezes pelo Partido Republicano Português, ao lado de figuras nacionais de relevo. Após a implantação da República, regressou ao Parlamento, sendo eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte e, mais tarde, senador da República. Apresentou, em 1911, um projecto autónomo para a lei de separação entre a Igreja e o estado que, entretanto, não foi o escolhido (V. *AP. DOC.* Doc. 25). Em 1893, os jornais transcreveram uma carta deste deputado republicano, enviada à Direcção do Colégio de Regeneração, informando que o seu pai, Bento José de Matos Abreu, acabava de falecer e o encarregou de entregar ao Colégio o donativo de 100 mil réis. Diz que o pai nasceu pobríssimo e ganhou fortuna na ilha Terceira. Foi benemérito do Colégio que costumava visitar quando se deslocava a Braga (*A Correspondência do Norte*, de 23.08.1893, e *O Regenerador*, de 24.08.1893).

<sup>116</sup> Lisboa 16.06.1911 (Saldanha, 2006: 64-65); Lisboa, 23.07.1911 (Saldanha, 2006: 67-68); Lisboa, 16.04.1912 (Saldanha, 2006: 105-106); Lisboa, 22.11.1914 (Saldanha, 2006: 193-194).

Depois deste problema resolvido, outros havia, igualmente graves, de carácter económico-financeiro. O Colégio tinha mais de 120 internas e, de um momento para o outro, viu-se a braços com enormíssimas dívidas, provocadas pela extinção e confiscação dos bens de algumas casas e colégios católicos para quem trabalhava e cujas dívidas ascendiam a mais de 600\$000 réis. É o caso dos Colégios do Espírito Santo (Braga), de S. Fiel (Louriçal do Campo, Castelo Branco), do Outão (Setúbal), do Sardão (Vila Nova de Gaia), de S. Barnabé, (Braga), etc. Claro que Mons. Airosa informou a Direcção de que iria reclamar essas dívidas, através das vias competentes.

As dívidas referidas eram mais agravadas pela falta de encomendas das casas extintas, que eram o sustentáculo do Colégio, e pela carestia geral de trabalho. Assim, houve necessidade não só de suspender novas admissões, mas também de reduzir o número das internas existentes e o número “das senhoras Dominicanas”, das operárias da oficina de tecelagem semi-internas e das criadas, etc., por não ter o Colégio recursos para sustentar um número tão elevado de pessoal. Receando o pior dos cenários, apesar da prometida protecção, Mons. Airosa apresenta, na mesma reunião, uma proposta que a Direcção aprova por unanimidade:

(...) se algum dia, por qualquer circunstancia ou disposição legal o Collegio perder a sua autonomia, se desviar do seu fim, ou deixar d’existir, e hajam razoavelmente e com justiça de se retirar as internadas, se dará ás mais velhas e que pelo seu zelo e trabalho mais auxiliaram a causa a remuneração de 20\$000 reis a cada uma, e ás outras na devida proporção e equidade, podendo ser maior ou menor a remuneração d’harmonia com os recursos do Collegio.

Todavia, para além das graves dificuldades de carácter financeiro, a vida do Colégio foi decorrendo dentro da possível normalidade, tendo-se realizado, como de costume, a novena e a festa da Senhora de Lourdes e o Lausperene. Os inícios do ano de 1911 não foram nada auspiciosos, como se constata pela leitura das actas. Para cobrar as dívidas dos Colégios de S. Fiel e do Espírito Santo teve de mover um processo judicial ao Governo. O Colégio de S. Caetano, por seu turno, tinha em atraso o pagamento de avultada quantia de fazendas fornecidas, o que veio avolumar ainda mais o já gravoso défice do Colégio.

Por isso, no Colégio de Regeneração, as admissões estavam fechadas, cedendo, apenas, a dois pedidos do secretário do Governo Civil e do Comissário da Polícia, o que se entende bem neste contexto. Mas o número de internas atingia, ainda assim, o patamar das 122. As obras ficaram paradas por falta de recursos e, numa atitude de desespero, Mons.

Airosa dirige-se à sociedade, pedindo que arranje trabalho para as internas ou qualquer donativo para acorrer às suas necessidades.<sup>117</sup>

Apesar das boas relações institucionais com o Governador Civil, os cenários mais sombrios continuavam a pairar sobre a instituição. E na contingência de um possível encerramento, a Direcção aprova, em reunião de 3 de Março de 1911, uma nova proposta, relativamente às internas:

(...) se por qualquer circunstancia ou disposição legal o Collegio perdesse a sua autonomia, se desviasse do seu fim, ou deixasse d'existir, e hajam razoavelmente e com justiça de se retirar as internadas, se darão como remuneração e salario, que não tiveram ainda, 3 machinas de costura das melhores a cada grupo de duas, sendo as 3 machinas para 6 internadas das mais velhas que pelo seu zelo e trabalho mais auxiliaram a caza, salvando o que ficou determinado na acta antecedente.<sup>118</sup>

O Colégio, sob a protecção das forças políticas locais, conseguiu sobreviver a todos os embates deste impacto inicial e ganhou força para enfrentar novas adversidades que os anos da I Guerra Mundial lhe haveriam de trazer. Uma das primeiras vítimas da Guerra foi o encerramento da Oficina-Escola que, no decorrer desses anos, teve de fechar portas, essencialmente por falta de matérias-primas e de escoamento de produtos.

Em Maio de 1911, o Colégio sofre um pequeno abalo com a perda de uma das religiosas mais distintas e mais queridas da comunidade que, durante três décadas, assumira a direcção interna da Casa onde era considerada como uma mãe, a primeira prioresa Madre Maria Catarina de Ricci. Também a nível da sociedade civil, Madre Maria Catarina era considerada como uma figura respeitável, como se diz na imprensa que noticia o seu falecimento, aos 80 anos (*Ecos do Minho*, 14.05.1911). Segundo Faustino (2013), ela

(...) foi uma hábil cooperadora de Monsenhor Airosa, ajudando-o muito nas dificuldades de toda a ordem que acompanharam o nascimento do Colégio. Trabalhou generosamente, noite e dia, para ajudar as vidas destroçadas que lhe chegavam às mãos, a encontrarem o caminho da dignidade, da auto-estima e da esperança. (p. 339).

Em 1912, correu na cidade o boato de que o Colégio de Regeneração tinha sido encerrado por ordem do Governo. A notícia terá sido difundida pelo jornal *O Comércio do Porto* que, posteriormente, a pedido de Mons. Airosa, em notícia circunstanciada sob o título de “Rehabilitação pelo Trabalho”, aponta o Colégio como uma instituição modelar em Braga e diz que não foi extinto pela lei que suprimiu as congregações religiosas, pois tal carácter lhe

---

<sup>117</sup> L.º de Actas n.º 1, fl. 127v.

<sup>118</sup> Id., fl. 127v.

não era reconhecido, continuando a receber do governo da República o antigo subsídio e a ter o apoio do governo civil (*Comércio do Porto*, 16.10.1912). Dias depois, vem o *Jornal de Notícias* apresentar, também, o desmentido da notícia do encerramento, dizendo que a prova está no subsídio que o governo civil continua a atribuir-lhe. O articulista aproveita para falar da sapiente direcção do virtuoso eclesiástico na sua obra humanitária, civilizadora, caritativa e meritória, sendo por isso digno da protecção do público (*Jornal de Notícias*, 22.10.1912).

#### **2.4.7.3. O Colégio nas encruzilhadas da I Guerra Mundial**

No ano de 1916, ano em que a Alemanha declara guerra a Portugal, o P.<sup>e</sup> Airosa travou um duro combate para evitar que o edifício do Colégio fosse ocupado por militares. De facto, a continuidade do Colégio esteve seriamente ameaçada quando o quiseram transformar, no todo ou em parte, em quartel, para a preparação de tropas a mobilizar para a I Guerra Mundial. Conservam-se vários rascunhos de ofícios escritos pelo punho de Mons. Airosa, nos quais tenta apresentar uma extensa e minuciosa fundamentação para impedir o aquartelamento das tropas e a impossibilidade de coabitação entre as internadas e os militares. A mudança de casa que lhe era proposta seria, como ele afirmava, a sua ruína e o seu aniquilamento.<sup>119</sup>

Tudo terá começado com a entrada no Colégio de militares graduados<sup>120</sup> que, durante três dias, examinaram a casa e fizeram uma planta minuciosa do edifício,<sup>121</sup> propondo, ao que parece, a mudança das internas para o Colégio de Montariol que, como já se disse, estava desocupado pelo encerramento a que fora obrigado por força do Decreto de 10 de Março de 1901.

Na sequência desta “visita”, redige Mons. Airosa a minuta de um ofício a enviar ao Ministro da Guerra, manifestando a sua apreensão. Diz que correm boatos, com algum fundamento, de que querem aproveitar o Colégio para alojamento de tropas e que as internadas passariam para Montariol. Isto seria matar e acabar com o Colégio, diz, muito indignado. E num tom de desânimo desabafa: “Eu desistiria e o deixaria por completo pelos motivos que apresenta o requerimento incluso”. Diz, ainda, que deixa as coisas nas mãos do

---

<sup>119</sup> ABIMA Doc. 96. V., ainda, Doc. 51, 52 e 53.

<sup>120</sup> Na versão das internas mais antigas que ainda tiveram contacto com colegas dos anos 20 – como é o caso de Leocádia da Glória Barbosa (recentemente falecida), Isabel Almerinda Ribeiro e Maria Lima Pereira, ainda hoje a residir no IMA –, o Colégio teria sido invadido por Afonso Costa, o que não é verdade. Este estadista, conhecido pelas suas atitudes contra a igreja católica portuguesa, assumia, neste período, a pasta das Finanças no ministério da União Sagrada, presidido por António José de Almeida.

<sup>121</sup> ABIMA Doc. 98.

Ministro que se interessa pelas coisas de Braga, a quem pede e suplica em situação tão aflitiva e “que já em ocasião mais melindrosa nos acudiu e valeu o subsistir ainda hoje o Colegio (...) instituto tão útil, humanitário e civilizador”. Na minuta de um ofício a enviar ao Ministro da Guerra,<sup>122</sup> datada de 31 de Maio de 1916, invocando todos os argumentos de que dispunha, pede que o Colégio seja dispensado do alojamento de tropas. Esta minuta dactilografada é o resultado de vários rascunhos escritos pelo punho do P.<sup>e</sup> Airosa que, à margem, ainda contém várias anotações, sinal de que a versão final seria ainda mais cuidada que esta. Pelas notas apostas, vê-se que o texto seria também enviado à imprensa e dele deveria ser dado conhecimento ao Dr. Nunes da Ponte (um amigo do Colégio e de Mons. Airosa, de quem já se falou) e a Antero de Figueiredo.

Mons. Airosa, sem temer represálias, utiliza expressões muito duras para defender a instituição em nome da moralidade mas, sobretudo, em nome das mulheres mais pobres e desfavorecidas, que ficariam sem trabalho e sem possibilidade de realizar o seu projecto de vida. Era impossível, escreve, e seria o fim de tudo. O estabelecimento não podia mudar e meter ali a tropa, seria o pior escolha, um perigo inevitável, e o maior obstáculo à moralidade e regeneração das internadas. Seria “um lamentável e monumental escândalo ao país; seria um crime revoltante, colocando o fogo junto da estopa porque seria provocar directamente a imoralidade e o vício, desafiar o apetite”. E prossegue a sua argumentação: “Como sustentar a ordem e disciplina e prover à educação em situação tão deprimente? E que confiança poderiam alimentar os paes e protectores de que suas filhas e protegidas se achavam regeneradas e livres de perigo?”. Com todo o encarecimento e respeito, roga que o Ministro “se digne obstar à realização de tal intento, como assim o exigem a justiça, a moralidade e os mais elevados interesses sociais”. Numa outra minuta de um ofício a dirigir ao Governador Civil de Braga, sem data, expõe a gravíssima situação, “tão perigosa e aflitiva”, solicitando os bons serviços junto do Ministro da Guerra, confiado “na dedicação e protecção que desde sempre se há dignado dispensar ao Colegio”.<sup>123</sup>

Não encontrei respostas a estas exposições. A verdade é que o Colégio não foi ocupado por tropas nem teve de mudar de instalações.

Mas as consequências da Guerra fizeram-se sentir com muita acuidade. Os donativos continuavam a chegar à instituição mas em menor quantidade. Nos anos de 1917 a 1920, com

---

<sup>122</sup> ABIMA Doc. 097.

<sup>123</sup> ABIMA Doc. 096.

a instabilidade política provocada pelos governos que uns aos outros se sucediam mediante actos revolucionários, incluindo o assassinio de Sidónio Pais, a Casa atingiu o auge da aflição para sustentar 130 internas, apesar da intenção permanente de reduzir as admissões e a tentativa de “dar arrumação a algumas das existentes” que estariam preparadas para recomeçar a vida. Em 15 de Maio de 1917, o P.<sup>e</sup> Airosa classifica a situação de “tão angustiosa” que decide elevar a diária das pensionistas para 40 centavos.<sup>124</sup>

O primeiro conflito mundial teve um impacte brutal no preço dos bens de primeira necessidade e na quantidade de alimentos disponíveis, provocando, no último ano da guerra (1918) uma inflação de 292%. As despesas, consequência natural dessa carestia de vida, chegaram a fazer triplicar o orçamento, em relação aos anos anteriores, segundo informação prestada à Direcção, na reunião de 30 de Maio do ano de 1917. Perante a gravidade da situação, e quase numa atitude de desespero, o P.<sup>e</sup> Airosa revela o seu lado humanitário, sem olhar a eventuais críticas de mentalidades mais conservadoras. Expõe o caso da oferta de vários objectos em ouro que haviam sido entregues à Direcção para servirem de adorno à imagem da Senhora de Lourdes. Ora, diz o P.<sup>e</sup> Airosa, a conservação desses objectos não passa de um capital morto e a condição não podia ser aceite, porque se corria o risco de roubo. E, em jeito de proposta, diz:

(...) na horrorosa crise, que vamos atravessando, a qual muito se tem feito sentir neste Colegio, muito conviria o produto da venda dos ditos objectos e doutros em identicas condições, para ocorrer ás despesas ordinárias com o elevado numero de seu pessoal a sustentar e vestir.

Em face do exposto, propõe a venda desses objectos, tendo já obtido o consentimento da família ofertante que se propõe a recebê-los pelo seu valor.<sup>125</sup>

Mas a tendência era para o agravamento da situação, devido à falta de fio de algodão e de linho para a tecelagem, e ainda devido à falta de milho para o sustento diário. Em 29 de Outubro de 1917, numa atitude de total impotência, Mons. Airosa expõe a dramática situação que o Colégio atravessava: “as oficinas de tecelagem a paralisar por falta do fio de algodão e linho, o trabalho das demais oficinas a escacear, porque todos vão redusindo suas despesas; e deste modo a esgotar-se a principal e mais importante fonte de receita”. Mais uma vez, a solução passa pelo corte nas admissões das internas e das serviçais. Perante a escassez de

---

<sup>124</sup> L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 2, fl. 2.

<sup>125</sup> Id., fl. 2v.

milho no mercado, algumas das senhoras da Direcção prestaram-se a fornecê-lo da sua colheita.<sup>126</sup>

Em 1919, já no pós-guerra, as condições de vida eram substancialmente as mesmas. Na reunião de 22 de Novembro, continua a falar-se da falta de matéria-prima para a tecelagem e da falta de combustível, reportando-se às restrições apontadas na reunião de 29 de Outubro de 1917. Entretanto, algumas ajudas aparecem. O Governador Civil visita o Colégio e deixa um donativo de cem escudos, a Câmara Municipal faz um abatimento do preço da energia elétrica e um benfeitor oferece um motor e um moinho, ainda hoje existentes mas inoperacionais.<sup>127</sup>

Um ano depois, como atrás se referiu, vê-se na necessidade de encerrar a loja da Rua Nova, devido à dificuldade de fornecimento de tecido, por falta de algodão, e à exigência de aumento de ordenado feita pelo encarregado.

Mas a esperança de melhores dias parece raiar no horizonte. O médico, filho do Doutor Carlos Braga, ofereceu-se para tratar, gratuitamente, as doentes do Colégio e o Governo anunciou a atribuição de um subsídio anual de 3.500\$00 (escudos).<sup>128</sup>

#### **2.4.7.4. Os anos de 1923 a 1927**

Mons. Airosa viveu momentos de muita angústia nos derradeiros anos de vida, sobretudo nos dois últimos, quando contava já mais de 90 anos. O melhor registo dessas aflições encontra-se no seu Copiador.<sup>129</sup> O desespero quase se apodera dele mas, como homem de fé, acredita que os problemas se podem resolver com o contributo de almas generosas que sempre lhe aparecem nos momentos de maior aflição.

A conjuntura política, social, económica e religiosa deste período da I República, agravada pelas consequências económicas provocadas pela Guerra Mundial de 1914-1918, é, certamente, um dos piores momentos da instituição, pondo à prova a capacidade de gestão dos

---

<sup>126</sup> Id., fl. 3v.

<sup>127</sup> Id., fl. 7.

<sup>128</sup> Id., fl. 8v.

<sup>129</sup> ABIMA n.º 18 (1-3). O Copiador é um caderno manuscrito de 16x11 cm, encadernado, com 240 páginas, com datas extremas de 1924-1931. Em etiqueta, na capa, com letra do Doutor Costa Lopes, lê-se: “Copiador de Mons. Airosa (dos seus últimos anos de vida)”. São vários os amanuenses de que Mons. Airosa se serviu para ditar minutas. Mas há algumas minutas que foram escritas pelo seu próprio punho. V. *AP. DOC.* Doc. 79.



órgãos de direcção e a generosidade dos benfeitores e amigos que, nos momentos difíceis, não faltam com o seu apoio.

A primeira grande resposta chega de Lisboa através do jornal *A Época*, que, em 1923, empreende uma campanha de angariação de donativos, entre Abril e Novembro, promovida pelo próprio director do periódico, José Fernando de Sousa (engenheiro militar, jornalista, escritor e político), que assina com o pseudónimo NEMO. Em editorial de 4 de Abril, intitulado “Em auxilio d’uma grande obra. O Colegio da Regeneração de Braga”, começa por transcrever uma carta que lhe foi endereçada por J. d’Azevedo, fazendo um apelo para socorrer o Colégio de Regeneração. E logo publica uma listagem de donativos que totalizam 3.960\$00 escudos. De seguida, transcreve uma carta do pároco dos Anjos, Dr. Pereira dos Reis, que entregou um avultado donativo. E, a terminar, faz um apelo àqueles que têm casas de exploração feminina, lembrando a parábola evangélica do servo infiel, o qual tratou de granjear amigos com as riquezas da iniquidade – que lhe devem escaldar as mãos e a consciência, explorando o vício sob várias formas e com a conivência da autoridade a troco de donativos para beneficência. Dêem, diz, uma esmola à Casa de Regeneração, que a ela tem particular direito, como reparação à sociedade pelo mal que lhe fazem os fautores do vício.

No dia 14 de Abril, em crónica intitulada “A penúria da Casa de Regeneração de Braga. Apelo à caridade dos leitores”, o director do mesmo jornal publica uma carta do P.<sup>e</sup> Airosa, na qual este lhe comunica a aceitação de uma protegida. O texto é ilustrado com um desenho representando o P.<sup>e</sup> Airosa, de perfil, em corpo inteiro. O jornalista aproveita, então, para referir a existência de duas Casas do Bom Pastor, em Lisboa e Porto, para abrigar as mulheres que desejavam sair da prostituição, mas que foram encerradas por serem incompatíveis com a República. Dessa derrocada, informa, escapou a Casa de Regeneração de Braga, obra de epopeia de caridade inteligente e perseverante, fundada e amparada pelo esforço sobre-humano de um virtuoso e benemérito sacerdote. Perante o caso de uma rapariga de 33 anos, atendida no hospital por um pároco de Lisboa, e que lhe foi encaminhado porque desejava sair dessa vida do vício, ele dirigira-se a Mons. Airosa que conhecia de uma visita feita ao Colégio de Regeneração, em 1897,<sup>130</sup> solicitando a sua admissão. Mons. Airosa

---

<sup>130</sup> José Fernando de Sousa voltaria a encontrar-se com Mons. Airosa, em 1927. Segundo o *Correio do Minho* (06.11.1927), “o ilustre engenheiro deslocou-se à região minhota percorrendo os pontos marcados para linhas férreas da província – de Braga a Lanhoso, a Cabeceiras, a Ribeira de Pena, a Fermil, a Fafé”. O jornalista diz que o Conselheiro Fernando de Sousa, grande amigo de Mons. Airosa e que em tempos havia visitado o Colégio de Regeneração, quis aproveitar a vinda a Braga para visitar o santo velhinho. Afirma que foi comovedora a entrevista dos dois ilustres portugueses que já contam uma longa carreira de benemerências sociais.

respondera em 4 de Abril de 1923 e, apesar de ter a casa superlotada e sem os recursos necessários, diz que lhe pode enviar a protegida que será acolhida de boa vontade.

A campanha, tutelada pelo director, continua a sensibilizar os leitores com a divulgação de outras mensagens e novos donativos. Em 16 de Abril, transcreve uma outra carta de Mons. Airosa, anunciando a chegada da Albertina que dá impressões agradáveis e boas esperanças, e agradecendo as palavras do artigo e os donativos enviados. NEMO transcreve ainda a carta de uma mãe de Lisboa, que envia um donativo, pedindo que rezem para que a filha que tem perseverar no bem. Neste curto período, foram arrecadados 5.231\$00 escudos. Mas dois dias depois, em novo artigo, os donativos somavam já 8.033\$50 escudos.

A 15 de Outubro de 1923, o jornal publica uma extensa crónica, assinada por A. V., dedicada ao “Colégio de Regeneração”, com grande realce na primeira página, em cinco colunas e vários subtítulos, com fotografia de Mons. Airosa e outra com um grupo de colegiais a trabalhar em flores. O cronista relata os detalhes da visita ao Colégio e a conversação que manteve com o seu Fundador. Os donativos angariados, informa, já vão em 20.000\$00. A entrega dos donativos dá lugar a nova carta de agradecimento e novo texto no jornal, em 26 de Novembro desse ano, onde Mons. Airosa, em jeito de agradecimento, conta o caso de duas internadas, na hora da morte, deixando o testemunho de uma delas: “Não tenho pena de morrer; tomara deixar este mundo, onde não encontrei senão quem me fizesse mal!... Valeu-me esta casa. Deus abençoe os que a protegem”.

A imprensa, nos anos 20, foi um dos aliados mais forte e mobilizador no apoio ao Colégio de Regeneração. O que mais surpreende é que é a imprensa de Lisboa e Porto a tomar a iniciativa de divulgação, sensibilização e angariação de donativos para esta instituição, sinal de que lhe reconheciam mérito. Não é admissível que os jornalistas daquela época, situados em vários quadrantes políticos e detentores das mais variadas ideologias, se deixassem ludibriar, ao ponto de dizer o que disseram e de fazer o que fizeram. A verdade da obra e o fascínio do homem conseguiam cativar até os mais cépticos e indiferentes.

Mons. Airosa serve-se do *Diário do Minho* para, através de uma “Carta-Relatório/Agradecimento”, chegar junto dos leitores e manifestar a sua gratidão pelos donativos recebidos, onde se incluem os jornais *Diário de Notícias*, *O Século*, *O Primeiro de Janeiro*, *Novidades*, *Diário de Lisboa*, escritores notáveis e literatos distintos, que muito têm beneficiado o Colégio de Regeneração com notícias, apreciações favoráveis e publicidade (*Diário do Minho*, 26.02.1925). E, a propósito de benfeitores, fala de duas recolhidas

recentemente falecidas. Uma delas, há nove anos no Colégio, faleceu com 28 anos, depois de uma doença prolongada com uma exemplar edificação. Diz que no dia do funeral ele estava doente, na casa do capelão, e, ao sentir passar o féretro na rua, imaginou o adeus dela e a sua resposta, correndo-lhe lágrimas dos olhos: “Adeus, sim!..., continuei. Pede ao Senhor por mim, pede pela casa que te acudiu e salvou, pelas companheiras que cá deixaste, e pede também por todos os que protegem este refugio de desditosas, único no país”. Três dias depois, continua Mons. Airosa, o Colégio recebia do Governo um dos seus maiores subsídios e alguns donativos de pessoas que se haviam recomendado às orações das colegiais, cujas preces tinham sido atendidas. Apesar dos apoios, a instituição lutava com muitas dificuldades, como se pode ler na minuta de uma carta<sup>131</sup> para Tito Bettencourt, de Coimbra, datada de 29 de Fevereiro de 1925, onde refere a difícil situação económica em que o Colégio se encontra por ter de manter 155 mulheres, “algumas vindas da miséria, andrajosas e com doenças, que demandam tratamento especial e dispendioso”.

Em 1927, é, de novo, um jornal de Lisboa a promover, na cidade de Braga, no Teatro Circo, um espectáculo a favor do Colégio de Regeneração, levado a efeito através de uma comissão local. O *Diário do Minho*, de 15 de Junho, anuncia a festa, informando que o programa havia sido escolhido pelo Barão de S. Lázaro e seria desempenhado por distintas senhoras de Braga, abrilhantado pela palavra erudita e musical do Dr. Alberto Pinheiro Torres, dedicado amigo do Colégio.<sup>132</sup> A reportagem mais completa, em grandes parangonas (“Uma iniciativa de *A Voz*. A festa em benefício do Colegio da Regeneração de Braga”) é feita pelo jornal promotor, com vários títulos e subtítulos, com fotografia de Mons. Airosa e da oficina de engomadoria, na primeira página (*A Voz*, 22.06.1927).<sup>133</sup> A iniciativa conseguiu mobilizar as gentes de Braga, lotando o Teatro. No átrio, tocou a banda do regimento. O Dr. Alberto Pinheiro Torres fez a exaltação da figura da mulher na história de Portugal, chamando ao acto dessa noite um cântico de amor. O Colégio de Regeneração, disse, é “o Evangelho em acção” que consegue afeiçoar figuras como Francisco de Assis e

(...) como a do P.<sup>e</sup> Airosa, em cujo culto se reúnem quantos, seja qual for o seu credo político ou religioso, se aproximam desse grande taumaturgo que há mais de meio século

---

<sup>131</sup> Copiador. ABIMA n.º 18 (1-3), p. 84.

<sup>132</sup> Curiosamente, também os 140 anos da Instituição foram comemorados, em 2009, no renovado Teatro Circo de Braga, com um Concerto Sinfónico, que foi fruto de uma conjugação de esforços de pessoas e instituições. O valor e mestria de um dos maiores pianistas da actualidade, Pedro Burmester, e a qualidade artística do Coro e Orquestra Académica da Universidade do Minho deram brilho a um espectáculo assinalável, com casa lotada.

<sup>133</sup> Este jornal foi fundado pelo Conselheiro Fernando de Sousa, em 1927, após encerramento do jornal *A Época*, que ele dirigia.

vive exclusivamente para a sua obra, que é um fértil e sacrossanto oásis de bondade e beleza neste seco e inquieto areal de egoísmos, ódios e cobiças em que se debate o mundo de hoje. Só perduram as obras de bondade.

E, citando Junqueiro, diz que são os santos a mais alta expressão da humanidade. Termina dizendo que a obra de Mons. Airosa se resume na “trilogia amor-perdão-bondade”. O espectáculo constou de música ao piano, violino, canto, um quadro animado, uma comédia de Júlio Dantas e um *Auto* de Correia de Oliveira.

Em 9 de Julho, o *Correio do Minho*, num extenso texto (“Pelo Colegio de Regeneração. As Comissões do Sarau de Caridade entregam à Direcção do Colégio o produto da sua brilhantíssima festa”), com fotografias das oficinas do Colégio, dá conta da entrega de 30 contos líquidos arrecadados na festa. A comissão organizadora fora constituída por: Dr. João Amorim, Dr. Alberto Cruz, comendador Alberto Moreira de Matos, Francisco da Costa Soares, Dr. Arnaldo Machado, Adolfo de Azevedo, Major Alexandre de Paiva Faria Leite Brandão, Augusto Cruz, Abílio Lopes e José Peixoto de Almeida.<sup>134</sup>



Figura 10 - Membros da Comissão Organizadora da Festa do Teatro Circo (Julho de 1927)  
ABIMA (a.n.i.).

---

<sup>134</sup> No ABIMA (a.n.i.), há duas fotografias tiradas nesse dia 8 de Julho de 1927, que mostram Mons. Airosa, rodeado de senhoras e cavalheiros de alta-roda. Uma delas foi publicada em *A Voz*, no dia 13.07.1927.

Também o jornal promotor da iniciativa divulga a notícia, com uma crónica (“Honra à cidade de Braga. Rendeu trinta contos a festa promovida pela VOZ em benefício do Colegio da Regeneração”) a ocupar a quase totalidade da primeira página e com quatro fotografias de personagens que entraram nas representações. E, afirma-se, uma obra destas não esquece nem pode morrer (*A Voz*, 10.07.1927).

#### **2.4.7.5. Incêndio no Colégio**

No termo de uma década de grandes sobressaltos, o Colégio de Regeneração sofre novo abalo, em 14 de Dezembro de 1929, com um incêndio. Este acabou por se circunscrever à cozinha, não atingindo grandes proporções, como se chegou a temer, graças à pronta intervenção dos Bombeiros Voluntário e Municipais.

Pela meia-noite, o fumo despertou o pessoal dos dormitórios mais próximos da cozinha, que deu o alerta, e apesar da “impressão de temor e receio que o facto originara naquelas 170 educandas”, como o cronista do *Diário do Minho* relata, valeu a coragem e determinação das Irmãs, que conseguiram manter a “calma bem pouco própria de mulheres pouco ou nada acostumadas a grandes aglomerações e a grandes acontecimentos”. A cozinha ficou destruída mas “na verificação dos estragos produzidos pelo fogo observou-se que o pão que estava no forno nada sofrera que o prejudicasse” (*Diário do Minho*, 15.12.1929).

Para além dos bons serviços prestados pelos elementos policiais, assinala-se a presença do Governador Civil substituto, Dr. Alberto Cruz, que “ali esteve durante todo o tempo de incêndio, ordenando todas as medidas de ordem e segurança”.

#### **2.4.7.6. A falência do Banco do Minho e o Colégio de Regeneração**

Entre Dezembro de 1930 e Agosto de 1931 (um mês antes do seu falecimento), Mons. Airosa deixou uma dezena de minutas de cartas, nas quais se espelham sentimentos de muita angústia pela perda das economias do Colégio, depositadas no Banco do Minho que havia ido à falência.

Assim, em resposta ao Comissário da Polícia de Braga diz que “em presença da assustadora crise de trabalhos e da dolorosa situação, creada ao mesmo tempo, pelos inesperados prejuízos ocasionados pelo Banco do Minho, onde o Colegio tinha uma grande

parte dos seus haveres para as suas despesas ordinárias”, não era possível admitir mais ninguém, embora lhe custe dar resposta tão contrária ao

(...) coração d’um pobre velho de 94 anos, que só sentiria gosto em acolher a todas as desgraçadas no Colegio e que, está cimentado com tantos trabalhos e amarguras, a par de muitas alegrias também, pela regeneração de centenas de regeneradas que tem operado na [sua] já longa existência n’esta cidade.<sup>135</sup>

Expressões idênticas utiliza ele noutras respostas, como sejam: “E muito mais ainda pela horrorosa crise do Banco do Minho no qual o Colegio de Regeneração tinha colocado todos os seus haveres”; “urgentes necessidades da actualidade e assustadora crise que está atravessando” (28.03.1931); “atenta a grave crise que estamos atravessando”, num período em que, na Casa, “viviam 130 recolhidas”; “graves prejuízos ocasionados pelo Banco do Minho”, numa altura em que “bem desejava abrir as portas d’este Colegio a todas as infelizes, que aqui acorrem às dezenas quasi diariamente!” (27.04.1931). Os borrões de resposta em agradecimento por donativos recebidos do Director Geral da Assistência, de Fernando Sampaio (02.07.1931) e do Administrador do Banco do Minho (07.08.1931) frisam “a horrorosa crise e carístia actual, agravada ainda pela catástrofe do Banco do Minho, no qual o Colegio havia colocado todos os seus haveres”. Já em 14 de Julho, na resposta a um convite feito por ofício do Ministro da Justiça, Augusto de Oliveira, dissera que não lhe era possível aderir ao honroso convite de S. Excia. por causa da “avançada idade, sem vista, com os achaques da velhice e vitima do desastre do Banco do Minho no qual tinha todos os meus haveres”.<sup>136</sup>

Segundo Manuel Ferraz Faria,<sup>137</sup> o Banco do Minho, nos 65 anos da sua existência (1864-1929), terá atingido o seu melhor período entre 1919 e 1924. De facto, “tornou-se num dos maiores bancos do País durante vários anos e dele beneficiaram os diversos sectores da actividade económica principalmente da área de Braga, mas também do Porto e Lisboa” (Faria, 1999, p. 12). A população residente na área de Braga, como qualquer outra nesta época, socorria-se habitualmente do crédito privado, contra o qual vendia, hipotecava e empenhava os seus haveres, para suprir dificuldades do momento ou fazer algum investimento mais ou menos usual ou extraordinário (id.: 76). O crescimento registado nesses primeiros anos da década de 20 foi benéfico para os seus associados e para com a Beneficência Pública, a quem destinou uma rubrica anual na “Demonstração de conta de

---

<sup>135</sup> ABIMA n.º 18 (1-3). Copiador, p. 160. V. AP. DOC. Doc. 50.

<sup>136</sup> Id., pp. 172, 177, 178, 180, 188, 189, 216 e 192, respectivamente.

<sup>137</sup> Este autor traça um bem elaborado quadro de Braga de finais do século XIX: dados da sua vida económica e social; população e inventário das principais instituições e actividades (cf. Faria, 1999, pp. 66-75).

ganhos e perdas”. No relatório de 1921, destinou 90 contos para a Assistência Pública das cidades onde tinha instalações (Braga, Porto e Lisboa), com esta justificação:

Ninguém desconhece, Senhores Accionistas, as dificuldades insuperáveis com que está lutando a maioria das casas de caridade e beneficência, vendo-se na necessidade de encerrar as suas portas se não fora a acção particular, sempre viva entre os portugueses, que têm um verdadeiro culto pela Caridade e pelo amor do próximo, nós veríamos centenas de infelizes prostrados na via pública, sem pão e sem agasalho.<sup>138</sup>

À cidade de Braga foram destinados 30 contos, a distribuir pelas diversas instituições sociais, cabendo ao Colégio de Regeneração a verba de 1.700\$00. A mesma política terá continuado nos anos seguintes, como se comprova por um rascunho de 1925, onde se expressa o agradecimento aos Directores do Banco por um donativo recebido (13.03.1925).<sup>139</sup>

Nos finais da segunda década do século XX, o Banco começa a ressentir-se da grave crise económica internacional, como consequência da depressão de 1929, com a estagnação dos negócios, dificuldades de liquidação dos empréstimos bancários, pesadas contribuições, despesas enormes, diminuição de lucros e perdas frequentes, encerramento e falência de unidades fabris. Segundo Faria (1999), durante o ano de 1930,

(...) tudo se precipitou num torvelinho devorador bem alimentado pelas consequências portuguesas da *Grande Depressão* económica que grassava em todo o lado, com mercados de fundos e de câmbios quase parados e, particularmente no caso português, com cortes abruptos nas remessas dos emigrantes no Brasil. (p. 226)

Em 21 de Outubro de 1930, a Direcção do Banco do Minho é substituída, por decreto, por uma Comissão Administrativa. Por efeito do referido decreto, as acções do Banco ficaram sem qualquer valor (id.: 239). Daí a aflicção e drama de Mons. Airosa quando, aos 94 anos, se vê confrontado com papéis na mão sem qualquer valor e com uma casa com 130 recolhidas para alimentar e cuidar.

Depois do breve olhar sobre a organização e funcionamento desta Casa, onde as religiosas Dominicanas desempenham papel importante na implantação do modelo pedagógico, urge fazer uma análise, de malha mais fina, dos princípios programáticos da Congregação das Terceiras Dominicanas para melhor se compreender a acção exercida no processo de (re)generação.

---

<sup>138</sup> *Diário do Minho*, 10.02.1922 (apud Faria, 1999, p. 208).

<sup>139</sup> Copiador, p. 85. ABIMA n.º 18 (1-3).

## **2.5. As Dominicanas no Colégio de Regeneração**

### **2.5.1. Breve caracterização da Congregação**

A Congregação das Dominicanas de Santa Catarina de Sena, além de motivações originárias e comuns a muitas outras congregações, tem, na sua fundação, outras razões inspiradoras que se prendem com a situação sócio religiosa vivida em Portugal no séc. XIX. Com a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, os pobres e os doentes, que estas instituições socorriam, estavam agora, na maioria dos casos, entregues à sua própria sorte ou à ajuda de algumas senhoras da sociedade. Com a industrialização surgiu, também, o grave problema social do proletariado que não tinha acesso a qualquer tipo de educação, formação ou alfabetização que lhe permitisse tomar consciência dos seus direitos, vivendo mergulhado na mais dura ignorância. Foi neste contexto que nasceu e viveu Teresa de Saldanha. Sensível ao sofrimento humano e sempre atenta à voz interior do seu Deus, sentiu a urgência de trabalhar para melhorar as condições de vida do seu povo, sobretudo das crianças e jovens que via privados dos seus direitos mais elementares.<sup>140</sup>

Teresa de Saldanha Oliveira e Sousa, filha de uma das mais importantes famílias portuguesas, os 3.<sup>os</sup> Condes de Rio Maior, nasceu em Lisboa, a 4 de Setembro de 1837, no palácio da Anunciada. Educada numa família católica e com uma profunda formação evangélica, cedo manifestou o desejo de se consagrar a Deus e de contribuir para minorar o estado de miséria do seu povo: “A falta tão grande de uma Congregação que se dedicasse ao serviço dos pobres e educação das crianças, fez-me desejar imenso poder trabalhar para realizar o meu sonho, que era o que parecia, nesse tempo, semelhante plano, pelas dificuldades que se julgavam invencíveis”. Entra em contacto com a Priora do Convento Dominicano de Sena, em Drogheda, na Irlanda, para a formação das primeiras religiosas e, em 7 de Novembro de 1866, partem para a Irlanda, a fim de fazerem a sua formação religiosa, as duas primeiras Irmãs. Regressam dois anos mais tarde, a 13 de Novembro de 1868. Estava fundada a Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena.

Após a expulsão das Irmãs da Caridade, francesas, em 1862, com quem Teresa de Saldanha trabalhava muito de perto, e que a tinham ajudado a fundar a Associação Protectora das Meninas Pobres, a situação da assistência e da educação dos mais pobres e desprotegidos

---

<sup>140</sup> Na caracterização e fundação da Congregação das Terceiras Dominicanas seguimos de perto o trabalho de Faustino (2011: 334-336).



ficou ainda mais fragilizada. Ora, a nova Congregação, de fundação portuguesa, constituiria a resposta a essa urgência e evitava a hostilidade das forças políticas às congregações religiosas estrangeiras. Na primeira casa da Congregação, nas Portas da Cruz, Bairro de Alfama, Lisboa, havia aulas externas gratuitas para meninas pobres e as Irmãs dedicavam-se a visitar os doentes e a socorrer todas as necessidades.

### **2.5.2. As Dominicanas na obra do P.<sup>e</sup> Airosa**

A obra depressa se tornou conhecida e solicitada para preencher as lacunas existentes na Igreja Portuguesa, no que se refere à educação e assistência. No Colégio de Regeneração, haveriam de obter um sucesso pedagógico bem reconhecido pelo Director e pela sociedade, ao desempenhar um papel importante na dupla acção desta instituição – libertação da mulher e promoção humana e profissional de mulheres pobres de recursos.

De facto, de Braga, as Irmãs Dominicanas são solicitadas para dirigir o recém-instituído Colégio de Regeneração, como nos dão conta as cartas trocadas entre Teresa de Saldanha e a mãe<sup>141</sup> e uma cunhada, entre o P.<sup>e</sup> Airosa e Teresa de Saldanha e entre Maria Perry e Teresa de Saldanha, no mês de Julho de 1876, que ajudam a esclarecer o processo da sua vinda para Braga.<sup>142</sup> De Vila do Conde, onde está a tratar de uma fundação, Teresa de Saldanha envia uma carta para a mãe, assaz divertida, dando conta do pedido de Braga:

De Braga já mandaram um telegrama para saber quando chego e confesso que me dá vontade de rir, ver a importância que por cá me dão. Chamam-me marquesa, outros condessa. Falta só princesa. Eu tudo ouço e vou-me rindo de tantos cumprimentos que não mereço. Mas esta gente não é como a de Lisboa e ainda lhe faz impressão ver uma fidalga, como eles dizem, metida nestes negócios. Conto isto para se divertirem, bem sabe o pouco caso que eu faço destes cumprimentos.<sup>143</sup>

No dia seguinte, em nova missiva para a mãe, fala da visita a Braga, com vista a fundar a Casa de Abrigo.<sup>144</sup> Parece, todavia, haver aqui um equívoco na mente de Teresa de Saldanha, porque o P.<sup>e</sup> Airosa não solicita uma fundação da obra: pedia, sim, as religiosas para dirigir a Casa d'Abrigo, como se verá pelos contratos realizados entre ambas as partes, e onde entram formas de pagamento. Mas a ideia de Teresa de Saldanha parece ser outra

---

<sup>141</sup> D. Isabel Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, Condessa de Rio Maior.

<sup>142</sup> V. Doc. 80 a 154 e, ainda, Doc. 156.

<sup>143</sup> Carta de 08.07.1876 (Saldanha, 2012a: 20-21).

<sup>144</sup> Carta de 09.07.1876 (Saldanha, 2012a: 22-23).

porque, passados dez anos, as Dominicanas propõem ficar com a direcção e total gestão do Colégio, e ainda com a posse do edifício, ficando a Direcção externa apenas com o encargo de angariar meios para sustento da Casa e cobrir os défices anuais, ou seja, a Direcção externa do Colégio ficaria na total dependência das Dominicanas.

A visita a Braga, como Teresa de Saldanha conta detalhadamente à cunhada – mana Maria,<sup>145</sup> deixou-lhe a melhor das impressões:

Ficámos em casa da Senhora Perry e no dia seguinte fomos ouvir missa à Casa do Abrigo. Não imaginas a impressão que nos causou ver tudo aquilo, ouvir as raparigas cantar versos muito adequados à sua posição: *antigamente no mundo, hoje no recolhimento* e mesmo o tom em que elas cantavam impressionava a ponto de fazer chorar.<sup>146</sup>

Numa das suas notas lê-se: “Gostei muito de Braga, que grande obra é aquela Casa de Abrigo! E que consolação ser entregue à nossa Congregação”.

O P.<sup>e</sup> Airosa, numa extensa carta de seis páginas, de 25 de Julho de 1876,<sup>147</sup> agradece o zelo e interesse por esta obra e manifesta o seu contentamento pela vinda das Irmãs Terceiras Dominicanas. Informa que as recolhidas já estão a par da mudança que em Janeiro se operará (pois, estivera previsto que as Irmãs viessem nesse mês mas, afinal, só viriam em Abril) e esperam com ansiedade pela sua chegada. Agradece, ainda, a escolha da Superiora que tem de ser uma pessoa perspicaz, de piedade, prudência e muita caridade, e envia cumprimentos para a mãe de Teresa de Saldanha, fazendo-lhe um convite para visitar Braga e o Bom Jesus. Informa ainda que Maria Perry teria muito gosto em recebê-la em sua casa e ele em conhecê-la.

De D. Maria Brígida Bressane Leite Perry<sup>148</sup> há cinco cartas, datadas de 1876, dirigidas a Teresa de Saldanha,<sup>149</sup> que mostram o bom entendimento entre ambas e onde se revela ser aquela boa mediadora entre a Fundadora e o P.<sup>e</sup> Airosa, a quem transmite recados e

---

<sup>145</sup> A mana Maria, grande amiga e confidente, era casada com o irmão António. Era como uma irmã.

<sup>146</sup> Carta de 18.07.1876 (Saldanha, 2012a: 165).

<sup>147</sup> ANTT – Arquivo das Congregações (AC) Cx. 51, 1 (23).

<sup>148</sup> Maria Brígida Bressane Leite Perry era casada com José Ribeiro Perry, do Porto. É em sua casa que Teresa de Saldanha se hospeda, antes da vinda das Irmãs. Em 1877, faz parte do grupo de Directoras do Colégio de Regeneração e é secretária da Direcção entre 1886 e 1907. Tinha uma filha (Maria das Dores), nascida em Cedofeita, Porto, em 1863, que professou nas Dominicanas, em 1881, com o nome de Maria Imelda, tendo desempenhado cargos de grande responsabilidade: Mestra de Noviças, Conselheira Geral e priora de várias casas; era Vigária Geral quando a Madre Fundadora morreu. Maria Imelda viveu na diáspora (Salamanca), em extrema pobreza, apesar de ser de uma família ilustre (Braga da Cruz). Viveu os últimos anos em Braga onde faleceu, com 75 anos de idade e quase 60 de vida religiosa.

<sup>149</sup> Braga, 28.07.1876; 01.08.1876; 05.08.1876; 06.11.1876 e s.d. ANTT – AC Cx. 50, 1 (24, 25, 29, 30, 31).

dá notícias minuciosas das Dominicanas. E passa a Teresa de Saldanha notícias como estas: saiu a mestra do Abrigo e esperam as Irmãs; a vinda das Irmãs tem sido notícia em alguns jornais; o P.<sup>e</sup> Airosa ficou contentíssimo com o interesse que a Mestra de Noviças [Madre Maria Inês] sentia por Braga, o que o deixou contentíssimo. Entretanto, manifesta tristeza pela doença da Madre Maria Inês e diz alimentar a esperança de que ela possa vir iniciar o trabalho em Braga, nem que seja só por alguns meses, porque lhe parece que agradará a todos.

O P.<sup>e</sup> Airosa, em carta a Teresa de Saldanha,<sup>150</sup> reitera a sua satisfação pela vinda das Irmãs e diz que, para além da Superiora, precisam de uma irmã para mestra que saiba ler, escrever e ao menos trabalhar a costura branca. E transcreve a notícia dada pelo *Comércio do Porto* “um dos mais importantes, mais lido e insuspeito”, de 14 de Outubro de 1876, acerca da vinda das Irmãs para o Colégio:

Esperam-se brevemente nesta cidade quatro Irmãs terceiras pertencentes a essa Ordem que fundara há pouco a Exma. Snr.<sup>a</sup> D. Teresa Saldanha. Aos cuidados dessas religiosas vai ser entregue a educação das recolhidas no Colégio de Regeneração. É muito para louvar a resolução tomada pela Direcção daquele estabelecimento que tão digno se torna da protecção pública.

Entre Janeiro e Abril de 1877, encontrámos quatro cartas do P.<sup>e</sup> Airosa para Teresa de Saldanha<sup>151</sup> em que se manifesta satisfeito pela vinda das Irmãs, pela escolha da superiora e diz que há nove anos espera por isto. Fala das condições que o Abrigo fornecerá às Irmãs e de outros aspectos práticos sobre a gestão de dinheiros. Comunica que será uma alegria recebê-la no Abrigo, apesar de as condições ali existentes não serem muito confortáveis. Diz também que muito gostaria que a mãe de Teresa de Saldanha aproveitasse esta ocasião para conhecer Braga e o Bom Jesus e que as recolhidas esperam com ansiedade a chegada da Irmã Inês, que será a primeira superiora.<sup>152</sup>

O atraso na chegada das Irmãs causa-lhe grandes constrangimentos porque a Mestra, pensando que as Irmãs viriam no princípio de Janeiro, retirou-se e ficou o Colégio entregue apenas à Regente que, apesar de ser boa criatura, não é competente para o lugar nem pode acorrer a tudo e, por pouco tempo, não é fácil encontrar uma pessoa para a auxiliar. Diz, ainda, que se vê em apuros e forçado, nestas circunstâncias, a pedir a vinda urgente das Irmãs, evocando argumentos como estes: as dificuldades de alojamento vão desaparecendo; o tempo [para viajar] está excelente; as estradas estão reparadas; viaja-se sem receio. E desabafa: “Por

---

<sup>150</sup> Braga, 17.10.1876. ANTT – AC Cx. 50, 1 (22).

<sup>151</sup> Braga, 09.01.1877; 26.01.1877; 03.02.1877; 04.04.1877. ANTT – AC Cx. 50, 1 (18, 19, 20, 21).

<sup>152</sup> Braga, 25.07.1876. ANTT – AC Cx. 51, 1 (23).

que adiam? No Colégio são tão precisas as Irmãs!”. A ansiedade é tanta que, pouco depois, pergunta: “E as Irmãs quando virão? Ainda haverá muita demora? Deus não o permita porque são aqui muito necessárias”.<sup>153</sup>

Finalmente, as religiosas partiram de Lisboa no dia 11 de Abril de 1877 e chegaram a Braga no dia 14,<sup>154</sup> quando a instituição estava instalada na Casa de Avelar de Baixo, na Cangosta de Urjais, sendo a primeira comunidade da Congregação a abrir fora de Lisboa. Para dirigir a obra, vieram Madre Maria Catarina de Ricci, Madre Maria Joana e Irmã Maria da Conceição Ferreira. Foram acompanhadas pelas Madres Maria José Barros de Castro (Vigária), Maria Inês Champalimaud Duff e Maria de S. Patrício Maguire, demorando-se aí uns quinze dias, antes de regressarem a Lisboa (Thiancourt, 1987: 385).

Numas das notas de Teresa de Saldanha (in Thiancourt, 1987: 327) pode ler-se uma referência à situação da comunidade e da obra do Colégio:

É esta uma obra que atrai as simpatias de todos, pelo benefício imenso que faz, trazendo ao bom caminho almas que se acham em perigo de se perderem. Uma Associação de caridade protege esta casa, cuja administração interna está ao cuidado das Irmãs Terceiras. A Casa sustenta-se de esmolas e do trabalho das arrependidas. Pela grande falta de Irmãs a Congregação só pode dispensar três e as mesmas arrependidas ajudam no trabalho da casa.

Não foi fácil a vida destas Irmãs que, durante dez anos, foram o braço direito do P.<sup>e</sup> Airosa, assegurando o trabalho de direcção interna e lutando com dificuldades de vária ordem, em más situações de habitabilidade e quase sem o mínimo de condições de trabalho.

### **2.5.3. Contrato de prestação de serviços (1889)**

Com a chegada de três novas Irmãs, em Outubro de 1889, depois de decorridos 12 anos de prestação de serviços, foi estabelecido um Contrato entre a Direcção do Colégio de Regeneração e a Superiora Geral da Congregação das Irmãs Terceiras de S. Domingos.

---

<sup>153</sup> Nesta carta de 3 de Fevereiro, temendo que o problema estivesse relacionado com aspectos da vida espiritual, informa que o Arcebispo de Braga se encontrava em Lisboa, hospedado no Hotel Aliance, e que o P.<sup>e</sup> João Rebelo (futuro bispo de Vila Real, e que vivia no Paço com o Arcebispo) sugeria que Teresa de Saldanha o visitasse, lhe falasse a sua próxima vinda para Braga e lhe rogasse autorização para ter o Santíssimo na capela particular das Irmãs, autorização que o Patriarca já havia concedido às Irmãs, em Lisboa.

<sup>154</sup> No início de um lote de cartas, está uma meia folha com estes dizeres: “Negocio sobre a ida das Irmãs Terceiras para a Casa d’Abrigo, em Braga começado em 1876”. Em nota, diz-se: “As Irmãs partirão [sic] [partiram] de Lisboa a 11 de Abril de 1877”. ANTT – AC Cx. 50, Maço 1, (14) a (33).

O processo não parece ter sido muito pacífico. Há um projecto de contrato, que encontrei na Torre do Tombo, proposto pelas Religiosas, impondo determinadas cláusulas que a Direcção não aceitou. Propõe, logo no art.º 1.º, “tomar sobre si toda a responsabilidade da administração e do governo do Asylo” devido, dizem, aos inúmeros “inconvenientes que resultam da falta de unidade de direcção”. Nesse caso, ficaria por conta exclusiva das Religiosas a admissão e exclusão das “asiladas” e tudo quanto diz respeito ao seu governo, bem como a administração dos rendimentos da Casa. Mais: pedem que o edifício passe para a sua posse, por um documento autêntico de doação. No caso de não terem a posse do edifício, propõem que a Direcção da Associação, que possui o edifício do Asilo, reconheça às Religiosas Dominicanas a mais ampla liberdade por tudo o que respeita ao governo do Asilo e renuncie a qualquer tipo de ingerência. As religiosas, por sua vez, comprometiam-se a apresentar anualmente as contas da sua gerência e a Direcção encarregar-se-ia de suprir os défices, realizar as obras necessárias do edifício e fornecer a cada religiosa uma mesada a combinar.<sup>155</sup>

Este projecto não foi aceite porque não era viável. Primeiro, porque a posse do edifício não era transmissível e, em segundo lugar, porque as Religiosas pretendiam a gestão absoluta da Casa, cabendo à Direcção apenas o encargo de cobrir os défices anuais da gestão financeira, sem qualquer tipo de controlo. Em última análise, está aqui a proposta de uma fundação autónoma, que contaria com a ajuda financeira de uma associação local que se limitaria a angariar fundos para cobrir as despesas. Não era esse o espírito que havia presidido à fundação do Colégio de Regeneração por parte do P.º Airosa e das senhoras da comunidade local e, por isso, a proposta foi liminarmente rejeitada. Finalmente, foi firmado um contrato, em oito artigos, que em Apêndice se reproduz, onde se determinam as funções das religiosas e se estabelecem os princípios basilares que regulariam os compromissos assumidos entre a Congregação e o Colégio. Aí se determina, muito claramente, que as Irmãs se encarregarão da administração interna, sob a direcção de uma Superiora Geral, em harmonia com os regulamentos internos das colegiais e que não poderão sofrer alterações importantes, sem prévio acordo entre a Direcção e a Irmã Superiora. Mais se diz que o governo, fiscalização e direcção das recolhidas fica subordinado às Irmãs e a parte espiritual aos conselhos e direcção do P.º Director.<sup>156</sup>

---

<sup>155</sup> V. *AP. DOC.* Doc. 30.

<sup>156</sup> V. *AP. DOC.* Doc. 31

Uma semana depois da chegada de mais três religiosas, o P.<sup>e</sup> Airosa escreve a Teresa de Saldanha<sup>157</sup> dizendo que o Abrigo tem melhorado e que já se notam as reformas realizadas. Muito se tem colhido não só na parte administrativa mas também na Direcção das Recolhidas. E muito há a esperar da boa vontade e zelo da Irmã Superiora e das novas Irmãs que vieram, cuja escolha foi acertadíssima. Diz que lhe agradam e está muito satisfeito com elas e com os seus serviços. As recolhidas, apesar de sentirem o agulhão que as chama à ordem, estão satisfeitas e contentes, o que revela o tino e prudência de quem as dirige, com jeito, e ao mesmo tempo com firmeza. Relativamente à assinatura do contrato diz que ainda não foi possível reunir a Direcção mas que o será em breve.

Em carta seguinte,<sup>158</sup> o P.<sup>e</sup> Airosa dá conta de algumas questões que se levantaram quanto ao art.º 5.º do contrato, embora concordem com ele: “As Irmãs serão sustentadas, vestidas, calçadas, pelo Colégio e tudo quanto necessitarem, médico, botica, etc. será dado também pela Direcção. As 7 irmãs que, ao datar deste contrato, estão no Abrigo terão mensalmente 9\$000 (réis) para as suas despesas particulares”. Será essa verba, pergunta a Direcção, a título de remuneração ou de gratificação? A título de remuneração, acham que é muito pouco e muito aquém do que merecem os seus bons serviços. E tendo a Direcção de elaborar um relatório e um orçamento, como classificar ou que título dar aos 9\$000 réis? Chamar-lhe gratificação ou remuneração? Diz que se levantou a questão dos 9\$000 réis, porque julgavam que tudo estaria incluído na obrigação de o Colégio lhes dar tudo o que fosse necessário, incluindo as despesas particulares. O problema foi resolvido com a introdução de alterações ao referido artigo, de acordo com a Irmã Superiora do Colégio.<sup>159</sup>

#### **2.5.4. A omnipresença de Teresa de Saldanha no Colégio de Regeneração e o seu relacionamento com o P.<sup>e</sup> Airosa**

Teresa de Saldanha está intimamente ligada ao Colégio de Regeneração, por quem nutre um especial carinho, porque foi a primeira comunidade dominicana a viver fora de Lisboa e foi com ela que o processo foi tratado, desde a primeira hora. Para além de factores que positivamente funcionaram como facilitadores da comunicação, talvez este projecto de Braga tenha despertado um interesse particular, por se encontrar dentro do âmbito de trabalho

---

<sup>157</sup> Braga, 25.10.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 778.

<sup>158</sup> Braga, 04.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 768.

<sup>159</sup> Braga, 02.12.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 737.

que pensava para a Congregação, ainda na sua fase inicial, e ainda pela admiração que sentia pela obra e pelo Fundador. De resto, é notória a admiração mútua na correspondência, entre eles trocada, como confidencia a uma amiga quando pela primeira vez se desloca a Braga.

O P.<sup>e</sup> Airosa apressa-se a agradecer o zelo e o interesse por essa obra, manifestando-se consolado por ver que um dia as Irmãs Terceiras Dominicanas para aqui virão. O anúncio da chegada próxima das Irmãs a Braga leva-o a reiterar o convite à mãe de Teresa de Saldanha, propondo-lhe que acompanhe as religiosas.<sup>160</sup>

A Fundadora, embora à distância, acompanhou a vida desta comunidade através da correspondência e das informações recolhidas. Também ali se deslocou, pelo menos seis vezes, em trabalho e em descanso, sendo sempre bem recebida e tratada. Numa análise às cartas de Teresa de Saldanha e do P.<sup>e</sup> Airosa colhem-se dados importantes sobre o relacionamento entre ambos, o respeito e admiração mútuas, os conselhos e exigências, sentimentos de alegria e tristeza, de gratidão recíproca, mas também de pequenos episódios passados em Braga, com detalhes interessantes só aqui registados.

Em Julho de 1881, Teresa de Saldanha está a passar uns dias em Braga, onde permaneceu cerca de duas semanas, e em carta para a amiga Maria Augusta Faria de Campos<sup>161</sup> diz-lhe que tomou parte numa peregrinação ao Bom Jesus:

Não podes imaginar o que foi, cinco mil pessoas ali receberam Nosso Senhor, na grande igreja do Bom Jesus. Impossível é imaginar-se uma festa tão solene e tão pomposa e tão edificante. (...) Ninguém em Lisboa pode imaginar o que isto é. Aqui no Colégio da Regeneração estão 46 raparigas e é admirável ver como isto tudo está organizado.

Mais tarde, essa amiga passa pela Regeneração, dando disso conta a Teresa de Saldanha. Na resposta,<sup>162</sup> esta refere-se à “tão querida casa de Braga e das Irmãs”, nestes termos:

Só quem visita aquele estabelecimento pode compreender o que aquilo é e o bem que ali se faz. Eu, quando lá estou choro sem querer e ainda tu não assististes à missa e à sagrada comunhão das nossas recolhidas. A música, os cânticos, as orações faz uma impressão que se não pode explicar. Mas como tudo aquilo está mudado do que era a primeira vez que lá entrei para ajustar a ida das Irmãs. Está transformado em todo o sentido, e grande consolação é para nós. Deve-se muito e tudo ao Padre Airosa, que é um zeloso e santo sacerdote. Basta dizer-te que aquilo tudo sustenta-se de esmolas, a casa não tem rendimentos. O trabalho das Recolhidas ajuda muito, é o que vale. O convento era um montão de ruínas, pior do que o Salvador. Vistes, eu julgo, tudo e provavelmente a

---

<sup>160</sup> Braga, 09.01.1877. ANTT – AC Cx. 50, 1 (19).

<sup>161</sup> Braga, 18.04.1881 (Saldanha, 2012a: 322).

<sup>162</sup> S. Domingos de Benfica, 18.11.1884 (Saldanha, 2012a: 331-332).

cozinha que tem um belo fogão que mandamos de presente. Ainda bem que tiveste essas consolações todas, e só quem as goza, as compreende.

Nessa extensa carta, refere ainda os muitos conhecimentos e pessoas amigas que tem em Braga, procurando que sejam “benfeitoras e protectoras do Abrigo”. Manifesta a sua alegria por “saber que pessoas de Lisboa visitaram aquele estabelecimento tão bom e tão significativo”, onde actualmente se encontram 200 recolhidas, e que se alguém “desejasse fundar uma casa semelhante, o melhor que tinha a fazer era ajudar aquela obra já fundada e bem começada do que ir fazer uma coisa nova”.

Em 1888, intensifica-se a correspondência entre P.<sup>e</sup> Airosa e Teresa de Saldanha,<sup>163</sup> por causa do número insuficiente de religiosas para fazer o acompanhamento das recolhidas nas oficinas de tecelagem, lavandaria, engomados, malhas e costura, e com grande movimento e giros de negócios que demandam muito trabalho e cuidados, além de outros não menos atendíveis sobre a educação, ensino e parte espiritual, ocorrências melindrosas, etc. Um pessoal insuficiente, diz o P.<sup>e</sup> Airosa,

(...) prejudica a boa direcção, administração e vigilância que o Colégio reclama; e não é menos prejudicial às irmãs, às quais, porque muito sobrecarregadas e atarefadas, falta o tempo preciso para cuidarem de si, para se entreterem juntas, e conversarem em comunidade, para assim manterem o espírito religioso de união e força.

Da leitura da carta do P.<sup>e</sup> Airosa depreende-se que era necessário introduzir reformas para corrigir alguns comportamentos e procedimentos menos adequados. Sugere à Fundadora que seria útil que uma das religiosas mais habilitadas da Comunidade de Lisboa viesse passar um mês a Braga “para melhor poder avaliar e reconhecer as providências a tomar, reformar o que precisasse reforma e fazer entrar na ordem tudo e todos”. Claro que isto tinha a ver com o número insuficiente de educadoras, pelo que solicita o envio de mais religiosas: “carece-se de mais sete, ou pelo menos, mais cinco Irmãs (6 com a Superiora), quatro para os lugares que já ocupavam, e duas a maior uma para a oficina de tecelagem na qual se empregam 23 recolhidas, e com tendência para subir, outra para a despensa”. Requer ainda “um pessoal mais qualificado” e uma Direcção mais preparada, ou seja, “uma superiora esperta, cabeça fria, decidida e firme”, já que se trata de uma “importantíssima obra da salvação das almas, edificação da sociedade, e glória da Congregação Dominicana”.

---

<sup>163</sup> Braga, 16.09.1888. ANTT – AC Cx. 53.



A resposta de Teresa de Saldanha, através de uma carta de oito páginas,<sup>164</sup> centra-se na escolha de uma superiora com os atributos definidos pelo P.<sup>e</sup> Airosa e, com certa frontalidade, informa que a Irmã Catarina de Ricci foi eleita para o lugar de segunda Assistente da Superiora Geral, portanto, não voltará para Braga. Mas diz que esse não será grande problema, porque ela não seria, pelo que lhe parece, a preferida do P.<sup>e</sup> Airosa para ocupar o lugar. Acrescenta que, Superiora exactamente nas condições que pretende, ela não a tem. E informa que pensa enviar para o Colégio, como Superiora, a Irmã Maria de São Francisco que há dez anos está como superiora no Asilo das Cegas.<sup>165</sup> Apesar de não ter tido uma educação fina, tem “de natureza esperteza e intelligencia”. Diz que tem a Irmã São Paulo que, apesar de ser estrangeira, fala e escreve em português, canta, sabe alguma coisa de música e entende de contas. Mas aproveita a ocasião para fazer algumas exigências para a manutenção das Irmãs: “Ter alguns quartos só para as Irmãs, ou seja, uma parte do edifício mais reservada às Irmãs para quartos e refeitório; estabelecer um horário que permita às Irmãs rezarem o Ofício no Coro, às horas devidas; ter um confessor que não poderá ser o Director”. E acrescenta que há outros pontos importantes para o bem do estabelecimento e das Irmãs que será necessário regulamentar entre a Superiora e o Director.

Ignoramos o que se terá passado depois desta carta. A verdade é que, em Janeiro de 1889, está em Braga a Irmã Maria José, que terá assumido o cargo de superiora. Numa carta dos inícios do mês,<sup>166</sup> propõe à Madre Geral a alteração do trabalho de algumas religiosas e a saída de uma para outra casa. A pretendida reforma só será concluída com a chegada de novas irmãs e a visita de Teresa de Saldanha que, em Setembro, confia à mãe: “Está concluída com o Padre Airosa a importante missão que cá me trouxe de deixar as Irmãs bem estabelecidas. Este estabelecimento está magnífico”.<sup>167</sup>

A presença física da Fundadora no Colégio de Regeneração está documentada em seis estadias, mais ou menos prolongadas, entre 1876 e 1904. A primeira, muito fugaz, em 1876, serviu para conhecer e avaliar o estado da instituição. Na segunda, em 1881, permaneceu

---

<sup>164</sup> S. Domingos de Benfica, 24.10.1888. ABIMA Doc. 429.

<sup>165</sup> À morte da última freira das Carmelitas Descalças, em 1867, a Condessa de Rio Maior pediu o Convento dos Cardaes, em Lisboa, para sede da Associação Consoladora dos Aflitos. Esta Associação fora por si fundada em 1847, com o objectivo de socorrer a pobreza envergonhada. O pedido tinha por objectivo ali estabelecer um asilo para mulheres cegas, com a intenção de entregar a direcção às Irmãs Dominicanas. O edifício conventual foi cedido por Decreto governamental e a inauguração do Asilo das Cegas teve lugar a 16 de Julho de 1878 ([www.conventodoscardaes.com/-associaccedilatildeo.html](http://www.conventodoscardaes.com/-associaccedilatildeo.html)).

<sup>166</sup> Braga, 03.01.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 818.

<sup>167</sup> Braga, 17.09.1889 (Saldanha, 2012a: 75).

umas duas semanas e aproveitou para conhecer o Bom Jesus. Em 1889, volta para acompanhar a vinda de mais Irmãs e assumir um compromisso duradouro, através de um protocolo firmado por um contrato. Passados cinco anos, escreve de Braga, dando notícia da amável visita do Governador Civil do Porto.<sup>168</sup> Dois anos depois, volta para descansar, como relata em carta à sua “mana” Maria:

Tenho-me demorado mais aqui porque vim muito cansada de Lisboa e aqui é onde estou melhor, porque tenho os carinhos da Madre Maria Catarina e toda a liberdade para o que desejo fazer e também consola-me muito ver esta casa e o bem que faz. Estão agora 100 mulheres e mais a oficina externa, são 32.<sup>169</sup>

Em Maio de 1904, o P.<sup>e</sup> Airosa envia a Madre Teresa de Saldanha um exemplar da primeira monografia do Colégio, da autoria do Dr. Pinheiro Torres, e convida-a a participar nas Festas Jubilares que em Junho se realizariam em Braga (Thiancourt, 1987: 394):

Seria para nós uma festa a mais, a abrilhantar os jubilares, o ver aqui a ilustre Fundadora e Superiora Geral da Ordem Dominicana em Portugal, a cujos esforços e dedicação muito e muito deve esta Casa a sua conservação, melhoria e progressos. E até teria a aproveitar a saúde de V. Ex.<sup>a</sup> pelo abstrairmento das habituais fadigas, pelo descanso aqui dalguns dias, pelas boas águas e clima do Minho, que têm restabelecido a tantas que daí vêm enfraquecidas...

De facto, Teresa de Saldanha volta a Braga, pela última vez, para participar nas Festas Jubilares do 50.º aniversário da definição dogmática da Imaculada Conceição, às quais o Colégio se associou com uma exposição de trabalhos. Nas três cartas que daqui envia para a Irmã Maria José, relata pormenores interessantes dessas comemorações. Começa por dizer que encontrou o Colégio em alvoroço:

Vim encontrar tudo em movimento e não pode imaginar a perfeição dos trabalhos que estão expostos, e dos tecidos, é uma admiração ver o que o Padre Airosa e as Irmãs têm feito e fazem. Tudo está exposto na varanda de cima e pena grande tenho que não estejas aqui para poder avaliar tudo isto. O Padre Airosa não para. Há uma sala com os desenhos das raparigas, tudo muito bem organizado. Mando um programa.<sup>170</sup>

Aproveita para, numa segunda carta,<sup>171</sup> lhe enviar alguns jornais com referências elogiosas ao Colégio e às Dominicanas, mas diz que não gostou “do artigo porque refere-se ao dinheiro que as Irmãs recebem que é nada se pode dizer. Quem pode pagar o trabalho que as

---

<sup>168</sup> Braga, 27.09.94 (Saldanha, 2012b: 350-351). Refere-se ao Conselheiro José Novais que antes havia sido Governador Civil de Braga.

<sup>169</sup> Braga, 16.09.96 (Saldanha, 2012a: 212).

<sup>170</sup> Braga, 07.06.1904 (Saldanha, 2012b: 393).

<sup>171</sup> Braga, 08.06.1904 (Saldanha, 2012b: 393-394).

Irmãs fazem só Deus”. O mais interessante desta carta é a descrição pormenorizada que Teresa de Saldanha faz da coroa com que a imagem da Senhora do Sameiro foi solenemente coroada, no dia 12 de Junho, na peregrinação nacional ao Sameiro, pelo delegado papal de Pio X, Mons. José Macchi, Nuncio Apostólico em Portugal:

Tive hoje ocasião de ver a linda e riquíssima coroa que vai ser colocada, pelo Sr. Nuncio, sobre a cabeça da Virgem Santíssima do Sameiro e o ourives que a fabricou, no Porto, irmão da D. Maria da Apresentação, que está aqui e é organista, fez-me a fineza de trazer aqui a coroa para eu a ver e a M. Maria Catarina. É uma beleza; é d’ouro, com diamantes. O diamante da frente, que é grande, foi oferecido pela rainha D. Amélia e de cada lado tem uma pedra preciosa, parece-me que são topázios, oferecidos pelo presidente da comissão de Lisboa, o Miguel de Almada. A coroa tem muitas estrelas com brilhantes, todos ofertas. Tem uns medalhões com a data da proclamação do dogma e da festa de agora. A coroa é muito portuguesa, mesmo conforme as coroas de Nossa Senhora. Se fosse ao Sameiro não a podia ver tão bem como a vi hoje.

Dias depois, envia nova carta com alguns pormenores da visita à exposição de trabalhos:

Ontem tivemos aqui o Bispo de Coimbra e o Arcebispo de Évora. (...) Ambos os Prelados admiraram muito esta casa, o trabalho das raparigas, etc. Foram ver as oficinas dos teares, estavam todos parados, mas de repente a pedido dos Bispos começaram a trabalhar, não imagina o entusiasmo que foi e quanto os Bispos gostaram.<sup>172</sup>

E, mais adiante, diz que a exposição tem sido visitada por muita gente. Informa, também, que a igreja do Colégio (a igreja da Conceição) foi palco de algumas celebrações destas festas jubilares. No dia 9, a imagem da Senhora da Torre, padroeira da cidade, colocada num andor sobre uma torre, foi conduzida à igreja da Conceição. No dia seguinte deveria sair dali uma procissão que percorreria toda a cidade mas foi anulada por causa da chuva. No dia 11, à noite, novas cerimónias na igreja do Colégio: “o coro de baixo estava aberto ao público, mas havia muitos soldados para fazer a polícia, entraram formados e a marchar. A igreja estava cheia. O altar de Nossa Senhora de Lourdes estava uma lindeza, tem luz eléctrica que faz muito bom efeito”. E não deixa escapar um pequeno detalhe para acentuar a preocupação e atenção do P.<sup>e</sup> Airosa:

O Padre Airosa nada esquece e não para. Ontem no meio do sermão via-se o Padre Airosa ir ao púlpito dizer um segredo ao pregador, julgo que só nós víamos porque estávamos no coro, mas dava-nos muita vontade de rir. Estou certa que era tudo necessário, prevenir o pregador, de haver ou não haver a procissão, mas em todo o caso dava vontade de rir ver o Padre Airosa no púlpito.

---

<sup>172</sup> Braga, 11.06.1904 (Saldanha, 2012b: 394-395). Todos estes dados relativos às “grandiosas festas de 1904” são confirmados pelos documentos inseridos em *Para a História do Sameiro*, pp. 177-227 (Vieira, 1930: 203).

A confiança mútua entre estas duas personalidades era tão grande que o P.<sup>e</sup> Airosa foi intermediário no negócio de uma quinta,<sup>173</sup> nos arredores de Braga, e da compra de uma casa, em Nogueiró.<sup>174</sup> Teresa de Saldanha pediu-lhe, ainda, para acompanhar os trabalhos preparatórios da instalação do Dispensário no Convento da Ave Maria, no Porto, de que ele dá boa conta:

Bom foi eu ir agora ao Porto. A instalação do Dispensário no Convento da Ave Maria estava completamente transformada pela má orientação e pouco juízo da meza da Irmandade. Entendi-me com os mesários e com o Governador Civil e tudo ficou bem. Sua Magestade a Rainha e V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> de modo algum consintam que o Dispensario vá para a Agua Ardente. (...)

O Governador Civil é muito amigo do medico Pontes, cunhado da Irmã Maria José Albergaria. Este medico é de bons sentimentos. Talvez vá ao Dispensario. O José Novaes, Governador Civil, tenciona ir breve a Lisboa para se entender com Sua Magestade, a Rainha, sobre o Dispensario. É homem d'empreza e d'acção e o dispensário, na sua mão, se montará depressa, a não ser que sirvam de embaraço as obras que é mister fazer-se na caza.<sup>175</sup>

Um mês depois, novos pormenores sobre as obras que era necessário executar e os entraves que antevia mas assegurando, pela experiência que já tinha, que o Governador Civil estaria ao seu lado:

Relativamente ao Dispensario do Porto não sei o que dizer porque não conheço bem o terreno. A idea com que de lá vim, era que havia apenas a caza e que todo o terreno era destinado à estação do caminho de ferro.

Lembra-me que alguém apresentou ao José Novaes essa dificuldade, e a necessidade de se obter do Governo umas cazas próximas para tal fim. Elle respondeu que atendendo ao espirito da terra e a uma certa má vontade de alguém, que era melhor montar-se primeiro o dispensário. Montado elle, o Porto respeitaria uma obra de Sua Magestade A Rainha e o Governo também, e fácil seria em obter-se, conhecida a necessidade, e que querendo já tudo, talvez se não conseguisse nada; e que elle estava orientado sobre o assumpto por isso é que assim falava. O que posso assegurar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> é que o José Novaes é homem para a obra, homem d'acção, e persistente, no qual se pode confiar. Estas obras estão no seu genio, e dedica-se-lhes de corpo e alma.<sup>176</sup>

---

<sup>173</sup> Braga, 02.11.1898; 04.11.1898. ABIMA Doc. 306: 37-77.

<sup>174</sup> Braga, 08.05.1904 (ABIMA Doc. 306: 39-276). Em 7 de Agosto de 1914, em carta para a Madre Estanislau, diz: “Veja qual o negócio de que se trata que é a construção da estrada, sobre a qual deve assentar a linha para a tracção eléctrica. Esta obra, julgo, será um grande melhoramento para todas as pessoas que têm de ir frequentes vezes ao Bom Jesus. Nas circunstâncias em que nós estamos, não podemos, nem devemos oferecer terreno nosso de graça. O que me parece ser bom para nós é que V.<sup>a</sup> Rev.<sup>a</sup> consulte o Senhor Director e o Senhor João Pinto Gouveia sobre este negócio, e seguir os seus conselhos sobre a maneira de fazer o contrato para a expropriação” (Saldanha, 2006: 189)

<sup>175</sup> Braga, 30.11.1894. ABIMA Doc. 306: 36-38.

<sup>176</sup> Braga, 16.01.1895. ABIMA Doc. 306: 36-94.

O Dispensário necessitava de gente experiente e Teresa de Saldanha propõe ao P.<sup>e</sup> Airosa, confiada na sua “bondade”, a transferência de uma Irmã de Braga para o Porto, ajudando-a a resolver o problema porque não tinha outra portuguesa para lá colocar.<sup>177</sup>

### **2.5.5. O *microcosmos* do Colégio de Regeneração – uma teia de relações interpessoais**

O ano de 1889 parece ter sido um ano de viragem na vida interna do Colégio, embora se note ainda uma certa conflitualidade entre a superiora e a direcção externa, entre as religiosas e as recolhidas e até algum mal-estar entre as próprias religiosas. As 15 cartas da Superiora (Irmã Maria José) para a Madre Geral (Teresa de Saldanha), entre 25 de Setembro e 31 de Dezembro, revelam a dificuldade das relações interpessoais entre os vários actores. Evidenciam, também, a perspicácia e sensatez de P.<sup>e</sup> Airosa e Teresa de Saldanha para a resolução dos problemas surgidos. A análise da correspondência da Superiora Irmã Maria José e o cruzamento desta com as cartas do P.<sup>e</sup> Airosa, para a mesma destinatária (Teresa de Saldanha), fornecem uma leitura interessante acerca dos problemas gerados e a forma como eram resolvidos, como veremos, em detalhe.<sup>178</sup>

Com a chegada da nova Superiora, Irmã Maria José, no princípio do ano, verificam-se alterações orgânicas que, uns meses mais tarde, são complementadas com o reforço de novas religiosas o que parece ter dado bons resultados, pois o P.<sup>e</sup> Airosa, em carta à Madre Geral, diz que o Abrigo tem melhorado, que já se notam as reformas realizadas e muito se tem colhido não só na parte administrativa mas também na direcção das Recolhidas. Frisa, ainda, que muito há a esperar da boa vontade e zelo da Irmã Superiora e das novas Irmãs que vieram, cuja escolha foi acertadíssima, dizendo que lhe agradam e está muito satisfeito com elas e com os seus serviços. As recolhidas, apesar de sentirem o aguilhão que as chama à ordem, escreve, estão satisfeitas e contentes, o que revela o tino e prudência de quem as dirige com jeito e ao mesmo tempo com firmeza.<sup>179</sup>

Dois dias antes desta carta, tinha seguido uma outra carta para a Madre Geral, em oito folhas e com escrita sobreposta na transversal em três delas, onde P.<sup>e</sup> Airosa traça um cenário

---

<sup>177</sup> S. Domingos de Benfica, 25.01.1895 (Saldanha, 2012b: 271-273). Esta carta foi também transcrita, com o rótulo de confidencial, e faz parte do lote de cartas transcritas actualmente existentes no ABIMA Doc. 306.

<sup>178</sup> V. AP. DOC. Doc. 91 a 154 e, ainda, Doc. 156.

<sup>179</sup> Braga, 25.10.89. ANTT – AC Cx. 14 (v) 778.

do ambiente entre as Irmãs e entre estas e as recolhidas, referindo-se à mudança de organização e a determinados costumes instalados entre as Irmãs que parece terem provocado pequenos atritos. Nesta carta, diz que não tem motivos para estar descontente com elas: “Há pequenas coisas a que estavam acostumadas mas sujeitam-se ao que lhes digo, sem deixar de haver paz. Estavam acostumadas a receber directamente a roupa depois de lavada e agora vai toda dada por rol”. A sua actuação estende-se à mesa, dizendo que mandou tirar a garrafa do vinho de cima da mesa e mandou deitar o vinho nos copos, e só o servindo às mesmas refeições da Casa-Mãe de Benfica.<sup>180</sup>

Gerir as relações entre as religiosas não seria, de facto, tarefa fácil, pelo que se deduz da atitude da Superiora do Colégio de Regeneração para com uma Irmã que, diz, tem levado com jeito, porque “ela tem o seu feitio e só se preocupa com a roupa feita no salão e quanto ao mais não se cansa muito”. Queixa-se dela por atitudes que tem tomado, sem a informar, por não querer fazer aquilo que faz falta às recolhidas e não agir com as pequenas como deve. Ora isto, afirma, causa desordem entre as recolhidas. Perante este mal-estar, diz que tem recomendado à referida Irmã, e a todas as outras, que é necessário mostrar firmeza com as pequenas e não as temer, que digam o que for preciso com bons modos, mas que repreendam e mostrem que vêem as coisas que fazem e não fecham os olhos. Diz que isto lhes custará um pouco mas espera que o observem. A carta reflecte, ainda, os conflitos existentes entre as Irmãs e as recolhidas, ao ser exigida a presença da Superiora para dominar uma insubordinação no salão de bordados e serenar o ambiente, por falta de uma posição firme da Irmã responsável que não queria problemas com as pequenas. Segundo diz a Superiora, o P.º Airosa concorda com ela e entende que as Irmãs precisam de ser “sacudidas”. Em nota final, há uma referência ao confessor “que é muito bom, é de conselho e muito inteligente (...) eu estou muito contente com ele”. O confessor, como se constata, não se limitava ao desempenho do seu múnus sacramental mas tinha um papel importante como conselheiro e conciliador. Daí o realce dado à inteligência. Noutra carta, volta a falar do confessor acerca de um problema de relacionamento com o P.º Airosa e que seguiu o seu conselho.

A comunicação constante e assídua desta Superiora com a Madre Geral denota falta de segurança (é dito, por exemplo, “tenho medo de fazer alguma tolice ou de fazer alguma coisa que a desgoste”) ou, então, a necessidade de a manter informada de tudo o que ali se passa: “o ‘sermão’ às pequenas foi bom, têm-se portado muito bem; a Irmã (...) é muito frenética na cozinha e todo o tempo lhe parece pouco, e acho-a bastante abatida”. Não faltam, também, as

---

<sup>180</sup> Braga, 23.10.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 779.

referências ao P.<sup>e</sup> Airosa e uma nova atitude que parece ter perante as mudanças operadas: “O P.<sup>e</sup> Airosa está bem e está convencido de que o mimo às pequenas faz mal, já vai procedendo de outro modo, o que é muito bom”. Informa que o ambiente está a mudar e que já não se ouve o “Vou dizer ao Sr. Padre Director”. Diz que é raro ouvir esta expressão e se o fazem pensa que já não são muito atendidas.<sup>181</sup>

A vida interna das religiosas e o relacionamento com as recolhidas está sempre presente nas suas cartas. Ciente de que “entre as pequenas precisamos ser muito exemplares pois reparam muito nos defeitos alheios”, Irmã Maria José informa que as jovens estão muito melhores, parecem outras e que o ambiente melhorou. Quando assumira as novas funções ficou em cuidados mas não pensava que tudo corresse como tem corrido. “É uma casa de tanta gente – e que gente! – que, às vezes, a deixa apoquentada e desanimada”. Queixa-se “da Irmã (...) que está na portaria e que não é capaz de fazer outra coisa, é muito faladora mas não tem grande esperteza”.<sup>182</sup> Na carta seguinte, referindo-se à mesma Irmã, volta a dizer que é faladora mas tem boa consciência e dá-se bem com esta gente, “entretanto vamos vendo como se porta com a *língua*, boas qualidades tem ela” mas ninguém é perfeito, diz.<sup>183</sup>

A análise feita às Irmãs está presente noutra comunicação, onde a Superiora fala concretamente de uma que não terá gostado da sua vinda para esta Casa e “sempre que se falava nas recolhidas aproveitava para dizer que elas levantavam muitas trapalhadas”. Diz que tem levado as irmãs com jeito, mas confessa que às vezes lhes fala com *secura*, devido ao seu próprio génio, e não ao pensar no lugar que ocupa. Sabe que “as coisas secas custam mais de uma Superiora que de uma irmã”, mas que parece não se haver excedido. Todavia, diz que essa Irmã contrariou as suas ordens, donde se infere que houve forte discussão. Teve de invocar a sua posição hierárquica para controlar a situação: “Não faz ideia, fiz por acalmá-la e chamá-la à razão e lembrar-lhe que falava com a sua Superiora (...) Talvez por aqui fique mas ela tem um feitio muito esquisito, parece que está de pé atrás, não a acho franca, tem a sua maneira de ver e não cede facilmente”.<sup>184</sup>

Pelo que se lê nestas cartas, foi um ano complicado com o mau relacionamento entre Irmãs e a Superiora que, com ou sem razão, também envolve o P.<sup>e</sup> Director. Assim acontece quando refere que “ele não acha bem a Irmã (...) na porta, por ser nova e por causa do defeito

---

<sup>181</sup> Braga, 28.10.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 774.

<sup>182</sup> Braga, 14.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 756.

<sup>183</sup> Braga, 17.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 725.

<sup>184</sup> Braga, 05.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 769.

de falar muito, e como é forte é pena estar sem serviços pesados, preferindo [outra] Irmã”. Mas, adianta a Superiora, não acha que a indicada pelo Director seja de boa consciência e não lhe inspira confiança, até porque não se dá bem com as pequenas. Se, no entanto, não ficar na porta não tem outro qualquer préstimo, remata.<sup>185</sup> O problema da Irmã da portaria volta a ser ventilado, em carta seguinte, porque, entretanto, deparou-se outra situação: o irmão leigo do Espírito Santo, ao vir buscar a roupa, entrava em conversa com ela, coisa que nada lhe agradava.<sup>186</sup>

O problema da Irmã responsável pelo salão de bordados não está sanado e novas peripécias com as recolhidas agravam ainda mais a situação, radicalizando as posições dessa Irmã junto da Superiora e das recolhidas. Parece que, mais uma vez, o conselho avisado do confessor, “que é muito prudente e inteligente”, ajudou a criar um clima de paz. Reconhecendo que as reformas nem sempre agradam e confessando que não tem muita experiência e que não sabe o que mais convém, diz que era muito bom que a Madre Maria Inês ou outra Superiora viesse até Braga, pelo Natal, para ver como as coisas estão e como a comunidade se porta, porque ainda há “muitas miudezas onde é preciso entrar, mesmo a respeito da mudança ou troca das irmãs leigas”.<sup>187</sup>

Não sabemos se a pedagogia da Superiora para lidar com as suas irmãs de religião era a mais adequada. Parece-nos, contudo, que conhecia bem a comunidade das recolhidas e as atitudes que deveriam ser tidas em conta para as ajudar no caminho da sua transformação. A propósito de uma Irmã que viria para coordenar a oficina de tecelagem, diz que o P.<sup>e</sup> Airosa a achava branda de mais para lidar com esta gente, mas tem tino, que é o que mais é preciso nesta Casa. A respeito de mudanças, diz ainda que sairão duas irmãs, porque uma delas “peguiha muito com as pequenas e tem as suas coisas” e a outra “não tem bastante tino e não serve para as pequenas” e, pensa, que nem para a cozinha serve, achando que seria boa para Aveiro. Uma vez mais, termina esta carta com a afirmação de que “aqui não precisamos tanto pessoas de trabalho, como de tino”, esclarecendo que “A muita viveza, a aspereza aqui não dá bom resultado, as pequenas não vão com a muita peguilhisse”.<sup>188</sup>

No fim do ano de 1889, parece que a Superiora já tinha apaziguado mais os ânimos dentro da comunidade das religiosas e entre elas e as recolhidas. Isto apesar de a Irmã “não se

---

<sup>185</sup> Braga, 21.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 753.

<sup>186</sup> Braga, 24.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 750.

<sup>187</sup> Braga, 27.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 746.

<sup>188</sup> Braga, 19.12.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 733.



entender com a Custódia, nos teares, e que estão sempre a haver quezílias entre elas”. As obras de reconstrução iam ficando acabadas e ajudaram, certamente, a criar melhor ambiente. As Irmãs passariam a ficar melhor instaladas, acreditando a Superiora que “depois tudo poderá estar em ordem”. Todavia, há ainda problemas de pormenor do relacionamento entre Irmãs, que se lhe afiguram insignificantes e que se prendiam com o modo das irmãs leigas entravam no coro e no refeitório. Irmã Maria José diz que as recolhidas estão sempre a ser mais “aperriadas” e, agora, no salão novo, não têm por onde fugir, “não é como o outro que tinha mil portas”. As engomadeiras estão noutra oficina, separadas, o que é óptimo. Mas, lamenta, “ainda há algumas cabecinhas que dão que fazer”.<sup>189</sup>

Mas os problemas maiores parecem ser os existentes entre a Superiora e a Direcção. O P.<sup>e</sup> Airosa tem de mediar, com muita diplomacia e prudência, essa situação, para não ferir a susceptibilidade de nenhuma das partes. Em carta de 30.10.1889 diz a Superiora à Madre Geral: “Estou um pouco *azuada* com o Sr. P. A. [P.<sup>e</sup> Airosa]; não sei se terei razão”. E conta-lhe o sucedido:

Disse-me ontem que a Direcção se reunia às 11 horas. Eu perguntei: O que há a fazer? Aparecemos? Pareceu-me um pouco atrapalhado e disse pouco mais ou menos:

- Não se reúnem todas, veem para verem as contas, depois elas gostam de ver a casa e tal, etc..

- Eu gosto de as conhecer.

- É uma boa gente, a Pindela até vai com o criado às compras! É muito humilde, etc.. Depois vê-as; costumamos ir todos ao salão.

- Eu gosto de as conhecer, ainda não vi a Pindela.

- Sim, eu mesmo lhe apresento a S.<sup>na</sup> Superiora, etc..

Bom, elas entraram, combinaram ou fizeram o que tinham que fazer, mas ninguém nos chamou, lembrei-me de passar pela porta, para dar ocasião a que me chamassem, mas também achei que o direito era não me meter, mesmo porque também queria que a Irmã São Paulo aparecesse, assim esperei; deu meio dia, fomos jantar, no meio, sentimos a gralhida das Senhoras que foram ao refeitório das pequenas, às obras, etc. Não quis aparecer, por me parecer que nos deviam chamar, saí antes das irmãs para o que desse e viesse, mas não me viram.

À saída o Sr. P. A. perguntou à Irmã Piedade se eu estava no refeitório. Disse-lhe que assim lhe parecia, mas que me ia chamar. Respondeu que não, que a Sr.<sup>a</sup> Pindela me queria conhecer mas viria um dia de propósito. Ela ao despedir-se deixou muitos recados, que agora não podia demorar mas que cá viria um dia para me conhecer, etc. Quero desculpá-lo mas ao mesmo tempo parece-me que nos devia ter chamado no princípio, e depois ficassem sós, se quisessem. Não me disse uma palavra a este respeito, e eu também não tive coragem para me mostrar sentida, contudo quero ver se lhe pergunto se assinaram o papel e daqui principio a conversa; depois continuarei.

---

<sup>189</sup> Braga, 31.12.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 724.

A “Pindela”, de que fala a Superiora, é a Viscondessa de Pindela, Presidente da Direcção, que aqui aparece como dona e senhora da Casa, parecendo ignorar o papel da Superiora, a qual, por sua vez, pretende marcar posição e não deixa de manifestar desagrado ao Director, que tentou compreender ambas as partes, assim se desculpando:

(...) que não tinha sido por mal, que não sabia se nós gostaríamos de ser chamadas e que nos tinha procurado pela casa, etc. Mas que breve cá voltavam e então nos apresentaria; ficou aflitíssimo e pela sua maneira de se explicar vi que ele não o tinha feito de propósito e que não estava culpado, mas parece-me que mesmo assim foi bom eu ter-lhe tocado neste ponto, pois assim sempre ele terá cuidado de para outra vez ou em circunstâncias análogas de pensar em nós e terá medo de nos escandalizar, o que vejo ele não quer de nenhum modo.<sup>190</sup>

Os problemas não se ficam por aqui e continuam com D. Rita de Cássia Barbosa, a tesoureira da instituição. Um dia, esta aparece a querer ir ao salão e a perguntar se o podia fazer, adiantando que já tinha licença antiga. A resposta da Superiora fora: “Sim, pois não, à sua vontade”.<sup>191</sup> Reconhece que não devia ter respondido daquela maneira, mas acompanhou-a ao salão e esteve com ela algum tempo. E diz que o P.<sup>e</sup> Airosa lhe disse, diante dela, que esta senhora entrava sempre sem cerimónia. Conta ainda que depois apareceu D. Henriqueta a pedir licença para mostrar a casa a uma pessoa que a acompanhava, e disse que sim, mas acompanhou-as em todo o percurso e não as deixou senão na portaria.

Na mesma carta (8 folhas), relata um outro episódio com D. Rita de Cássia que, desta vez, entrou para fazer uma encomenda, perturbando o seu trabalho e de outra Irmã, que, em salas anexas, estavam a ensinar a ler a algumas recolhidas. A Superiora achou que deveria aparecer, para que D. Rita percebesse que havia ordem na casa: “para tomar conta da encomenda, tomei o meu lugar, de mim é que deviam partir as ordens”. Depois queixou-se ao P.<sup>e</sup> Airosa:

Esteve aqui a D. Rita Barbosa, entrou pela casa dentro, sem eu ser sabedora, foi ter ao salão quando as pequenas davam a lição, isto não tem jeito! [*sic*] Não deve ninguém entrar sem eu ao menos o saber. (...) Ainda continuei falando que no princípio é que se deviam pôr as coisas em ordem.

Entende, portanto, que não se não deve entrar na casa sem licença da Superiora e que isso deve constar do Contrato, que também não prevê a sua intervenção na admissão das recolhidas, pertencendo esse múnus à Direcção. Queixa-se de o P.<sup>e</sup> Airosa a não consultar abertamente, como o faz noutras matérias, parecendo que tem medo do seu parecer.

---

<sup>190</sup> Braga, 30.10.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 771.

<sup>191</sup> Braga, 03.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 8v9 770.

Dias depois, confidencia à Madre Geral que estava com medo da reacção de D. Rita de Cássia, porque o P.<sup>e</sup> Airosa ficou de falar com ela por causa das entradas no Colégio mas que “todas as Direcções de Braga entram pelas casas dentro e refeitório sem pedir licença”. Reafirma que o problema não era entrar; queria ser avisada e acompanhar as visitas, até porque o contrato dizia que a direcção interna pertence à Superiora. Acredita, contudo, na boa-fé do Director: “Já o justifiquei da falta de nos não chamar à Direcção pois vejo, na verdade, que deseja fazer-nos a vontade e não nos desconsiderar. Como traz a cabeça cheia de coisas, é fácil às vezes não fazer o que deve, ele mesmo o diz”.<sup>192</sup>

Um outro problema prende-se com a participação da Superiora nas reuniões de Direcção. A Madre Geral entende que ela deve participar nas reuniões, mas a Superiora parece, nesse aspecto, mais prudente, ao propor que participe na primeira parte da reunião, naturalmente para informar do andamento da casa e receber orientações, deixando depois a Direcção, para ali serem tratados outros assuntos que só a ela digam respeito. Pelas apreciações que faz – como, por exemplo, “creio que a Pindela era criada de servir, pode tratar-nos com pouca delicadeza, e as outras fazerem o mesmo, falarem entre si, sem quererem saber a minha opinião” – parece que tem receio de ser mal recebida e de não ser bem aceite a sua opinião.

No meio destes dois fogos cruzados estava sempre, como se lê nas cartas, a prudência e sensatez do P.<sup>e</sup> Airosa, que sabia ouvir os vários actores em palco e pedia conselho a quem, no dia-a-dia, acompanhava as jovens em formação: “teme sempre de decidir alguma coisa sem eu ser ouvida; vejo que lhe fez impressão o caso da Direcção”, escreve a Superiora.<sup>193</sup> E o diálogo chegou, finalmente. No início da última reunião, conta à Madre Geral, que sucedera o seguinte:

(...) foram as Irmãs recebidas e cumprimentadas, mostraram-se muito amáveis e atenciosas. No fim foram ao refeitório das pequenas encontramo-nos aí com elas, fomos às obras e elas sempre muito contentes. Na reunião disse-lhes o Sr. P.<sup>e</sup> Director que daqui em diante elas não entrariam pela casa dentro sem pedirem licença, disse isto, já se vê, com boas palavras para não se melindrarem, todas concordaram e acharam razoável.<sup>194</sup>

Em finais desse ano de 1889, o P.<sup>e</sup> Airosa informa a Madre Geral que a Direcção está contentíssima com as Irmãs que vieram e tudo vai bem, excepto na tecelagem. Ali, os teares estão quase entregues à Custódia, a quem as companheiras não reconhecem autoridade, e que

---

<sup>192</sup> Braga, 05.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 769.

<sup>193</sup> Braga, 14.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 756.

<sup>194</sup> Braga, 05.12.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 744.

tem exorbitado, do que resultam altercações e queixas, muito se carecendo ali de uma irmã competente.<sup>195</sup>

O P.<sup>e</sup> Airosa não vivia no Colégio, mas era lá que passava o tempo. Era uma presença sempre atenta à vida interna da instituição e às obras que dirigia - para além dos contactos que realizava com o exterior para que ao Colégio não faltasse o trabalho e os apoios necessários à sua subsistência. Uma atenção especial recaía sobre a formação das recolhidas e das educadoras que as deviam orientar. Não mandava nas religiosas, mas não se coibia de dizer à Madre Geral o que deveria ser alterado ou de apresentar propostas para que a Superiora e as Irmãs formassem um corpo coeso e modelar em termos educativos. Não temia, por isso, dizer que determinada Irmã teria de ser substituída “por não a achar à altura de superiora desta casa”, porque a experiência do tempo decorrido demonstrava que a substituição seria não só boa para o Colégio como, também, precisa e conveniente para as Irmãs:

A Irmã (...) não tem uma inteligência perspicaz, vê pouco. Sem dar por si é por vezes desigual, precipitada, desconcertada e inconveniente. Leva-se das impressões do momento, é demasiado zelosa da sua autoridade, não sabe conciliar a firmeza com a brandura de modos. E não é fácil de a tornar em si. (...) Já a Irmã (...) tem cabeça, que vai muito mais longe, mas compromete-a bastante a sua rispidez e falta de benevolência nos casos que a pedem.

É a análise de um homem que vê mais longe, de um psicólogo que apresenta esta proposta cheia de sabedoria: “E pedindo a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> licença para expor com franqueza a minha opinião, direi que ambas podem prestar bons serviços no Abrigo quando sujeitas a uma superiora que as contenha, que as advirta e guie”.<sup>196</sup>

O problema não era só interno. Uma obra destas estava sob o olhar cruzado de muita gente e, adiantava P.<sup>e</sup> Airosa,

(...) os tempos não correm favoráveis para as obras de Deus; e dos desacertos, numa instituição tão melindrosa, pode advir o seu descrédito, responsabilidades e desgostos sérios para as Irmãs, para a Direcção e Director, que por certo não será o mais preocupado. Preciso é portanto preveni-los e atalhar-lhe a tempo.

Depois destes desabafos – “Mas para quem me voltar? Senão para Aquela que logo no nascer tomou em suas mãos caridosas aquele pequenino grão de mostarda e o elevou a árvore frondosa e de tantos frutos?”, fala do Abrigo, dizendo que a casa, oficinas, ordem e perfeição de trabalhos tem agradado e surpreendido a todos. A parte financeira é que não é muito para

---

<sup>195</sup> Braga, 02.12.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 737.

<sup>196</sup> Braga, 19.08.1891. ANTT – AC Cx. 53, III, 59.

consolar. A falta de trabalho e de esmolas, a subida do preço dos géneros alimentícios, a crise geral, tudo ali se tem reflectido. Certos trabalhos especializados dependiam do conhecimento de pessoas que, em alguns casos, levavam anos a preparar, pelo que era muito difícil substituí-las de um momento para o outro. É esse o teor de uma carta do P.<sup>e</sup> Airosa para Teresa de Saldanha, na qual se manifesta muito surpreendido e revela alguma indignação com a decisão da retirada de uma Irmã que se especializara na área da tecelagem e que não tinha quem a substituísse:

[Não imagina] o que custou a habilitá-la e instruí-la nas mil dificuldades da oficina de tecelagem, escolha do fio apropriado aos variados tecidos, liços e pentes adequados, reclamação de diversas fábricas, e até do estrangeiro, da matéria-prima dos números a propósito, e ainda pelos números das cores, peso e medida das fazendas para avaliação do preço da venda do metro, giro do negócio, transacções comerciais com negociantes e particulares, uma escrituração exacta e regular, etc. No Abrigo não fica quem a substitua. Fica quase limitado à Superiora e Santa Isabel [Irmã]. As leigas não chegam a tanto.<sup>197</sup>

No dia seguinte, muito preocupado com as desastrosas consequências da retirada da Irmã São Paulo, P.<sup>e</sup> Airosa volta a escrever uma não menos extensa carta a Teresa de Saldanha, pedindo a revogação da decisão tomada, já que o Abrigo, com as suas quatro importantes oficinas, acolhia e alimentava 106 pessoas, em circunstâncias financeiras que aconselhavam toda a prudência na administração e exigia que fosse confiada a pessoas idóneas e hábeis. A Superiora, cansada pela idade, já morosa e menos expedita, e a Irmã Santa Isabel, completamente absorvida pelo expediente do salão de labores, não bastam. Diz: “a Irmã (...) é muito boa alma para orar, e para mais nada”. E apresenta argumentos, quase em tom de desespero:

A S. Paulo é a de mais jeito, actividade e competência. E pelos motivos que ontem expus a V. Ex.<sup>a</sup>, é insubstituível no lugar que ocupa. A sua falta seria um verdadeiro desastre, e uma calamidade para o Abrigo, mormente sendo assim precipitada e repentina. É porque V.Ex.<sup>a</sup> ainda não o tem assaz ponderado e calculado.

Na direcção, administração e expediente da tecelagem ninguém ali poderá fazer coisa alguma sem um certo tempo de aprendizagem; e não estávamos prevenidos para isso. Se ao menos V.Ex.<sup>a</sup> tivesse mandado uma Irmã hábil e inteligente, a quem ela se encarregasse de instruir e habilitar para a substituir, a sua falta não seria tão desastrosa.

A Irmã São Paulo estava destinada para uma obra, em Lisboa, e o P.<sup>e</sup> Airosa não desiste com facilidade e lança este repto:

Se V. Ex.<sup>a</sup> com verdadeira vontade de acudir ao Abrigo expuser ao Senhor Patriarca, senhor de tanta bondade e caridade, o como as coisas são, estou [em crer] que ele será o

---

<sup>197</sup> Braga, 24.03.1892. ANTT – AC Cx. 83, IV, 34.

primeiro a desistir, ou pelo menos a adiar a partida da S. Paulo, até se ensaiar quem a substitua.

Uma consciência escrupulosa não pode querer um transtorno de tal ordem numa obra de Deus.

E é esta a graça que venho pedir. Pedir, não para mim, mas para uma obra de Deus – a salvação das almas – obra que pela sua alta importância reclama atenção séria e conscienciosa.<sup>198</sup>

Qual a posição da Superiora? Em carta à Madre Geral<sup>199</sup> expõe o seu ponto de vista acerca deste problema, dizendo que se, em tempos, se justificaria a mudança da Irmã São Paulo, agora esta se encontrava adaptada e, por isso, também sentia a sua partida, mas ainda mais pelo P.<sup>e</sup> Airosa que “está de cabeça perdida” e que por isso já lhe deu bastante que fazer. Agora é a Superiora que tenta mediar o mal-estar entre o P.<sup>e</sup> Airosa e Teresa de Saldanha, reconhecendo que ele tem razão, mas que também “ele leva tudo com muita aflição”. Diz que os teares precisam de uma pessoa só dedicada a esse trabalho e que seja inteligente. A Irmã “é uma santa mas não serve para lá, não entende nada de teares nem do salão, chega a muito pouco”. Diz que o P.<sup>e</sup> Airosa está ainda mais sentido pelo facto de a irmã que vem assumir esse cargo não ter vindo há mais tempo para se habilitar junto da Irmã São Paulo e pergunta/sugere se ela poderia ir embora depois da Páscoa, porque tem os ensaios e já não suporta mais trabalho porque se sente cansada. Por outro lado, solta este desabafo: “não sei como hei-de aturar o Padre”.

Afinal, a Irmã que veio coordenar a tecelagem é, no entender da Superiora, “uma boa irmã e pode ser muito útil à Comunidade. Ela tem um talento raro para desenho”.<sup>200</sup> O trabalho com as recolhidas continua difícil e refere o caso de uma menina de 13 anos que entrou ultimamente “com tão má índole e falta de educação que a mãe quase a mata; portou-se mal, maltratou uma companheira e acabou por fugir, ao cair da noite, deitando-se de uma janela abaixo para o quintal”.<sup>201</sup>

A correspondência entre o P.<sup>e</sup> Airosa e Teresa de Saldanha continua, embora muita dela se tenha extraviado. Nela se encontram trocas de informação e reflexões sobre os acontecimentos, como é o caso da carta de Teresa de Saldanha, de pouco depois de regicídio, onde tem um desabafo acerca do mal-estar político do país e dos dias negros que se avizinhavam para as Ordens Religiosas: “Está tudo muito mau e o futuro muito incerto. Deus

---

<sup>198</sup> Braga, 25.03.1892. ANTT – AC Cx. 83, IV, 36.

<sup>199</sup> Braga, 24.03.1892. ANTT – AC Cx. 83, IV, 40.

<sup>200</sup> Braga, 28.11.1892. ANTT – AC Cx. 53, III, 54.

<sup>201</sup> Braga, 20.10.1892. ANTT – AC Cx. 14, 245.

sabe o que será das Congregações religiosas. Estive hontem com o Snr. Nuncio que aqui veio e está inquieto como nós. O que será d'aqui a pouco, quando se abrirem as Cortes. A oração nos valha”.<sup>202</sup>

O conjunto de cartas de Teresa de Saldanha, posteriores a 5 de Outubro de 1910, revela a apreensão pela sorte das Irmãs dispersas e o contentamento pela situação do Colégio de Braga, que passou incólume ao vendaval da fúria republicana. A correspondência<sup>203</sup> assídua com a Madre Estanislau,<sup>204</sup> por quem nutria uma particular estima, é a prova disso. Referindo-se ao falecimento da Madre Catarina de Ricci,<sup>205</sup> uma das obreiras da primeira hora, que desenvolvera notável trabalho, quer como simples Irmã, quer como Superiora, recorda, com nostalgia, os tempos passados das primeiras Irmãs que foram para Braga – “parece-me que em 1870”, escreve. Mas aqui a memória já a atraiçoa, porque elas vieram em 14 de Abril de 1877 e não em 1870.

As cartas de Teresa de Saldanha são, também, fonte de informação para se avaliar o grau de conhecimento e apreço em que o Colégio de Regeneração é tido em Lisboa: “Diga ao Mons. Airosa que há aqui em Lisboa muito entusiasmo pela Casa da Regeneração. A Condessa de Alcáçovas, D. Maria Teresa, minha sobrinha, faz parte de uma comissão de senhoras para obras de caridade e tem ouvido falar do Abrigo com muito louvor”.<sup>206</sup>

## **2.5.6. Acção educativa**

### **2.5.6.1. Perspectiva interna**

Como tenho vindo a analisar, encarregavam-se as Irmãs Dominicanas das oficinas, de lugares-chave, do ensino primário, da portaria e de todas as outras actividades educativas que,

---

<sup>202</sup> S. Domingos de Benfica, 14.04.1908. ABIMA Doc. 430.

<sup>203</sup> Lisboa, 28.12.1910 (Saldanha, 2006: 27-28).

<sup>204</sup> A Madre Maria de Santo Estanislau nasceu em Dublin e veio para Portugal seduzida pela obra de Teresa de Saldanha. Veio para Braga em 1890 e em 1904 assumiu o cargo de Superiora, que desempenhou até 1930, com interrupções. Em Junho de 1921, foi aos Estados Unidos, como visitadora, aí ficando algum tempo como Mestra de Noviças. Em 1923, retomou o cargo de superiora e cumpriu-o até Janeiro de 1930. A Madre Teresa de Saldanha a ela recorria frequentemente para resolução de alguns problemas da Congregação, tendo em conta a sua sabedoria, discernimento e bom senso. Faleceu em Braga a 12 de Janeiro de 1940 (Nicolau, 2002: 480-482).

<sup>205</sup> Lisboa, 17.05.1911 (Saldanha, 2006: 52-54). A Madre Maria Catarina de Ricci Andrade, muito amiga e colabora da Madre Fundadora, fez parte do primeiro grupo de Irmãs que veio para Braga, onde foi superiora durante mais de trinta anos. Muito conhecida e estimada, a sua falta foi vivamente sentida por todos. Morreu em Braga, no dia 12 de Maio de 1911.

<sup>206</sup> Lisboa, 17.05.1914 (Saldanha, 2006: 181).

através da instrução e do trabalho, visavam a formação integral das educandas, contemplando a pessoa em todas as suas dimensões e “com afecto e disciplina reeducavam-nas de acordo com os verdadeiros valores humanos e cristãos, e ensinavam-lhes a ler, escrever, música, teatro, canto, desenho, tecelagem, bordados, costura e actividades domésticas, contribuindo para a sua libertação e reinserção social” (Faustino, 2011: 346). Isso exigiu das Irmãs uma preparação especial para poderem acompanhar e ensinar as utentes, para lhes proporcionar uma sólida formação, que lhes desse qualidade profissional. Sempre houve, pelo que atrás fica dito, uma grande preocupação em ter no Colégio de Regeneração as Irmãs com o perfil mais adequado ao tipo de trabalho a que se destinavam, tendo em conta a especificidade das jovens e mulheres que aqui se acolhiam. O P.<sup>e</sup> Director tinha sempre essa preocupação nas sugestões que apresentava à Madre Geral para a nomeação da Superiora da Casa e, dentro do possível, sempre era atendido nessas recomendações e pretensões. Considerava que essa era uma questão fulcral, uma questão de vida ou de morte para a instituição que estava permanentemente sob fogo cruzado.

As utentes eram revezadas nas suas ocupações – diária, semanal ou mensalmente – a fim de se instruírem e habilitarem em tudo o que fosse possível, para que, ao saírem do Colégio, pudessem facilmente ganhar o pão de cada dia. Esta variedade de ocupações promovia, em primeiro lugar, a autoformação e, por outro lado, afastava do perigo de uma vida monótona, sempre igual. Ao mesmo tempo, ajudava a manter uma maior distração e alegria, robustecia as educandas e gerava nelas várias aptidões. Assim, era comum haver muitas utentes que desenhavam, tocavam e cantavam, com conhecimento de música, ao mesmo tempo que lavavam e engomavam roupa, teciam e costuravam e realizavam também os trabalhos mais grosseiros da lavoura e do serviço e arranjo da casa (Torres, 1904: 71-72).

Uma nota importante a sublinhar no trabalho das Irmãs foi a sua aposta na alegria. As almas querem-se alegres. Madre Teresa de Saldanha dizia: “eu detesto enfronhar-me em tristezas”. Tinha razão, a virtude é alegria. Uma alegria que vem da certeza assumida de que a maior felicidade é o cumprimento do dever, mas também da necessidade de criar espaços onde a alegria e a brincadeira tivessem lugar e permitissem o convívio saudável entre todas, valorizando o lazer e a festa como meios de descontrair e educar. Nesta linha de aposta na alegria e na harmonia, a música, o canto e o teatro foram muito valorizados como meio pedagógico e disciplinar. A música habilitava as educandas para o canto nos exercícios religiosos e festividades da Igreja e, porque fala simultaneamente à imaginação e aos sentidos, oferecia-lhes uma distração útil e moralizadora. O equilíbrio entre a oração e o estudo, entre



o trabalho e a recreação foi outra das opções constantes da acção das Irmãs, com vista a uma formação integral da personalidade das educandas, o que se pode confirmar pelo regime interno do Colégio que era considerado o mais perfeito e bem ordenado possível (Faustino, 2011: 348). Da sua acção falam certamente os muitos testemunhos vivenciados pelas educandas e pelas pessoas que com elas conviveram. O reconhecimento interno pelo trabalho desenvolvido pelas Irmãs está bem patente em muitas publicações do Colégio de Regeneração, como este que consta de relatório de 1880:

Não cabendo aqui o elogio, (aliás merecido e justo) às virtuosas filhas de S. Domingos, pelo acerto e prudência, zelo e caridade com que têm desempenhado o difícil e espinhoso cargo que lhes foi confiado, limitar-nos-emos a dizer uma verdade geralmente reconhecida, a qual é: que o Colégio tem melhorado e prosperado de um modo notável, desde que para ali foram as Irmãs, cujo espírito edifica as Recolhidas.

Este espírito de entrega manifestava-se não só pela forma como desempenhavam o seu trabalho, mas também na disponibilidade em partilhar os seus magros recursos. Assim, na *Memória Histórica* de 1905, diz-se que o Colégio dava às catorze religiosas que então formavam a Comunidade, a quantia de 9\$000 (nove mil réis) para as suas despesas particulares, o que dava uma quantia diária, para cada uma, de 21 réis. Pois, destas pequenas economias, as Irmãs ainda puderam retirar umas centenas de mil réis para oferecer ao Colégio um belo fogão de cozinha, um pavilhão para o sacrário e outros objectos de culto.

#### **2.5.6.2. A acção das Irmãs vista do exterior**

Não faltam, também, os testemunhos externos e se uns podem ser considerados óbvios, outros há que são verdadeiramente insuspeitos, porque provenientes da imprensa considerada até adversa. Em 1888, a madre Fundadora solicitou ao Papa Leão XIII a aprovação do seu Instituto e das Constituições, anexando as cartas comendatícias dos bispos das dioceses onde as Irmãs se encontravam. O Arcebispo Primaz de Braga, D. António de Freitas Honorato, emitiu a seguinte nota (apud Nicolau, 2002):

Sob a denominação de Colégio da Regeneração, acha-se há poucos anos instalado nesta cidade de Braga, um caritativo Instituto, benemérito da Igreja e da Sociedade (...) A Direcção interna de tão útil e piedoso Instituto, mormente na parte espiritual está confiado às Irmãs Terceiras Dominicanas Portuguesas (...) delegadas para este serviço por sua ilustre Superiora e Fundadora. Dignas são dos maiores louvores pela sua boa vontade, e perseverantes esforços que empregam em obra tão meritória e tanto do agrado de Deus Nosso Senhor. Pela minha parte, faço ardentes votos pela continuação de tão benemérita Direcção, e muitíssimo me interesse pelo progresso daquela nascente Congregação, com a qual tem muito a lucrar a Igreja em Portugal. (pp. 264-265)

O jornal *O Progresso Católico* (30/06/1887), a propósito da Exposição industrial no Palacio de Crystal, transcreve um texto de *O Primeiro de Janeiro*, onde se exalta o trabalho desenvolvido pelo Colégio de Regeneração e os trabalhos expostos. Transcreve ainda o relato da história de uma rapariga que andava mendigando em Viana do Castelo, cheia de fome e coberta de miséria e que, depois de dar entrada no Colégio de Regeneração, sabia tocar órgão e piano, e se veio a descobrir ser filha de pais abastados, já falecidos. Perante esta história, perguntara o cronista de *O Primeiro de Janeiro*: “não será digna das bênçãos do ceo e da protecção dos homens uma instituição que tão valiosos e benéficos serviços presta á humanidade?”. Em nota da redacção de *O Progresso Católico*, a propósito desse texto, lê-se: “Formoso! Esplendidamente bello! Um quadro assim, tão natural e pintado com tão verdadeiras cores, e exposto no bazar do *Primeiro de Janeiro*, onde por vezes se tem insultado, calumniado as Irmãs da caridade, tem um valor muito grande, e que hade sempre valer”.

D. Manuel Correia de Bastos Pina,<sup>207</sup> bispo de Coimbra, na sua alocução de 17 de Maio de 1891, faz uma especial referência às Irmãs Dominicanas, a trabalhar em Braga:

Se é para admirar que um pobre padre, auxiliado só pela caridade pública, pôde fundar e manter este Estabelecimento, que é já hoje um prodígio e uma glória para aquela terra, não é menos para notar a compostura, a decência e a gravidade com que se apresentam aquelas mulheres, depois de estarem algum tempo no Colégio, e os trabalhos e obras de valor artístico que nele executam, graças ao seu benemérito director e às Irmãs Dominicanas.

A propósito da morte de uma Irmã, escreve o P.<sup>e</sup> Airosa à Madre Geral o seguinte: “era muito conhecida e tractava com muitos por causa dos trabalhos do salão. (...) À sahida da Igreja para o cemitério as recolhidas e gente de fora ficaram em gritos e houve accidentes. (...) Muita gente acorreu ao Colégio, incluindo o Arcebispo Primaz de Braga”.<sup>208</sup> Mas é na imprensa que, ao longo do tempo, colhemos inúmeros e indesmentíveis testemunhos sobre a acção das Dominicanas nesta Casa de Regeneração, como aconteceu no falecimento da Madre Maria Catarina Ricci, uma das figuras paradigmáticas da presença das Irmãs no Colégio de Regeneração e que todos consideravam como mãe, sendo, ao mesmo tempo, uma figura respeitável em Braga, como se pode ler nos *Ecos do Minho* (14.05.1911 e 18.05.1911).

---

<sup>207</sup> D. Manuel Correia de Bastos Pina, bispo-conde de Coimbra, com formação adquirida sem currículo seminarístico, era jurista e neotomista. Foi, no seu tempo, a voz mais expressiva do episcopado português dentro e fora do Parlamento (Clemente, 2002: 89).

<sup>208</sup> Braga, 03.04.1903. ABIMA Doc. 306 – 39-121.

Entretanto, o jornal *O Século*, na edição da sua revista semanal “Ilustração Portuguesa”, de 6 de Fevereiro de 1905, havia publicado um extenso texto de duas páginas, com nove fotografias, todo ele dedicado ao Colégio de Regeneração. Com o maior realismo possível, descrevia o tipo de pessoas que ali eram acolhidas e a transformação que nelas era operada através de um persistente e bem estruturado programa educativo, que em nada se parecia com o sistema correcional, e que o cronista ficara a conhecer depois de uma visita demorada:

Na organização modelar [do Colégio], nos seus intuitos, no seu sistema de bondoso acolher há muito a aprender para ser aplicado a outros “asilos” semelhantes. Dos lábios das mulheres que só uma grande vocação leva para as Congregações saem os conselhos bondosos que elas [as internadas] escutam, as palavras de resignação que lhes enxugam as lágrimas.

Quando se entra numa das oficinas tem-se a visão duma sociedade a ressurgir e a impor-se pelo esforço a trabalhar para se reabilitar, desses corações que a outros se abrem seguindo um grandíssimo exemplo de bondade.

Não se esgota nestas breves notas o reconhecimento do trabalho meritório das Dominicanas ao serviço desta instituição, embora a sua acção tenha sido exercida muito para além do ensino, numa atitude recatada de contactos permanentes, através da palavra amiga de conforto e de encorajamento que, por razões compreensíveis de intimidade, não transparece para o exterior. Mas nem mesmo assim a sua acção deixou de ser notada, através do ambiente que aí se respirava, como se lê em *O Céu na Terra*, quando se afirma que a paz que aí se vive se deve à “ direcção inteligente e inefavelmente caridosa das religiosas que dedicam toda a sua vida a esta sublime obra de Regeneração” (p. 5).

## **2.6. Benfeitores**

A palavra “benfeitor” faz parte do vocabulário básico da obra de Mons. Airosa e está presente em todo o seu percurso, desde o primeiro momento da fundação da Instituição. A obra recebe para dar. Receber e dar são aqui valores inseparáveis. Esta instituição é incompreensível sem essa conexão profunda. De facto, trata-se de uma obra alicerçada e construída sobre o grande paradigma da dádiva que se expressa em termos como estes: doação, donativo, benfeitor, legado, subsídio, amizade, amor, educação, felicidade, voluntariado...

E os maiores benfeitores da Instituição foram, indubitavelmente, os dois primeiros directores: o P.<sup>o</sup> João Airosa, Fundador da Casa d’Abrigo/Colégio de Regeneração, que lhe doou toda a sua vida e a quase totalidade dos seus bens materiais; o P.<sup>o</sup> Peixoto Braga que lhe doou parte da vida e a totalidade dos seus imensos haveres, de que, ainda hoje, a Instituição dispõe para as despesas correntes e para fazer face a despesas de investimento na conservação do edifício principal. Logo a seguir a estes beneméritos poderíamos referir a Madre Teresa de Saldanha, pelo que fez em prol da instituição e pelos caminhos que terá aberto, em Lisboa, junto do poder real e da aristocracia. Depois de ter enviado as primeiras religiosas, indispensáveis em uma obra destas, foi declarada benfeitora, em 15 Janeiro de 1879. Foi, certamente, devido à sua influência que as rainhas D. Maria e D. Amélia visitaram o Colégio – até porque a cunhada de Teresa de Saldanha era dama de D. Maria, e porque D. Amélia nutria por Teresa uma grande simpatia e admiração, patenteadas em diferentes ocasiões e de que se encontram vários testemunhos nas suas cartas (Castro, 2007: 134).

Quem são os benfeitores? Os Estatutos, nos seus números 4 e 5 estabelecem os critérios: ser fundadora; oferecer um donativo não inferior a 15\$000 réis, de uma só vez; contribuir com uma verba de 2\$500 réis anuais ou 200 réis mensais, tendo pago pelo menos oito meses consecutivos; prestar serviços relevantes ao Colégio. Em qualquer dos casos, a proposta teria de ser levada à assembleia geral, requerendo a aprovação de dois terços dos votos dos presentes.

É impossível enumerar o rol dos benfeitores, de que há abundantes registos que se contam na ordem dos milhares. São inúmeras as fotografias existentes na Instituição, devidamente emolduradas, mas não identificadas, esperando que um dia venham a ser expostas em local condigno. De entre os benfeitores locais, mencionarei uma figura de referência na área da beneficência do século XIX, que, não sendo o maior benfeitor, bem poderá simbolizar todos os demais pela grande amizade que o unia ao P.<sup>o</sup> Airosa, como o romance *Reflorir* de algum modo pretende retratar. Refiro-me a José Francisco Correia, Conde de Agrolongo, grande filantropo e industrial de sucesso, no Brasil, que utilizou a sua fortuna pessoal na construção de várias escolas e asilos para a velhice, no Estado do Rio de Janeiro e em Portugal, entre os quais se conta o Asilo de Mendicidade, actualmente conhecido como Lar Conde de Agrolongo. Nas Actas do Colégio, encontram-se duas referências a este benfeitor. A primeira é de 9 de Março de 1907 e dá conta de uma circunstância muito especial e particularmente significativa – o Sr. Conde de Agrolongo passou a ceia de Natal de 1906 com as internas e “mostrou vontade de que fossem admittidas 10 raparigas de paga, ficando

essas mensalidades a seu cargo”. A segunda nota é aquela onde se dá conhecimento da morte do benemérito bracarense, ocorrida em Lisboa em 15 de Abril de 1929, que é complementada com a informação do P.<sup>o</sup> Airosa, na reunião de 29 de Agosto de 1930, de que o Conde de Agrolongo havia legado ao Colégio a quantia de mil escudos. Esta quantia seria entregue em títulos do Crédito Predial Português, Banco de Lisboa e Açores, e de outros à escolha da Direcção do Colégio.

A título de exemplo, apresentam-se alguns extractos referentes à entrega de donativos que, muitas vezes, são mais significativos pela mensagem que transmitem do que propriamente pelo valor que doam. É o caso da entrega de um donativo por um senhor de Amares, em cumprimento do desejo expresso por seu pai, Bento José de Matos Abreu, que “muitas vezes lhe falava n’esse estabelecimento que elle visitava sempre quando passava por Braga” (*A Correspondência do Norte*, 23.08.1893; *O Regenerador*, 24.08.1893). De outros donativos e heranças nos dão conta as Actas da Direcção e a imprensa.

Muitos dos donativos são pontuais, como aconteceu com a montagem e equipamento da oficina externa de tecelagem, do benemérito Conselheiro Leonardo Caetano d’Araujo. Residente no Rio de Janeiro, este enviara “a quantia de réis 1:000\$000 (moeda forte), destinada para beneficiar a Officina-escola de tecellagem e para vestuario ás suas pobres alunas. (...) e por vezes tem contemplado com valiosos donativos” (*A Palavra*, 14.06.1896; *O Primeiro de Janeiro*, 14.06.1896; *O Jornal de Notícias*, 14.06.1896). A oficina de sapataria teve apoios importantes de beneméritos de fora de Braga, como o senhor José Bento Pereira, “importante capitalista da cidade do Porto”, que, em 1901, ofereceu 180\$080 réis (*A Palavra*, 28.11.1901) e, mais tarde, “endereçou ao digno director do Colegio de Regeneração (...) uma guia do caminho-de-ferro relativa á expedição d’um rolo de sola e um pacote de cabedaes (...). O valor da offerenda é de 86\$265 reis” (*A Palavra*, 17.01.1903; 18.12.1909). Esta oficina de sapataria despertou ainda particular interesse a um casal ilustre de Braga que reagiu desta maneira (in *A Palavra*, 04.01.1902):

Os srs. Condes de Bretiandos, visitando em novembro findo o CR d’esta cidade e percorrendo as diversas officinas, mereceu-lhes especial attenção a da sapataria, recentemente ali instalada, admirando a perfeição dos seus trabalhos. A sr.<sup>a</sup> Condessa, que é presidente honoraria e desvelada protectora d’este collegio, ao qual tem, por vezes, contemplado com importantes donativos, notando a falta de uma machina apropriada áquella industria, acaba de offerecer ao referido collegio uma das mais aperfeiçoadas no valor de 42\$000 reis.

As grandes obras de reconstrução, como já foi referido, para além de algumas participações oficiais, fizeram-se sobretudo com o contributo de beneméritos individuais ou de ofertas colectivas, recolhidas no país e no Brasil. Por ser urgente o “apeamento” e reconstrução de uma parte do Colégio de Regeneração, o Conselheiro José Pinto Pereira, da cidade do Porto, ofereceu 40\$000 réis (*A Palavra*, 11.08.1904) e José Bento Pereira “50 sacas de cal” (*União Nacional*, 10.09.1904; *A Palavra*, 10.09.1904; *O Primeiro de Janeiro*, 11.09.1904; *A Palavra*, 17.11.1907).

A sociedade bracarense organizou festas de angariação de fundos para o Colégio de Regeneração, na Póvoa de Varzim, em 1885 e 1886, e em Braga, em 1915, no Grande Hotel do Parque, no Bom Jesus (*Ecos do Minho*, 15.09.1915).<sup>209</sup> Ainda no Bom Jesus, em 1925, realiza-se uma “Gyncana de automóveis em benefício do Colégio de Regeneração”, como noticia o *Diário do Minho* (04.09.1925). Mas o movimento de solidariedade estende-se a Lisboa, onde o jornal *A Época* promoveu uma campanha, em 1923, que rendeu mais de 20.000\$00, e, mais tarde, outro diário de Lisboa, *A Voz*, promoveu uma grande festa, no Teatro Circo de Braga, que rendeu 30.000\$00 (*A Voz*, 22.06.1927), como já se referiu.

Esta obra foi apoiada também pelo Estado e por outras entidades oficiais, através de subsídios pontuais e outros com carácter de permanência, incluídos no orçamento do governo, na rubrica da beneficência, como aconteceu aquando da visita de José Luciano de Castro, Ministro do Reino, em 1887. Num curioso manuscrito, de finais dos anos 20, encontra-se um registo que esclarece a razão do subsídio e a grandeza de alma do P.<sup>o</sup> Airosa que, amavelmente, declina a honraria de uma comenda em troca de um subsídio para o “seu” Colégio. Aí se diz:

(...) o grande político José Luciano de Castro na sua visita ao Colégio ofereceu ao P.<sup>o</sup> Airosa a Comenda da Cruz de Cristo. Por essa ocasião o P.<sup>o</sup> Airosa disse-lhe que estimava mais a esmola de 500 reis para o Colégio e então, em troca, concedeu-lhe o subsídio anual de 3.500\$00 escudos que o Colegio continuou a receber até ao ano de 1926 que ultimamente lhe foi suprimido.<sup>210</sup>

De realçar os subsídios atribuídos pelos governadores civis de Braga e de outros que, pontualmente, eram solicitados ao governo para obras de reparação e outros encargos.

---

<sup>209</sup> Lê-se neste n.º de *Ecos do Minho*: “O producto do luzido sarau, (...) foi da quantia de 105\$500 réis, que foi entregue a Mgr. João Pedro Ferreira Airosa, desvelado director do Colegio de Regeneração”.

<sup>210</sup> ABIMA Doc. 00246, Cx. 3.

## 2.7. Visitantes ilustres

Muitas foram as pessoas que se deslocaram ao Colégio de Regeneração, movidas pelas mais diversas razões: curiosidade de conhecer de perto a instituição, confirmar o que dela se dizia, cortesia, oferta de donativos, visitas a exposições, encomenda de trabalhos, etc. Os livros de registo de Visitantes e Benfeitores, numa contagem sumária, neste período em análise, rondam os 8.000 visitantes, oriundos das mais diversas localidades do país e de outros países de todos os continentes, tornando-se impossível a sua especificação, porque de muitos não está referenciada a origem.

### 2.7.1. Visitas reais

Em 1887, o Rei D. Luís, por ordem dos médicos, veio passar uma temporada no Bom Jesus do Monte. Fez-se acompanhar da família real – D. Maria Pia, D. Carlos e D. Amélia e outros familiares – e do Presidente do Conselho, José Luciano de Castro, do Ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, e de outros membros do governo. Chegaram no dia 4 de Outubro e regressaram no dia 28 desse mês. A comitiva real foi recebida na estação do caminho-de-ferro, onde numerosa multidão a esperava. Daí seguiu para o Bom Jesus, onde foram recebidos no templo com um solene *Te Deum*, tendo ficado hospedados no Grande Hotel.

Que conexão há entre este facto e o Colégio de Regeneração? Sabe-se, por registos do P.<sup>e</sup> Airosa e por uma carta de agradecimento, que todas as roupas brancas de Suas Majestades e familiares foram lavadas e engomadas pelas internas do Colégio. A carta existente no ABIMA, datada de 19 de Outubro e atrás transcrita, é assinada pela Condessa de Bertandos Bragança (D. Ana de Bragança) que, em nome da rainha, agradece a perfeição do trabalho realizado e promete uma visita, e que assim expressou o seu reconhecimento: “Estou muito satisfeita por ter visto este estabelecimento e que está o melhor possível devido ao esmero dos seus Directores. Rainha Maria Pia”.<sup>211</sup>

Em 1891, o Colégio foi novamente visitado pela rainha D. Amélia que, no impedimento de D. Carlos, se fez acompanhar pelo Príncipe Real D. Luís Filipe, Príncipe da Beira (*O Primeiro de Janeiro*, 29.11.1891). D. Amélia foi recebida pelas directoras e pelo P.<sup>e</sup> Airosa, e visitou todas as dependências da casa, acompanhada do ministro das Obras Públicas

---

<sup>211</sup> L.<sup>o</sup> de Visitantes n.<sup>o</sup> 2, fl. 1.

e de altos funcionários do Paço, deixando o seu testemunho no Livro de Visitantes: “Tive muito prazer em visitar este estabelecimento e de o ver tão bem dirigido. Faço os mais sinceros votos para que continue a encaminhar para o bem as almas das que encontram aqui abrigo. 28-11-1891. D. Amelia Rainha”.<sup>212</sup>

Em 1901, o Príncipe D. Luís Filipe volta ao Colégio de Regeneração, acompanhado pelo Arcebispo Primaz, pelo seu secretário, Governador Civil, Mousinho de Albuquerque e pelo professor de alemão. Foi recebido pela Direcção e pelo P.<sup>e</sup> Airosa e visitou todas as secções do Colégio. Foi presenteado com um quadro do Bom Jesus, tecido em seda. Finalmente, deixou o seu testemunho, demorando-se a ler os depoimentos outrora deixados por sua mãe e sua avó (*O Primeiro de Janeiro*, 09.10.1901; *A Palavra*, 09-10-1901).

### **2.7.2. Visitas de políticos, eclesiásticos, homens de Letras e outros**

Políticos dos mais variados quadrantes da Monarquia e da República, figuras representativas da aristocracia, membros do alto clero e outros eclesiásticos, homens de Letras, e praticamente todos os governadores civis de Braga faziam da visita ao Colégio quase uma obrigatoriedade. Não faltam, também, cidadãos de outros países que, por diferentes razões, ali passaram deixando a sua marca assinalada, muitas vezes, com testemunhos eloquentes.

Nas páginas seguintes, apresenta-se tão só uma pequena amostragem, organizada por ano, que possa ser significativa dos milhares de pessoas que visitaram a Instituição e que deixaram o seu testemunho.

#### **2.7.2.1. Estadistas**

**1887** – Conselheiro José Luciano de Castro, que voltaria ao Colégio de Regeneração em 1915: “Da visita que fiz a este utilíssimo estabelecimento guardo as mais agradáveis impressões” (*Echos do Minho*, 21.09.1915).<sup>213</sup>

**1888** – Conselheiro e director geral dos correios e telégrafos, Guilhermino Augusto de Barros (*O Primeiro de Janeiro*, 26.02.1888).

---

<sup>212</sup> Id., fl. 5.

<sup>213</sup> Id., fl. 3.



**1891** – Conselheiro Ernesto Madeira Pinto, engenheiro e alto funcionário público, que se destacou na reorganização do ensino técnico em Portugal, visita o Colégio e, na qualidade de encarregado pelo governo de fazer o relatório das indústrias de Braga, deixa escrito: “creando uma instituição que não tem rival no paiz e que satisfaz a uma grande necessidade social. Ninguém com tão poucos recursos poderá fazer mais nem melhor” (*O Primeiro de Janeiro*, 19.12.1891).<sup>214</sup>

**1893** – Conselheiro Joaquim Gualberto de Sá Carneiro,<sup>215</sup> de Barcelos: “pelo muito que faz no dia de hoje e que tanto e tanto há de valer para o dia d’amanhã, para a futura regeneração da sociedade”.<sup>216</sup>

**1894** – O Ministro das Obras Públicas, Conselheiro Carlos Lobo d’Avila, percorreu todas as dependências do Colégio, com a presença do Dr. Pinheiro Torres e de João Airosa (*Voz da Verdade*, 30.08.1894; *O Regenerador*, 30.08.1894; *O Primeiro de Janeiro*, 04.09.1894).

**1895** – O diplomata e estadista brasileiro Joaquim Francisco de Assis Brasil, que esteve em Portugal incumbido de reatar as estremecidas relações do Brasil com Portugal, revela “Muita admiração pelas virtudes e extraordinária capacidade do Rev.mo Sr. Padre Airosa”.<sup>217</sup>

**1899** – António Cabral, deputado pelo Círculo de Braga: “... sinceramente admirado, quero aqui traduzir a impressão que senti ao ver tão admirável casa de regeneração e de trabalho, e não encontro palavras com que signifique bem claramente o meu sentir”.<sup>218</sup>

Neste mesmo ano, José Ribeiro de Castro, advogado, jornalista e político, que foi Presidente do Conselho de Ministros no ministério que sucedeu ao governo de Pimenta de Castro, diz: “Ao entrar-se n’esta casa difficilmente se pode imaginar a grandeza da instituição; mas ao sahir-se leva-se na intelligência a admiração e no coração um sentimento d’amor fraternal admirável”.<sup>219</sup>

**1900** – Conselheiro Frederico de Abreu Gouveia, Conselheiro e Director Geral dos Negócios da Justiça: “Entrei n’esta casa com a convicção de vir examinar uma grande obra. Saio d’aqui porem verdadeiramente extasiado. O que representa este estabelecimento tão notável é

---

<sup>214</sup> Id., fl. 4.

<sup>215</sup> Este Conselheiro era avô de Francisco Sá Carneiro.

<sup>216</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 10.

<sup>217</sup> Id., fl. 5.

<sup>218</sup> Id., fl. 14.

<sup>219</sup> L.º de Visitantes n.º 1, fl. 24.

superior aos esforços humanos” (*O Primeiro de Janeiro*, 09.10.1902; *A Palavra*, 09.10.1902).<sup>220</sup>

**1902** – Inspector da Saúde Pública do Reino, Dr. Silva Carvalho: “Muito, muito comovido pelo que vi neste estabelecimento de inextinguível caridade e d’uma utilidade publica que poucos egualarão e nenhum excederá” (*A Palavra*, 12.09.1902).

**1904** – Alfredo Vieira Coelho Peixoto Pinto de Vilas-Boas, Conde de Paçô Vieira, magistrado e Ministro das Obras Públicas do governo de Hintze Ribeiro, tece elogios ao Director pelos “enumeros benefícios que a sua bondade e a sua dedicação espalham”, faz votos pelo término das obras e diz “ter com prazer o compromisso de para ellas contribuir tanto quanto possa” (*A Palavra*, 12.07.1904).<sup>221</sup>

**1905** – António Homem de Gouveia, cônego da Sé do Funchal (também professor do Seminário, do Liceu e da Escola Industrial e Comercial, jornalista e deputado) declara: “Não sei dizer qual mais admirar, se a paciência que aliada caridade produz prodígios se a piedade que de entes quasi menos que humanos torna quasi anjos”.<sup>222</sup>

**1910** – Ministro da Justiça, Ramos Preto: “Nesta obra admirável (...) encontrei os mais bellos testemunhos de quanto pode uma alma inspirada nos mais elevados sentimentos de bondade”.<sup>223</sup>

**1916** – Conde de Azevedo, político que no efêmero governo da Monarquia do Norte viria a fazer parte do elenco ministerial, deixa o testemunho: “Ligado tão de perto a algumas das principaes e beneméritas fundadoras d’esta extraordinária Instituição, destinada a salvar do mal e educar para o Bem, restituindo-as á vida moral, pobres e desamparadas mulheres, visito sempre com admiração e respeito esta Santa Casa de Regeneração”.<sup>224</sup>

**1921** – Governador Civil do Porto, Tenente Coronel Henrique Pires Monteiro: “Excelente obra de assistência e de educação criando o culto pelo trabalho e concorrendo para a dignificação da Mulher Portuguesa”.<sup>225</sup>

---

<sup>220</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 15.

<sup>221</sup> Id., fl. 17.

<sup>222</sup> Id., fl. 18.

<sup>223</sup> Id., fls. 19-20 (30.05.1910). O Ministro da Justiça fez-se acompanhar do Director das Cadeias Civis de Lisboa que aqui voltaria em 30 de Maio de 1920 e, mais tarde, em 15 de Setembro de 1923.

<sup>224</sup> L.º de Visitantes n.º 1, fls. 59v.-60. Pedro de Barboza Falcão de Azevêdo e Bourbon fixou residência em Ceivães-Monção, “por herança da Casa do antigo Barão do Hospital” (V. Português, 2010: 129-131).

<sup>225</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 21.

**1922** – Ministro da República (Ministério do Trabalho), Vasco Borges: “Comoveu-me profundamente esta obra a que devotadamente um Homem se dedicou para salvar criaturas que outros homens tinham perdido. (...) Tomo n’este momento o compromisso de propor ao Conselho da Ordem de Christo Monsenhor Airosa para Grande Oficial da mesma Ordem – 12.06.1922”.<sup>226</sup>

Também neste ano, o Administrador do Concelho de Braga, Prof. António José de Oliveira, deixa estas palavras: “junto as minhas hossanas às que acima se lêem, e que nunca serão de mais para obra tão grandiosa!”<sup>227</sup>

**1925** – José Rodrigues Braga, antigo Deputado por Braga: “Ao visitar este modelar Instituto de caridade christã curvo-me reverente perante a evangélica e prestigante figura do benemérito Padre Airosa cujo nome em destacante logar a história registará no livro dos grandes beneméritos da humanidade”.<sup>228</sup>

**1928** – Presidente da República, General Óscar Carmona: “A bella obra de Sua Excia. o Sr. Padre Airosa merece os applausos de todos os portugueses. Grande exemplo! Oxalá Sua Ex.cia [venha a] ter discípulos e continuadores. Não é fácil imaginar uma obra de maior alcance social. Cumprimenta-o respeitosamente” (*Diário de Noticias*, 26.06.1928; *O Comércio do Porto*, 26.06.1928; *O Primeiro de Janeiro*, 26.06.1928; *Jornal de Noticias*, 26.06.1928; *Correio do Minho*, 26.06.1928).<sup>229</sup> Seguem-se, à dele, as assinaturas de José Vicente de Freitas, Presidente do Ministério, do Comandante da 1.ª região Militar [ilegível] e do Ministro do Comércio, José de Araújo Correia.

Ainda em 1928, visita o Colégio Manuel Monteiro, 1.º Governador Civil de Braga, após o advento da República da República, que foi também ministro da Justiça e do Fomento, Juiz do Supremo Tribunal Administrativo e Juiz nos Tribunais Internacionais do Egipto, entre 1916 e 1940. Manuel Monteiro era grande amigo de Mons. Airosa e protector declarado do Colégio de Regeneração. Exprime assim o seu sentimento: “Natural de Braga, tendo com a minha pobreza acudido às necessidades d’esta casa, devendo ao seu Venerável Director as mais privilegiadas atenções que pode dispensar um Homem da sua estatura moral e havendo salvo esta admirável instituição d’uma dificuldade gravíssima ou talvez mesmo d’uma fatalidade

---

<sup>226</sup> Id., fl. 23. V., também, *AP. DOC.* Doc. 27.

<sup>227</sup> L.º de Visitantes n.º 1, fl. 75.

<sup>228</sup> Id., fl. 90.

<sup>229</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 26.

irremediável só hoje – 18 d’Outubro de 1928 – vim visitar, pela primeira vez, esta Obra grandiosa do Collegio da Regeneração”.<sup>230</sup>

#### **2.7.2.2. Governadores Civis**

Nos 57 anos que decorreram entre 1874 e 1931, o distrito de Braga teve 57 governadores civis, sucedendo-se ao ritmo da rotatividade dos governos da nação, tendo alguns deles ocupado o cargo por mais de uma vez. Muitos foram os que visitaram o Colégio, tendo deixado o seu testemunho ou uma simples assinatura nos Livros de Visitantes e de muitas dessas visitas se fez eco a imprensa da época. Ficou assinalada a passagem dos seguintes governadores:

**1874** – Visconde de Margaride (12.10.1871 a 15.03.1877).

**1881** – Visconde de Pindela (05.06.1879 a 28.03.1881) e Jerónimo da Cunha Pimentel (07.04.1881 a 11.12.1884).

**1886** – António Alberto da Rocha Páris (25.02.1886 a 08.10.1886) e Visconde de Pindela (08.10.1886 a 20.12.1888).

**1890** – Conde de Casal Ribeiro (09.11.1890 a 18.06.1891): “Tive muita satisfação de visitar esta Casa de beneficência, tam sympathica e tam superiormente dirigida” (*O Regenerador*, 17.09.1891).<sup>231</sup>

**1893** – Conselheiro José Novaes (09.03.1893 a 01.09.1894): “Alegrou-se o meu espirito ao visitar esta casa. Sancta é a virtude que produz tão benéficos resultados. Digna de bênçãos a Exma. Direcção que com um trabalho profícuo, zelo inexcedível e um devotamento superior a todos os elogios dirige este estabelecimento – todo de regeneração – tão cheio de esperanças (*O Primeiro de Janeiro*, 17.05.1893).<sup>232</sup>

Também em 1893, visita o Colégio António Bernardo da Fonseca Moniz (12.01.1893 a 09.03.1893), que deixa registado: “Na visita que cabo de fazer a este estabelecimento vi alegres e satisfeitas creaturas que outr’ora foram o câncer e a chaga da sociedade,

---

<sup>230</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 27.

<sup>231</sup> Id., fl. 3.

<sup>232</sup> Id., fl. 9.

transformadas pela educação e ensino, pelo trabalho e pela instrução moral e religiosa em mulheres úteis para si, para a sua família e para a sociedade”.<sup>233</sup>

**1894** – Manuel Novaes Leite (12.09.1894 a 31.01.1895 e 05.06.1906 a 15.02.1908): “Tudo admirável pela boa ordem e boa disposição e muito mais ainda pelo fim a que tende este collegio. Há apenas aqui uma falta: é que o titulo da casa é já modesto de mais. Não se trata só de regenerar a mulher pela religião e pelo trabalho, o que já é muito; tem-se em vista – prevenir, evitar que seja preciso faze-lo” (*O Primeiro de Janeiro*, 15.11.1894).<sup>234</sup>

**1895** – Visconde da Torre (31.01.1895 a 04.02.1897): “Eis aqui uma instituição que só a caridade christã, excellentemente inspirada e sabiamente dirigida, seria capaz de crear!”.<sup>235</sup>

**1899** – Álvaro de Mendonça Machado e Araújo (24.03.1898 a 23.06.1900): “(...) mas o que mais excita a minha admiração é a regeneração das infelizes, que aqui se acolheram, ás quais o trabalho deu a satisfação da consciência e a alegria que se lhes revela no rosto. Se este collegio é um instituto de beneficência, elle é também um exemplo a attestar a todos o effeito do amor do trabalho, que aqui se sabe incutir no animo das recolhidas” (*Correio Nacional*, 28.02.1899).<sup>236</sup>

**1904** – D. Thomaz de Almeida Manoel de Vilhena (01.06.1901 a 18.10.1904; 23.03.1906 a 17.05.1906) acompanhou a visita do Conde de Paçô Vieira e Conselheiro Fernando de Sousa e seu secretário (*A Palavra*, 03.07.1904).

**1910** – Álvaro de Azevedo Pinto e Leme (16.04.1910 a 25.06.1910), acompanhado da esposa e do deputado Dr. António Ferreira Cabral Pais do Amaral (*Correio do Norte*, 24.05.1910).

**1913** – P.<sup>o</sup> João Lopes Soares (19.06.1913 a 06.04.1914), que deixa donativo (*Echos do Minho*, 17.08.1913; *Jornal de Noticias*, 20.08.1913).

**1914** – Carlos d’Oliveira (26.09.1914 a 05.02.1915): “Foi-me imensamente grato ter o prazer de visitar esta civilizadora casa de caridade, na qual se manifesta, em tudo, o espírito de bondade e de altruísmo que tem presidido a sua direcção”.<sup>237</sup>

---

<sup>233</sup> Id., fl. 7.

<sup>234</sup> Id., fl. 11.

<sup>235</sup> L.<sup>o</sup> de Visitantes n.<sup>o</sup> 2, fl. 12.

<sup>236</sup> Id., n.<sup>o</sup> 2, fl. 14.

<sup>237</sup> L.<sup>o</sup> de Visitantes n.<sup>o</sup> 1, fl. 55-55v.

**1915** – Miguel de Abreu (05.02.1915 a 24.05.1915 e 13.12.1917 a 09.02.1918) acompanhado do administrador do concelho (*Jornal de Notícias*, 02.04.1915).

**1918** – José Faria Dórdio Teotónio (09.02.1918 a 13.12.1918) (*Ecos do Minho*, 28.02.1918).

**1920** – João Rodrigues Baptista (09.11.1920 a 20.05.1921): “A primeira visita oficial aos estabelecimentos de caridade e outras instituições foi ao colégio da Regeneração, pela muita estima e consideração ao seu ilustre director Snr. P.<sup>o</sup> Airosa, cujas virtudes, carácter e honestidade são garantia absoluta para o bom nome desta casa”.<sup>238</sup>

**1926** – José Ribeiro Barboza, 1.<sup>o</sup> Governador Civil de Braga do Estado Novo (26.06.1926 a 18.04.1929): “Ao visitar esta Casa eu quero aqui deixar exarado o meu testemunho de profundo respeito ao venerando P.<sup>o</sup> Airosa, a alma d’esta Casa e a quem me dispense de fazer os merecidos encómios porque o seu nome e a sua obra são conhecidos em todos os recantos de Portugal onde há corações reconhecidos”.<sup>239</sup>

**1929** – Francisco Filipe dos Santos Caravana (1929-1930). Deste governador há referências no Copiador do Padre Airosa, com a troca de cumprimentos natalícios.

### **2.7.2.3. Homens de Letras**

Seguindo a mesma lógica de levantamento feito por ano, indicam-se algumas das figuras relevantes no mundo das Letras que visitaram o Colégio.

**1896** – Cónego José Augusto Ferreira, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Real Academia Galega da Corunha, autor de várias obras, entre as quais *Fastos Episcopais*, deixa o testemunho: “Louvo com entusiasmo esta benemérita instituição que tantos e tão relevantes serviços tem prestado à sociedade”.<sup>240</sup>

**1898 e 1927** – Major José Fernando de Sousa (NEMO), engenheiro, militar, político e jornalista, era grande amigo do P.<sup>o</sup> Airosa e benfeitor do Colégio, que visitou várias vezes. Numa delas, escreve: “Regenerar pela religião e pelo trabalho, erguer do nada à força de zelo e de sacrificios um estabelecimento magnífico d’educação é uma obra verdadeiramente

---

<sup>238</sup> L.<sup>o</sup> de Visitantes n.<sup>o</sup> 2, fl. 21.

<sup>239</sup> L.<sup>o</sup> de Visitantes n.<sup>o</sup> 1, fl. 98.

<sup>240</sup> Id., fl. 13v.

evangelica, um d'aqueles milagres que só a caridade christã é capaz de fazer” José Fernandes de Sousa (Nemo)”.<sup>241</sup>

**1898** – João Evangelista Campos Lima, um teórico do anarquismo, que em 1921 recusa ser ministro da justiça, visita o Colégio acompanhado da mãe e irmãs e escreve: “A felecidade da sociedade futura poderá obter-se pela completa regeneração da mulher, isto é o depuramento do sentir uma das bases da organização social. Viemos encontrar nesta casa posta em pratica esta bela ideia. Oxalá mais ampla pratica se lhe podesse dar”.<sup>242</sup>

**1900** – Carlos d’Almeida Braga, escritor que viria a falecer muito jovem, deixa registado: “Um dos representantes, pelos laços de sangue, do homem que sonhou a fundação d’este estabelecimento, e que, a respeito dos seus sonhos, tamtas vezes conversou com o benemérito instituidor d’esta casa, saúda hoje o P.<sup>e</sup> João Airosa, fazendo ardentes votos pelas prosperidades d’este magnifico Instituto”.<sup>243</sup>

**1902** – Salvador Gamito, de Évora, ligado ao *A Agricultura Nacional*, jornal de propaganda agrícola de Lisboa, testemunha: “Grandiosa e sublime a instituição destinada à regeneração moral e social das pobres creaturas aqui albergadas. Quanto a mim creio ella ser a mais symphatica instituição do paiz”.<sup>244</sup>

**1904** – José de Arruela, aluno do 4.º ano de Direito da Universidade de Coimbra, que viria a ser advogado e jornalista, deixa registada: “a minha enorme admiração pelo humanitárrimo instituto que acabo de visitar e no qual vi e aprendi a mais benemerita e altruistica obra que me tem sido dado ver durante a minha vida”.<sup>245</sup>

Também em 1904, Ramalho Ortigão,<sup>246</sup> um grande amigo da instituição, visita o Colégio. Aliás, sempre que passava por Braga, o visitava. Na primeira visita, escreveu: “Deixo esta casa cheio da comoção mais profunda de admiração e de enternecimento. Pudessem eu pagar o

---

<sup>241</sup> L.º de Visitantes n. 2, fl. 19.

<sup>242</sup> L.º de Visitantes n.º 1, fl. 20v.

<sup>243</sup> Id., fl. 27.

<sup>244</sup> Id., fl. 31v.

<sup>245</sup> Id., fl. 36.

<sup>246</sup> Num artigo de *A Liberdade* (01.10.1915) sobre a morte e conversão do escritor, diz-se que o seu último alimento foi a Eucaristia e que foi amortalhado com o hábito de S. Bento. Após estudar filosofias e religiões, Ramalho Ortigão aponta a verdade católica como o caminho. No seu último escrito denota a desilusão da experiência da revolução e a necessidade da religião. O sofrimento moral aproximara-o de Deus. Diz-se que em artigo para *O Primeiro de Janeiro*, de 1913, reconhece os seus erros e presta homenagem aos Jesuítas. Através da sua obra de ironia mantém sempre o culto pela sua pátria portuguesa. Critica a religião de ateus. Morreu piedosamente. Após o falecimento, o Colégio de Regeneração celebrou uma eucaristia honrando a sua memória. Teresa de Saldanha, em carta 12.10.1915, para a amiga Maria Augusta, diz-lhe: “muito pensei em V. Excias. na ocasião da morte do Ramalho Ortigão! Feliz e bem feliz ele foi, no fim da sua vida” (Saldanha, 2006: 228-229).

que devem em gratidão aos que sustentam e dirigem este instituto o que lhe devem os homens de coração, os philosophos e os poetas!”.<sup>247</sup>

**1913** – Cândido Landolt, redactor do jornal *A Propaganda*, da Póvoa de Varzim: “Visitei hoje esta casa de caridade, confesso, ao retirar-me, que só lamento ter um coração tão pequenino, pois era lá dentro que eu queria levar o espelho desta obra”.<sup>248</sup>

**1914** – Campos Monteiro, médico, político e escritor, deixou um poema donde se respiga esta quadra: “Fostes no mundo nada, e sois alguém; / Alguém que teve um gesto que redime, / E podes ver no ceo o astro sublime / Que conduziu os Magos a Belém”.<sup>249</sup>

**1924** – Júlio Cayolla, redactor do *Diário de Notícias*, de Lisboa, diz que a impressão que sentiu “ao visitar o Collegio de Regeneração foi tão profunda que nunca mais a esquecerei. Saio com a alma reconfortada e o meu coração cheio d’uma infinita e enternecida gratidão pelo Santo que dedicou a sua vida inteira a uma obra tão cheia de bondade e ternura”.<sup>250</sup>

#### **2.7.2.4. Eclesiásticos**

A informação sobre as visitas de alguns eclesiásticos, apresentadas, à semelhança das demais, por ano, é a seguinte:

**1889** – Abade de Vilaça, Fonseca Martins, escreve: “Não se pôde formar ideia do que seja o Collegio da Regeneração, senão visitando-o” (*O Amigo da Religião*, 17.05.1889).

**1891** – Bispos de Portalegre, Lamego, Coimbra e Bragança: “Não há palavras com que se possa louvar devidamente esta grande obra de religião, de caridade e de amor ao próximo”.<sup>251</sup>

Neste ano, o Cónego António Maria Ferreira, professor do Seminário de Angra (Açores): “Desde muitos annos que ouvia falar n’este sympathico instituto (...) mas o que ouvia estava ainda muito longe do que aqui presenciei!”.<sup>252</sup>

---

<sup>247</sup> L.º de Visitantes n. 2, fl. 13.

<sup>248</sup> L.º de Visitantes n.º 1, fl. 50.

<sup>249</sup> Id., fl. 53v.

<sup>250</sup> Id., fl. 88.

<sup>251</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fls. 2-3.

<sup>252</sup> L.º de Visitantes n.º 1, fl. 10.



**1894** – Núncio Apostólico em Portugal, D. Domenico Maria Jacobini: “Muitos parabéns e encorajamentos aos fundadores e directoras por o grande bem humanitario e christao que se faz em esta casa” (*O Primeiro de Janeiro*, 23.05.1894; *Voz da Verdade*, 24.05.1894).<sup>253</sup>

No mesmo ano, visita o Colégio o Deão da Sé de Braga, D. Manuel Alves Novais, que deixa o registo: “Admiravel instituição esta, e tanto mais admirável, se consederarmos que é devida ao zelo e cuidados de um só homem”.<sup>254</sup>

**1895** – Bispo do Funchal: “Com votos sinceros pelo constante progresso desta utilíssima instituição e pela vida do seu benemérito fundador”.<sup>255</sup>

**1899** – Arcebispo de Braga, D. Manuel Baptista da Cunha: “Visitando hoje pela 1.<sup>a</sup> vez esta casa, maravilha de caridade da religião christã, uma das mais legitimas glorias de Braga nos últimos tempos”.<sup>256</sup>

**1904** – Arcebispo de Évora: “(...) santa instituição que purifica as máculas e opera prodígios, sendo ao mesmo tempo um monumento da caridade christã e do progresso humano”.<sup>257</sup>

Também em 1904, visita o Colégio o Bispo Conde de Coimbra, que afirma: “Não me canso de louvar e admirar este Estabelecimento. Deve vir aqui aprender quem quiser fazer bem á religião, á moral e á sociedade”.<sup>258</sup>

**1905** – Bispo de Pouso Alegre (Brasil), Mons. João Baptista Correia Nery, acompanhado, entre outros, pelo Conde de Agrolongo (*A Palavra*, 27.06.1905).<sup>259</sup>

Neste mesmo ano, o Colégio recebe as visitas do Bispo de Meliapor e do Seminarista de Macau, António José Yim. O primeiro escreve: “Deus premeará eternamente quem auxilia tão santa e útil instituição como esta, que tanto honra a nobre Capital do Minho”,<sup>260</sup> O segundo deixa testemunho em caracteres chineses.<sup>261</sup>

---

<sup>253</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 4.

<sup>254</sup> Id., fl. 3.

<sup>255</sup> Id., fl. 5.

<sup>256</sup> Id., fl. 5.

<sup>257</sup> Id., fl. 16.

<sup>258</sup> Id., fl. 17.

<sup>259</sup> Id., fl. 18.

<sup>260</sup> Id., fl. 18. Mais tarde, em data não assinalada (fl. 24), o Bispo de Meliapor volta a passar pelo Colégio.

<sup>261</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 39.

**1914** – Bispo do Porto, acompanhado pelo Vigário Capitular do Arcebispado de Braga [a diocese estava sem Bispo residencial], que admirou a limpeza e a disciplina, bem como a organização e o método de ensino ali aplicado na vida industrial (*Ecos do Minho*, 19.03.14).<sup>262</sup>

**1918** – Mons. Ragonesi, Núncio Apostólico em Madrid (*Ecos do Minho*, 02.08.1918).

**1924** – Arcebispo de Évora.<sup>263</sup>

**1928** – Bispo do Funchal: “Bela obra e bela alma a que a concebeu e com a bênção de Deus a realizou!”<sup>264</sup>

#### **2.7.2.5. Outras personalidades**

Registe-se, por fim, a visita destas personalidades:

**1887** – Conselheiro Leonardo Caetano de Araújo: “Este estabelecimento de caridade e Religião não concorre só para a moral, concorre mais para o aumento e prosperidade da Industria do paiz, e também um estabelecimento patriótico”.<sup>265</sup>

**1893** – Pedro Joaquim Martins, industrial portuense: “Como casa de regeneração e de educação é modelo para imitar-se: e como instituto industrial é admirável pela orientação do ensino, pelo progresso e aperfeiçoamento dos seus produtos. (...) É um azilo verdadeiramente moralizador e civilizador, que se muito deve á instrução, não deve menos á religião”.<sup>266</sup>

É ainda em 1893 que alunos do 5.º ano da Escola Médica do Porto vêm à instituição, deixando o seguinte testemunho: “Promover a transformação moral da mulher, aproveitar as suas aptidões, esterelizadas pela ociosidade e pelo vicio, valorizando-as pelo trabalho, é prestar um notabilíssimo serviço á sociedade” (*A Correspondência do Norte*, 03.06.1893).<sup>267</sup>

**1902** – P.º António de Oliveira, Subdirector da Casa de Correção de Lisboa: “A impressão que recebi ao visitar esta grandiosa instituição foi: pedir ao seu benemérito e sábio Fundador e

---

<sup>262</sup> D. António Barroso estava em exílio, em Remelhe (Barcelos), sua terra natal, tendo regressado à diocese do Porto em 3 de Abril desse ano de 1914.

<sup>263</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 25.

<sup>264</sup> Id., fl. 27.

<sup>265</sup> L.º de Visitantes n.1, fl. 7v.

<sup>266</sup> Id., fl. 11.

<sup>267</sup> Id., fl. 11 v.

Mestre, que me recebesse como seu discípulo, n'este seu admirável Curso Superior de Caridade e de Trabalho: e tive a satisfação do meu pedido ser deferido pelo grande Mestre”.<sup>268</sup>

**1903** – Director dos Estudos do Asilo da Ajuda (Lisboa), Artur Marinho da Silva: “Abençoada instituição que toma a seu cargo as desgraçadas para fazer dellas mulheres úteis a si e á sociedade”.<sup>269</sup>

**1904** – Artur Castelo Branco, 2.º Oficial do Ministério da Fazenda: “Muito impressionado pela boa ordem e fim altruísta com que encontrei esta exemplar instituição”.<sup>270</sup>

**1907** – Augusto Coelho da Silva, advogado em Lisboa: “Visitei hoje pela primeira vez este estabelecimento de caridade, que me deixou deveras encantado pelo aceio, pela religião e pela muita instrução, que as suas educandas adquirem”.<sup>271</sup>

**1915** – Branco Rodrigues, fundador do Instituto de Cegos, de Lisboa: “... admira e louva a obra altruísta do Collegio da Regeneração”.<sup>272</sup>

**1922** – Cândido Guerreiro Xavier da França, jornalista de *O Século*: “Santa missão a deste nobre padre! A religião vista assim, nesta clareza que purifica, nesta paz que é infinita, faz-nos curvar perante quem tão bem tem sabido interpretar os divinos ensinamentos de Jesus”.<sup>273</sup>

António Álvares, também neste ano, deixa escrito: “Há dentro desta casa, templo de Bondade e solidariedade humana, um conjunto de motivos que poderão fazer vibrar até a imaterialidade do mineral: os homens que hoje a visitaram, filhos dum país onde a Caridade não é uma palavra vã, saem daqui levando no espírito uma emoção profunda por esta verdadeira obra de evangelização”.<sup>274</sup>

**1923** – António Vaz Velho da Palma, Tenente Coronel: “Como o mundo seria feliz se abundassem os beneméritos, com sentimentos iguais aos do Snr. Padre Airosa! Que o seu maravilhoso exemplo se generalize”.<sup>275</sup>

---

<sup>268</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 15.

<sup>269</sup> L.º de Visitantes n.º 1, fls. 33-33v.

<sup>270</sup> Id., fl. 36v.

<sup>271</sup> Id., fl. 43v.

<sup>272</sup> Id., fl. 58.

<sup>273</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 22.

<sup>274</sup> L.º de Visitantes n.º 1, fl. 78.

<sup>275</sup> Id., fl. 79v.

**1924** – Francisco da Costa Pegado: “Se Victor Hugo foi tão apreciado por ter concebido e escrito uma obra tão bela “os miseráveis” quanto mais não deve ser apreciado Monsenhor P.<sup>e</sup> Airosa, que realizou praticamente essa obra e viveu-a. O seu espírito forte é como o sol que extermina todos os micróbios do mal e torna verde e viçosa a planta que ia gangrenando-se pelo vício da sociedade de crápulas”.<sup>276</sup>

**1927** – Sebastião Ramalho Ortigão e Cacilda Ortigão, cantora de ópera. O primeiro escreve: “Esta Instituição é mais do que a obra de um homem, é a obra de um santo. Portugal inteiro deveria ser obrigado a conhecer a sua história. Mais ainda: todos os seus habitantes, homens e mulheres, deviam ser obrigados a vir passar aqui umas horas. Estou certo de que conseguiríamos a regeneração de que tanto necessitamos”;<sup>277</sup> a segunda deixa estas palavras: “Bendita a hora em que eu entrei n’este sagrado templo onde tive ocasião de admirar a obra grandiosa d’um santo que se chama Monsenhor Airosa”.<sup>278</sup>

**1929** – Visitam o Colégio o Superior Geral da Congregação do Espírito Santo e António Peixoto Lindoso, director da Escola Académica (Lisboa) e Director de Serviços Especiais no Hospital do Desterro, em Lisboa. Este último escreve: “Encontrei nesta Santa Casa um dos maiores monumentos de Portugal”.<sup>279</sup> O primeiro deixa mensagem em francês.<sup>280</sup>

No Livro de Visitantes n.º 1 encontramos, ainda, nomes sonantes entre os quais se contam: P.<sup>e</sup> Carlos J. Rademaker (Lisboa), P.<sup>e</sup> João Baptista Melli (Lisboa), Conde de S. Bento (Santo Tirso, 1890), Jerónimo Salgueiro (de *O Diário de Lisboa*, em 1903), Hossto Brich (American Ministre, fl. 61v.), João Grave (Porto, 27 de Julho de 1920), José Campos Vaz (Ílhavo, Dir. do Colégio Raúl Dória, Porto, 1924), General Craveiro Lopes (comandante da 1.<sup>a</sup> Região Militar, Maio de 1929) e Manuel Boaventura (Esposende, escritor, em Julho de 1930).

Do Livro de Visitantes n.º 2 respigamos o nome de outras ilustres figuras: Condessa e Conde de Arnoso, Visconde de Pindela, Bispo de Cochim (Índia), Bispo do Congo (Angola), Francis Bourne (Archbishop of Westminster, 1909), Marqueses de Souza, António (Bispo do Porto), Manuel Vieira de Matos (Arcebispo Primaz), A. Locatelli (Arcebispo de Thessalonica, Nuncio Apostólico), Nuncio Apostólico de Espanha (1918), Manuel Cerqueira (Capitão de

---

<sup>276</sup> L.º de Visitantes n.º 1, fl. 86. Por notas recolhidas, penso que Francisco da Costa Pegado foi médico na Índia. Há no Arquivo da Escola Médico-Cirúrgica de Goa um livro de Francisco Xavier da Costa Pegado.

<sup>277</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 25.

<sup>278</sup> Id., fl. 26.

<sup>279</sup> L.º de Visitantes n.º 1, fl. 108.

<sup>280</sup> L.º de Visitantes n.º 2, fl. 27.

Fragata), Marquesa d'Ávila de Bolama, A. Cardeal Mendes Bello (Patriarca de Lisboa), Sebastião Nicotra (Núncio Apostólico, Julho de 1924), José (Bispo de Pesqueira, Pernambuco, Brasil), António (Bispo Coadjutor de Coimbra), João (Bispo Auxiliar da Guarda), Marquesa do Lavradio (1929), Theotonio (Arcebispo de Goa, Patriarca das Índias Orientais, 14 de Julho 1930), Henrique Alves (Vogal da Comissão Central de Assistência de Lisboa, 1930).

Do breve historial que aqui se traça, da Instituição sobressai o modelo pedagógico e educativo de reabilitação pelo trabalho, e não só pela oração, como para alguns poderia ser expectável, tendo em conta a condição do Fundador e das formadoras. Em causa estava a *transfiguração* da “desfigurada”. Trata-se de um processo sujeito a algumas tensões entre a proposta educacional apresentada pelo P.<sup>e</sup> Airosa, e muito acentuada pelos jornalistas, e o modelo pedagógico posto em acção pelas religiosas. Apesar dos momentos de tensão, há uma confluência no ideal.

As tensões geradas entre as religiosas e a Direcção, entre as religiosas e as colegiais, bem manifestas na correspondência, são geridas pelo diálogo permanente entre a dupla P.<sup>e</sup> Airosa / Teresa de Saldanha, com muito respeito mútuo, mas também com grande abertura de espírito e frontalidade.

Desta análise releva-se o *(re)generare* que, se para as religiosas poderia ser a conversão, para o P.<sup>e</sup> Airosa seria a “transfiguração”, onde o trabalho era uma componente indispensável. E sem menosprezar a parte espiritual, o P.<sup>e</sup> Airosa, em devido momento, e em determinadas circunstâncias, achava mais importante a permanência de quem dominava a arte da tecelagem.

É desse Homem multifacetado, e com um modelo educacional bem definido na sua mente, que vou tentar apresentar alguns traços biográficos.

### **3. MONSENHOR AIROSA**

#### **UM HOMEM SINGULAR: PEDAGOGO-EMPRESÁRIO**



Refazer o caminho que leva à composição da vida de um indivíduo é um problema historiográfico complexo, e dos mais relevantes, que implica uma contextualização histórica porque a compreensão do homem passa pelas dimensões do tempo e do espaço através do conhecimento da época. E, inversamente, no espelho de uma existência humana reflectem-se os problemas do tempo, dando para ficar a conhecer as correntes de ideias e as mentalidades da época (Dosse, 2009: 103).

Não se trata aqui, propriamente, da elaboração de uma biografia mas tão-somente de apontar os traços biográficos mais significativos de uma personagem multifacetada que, numa interacção constante com a sociedade do seu tempo e numa tensão permanente com as circunstâncias que o rodearam, foi construindo uma obra que possibilitou a reabilitação de muitas pessoas, através de novos caminhos que lhes foi proporcionando. Não é, de longe, uma hagiografia porque as hagiografias, como diz Michel de Certeau, procuram muito mais investigar a conceição do mundo veiculada pelo hagiógrafo do que reproduzir a vida real do biografado (apud Dosse, 2009: 138). Todavia, não se pode esquecer que os exemplos dados pelos grandes homens não morrem: sobrevivem, personificados na história, falando e instruindo as gerações futuras (Olegário Castro apud Oliveira, 2011: 35).

Escrever a vida de um indivíduo particular não é, também, uma tarefa reducionista. Bem pelo contrário, é, como diz Dilthey (in Dosse, 2009),

(...) uma riqueza vital infinita [que] se desdobra na existência individual das pessoas singulares em função das relações que mantêm com o meio, com as outras pessoas e com as coisas. Mas cada indivíduo particular é ao mesmo tempo um ponto onde se cruzam conjuntos que atravessam os indivíduos, existem neles, mas estendem-se para além das suas vidas – e que possuem, graças ao conteúdo, ao valor, ao fim que alcançam, uma existência autónoma e uma evolução própria. (p. 343)

É desta interacção constante entre o mundo e a pessoa que as manifestações da singularidade legitimam não apenas a retoma do interesse pela biografia como, também, a transformação do género, num sentido mais reflexivo.

Na verdade, os anos de 1970 abriram um amplo espaço à publicação de memórias. Bertaux e Ferrarotti deram ao método biográfico valor heurístico, quando Wilhem Dilthey havia já valorizado uma abordagem hermenêutica, segundo a qual o singular contém o geral (Dosse, 2009: 249). A reaproximação entre a história e a biografia, desde meados de 1980, voltou a legitimar a cientificidade do género biográfico, partindo da singularidade para chegar



à universalidade, como afirma Dilthey: “A história universal é a biografia, dir-se-ia quase a autobiografia, da humanidade” (apud Dosse, 2009: 406). Georges Duby, um eminente representante da escola dos *Annales*, é um precursor neste domínio do prestígio da biografia. Por detrás desses percursos singulares, o verdadeiro objecto de pesquisa é ainda o olhar sobre a sociedade do seu tempo.

A micro-história, como Giovanni Levi a entende, embora dê mais atenção às estratégias individuais, não se confina ao mundo fechado do indivíduo, não renuncia às vias da generalização e da globalização mas, antes pelo contrário, busca-as. Restitui o direito de cidadania à singularidade. Esta mudança de escala de observação para o quadro micro mostra como, para além das dinâmicas gerais dos acontecimentos visíveis, há toda uma influência de tendências menos perceptíveis, como são algumas estratégias desenvolvidas por um actor em função das suas posições e recursos individuais, grupais ou de problemas específicos. Este tipo de abordagem possibilita reflexões, noutros campos, e a reconstrução de fenómenos sociais, e permite interrogar de novo a inter-relação entre o grupo e o indivíduo. Que relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade, entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada? A relação permanente e recíproca do indivíduo com o seu contexto conduz a perspectivas diferentes, pelo que a abordagem terá de ser feita de um modo mais problemático, afastando a interpretação unívoca do destino individual.

A valorização das capacidades e acções individuais pode conduzir à criação da figura do herói, como acentua Sabina Loriga. Passando em análise alguns autores que colocam a sua atenção no individual, mas já numa perspectiva diferente da do herói, Loriga conclui que a micro-história tem contribuído para mudar essa perspectiva. Assim, “já não é necessário que o indivíduo represente um caso típico; pelo contrário, vidas que se afastam da média levam talvez a reflectir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social” (Loriga, 1998: 248).

O distanciamento entre o sujeito e o historiador é uma das condições para alcançar a desejada objectividade. Todavia, estou consciente de que, ao fim de algum tempo, a força do envolvimento gera empatia e até fascínio pela personagem biografada, podendo ocorrer alguma mistura entre categorias externas e categorias intrínsecas ao objecto de estudo. No caso em análise, acresce que o mundo das lendas relacionadas com o P.<sup>e</sup> Airosa também tem a sua importância. Uma delas foi a da bofetada a que adiante me referirei. Apesar de tudo, e alertado para o perigo, move-me a busca da verdade e o interesse pelo homem e pela sua

autenticidade, ao mesmo tempo próxima e distante. Procurarei captar dela toda a autenticidade nos mais pequenos detalhes que, frequentemente, são os mais interessantes e os mais reveladores da personalidade do indivíduo.

É essencialmente na pesquisa documental que se fundamenta o constructo desta história de vida de Monsenhor Airosa. Por outro lado, também estou consciente de que em história nada é definitivo, porque a vida é sempre mais do que contamos dela – sobra sempre vida à história que contamos. Os acontecimentos do quotidiano fazem parte de uma história menor ou não-história. Mas o mais importante do quotidiano é o invisível. São pormenores aparentemente insignificantes como uma palavra, um gesto, um sorriso ou um silêncio, que podem marcar a diferença ou mudar a vida de uma pessoa.

### **3.1. Escrever uma história de vida**

O trabalho de pesquisa histórica é uma operação morosa, paciente e persistente, de combate ao esquecimento. São variadas as fontes e a elas recorri, em diferentes arquivos, privilegiando os documentos originais: cartas, jornais, crónicas, escritos autobiográficos, relatos de família, memórias, livros de actas, livros de admissão de recolhidas, livros de visitantes, correspondência institucional, testemunhos, fotografias e outros objectos pessoais que a Instituição conserva em arquivo. Esta recolha passou, em primeira mão, pelo arquivo da Instituição mas a busca levou-me também aos arquivos da Torre do Tombo, ao Arquivo Distrital de Braga, ao Arquivo da Arquidiocese Primaz e à Biblioteca Municipal do Porto.

O que dizem as fontes? O que se pretende? Confirmar? Conhecer os vários ângulos da questão? Que distância entre a objectividade declarada e a objectividade real?

Todo o processo de recolha de dados, para atingir os seus objectivos, passa por um filtro epistémico que equaciona a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento. Para isso é necessário criar mecanismos científicos de verificação e validação. A matéria de conhecimento é então sujeita a um processo heurístico de autenticidade, validade e fiabilidade do documento. Há uma inteligibilidade própria do texto do documento que é preciso compreender na remanescência do passado, que sobrevive não apenas nos documentos mas, como diz Certeau, nesse “arquivo” particular que é o próprio trabalho histórico. Levanta-se aqui a confrontação do presente com o passado, porque o objecto de conhecimento é o ausente, o morto, que vai estar presente na linguagem entre o narrador e os

seus leitores. Michel de Certeau, em oportunas reflexões, chama a atenção para o facto de que falar dos mortos é, já em si, uma negação ou, pelo menos, um desafio à própria morte. Mas contesta aquele dito frequente de que a história “ressuscita” os mortos. Esse conceito, afirma, é um engodo. Evoca, sim, a função outorgada a uma disciplina que trata a morte como um objecto do saber e, fazendo isso, dá lugar à produção de uma troca entre vivos. Neste sentido, a história é um jogo da vida e da morte e o discurso histórico é, ao mesmo tempo, a sua representação e o seu reverso (Certeau, 2011: 41-43).

A escrita da história, ainda segundo Certeau, põe em cena uma população de mortos, constituída por personagens, mentalidades ou preços. A este respeito tece este autor uma série de considerações que me levam a melhor compreender o sentido profundo da história, na relação do presente com o passado. A historiografia, diz ele, representa mortos no decorrer de um itinerário narrativo, e a escrita, no sentido etnológico e quase religioso do termo, representa o papel de um rito de sepultamento; ela exorciza a morte, introduzindo-a no discurso. Por outro lado, tem uma função simbolizadora; permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente: “marcar” um passado é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e, consequentemente, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos (Certeau, 2011: 108-109). Assim, como defende Dosse (2009),

(...) as revisitações, tanto histórica como biográfica, têm, pois, essa função de abrir para o presente um espaço susceptível de marcar o passado para redistribuir o espaço dos possíveis. A prática do historiador está, pois, por princípio, aberta a novas interpretações, a um diálogo sobre o passado aberto para o futuro, a ponto de se falar cada vez mais do ‘futuro do passado’. Ela não pode, portanto, deixar-se encerrar numa objectivação fechada sobre si mesma (p. 410).

Mas o que é, afinal, contar a história de uma vida? À questão levantada por Hannah Arendt, responde Paul Ricoeur (1991):

(...) a história contada diz o *quem* da acção. A identidade do *quem* não passa, pois, ela própria, de uma identidade narrativa. Sem o recurso à narração, o problema da identidade pessoal está, com efeito, fadado a uma antinomia sem solução: ou se formula um sujeito idêntico a si mesmo na diversidade dos seus estados, ou se admite, com Hume e Nietzsche, que esse sujeito idêntico não passa de uma ilusão substancialista. (p. 442)

Escrever a história de vida de uma pessoa, como ficou dito, não é tarefa fácil e fica sempre muito por dizer, porque é difícil abarcar a complexidade de uma existência. Por outro lado, como defende Alain Buisine, não há um método único para redigir a biografia de um

indivíduo; para cada um é preciso inventar uma forma nova e específica de biografar (in Dosse, 2009: 309), porque o significado de uma vida nunca é unívoco, só pode declinar-se no plural.

É nesta pluralidade de sentidos que esta história de vida se desenvolve, devido à multiplicidade de actividades e diversidade de contactos de Mons. Airosa, que não são fáceis de captar. Ele desempenhou actividades pastorais como pároco de uma paróquia rural e foi capelão de uma igreja da cidade de Braga. Fundou e dirigiu, durante 62 anos, uma instituição de acolhimento e regeneração para mulheres. Fez-se tecelão para poder ensinar a arte de tecelagem; montou oficinas diversas para ministrar formação às recolhidas; estabeleceu os mais diversificados contactos com fornecedores e clientes. Recebeu e foi louvado por membros da Casa Real e Chefes de Governo, por membros da nobreza e do alto clero, e de todos os mais variados estratos sociais; contactou com os políticos mais influentes da época. Conseguiu a concessão do antigo e arruinado Convento da Conceição para aí instalar o Colégio de Regeneração e conseguiu travar a ocupação da casa para aí ser instalado um aquartelamento militar. Foi presença assídua na imprensa local e nacional, e personagem de um romance sobre a obra que fundou. Foi visitado e admirado por homens de variados quadrantes políticos e credos religiosos; aguentou os embates da passagem da Monarquia para a República, tendo conseguido a sobrevivência da instituição. Rejeitou condecorações do Estado em troca de contributos financeiros para a instituição; sujeitou-se a humilhações em prol da “sua” obra. Para além do apreço em que era tido no país, tinha o respeito e a admiração das instituições e da sociedade civil bracarense, como claramente o revela o seu funeral. Continuou a morar, pobremente, na residência fora de portas da instituição e legou todos os seus bens à obra. Morreu com fama de santidade. Em suma, procurou respostas para os problemas com que se debateu, intentou réplicas para as objecções que lhe foram postas e implementou estratégias para superar os obstáculos que se lhe depararam.

Esta história de vida pretende fazer reviver os múltiplos itinerários daquele que, em momentos tão diversificados, se cruzou com personalidades tão díspares e em circunstâncias tão diversificadas. É retrazando esse labirinto de encontros que se reencontram os traços essenciais da vida deste Homem-Padre, um “raro exemplar de nobilíssimo morgado de bondades e visionário do Bem”, como lhe chamou Antero de Figueiredo. A sua identidade deixa-se entrever através dessa pluralidade. Como diria Ricoeur, “os sentidos de uma vida de si lêem-se no olhar dos outros, não como fidelidade restituída por algum espelho, senão como recriação constante, obra no trabalho, mundo do texto tornado fonte de identidade” (apud

Dosse, 2009: 376). A identidade de Mons. Airosa vai-se desenhando na sucessão de lugares de memória que, sendo plural pelas apropriações que suscita, é, ao mesmo tempo, unitária pela coerência sempre preservada de uma vida feita obra: paróquia e capelania; países da Europa (onde esteve em formação e para tomar contacto com as novas tecnologias relacionadas com as suas oficinas); locais de exposições onde os trabalhos do Colégio estiveram presentes e foram premiados.

Há sempre enigmas na vida de uma pessoa difíceis de perscrutar. O P.<sup>e</sup> Airosa não é um herói mas é, certamente, um modelo de exigência. Viveu sempre uma vida simples, humilde e recatada, numa sadia inquietude, e num permanente despojamento, sem se julgar com direito a reconhecimentos públicos. Muito pelo contrário, fugiu deles quando o Estado pretendeu atribuir-lhe comendas. Mas viveu uma vida em permanente tensão: com a sociedade que desprezava a mulher; com a tentativa de salvar e regenerar as mulheres que suplicavam acolhimento; com a implementação de técnicas e oficinas para instruir e reeducar; com a angariação de fundos para sustentar uma casa com mais de 100 recolhidas, em permanência; com a fé e as suas convicções profundas; com a preocupação de ter as pessoas certas na instrução e formação das colegiais. Apesar das adversidades, procurou sempre ultrapassar os dilemas redutores que pela frente se lhe apresentavam.

Construir a história de vida de Mons. Airosa implica, também, conhecer e reviver os múltiplos itinerários daqueles que com ele se cruzaram – os simples da sociedade, os políticos, a nobreza, os benfeitores, os visitantes, os homens da imprensa, as senhoras da Direcção, as religiosas ao serviço do Colégio e, sobretudo, as histórias de vida das “recolhidas” e os seus testemunhos. A identidade do P.<sup>e</sup> Airosa resulta da coerência e da dialéctica, da tensão entre o seu *idem* e o seu *ipse*, isto é, na linguagem ricoeuriana, entre o seu *mesmo* e a sua *alteridade*. A sociedade faz o biografado? O biografado explica a sociedade do seu tempo? A verdade é que se verifica uma interacção permanente entre o biografado e a sociedade. A leitura diacrónica e sincrónica da vida de P.<sup>e</sup> Airosa revela a sua grande capacidade de resposta, de réplica e de estratégia, como características da sua personalidade. Os valores da crença religiosa e da fé são a via condutora de toda a sua acção.

A estrutura narrativa, que implica uma particular selecção de estratégias narrativas e convenções, é organizada numa sequência cronológica, através da descrição e análise dos factos temporais, pretendendo encadear, numa unidade coerente, as circunstâncias, as causas, motivos e efeitos, dando um sentido global ao passado e ao presente. Por aí passam os sucessos, os estados mentais e os acontecimentos em que participou como personagem ou

actor. A linguagem não se limita a representar a realidade, mas constrói-a, nos modos como os humanos dão sentido às suas vidas e ao mundo. A linguagem medeia a experiência e a acção e, nesse sentido, a narrativa expressa e representa a experiência e dinâmicas da acção humana (Bolívar et al., 2001: 20-23).

O relato de uma vida passa pelo trabalho de análise, interpretação e síntese, sendo sujeito, por isso, a sucessivas reconstruções, porque a interpretação, segundo Ricoeur, é filha do sentido múltiplo e é na interpretação que a pluralidade de sentido se torna mais ou menos manifesta. O conceito de interpretação visa, pois, revelar o sentido latente ou oculto, aquilo que é figurado na textura dos conteúdos patentes que correspondem ao sentido literal. Mas a interpretação coloca-nos face a duas questões: a tarefa da objectivação, na fidelidade à coisa do texto, e ao estatuto da subjectividade da explicação. Daí o podermos falar de uma explicação de tipo estrutural (Lévi Strauss), formal, razoável e, então, a explicação tem por objectivo desvelar, revelar, ajudar a compreender a semântica profunda de determinado texto. Movidos pela ânsia da compreensão (Dosse, 2009: 344), a ideia de exaustividade ou totalidade é ilusória; mas a investigação biográfica, tendo em conta a não unidimensionalidade do tempo, oferece um acesso privilegiado para nos aproximarmos ao máximo da interioridade/ exterioridade, do singular/ geral, sendo, portanto, o que mais lembra o ideal impossível da globalidade.

Dilthey, ao pretender dar um estatuto epistemológico próprio às ciências humanas, situa as relações pessoais vividas por cada indivíduo como chave da interpretação hermenêutica neste âmbito, considerando as experiências pessoais de cada indivíduo como a chave da compreensão hermenêutica das ciências humanas. A hermenêutica dos textos permite fazer, através do relato, a hermenêutica da vida humana, pois “a vida existe no tempo como uma conexão de partes com um todo” (Bolívar et al., 2001: 76) e a investigação hermenêutica dirige-se a dar sentido e *compreender* (em oposição a ‘explicar’ por relações de causa-efeito) a experiência vivida e narrada, ou seja, uma explicação interpretativa, como diz Geertz.

Perante o modelo positivista, reivindica-se, pelo menos a partir de Dilthey, que a auto- interpretação não só é algo relevante para compreender a acção humana, mas definitiva da mesma. É neste contexto que os relatórios elaborados pelo P.<sup>e</sup> Airosa, as cartas e apontamentos diversos, podem funcionar como pequenos fragmentos autobiográficos que, afinal, ele muito valorizava, como se constata por um rascunho de testamento (ABIMA Doc. 240 b) elaborado em Janeiro de 1900, quando tinha apenas 64 anos de idade. O P.<sup>e</sup> Airosa foi,

sobretudo, um pragmático mas não subestimava os seus escritos, achando-os importantes para a compreensão da história da obra que fundara. Isso se poderá concluir de um pequenino excerto desse borrão de testamento que, depois, omitiu no testamento oficial. Escreveu ele então: “Deixo ao meu Primo e bom amigo o Reverendo P.<sup>e</sup> Manuel Joaquim Peixoto Braga os meus manuscritos e os apontamentos referentes ao Collegio de Regeneração”.

Na verdade, o sentido de uma acção, o que a faz inteligível, só poderá ser dado pela explicação narrativa do agente, sobre as intenções, motivos e propósitos que tem para ele a curto prazo e, mais amplamente, no horizonte da sua vida. Além disso, a dita intenção/motivos só podem tomar corpo ao expressar-se numa determinada linguagem valorativa, único modo para compreender as ditas acções (Bolívar et al., 2001: 101). A tarefa do investigador, neste tipo de análise, é configurar os elementos numa história que unifica e dá significado aos dados, com o objectivo de exprimir de modo autêntico a vida do indivíduo, sem manipular a voz dos participantes. Os dados podem proceder de diversas fontes, desde que sejam integrados e interpretados numa intriga narrativa. O objectivo último é revelar o carácter único de um caso individual e proporcionar uma compreensão da sua particular complexidade ou idiosincrasia (id.: 109-110).

O processo de uma análise narrativa consiste, então, em sintetizar um agregado de dados num conjunto coerente, em vez de os separar por categorias. Polkinghorne (in Bolívar et al., 2001: 110) estabelece os seguintes critérios para compor uma história de vida:

1. O investigador deve incluir descrições do contexto cultural em que o caso narrado teve lugar;
2. É preciso prestar atenção ao contexto temporal e espacial do protagonista;
3. Deve ter-se em conta outras pessoas que afectaram as acções e os objectivos do protagonista;
4. Concentrar-se nas acções e decisões do personagem da narrativa;
5. Ao construir a narrativa, o investigador deve considerar a continuidade dos caracteres do actor;
6. O resultado de uma análise narrativa gera uma narração;
7. A linha directriz para julgar a adequação de uma análise narrativa é saber em que medida a narração é plausível e compreensível.

O resultado não é, então, uma fria informação objectiva e neutra, onde as vozes do protagonista (investigador e investigado) aparecem silenciadas, nem tão pouco uma mera transcrição de dados; mas consiste em dar sentido aos dados e representar o significado no contexto em que ocorreram. O investigador deve incluir evidências e argumentos que apoiem a plausibilidade da narração oferecida. Embora possa haver várias disposições dos dados, o melhor informe é aquele que consegue uma maior autenticidade e coerência (Bolívar et al., 2001: 110-111).

As duas dimensões – vida e obra – não podem ser entendidas como uma divisória estanque, nem reduzidas a um único nível. O homem confunde-se com a obra. Seja qual for o caso considerado de adequação ou não, entre a obra e a vida, o biógrafo deve pensá-las juntas, sem reducionismo, articulando-as, pondo-as em tensão (Dosse, 2009: 388). No caso do P.<sup>e</sup> Airosa, verificar-se-á uma harmonia, uma coerência, um vaivém límpido entre uma e outra dimensão. Os modos de apropriação constituem parte integrante do traço deixado por esse homem, na esteira da sua obra. São, pois, parte integrante da evocação biográfica e fazem sentido para o biógrafo na construção do seu objecto. Por detrás da obra está o homem. Daí o grande objectivo de tentar, por todos os meios, conhecer e penetrar nas entranhas mais profundas do homem. E o pós-morte do biografado torna-se tão significativo quanto o seu período de vida, pelos traços que deixou e pelas múltiplas flutuações na consciência colectiva sob todas as suas formas de expressão. Não se pode deixar de falar da obra depois da morte do P.<sup>e</sup> Airosa, até porque ela continua o seu caminho, embora adaptada aos tempos e às novas pedagogias. Sente-se, pois, um sentimento identitário entre o P.<sup>e</sup> Airosa e a instituição que fundou.

É no confronto do sujeito com o tempo, com a mudança, com mutações constitutivas na relação com o outro que se forma a identidade. É a dialéctica entre essas duas dimensões ricoeurianas – a *ipseidade* e a *mesmidade* – que permite, pela mediação da identidade narrativa, restituir uma coesão de vida que não cessa de se fazer e de se desfazer (Dosse, 2009: 408). Para além da singularidade do percurso de vida do P.<sup>e</sup> Airosa, revivem-se momentos da história local e nacional da segunda metade do século XIX e primeiro quartel do século XX, nas esferas política, social e religiosa, com acentuada relevância para o ressurgimento do catolicismo no período pós-liberal, a formação dos aspirantes ao sacerdócio no seminário arquidiocesano de Braga, a mudança de regime político, os efeitos da I Guerra Mundial, etc.

Com o objectivo de sistematizar estes dados, tentei elaborar um biograma que mais não é que um mapa da trajectória de vida do P.<sup>e</sup> Airosa, onde se conjugam os acontecimentos e a cronologia. Este instrumento permite representar as trajectórias individuais como encadeamento cronológico de situações administrativas diversas, compromissos institucionais adquiridos, destinos, actividades realizadas, outros acontecimentos relevantes, continuidades e descontinuidades. É uma estrutura gráfica e cronológica dos acontecimentos que organizam a vida e a sua carreira.



### **3.2. A família e o local de nascimento**

Depois de uma sangrenta guerra fratricida que durante dois anos opusera liberais e absolutistas, o Liberalismo triunfou em Portugal, dando origem a reformas na administração geral e municipal, o que provocou grandes transformações na vida social, política e religiosa e grandes perturbações na ordem pública. Os últimos meses do ano de 1836 foram particularmente agitados. Em 15 de Agosto de 1835, a rainha D. Maria II, perante a instabilidade política, dissolvera o Parlamento e convocara a realização de eleições antecipadas, dando origem a deputados que se identificavam com o partido conservador do governo. Todavia, no Porto, venceu o partido da oposição, anticartista, identificado com os interesses de uma pequena e média burguesia ascendente. A chegada a Lisboa destes deputados do Norte levou à revolta de uma parte da população da capital e dos batalhões da Guarda Nacional, que exigiam à rainha a demissão do Governo e a proclamação da Constituição de 1822 (Setembrismo). Perante a incapacidade de controlar a revolta, o governo do duque da Terceira demitiu-se e a rainha jurou a Constituição de 1822.

O novo governo é presidido pelo conde de Lumiares e dirigido politicamente por Manuel da Silva Passos e Sá da Bandeira. Entretanto, D. Miguel faz, em Roma, uma proclamação aos seus partidários dizendo que, muito em breve, o teriam em Portugal. Em 3 de Novembro, por decreto da rainha D. Maria II, numa tentativa de golpe de Estado palaciano (conhecido como a Belenzada), é demitido o governo setembrista de Passos Manuel e substituído por outro de feição cartista. Contudo, Passos Manuel recupera de novo o poder, beneficiando da colaboração do marquês de Sá da Bandeira, do apoio popular e da Guarda Nacional, que fizeram abortar o golpe de Estado. Em 17 de Novembro, sai o decreto da criação dos liceus que passam a ministrar um ensino de maior conteúdo prático, tendo por objectivo único a preparação para a Universidade. Em 10 de Dezembro, proíbe-se a importação e exportação de escravos nos territórios portugueses a Sul do Equador. Em 31 de Dezembro, é promulgado o novo Código Administrativo pelo qual são suprimidos 466 concelhos, os distritos passam a ser dirigidos por administradores-gerais e as freguesias por regedores.

É neste contexto sociopolítico muito conturbado que João Pedro Ferreira Airosa nasce, em 20 de Dezembro de 1836, na cidade de Braga, freguesia de S. Pedro de Maximinos, onde foi baptizado no dia 24 do mesmo mês, como consta do respectivo assento exarado a fls.

206v. do Livro de Registo Paroquial de S. Pedro de Maximinos, referente aos anos de 1811 a 1841:

João, filho legítimo de Pedro José Ferreira Airoza e Ana Thereza de Jesus do lugar do Arrabaldo d'esta freguesia de S. Pedro de Maximinos, neto paterno de Manuel Ferreira e Maria Thereza Airoza e materno de João Carvalho Braga e Maria Thereza da Costa d'esta freguesia, nasceu aos vinte dias do mez de Dezembro do anno de mil oito centos e trinta e seis e foi baptizado solemnemente com imposição dos santos óleos aos vinte e quatro dias do dito mez e anno, foram padrinhos João Pedro do Campo de Sant'Anna e Francisca de Carvalho da freguesia de Celleirós, para constar fiz este assento que assigno era ut supra.  
/ O Coadjutor – Padre José Manuel Peixoto.<sup>1</sup>

João Pedro Ferreira Airoza é detentor da cédula pessoal n.º 151385,<sup>2</sup> passada pela Conservatória do Registo Civil de Braga, em 1924.<sup>3</sup> O pai, Pedro José Ferreira Airoza, viveu grande parte da vida no Brasil, onde conseguiu aumentar o património familiar. Voltou a Braga, tendo falecido em 29 de Junho de 1880, com 73 anos de idade. A mãe, Ana Teresa de Jesus, doméstica, era natural de Maximinos e aí faleceu com 77 anos de idade, em 1882. João era neto paterno de Manuel Ferreira e de Maria Teresa Airoza, lavradores, naturais do lugar do Paço, da freguesia de S. Tomé de Lanhãs, do concelho de Vila Verde, e neto materno de João Carvalho Braga e de Maria Teresa da Costa, de Maximinos, da cidade de Braga. João Airoza tinha dois irmãos: José e Ana Ludovina. José nasceu em 4 de Abril de 1838 e bem cedo terá seguido com o pai para o Brasil, onde acumulou riqueza. Terá regressado para casa dos pais, por volta de 1869. Ana Ludovina, dez anos mais nova (nasceu em 8 de Novembro de 1846), ficou solteira e foi a companhia do irmão padre, até ao fim da vida, na casa que possuíam na Rua da Cruz de Pedra, n.º 49, na referida freguesia de S. Pedro de Maximinos.<sup>4</sup>

Não se conhecem pormenores da vida de João Airoza na adolescência, mas supõe-se que terá percorrido o trajecto normal de um jovem da época e, gozando de algum desafogo económico, proveniente das remessas enviadas pelo pai, terá feito os estudos de Humanidades no Seminário/ Colégio de S. Caetano.

Por razões de curiosidade ou necessidade de legalizar heranças, o P.º Airoza procurou dados biográficos dos seus antepassados mais próximos, que guardou religiosamente, preocupado com as suas raízes. Ele próprio acrescentou alguns comentários que ajudam a compreender a sua árvore genealógica. Os dados biográficos dos ascendentes do lado paterno,

---

<sup>1</sup> ADB: Registos Paroquiais, Maximinos, cota 109, Nascimentos, n.º 6, fl. 206v. ABIMA Doc. 296.

<sup>2</sup> ABIMA Doc. 247.

<sup>3</sup> V. AP. DOC. Doc. 54.

<sup>4</sup> V. AP. DOC. Fig. 28.

segundo a nota do registo inserido em uma pequena tira de papel, na vertical, foram remetidos pelo pároco da freguesia de Lanhas, concelho de Vila Verde, P.<sup>o</sup> Manuel Vilela da Mota Barbosa.<sup>5</sup> Numa outra tira de papel, na horizontal, constam os dados do pai: Pedro José Ferreira Airosa era filho de Manuel Ferreira e de Maria Teresa Airosa, lavradores, naturais da freguesia de Lanhas, Vila Verde; nasceu em 1807 e faleceu a 29 de Junho de 1880, às 5 horas da manhã, na Rua da Cruz de Pedra, com 73 anos. Numa folha anexa, onde constam 4 registos (do pai, da mãe, do irmão e da irmã), há uma pequena correcção ao registo oficial, feita a lápis, provavelmente pelo P.<sup>o</sup> Airosa, esclarecendo que o falecimento ocorrera no dia anterior, 28 de Junho, às 11 horas da noite. A verdade é que, no “Livro para a escriptura da caza 1880”,<sup>6</sup> o P.<sup>o</sup> Airosa confirma a data de 28 de Junho. O mesmo cuidado, pela precisão, leva-o a registar os dados da mãe: Ana Teresa de Jesus, filha de João de Carvalho Braga e de Maria Teresa da Costa, natural de Maximinos; nasceu a 1 de Agosto de 1806 e faleceu a 13 de Setembro de 1882, às 10 horas da noite, com 77 anos. Constam também dados da irmã Ana Ludovina, que nasceu a 8 de Novembro de 1846 e faleceu a 15 de Agosto de 1931, um mês antes do seu próprio falecimento.

O caso do irmão, que tanta preocupação lhe causou, merece um apontamento mais desenvolvido. A irmã é referenciada em muitas oportunidades, e até na herança de que o Colégio de Regeneração beneficiou; mas do irmão nada refere. Neste conjunto documental, atrás referido, aparece uma nota com a indicação de que José Airosa terá falecido no dia 2 de Setembro de 1877, ainda os pais eram vivos, e numa pequena observação, a lápis, onde se diz que a informação “consta dum livro que estava no cofre pequeno”. Na verdade, num registo elaborado pelo próprio P.<sup>o</sup> Airosa, pode ler-se: “José Ferreira Airosa, meu irmão morreu no dia 2 de Setembro de 1877”.<sup>7</sup> Sensível como era, e embora se compreenda um certo afastamento pelo facto de o irmão ter crescido para a vida no Rio de Janeiro, há elos familiares que unem as pessoas e seria ele a pessoa mais indicada para tratar deste assunto, já que os pais estavam numa idade avançada. Seria a morte um enigma? A resposta encontrei-a numa carta dirigida a Teresa de Saldanha, no conjunto documental existente na Torre do Tombo.<sup>8</sup> É uma extensa carta de três páginas, datada apenas do dia 28, sem menção do mês e

---

<sup>5</sup> ABIMA Doc. 279 – “Dados biográficos da família do P.<sup>o</sup> Airosa”. Existe, ainda, em arquivo, um outro registo manuscrito onde alguém coligiu, em 2 folhas de papel de 35 linhas, os principais dados biográficos da vida do P.<sup>o</sup> Airosa (ABIMA Doc. 246).

<sup>6</sup> ABIMA n.º 66 (1-3).

<sup>7</sup> Id., *ibid.*.

<sup>8</sup> ANTT – AC Cx. 50, Maço 1, Doc. 14.

do ano. Mero esquecimento? A explicação está no próprio conteúdo da missiva. De facto, a carta revela o estado de nervosismo, ansiedade e muita angústia que dele se terão apoderado, ao ponto de esquecer de a datar correctamente. Sente-se a tensão interna, o conflito perante a situação dramática que, em família, se passou a viver, de um momento para o outro. Pelo contexto, e tendo em conta outros dados entretanto obtidos, a carta datará do dia 28 de um mês situado entre Abril e Julho de 1877, já que José Airosa faleceu em 2 de Setembro desse mesmo ano.<sup>9</sup>

Na carta que o P.<sup>e</sup> João Airosa dirige a Teresa de Saldanha, expondo o grave problema que acabava de atingir o irmão e que afectava e envolvia toda a família, particularmente os pais, já muito idosos, pede conselho e informação, denotando ainda alguma falta de à-vontade, porque o conhecimento era ainda muito recente, pouco mais de um ano, talvez. As primeiras Irmãs Terceiras Dominicanas enviadas por Teresa de Saldanha para o Colégio de Regeneração tinham chegado em 14 de Abril desse ano de 1877 e os contactos haviam sido iniciados mais ou menos um ano antes. O P.<sup>e</sup> João Airosa debatia-se, então, com várias frentes – o trabalho pastoral na igreja do Carmo, o Colégio de Regeneração ainda em fase de arranque e de reestruturação com a chegada das religiosas, os pais idosos a precisarem do seu amparo – e era ele o homem forte a quem competiria resolver o problema do irmão. Este episódio ajuda a compreender a personalidade deste homem e remete para o contexto financeiro nacional e internacional para a completa compreensão do problema. Veja-se a carta que dirigiu a Teresa de Saldanha:

Na antevéspera dos exercícios um mano meu de 40 anos perdeu a razão. Está um perfeito doudo e furioso ao último ponto. Vive com a família há 8 anos, desde que veio do Rio de Janeiro, e era bom e ajuizado, porém está hoje neste estado desgraçado por causa da crise dos bancos, onde tem sua fortuna.

V.<sup>a</sup> Excia. bem pode imaginar como será o meu viver de agora, e de meus pais já velhos. Sempre em casa, ouvindo dia e noite gritaria, mil destemperos, pancadas, em contínuo sobressalto; eis a minha vida, os meus exercícios! A vontade do senhor seja feita.

Nestas circunstâncias, minha Senhora, lembrou-me recorrer à muita caridade de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a pedir, por deus, o seguinte favor.

A continuar, meu irmão, neste estado, vejo que não há outro meio senão enviá-lo para Rilhafoles;<sup>10</sup> e desejava saber como o poderia conseguir, se o aceitavam de graça ou se mediante alguma quantia e quanto.

---

<sup>9</sup> Não é referido o local do falecimento e o registo não consta do L.<sup>o</sup> de Óbitos de Maximinos, o que nos leva a crer que José Airosa terá falecido fora da freguesia, eventualmente em Lisboa, onde o P.<sup>e</sup> Airosa tinha intenção de o internar.

<sup>10</sup> Trata-se do Hospital Psiquiátrico de Rilhafoles [hoje denominado Miguel Bombarda] que após a extinção das ordens religiosas foi instalado no edifício do ex-convento da Congregação de São Vicente de Paulo, na Quinta de Rilhafoles.

Meu mano ainda que tinha uma boa fortuna, a tem de tal modo comprometida nos bancos, que se pode dizer não tem nada, quando (...) não melhora, do que há poucas esperanças; e minha família não ficaria em boas circunstâncias, se com isto tivesse de fazer uma despesa muito grande.

Pedia pois a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a caridade de por meio de algum me tratar deste negócio e protegê-lo. Ele pede brevidade, e por isso peço também o favor de uma resposta com a brevidade possível.

Desculpe V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a escrita. Estou de tal modo nervoso que de mim mesmo me receio.

Desconhece-se o desenvolvimento deste processo, mas a morte do irmão ocorre num curto espaço de tempo. O pânico e desespero de José Airosa foram causados pela perda da fortuna financeira que detinha nos bancos, que terá tido o seu início na grave depressão económica que de 1873 a 1877 afectou os Estados Unidos, desencadeando uma série de falências bolsistas. Os primeiros sinais de dificuldades em alguns bancos terão sido notados em Maio de 1876, levando o Banco de Portugal a fazer suprimentos a algumas instituições bancárias, incluindo o Banco Comercial de Braga. A cronologia da crise desenrola-se rapidamente, dando origem a suspensão de pagamentos e a uma corrida frenética aos bancos que atingiu o próprio Banco de Portugal, vendo-se este obrigado a fechar as portas, em Agosto desse ano, por não ter condições para enfrentar a procura anormal de dinheiro pelo público. Segundo Carlos Antunes, em consequência da crise brasileira de 1875 e o regresso ao câmbio desfavorável, as remessas dos emigrantes que durante muitos anos tinham financiado a economia portuguesa e contribuído para equilibrar a balança comercial cronicamente deficitária, diminuíram substancialmente (Antunes, 2013: 15). Gilberto Maringoni fala de “uma nova crise monetária” que atingiu o Brasil em 1875, em consequência dos défices insanáveis das contas públicas, que levaram o Governo a adoptar uma política deflacionista e a recolher um quinto do dinheiro circulante do país (Maringoni, 2011: 77).

Ora, a causa da depressão do irmão do P.<sup>o</sup> Airosa (que possuía “uma boa fortuna” mas que estava “de tal modo comprometida nos bancos”, que é como se nada tivesse, porque os produtos financeiros perderam todo o valor, nesta conjuntura económico-financeira) parece ter aqui a sua origem. Perante as mais pessimistas perspectivas da melhoria da situação – “do que há poucas esperanças”, o desespero tê-lo-á levado à loucura, com consequente adversidade para os familiares.

### 3.3. A formação académica

João Airosa nasceu e cresceu num período particularmente adverso para a prática da religião. As suas convicções profundas terão sido adquiridas no seio da família, durante muito tempo reduzida à mãe e à irmã, já que o pai e o irmão estavam emigrados no Rio de Janeiro. É nesse ambiente familiar que o seu carácter e personalidade se vão forjando.

O que é que o terá levado ao Seminário? Que razões profundas estarão nessa decisão tão marcante? Pensando conhecer bastante bem tudo quanto até este momento me foi possível investigar sobre os escritos de e sobre João Airosa, não encontrei qualquer tipo de nota sobre esta questão. Mas há um pequeno episódio, narrado pelo P.<sup>e</sup> Martins Capela (1992), que terá ocorrido numa aula de Dogmática, no Curso de Teologia, por volta de 1856, que é bem revelador da sua já forte personalidade:

Aí por volta de 1854 a 56, à roda da cátedra de Dogmática apertava-se um curso de 200 e tantos rapazes, entre os quais dois distintos indo a cada passo à mão ao mestre. Também este os não poupava com remoques, alusões e chufas de mau gosto, Deus lhe tenha perdoado!

O pobre magíster que, segundo ouvi por esse tempo, não era modelo de saber nem de viver, nunca pensou decerto que um dos rapazes viria um dia como reformador do seminário reparar estragos da sua própria administração e de outros; e que o segundo fundaria a obra da Regeneração das infelizes, vítimas da devassidão de muitos.

Os rapazes era João Rebelo Cardoso de Meneses e João Pedro Ferreira Airosa!

*Digitus Dei...* (p. 364)

João Airosa frequentou como aluno externo as aulas do então denominado Seminário de S. Caetano, ao Campo da Vinha; sabe-se que aí frequentou, pelo menos, as aulas de Latim, como se comprova pela existência de um caderno de apontamentos, devidamente encadernado.<sup>11</sup> Frequentou, presumivelmente, o curso de Preparatórios do Seminário de Braga, ao tempo o mais concorrido de todo o país (Português, 2000: 507), que funcionava como instância complementar e alternativa à oferta estatal. Terá ingressado no Curso de Teologia em 1855. Que tipo de seminário era esse, nesses tempos conturbados do Liberalismo, em que as instituições eclesiais se moviam num clima de tanta adversidade e instabilidade?

A guerra civil de 1830-1834 é marcante na fragmentação dos católicos e os seminários, entre 1832 e 1834, sentiram enormes dificuldades de funcionamento por falta de verbas, em consequência das leis sobre os dízimos e foros. A vitória liberal de 1834 conduz à

---

<sup>11</sup> ABIMA n.º 15 – 1-3. Doc. 2938.

ruptura com a Santa Sé<sup>12</sup> e à promulgação de legislação anti-congregacionista, levando ao encerramento dos seminários entre os anos de 1834 e 1837 (Ferreira, 1937: 259), de tal modo que, só a partir daqui, é que foi permitida a admissão a Ordens Sacras (até ali proibida). Todavia, depressa os liberais dão conta da influência da hierarquia eclesiástica junto da população e a necessidade do seu apoio conduz a um entendimento que culmina com a Concordata de 1841.

Antes de 1832 havia, no Continente, doze seminários, entre os quais se contava o de Braga. Contudo, o conhecimento do funcionamento deste seminário é bastante reduzido devido à destruição dos livros de admissões, matrículas e ordenações que se perderam num incêndio da Câmara Eclesiástica Arquiepiscopal (Ferreira, 1937: 257). A organização dos seminários só foi possível a partir de 1848, com o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Governo e a Santa Sé. Antes, porém, havia sido dado um passo importante com a publicação da Carta de Lei de 28 de Abril de 1845, sobre a restauração dos seminários,<sup>13</sup> embora a sua aplicação não tenha sido imediata. Viviam-se tempos agitados, com insubordinações políticas, e o Minho era afectado, em 1846, pela Revolução da Maria da Fonte. O seminário de Braga reabre, finalmente, no ano lectivo de 1849/1950.

Que formação teológica e educação eclesiástica eram ministradas aos futuros sacerdotes? Entre 1838 e 1850, aos candidatos à ordenação apenas era exigida a frequência de quatro disciplinas curriculares: Latim, Lógica, Teologia Moral e um pouco de Teologia Dogmática (Ferreira, 1937: 303), sem obrigação de exame, bastando um atestado de frequência passado por qualquer professor público ou particular, sujeito a emolumento, a que ninguém se recusava (id.: 303-304). sta situação durou uma dúzia de anos e o resultado foi a admissão ao sacerdócio de uma multidão de padres de tão apoucada instrução que não podia deles esperar-se serviço algum útil à Igreja nem crédito para o desempenho do ministério sacerdotal (id.: 305). A partir de 1850, o poder civil regulou as habilitações literárias dos pretendentes a ordens sacras, aumentando as exigências, e para o Arcebispado de Braga são estabelecidas normas ainda mais restritivas, no que toca aos estudos. Com estas medidas, diz José Augusto Ferreira, as ordenações em Braga passaram a ser uma coisa decente (id. 307).

---

<sup>12</sup> A Revolução Liberal deu origem a uma duplicidade governativa em alguns bispados, onde coexistiam vigários capitulares nomeados pelo Cabido e outros nomeados pelo poder civil, tendo ficado a Igreja Católica portuguesa dilacerada por um irresistível cisma interno de gravosas consequências, como aconteceu em Braga, em 1834. Ali se instalou uma verdadeira anarquia provocada pelo poder civil, levando a demissões, reintegrações e suspensões de párocos e cônegos, acabando a diocese a ser governada, em simultâneo, por dois Vigários Capitulares (Português, 2000: 509-510).

<sup>13</sup> Pode ver-se a sua transcrição in Ferreira (1937: 274-283).

O Cardeal Arcebispo, D. Pedro Paulo,<sup>14</sup> vai ainda mais longe. Em 1855, cria o “Curso trienal do Seminário de Braga”, com seis disciplinas: Dogmática fundamental e História Eclesiástica, no 1.º ano; Dogmática especial e Moral 1.ª parte, no 2.º; Instituições Canônicas e Moral 2.ª parte, no 3.º ano, para além da aula de Canto). Obriga todos os candidatos ao sacerdócio a frequentar um curso regular, durante três anos, com exames e registo em livros de termos. É neste período e neste contexto de maior exigência e rigor que o jovem Airosa inicia os seus estudos de Teologia, rumo ao sacerdócio.

Mas a reforma dos Seminários não estava completa. Com a morte do cardeal arcebispo, vindo da diocese de Viseu, chega a Braga o grande reformador do Seminário, D. José Joaquim de Azevedo e Moura, licenciado pela Universidade de Coimbra. Mesmo antes de chegar a Braga expede, em Setembro de 1856, um Regulamento dos Estudos para o Seminário que mandou publicar e fazer cumprir (Ferreira, 1937: 316). A ordem, a disciplina, o estudo, a conduta moral, a organização dos estudos, os exames e as avaliações são as grandes linhas mestras desse documento. Estas normas são, pouco depois, reforçadas com novas exigências sobre a idoneidade dos candidatos, relativamente à sua formação científica e à conduta moral, dificultando o acesso ao sacerdócio a indivíduos que, pela sua ignorância, viessem a desvirtuar o seu ministério e se tornassem mais nocivos à igreja e à sociedade do que seria a sua falta. Por este Edital, de 2 de Dezembro de 1856, se vê que nem tudo foi pacífico e que as normas não terão sido acatadas como era desejável. Determina-se, então, para a moralização dos costumes dos estudantes, que usem o vestuário eclesiástico, proíbe-se o fumar nas ruas e praças públicas, assim como a frequência de lupanares, casas de jogo e botequins. O não acatamento a todas estas determinações leva a publicação de novo edital, dois anos depois, onde se estipula que “seriam excluídos da ordenação e riscados da matrícula das aulas do Seminário aqueles estudantes que habitualmente frequentassem casas de jogos proibidos, casas de prostituição e vendessem as vestes escolares ou compêndios para sustentar os seus vícios”. Seriam igualmente “excluídos da ordenação os estudantes dos Liceus, manchados com os mesmos vícios”. Finalmente, ameaça-se com a não admissão a Ordens de todos os que fossem dados ao jogo, que frequentassem botequins, não usassem as vestes escolares, não cumprissem os seus deveres religiosos e “aqueles que em descantes e motins nocturnos vagueassem pelas ruas da cidade”. Estes eram os problemas com que o arcebispo se debatia para formar com dignidade os futuros sacerdotes.

---

<sup>14</sup> D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo foi Lente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Arcebispo de Braga. Em Setembro de 1850, foi elevado à dignidade de cardeal, pelo Papa Pio IX.



Esta reforma foi bem acolhida por aqueles que pretendiam a reestruturação dos estudos do clero, cuja ignorância era atribuída à deficiente organização dos seminários, à má escolha dos compêndios e à incompetência dos professores. No campo oposto, estavam aqueles que, como diz Ferreira (1937: 335), desperdiçavam o tempo, vagueando pelas ruas da cidade, sem abrir um livro, e que chegavam aos exames sem conhecimentos, reclamando que eram exames a mais. Mas a reforma triunfou.

Foi neste contexto que João Airosa fez o seu curso teológico, movendo-se entre o ambiente de lassidão e de degradação e o clima de exigência e de mudança, através de uma conduta digna e modelar, onde a sua personalidade e carácter se forjaram e moldaram para uma vida de dedicação à igreja e à sociedade, num clima religioso tão adverso. Segundo os registos do Livro de Matrículas do Seminário de Teologia de Braga, de 1856-1863, João Pedro Ferreira Airosa, “assistente” na Rua Cruz de Pedra, n.º 12, na freguesia de S. Pedro de Maximinos, no ano lectivo de 1856-1857, matriculou-se nas “aulas” de Teologia Dogmática (fl. 3v.) e Teologia Moral (fl. 104). No ano seguinte, matriculou-se em Teologia Dogmática (fl. 6v.), Teologia Moral (fl. 109) e Instituições Canónicas (fl. 156v.).<sup>15</sup> Dos termos de exame, exarados em livro próprio,<sup>16</sup> consta que, no dia 13 de Julho de 1857, perante um júri constituído pelo Desembargador António Bernardo de Moraes Leal e pelos professores de Teologia Dogmática e História Sagrada e Eclesiástica, José Maria de Almeida e Silva (que foi abade de S. Pedro, de Vila Real), e Miguel Justino de Araújo Gomes Álvares (Egresso beneditino e cônego da Sé de Braga), João Airosa foi examinado e aprovado “*nemine discrepante*”, ou seja, com aprovação plena (fl. 67). No dia 5 de Julho de 1858, perante o presidente de júri acima referido e os professores de Teologia Moral e Instituições Canónicas, prestou provas nessas duas cadeiras merecendo, igualmente, a mesma classificação do ano anterior. O termo foi lavrado no Paço Arquiepiscopal, onde decorreu o exame, por António Joaquim Nunes de Abreu (Professor de Teologia Moral que, em 1859, passou a vice-reitor do mesmo seminário), que serviu como secretário (fl. 83v.).<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> “L.º de Matrículas 1856-1863”. Este livro serviu para as diferentes matrículas nas aulas do Seminário de Teologia de Braga. Encontra-se, não catalogado, no arquivo da antiga secretaria do Seminário de Teologia, actual secretaria da Faculdade de Teologia de Braga. Foi por mim consultado em Junho de 2013, por amabilidade do P.º António Cachadinha Alves, actual secretário da Faculdade de Teologia e ex-secretário do Seminário de Teologia.

<sup>16</sup> L.º de “Exames do Curso Teológico Misto – 1.º, 2.º e 3.º ano – 1851-1868”.

<sup>17</sup> V. AP. DOC. Fig. 27.

### 3.4. Ordenação sacerdotal e actividade pastoral

João Pedro Ferreira Airosa foi ordenado de presbítero, no dia 24 de Setembro de 1859, contando cerca de 23 anos de idade. Celebrou a sua primeira missa no altar de Nossa Senhora da Piedade, na Sé Primaz. Exerceu o seu ministério pastoral durante 72 anos, em quatro localidades da arquidiocese de Braga: nas paróquias de Maximinos (Braga) e da Pousa (Barcelos), na capelanía da Igreja do Carmo (Braga) e no Colégio de Regeneração, também em Braga.

O padre é ordenado para o serviço da igreja, na jurisdição imediata do Ordinário do Lugar, ou seja do bispo da sua diocese, em união ao Romano Pontífice. O P.<sup>e</sup> Airosa, no seu longo trajecto de vida, conheceu vários Papas e Arcebispos. Quando iniciou os estudos teológicos, era arcebispo de Braga o Cardeal Dom Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo (1843-1855). Posteriormente, trabalhou com os arcebispos: D. Joaquim de Azevedo e Moura (1856-1876); D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1876-1883); D. António José de Freitas Honorato (1883-1898); D. Manuel Baptista da Cunha (1899-1913) e D. Manuel Vieira de Matos (1915-1932). Durante este período, foram cinco os ocupantes da cadeira de S. Pedro, em Roma: Gregório XVI (1831-1846), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903), Pio X (1903-1914), Bento XV (1914-1922) e Pio XI (1922-1939).

O P.<sup>e</sup> Airosa iniciou a carreira sacerdotal na paróquia de Maximinos, como coadjutor do pároco, onde prestou serviço de Outubro de 1859 a Junho de 1861. Daí transitou para a paróquia de Santa Cristina da Pousa, do concelho e arciprestado de Barcelos, como pároco encomendado,<sup>18</sup> onde permaneceu uns escassos 5 meses, de Julho a Novembro de 1861. Volta para Braga, fixando-se na Igreja do Carmo, onde prestou serviço como responsável pela capelanía da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo,<sup>19</sup> durante mais de 20 anos, mesmo depois da fundação do Colégio de Regeneração, onde desenvolveu uma intensa actividade. Ali se revelaria um padre zeloso e inteiramente devotado ao seu múnus apostólico, cumprindo e impondo-se a si próprio um horário espartano: oração mental diária, no púlpito; prática [catequese aos adultos] das 5 às 6 horas da manhã, às quintas-feiras e domingos; catequese semanal às crianças, em duas associações; e confessionário no tempo restante.

---

<sup>18</sup> Segundo o Direito Canónico, o pároco encomendado (em oposição a colado) é o sacerdote nomeado interinamente para uma paróquia, com a obrigação da *cura de almas*.

<sup>19</sup> V. *AP. DOC.* Fig. 29.

Segundo registos encontrados em notas dispersas do espólio documental do P.<sup>e</sup> Airosa, sabe-se que, durante a sua permanência na capelanía do Carmo, se realizaram cinco missões de religiosos missionários que muito contribuíram para “alevantar e afervorar o espirito religioso”.<sup>20</sup> A 1.<sup>a</sup> teria sido orientada pelo P.<sup>e</sup> António Correia dos Reis e colegas; a 2.<sup>a</sup> pelos Padres Rademaker, Melli e outros; a 3.<sup>a</sup> pelo Superior da Ordem Franciscana e colegas; as duas últimas pelo P.<sup>e</sup> Manuel das Cinco Chagas. As missões orientadas pelos jesuítas Rademaker e Melli terão sido determinantes para a fundação da obra que se tornaria inseparável da pessoa de P.<sup>e</sup> Airosa. A sua vida pastoral passou, assim, a desdobrar-se em dois campos distintos entre si, mas que se completavam. E só deixou a capelanía quando, em 1886, se viu acometido por uma enfermidade pertinaz que o deixou quase incapacitado na fala. Desenganado pelos médicos mais hábeis de Braga e Porto do seu estado melindroso de saúde, sem esperança de restabelecimento, dirigiu-se a Lourdes e aí, no espaço de um mês, conseguiu melhoras consideráveis e completo restabelecimento, que ele atribuiu à intercessão da Santíssima Virgem. A partir daí, o seu palco de acção social e pastoral passou a ser, em exclusividade, o Colégio de Regeneração.

Em 1900, a igreja bracarense, em reconhecimento dos seus méritos, resolve distingui-lo, propondo ao Vaticano o título e a honra de *Monsenhor*. Essa atribuição pressupõe um contacto prévio com o envolvido e esse reconhecimento terá sido o único que não recusou. Mas nunca usou as insígnias nem as vestes próprias, como nunca se aproveitou das suas prerrogativas. Do processo de atribuição ressalta a carta do “Maggiordomato” do Vaticano,<sup>21</sup> de 5 de Junho de 1900, que reza o seguinte: “*La Santità di Nostro Signore si é benignamente degnata di annoverare fra i Suoi Camerieri Segreti Sopranumerari il Reverendo Sacerdote Giovanni Pietro Ferreira Airosa dell’Archidiocesi di Braga. Il Sottoscritto Maggiordomo della Santità Sua si rende sollecito di porgergli l’annuncio di questo grazioso tratto di Sovrana Pontificia considerazione. Francesco Della Valpe*”.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> O Direito Canónico recomendava que, de dez em dez anos, os párocos promovessem missões nas suas paróquias (cân. 1349). Estas missões internas eram pregações extraordinárias e especiais, continuadas durante alguns dias, e feitas ao povo católico para renovar o fervor cristão e com carácter catequético.

<sup>21</sup> O processo n.º 346/1900, do *Maggiordomato* do Vaticano, é composto por três documentos: uma Carta/diploma de atribuição do título; um rescrito endereçado pelo Mordomo de Sua Santidade a Mons. Airosa, com a data de 5 de Junho, no qual se transcrevem as Instruções sobre os Camareiros Secretos Supranumerários; e uma folha donde constam os emolumentos a pagar, totalizando a quantia de 100 Liras. A factura, segundo anotação, foi liquidada em 29 de Junho de 1900.

<sup>22</sup> “A Santidade de Nosso Senhor dignou-se benignamente incorporar entre os seus Camareiros Secretos Supranumerários o Reverendo Sacerdote João Pedro Ferreira Airosa da Arquidiocese de Braga. O subscrito Mordomo de Sua Santidade tem todo o gosto em comunicar-lhe o anúncio deste gracioso título da soberana consideração Pontificia”. IMA Doc. 245. V., ainda, Doc. 56 e 57.

### 3.5. O Homem e a Obra

A Casa d'Abrigo/Colégio de Regeneração nasce na segunda metade do século XIX, quando o catolicismo social aparece como uma nova forma de acção na sociedade portuguesa, numa conjuntura nacional marcada pela matriz do movimento reformador do catolicismo. “Para o catolicismo passou a ser central a afirmação de que a sua função e a sua missão se jogavam no terreno social, pois os seus valores necessitavam de se corporizar nas estruturas e nos comportamentos da sociedade” (Ferreira, 2002: 55). A igreja pretendia repor os valores abalados pelas ideias do Liberalismo. Diria que a obra do P.<sup>e</sup> Airosa, da forma como foi concebida, antecipa e concretiza a própria doutrina social da Igreja que, em 1891, seria proclamada na encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum*, onde a questão social é debatida e se diz ser um erro capital a divisão entre ricos e pobres, afirmando que os esforços dos homens não obterão êxito satisfatório sem o concurso da Igreja. A *Rerum Novarum*, bem como outros trabalhos de Leão XIII e a sua acção no longo cargo como Papa (1878-1903), deu início a uma nova forma de relacionamento entre a Igreja Católica e o mundo moderno. Ela consistiu na abertura da própria Igreja ao mundo do trabalho e no empenho pela procura de soluções, à luz do Evangelho e dos ensinamentos cristãos, para os problemas sociais vividos pela Humanidade.

Vivia-se, então, num contexto político da formação dos Estados nacionais. No campo económico, assistia-se à consolidação do liberalismo. No campo ideológico, dominava o *Manifesto do Partido Comunista* (1848). A encíclica, considerada como o documento fundador da doutrina social da Igreja, analisa e denuncia a exploração a que eram submetidos os operários e pede a efectiva presença do Estado para tutelar os direitos dos trabalhadores. Desta forma, inaugura uma maneira de a Igreja se pronunciar sobre as questões sociais. A *Rerum Novarum* tornou-se a *carta magna* da actividade cristã no campo social, ao proclamar a instauração de uma ordem social justa e ao afirmar que os graves problemas sociais só podiam ser resolvidos pela colaboração entre todas as forças intervenientes.

O conhecimento directo dos graves problemas sociais e morais, que lhe chegavam através do seu contacto diário com as pessoas e, particularmente, através do confessorário, inquietam o P.<sup>e</sup> Airosa e não o deixam indiferente. Foi, então, na sequência da segunda missão, que a ideia da fundação do Colégio de Regeneração surgiu e se tornou realidade. O P.<sup>e</sup> Carlos Rademaker teria intenção de fundar um colégio para rapazes e o P.<sup>e</sup> Airosa entendia que mais necessário e urgente seria criar uma casa de acolhimento para raparigas e mulheres,

retirando-as da rua e de caminhos menos recomendáveis, pela exploração a que eram sujeitas nos locais de trabalho ou, então, pela falta dele. Essa ideia, fruto de um conhecimento profundo da vida urbana do seu tempo e do zelo apostólico que o guiava, não seria muito fácil de concretizar, devido às reacções que, naturalmente, viriam a desencadear-se num tempo de declarada hostilidade clerical. Por outro lado, em 1869, o P.<sup>e</sup> Airosa tinha apenas 33 anos de idade e vivia num contexto social conservador, numa pequena cidade de província. Por isso, a fundação de uma instituição deste género seria, certamente, um acontecimento extraordinário de forte imprevisibilidade e, ao mesmo tempo, de alto risco pelas críticas e calúnias que poderia vir a provocar-lhe.

Conhecendo a imensa quantidade de registos que deixou e a forma ponderada e reflectida com que abordava as questões, facilmente se conclui que se tratou de uma decisão bem amadurecida. Se, por questões metodológicas, se trata separadamente a obra e a história de vida do seu fundador, reitere-se que não é possível separar o Homem da Obra. Ao P.<sup>e</sup> João Airosa não lhe faltou a coragem e o arrojo necessários para, do nada, se lançar numa promissora aventura. O seu exército foi a coragem. A coragem não é a mais alta, nem a mais bela, nem a mais rara das virtudes humanas. Mas é a mais necessária e a mais útil: aquela sem a qual todas as outras virtudes se enfraquecem, desfazem ou anulam.

Bem integrado na sociedade civil do seu tempo, com a colaboração de todas as pessoas de boa vontade, socorrendo-se dos políticos influentes, P.<sup>e</sup> Airosa promove uma onda de solidariedade através de benfeitores e visitantes, cativa os industriais e a imprensa, forma uma direcção com um grupo de senhoras influentes e com capacidade de liderança, agrega um grupo mais alargado de senhoras da alta sociedade, do Porto e de Lisboa, para apadrinhamento da obra, cria oficinas de trabalho, promove exposições, diversifica actividades e estratégias, introduz as tecnologias mais avançadas da época, cultiva o gosto pelo teatro e pela música, incentiva o conhecimento das letras e da técnica, estimula a modernização e proporciona um novo rumo de vida a quem lhe pede apoio. Enfim, uma obra de intervenção social, um projecto inovador inspirado pela sua sensibilidade. Abraçou uma causa e a ela se dedicou, quase em exclusividade, numa entrega plena aos mais desfavorecidos da sorte, doando-lhe todo o tempo da vida, o seu saber, o seu amor e os seus bens temporais. Com o seu espírito empreendedor, e como homem de acção, poderia ter sido um grande empresário do seu tempo se não tivesse abraçado a carreira sacerdotal.

Para a elaboração de regulamentos internos tentou consultar as normas de outras instituições similares de Portugal, Espanha e França. E para a instalação de oficinas procurou

informação e conhecimento, visitando fábricas e asilos de beneficência de Lisboa, Porto, Guimarães, e do estrangeiro. Uma das grandes apostas recaiu na tecelagem que, por essa época, florescia no Vale do Ave. Mas o seu espírito estava sempre mais além. Era um apaixonado pelas novas tecnologias emergentes, como o comprovam os imensos prospectos, em arquivo, que lhe chegavam de França, Inglaterra e Irlanda, assim como as máquinas que foi adquirindo. Consultou e recebeu instruções de professores estrangeiros e dos mais hábeis artistas portugueses sobre as indústrias ajustadas ao trabalho feminino.

Em 1886, já com 50 anos de idade, P.<sup>e</sup> Airosa empreende uma prolongada viagem por terras de Espanha e França, de que deixou importantes notas de viagem num “livrinho de bolso” que intitulou “Apontamentos da minha viagem ao estrangeiro em Maio de 1886”<sup>23</sup> Dele se conclui que o P.<sup>e</sup> Airosa era um excelente observador, um técnico muito exigente consigo próprio e um pedagogo profundamente convencido quanto à importância da educação na formação do carácter e da personalidade.

A viagem teve início no dia 22 de Maio e terminou em 23 de Julho, incluindo estadias no Porto, Madrid, Lourdes (passando um dia em Pau e três em Toulouse), Paray-le-Monial, Lyon, Bordéus, Madrid, Lisboa e Porto. A passagem por Lourdes, segundo um escrito de pessoa amiga e que P.<sup>e</sup> Airosa conservava no seu “livrinho”, terá a ver com a grave doença que contraíra na faringe e na laringe, em virtude dos seus muitos trabalhos de pregação e confessionário na igreja do Carmo, que o terão deixado sem forças, excessivamente magro e quase sem fala, ao ponto de só se exprimir por sinais mímicos. Em Lourdes, conseguiu melhoras consideráveis e o completo restabelecimento. Daí a sua grande devoção que o levou a erigir, em 1895, na igreja da Conceição, o altar de Nossa Senhora de Lourdes, para o qual mandou vir de Paris a imagem que, ainda hoje, aí se conserva. Ao lado do altar, mandou colocar um painel com uma pequenina pedra da Gruta e a declaração da sua autenticidade, à esquerda, com a respectiva tradução, do lado direito: “Nossa Senhora de Lourdes. Altos Pyreneos. O Superior dos Missionários de Nossa Senhora de Lourdes declara que a pedra junta foi extrahida do Rochedo da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes. 27 de Junho 1886”.

---

<sup>23</sup> Esse “livrinho” perdeu-se mas, em Dezembro de 1986, ainda é dado como existente. De facto, o jornal interno *Convívio* dá conta pormenorizada dessa viagem de 1886, a partir dessa fonte original (*Convívio* n.º 23, dez. de 1986, pp.1 e 4; n.º 24, Maio de 1987, pp. 1 e 4) (ABIMA Docs. 1500 e 1501). Há, ainda, em arquivo uma folha dactilografada, possivelmente da autoria do Doutor Costa Lopes, que tem por título “A propósito do Centenário (1886-1986) da mais importante viagem de Mons. Airosa ao estrangeiro: Extracto do artigo de A. da Costa Lopes publicado em Junho de 1977 no *Correio do Minho* e no *Diário do Minho* sob o título ‘Para a história de Braga / à margem de uma exposição’” (ABIMA Doc. 00231).



Figura 11 - Fotografia do P.º Airosa (ca. 1890) e painel colocado ao lado do altar da Senhora de Lourdes, na igreja do Colégio

Em Lyon – a cidade mais industrial de França e berço do autor das máquinas de tecelagem Jacquard, o que mais lhe interessava era conhecer o progresso da técnica da tecelagem. Maravilhado com esse desenvolvimento, P.º Airosa enverga a blusa de tecelão, procura aperfeiçoar-se naquela arte. No regresso, traz para Portugal livros técnicos dos melhores autores sobre este ramo de indústria, assim como uma colecção de desenhos e tecidos típicos para instrução das suas colegiais.

Em Lourdes e Lyon, como em Madrid e Bordéus, procurou tomar contacto com instituições semelhantes às do Colégio de Regeneração. Pormenores de edifícios e de equipamentos, de organização e de métodos, de higiene e de estética, não faltando, ainda, desenhos de muitos desses pormenores, de tudo isso P.º Airosa ia tomando nota no seu diário de viagem. E também lá escrevia comentários como, por exemplo: “é admirável o método de ensino com canto e ginástica”, “tudo na maior limpeza e ordem”, “é casa pobre e pouco limpa, e as recolhidas vestem mal e com desigualdade”.

Tendo em conta toda a informação recolhida, P.º Airosa tentou implementar um projecto educativo que tivesse em conta o tipo de pessoas a quem teria de dar resposta e que correspondesse a objectivos determinados conducentes à reabilitação integral da mulher acolhida. Diversificou a aprendizagem para ir ao encontro das aptidões e interesses do maior número possível das internas. Para isso criou um leque variado de ‘cursos’ e oficinas. Daí a existência, no ABIMA, de livros, jornais e apontamentos diversos sobre corte e costura, bordados, malhas, engomados, flores artificiais, desenho de ornato e artístico para bordados e

tecidos, lavandaria, tinturaria, agricultura, jardinagem, criação e trato de animais domésticos, culinária, limpeza e economia doméstica, higiene, etc. O seu conhecimento não era meramente experimental mas assentava em bases teóricas que colhia nos livros, como ele próprio afirma numa entrevista que concede a Manuel Araújo, em 1928, publicada já depois da sua morte (Araújo, 1932):

Tive aqui o melhor técnico português. Quando o governo do sr. Conselheiro João Franco foi buscar ao estrangeiro vários professores, consegui que me dispensasse um, alemão, que me prestou os melhores serviços, porque era muito sabedor. Mas não me contentei, apenas, com a sabedoria destes técnicos. [Busquei-a] nos livros e na experiencia. Meti-me no comboio e visitei tudo o que lá por fora havia de melhor. Comprei tratados especializados rebuscando o que me podesse ser útil. Consegui que neste Colégio se chegasse a uma perfeição verdadeiramente consoladora, vendo os seus productos preferidos por toda a gente. (p. 85)

P.<sup>o</sup> Airosa visitou fábricas e asilos de beneficência em Guimarães, no Porto e em Lisboa. Consultou e recebeu instruções de professores estrangeiros e dos mais hábeis artistas portugueses sobre a indústria de tecelagem e das outras mais adequadas a trabalhadoras mulheres. O Colégio, como já referido, concorreu com os seus produtos a diversas exposições de Braga, Porto, Lisboa e Paris, nas quais foi premiado com medalhas de ouro e de prata, e com diplomas de mérito. Em Berna, capital da Suíça, foi muito apreciada e louvada a Escola de Tecelagem do Colégio (Oliveira, 1918: 115); no regresso, P.<sup>o</sup> Airosa trouxe para o Colégio 17 volumes sobre tecelagem, dos melhores autores que escreviam sobre este ramo de indústria e uma colecção variada de desenhos e tecidos típicos, para análise e estudo das colegas.

### **3.6. O Homem e o pedagogo através da correspondência**

A correspondência é uma fonte importante de conhecimento, normalmente fragmentada e dispersa. Há, todavia, necessidade de equacionar procedimentos metodológicos para que a sua análise seja proveitosa. Daí uma série de questões mais abrangentes que, à partida, se me colocaram: Quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais foram escritas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual ou quais os seus objectivos? Qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características, enquanto objecto material? Que assuntos/ temas envolvem? Como são exploradas em termos de vocabulário e linguagem? Que número de páginas e de textos sobrepostos?



A comunicação à distância fazia-se, no tempo de P.<sup>e</sup> Airosa, essencialmente através de cartas que, neste caso, eram utilizadas como instrumento na transmissão de ordens, organização e gestão da obra. Nelas se colhe muita da sua pedagogia e da sua personalidade, sobretudo na correspondência que manteve, ao longo de anos, com a Fundadora e Superiora Geral das Terceiras Dominicanas, Teresa de Saldanha. Onde estão essas cartas?

Não existe um conjunto devidamente organizado da correspondência do Colégio de Regeneração ou do seu Fundador. Há cartas dispersas, relativas à parte comercial e à parte administrativa, mas pouco significativas para a área educativa. O Copiador<sup>24</sup> que, a partir de 1924, começou a ser utilizado, regista 147 minutas ditadas por Mons. Airosa ao seu amanuense, nos últimos anos de vida, mas são pequenos textos essencialmente de carácter administrativo.

Foi, no entanto, possível reunir um conjunto significativo de 114 cartas, compreendidas no período de 1876-1918, que se encontram no arquivo da instituição, no conjunto das cartas de Teresa de Saldanha, entretanto publicadas (Saldanha, 2006; Saldanha, 2012<sup>a</sup>; Saldanha, 2012b) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.<sup>25</sup> Essa recolha possibilitou-me a construção de uma base de dados que me permitiu cruzar a informação e ter uma visão alargada do arco temporal em análise, sobre a organização e funcionamento do Colégio, bem assim como do inter-relacionamento dos principais intervenientes no processo.

Desse total de 114 cartas, há um conjunto de 67, com expressa referência dos remetentes e destinatários, locais de emissão e data de emissão (Quadro IV), que se evidenciam de particular interesse para conhecer melhor a personalidade do P.<sup>e</sup> Airosa e o seu lado mais oculto. São as cartas trocadas com Teresa de Saldanha, as cartas de Teresa de Saldanha para a mãe, para uma amiga e para as religiosas em serviço no Colégio; são as cartas enviadas pelas superiores de Braga para a Madre Geral, são cartas de Maria Perry ou a carta do P.<sup>e</sup> Airosa para o P.<sup>e</sup> António de Oliveira. O conjunto destas dezenas de cartas, mais intimistas, permitem um conhecimento mais profundo do Homem perante o inesperado, em confronto com tensões internas e com os graves problemas de vária ordem, ou então de

---

<sup>24</sup> ABIMA n.º 18 (1-3)

<sup>25</sup> ANTT – AC. Esta documentação estava no palácio e quinta de São Domingos de Benfica, outrora pertença da Infanta D. Isabel Maria, filha do rei D. João VI, que Teresa de Saldanha havia comprado em 1877, em hasta pública, e dela fizera a Casa-mãe da Congregação. Pelo decreto de 8 de Outubro de 1910, foram dissolvidas todas as Congregações Religiosas e as Irmãs expulsas das casas onde residiam, apoderando-se o Governo de todos os seus bens. As Irmãs de Benfica deixaram a casa no dia 10, sendo levadas pelos soldados para o Arsenal da Marinha (Nicolau, 2002: 280-281). A documentação foi levada para a Torre do Tombo e incorporada no *Arquivo das Congregações* mas nunca foi devidamente tratada. A sua consulta torna-se muito difícil e valeu-me, para o efeito, a ajuda da responsável, Dr.<sup>a</sup> Odete Martins.

reconhecimento, de manifestação de bom senso, de ponderação. As cartas revelam uma outra faceta do Homem e se, apesar de tudo, na obra e no itinerário do P.<sup>o</sup> Airosa, o enigma permanece inteiro, no que toca à personagem a marca da sua presença é luminosa.

**Quadro IV - Conjunto de cartas do período de 1876-1918**

Remetente	Destinatário	Local de emissão	N.º de cartas	Período
P. <sup>o</sup> Airosa	Teresa de Saldanha	Braga	31	1876-1904
Maria Perry	Teresa de Saldanha	Braga	11	1876-1877
Teresa de Saldanha	P. <sup>o</sup> Airosa	S. Domingos Benfica	3	1888-1908
Teresa de Saldanha	Mãe	S. Domingos Benfica Braga	2	1878-1889
	Maria Augusta	S. Domingos Benfica	1	1884
	Madre Maria José	Braga	3	1904
	Madre Santa Estanislau	Lisboa	5	1910-1915
	Madre Maria Catarina	Lisboa	1	1912
	Madre Santo Inocêncio	Lisboa	1	1913
Madre Maria José	Teresa de Saldanha	Braga	15	1889
Irmã M. <sup>a</sup> Catarina	Teresa de Saldanha	Braga	1	1892
P. <sup>o</sup> Airosa	P. <sup>o</sup> António Oliveira	Braga	1	1918

Claro que é pertinente questionarmo-nos sobre o valor das cartas. Há obras escritas em forma de carta que são conservadas pelo seu valor histórico, filosófico, literário ou documental. Algumas cartas pessoais, que não visavam a publicação, também ganharam fama pelo seu valor literário, pelas informações que continham ou por constituírem documentos sobre factos que o autor presenciou ou nos quais participou. As cartas oferecem, por vezes, depoimentos vivos e pessoais de viagens, guerras e factos históricos relevantes. Por outro lado, constituem o elemento da cultura escrita mais divulgado e extensivo.<sup>26</sup>

A carta pode ser analisada em diversas dimensões. Sendo um espaço, ainda que codificado, de manifestação de uma personalidade única, o seu conteúdo pode, no entanto, transcender a mera informação pessoal. As referências a casos concretos da experiência pessoal e as notícias veiculadas fornecem, muitas vezes, dados importantes para os diversos

<sup>26</sup> Justino Magalhães. *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime*. Braga: Un. Minho, 1994, p. 158.

ramos do saber como a Língua, a Escrita, a História, a Educação, a Antropologia, a Sociologia e a Política. As cartas, como diz Castillo Gómez (2008), dão para salvar o testemunho de quem as escreveu ou apreciar o muito que trazem à memória colectiva da história de todos.

As cartas são produzidas pela ausência e pela distância e contra as mesmas são capazes de impor a presença e a imediatez, tornando-se assim verdadeiras conversas entre ausentes ou, numa forma mais institucionalizada, um meio fundamental na transmissão de ordens, tornando-se, em determinadas circunstâncias, um instrumento essencial na organização de algumas instituições. Castillo Gómez (2008), muito apropriadamente, chama-lhes elos de união na longitude, pontes de papel na distância. Estes documentos abrem um campo de possibilidades quase inesgotáveis porque são verdadeiras “páginas e fragmentos de memória” e, muitas vezes, uma verdadeira enciclopédia da vida das pessoas. As cartas podem ser analisadas na sua dimensão prioritariamente informativa, de documento único, porque são registos de que, geralmente, não há segunda via. Apesar da complexidade da informação, é o seu conteúdo que nos fornece a identificação do remetente, a definição do tempo e das circunstâncias, e a intensidade de relacionamento entre remetente e destinatário. Os modos de expressão revelam bem, por sua vez, as relações hierárquicas existentes entre eles.

Antes de passar à análise do conteúdo destas cartas, há que ter em conta o suporte material e o teor da mensagem. As cartas são papéis, papéis muito vulneráveis, sujeitos às contingências e vulnerabilidades do tempo, do local de arquivo e do desinteresse de papéis votados ao esquecimento. Se, por um lado, são papéis portadores de confidências, de assuntos do foro privado, familiar ou institucional, tornando-se, por vezes, documentos comprometedores que há conveniência em destruir, por outro lado, eles são também esclarecedores de muitas dúvidas. Daí a devida prudência na sua utilização, como nos adverte Justino Magalhães (2010a: 14):

Múltiplos desafios se levantam ao historiador quando se faz uso deste tipo de fontes: como respeitar a privacidade e a intimidade face e no interior de uma escrita noticiosa, de uma escrita de negócios, de uma escrita de prova, como cruzá-la com outras fontes, uma vez que ela gerou e legitimou a sua própria factologia?

Mas o gesto epistolar, como diz Roger Chartier (1991: 9), é um gesto privilegiado, livre e codificado, íntimo e público, tendendo entre o secreto e o social. Cada grupo vive e formula à sua maneira esta problemática, estabelecendo um equilíbrio entre o ‘eu’ íntimo e os outros.

O objectivo da análise das cartas do P.<sup>e</sup> Airosa e das que outros escreveram sobre ele ou sua obra, é conhecer e compreender o Homem na sua intimidade e na sua relação com os

outros. O Quadro V, onde a correspondência se cruza na diacronia, pode ser a chave de interpretação. No ano de 1889, por exemplo, é possível cruzar a correspondência do P.º Airosa para Teresa Saldanha e da Madre Maria José para a mesma destinatária. Verifica-se ainda que o P.º Airosa manteve correspondência com Teresa de Saldanha, com certa assiduidade, entre 1876 e 1904. Não deixam de chamar a atenção, também, as cartas dirigidas pela Madre Geral para a Madre Santo Estanislau, superiora do Colégio de Regeneração.

**Quadro V - Cruzamento de correspondência**

<b>Correspondência</b>	<b>1876 1877</b>	<b>1884 1889</b>	<b>1891 1892</b>	<b>1894 1904</b>	<b>1908</b>	<b>1910 1915</b>	<b>1918</b>
P.º Airosa – Teresa de Saldanha	7	6	7	11			
Maria Perry – Teresa de Saldanha	11						
Teresa de Saldanha – P.º Airosa	1			1	1		
Teresa de Saldanha – Mãe	1	1					
Teresa de Saldanha – Maria Augusta		1					
Madre Maria José – Teresa de Saldanha		15					
Madre Maria Catarina – Teresa de Saldanha			1				
Teresa de Saldanha – Madre Maria José				3			
Teresa de Saldanha – Madre Santo Estanislau						5	
Teresa de Saldanha – Madre Maria Catarina						1	
Teresa de Saldanha – Madre Santo Inocêncio						1	
P.º Airosa – P.º António Oliveira							1

A correspondência com Teresa de Saldanha tem início pelo ano de 1876, com vista à contratação das Irmãs Terceiras Dominicanas para assumir a direcção interna do Colégio de Regeneração. A vinda das Irmãs foi alvo de um processo lento, que envolveu vários intervenientes, porque a congregação estava ainda na fase inicial de formação das religiosas e eram poucas as disponíveis para enviar para Braga. O P.º Airosa, em resposta a uma carta de Teresa de Saldanha, agradece o zelo e o interesse por esta obra de Braga, e diz sentir-se consolado por ver que um dia as Irmãs Terceiras Dominicanas virão. Informa que as

recolhidas já estão a par da mudança que em Janeiro se operará<sup>27</sup> e a aguardam com ansiedade. Agradece, ainda, a escolha de uma superiora que terá de ser uma pessoa perspicaz, de piedade, prudência e muita caridade.<sup>28</sup> O processo da vinda das Irmãs foi conduzido por si, mas isso não implica que tenha posto de parte outras colaborações.

De facto, P.<sup>e</sup> Airosa utiliza os bons serviços de uma das senhoras da Direcção, amiga de Teresa de Saldanha, de que se conhecem 11 cartas, num curto espaço de tempo.<sup>29</sup> Maria Perry informa Teresa de Saldanha que tem uma filha nas Doroteias, de 16 anos, que é fraca e débil, e pede que a visite e fale com a Superiora daquele colégio. P.<sup>e</sup> Airosa aproveita para manifestar a sua satisfação pela vinda das Irmãs, nos inícios do ano seguinte.<sup>30</sup> Poucos dias depois, em nova carta, como resposta, Maria Perry diz que transmitiu o recado ao P.<sup>e</sup> Airosa e que a vinda das Dominicanas para a Casa de Abrigo será uma bênção de Deus. Informa que o P.<sup>e</sup> Airosa andava adoentado mas continuava a prestar serviço, todos os dias, na Igreja do Carmo.<sup>31</sup> O papel de mediadora entre Teresa de Saldanha e o P.<sup>e</sup> Airosa está bem patente em uma outra carta, onde ela conta à destinatária que lhe deu notícias minuciosas das Dominicanas e lhe contou do muito interesse que a Mestra de Noviças sentia pela casa de Abrigo, o que o deixou contentíssimo.<sup>32</sup>

Entre Outubro de 1876 e Abril de 1877, o P.<sup>e</sup> Airosa escreve, pelo menos, cinco extensas cartas a Teresa de Saldanha.<sup>33</sup> Em causa estava a chegada das Irmãs que, por circunstâncias várias, se ia retardando cada vez mais e os sentimentos manifestados vão da satisfação à ansiedade, pela demora. Informa que, para além da Superiora, precisam de uma irmã para mestra, que saiba ler, escrever e ao menos a costura branca.<sup>34</sup> Quando toma conhecimento da escolha da superiora e da vinda de três irmãs, fica radiante.<sup>35</sup> Mas o tempo passa e as Irmãs não chegam. Então, dominado pela ansiedade, escreve a Teresa de Saldanha, mostrando que não vê onde estão as dificuldades, porque o tempo está excelente, as estradas

---

<sup>27</sup> Como já referido, estava previsto que elas viessem em Janeiro de 1877 mas só vieram em Abril desse ano.

<sup>28</sup> Braga, 25.07. 1876. ANTT – AC Cx. 51, 1 (23).

<sup>29</sup> V. *AP. DOC.* Doc. 80 a 90.

<sup>30</sup> Braga, 28.07.1876. ANTT – AC Cx. 50, 1 (29).

<sup>31</sup> Braga, 01.08.1876. ANTT – AC Cx. 50, 1 (30).

<sup>32</sup> Braga, 05.08.1876. ANTT – AC Cx. 50, 1 (31).

<sup>33</sup> Há uma sexta carta, de Julho de 1877, num momento particularmente difícil por causa da depressão do irmão que já foi alvo de análise.

<sup>34</sup> Braga, 17.10.1876. ANTT – AC Cx. 50, 1 (22).

<sup>35</sup> Braga, 09.01.1877. ANTT – AC Cx. 50, 1 (19).

reparadas e viaja-se sem receio. Por que adiam, pergunta, se no Colégio as Irmãs são tão precisas!<sup>36</sup> A inquietação toma conta dele e, alguns dias depois, insiste: “E as Irmãs quando virão? Ainda haverá muita demora? Deus não o permita porque são aqui muito necessárias”.<sup>37</sup> Até que, finalmente, chega a boa notícia da vinda das Irmãs e ele apressa-se a escrever desejando feliz viagem.<sup>38</sup>

Sabe-se que Teresa de Saldanha partilhava preocupações com duas pessoas que junto dela ocupavam um lugar muito especial – a mãe e a amiga íntima, Maria Augusta. Ora, o P.<sup>e</sup> Airosa e a presença das Irmãs no Colégio de Regeneração era assunto recorrente nas cartas de Teresa para a mãe.<sup>39</sup> Mas é numa carta para a amiga Maria Augusta, já referida no capítulo 2, que Teresa de Saldanha se refere com ternura à “tão querida casa de Braga” e às transformações que nela se têm operado devido “muito e tudo ao Padre Airosa, que é um zeloso e santo sacerdote”, mas só quem a visita pode compreender o bem que ali se faz. Teresa de Saldanha ‘veste a camisola’ da instituição quando declara à amiga que as suas deslocações a Braga são demoradas, porque aí tem muitas pessoas amigas por quem se sente grata, pelo facto de serem benfeitoras e protectoras do Abrigo. E manifesta, assim, o seu regozijo: “Consola-me imenso saber que pessoas de Lisboa visitaram aquele estabelecimento tão bom e tão significativo. Quem desejasse fundar uma casa semelhante, o melhor que tinha a fazer era ajudar aquela obra já fundada e bem começada do que ir fazer uma coisa nova”.<sup>40</sup> Uns anos depois, numa deslocação a Braga, Teresa de Saldanha escreve à mãe e confidencia-lhe: “Está concluída com o Padre Airosa a importante missão que cá me trouxe de deixar as Irmãs bem estabelecidas. Este estabelecimento está magnífico”.<sup>41</sup>

A correspondência entre o P.<sup>e</sup> Airosa e Teresa de Saldanha terá sido mantida ao longo do tempo. Constatamente preocupado com a chegada das Irmãs, há uma carta do P.<sup>e</sup> Airosa em que manifesta ansiedade acerca disso “para não serem apanhados de surpresa”. Aí trata também de um assunto, talvez de ordem social, que, não o deixando demasiado preocupado, lhe merecia prudência e atenção. Diz não lhe parecer haver muito a recluir, enquanto se mantivesse o ministro Barros Gomes e Beirão. Mas, adianta, parece-lhe

---

<sup>36</sup> Braga, 26.01.1877. ANTT – AC Cx. 50, 1 (21).

<sup>37</sup> Braga, 03.02.1877. ANTT – AC Cx. 50, 1 (20).

<sup>38</sup> Braga, 04.04.1877. ANTT – AC Cx. 50, 1 (18).

<sup>39</sup> S. Domingos de Benfica, 26.10.1878 (Saldanha, 2012a: 23).

<sup>40</sup> S. Domingos de Benfica, 18.11.1884 (Saldanha, 2012a: 331-332).

<sup>41</sup> Braga, 17.09.1889 (Saldanha, 2012a: 75).

(...) uma espalhafatada do Governo para, nas Câmaras, poder responder às reclamações dos radicais porque as medidas já deverão estar tomadas. Passará por uma sindicância através dos chefes de distrito mas não passa disso. Mas é bom que haja toda a prudência, sem que falte a confiança em Deus.

Enfim, dez anos depois da chegada das Irmãs Dominicanas, o P.<sup>e</sup> Airosa desabafa: “o Abrigo vai no seu curso de prosperidade e as Irmãs fazem bom serviço, o que podem”.<sup>42</sup>

O edifício acabava de sofrer as grandes obras de restauro e reconstrução (o Convento, dizia Teresa de Saldanha à amiga Maria Augusta, era um montão de ruínas) e, apesar de alguma instabilidade política, como afirma na carta acima referida, diz que é chegado o momento, como estava estabelecido, “de providenciar sobre o andamento do Colégio” e entende que é tempo disso porque tem importantes oficinas de tecelagem, lavandaria, engomados, malha e costura e “com grande movimento e giros de negócios que demandam muito trabalho e cuidados além de outros não menos atendíveis sobre a educação, ensino e parte espiritual das recolhidas e ocorrências melindrosas, etc.”. A sua grande preocupação está no insuficiente número de religiosas: “um pessoal insuficiente prejudica a boa direcção, administração e vigilância que o Colégio reclama”. Mas também se preocupa, e muito, com a vida das Irmãs: “Na minha opinião, não é menos prejudicial às irmãs, às quais, porque muito sobrecarregadas e atarefadas, falta o tempo preciso para cuidarem de si, para se entreterem juntas, e conversarem em comunidade, para assim manterem o espírito religioso de união e força”. Pensa na quantidade necessária de irmãs para dar formação nas oficinas – quatro para as oficinas em funcionamento e duas para a oficina de tecelagem – mas preocupa-se com o perfil de superiora que é necessária para esta instituição, definindo-lhe o perfil adequado: “uma superiora esperta, cabeça fria, decidida e firme”. Reconhece, contudo, que a verdade poderá não estar só do seu lado e, então, sugere que a situação que se estava a viver no Colégio poderia ser avaliada por uma pessoa independente: “Bom seria que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> ou uma das Religiosas mais habilitadas da Comunidade viesse passar aqui algum mês para melhor poder avaliar e conhecer as providências a tomar, reformar o que precisasse reforma e fazer entrar na ordem tudo e todos”.<sup>43</sup>

Teresa de Saldanha, numa extensa carta de 9 páginas, diz que “Superiora exactamente nas condições que pretende ela não a tem”. Mas aponta o nome de uma que diz ser detentora “de esperteza e intelligencia”. Entretanto, aponta algumas exigências para a permanência das

---

<sup>42</sup> Braga, 20.01.1888. ANTT – AC Caixa 14 (v.) 690.

<sup>43</sup> Braga, 16.09.1888. ANTT – AC Cx. 53.

Irmãs em Braga: ter alguns quartos só para as Irmãs, ou seja, uma parte do edifício mais reservada às Irmãs para quartos e refeitório; estabelecer um horário que permita às Irmãs rezarem o Ofício no Coro, às horas devidas; ter um confessor que não poderá ser o Director. Para além disso, fala da necessidade de estabelecer normas para regulamentar o relacionamento entre a Superiora e o Director.<sup>44</sup>

Nos últimos quatro meses do ano de 1889, o P.<sup>e</sup> Airosa dirige 4 cartas a Teresa de Saldanha e, pelo meio, cruzam-se 15 cartas que a nova Superiora de Braga remete para a Superiora Geral. Ainda antes da chegada das novas religiosas, o P.<sup>e</sup> Airosa manifesta a grande alegria que reina no Colégio pela notícia da vinda das Irmãs e da visita de Teresa de Saldanha que, diz, “ainda não tivemos o gosto de ver aqui desde que possuímos o convento”.<sup>45</sup> A nova Superiora da comunidade religiosa, ao informar a Superiora Geral de que as celas já estavam em ordem e os espaços reservados à comunidade quase prontos, aproveita para falar do P.<sup>e</sup> Airosa num tom algo enigmático: “o P.<sup>e</sup> Airosa, por ora, é o mesmo e espero que se conserve”.<sup>46</sup> As cartas para Teresa de Saldanha, onde relata as transformações operadas na organização da Casa, ao nível das colegiais e da comunidade religiosa onde introduziu normas (que não agradaram a todas e terão, até, provocado pequenos atritos), sucedem-se a um ritmo acelerado. A exposição minuciosa dos acontecimentos e os procedimentos que tem introduzido, sobretudo na comunidade religiosa, seria uma forma de colher o aval da Superiora. Diz, também, ter falado com o P.<sup>e</sup> Airosa que concorda que as colegiais precisavam de ser um pouco sacudidas.<sup>47</sup>

Perante as recentes alterações, o P.<sup>e</sup> Airosa diz à Superiora Geral que o Abrigo tem melhorado, que já se notam as reformas realizadas e que muito se tem colhido não só na parte administrativa mas também na direcção das recolhidas. Diz, ainda, que muito há a esperar da boa vontade e zelo da Irmã Superiora e das novas Irmãs que vieram, cuja escolha foi acertadíssima, que está muito satisfeito com elas e com os seus serviços. As recolhidas, “apesar de sentirem o agulhão que as chama à ordem”, estão satisfeitas e contentes, o que revela o tino e prudência de quem as dirige com jeito e ao mesmo tempo com firmeza.<sup>48</sup> É esse ponto de equilíbrio que, muitas vezes, é difícil de encontrar.

---

<sup>44</sup> S. Domingos de Benfica, 24.10.1888. ABIMA Doc. 429.

<sup>45</sup> Braga, 29.08.1889. ANTT AC Cx. 14 A (275).

<sup>46</sup> Braga, 25.09.1889. ANTT AC Cx. 14 (v.) 819.

<sup>47</sup> Braga, 23.10.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 779.

<sup>48</sup> Braga, 25.10.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 778.



Dias depois, segue uma carta da Madre Maria José para Teresa de Saldanha, onde parece haver uma leve crítica à actuação do P.<sup>e</sup> Airosa: “O P.<sup>e</sup> Airosa está bem e está convencido de que o mimo às pequenas faz mal, já vai procedendo de outro modo, o que é muito bom”.<sup>49</sup> Dois dias após, nova queixa contra o Director (“Estou um pouco *azuada* com o Sr. P. A.; não sei se terei razão”), agora por causa do relacionamento com as senhoras da Direcção. Reconhece, no entanto, que, pela sua maneira de se explicar, não o achava culpado de nada. Pela análise das circunstâncias em que isto ocorre, o P.<sup>e</sup> Airosa encontrava-se na difícil posição de intermediário entre a Direcção e a Superiora da comunidade religiosa que era a directora interna do Colégio. Fazer a ponte entre quem estava habituado a ter uma voz muito activa (Direcção) e quem agora estava a assumir as rédeas do comando da Casa (Superiora) exigia tacto, prudência e diplomacia. A Superiora entende que “mesmo assim foi bom eu ter-lhe tocado neste ponto, pois assim sempre ele terá cuidado de para outra vez ou em circunstâncias análogas de pensar em nós e terá medo de nos escandalizar, o que vejo ele não quer de nenhum modo”.<sup>50</sup> Os conflitos com a Direcção, diz a Madre em carta à Superiora Geral, continuam, por causa da intromissão na casa, entrando sem pedir licença, assim como se lamenta da pouca delicadeza com que são tratadas. Queixa-se também do P.<sup>e</sup> Airosa, por este não a consultar abertamente no que toca à admissão de colegiais e por não ser convidada a participar nas reuniões da Direcção.<sup>51</sup> Levanta o problema do contrato a estabelecer entre a Congregação e o Colégio, a que o P.<sup>e</sup> Airosa se refere, também por carta, a propósito de pormenores que surgiram na reunião de Direcção e que se prendem com a gratificação ou remuneração das Irmãs.<sup>52</sup>

A Madre Maria José vinca bem a sua posição de que a direcção interna pertence à Superiora, e que, portanto, as senhoras da Direcção tinham o direito de entrar mas queria ser avisada e seria ela a acompanhá-las. Em uma referência directa ao P.<sup>e</sup> Airosa, diz: “Já o justifiquei da falta de nos não chamar à Direcção pois vejo, na verdade, que deseja fazer-nos a vontade e não nos desconsiderar. Como traz a cabeça cheia de coisas, é fácil às vezes não fazer o que deve, ele mesmo o diz”.<sup>53</sup> Na carta seguinte, informa que “o Sr. P.<sup>e</sup> Airosa está tratando de fazer assinar o contrato e depois lhe escreve”. Mas releva a sua atitude e

---

<sup>49</sup> Braga, 28.10.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 774.

<sup>50</sup> Braga, 30.10.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 771.

<sup>51</sup> Braga, 03.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 770.

<sup>52</sup> Braga, 04.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 768.

<sup>53</sup> Braga, 05.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 769.

delicadeza com que vai gerindo o relacionamento entre a Superiora e a Direcção: “ele está em muitas boas disposições, teme sempre de decidir alguma coisa sem eu ser ouvida; vejo que lhe fez impressão o caso da Direcção. Deus permita que ele assim continue”.<sup>54</sup> A sua perspicácia e atitude pedagógica estão bem claras nas palavras que a Superiora dirige a Teresa de Saldanha: “o P.<sup>e</sup> Airosa não acha bem a Ir. Piedade na porta por ser nova e por causa do defeito de falar muito e como é forte é pena estar sem serviços pesados”.<sup>55</sup>

Os pontos de vista do P.<sup>e</sup> Airosa e da Superiora não eram, de facto, plenamente coincidentes, como se conclui de uma outra carta, na qual a Madre se opõe à indigitação de uma outra irmã, proposta pelo P.<sup>e</sup> Airosa, porque, como afirma, não a acha de boa consciência, não lhe inspira confiança e não se dá bem com as pequenas. Das palavras da Madre sobressai o conciliador: “o Sr. P.<sup>e</sup> Airosa está por tudo. Só disse o que pensava”.<sup>56</sup>

Entretanto, o ambiente continua agitado e pede à Superiora Geral a vinda de uma Madre para que veja como as coisas estão e como a comunidade religiosa se porta, porque há ainda muitos pormenores onde é preciso agir,<sup>57</sup> já que, como reafirma dias depois, os problemas com a Direcção parecem estar sanados.<sup>58</sup>

A versão do P.<sup>e</sup> Airosa, que se cruza com esta correspondência da Madre Superiora, é bem positiva, pois informa que a Direcção está contentíssima com as Irmãs que vieram e tudo vai bem. Há só uma lacuna a preencher, e que demanda remédio pronto, para que as coisas entrem na ordem. Os teares estão quase entregues a uma formadora que não era respeitada e que exorbitava das suas competências, dando origem a “altercações e queixas”, pelo que se tornava necessário ter uma Irmã competente neste sector, confiando que a Superiora Geral viesse a prover a esta necessidade.<sup>59</sup>

A orgânica entre a Direcção Externa e a Direcção Interna ainda não estava bem definida e isso levantava problemas de relacionamento entre os diversos actores. A entrada indiscriminada das senhoras da Direcção voltou, assim, a ser assunto de uma nova carta, mas agora para dizer que o assunto teria sido resolvido na última reunião de Direcção onde o

---

<sup>54</sup> Braga, 14.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 756.

<sup>55</sup> Braga, 21.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 753.

<sup>56</sup> Id. V. ainda: Braga, 24.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 750.

<sup>57</sup> Braga, 27.11.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 746.

<sup>58</sup> Braga, 01.12.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 745.

<sup>59</sup> Braga, 02.12.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 737.

Director, com todo o tacto para não melindrar as senhoras, terá dito que ninguém entraria sem pedir licença e “todas concordaram e acharam razoável”.<sup>60</sup>

Nas cartas da Madre Maria José ressalta o cuidado que exigia a selecção das Irmãs para trabalhar nesta Casa. Refere-se a uma que servia para determinada tarefa mas “branda de mais para lidar com esta gente”; reconhece, porém, que “tem tino que é o que mais é preciso nesta casa”. E repete a ideia: “Aqui não precisamos tanto pessoas de trabalho, como de tino”. O “tino” pressupõe equilíbrio, sensatez. Daí o afirmar que “a muita viveza, a aspereza aqui não dá bom resultado, as pequenas não vão com a muita peguilhisse”.<sup>61</sup> A última carta, de 31 de Dezembro, foca o desentendimento entre uma irmã e a responsável pelos teares e informa que o P.<sup>e</sup> Airosa está doente, com uma angina, mas sem cuidados.<sup>62</sup>

Entre Agosto de 1891 e Março de 1892, o P.<sup>e</sup> Airosa dirige 7 cartas a Teresa de Saldanha e, coincidentemente, existe também uma da Madre Maria Catarina para a mesma destinatária. Na primeira desta série de cartas, o P.<sup>e</sup> Airosa revela bem ter consciência da importância de ter uma Superiora com capacidade de liderança mas, ao mesmo tempo, com inteligência para equilibrar com firmeza e brandura, até porque

(...) os tempos não correm favoráveis para as obras de Deus; e dos desacertos, numa instituição tão melindrosa, pode advir o seu descrédito, responsabilidades e desgostos sérios para as Irmãs, para a Direcção e Director, que por certo não será o mais preocupado. Preciso é portanto preveni-los e atalhar-lhe a tempo.

Aproximava-se o tempo de proceder à escolha de uma nova superiora, já que a actual não estava “à altura” da Casa, pois “a experiência do tempo decorrido demonstra que a substituição é não só boa para o Colégio como também precisa e conveniente para as irmãs”. A caracterização que P.<sup>e</sup> Airosa faz da Superiora é fruto de uma observação atenta da sua conduta e do procedimento para com os diferentes intervenientes:

(...) não tem uma inteligência perspicaz, vê pouco. Sem dar por si é por vezes desigual, precipitada, desconcertada e inconveniente. Leva-se das impressões do momento, é demasiado zelosa da sua autoridade, não sabe conciliar a firmeza com a brandura de modos. E não é fácil de a tornar em si.

De uma possível candidata diz que “tem cabeça, que vai muito mais longe, mas compromete-a bastante a sua rispidez e falta de benevolência nos casos que a pedem”. Apesar de algumas apreciações sobre as Irmãs não parecerem muito positivas, o seu objectivo não é marginalizar

---

<sup>60</sup> Braga, 05.12.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 744.

<sup>61</sup> Braga, 19.12.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 733.

<sup>62</sup> Braga, 31.12.1889. ANTT – AC Cx. 14 (v) 724.

as pessoas. Delicadamente, pede licença para expressar a sua opinião, com franqueza, dizendo que “ambas podem prestar bons serviços no Abrigo quando sujeitas a uma superiora que as contenha, que as advirta e guie”.<sup>63</sup>

Depois de uma carta onde fala, essencialmente, de obras no espaço reservado às Irmãs,<sup>64</sup> outra se segue, onde agradece, de novo, a nova superiora: “A Irmã Maria Catarina Ricci, pela sua educação mais fina e maneiras, está mais para Superiora do que a actual. Deus a ajude e a todos nós, porque a missão é espinhosa, como o são todas as obras de grande alcance espiritual”. E termina com um pequeno desabafo, dizendo que tem andado com muito trabalhos e cuidados por causa das contas que tem de apresentar ao governo, forçosamente até ao fim do mês, e que só tem dormido 4 a 5 horas por causa desses trabalhos.<sup>65</sup>

Na carta seguinte, volta a agradecer a nova Superiora e mostra-se cansadíssimo por estar a preparar a exposição para a visita real ao Colégio, ficando, até, sem tempo para celebrar missa. O governo educacional do Colégio parece estar assegurado com a vinda da nova Superiora que não se cansa de agradecer, pois “com o muito conhecimento da casa e das recolhidas lá vai guiando o barco muito bem”. Reconhece, de novo, que as pessoas são úteis quando estão no lugar certo, como acontece com o actual desempenho da ex-directora. Tem palavras de muito apreço para com a Irmã que dirige a oficina de tecelagem: “Tem génio artístico. Com dificuldade se encontrará, entre religiosas, alguma que consiga tanto naquela indústria, tão difícil e complicada”. Nesta carta de 7 páginas, informa que o ministro das Obras Públicas [João Franco] ficou impressionado pelo que viu; e mandando a Braga o Director Geral do Comércio e Indústria, para estudar e fazer um relatório das indústrias daqui, lhe recomendou, por 2 vezes, que viesse estudar e examinar as indústrias do Colégio.<sup>66</sup>

O Director [Madureira Pinto], que o P.<sup>o</sup> Airosa considera como um homem hábil, com conhecimento das indústrias, e principalmente da tecelagem, que tem ido estudar ao estrangeiro, deslocou-se de facto ao Abrigo com o Governador Civil e com os professores estrangeiros da escola industrial e examinou tudo, detalhadamente, com espírito observador. Disse que, apesar de ter viajado muito, nunca vira coisa que lhe agradasse tanto, e principalmente a direcção e orientação que ali observava no ensino das diferentes indústrias. Ficou admirado com o que ali se fazia, com aquela gente, dizendo que estava ali mais

---

<sup>63</sup> Braga, 19.08.1891. ANTT – AC Cx. 53 (59).

<sup>64</sup> Braga, 28.09.1891. ANTT – AC Cx. 53 (58).

<sup>65</sup> Braga, 15.10.1891. ANTT – AC Cx. 53 (57).

<sup>66</sup> Braga, 25.11.1891. ANTT – AC Cx. 53 (60).

adiantada a instrução industrial que em todas as outras fábricas do país, e até nas escolas industriais. Informou que o ministro estava nas melhores disposições de auxiliar o Colégio, e que ele não o estava menos. No final, pediu que se fizesse uma resenha ou designação dos aparelhos mais essenciais para completar as instalações das diferentes oficinas, porque alguma coisa se haveria de conseguir. O remate da carta diz bem do espírito inovador e empreendedor do P.<sup>e</sup> Airosa, referindo-se a uma ida ao Porto “para estudar uns certos maquinismos e aparelhos, e apresentar o orçamento da despesa a fazer-se”.<sup>67</sup>

A carta da nova Superiora para Teresa de Saldanha é reveladora da tensão entre o P.<sup>e</sup> Airosa e a Superiora Geral, por causa da retirada da responsável pela oficina de tecelagem. Diz que o P.<sup>e</sup> Airosa “está de cabeça perdida” e que por isso já lhe deu bastante que fazer. E desabafava: “não sei como hei-de aturar o Padre”. Mas reconhece que os teares precisam de uma pessoa dedicada a esse trabalho e que seja inteligente. A tensão chega ao rubro quando o P.<sup>e</sup> Airosa ameaça “em meter alguma senhora e diz que visto tirarem a Ir. S. Paulo já não pode observar o contrato”.<sup>68</sup>

O exposto por Madre Catarina de Ricci está em plena sintonia com as duas extensas cartas do P.<sup>e</sup> Airosa, dirigidas a Teresa de Saldanha, nesse mesmo dia, e no dia seguinte. Mostra-se surpreendido com a súbita decisão da retirada da pessoa que habilitou para os teares, que tanto trabalho deu para a instruir nas dificuldades da oficina de tecelagem e que, de repente, fica sem ninguém que a substitua. Delicadamente, não deixa de lhe dizer: “V. Ex.<sup>a</sup> desculpe-me este desabafo, desabafo de quem já se encontra oprimido com o peso excessivo de trabalhos e cuidados, e que de futuro ficará como mergulhado num labirinto; e em que ocasião?!”.<sup>69</sup> No dia seguinte, reage mais a frio, mas ainda assim com uma grande angústia, porque se sente só, com o encargo de uma obra que “actualmente alberga e alimenta 106 pessoas, as suas 4 oficinas, já importantes, e as suas circunstâncias financeiras demandam toda a prudência na sua administração e exige que seja confiada a pessoas idóneas e hábeis”. Constata que a Superiora, cansada pela idade, é já morosa e menos expedita, e a Santa Isabel, completamente absorvida pelo expediente do salão de labor, não bastam para resolver o problema. De uma outra diz que “é muito boa alma para orar, e para mais nada”. Portanto, conclui, a irmã que pretende retirar, pelo seu jeito, actividade e competência “é insubstituível no lugar que ocupa”. E não refreia as palavras para afirmar com uma certa dureza: “a sua falta

---

<sup>67</sup> Braga, 28.12.1891. ANTT – AC Cx. 53 (56).

<sup>68</sup> Braga, 24.03.1892. ANTT – AC Cx. 83 (IV, 40).

<sup>69</sup> Braga, 24.03.1892. ANTT – AC Cx. 83 (IV, 34).

seria um verdadeiro desastre, e uma calamidade para o Abrigo, mormente sendo assim precipitada e repentina. É porque V.Ex.<sup>a</sup> ainda não o tem assaz ponderado e calculado”. Sempre com delicadeza, mas também com firmeza, não deixa de afirmar, com certo amargor e indignação, a sua forte convicção:

Na direcção, administração e expediente da tecelagem ninguém ali poderá fazer coisa alguma sem um certo tempo de aprendizagem; e não estávamos prevenidos para isso. Se ao menos V.Ex.<sup>a</sup> tivesse mandado uma Irmã hábil e inteligente, a quem ela se encarregasse de instruir e habilitar para a substituir, a sua falta não seria tão desastrosa.

Entende que esta obra, pela sua especificidade e exigência social, é prioritária e que nem o Patriarca de Lisboa, para onde estava indigitada a tal religiosa, haveria de querer tal coisa, pois “uma consciência escrupulosa não pode querer um transtorno de tal ordem numa obra de Deus”. E, esgotando todos os seus argumentos, termina com uma súplica: “É esta a graça que venho pedir. Pedir, não para mim, mas para uma obra de Deus – a salvação das almas – obra que pela sua alta importância reclama atenção séria e conscienciosa”.<sup>70</sup>

A correspondência entre o P.<sup>e</sup> Airosa e Teresa de Saldanha dá a conhecer uma outra faceta deste Homem, como mediador em assuntos relacionados com a instalação de um dispensário no Convento da Ave Maria, no Porto, que a rainha D. Maria Pia queria instalar, com orientação das Dominicanas. Dos contactos que estabeleceu, concluiu que o que existia “estava completamente transformado pela má orientação e pouco juízo da meza da Irmandade” mas diz que se entendeu “com os mesários e com o Governador Civil e tudo ficou bem”. Aconselha, ainda, que Sua Majestade a Rainha e Teresa de Saldanha “de modo algum consintam que o Dispensario vá para a Agua Ardente”<sup>71</sup> Seria um triumpho para a canalha, uma vergonha, e um escândalo para os bons”. Serve-se da boa amizade do Governador Civil, José Novais, que havia sido um seu poderoso aliado no lançamento da oficina externa de tecelagem, e do médico Dr. Nunes da Ponte, autor da letra do hino do Colégio de Regeneração, senhor de “bons sentimentos”, para os sensibilizar para esta causa. O médico visitará, em breve, o Dispensário e o Governador Civil, que “tenciona ir breve a Lisboa para se entender com Sua Magestade, a Rainha, sobre o Dispensario”, é homem “d’empreza e

---

<sup>70</sup> Braga, 25.03.1892. ANTT – AC Cx. 83 (IV, 36).

<sup>71</sup> A Casa da “Água Ardente”, segundo Teresa de Saldanha, é o edifício onde funciona uma escola anticatólica, onde outrora existiu uma igreja que foi demolida.

d'acção e o dispensário, na sua mão, se montará depressa, a não ser que sirvam de embaraço as obras que é mister fazer-se na caza".<sup>72</sup>

Em nova carta, expedida um mês e meio depois, alude a uma outra da destinatária, que o informava da vinda de mais Irmãs para o Colégio. Claro que não fica contente com a solução, porque há competências que "só se adquirem com a pratica de muito tempo", mas em face da total impossibilidade só lhe resta resignar-se: "É Deus que tudo dispõe". Relativamente ao Dispensário do Porto, diz não saber o que dizer, porque não conhece bem o terreno mas, mesmo assim, adianta: "A ideia com que de lá vim, era que havia apenas a caza e que todo o terreno era destinado à estação do caminho de ferro". Estava bem dentro da problemática e das dificuldades que se levantavam à sua volta por forças políticas da oposição, pelo que o projecto teria de ser faseado. Aconselha confiança no amigo Governador Civil: "O que posso assegurar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> é que o José Novaes é homem para a obra, homem d'acção, e persistente, no qual se pode confiar. Estas obras estão no seu genio, e dedica-se-lhes de corpo e alma".<sup>73</sup>

As cartas veiculam informações, confidências, conselhos e revelam sentimentos de gratidão, de alegria e tristeza. De tudo se faz portadora a carta. A resposta de Teresa de Saldanha, que existe transcrita no ABIMA, sob o rótulo de confidencial,<sup>74</sup> desvenda alguns contactos havidos com a Rainha e as suas exigências para a organização do Infantário Real, em Lisboa, que a "obrigou a fazer grandes mudanças". Esta carta de Teresa de Saldanha volta ao problema do dispensário que a Rainha queria abrir no Porto, onde o P.<sup>o</sup> Airosa já se havia deslocado para desbloquear a situação. Ela conta a história da oferta da casa da "Água Ardente, onde há anos se praticam horrores contra a nossa religião, na capela então existente. A capela foi destruída, e nesse local fizeram uma casa, na qual estabeleceram uma escola anti-católica". Tinha ouvido o lamento das pessoas pela aceitação da casa e, finalmente, a rainha, depois de ter conhecimento dos antecedentes dessa casa, censurou a oferta que lhe tinha sido feita. Desejava agora Sua Majestade que o dispensário se pudesse abrir perto da Igreja da Ave Maria. Para isso, pede, exige a direcção das Irmãs Dominicanas: "não prescindo de ter as Irmãs Dominicanas. A Superiora Geral tem de me dar as Irmãs, e para superiora quero uma portuguesa". Isto acarreta novas mudanças e dificuldades na gestão das Irmãs. Em face do exposto, e apesar do grande sacrifício que lhe poderá ocasionar, propõe uma troca de Irmãs e

---

<sup>72</sup> Braga, 30.11.1894. ABIMA Doc. 306 (36-88).

<sup>73</sup> Braga, 16.01.1895. ABIMA Doc. 306 (93-94).

<sup>74</sup> ABIMA Doc. 306 (36-86).

diz confiar, “como sempre com a sua bondade”. Mas tem o cuidado de perguntar: “Fazendo isto ficaria V.<sup>a</sup> Rev.<sup>a</sup> contente ou descontente comigo?”. E conclui: “Veja se me pode dizer o sim, que muito me ajuda na dificuldade em que estou, não tendo outra portuguesa para quem me volte”.<sup>75</sup>

As últimas nove cartas conhecidas, que o P.<sup>e</sup> Airosa escreveu a Teresa de Saldanha, situam-se entre 28 de Dezembro de 1897 e 8 de Maio de 1904. São cartas de circunstância, embora algumas delas incluam algumas informações relevantes. Assim, escreve: “o nosso Collegio não tem ido mal, por mercê de Deus, antes tem subido, trabalhos mais aprovados, melhor a sua aceitação no publico, e mais crescido o numero de azyladas. São 112 as internadas, as da oficina externa 36. Os frutos também são consoladores”. Fala da exposição do Palácio de Cristal, do Porto, e dos prémios alcançados e informa que, em breve, irão tecer um novo quadro do Bom Jesus, em seda, “para V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> ahi colocar na sala de visitas.”<sup>76</sup>

O P.<sup>e</sup> Airosa encarrega-se, ainda, em duas cartas, da mediação na compra de uma quinta hipotecada à mãe de uma religiosa dominicana<sup>77</sup> e saúda Teresa de Saldanha que assume o cargo de Superiora Geral: “Cargo espinhosíssimo; mas é Deus que o impõe. Não faltarão luzes e graças para o bom desempenho da divina missão. A conservação da preciosa vida da ilustre fundadora e ora Superiora Geral, sua boa saúde e a abundância das bênçãos do ceu...”.<sup>78</sup>

A gestão do Colégio de Regeneração era uma tarefa sempre inacabada. Os problemas sucediam-se, porque as colegiais estavam em constante mutação. As Irmãs iam sendo substituídas, um pouco à mercê de outras necessidades da Congregação, e o seu número era sempre insuficiente. Quando tudo parecia resolvido, novos problemas surgiam e tudo se complicava. É disso prova evidente o conteúdo da carta do P.<sup>e</sup> Airosa, que assim se dirige a Teresa de Saldanha: “Na ultima carta a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> dizia que era urgente providenciar para ocorrer à confusão e desordem. Depois disso adoeceu a Irmã Germana, e a situação piorou. Venho pois hoje pedir de novo a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a caridade de não demorar a vinda das Irmãs”.<sup>79</sup> Nas missivas seguintes, agradece o envio de novas Irmãs que “vê-se foram escolhidas e há a

---

<sup>75</sup> S. Domingos de Benfica, 25.01.1895 (Saldanha, 2012b: 271-273).

<sup>76</sup> Braga, 28.12.1897. ABIMA Doc. 306 (37-47).

<sup>77</sup> Braga, 02.11.1898. ABIMA Doc. 306 (37-76) e Braga, 04.11.1898. ABIMA Doc. 306 (37-77).

<sup>78</sup> Braga, 03.02.1900. ABIMA 306 (37-185).

<sup>79</sup> Braga, 10.05.1902. ABIMA Doc. 306 (38-262)



esperar d'ellas bons serviços;<sup>80</sup> comunica o falecimento da Madre Assistente que “no ceu (assim o creio) está já colhendo o fructo do seu zêlo por esta casa, do muito que aqui trabalhou por Deus e pela salvação das almas”.<sup>81</sup> Diz, ainda, que “era muito conhecida e tractava com muitos por causa dos trabalhos do salão” de tal forma que “à sahida da Igreja para o cemitério as recolhidas e gente de fora ficaram em gritos e houve accidentes”. Muita gente acorreu ao Colégio, incluindo o Arcebispo Primaz e com ele foi avançada a hipótese de a Superiora Geral mandar vir Irmãs da mesma Ordem do estrangeiro.<sup>82</sup>

A última carta, de 8 de Maio de 1904, informa que enviou pelo correio um pequeno livro, que acaba de se publicar sobre o Colégio de Regeneração, e ainda o programa das Festas Jubilares que, no Colégio, se celebra nos dias 10, 11 e 12 de Junho. Dirige à Fundadora e Superiora Geral o convite para estar presente para

(...) abstrahimento das habituaes fadigas pelo descanso aqui d'alguns dias, pelas boas águas e clima do Minho que tem restabelecido a tantas que d'ahi vem enfraquecidas. E tem mais a vantagem de poder ir d'aqui, todos os dias em carro, tomar os seus banhos nas Caldas das Taipas, vindo almoçar a casa.

E acrescenta: “estas aguas são brandas, muito recomendadas e eficazes para incómodos erepeticos”. Informa, ainda, que a Marquesa de Rio Maior escreveu há dias a pedir hospedagem nesses dias de festa, e que isso poderá ser um estímulo para Teresa de Saldanha vir a Braga. A propósito das festas jubilares diz que estará em Braga o Núncio Apostólico e uns 10 ou 12 bispos que visitarão o Colégio que, neste momento, “tudo anda aqui em trabalhos e preparativos” para a abertura da grande exposição de trabalhos.<sup>83</sup> Teresa de Saldanha aceita o convite para passar uns dias em Braga e daqui escreve à Madre Maria José (que fora superiora do Colégio no ano de 1889), demonstrativa da azáfama que vai na Casa:

Vim encontrar tudo em movimento e não pode imaginar a perfeição dos trabalhos que estão expostos, e dos tecidos, é uma admiração ver o que o Padre Airosa e as Irmãs têm feito e fazem. Tudo está exposto na varanda de cima e pena grande tenho que não estejas aqui para poder avaliar tudo isto. O Padre Airosa não para. Há uma sala com os desenhos das raparigas, tudo muito bem organizado. Mando um programa.<sup>84</sup>

---

<sup>80</sup> Braga, 20.05.1902. ABIMA Doc. 306 (38-273).

<sup>81</sup> Braga, 29.03.1903. ABIMA Doc. 306 (39-119).

<sup>82</sup> Braga, 03.04.1903. ABIMA Doc. 306 (39-121)

<sup>83</sup> Braga, 08.05.1904. ABIMA Doc. 306 (39-276).

<sup>84</sup> Braga, 07.06.1904 (Saldanha, 2012b: 393).

Numa segunda carta, detém-se na descrição da coroa da Senhora do Sameiro que foi levada ao Colégio para ela ver, e informa que está a enviar alguns jornais com artigos sobre o trabalho das Dominicanas, embora se manifeste desgostosa pela forma como se referem ao dinheiro que as Irmãs recebem “que é nada se pode dizer”, pois “quem pode pagar o trabalho que as Irmãs fazem só Deus”.<sup>85</sup> Na última carta, revela a sua satisfação: “Ambos os Prelados [Coimbra e Évora] admiraram muito esta casa, o trabalho das raparigas, etc. Foram ver as oficinas dos teares, estavam todos parados, mas de repente a pedido dos Bispos começaram a trabalhar, não imagina o entusiasmo que foi e quanto os Bispos gostaram”. À exposição dos trabalhos, diz, aberta ao público no dia anterior, “veio muita gente e por toda a parte estavam as Irmãs e algumas pessoas de confiança”. E deixa esta nota carinhosa: “O Padre Airosa nada esquece e não para”.<sup>86</sup>

Teresa de Saldanha dirige uma carta ao P.<sup>e</sup> Airosa, em 1908, onde sublinha a sua sempre tão desejada e tão necessária presença no Colégio. Alegra-se com o bom desempenho da Superiora e afirma que a Madre Assistente é um exemplo de virtude e santidade. Tinham passado dois meses, após o regicídio, e manifesta a sua apreensão ao P.<sup>e</sup> Airosa sobre os dias negros que se avizinhavam para as Ordens Religiosas.<sup>87</sup>

Após 1910, pelas cartas de Teresa de Saldanha, para diversas Madres do Colégio de Regeneração,<sup>88</sup> perpassam sentimentos de grande admiração pela figura do P.<sup>e</sup> Airosa, que conseguiu subtrair a instituição aos efeitos nefastos do encerramento da instituição ou à expulsão das religiosas. É esse reconhecimento que a leva a reagir desta forma: “Diga a Mons. Airosa que não se apoquente e uma vez que S. Rev.<sup>a</sup> acha que não convém tirar as Irmãs do abrigo, não as tiro”.<sup>89</sup> Mais tarde, diz a Madre Catarina de Ricci que “fez tudo o que podia fazer para lhe enviar a querida madre Estanislau” e informa da decisão tomada relativamente à permanência da Superiora: “Tivemos uma reunião, mas no estado actual dos negócios, o Colégio da Regeneração ter escapado miraculosamente na presente perseguição religiosa, estando lá 22 irmãs, foi considerado uma grande imprudência tirar de lá agora a superiora”.<sup>90</sup> Numa carta para Madre Santo Inocência, a viver fora de Braga, e a propósito da grande

---

<sup>85</sup> Braga, 08.06.1904 (Saldanha, 2012b: 393-394).

<sup>86</sup> Braga, 11.06.1904 (Saldanha, 2012b: 394-395).

<sup>87</sup> S. Domingos de Benfica, 14.04.1908. ABIMA Doc. 430.

<sup>88</sup> Para a Madre Santo Estanislau, Teresa de Saldanha escreveu, pelo menos, 17 cartas.

<sup>89</sup> Lisboa, 28.12.1910 (Saldanha, 2006: 27-28).

<sup>90</sup> Lisboa, 16.04.1912 (Saldanha, 2006: 105-106).

Exposição Mostuario das Artes e Industrias bracarenses (onde o Colégio ia expor os seus produtos), continua a manifestar a sua perplexidade: “Ao espanto de todos, este Colégio da Regeneração tem escapado a todas as perseguições, e lá estão cento e sete convertidas e vinte e tantas das nossas irmãs vestidas de seculares”.<sup>91</sup> Não admira, pois, que solicite uma série de exemplares do relatório do ano de 1913 para distribuir,<sup>92</sup> como por exemplo ao P.º Fernando de Castro que, noutra carta, diz ser um grande admirador da obra, e pede para fazer saber ao Director o quanto é estimado em Lisboa:

Peço-lhe que me envie 6 exemplares do relatório do Colégio da Regeneração. Diga ao Mons. Airosa que há aqui em Lisboa muito entusiasmo pela Casa da Regeneração. A Condessa de Alcáçovas, D. Maria Teresa, minha sobrinha, faz parte de uma comissão de senhoras para obras de caridade e tem ouvido falar do Abrigo com muito louvor.<sup>93</sup>

Esta ideia é um assunto recorrente em todas as cartas que dirige às Superiora de Braga e, através delas, não se cansa de “mandar os seus recados a Mons. Airosa”, pedindo que lhe seja transmitido que ela leu “no jornal *A Liberdade* os elogios feitos ao Colégio da Regeneração e a Monsenhor, o imenso benefício que tem feito essa casa e os louvores dados pelo Governador Civil na ocasião da sua visita”. Leu as notícias e reafirma que “é um milagre conservar-se essa casa”,<sup>94</sup> assim como acha ser “um grande consolo” para Madre Estanislau e para Mons. Airosa, verem como “todos admiram o Colégio da Regeneração e o valor que dão a esta grande obra. Estou sempre a ver nos jornais o número de visitas que vão ao Abrigo”.<sup>95</sup>

Duas semanas antes do seu falecimento,<sup>96</sup> Teresa de Saldanha escreve a Madre Santo Estanislau para agradecer “os *Ecos* com um excelente artigo, tão justo e verdadeiro achei, consolando-me, quando o li, de ver a justiça que se faz ao bom e santo Mons. Airosa”.<sup>97</sup> E finaliza com uma nota que revela a ternura e a estima que nutria por Mons. Airosa. Na verdade, faz referência a uma carta anterior, onde teria enviado um “bilhete de parabéns” para o P.º Airosa que havia celebrado o seu aniversário natalício em 20 de Dezembro. E com a

---

<sup>91</sup> Lisboa, 13.06.1913 (Saldanha, 2006: 164).

<sup>92</sup> Na carta de 22.11.1914 para Madre Estanislau, diz que entregou um exemplar ao P.º Fernando de Castro, um grande admirador do Colégio de Regeneração.

<sup>93</sup> Lisboa, 17.05.1914 (Saldanha, 2006: 181).

<sup>94</sup> Lisboa, 22.11.1914 (Saldanha, 2006: 193-194).

<sup>95</sup> Lisboa, 05.10.1915 (Saldanha, 2006: 227-228).

<sup>96</sup> Esta foi, certamente, a última carta que Teresa de Saldanha escreveu para o Colégio de Regeneração de Braga, já que na madrugada do dia 8 de Janeiro de 1916 foi acometida de um ataque cerebral que lhe provocou a morte repentina.

<sup>97</sup> Refere-se ao jornal bracarense *Ecos do Minho*, certamente à crónica de 21 de Setembro, onde se relata a visita inesperada ao Colégio de Regeneração do Presidente do Ministério, José Luciano de Castro.

maior das simplicidades e muito carinho diz: “tenho no meu livro, com os anos de muitas pessoas, os anos de Mons. Airosa”.<sup>98</sup>

Nesta digressão pela correspondência onde aparece como emissor e receptor, mas também onde a sua pessoa e a sua obra são objecto de análise e de múltiplas referências, aparece o Homem audaz e prudente, o sacerdote que não se fica pela contemplação, mas que “deixa as 99 ovelhas” para ir ao encontro da ovelha perdida. Aparece o empreendedor e pedagogo; o religioso e o pragmático; o mediador e o conciliador.

### **3.7. O P.<sup>e</sup> Airosa e os homens de Letras e da Imprensa**

Depois de uma análise às “escritas do eu” onde, na intimidade, emerge a autenticidade, a espontaneidade e a verdade, quer nas cartas escritas pelo próprio Mons. Airosa, quer nas daqueles que com ele se cruzaram ou a ele se referiram, na intimidade de um colóquio, surge agora o Homem observado através da sua exterioridade. Refiro-me a duas categorias de análise – a análise de alguns escritores cuja escrita, pelas suas características, é mais ponderada e alvo de um maior cuidado literário; e à imprensa periódica que é pródiga na apresentação do Homem e da obra. Vou deter-me, preferencialmente na análise do Homem, já que da obra se falou detalhadamente no capítulo anterior.

#### **3.7.1. Os homens de Letras**

O P.<sup>e</sup> Airosa e o Colégio de Regeneração foram alvo da atenção de alguns homens de letras como Ramalho Ortigão, Antero de Figueiredo, João Grave e Campos Monteiro, onde o Homem e a obra são enaltecidos e como que emoldurados em belos recortes literários.

Ramalho Ortigão, crítico implacável do clero, visitou pela primeira vez o Colégio de Regeneração, em 1895. Convém recordar, antes de mais, que a sua crítica não recai sobre a religião ou sobre os homens que, através das suas convicções religiosas, se votaram a obras sociais; dirige-se, sim, ao clericalismo: “o que na Igreja nos repugna não é a *religiosidade*, é a *padrice*”.<sup>99</sup> Assim, define os seus contemporâneos, onde ele se inclui, como fiéis devotos e não crentes convictos. “Sem acatar dogmas nem gostar de padres, conservaria o respeito e o

---

<sup>98</sup> Lisboa, 24.12.1915 (Saldanha, 2006: 244-245).

<sup>99</sup> In *As Farpas*, vol. 5, p. 305.

gosto pela tradição popular e familiar dum cristianismo ideal e simbólico” (Clemente, 2002: 86). Mas na visita ao Colégio de Regeneração, deixa este impressionante testemunho, já referido no capítulo anterior: “Deixo esta casa cheio da commoção mais profunda, de admiração e enternecimento. Podesse eu pagar o que devem em gratidão aos que sustentam e dirigem este instituto, o que lhes devem os homens de coração, os philosophos e os poetas”. Nesta Casa, ele via o que estava para além do visível. Aqui ganhava sentido o que, anos antes, escrevera. Na verdade, o catolicismo canónico poderia desaparecer, mas “ficando em pé, sobrevivente à obra colossal da Igreja caduca, a obra social de Jesus; ficando a sua doce fisionomia perpetuada na eterna gratidão humana; ficando o elemento primitivo do cristianismo, popular e poético, imortalizado no sentimento universal”.<sup>100</sup>

Em Setembro de 1914, Campos Monteiro<sup>101</sup> – médico, jornalista, romancista e poeta – acompanhado de outras personalidades, encontrou-se com o P.<sup>e</sup> Airosa, no Bom Jesus (*Ecos do Minho*, 12.09.1914). Em seguida, visitou o Colégio de Regeneração onde deixou o seu testemunho, gravado num soneto, onde exalta a obra:

Mulheres que viveis aqui! Ouvi-me!  
Da existência no trágico vae-vem,  
Abandonando as espiraes do Crime,  
Resurgistes, gloriosas, para o Bem.  
  
Fostes no mundo nada, - e sois alguém;  
Alguém que teve um gesto que redime,  
E poudes ver no ceo o astro sublime  
Que conduziu os Magos a Belém.  
  
Ides seguindo agora a boa estrada;  
na vossa alma nada resta, nada,  
Do passado escabroso e miserando.  
  
Um homem, pobre e só, fez tudo isto!  
E ao ver-lhe a obra, eu penso em Jesus Christo  
E em Magdalena entre os seus pés, sonhando...

Braga, 7 de Novembro de 1914 (visitando pela primeira vez o Collegio de Regeneração)  
Campos Monteiro<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> Id., p. 302.

<sup>101</sup> Abílio Adriano de Campos Monteiro (n. Torre de Moncorvo, 7.03.1876 – m. S. Mamede de Infesta, Matosinhos, 4.12.1933) viveu em Ponte de Lima, com um tio. A sua vocação literária recebeu um forte estímulo, sobretudo da parte do poeta parnasiano António Feijó, e também do 1.º Conde de Aurora. Romancista, novelista, poeta e dramaturgo, ficou conhecido pelo seu “regionalismo transmontano e dois grandes êxitos livreiros de escola camiliana” (Saraiva e Lopes, 1975: 1104). A sua actividade de escritor foi intensa. Para além de mais de três dezenas de títulos em livro, escreveu cerca de uma centena de prefácios e inúmeras crónicas na imprensa, quer em jornais de âmbito regional, quer nacional.

<sup>102</sup> L.º de Visitantes n.º 1, fl. 53v.

Antero de Figueiredo,<sup>103</sup> conhecido como um apreciado cultor da língua portuguesa, escritor de grande êxito no seu tempo, por muitos considerado “um escritor injustamente esquecido”, visitou e escreveu sobre o Colégio de Regeneração e sobre o P.<sup>e</sup> Airosa. Sobre este, afirmou Antero de Figueiredo ter ele uma universidade no coração, querendo com isso significar a abertura de espírito ao saber, o homem multifacetado e o seu vasto conhecimento nas áreas da pedagogia, da antropologia, da sociologia e da psicologia para lidar com públicos tão diferenciados. Antero de Figueiredo viveu em Braga, desde tenra idade, e aqui permaneceu até aos 21 anos, onde acabou por casar. Mesmo depois de se fixar na Foz do Porto, onde viria a falecer, manteve sempre uma forte ligação a Braga, ao ponto de a tomar como tema de algumas das suas obras, como *O último olhar de Jesus*, *Senhora do Amparo* ou *Non Sum Dignus*.

Há um texto de Antero de Figueiredo, verdadeiramente paradigmático, que é muito citado, intitulado “Arraial, arraial pelos bons de Portugal! O Padre Airosa”. Dele apenas é referido ter sido publicado no *Diário de Notícias*, numa das edições da noite. As transcrições conhecidas desse artigo são feitas a partir de um outro texto, publicado no mesmo periódico, de que no IMA se guarda apenas um recorte, sem qualquer tipo de referência, e ainda da transcrição desse mesmo texto, no jornal *Diário do Minho* (18.01.1921), intitulado “Uma boa Alma. O P.<sup>e</sup> Airosa e o Colegio da Regeneração, em Braga. Um artigo de Antero de Figueiredo”. É, de facto, a partir deste último texto que se obtém algum conhecimento do conteúdo do original, que todos referem mas que ninguém assinala o dia e mês de publicação. Afinal, que texto é esse, de que se transcreve apenas uma pequena parte? Em que data foi publicado?

Depois de várias tentativas para localizar o tão propalado artigo de Antero de Figueiredo, consegui, finalmente, resgatar o texto.<sup>104</sup> É, de facto, um “admirável artigo”, uma

---

<sup>103</sup> Antero de Figueiredo nasceu a 28 de Novembro de 1866, em Coimbra, e faleceu a 10 de Abril de 1953, na Foz do Douro. Iniciou estudos universitários em Coimbra, no curso de Medicina, mas acabou por se formar em Letras na Universidade de Lisboa, em 1895. Entretanto, viajou por vários países, sobre os quais fez relatos que são autênticos testemunhos da época. Escritor da geração do decadentismo-simbolismo, conheceu grandes nomes da literatura como António Nobre. Nas suas novelas passionais e cuidadas evocações históricas, de sentido nacional, há perfeito domínio da língua, e a riqueza vocabular que perpassa em toda a sua obra. Nela, “o Minho tradicionalista e crédulo revê-se em Antero de Figueiredo, motivando-lhe ainda algumas páginas antológicas dos seus volumes de viagem ou de doutrinação conformista” (Saraiva e Lopes, 1975: 1.104). Escreveu, entre outras, as seguintes obras: *D. Pedro e D. Inês*, *Leonor Teles*, *Amor Supremo*.

<sup>104</sup> O primeiro passo foi tentar a consulta do *Diário de Notícias* do mês de Janeiro de 1921, na Biblioteca Pública de Braga. O resultado foi nulo, porque esse jornal só começou a ser recebido em 1926. O segundo passo foi a Biblioteca Municipal do Porto, aonde me deslocuei em Março de 2014. Consultei os jornais publicados em Janeiro de 1921 e constatei que o artigo publicado no *Diário do Minho*, em 18 de Janeiro, havia sido primeiramente publicado no *Diário de Notícias*, no dia 15 desse mês. Aí se faz uma alusão directa ao artigo

peça literária bem construída, por quem conhecia muito bem a cidade de Braga e, melhor ainda, o P.<sup>e</sup> Airosa e a sua obra. É um dos textos mais assombrosos e que mais fielmente retratam a figura e a personalidade do “humilde padre”:

Ha mais de meio seculo que este humilde padre vive em Braga a fazer o bem. Tem hoje 84 anos e desde os 30 que se dedica, do nascer do sol ao morrer do dia, à obra purificadora que imaginou, construiu e engrandeceu. Nela pôs a aspiração da sua mocidade piedosa; a ela deu o labor inteligente e tenaz dos seus anos maduros; a ela oferta ainda os derradeiros esforços da sua velhice de corpo exaurido, mas de espirito firme na serenidade benta dos que têm passado a vida na verdade religiosa e na beleza altruísta.



DN – 14 de Janeiro de 1921  
(Edição da noite)



DN – 15 de Janeiro de 1921



Figura 12 - *Diário de Notícias* de 14 e 15 de Janeiro de 1921

O homem e a obra, afirma o articulista, são inseparáveis mas a sua modéstia leva-o a esconder-se na sombra “para que toda a luz se projecte, de preferência, na sua obra tão precisada de protecção (...), a obra saníssima de trazer à direita via as mulheres que se perderam nos meandros da desventura”. Nesse texto, “pela pena mágica de Antero de Figueiredo”, é traçado o perfil do P.<sup>e</sup> Airosa, o “visionário do Bem, sapiente sacerdote,

---

publicado na *edição da noite* do dia anterior. Estava desvendado o “mistério”. Acontece, porém, que os exemplares da edição da noite do 1.º semestre estão incorporados no volume do 2.º semestre. Solicitada a sua consulta, fui informado, pouco depois, de que esse volume estava fora de consulta. Não desisti. No dia seguinte contactei a responsável da Biblioteca solicitando não a sua consulta mas sim a digitalização do texto do dia 14 de Janeiro, da edição da noite. Finalmente, o famoso texto foi recuperado. V. textos integrais in *AP. DOC.* Doc. 185 e 186; 187 e 188.

homem bom, justo, dedicadíssimo” que levado pela força das suas convicções “estava habilitado para ajudar as alunas com conselhos paternais, alumando-lhes as consciências com princípios morais, exercitando-as no culto externo, lançando-as na frequência dos sacramentos e depois absorvendo-as no trabalho alegre”.

Perante o problema da prostituição e de tantos outros problemas que roubavam a dignidade da mulher, lê-se no artigo, o P.<sup>e</sup> Airosa

(...) não se pôs a ler psicólogos nem sociólogos e muito menos buscou a solução do problema dentro das frias posturas da policia dos costumes. Não. Dobrou-se sobre si mesmo; meditou afincadamente; recebeu na alma o enxovalho dos pecados dos outros; sofreu muito e muito e de tanta dôr nasceu a luz que enflorou seu coração intuitivamente votado ao bem.

E, prossegue Antero de Figueiredo, comentando que P.<sup>e</sup> Airosa recebe, com carinho, com amor e também com muito sofrimento, “êsse esturdio bando de mulheres publicas, sofrendo a toda a hora a misera condição da venda ultrajante de seus corpos frescos e estéreis, um abandonado rancho de órfãs indefeizas a quem faltou o amor da família, o exemplo da virtude, o calor da protecção”. O bondoso padre “sentiu então que precisava de ser o tutor destas órfãs, o amigo certo de tais infelizes a quem assistiria com conselhos paternais, com carinhos maternos, com a piedade que edifica e com a pratica do trabalho alegre em que o espirito sadiamente se absorve”. E sem olhar aos reparos da sociedade, “fez dessas infelizes família sua” e apontou-lhes um caminho:

Ás incrédulas alumiu-lhes a consciência com as verdades dos princípios morais; ás vergonhosas desanuviou-lhes a alma com a piedade cristã que mitiga desesperados. A todas exercitou no culto externo que serena e dulcifica, e lançou na frequência dos sacramentos robustecedores da alma. Depois, absorvendo-as no trabalho alegre, arejou-lhes, com luz risonha, o humor enfadado, enchendo-lhes as horas do dia com tarefas gostosas em que o espirito se espaneia e ri. E assim este sapiente padre, sem recorrer á sciencia dos sociólogos, atinou, com simplicidade e encanto, o mais próximo possivel (pelo menos, para o seu cantinho) com a solução momentosa do quasi insolúvel problema, sobretudo nas cidades onde o amor do luxo, a anciã do goso entontam os cérebros.

Os resultados desta acção humanitária surtiram efeito imediato na vida de muitas dessas mulheres, na família e na sociedade. Eis como Antero de Figueiredo descreve o modo como muitas delas refizeram as suas vidas:

Voltar ao lar quem, por traição ou por inexperiência da vida, foi roubada naquela pulcritude do corpo que é asseio, e riso, e fortaleza da alma! Voltar ao lar quem, emporcalhada por todas as vilanias do alcouce, tinha perdido a esperança das horas nobres do aconchego



honesto! Sim, tudo conseguiu este homem dedicadíssimo que na roda de meio século albergou no ‘Colegio’ e reconduziu á vida séria mais de mil mulheres perdidas!

Filhas expulsas foram perdoadas; irmãs fugidas voltaram aos irmãos; adúlteras desprezadas regressaram arrependidas para junto de seus maridos. E crianças houve, inteiramente esquecidas das distantes violências de que foram vítimas, dos meios ignóbeis em que viveram, e sanadas das vexantes doenças que lhes apegaram; – crianças houve, tão transformadas de corpo e de alma (aquele remoçado de saúde pelo trabalho da oficina jovial, esta aformoseada pela piedade dos cânticos e dos incensos) que nelas como que se refez a sua virgindade.

Da recuperação dessas jovens e mulheres fazia parte o trabalho, como forma de ocupação do tempo e do necessário sustento de cada dia, e, sobretudo, como aprendizagem de uma profissão para alcançar a devida autonomia económica que lhes permitisse sobreviver sem dependências. Guiado pela tradição local e pela sua sensibilidade, diz Antero de Figueiredo, o P.<sup>o</sup> Airosa escolheu, como principal actividade, a tecelagem para as educandas internas e também para as mulheres mais desfavorecidas da sociedade bracarense:

Mas a devota Braga, tão adiantada nas industrias de armador, cerieiro, sirgueiro e paramenteiro, estava atrasada na industria dos teares de branco, e o Padre Airosa ignorava por completo semelhante matéria. Expedito (vencidas com admirável tenacidade, mil dificuldades de dinheiro, pois ele e o ‘Colegio’ sempre foram pobres); – expedito, deixou a sua acanhada terra e meteu-se a caminho da industrial França Rioneza [Lionesa], onde Jacquard era o rei da tecelagem.

Aí, substituindo a batina pela blusa, estudou para aprender, praticou para ensinar. Voltou tecelão e trouxe os mecanismos mais modernos (teares, urdideiras, caneleiras, dobadoiras, maquinas de preguear, de encanudar, de talhar, de brunir, de engomar); – os mais lindos modelos, os mais completos tratados. Quem diria que tudo isto era conseguido tão prontamente, tão acabadamente por um simples padre que jamais havia saído da sua terra e sempre vivera longe de semelhante instrução practica! Ah, é que ele tinha uma Universidade no coração!

Até então, a lavradeira minhota, fiado, ensarilhado, dobado, novelado e urdido o seu linho, pouco mais sabia que tecer lenços grosseiros, tomentos aspérrimos e de algodão, riscados vulgares. Com os novos teares do padre Airosa introduziu-se em Braga uma inteira escola moderna: os linhos apurados das toalhas de mesa e dos guardanapos adamascados; a bretanha dos peitilhos, dos punhos, dos colarinhos, dos lenços finos de assoar: as meclas de algodão, os riscados ingleses, as sarjas, as jutas, os felpos e as colchas lavradas.

Ao lado disto, ensinou-lhes a trabalhar na terra – na horta e no jardim. E, voltando-se para a instrução caseira, ensinou-lhes tudo que poderia ser-lhes útil no meneio do lar: a costura, os bordados, o passar de liso, o engomar, o lavar, o ensaboar, o corar, o corte da roupa branca, o talhe dos vestidos. Habilitou-as a ganhar livremente, sãmente, o seu pão alegre de cada dia; e, como criaturas de casa, humildes mas prestimosas, a saber coser o pão, fazer a barrela, cortar o bragal, dirigir a cozinha, olhar pela criação, tratar da horta, cuidar do jardim. Criaturas, enfim, aptas a retomar na família a sua preciosa função social.

Estas terão sido as razões fundamentais que levaram Antero de Figueiredo a escrever sobre o P.<sup>e</sup> Airosa e a sua obra. Movido por um impulso interno, entendeu que não podia calar a “vida santa deste homem bom que a si próprio impôs tarefa tão carinhosa e útil”, considerando-a o alto sentido da sua passagem pela existência humana:

Penso que é preciso, que é urgente trazer este nome á evidência, incrustá-lo em resplendores de oiro coruscante e chuveiros de pedras preciosas feridas com raios de sol esplendido. É dever pregoar as virtudes deste homem bom, deste justo, deste raro exemplar de nobilíssimo morgado de bondades, que tem vivido a esbanjar as riquezas do seu coração – a mais vasta terra de caridade vinculada entre Douro e Minho!

E hoje que o egoismo é uma fera que cada um traz dentro de si não só para com ela se defender mas ainda para, rasgando caminho, a assanhar contra os outros que lhe estorvam a passagem na hora obstinada dos interesses e dos negócios; hoje é dever de nós outros clamar louvores estrídulos ás almas primorosas que há nesta terra de luz tão linda e de criaturas tão feias. Sobretudo, vós, oh mocidade audaz e formosa, ardida de fé e de esperança, – redemoinho belo de luz de amanhã – vós deveis lançar aos ventos, á laia de pregão antigo, este pregão moderno mais oportuno do que nunca: Arraial, arraial pelos bons de Portugal!

Na comemoração das Bodas de Diamante (60 anos) do Colégio de Regeneração, na grande reportagem que o jornal *A Voz* publicou, em 18.08.1929, está um artigo intitulado “O Padre Airosa” (com uma fotografia de quando tinha 45 anos de idade), da autoria de Antero de Figueiredo, e um texto que aqui se transcreve:

Parafraseando um dito de D. Francisco Manuel de Melo, e aplicando-o ao reverendo Airosa, digo que ‘vem sempre estreito o elogio’ que se deve a este piedoso padre, a este homem inteligente, pratico, activo e tenaz, que encheu a sua longa existência com fazer bem – a amar os outros pelo amor de Deus. O Senhor o premiará com a merecida Bemaventurança, como a Sociedade já o recompensou com fartos louvores, como os corações bons lhe deram a paga da gratidão manifestada em preces pela sua preciosa vida – orações nitidamente ouvidas e atendidas no céu, pois ainda cá o temos, velhinho de noventa e trez anos, sempre vigilante e á testa da admirável obra que criou, engrandeceu e amorosamente tem mantido: o ‘Colégio de Regeneração’, em Braga.

Ah!, repito, todo o aplauso é ‘estreito’ para tão bom padre, tão benemérita criatura – alma formosa de justo e de laborioso que vive orando e actuando!

Especial referência merece o escritor e romancista João Grave que, em 1914, elege o P.<sup>e</sup> Airosa e a sua obra para tema de fundo do seu romance *Reflorir*.<sup>105</sup> O último director do Instituto Monsenhor Airosa – Doutor Costa Lopes – adquiriu grande parte das obras deste autor e sobre ele fez alguma investigação, que deixou registada em apontamentos que hoje

---

<sup>105</sup> Conforme escreve o autor, este romance foi escrito em Miramar, de 1 de Agosto a 13 de Setembro de 1913, e publicado no Porto, em 1914, pela Livraria Chardron /ABIMA n.º 359, 4-15). Desta obra há, pelo menos, uma 2.<sup>a</sup> edição, de 1920 (ABIMA n.º 360, 4-15) e outra de 1926 (ABIMA n.º 361, 4-15).

fazem parte do ABIMA. Deste romance existiu um exemplar, anotado por Monsenhor Airosa, que o Doutor Costa Lopes exibia, com orgulho, e que, segundo informes das pessoas que nos últimos tempos de vida o acompanharam no Lar Conde de Agrolongo, Mons. Airosa conservava sobre a sua secretária de trabalho mas que, infelizmente, desapareceu.<sup>106</sup>

João Grave foi poeta, romancista, autor didáctico, bibliógrafo e jornalista. É autor de variadas obras de ficção, crónica, ensaio e poesia e de manuais escolares.<sup>107</sup> Chefiou a redacção do *Diário da Tarde* e colaborou nos jornais *Província*, *Século*, *Diário de Notícias* e em vários órgãos da imprensa brasileira. Foi Director da Biblioteca Municipal do Porto, deixando o seu nome ligado a alguns trabalhos bibliotecários que fizeram dele um dos mais cultos directores. Dirigiu o dicionário enciclopédico *Lello Universal* e publicou cerca de uma trintena de obras. Era membro da Academia das Ciências de Lisboa.

Os primeiros livros de João Grave, lê-se nos apontamentos dispersos do Doutor Costa Lopes, reflectem a sua infância triste e desprotegida e a vida desafortunada dos que o rodeavam e que o terão marcado para sempre. Foi protegido do P.<sup>e</sup> Joaquim da Rocha, seu professor, que, conhecendo-lhe o elevado grau de inteligência lhe custeou os estudos, em Aveiro. Mais tarde, João Grave haveria de dedicar ao P.<sup>e</sup> Joaquim da Rocha o livro de versos intitulado “Livro de Sonhos”.

João Grave visitou o Colégio de Regeneração em 27 de Julho de 1920.<sup>108</sup> Ignoro como terá obtido informação tão precisa da vida e obra do P.<sup>e</sup> Airosa. A verdade é que revela conhecer suficientemente bem o P.<sup>e</sup> Airosa e o Colégio de Regeneração para construir a sua obra literária, que poderei classificar como uma alegoria. Há ficção na forma como descreve a fundação, que atribui a Rodrigo Aires, mas há muito de realidade nas personagens do P.<sup>e</sup> Estêvão, da Maria da Piedade ou do Dr. Mateus. Também as personagens Florinda e o Dr.

---

<sup>106</sup> Eu fui a pessoa que, em nome do IMA, um mês depois do seu falecimento, tratei da selecção e recolha dos livros e documentação, pertença do IMA, que haviam sido levados para o Lar Conde de Agrolongo, como já foi referido no 1.º capítulo. Todavia, esse exemplar, que fora pertença de Mons. Airosa, e por ele terá sido anotado, não apareceu. Em cima da secretária do falecido Doutor Costa Lopes estava, sim, um outro exemplar, mas não o anotado de Mons. Airosa. Este caso pode ser sintomático do desaparecimentos de outros livros e documentos.

<sup>107</sup> João Grave nasceu em Vagos, em 11 de Julho de 1872, e faleceu no Porto, em 11 de Janeiro de 1934. Situado entre Carlos Malheiro Dias e Albino Forjaz de Sampaio, com as obras *Famintos* (1903) e *Gente Pobre* (1912) (Saraiva e Lopes, 1975:1103), um dos seus títulos, *Mutilado* (1918), é considerado como o primeiro romance que tematiza a guerra de 1914-1918. Publicou, entre outros, *Vitória de Párisfal*, *Os Famintos*, *Almas Inquietas*. O seu intenso trabalho de escrita, a par de outros cultores da Língua, é assim reconhecido por Jacinto do Prado Coelho: “Trabalhadores laboriosos como Antero de Figueiredo, Sousa Costa, João Grave e Samuel Maia, confinavam-se à própria ‘inspiração’, servindo a arte de escrever tão bem como podiam, através de frequentes incursões no regionalismo e no historicismo” (Coelho, 1978: 876).

<sup>108</sup> L.º n.º 1 de Visitantes, fl. 69v.

Freitas tipificam claramente as recolhidas e as críticas que ao director e à obra eram formuladas.

O título da obra, *Reflorir*, é, já em si, simbólico, porque na semântica do vocábulo “reflorir” está o florir de uma nova vida, o renascer, o voltar a ter a alegria de viver. O romancista entende que a instituição proporcionava o “reflorir dos corpos onde se não extinguiu a claridade alvorescente, a inocência astral, porque só inconscientemente passara pelas enxurradas da miséria, sem nelas se contaminar” (p. 305) e que o “renascer” era exactamente “a consciência que nelas estava adormecida que acordara por fim iluminando-as de claridade e de beleza moral” (p. 195).

O Recolhimento é apresentado como tendo um “fim social que seria único no seu género em todo o país (p. 46), para abrigo e regeneração de mulheres perdidas (p. 31), sarando os corpos dessa vida desordenada e impura, pacificando torturas morais e restituindo às pobres recolhidas uma doce migalha de paz e de felicidade (p. 187). Seria um lugar de isolamento e de purificação (p. 195), onde se tratam as enfermidades morais, com meiguice e carinhosa solicitude. Ali se renasce para uma existência clarificada, para a paz de consciência (p. 349).

Quem eram as recolhidas? As mulheres perdidas (p. 31), as desditosas (p. 48), que eram mais vítimas que criminosas (p. 100). Cada uma tinha a sua história dolorosa e comovente (p. 56); algumas mostravam ainda um ar infantil, que as iluminava de encanto, mas na sua maior parte eram mulheres experientes e de rosto macerado. Como chegaram a esse estado? “O que as levou pela lama e pelas enxurradas da vergonha era a miséria. Como precisavam de pão, vendiam-se” (p. 57).

As críticas à forma como eram tratadas no Colégio aparecem aqui condensadas na personagem do Dr. Freitas que, em conversa com P.<sup>e</sup> Estêvão, afirma que, ao “receber mulheres desavergonhadas e instalando-as aqui com todas as comodidades e conforto” (p. 76), até “apetece ser mulher perdida só para passar umas saborosas férias neste idílico retiro!” (p. 72), pois “em vez de uma cadeia oferecem-lhe um hotel” (p. 74).

Onde está o segredo do milagre aí operado? Está, fundamentalmente, na educação, na instrução e na pedagogia. Falando do “benéfico influxo da instrução”, diz-se que o mal da sociedade deriva de todos os homens não terem a noção exacta das suas obrigações morais mas que lá se pode chegar perfeitamente através da educação. Mas todo o género de educação deve ser ministrado com brandura, de modo que os educadores nunca se tornem odiados ou

fastidiosos (p. 35). Nesse Recolhimento que descreve, apenas se impunham duas coisas: a frequência regular da escola, regida por uma professora, e a assistência às práticas semanais do P.<sup>o</sup> Estêvão (p. 40). A reabilitação das recolhidas, que implicava um estudo prévio do seu carácter (p. 89), operava-se com um pouco de carinho (p. 49), pela brandura e pelo amor (p. 89), porque “certas frases possuem, em especiais estados de alma, um maravilhoso poder sugestivo e inspirador; purificam e subtilizam, transmitem à inteligência uma lucidez maior e à sensibilidade um fino dom de emoção (p. 93). Muitas vezes basta uma simples palavra de doçura e de clemência para que todos os admiráveis dons femininos ressurgam e dignifiquem a mulher (p. 103). Sem ser um psicólogo profundo e subtil, o P.<sup>o</sup> Estêvão tinha, no entanto, sagazes pontos de vista sobre o coração humano, sobre as paixões que agitam o ser consciente e estava intimamente convencido de que a violência seria, em absoluto, nefasta à regeneração das criaturas que haviam errado e de que só a suavidade concorreria para reabilitá-las num prazo de tempo mais ou menos longo (p. 192).

Para além da instrução e da educação, o narrador fala do tempo de “reclusão”, que, apesar de ser voluntária, se pretendia que fosse o mais suave possível, do trabalho fecundo cultivando as suas viçosas hortas e as suas flores, cantando satisfeitas como aves, nos dias luminosos e dourados de bom sol (p. 127), ao mesmo tempo que era um tempo de repouso espiritual, onde a fé é tão necessária às almas como o pão ao corpo (p. 170). Aqui estão os princípios básicos deste Recolhimento. Depois deste tempo, “é necessário que todas, ao deixarem esta casa, levem um saber que será o seu melhor guia” (p. 59); depois de regeneradas, “entrarão numa vida nova, aptas pelos hábitos de trabalho para se bastarem a si mesmas, sem necessidade de auxílios alheios” (pp. 331-332).

Florinda é uma personagem que personifica aquelas recolhidas que foram enganadas e abandonadas, mas que voltaram a “florir” e que, um dia, viram compensada a sua persistência e esperança, no refazer de uma nova vida. O namorado escreve-lhe uma carta a implorar perdão pelo mal que lhe fora feito e a pedi-la em casamento, prometendo esquecer, com bondade, todos os males de um passado impuro que lhe fora causado (p. 335). P.<sup>o</sup> Estêvão, comovido, aconselha-a a seguir o seu caminho, enquanto meditava nas obras belas e generosas que o Recolhimento começava a frutificar.

Maria da Piedade é o retrato, embora romanceado, de Adelaide Gonçalves, cuja história de vida se trata no capítulo 5. Maria da Piedade, depois de um tempo de recolhimento, viveu ensinando, educando, instruindo (p. 214). Tornou-se uma vigilante e diligente professora, ensinando a talhar o vestuário para as asiladas e dando lições de bordados (p.

215); sentia-se feliz, porque ali renascera para uma existência clarificada, para a paz da consciência, e esperava morrer no Recolhimento, devotando-se às outras pela necessidade que o seu sentimento de mulher experimentava em dedicar-se (p. 349). Queria ser, nesse estabelecimento de correcção e de beneficência, um braço útil, uma inteligência proveitosa, uma vontade firme, para assim colaborar na obra a que devia a sua ressurreição. Em vez de um encargo seria um auxílio (pp. 349-350), transformando-se numa energia fecunda que concorresse para o progresso daquela obra benéfica que tão piedosamente lhe tinha aberto as portas (p. 213).

Rodrigo Aires é descrito como o fundador do Recolhimento e um grande amigo do P.<sup>e</sup> Estêvão, a quem entregou a direcção da Casa e para lá encaminhou várias raparigas. Viajou, ganhou fortuna e subsidiou uma ceia de Natal. Nele se pretende ver a figura do Conde de Agrolongo,<sup>109</sup> o fundador do Asilo de Mendicidade de Braga – que hoje ostenta o seu nome. O Conde era, de facto, um grande amigo do P.<sup>e</sup> Airosa e um benfeitor do Colégio de Regeneração, para lá encaminhando várias raparigas, a quem subsidiou a estadia na instituição e lá passou, pelo menos, um Natal com as colegas.

P.<sup>e</sup> Estêvão, sacerdote austero e de sólidos princípios liberais, que barafustava constantemente contra os fanatismos e que atribuía ao clero reaccionário a decadência do culto em Portugal (pp. 40-41), era o director do Colégio (p. 55). A propósito da situação em que a Igreja vivia, dizia que o sofrimento veio transformar o clero e tornava-se necessária a expiação (p. 45). Era um educador que, certamente, exerceria com a elevação mental e moral, de que dera sempre evidentes provas, durante uma longa vida de apóstolo e bem fundamentado (p. 45) nos livros que mandara vir de Paris (p. 33). Era um eclesiástico pobre, repartindo com os mais necessitados as migalhas que da sua parca mesa sobravam (p. 47). Vigia a ordem e a regularidade do Asilo, onde a sua figura gozava de veneração e de prestígio (p. 56). Fazia-se obedecer mais pela doçura do exemplo cristão, pela humildade, pela concordância, do que pela exaltação, pelo despotismo, pela intransigência: não se impunha. Pedia com maneiras tão brandas e polidas, com palavras tão persuasivas e eloquentes na sua

---

<sup>109</sup> José Francisco Correia (n. Guimarães, São Lourenço de Sande, 14 de Fevereiro de 1853 – m. Lisboa, 15 de Abril de 1929) foi um industrial, filantropo, mecenas e fotógrafo luso-brasileiro. Com dez anos de idade parte para o Brasil, estabelecendo-se em Niterói e com dezoito anos cria a sua própria indústria, no ramo de tabacos. O industrial financiou a construção de várias escolas e asilos para a velhice no Estado do Rio de Janeiro. Em Portugal, o Conde de Agrolongo apoia e funda, de raiz, muitos estabelecimentos entre escolas, igrejas, asilos e outra ajuda beneficente. Em Braga, funda o Asilo Conde de Agrolongo. Recebeu várias condecorações, como a Cruz de Mérito Industrial, que lhe foi atribuída pelo rei D. Carlos, e o grau de Cavaleiro de São Gregório Magno, atribuído pelo Papa Leão XIII. Em 23 de Janeiro de 1904, foi agraciado com o título de Conde de Agrolongo. Morreu em Lisboa, na Praça de Camões. Está sepultado no Convento do Salvador, em Braga.

simplicidade, que todas as educandas lhe acatavam a vontade ainda que vagamente revelada. Procurava sempre nivelar-se com os outros, abdicando de todas as superioridades de hierarquia (p. 193). Com o seu habitual ar meditativo (p. 47), P.<sup>e</sup> Estêvão era um santo (p. 125). De facto, lemos em diferentes páginas do romance, “se aqui alguém é digno de veneração é o sr. Padre Estêvão” (p. 204) ou “Se é um santo!... Um santo pela bondade e pela abnegação” (p. 221). É o retrato do P.<sup>e</sup> Airoso!

### 3.7.2. Os homens da Imprensa

A figura do P.<sup>e</sup> Airoso foi, ao longo de mais de 50 anos, motivo de notícias, de crónicas e de biografias, onde é exaltado pelo seu zelo, como obreiro incansável, o apóstolo do bem, o grande benfeitor e benemérito da sociedade portuguesa ou o homem excepcional. Foi comparado a figuras universalmente conhecidas João Bosco e Francisco de Assis, bem como a outras como José Calasanz<sup>110</sup> e Vicente de Paula.<sup>111</sup>

Entre os vários exemplares de periódicos consultados selecionei 60 que cobrem praticamente todo o país, entre os anos de 1880 e 1931. Com base nos textos criei onze categorias de análise que aqui apresento.

#### ZELO

A propósito de uma visita do Governador Civil, em 1881, referindo a boa ordem e asseio do Colégio de Regeneração, “onde muitas infelizes encontram amparo e protecção”, o jornalista de *O Amigo do Povo* (16.07.1881) afirma que tudo se deve “ao profundo zelo e dedicação d’um sacerdote distinto pelas suas altas virtudes, o Sr. P.<sup>e</sup> Airoza”. A Regeneração, acrescenta,

---

<sup>110</sup> José Calasanz foi o fundador da primeira escola pública cristã e da Ordem Religiosa das Escolas Pias. Nasceu em 1557, em Aragão, Espanha. Estudou nas universidades de Lérida, Valência e Alcalá de Henares, onde se doutorou. Ordenou-se sacerdote em 1583 e, em 1592, foi para Roma, onde abriu as primeiras escolas de crianças pobres e abandonadas. Logo outros sacerdotes se lhe juntaram e assim nasceu a Ordem Religiosa das Escolas Pias, conhecidos pelo nome de escolápios. Dedicou toda a vida à educação da juventude.

<sup>111</sup> São Vicente de Paula nasceu em 1581, no sul da França. Foi ordenado sacerdote em 1600. Inspirado pelo amor a Deus e aos pobres, foi o criador de muitas obras de caridade. A sua vida é uma história de doação aos irmãos pobres e de amor a Deus. As Conferências Vicentinas, fundadas por Frederico Ozanam e seus companheiros, em 1833, foram inspiradas por ele. Segundo São Francisco de Sales, Vicente de Paula era o “padre mais santo do século”. Faleceu em 27 de Setembro de 1660 e está sepultado na Igreja de São Lázaro, em Paris. Foi canonizado pelo Papa Clemente XII em 1737 e, em 1885, é declarado patrono de todas as obras de caridade da Igreja Católica, por Leão XIII.

(...) não é um convento onde as recolhidas consomem horas e dias n'uma ociosidade repelente: é uma oficina onde, a par de uma excelente educação religiosa, se administra áquellas infelizes uma solida educação industrial. Oxalá houvesse entre nós muitas instituições tão uteis e proficuas como o Collegio de Regeneração!”

Outros exaltam o “zelo ilustrado e incançavel do Padre João Airosa”, o director de “um admirável estabelecimento de caridade”, afirmando que o P.<sup>e</sup> Airosa é a personificação viva de quanto pode o zelo e a actividade quando tem por norte a religião de Jesus Cristo e o amor do próximo (*A Palavra*, 03.07.1883; 14.04.1891).

### **OBREIRO INCANSÁVEL**

Da primeira fase da história do Colégio faz parte o refazer de uma casa em ruínas. Daí o acento da imprensa no reconhecimento do homem que lança mãos a uma tarefa hercúlea, de levantar das ruínas uma nova casa e transformá-la numa colmeia em actividade: “Se não fosse o virtuoso padre João Ferreira Airosa, não se encontraria no Collegio da Regeneração levantadas as aras sacrosantas da virtude e do trabalho. Sua ex.<sup>a</sup> é um obreiro incansável da prosperidade d'este estabelecimento” (*Jornal do Porto*, 18.07.1881). Pergunta-se: “Quem foi que levantou estas paredes? Quem construiu esta casa e rasgou estas janelas e aqui constituiu um sanatório moral?”. E a resposta surge naturalmente – “O Padre João Pedro Ferreira Airosa, cuja virtude, cuja piedade todos conhecem” (*O Primeiro de Janeiro*, 10.01.1899).

O mesmo periódico, em 1911, em notícia circunstanciada faz a história do Colégio e diz que a sua história é, afinal, a síntese da vida do seu fundador; é a prova do que vale e do que pode a fé no êxito de uma ideia (*O Primeiro de Janeiro*, 17.02.1911).

### **APLAUSO PÚBLICO**

Num extenso e bem estruturado texto, que parece ser de Sena Freitas, e onde se diz que o Colégio de Regeneração é a instituição mais simpática de Braga, exalta-se a figura do P.<sup>e</sup> Airosa, de quem se diz que “nasceu para isto”. E acrescenta-se:

Braga honra-se daquele filho, o país se orgulha do seu nome, a Igreja o abençoa quando a sociedade em que vive o admira e louva. A admiração, o respeito, o aplauso público cercam o P.<sup>e</sup> Airosa e valem mais que todas as distinções que o mundo oficial, por desgraça indiferente a benemerências desta ordem, podia conceder aos seus dilectos.

O artigo termina classificando de heróicos esforços aqueles que o P.<sup>e</sup> Airosa tem feito em prol da instituição (*Cruz e Espada*, 12.01.1884).



“Se o não cair é belo, o levantar-se é heroico” – este é o título de uma crónica, a propósito da entrada de duas colegiais, onde o cronista sente orgulho por ser Braga a dar exemplo, com uma obra tão sublime, de renascimento moral, “exemplo que mais tarde encontrou imitadores em Lisboa e Porto”. E essa glória, conclui orgulhosamente, cabe a um padre desses que são um anjo na terra que ali gastou os seus haveres (*O Primeiro de Janeiro*, 26.02.1891). Os visitantes, depois de percorrer a Casa e avaliar o que lá se faz, deixam testemunhos, onde a razão e a emoção muitas vezes se conjugam para deixar louvores e agradecimentos eloquentes que traduzem o estado de alma: “Milagres d’estes sem rivaes, só a sublime virtude da caridade os sabe operar, quando exercida por mãos hábeis, e vontade de ferro, como a do benemérito fundador d’esta casa”. Claro que reconhecem que tudo isso é obra, também, da Direcção, que é composta “das mais nobres, mais ilustres e mais virtuosas damas d’esta cidade”, a quem são dirigidas felicitações e louvores por tão acrisolado zelo e dedicação. E que recompensa? “A satisfação da consciência, o reconhecimento da sociedade e as bênçãos do Ceo são a recompensa, superior a todos os louvores, que cabem ao magnanimo fundador e director, o Exmo. e rev.mo João Ferreira Airoza” (*O Primeiro de Janeiro*, 07.03.1893).

A imprensa fala da sapiente direcção do virtuoso eclesiástico na sua obra humanitária, civilizadora, caritativa e meritória, sendo por isso digno da protecção do público (*Jornal de Notícias*, 22.10.1912), enaltece a obra redentora a quem o fundador dedicou toda a vida e coração (*Ecos do Minho*, 19.12.1916) e elogia o homem pela obra redentora e salvífica que fundou (*Ecos do Minho*, 21.12.1917).

## **BIOGRAFIA**

O P.<sup>e</sup> Airoza é alvo de vários periódicos que tentam construir a sua biografia ou, pelo menos, deixar os traços biográficos mais significativos enquanto fundador e director do Colégio de Regeneração, como acontece com o órgão diocesano de comunicação (*Acção Católica*, Dezembro de 1926) ou um jornal que o faz, de uma forma continuada, em 3 edições, separadas por um período de um mês (*A Berlinda*, 30.09.1888; 28.10.1888; 18.11.1888).

## **RECONHECIMENTO PELO PODER PÚBLICO**

Em 1891, o Ministro das Obras Públicas “felicitando-o pela excelente casa que dirige, pediu-lhe [ao P.<sup>e</sup> Airoza] para que solicitasse d’elle tudo quanto fosse preciso para aquelle útil

estabelecimento, por quanto tinha por elle a maxima sympathia e o seu mais ardente desejo era ser prestável áquella casa, tão digna de protecção dos poderes públicos” (*A Correspondência do Norte*, 05.12.1891). O Conde de Paçô Vieira, outro Ministro das Obras Públicas, no seu testemunho deixa estas significativas palavras: “todos os elogios que se fizeram ao seu illustre e [ilegível] Director são nada, comparando com os ennumeros benefícios que a sua bondade e a sua dedicação espalham” (*A Palavra*, 03.07.1904).

O P.<sup>e</sup> Airosa divulgava, por diversos meios, as actividades desenvolvidas internamente, e dava conta dos resultados obtidos na recuperação das recolhidas. Mas não o fazia para colher os louros, obter benesses, recompensas laudatórias ou condecorações. Recusou tudo isso, em troca de apoios financeiros para sustento da obra. O único reconhecimento que aceitou foi o da Igreja, com a atribuição do monsenhorado. Em 1922, o *Diário de Lisboa*, de 26 de Julho, publicou uma notícia acerca da condecoração de Mons. Airosa, “velho respeitabilíssimo de 80 anos, que em Braga evangelicamente se dedica a salvar das garras do pecado pobres raparigas marcadas pela desventura” (*Diário do Minho*, 27.07.1922). E em 1923, recusou as insígnias que a Câmara de Braga lhe queria oferecer (*O Primeiro de Janeiro*, 18.12.1923):

Tendo o governo agraciado o reverendo padre Airosa com a comenda da Gran-Cruz de Cristo, resolveu a C. E. da Camara abrir uma subscrição para a compra das insígnias. Sabedor do facto, não foi possível convencer este santo velhinho, que é a bondade sublimada no mais alto grau, a aceitar a homenagem que toda a cidade lhe levaria, com os protestos da mais viva gratidão e os mais sinceros votos pela sua saúde.

Seria um dia de festa, esse em que todo o povo de Braga, sem distinções, iria beijar a mão generosa, que acolhe o vício e o depura no cadinho do trabalho honesto, convertendo a desgraça da vida em alegria de viver. A sua modéstia não o quis assim, o que é de lamentar, mas a Camara também não devia voltar atrás com a verba já votada – 100\$00 escudos. Foi pois entregar-lha na passada sexta-feira, se vissem a actividade daqueles 87 anos, tudo mostrando e tudo explicando, sem cansaço nem aborrecimento, antes santamente orgulhoso de sua obra – o CR. Não é sem uma profunda emoção que se visita essa casa, que é o orgulho da nossa terra e o maior padrão de glória a que uma criatura pode aspirar. Oxalá no seu centenário possamos ainda admirar esse santo velhinho a proteger com a sua presença o monumento admirável do seu amor pelo próximo.

Em 1928, é dada uma notícia, onde se diz que o general Carmona, de visita a Braga, manifestara o desejo de ver e abraçar Mons. Airosa, a alma do Colégio (*Jornal de Notícias*, 26.06.1928). De facto, Mons. Airosa acaba por receber no Colégio os mais altos representantes do Estado Português – o Presidente do Ministério, Vicente de Freitas, e o Presidente da República, Óscar Carmona, que deixou gravadas estas palavras sublimes: “A bella obra de Sua Excia. o Sr. Padre Airosa merece os applausos de todos os portugueses.

Grande exemplo! Oxalá Sua Excia. ter discípulos e continuadores. Não é fácil imaginar uma obra de maior alcance social” (*O Comércio do Porto*, 26.06.1928).

## **OFICINAS**

São imensas as referências aos trabalhos oficinais devidos ao espírito empreendedor de P.<sup>o</sup> Airosa, com o objectivo de preparar as colegiais para o desempenho de um trabalho que as tornasse independentes e pudesse garantir o seu sustento. Cito apenas três, onde se exalta o espírito de sacrifício do fundador que viajou pelo estrangeiro para montar as oficinas para as ensinar, instruir e educar (*O Primeiro de Janeiro*, 23.06.1891), ou se reconhecem as competências do P.<sup>o</sup> Airosa, na área da tecelagem, que provocam admiração por ver como ele encontra tempo para se entregar ao árido estudo da mecânica (*A Palavra*, 14.04.1891). Em síntese, há a seu respeito três ideias recorrentes que afloram na generalidade da imprensa: a referência aos conhecimentos práticos adquiridos na sua ida a Lyon; a sua biblioteca de especialidade; o Colégio como uma escola industrial que não tem rival no país (*O Correio Nacional*, 23.03.1898).

## **MÉTODO DE ENSINO**

Os artigos levados a várias exposições, onde ganham prémios, dão azo a louvar o “método de ensino” do P.<sup>o</sup> Airosa e a sua competência superior na tecelagem em seda. Diz um articulista que este método de ensino prático deveria ser introduzido nas escolas industriais e seguido por todos os que se dedicam à indústria da tecelagem (*O Comércio do Porto*, 24.09.1897). Num longo artigo, onde o autor aborda a problemática da prostituição em Braga, e e um estudo por si realizado e que terá enviado a instâncias superiores, de que nada resultou, ele releva dois aspectos fundamentais – a regeneração pelo trabalho e a palavra persuasiva do P.<sup>o</sup> Airosa (*Diário do Minho*, 30.11.1924).

Na comemoração dos 60 anos da instituição é publicado um extenso artigo onde se fala da transfiguração operada nas recolhidas e da “aprendizagem da tecelagem cujo ensino era desconhecido por aquele tempo em Braga” (*Diário do Minho*, 18.08.1929).

## **APÓSTOLO DO BEM**

Este é, certamente, um dos epítetos mais simbólicos e mais difundidos a respeito de P.<sup>o</sup> Airosa. O correspondente de um jornal do Porto escreve que todos os elogios à instituição, “dirigida pelo apóstolo do Bem, Padre Airosa”, são poucos, “atendendo aos incalculáveis

benefícios que aquele brilhante instituto tem prestado quotidianamente à sociedade, onde o trabalho nobilita” (*O Primeiro de Janeiro*, 19.12.1891).

É também num outro jornal do Porto que se publica uma das páginas mais belas e, no meu entender, carregada de autenticidade. Numa referência directa ao Colégio de Regeneração, o articulista diz que o P.<sup>e</sup> Airosa “é o heroe que consumou esta obra. É a alma, a vida, o tudo d’esta casa”. Com palavras precisas, directas e incisivas caracteriza assim a forma de dirigir do fundador: “Com a sua vasta intelligencia, os seus variados conhecimentos, a sua provada experiencia do mundo, e dos homens, com o seu talento administrativo, e com a muita bondade do seu coração, tudo governa, e dirige, tudo guia e conduz”. E não precisa, como refere, de se impor, porque “todos lhe reconhecem estas qualidades, todos o respeitam, estimam e amam”. Consegue traçar, como ninguém, o retrato do homem-padre que no seu tempo se impôs ao país:

De todos os Padres portuguezes n’esto seculo, talvez elle fosse o único que melhor compreendeu o seu dever social, que melhor cumpriu o dever do seu sagrado ministério. Modesto em extremo, a ninguém se inculca (...). O P.<sup>e</sup> Airosa, sem procurar a gloria d’esta maneira, glorificou-se, immortalizou-se.

E, num tom profético, anuncia que “os tempos hão de passar, mas o seu nome ficará; ficará aliado a esta obra, como não há outra em Portugal”. De facto, o homem passou, mas a obra perdura. E numa frase lapidar o jornalista conclui: “Portugal, para lhe ser grato, escusa de lhe levantar um monumento. O monumento já está erguido, é o Collegio da Regeneração” (*A Palavra*, 15.12.1899).

Os textos de opinião são, em regra, muito extensos, como se pode inferir pelas citações apresentadas. De novo, um jornal do Porto, de grande tiragem e com cobertura de todo o norte do país, debruça-se sobre o Colégio de Regeneração e sobre o seu fundador (*O Primeiro de Janeiro*, 03.03.1911). Estávamos nos alvares da República e o articulista adverte que temia que as suas palavras ferissem a modéstia do P.<sup>e</sup> Airosa, “um homem que não teve mocidade porque dedicou a vida a isto e não passou o tempo a ler sociólogos nem pensadores mas guiado pelo Evangelho e pela intuição do seu coração aí encontrou a solução”. A sua pedagogia assentava em princípios simples, indo ao encontro do seu semelhante, despojado de arrogância ou possuído de grandes teorias e “tocando-lhes a alma com a piedade cristã, exercitando-as no culto que dulcifica e seduz e absorvendo-as no trabalho alegre, alegrou-lhes com luz risonha a alma enfadonha, enchendo-lhes as horas do dia com tarefas gostosas que sadiamente interessam o espírito”. E através de uma estratégia redentora e nobilitadora da

condição humana “procurou o trabalho mais adequado e tradicional em que Braga estava atrasada, a tecelagem”. A propósito, recorda-se a ida ao estrangeiro, onde P.<sup>e</sup> Airosa aprendeu a arte e de onde trouxe mecanismos modernos, os mais lindos desenhos e os mais completos tratados. E conclui, com muita assertividade:

O Padre Airosa, bem moderno, não se contentou com a piedade abstracta das práticas e das orações; e longe de fazer dessas criaturas monjas egoístas, ou inúteis seres absorvidos nos doentios misticismos da prece excessiva, fez delas mulheres sadias, robustecidas na virtude e no trabalho, criaturas habilitadas como tecedeiras, como engomadeiras, etc.

Outros textos jornalísticos sublinham a “dedicação excelsa do Padre João Airosa” (*O Mundo*, 22.07.1913), a sua acção como uma “cruzada do Bem que já lhe imortalizou o seu character altruísta” (*Diário do Minho*, 23.01.1926). Comovente é também a última visita que, em 1927, o velho amigo, Conselheiro Fernando de Sousa (NEMO), faz a Mons. Airosa, “o santo velhinho”. Diz o cronista de *Correio do Minho* (06.11.1927) que “foi comovedora a entrevista dos dois ilustres portugueses que já contam uma longa carreira de benemerências sociais”. E conclui:

Com essa chave de ouro, o abraço dos dois venerandos portugueses encerrou-se ontem e com esse abraço e o ósculo que o ilustre engenheiro imprimiu na mão de Mons. Airosa, o beijo do espírito de Portugal (...) à mão habituada a traçar o sinal da cruz, emblema ao mesmo tempo da santidade e das glórias lusitanas.

### **GRANDE BENEMÉRITO**

Os elogios e reconhecimento, do benemérito que foi, são transversais aos mais diversos órgãos de comunicação, quer em simples notícias ou artigos de opinião. Não perdem as oportunidades para afirmar que ele é um “benemérito da terra portuguesa” (*A Ordem*, 05.01.1929) e “está ao nível dos grandes benfeitores da humanidade”.

Em 1897, já era assim que se antevia o futuro: “Assim como as grandes montanhas só vistas de longe dão a conhecer toda a sua superioridade sobre os montes que as cercam, também o vulto e a reputação grandiosa do já grande gigante Padre João Airosa, só nos tempos futuros será devidamente apreciada e com justiça avaliada” (*A Concórdia*, 31.12.1897). De novo, o homem-padre, a propósito da “regeneração da mulher perdida, pela religião e pelo trabalho”, é reconhecido como “um dos padres mais beneméritos do catolicismo e um dos mais prestimosos e heroicos cidadãos deste país, cujo nome se acha cunhado com uma auréola de glória que o tornará imortal aos olhos da posteridade” (*A*

*Palavra*, 13.01.1897). Ele é mesmo considerado o padre que está “ao nível dos grandes benfeitores da humanidade” (*A Concórdia*, 31.12.1897).

A cidade de Braga, o homem e a obra são indissociáveis, ou por outras palavras, “a instituição é demasiadamente eloquente para encher uma das mais gloriosas páginas da história de Braga, tornando imorredouro o nome do seu venerando instituidor”. Orientado pela palavra que convence e pelo trabalho que moraliza, o P.<sup>e</sup> Airosa vê surgir de novo, no espírito em trevas, uma luz que a regenera, que a restitui à sociedade e faz compreender a nobre missão que lhe é destinada na terra. “É ao venerando Padre Airosa, exemplo vivo do mais elevado altruísmo, que Braga deve essa instituição-modelo, inigualável no bem que presta à humanidade” (*Correio do Minho*, 13.01.1903). O P.<sup>e</sup> Airosa é o “benemérito que Braga tanto estima e o país tanto admira” (*A Palavra*, 11.05.1904) ou simplesmente “o grande benemérito” (*A Defesa*, 31.08.1929) que fundou “essa grandiosa obra – o Colégio de Regeneração – um padrão imorredouro que perpetuará para sempre o nome do glorioso Padre Airosa e que a história da humanidade consagrará como um dos seus maiores beneméritos” (*Diário do Minho*, 21.01.26). A propósito de um dos muitos saraus que a instituição promovia, outro jornalista refere o descerramento de uma fotografia do P.<sup>e</sup> Airosa, que ele desconhecia, e aproveita para dizer que este Colégio era “a obra mais alevantada que se tem feito na nossa terra, como a obra que melhores e mais deliciosos frutos tem dado” para a qual contribuiu, para além do seu trabalho e total dedicação, com “o dinheiro que muitas vezes foi buscar à sua gaveta para que o pão não faltasse no Colégio” (*A Tribuna*, 12.01.1899).

Serão as campanhas jornalísticas, pergunta um outro profissional da comunicação (*O Diário*, 30.11.1912), o melhor meio de atenuar esta corrente da prostituição que as mesmas autoridades fazem crescer? Não, não são, responde. O mal, diz, só se atenua com a obra cuidada e constante da regeneração:

Portugal tem poucos estabelecimentos desse género, mas dentre os poucos que possui avulta pela sua perfeita organização o Colégio de Regeneração, em Braga, fundado por um padre português – o Reverendo Airosa – auxiliado por um jesuíta inteligentíssimo, alma de artista, coração de santo, que foi o padre Rademaker. E essa obra dum padre português e dum jesuíta defendeu-a calorosamente, no congresso pedagógico de Madrid, em 1892, o sr. Bernardino Machado.

### **COMPARADO AOS GRANDES HOMENS**

Num extenso texto, de 1907, assinado com as iniciais G. L., conta o cronista que o P.<sup>e</sup> Airosa, uma vez, numa festa na igreja do Carmo, lhe manifestara a grande preocupação que o

consumia, que vinha das confissões, onde raparigas o procuravam e lhe pediam para as retirar da vida que levavam. Perante a vida e a obra, o cronista não hesita em compará-lo a Vicente de Paula, José Calasanz e João Bosco (*Jornal de Viana*, 19.10.07). Outros, pondo em relevo “as excelsas virtudes e a grandiosa obra do seu fundador” apelidam-no de “o D. Bosco português” (*Ecos do Minho*, 14.04.1916), e ainda, tendo em conta a sua modéstia de “exemplaríssimo sacerdote”, comparam-no também a S. Vicente de Paula e apelidam-no de “cavaleiro andante da caridade”, título que foi dado a S. João Bosco, chamando-lhe o D. Bosco de Braga (*Diário do Minho*, 14.03.1924).

A propósito da festa promovida pelo jornal *A Voz*, em 1927, no Teatro Circo de Braga, em benefício do Colégio, a imprensa fez-se eco da sessão e regista o discurso pronunciado pelo Dr. Alberto Pinheiro Torres, onde se faz a exaltação da figura da mulher na história de Portugal, chamando ao acto dessa noite “um cântico de amor” e ao Colégio de Regeneração o “Evangelho em acção”. Diz que figuras como Francisco de Assis moldam almas como a do P.<sup>e</sup> Airosa,

(...) em cujo culto se reúnem quantos, seja qual for o seu credo político ou religioso, se aproximam desse grande taumaturgo que há mais de meio século vive exclusivamente para a sua obra, que é um fértil e sacrossanto oásis de bondade e beleza neste seco e inquieto areal de egoísmos, ódios e cobiças em que se debate o mundo de hoje.

Resume a sua obra na trilogia do amor, perdão e bondade, e termina a citar Junqueiro dizendo que são os santos a mais alta expressão da humanidade (*A Voz*, 22.06.1927).

Um outro jornalista lembra, quase no fim da vida de Mons. Airosa, o início deste projecto – a Casa de Abrigo, no Areal – e como Monsenhor tinha sido, então, considerado como um louco ou um visionário. No presente, afirma o jornalista, ao contemplar a obra, “lhe ocorre a obra do santo D. Bosco” (*A Ordem*, 17.08.1929).

### UM HOMEM EXCEPCIONAL

É a partir do ano de 1900, quando a obra contava já mais de 30 anos de existência e os resultados eram palpáveis, que ele suscita a maior admiração perante “os milagres” operados. O cronista Plácido de Vasconcelos Maia diz que a grandeza moral do homem se mede pelas suas obras e por isso faz esta afirmação: “É um homem excepcional este P.<sup>e</sup> Airosa!” (*A Cruz*, 05.01.1902). Há quem o apelide de “santo e heróico sacerdote, uma das maiores glórias da nossa terra, (...) sacerdote modelo, cuja intelligencia poz ao serviço de tão sublime obra de caridade (...) a nossa admiração pela sua gigantesca obra da regeneração da mulher pelo

trabalho” (*Correio do Minho*, 05.01.1904) ou de “incansável trabalhador e grande patriota” (*A Palavra*, 07.06.1904), “o grande industrial que dotou a sua terra com novos instrumentos de trabalho que Braga estima e venera como um santo” (*Liberdade*, 23.12.1916), com “alma de apóstolo e de santo” (*A Época*, 15.10.1923).

Da sua vida simples e do seu *modus vivendi* falam alguns textos de pessoas que ficam impressionadas ao conhecer a habitação que “o santo Padre Airosa” ocupou nos últimos anos de vida “numa casita pobre [casa do capelão] num leito humilde, quase sem conforto” (*Correio do Minho*, 21.04.1928). Num espírito de abnegação, desprendimento e renúncia, aí vivia “um dos filhos mais ilustres de Braga”, “numa casinha pequenina”, ele que “transformou o velho convento em ruínas num palácio vive agora nesta choupaninha”. Mas “à porta do seu quarto, onde mal cabiam a cama e 2 ou 3 cadeiras, batem pessoas da mais alta categoria, da mais brilhante inteligência, da maior nobreza, assim como pobres e pequenos que vêm pedir conselho, direcção” ao homem que “é um escultor de almas, um exímio modelador de corações e sabe como ninguém converter corações de barro em corações de ouro” (*A Ordem*, 05-01-1929).

Ao completar os 60 anos de existência do Colégio, o jornal *A Voz* dedica-lhe grandes reportagens, com abundante ilustração fotográfica, ocupando toda a primeira página, e incluindo testemunhos de várias personalidades de todo o país. Fala-se de “milagre da caridade” (*A Voz*, 18.08.1929 e 19.08.1929), mas já outros se haviam referido aos “milagres da bondade” (*Correio do Minho*, 21.04.1928).

Os jornais de Braga assinalam, também, a efeméride, com grande destaque. No *Diário do Minho* (14.09.1929) lê-se:

(...) a conservação do Colégio de Regeneração é um milagre vivo, sensível, incontestável. Milagre na sua duração, ao atravessar sem declínio assustadoras crises económicas e perturbadoras revoluções políticas. Milagre nos seus efeitos espantosos (mulheres que se regeneram...). Milagre na longa vida do seu fundador, apesar dos trabalhos e canseiras.

Em síntese, lê-se neste mesmo número de *Diário do Minho*, esta “obra é um monumento à dignificação da mulher” (*Correio do Minho*, 18.08.-1929).



### 3.8. Dois pedagogos/educadores que se cruzam na vida

São ambos de formação eclesiástica e, cada um a seu modo, dedicaram a vida a grandes causas de âmbito social e educativo. Um dedicou quase toda a sua vida à da “infância desvalida e delinquente”, deixando também obra escrita; o outro, não sendo um doutrinário ou um teórico, dedicou-se à regeneração e recuperação de mulheres com desvios comportamentais, revelando-se um pragmático. Cruzaram-se na vida e entre eles havia uma admiração mútua que ficou devidamente registada. Refiro-me ao P.<sup>e</sup> António de Oliveira<sup>112</sup> e ao P.<sup>e</sup> João Airosa. Ambos tiveram uma experiência pastoral e ambos se sentiram impelidos por uma força interior para agir e intervir activamente nos ambientes sociais mais adversos, conseguindo transformar e reintegrar jovens rapazes, raparigas e mulheres, na sociedade.

O P.<sup>e</sup> António d'Oliveira “concitou a admiração declarada de vultos cimeiros do republicanismo cultural e político, mesmo dos que mais contrariavam a presença da Igreja católica na sociedade portuguesa” (Manuel Clemente, apud Martins, 2012a: 10) e, apesar de “desencartado de currículo académico em sociologia, direito, criminologia infantil ou em pedagogia e psicologia” (Martins, 2012a: 11), deixou uma vasta obra escrita que, ao longo do tempo, tem sido objecto de estudo, havendo sido, mais recentemente, alvo de uma investigação mais profunda do Prof. Ernesto Candeias Martins da qual resultaram dois volumes.

Por alguns apelidado de “o Pestalozzi português”, o P.<sup>e</sup> António de Oliveira deixou uma marca importante nas políticas e na acção de recuperação de menores. Segundo Fernandes (1958), despertou

(...) a atenção não só do público em geral mas dos especialistas, dos pedagogos, dos psiquiatras, dos educadores, dos políticos e jornalistas do tempo, que de todos os sectores iam a Caxias ver como se trabalhava, incluindo os próprios componentes do *Congresso Internacional de Medicina*, presidido por Miguel Bombarda, e várias missões de estudo das escolas normais, dos liceus e doutros estabelecimentos de ensino, e os membros do *1.º Congresso Pedagógico*, realizado em 1908. (p. 36)

O P.<sup>e</sup> António de Oliveira ocupa um lugar importante na história da educação social e do direito de menores em Portugal, no começo do século XX, embora nem sempre tenha recebido a atenção e o reconhecimento por parte de historiadores da educação e

---

<sup>112</sup> O P.<sup>e</sup> António de Oliveira (1867-1923) nasceu em Lamego, onde frequentou o seminário e recebeu a ordenação sacerdotal. Depois de uma breve passagem pela vida paroquial viu-se obrigado, por razões de saúde, a transferir-se para o Porto. Em Lisboa, para onde entretanto se mudou, foi capelão e subdirector da Casa de Correção das Mónicas, tendo procurado transformar esse lúgubre presídio numa casa humanizada, proporcionando aos reclusos meios de se instruírem e educarem. A sua acção social e humanitária está patente nas instituições que dirigiu e orientou e nas obras que escreveu.

jurisconsultos, na proporção da sua obra e influência. Tendo-se tornado responsável de uma instituição pública de detenção e correcção de menores de Lisboa – conhecida, na época, pelo ambiente degradado que agravava a deformação social e moral dos internos – desenvolveu novos métodos de assistência educativa neste tipo de instituição, transitando de uma lógica de ‘prisão’ para uma lógica de ‘escola’.

Nesse tempo, a delinquência juvenil e da infância era tratada pelas leis gerais que regulavam a transgressão e a criminalidade dos adultos. O P.<sup>e</sup> António Oliveira, na transição da monarquia para a república, colaborou em projectos legislativos inspirados pela necessidade de reconhecer a especificidade jurídica da infância e da juventude. Ernesto Candeias Martins (2012) assevera:

(...) graças à labuta do P.<sup>e</sup> Oliveira, Portugal foi um dos primeiros países a introduzir no sistema de protecção judiciária o objectivo protector e pedagógico, substituindo o velho Código Penal (1886), a responsabilidade do indivíduo e na reprovação social da sua conduta. (p. 117).

Na verdade, particularmente relevante é a elaboração, pelo P.<sup>e</sup> António de Oliveira, do projecto que estaria na base da Lei da Protecção à Infância, de 27 de Maio de 1911, criando os Tribunais de Menores em Portugal (Gomes, 2005: 108-123).

Estava o P.<sup>e</sup> António de Oliveira a dirigir a Casa de Correcção de Santa Clara de Vila do Conde, quando é aconselhado pelo Ministro da Justiça, Dr. Campos Henriques, a deslocar-se a Braga, a fim de estudar a organização do Colégio da Regeneração. O objectivo do ministro era obter informação do modelo organizacional para proceder à fundação de uma Casa de Correcção de raparigas, em Lisboa. Pois foi este “Homem” que, como o P.<sup>e</sup> Airosa, “construiu todo o seu saber na *Universidade da Vida*” que, em 1902, visitou o Colégio de Regeneração, por duas vezes. Da primeira vez, deslocou-se a Braga para um encontro com o director do Colégio de Regeneração, para colher ensinamentos. É um dos mais extensos e fundamentados testemunhos sobre o P.<sup>e</sup> Airosa.<sup>113</sup>

Com efeito, em *Criminalidade, Educação* relata ele a vinda a Braga e o frutífero encontro com Mons. Airosa. Confessa que vinha pouco esperançado, porque lhe tinham dito que se tratava de um padre profundamente místico que, porventura, teria escrúpulos em dialogar sobre os problemas que afectavam as suas colegiais.

---

<sup>113</sup> Este testemunho foi publicado em 1918, em *Criminalidade – Educação*, pp. 150-151. Ernesto Candeias Martins refere-o na obra *Protecção Social e (R) Educação de Menores* (p. 91) e transcreve-o integralmente em *Criminalidade, Geração e Educação de Menores* (Martins, 2012b: 73-76).

Recebido pela superiora dominicana, na ausência do director, logo começou a alterar as suas expectativas. O asseio do átrio e a afabilidade do trato, bem diferente dos modos e cultura de outras religiosas que conhecia, logo lhe deixaram as melhores impressões. O primeiro encontro entre os dois pedagogos decorreu no hotel, onde o P.<sup>e</sup> Airosa o procurou e onde a conversa se prolongou pela noite fora.

Vendo a figura sorridente, simples, e simpática, do padre Airosa, senti imediatamente que tinha em frente de mim um daqueles homens, que, entregando-se de corpo e alma ao culto de um ideal, passam uma vida de sacrifícios, para remediar a miséria humana, e que estão sempre ao lado de todos os caídos, fracos e infelizes!

No decorrer da conversação, P.<sup>e</sup> António de Oliveira foi descobrindo em P.<sup>e</sup> Airosa o homem multifacetado, de um espírito aberto aos problemas da vida e de fortes convicções.

Eu que julgava ir encontrar apenas um fanático, vendo só pecado na luxúria, e visionando pela oração o arrependimento das pecadoras a cuja salvação espiritual havia dedicado a sua vida, tive a boa sorte de encontrar um místico, realmente, mas, ao mesmo tempo, um artista e um pedagogo!

Nesse encontro, o P.<sup>e</sup> António Oliveira sentiu estar perante um mestre que seria a “pedra angular de toda a sua grandiosa obra!”. Passou dois dias em visita minuciosa ao Colégio, onde, através da “simplicidade magestosa”, viu estampada “a bondade do místico, a beleza do artista e a intuição do pedagogo!”. E da instituição, que ele considera como um instituto modelar em qualquer parte do mundo, deixou este belo retrato:

Efectivamente, na sua obra vê-se: santidade, arte e sabedoria! É bem uma obra de beleza, bondade e trabalho! Não se trata de uma instituição, já fatigante e obscura por um misticismo ridículo, já triste e funérea por uma decoração conventual, já pretenciosa e monótona por uma ciência árida! Nada disso ela é.  
O que eu ali encontrei foi a instituição mais religiosa, mais bela e mais prática, que tenho visitado e admirado em toda a minha vida!

Finalmente, realça a personalidade desta grande figura bracarense, que equipara aos grandes vultos de outrora:

O padre João Airosa é, incontestavelmente, uma figura que fica bem ao lado dos dois maiores homens que Braga celebra na sua história: Frei Bartolomeu dos Mártires e Frei Caetano Brandão.

O padre Airosa despojado mesmo do seu carácter sacerdotal, fica ainda uma figura grande e interessantíssima, e digna de respeito e admiração dos mais intransigentes inimigos do padre!

Este grande cristão, não sabe odiar os outros, quer sejam inimigos da sua fé, quer se digam contrários à sua obra; porém ama como ninguém!

Os humildes, os despresados, os que sofrem, foram sempre a sua fonte de inspiração!

De modo que, perante a sua pessoa e a sua obra, ninguém, qualquer que seja a sua fé religiosa e convicção política, se rebaixa e se amesquinha, descobrindo-se!

O P.<sup>e</sup> António de Oliveira teve a gentileza de enviar um exemplar de *Criminalidade. Educação* ao P.<sup>e</sup> Airosa – exemplar que hoje faz parte da biblioteca do IMA – acompanhado por um postal. O agradecimento consta da minuta<sup>114</sup> de uma carta para o P.<sup>e</sup> António de Oliveira, com data de 24 de Junho desse ano de 1918:<sup>115</sup>

Li, sim, o capítulo da *Criminalidade* a que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> se refere no postal. Li com o maior interesse, de princípio a fim, o livro todo. Já o mandei encadernar. Estimo-o como dos mais apreciáveis da minha livraria; e relê-lo-ei mais vezes. É mestre que instrui e ensina. Penhoradíssimo agradeço o encarecimento, que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> faz, no aludido capítulo, do humilde instituto – Colégio da Regeneração.

Pelo que me toca muito e muito obrigado. As expressões sinceras de amizade ... sumamente apreciáveis...

No respeitante ao Colégio direi que a obra não é minha. A Deus se deve e ao auxílio e coadjuvação de beneméritos benfeitores, em cujo número temos a satisfação de incluir a prestimosa pessoa de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, que com o excelente capítulo da *Criminalidade* muito contribuirá para o bom nome e créditos do Colégio.

Sem estes adjutórios e sem Deus, o P.<sup>e</sup> Airosa nada faria. *Nisi Dominus edificaverit domum, in vanum laboraverunt quiaedificent eam.*

Terminarei por manifestar que nas atarefadas lides em que me vou arrastando (com os 82, a chegar) muito me anima e conforta a protecção e dedicação dos bons amigos como, V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>.

Deus o cubra de bênçãos, e o ajude nos seus bons serviços de propaganda e educação. Assim Lho rogará com as internadas o (...).

No dia 6 de Outubro desse ano de 1902, o P.<sup>e</sup> António de Oliveira voltou ao Colégio. Desta vez, vinha acompanhado do Conselheiro Frederico Abreu Gouveia, director geral dos Negócios da Justiça, e de António Amorim de Carvalho, como consta do registo do Livro de Visitantes n.º 2, fl. 15, onde deixaram o testemunho, que *O Primeiro de Janeiro* publicitou, dias depois (9.10.1902). O P.<sup>e</sup> António de Oliveira, que assina na qualidade de *Sub-director da Casa de Correção de Lisboa*, deixou este registo dirigido ao “grande Mestre”:

A impressão que recebi ao visitar esta grandiosa instituição foi: pedir ao seu benemérito e sábio Fundador e Mestre, que me recebesse como seu discípulo, n’este seu admirável Curso Superior de Caridade e de Trabalho: e tive a satisfação do meu pedido ser deferido pelo grande Mestre.

---

<sup>114</sup> ABIMA Doc. 262.

<sup>115</sup> V. AP. DOC. Doc. 66.

### 3.9. O lado “íntimo” do Homem e do Padre

Para conhecer os diferentes ‘eus’ do P.<sup>e</sup> Airosa é preciso ler as centenas de esquemas, de carácter espiritual, das homilias e das práticas de retiro que revelam a sua espiritualidade; os relatórios do Colégio por si elaborados, onde se reflecte, de algum modo, o pensamento pedagógico/educativo; os cadernos de notas que mostram a sua curiosidade pela mecânica e o espírito aberto às novas tecnologias, assim como o espírito científico que lhes estava subjacente.

É, certamente, no foro interno, onde tudo se passa num elevado grau de intimidade, que mais difícil se torna conhecer a totalidade da pessoa. Essa interioridade revela-se nos grandes actos, mas também as mais ínfimas atitudes, resguardadas dos olhares do grande público. Num mundo carente de referências e de valores profundos, o P.<sup>e</sup> Airosa foi um homem de acção que se deixou conduzir por um ideal, por uma missão que o vai transcendendo, numa entrega total a uma causa humanitária, mas, ao mesmo tempo, um homem de fé profunda e fecunda, vivendo a vida num esforço contínuo de aperfeiçoamento espiritual que se traduziu numa exigência ética irrepreensível. A sua vida, ao serviço dos outros, evoca, de algum modo, a parábola evangélica dos talentos (Mt. 25, 14-30). Não guardou para si as ‘moedas’ que recebeu nem teve receio de as pôr a render. Arriscou tudo, pondo os seus talentos ao serviço do bem comum.

Dizia o escritor e ensaísta francês Joseph Joubert que a palavra empolga, o exemplo ensina; e um provérbio suíço diz que as palavras são anões, os exemplos são gigantes. Não sei se o P.<sup>e</sup> Airosa era um homem de grande retórica mas era, seguramente, um exemplo vivo de trabalho e de grande iniciativa, um exemplo de abnegação, de persistência e tenacidade e, ao mesmo tempo, um introspectivo, um místico como alguns lhe chamavam, um homem de uma fé inabalável, como transparece dos seus escritos de índole espiritual e se reflecte nos testemunhos das recolhidas e de quem o conheceu. A colegial Adelaide da Cunha Gonçalves, na simplicidade da sua linguagem poética, caracteriza-o desta forma: “Uma vida para além da vida / Um anjo de virtudes inspirado / A nossa alma do abismo resgatou”.

O homem nunca pode parar de sonhar, porque o sonho é o alimento da alma, assim como a comida é o alimento do corpo. O P.<sup>e</sup> Airosa foi um homem de grandes ideais que, um dia, acalentou um sonho e o concretizou, mas teve de lutar constantemente contra ventos e marés. O segredo dessa força está na sua espiritualidade que o leva à fé inabalável em Deus, na existência de homens de boa vontade e na capacidade de regeneração da pessoa humana.

São estes pressupostos que lhe dão a energia necessária para ultrapassar os obstáculos. É que, quando o vento sopra, há uns que lhe levantam barreiras e outros que constroem moinhos de vento e barcos à vela. Mons. Airosa precisou de uma grande dose de obstinação e persistência. Alicerçado na fé e na esperança foi um exemplo e modelo de persistência, lutando até ao limite das suas forças pela manutenção da obra em que acreditava. A instituição que fundou e dirigiu, até ao fim da vida, viveu radicalmente em permanente tensão. Mas nem mesmo quando ocorreu a falência do Banco do Minho, onde tinha depositadas as economias da instituição, quando já contava mais de 90 anos de idade, nem assim ele desfaleceu ou deixou de acreditar. Não baixou os braços e parece que esse percalço lhe deu ainda mais ânimo para prosseguir.

Foi um homem de Fé e um homem de Esperança. E enquanto houver homens assim que teimem em entregar-se à Vida, como escreve José Mattoso, sem pensar em si mesmos, mas tendo em mente os seus semelhantes, não é insensato manter a esperança (Mattoso, 2012: 14). A esperança cristã, diz o mesmo autor, não nasce da crença em milagres nem do desejo de ser como os deuses, ou como os heróis. A esperança cristã, entrando aqui num registo mais de ordem teológica, baseia-se na identificação com o Filho de Deus, que, por amor à humanidade, renuncia a todo e qualquer poder. Essa força interior é, muitas vezes, humanamente inexplicável. Crer, diz Eduardo Lourenço, é qualquer coisa que responde aos anseios mais profundos da humanidade, mas não é susceptível de demonstração (apud Mattoso, 2012: 15).

Ter fé é acreditar na Providência Divina, é acreditar nas disposições divinas pelas quais Deus conduz, com sabedoria, todas as criaturas para o seu fim último. Ter fé é viver o espírito evangélico do “olhai como crescem os lírios do campo...” (Mt 6, 28), que ensina a ter para a natureza um olhar que descobre nela a maravilha que nela se esconde de um poder sobrenatural, porque ela é mais do que ela própria, em razão da bondade divina que a governa. Ter fé é deixar-se guiar por aquela outra passagem do mesmo evangelho de Mateus: “olhai as aves do céu: não semeiam nem ceifam nem recolhem em celeiros; e o vosso Pai celeste alimenta-as. Não valeis mais do que elas?” (Mt 6, 26). Ter fé é saber discernir nessas palavras a Providência que não abandona quem nela confia. Claro que a Providência Divina age através da acção das criaturas, dos seres humanos que livremente cooperam com os seus desígnios e que, portanto, não dispensam o trabalho e o esforço pessoais na procura de soluções. As provações, no sentido cristão, não significam uma ausência nem uma menor presença da bondade do Pai, antes ajudam a discernir o que está para além das aparências.

Quando alguns apelidam o P.<sup>e</sup> Airosa de místico, querem dizer, certamente, que ele vivia descentrado de si próprio. O centro era Cristo, Maria e as acolhidas. Vivía em plenitude a fé, a esperança e a caridade. Era um trabalho de fronteira. Nesse sentido, ele próprio teria sido um instrumento da Providência ao viver para a ‘pessoa’ que se lhe deparava, entendendo que a sua missão era curar as feridas, e estas feridas só se curavam com misericórdia, à boa maneira do samaritano – o homem misericordioso que lava, limpa, levanta o próximo. Ou, à boa maneira de João Maria Vianney, um padre com imensa capacidade de ouvir a dor e de acender a chama da esperança. Na sua humildade, Mons. Airosa compreendeu que uma das virtudes da sabedoria é saber ouvir e saber compreender o próximo. Descer às suas noites, à sua escuridão, sem se perder e sem deixar ninguém para trás, foi o grande objectivo da sua vida. Saber acolher, saber compreender é, muitas vezes, proporcionar uma nova oportunidade de construir uma nova vida.

O P.<sup>e</sup> Airosa era um homem de devoções. A figura de Maria, sob a invocação da Imaculada Conceição, padroeira do Colégio, estava presente na instituição como mãe solícita que olha pelos seus filhos. Mas Maria estava presente na sua vida, de uma maneira especial, sob a invocação da Senhora de Lourdes, a quem atribuía a sua cura, e em honra da qual mandou erigir um altar na igreja da Conceição e ao lado do qual mandou colocar uma cartela em mármore, em letras douradas, com estes dizeres: “Eterno reconhecimento a Nossa Senhora de Lourdes”. Um outro pilar da sua devoção era S. José, que ele tinha como especial protector da obra, por ser, naturalmente, o protector da Sagrada Família, a que esta grande família do Colégio de Regeneração se queria assemelhar.

Aquilo a que se chama ‘graça’ e ‘sobrenatural’, ‘espiritualidade’ e ‘devoção’ podia tocar-se na sua pessoa. Numa expressão mais ousada, diria que Deus confundia-se com o P.<sup>e</sup> Airosa. Com as raízes em Deus, os frutos de amor e serviço pelos pobres eram evidentes. Viveu para os outros, privilegiando os marginalizados da riqueza e das honrarias sociais. Foi um incansável espírito terapeuta que, primeiro, cuidou dos ‘ferimentos’ morais e depois orientou para que o erro não se repetisse. Já tido por “santo”, em vida, nunca perdeu a simplicidade e o total desprendimento de si próprio. Foi um “expropriado por utilidade pública”, como alguém apelidou os que seguem o seu exemplo no esquecimento de si próprios para serviço do próximo.

Ofensa, pecado, perdão, misericórdia e reparação são conceitos que fazem parte do ‘ser cristão’. No catolicismo, o reconhecimento do pecado e a imploração do seu perdão passa pela mediação do sacerdote que, tradicionalmente, implica o local onde este sacramento é

administrado, o confessionário, onde se realiza o acto da confissão. Daí o chamar-se ao confessionário o lugar da misericórdia, onde, caso a caso, se julga e se ajuda a discernir, implorando a misericórdia de Deus.

É nesse sentido que o P.<sup>e</sup> Airosa regista, nos seus apontamentos, o nome de algumas pessoas de quem foi confessor, ou o de padres que teve como confessores. Foi confessor do próprio Arcebispo Primaz de Braga, D. Manuel Vieira de Matos, e recorreu a confessores/directores espirituais, aos quais se referiu muito elogiosamente.<sup>116</sup> Assim, no livrinho manuscrito *Notas e conselhos*, regista algumas notas que, para além dessa informação, fornece outros dados de carácter histórico, como é o caso do P.<sup>e</sup> José Eigenmann,<sup>117</sup> fundador do grande Colégio do Espírito Santo, em Braga: “Enquanto não vieram os irmãos [da Congregação do Espírito Santo], confessava-se comigo. Depois que estes chegaram, inverteram-se os papéis. Principiou a ser o meu confessor. Era director ilustrado, piedoso, prático e providente. Muito aproveitei com os seus salutareos conselhos”.<sup>118</sup> Em letra miudinha e quase ininteligível, muito à base de abreviaturas, anota conselhos, reflexões, esquemas de sermões e práticas sobre as mais variadas temáticas, todas relacionadas com a espiritualidade.

De uma figura bracarense que muito admirou e que foi seu confessor e conselheiro espiritual – o P.<sup>e</sup> Martinho – deixou exarado este testemunho “Conheci muito de perto o P.<sup>e</sup> Martinho, pois foi durante muito tempo meu confessor e director espiritual, e aos seus sábios e prudentes conselhos muito devo”. Desse ilustre bracarense diz ainda que, por muito que pudesse dizer dele, “ficaria sempre muito áquem do que deveria dizer, tratando-se de honrar a memória dum santo e dum sábio”.<sup>119</sup>

---

<sup>116</sup> V. AP. DOC. Doc. 77.

<sup>117</sup> ABIMA Doc. 254. No caderno manuscrito de 54 páginas numeradas, intitulado *Notas e Conselhos*, o P.<sup>e</sup> Airosa iniciou os seus registos com este subtítulo: “Retalhos illucidativos e preventivos; Conselhos e avisos salutareos a pôr em cautela e a corrigir” (V. AP. DOC. Doc. 55). Começa por contar a história do P.<sup>e</sup> José Guebardo (?) Eigenmann, espiritano, que, vindo doente da América se estabeleceu em Braga, junto da igreja do Carmo para se restabelecer. Celebrava no Carmo e era edificantíssimo. Logo que melhorou, e ajudado por alguns sacerdotes da cidade (2 professores), abriu aulas na sua residência. Depressa se tornou notado e a afluência era tanta que alugou a casa da Quinta das Hortas, próxima à estação, do caminho-de-ferro. Mais tarde, comprou a casa e grande quintal ao P.<sup>e</sup> Couto, em Infias, onde fez importantes obras. Pediu então sacerdotes da Ordem e fundou um colégio dos principais do país, que era frequentado por centenas de alunos internos e externos. Diz o P.<sup>e</sup> Airosa que, enquanto não vieram os irmãos da Ordem, ele confessava-se a ele, P.<sup>e</sup> Airosa. Depois da chegada dos irmãos inverteram-se os papéis. Diz que era um homem ilustrado, piedoso, prático e providente e que muito aprendeu com os seus salutareos conselhos e de alguns tomou devida nota.

<sup>118</sup> “Importante inédito”. In *Convívio*, n.º 14, p. 2 (1982) (ABIMA Doc. 1491).

<sup>119</sup> O P.<sup>e</sup> Martinho António Pereira da Silva (1812-1875) nasceu em Braga (Semelhe) e morreu, acidentalmente, em Vila do Conde. Foi examinador Pró sinodal do arcebispado de Braga e professor de Teologia Moral do



Também o P.<sup>e</sup> Cruz se cruzou com o P.<sup>e</sup> Airosa. De facto, quando o P.<sup>e</sup> Dr. Francisco Rodrigues da Cruz foi, em Braga, director do Colégio dos Órfãos de São Caetano (actualmente Colégio de São Caetano), ia ao Colégio de Regeneração confessar-se ao P.<sup>e</sup> Airosa, segundo se lê num apontamento do Doutor Costa Lopes, que terá obtido essa informação através de uma conversa com o Arcebispo de Cízico (D. Manuel Ferreira da Silva), no Sameiro, em data que não explicita. Era ainda muito novo o “santo” P.<sup>e</sup> Cruz quando exerceu esse cargo, desde 1886 a 1894, isto é, desde os seus 27 aos 35 anos de idade. É admissível, pois, provável pelo menos, que o Fundador do Colégio de Regeneração tenha exercido alguma influência no modo como o P.<sup>e</sup> Cruz orientava os seus rapazes. A sua atenção não se limitava aos cuidados pela vida espiritual. Utilizava uma pedagogia activa, estimulando os rapazes ao estudo e à aprendizagem de um ofício entre os que, então, aí se ministravam – alfaiate, sapateiro e marceneiro. A grandeza e estatura moral deste Homem podem, ainda, medir-se pela eloquência de um episódio que a seu respeito se conta, quase como um mito, já que não se situa no tempo nem no espaço, que até nós chegou através da via oral.<sup>120</sup> Num momento de maior aperto financeiro do Colégio, ter-se-á abeirado de um senhor abastado da cidade a pedir ajuda. Este, numa atitude de indiferença e sarcasmo, ter-lhe-á dado uma bofetada. O P.<sup>e</sup> Airosa tem uma reacção surpreendente, de extrema humildade, que acaba por confundir o insultuoso. – “Para mim, já tenho...”, ter-lhe-á dito. “Agora dê-me alguma coisa para as ‘minhas filhas’”. Confrontado e humilhado com a inesperada atitude, esse senhor pediu perdão e tornou-se um grande benfeitor e amigo do P.<sup>e</sup> Airosa e da sua obra.

Como já referi, Mons. Airosa não deixou tratados sobre educação ou pedagogia. Foi um pragmático. Mas nos seus imensos rascunhos de homilias e retiros encontram-se esses e outros conceitos que ele baseava na palavra do Evangelho. Num pequeno caderno, manuscrito e encadernado, deixou notas soltas, pensamentos, transcrições de jornais e livros, frases da Bíblia, reflexões e pequenos recortes do jornal *A Época*. Um desses recortes, de 14 de Novembro de 1924, reproduz uma afirmação de Mussolini, que vale o que vale, mas que ele valorizou: “Penso que um povo não pode nunca tornar-se grande, poderoso, consciente dos seus destinos, se não se aproxima da religião, se não considera a religião como um elemento essencial da sua vida privada e pública”.<sup>121</sup>

---

Seminário e autor de algumas obras. Foi o iniciador da construção do Santuário do Sameiro (Airosa, 1927: n.º 19; Vieira, 1930: 18).

<sup>120</sup> *Convívio* n.º 14, Maio 1982, p. 2 (ABIMA Doc. 1491).

<sup>121</sup> “Pensamentos soltos - Retalhos em extractos diversos 1921-1925”. É um pequeno caderno manuscrito de Mons. Airosa, de 17x12 cm, de 84 páginas (ABIMA n.º 19, 1-3).

### 3.10. As manifestações de pesar na morte de Mons. Airosa

Os últimos cinco anos de vida de Monsenhor Airosa foram vividos num ambiente muito conturbado, quer no plano nacional quer no internacional. De Braga, partia, em 28 de Maio de 1926, um levantamento militar, conduzido pelo Marechal Gomes da Costa, contra a desordem administrativa, a crise económico-financeira e o caos político-social que daria origem à ditadura militar. Em 1928, Oliveira Salazar assume a pasta das Finanças e o Marechal Carmona é eleito Presidente da República, eleição que legitimaria a instauração da “Ditadura Nacional”. Em 1929, a economia mundial é fortemente afectada pelas consequências da Grande Depressão ou Crise de 1929 que, nas actas da Direcção do Colégio, é referida “pela assustadora crise de trabalhos”<sup>122</sup> que veio agravar, ainda mais, a situação nacional, devido aos avultados prejuízos causados pela falência do *Banco do Minho*, onde o Colégio tinha uma grande parte dos seus haveres financeiros.

É na encruzilhada destes e de outros acontecimentos que Monsenhor Airosa morre, no dia 25 de Setembro de 1931, depois de uma vida longa, à maneira das ‘árvores que morrem de pé’.

Mons. Airosa viveu uma vida longa, conservando a sua perfeita lucidez até ao último momento. Faleceu, serenamente, nos aposentos da Casa do Capelão. Pormenor significativo é a sua residência, que manteve sempre na sua casa da Rua da Cruz de Pedra, em Maximinos, com a única irmã que lhe restava, Ana Ludovina,<sup>123</sup> mantendo uma certa distância física da instituição, até nisso querendo preservar a sua integridade moral. Todavia, nos últimos tempos, passou a viver no Colégio, na Casa do Capelão, nas instalações anexas à igreja, no topo norte/nascente, com acesso pelo adro.

Segundo uma anotação do P.º Peixoto Braga, no Almanaque Bracarense, Mons. Airosa celebrou a última missa no dia 8 de Setembro, dia da Natividade de Nossa Senhora,<sup>124</sup> facto que lhe provocou esta exclamação: “Que devoção Mgr. Airosa tinha a Nossa Senhora!”. Passados dois dias, em 10 de Setembro, adoeceu e não mais se levantou do leito. Tendo entrado em agonia às 13 horas do dia 25 de Setembro, veio a falecer cerca das 23 horas.

---

<sup>122</sup> L.º de Actas n.º 2, fl. 31v.

<sup>123</sup> Ana Ludovina faleceu na sua residência; à Cruz de Pedra, n.º 45, no dia 15 de Agosto de 1931.

<sup>124</sup> *Almanaque Bracarense*, 1931, p. 63. Este almanaque, executado por ordem do Arcebispo D. Manuel Vieira de Matos, é certamente um antecessor do *Ordo Bracarensis* (Disposições sobre a recitação do Ofício Divino e das missas a celebrar, segundo o calendário litúrgico do Rito Bracarense).

Uma semana antes de adoecer, parecendo uma premonição da morte, começou a escrever uma “carta de consciência”, dirigida ao P.<sup>e</sup> Peixoto Braga, para, depois do seu falecimento, dar cumprimento à sua última vontade. Os bens legados são, na maioria dos casos, objectos ou valores de pequena monta, mas de valor sentimental, são sinais de gratidão e revelam a estima e amizade pelas pessoas mais próximas. Não esquece as Irmãs Dominicanas que “tão digna e caridosamente têm curado da administração interna do Colégio”, o primo P.<sup>e</sup> Manuel Joaquim Peixoto Braga, o Sr. Manuel José Rodrigues Ferreira e o capelão, a quem deixava objectos particulares de muita estimação. Ao sacristão e ao carpinteiro do Colégio deixou uma pequena quantia em dinheiro. A Miguel José Leite, escriturário do Colégio, deixou valores financeiros e objectos pessoais de valor. Mas não esqueceu as pessoas mais humildes, que a si e à sua família serviram com dedicação, deixando-lhes determinadas quantias em dinheiro – à empregada Angelina e à irmã, à “creada” Conceição e irmã Tereza. A mais gratificada foi a “creada” Cristina, com uma avultada verba. Termina, escrevendo que no cofre do Colegio fica dinheiro seu “para satisfazer estes encargos, em metal, em letras e em obrigações, em acções ao portador”. Este documento, datado e assinado pelo próprio, foi terminado no dia 8 de Setembro, dois dias antes de adoecer.<sup>125</sup>

A morte de Mons. Airosa foi muito sentida no Colégio, na cidade e no país. Para isso bastará abrir os jornais de Braga desses dias. De facto, no dia 26 de Setembro, em notícia de 1.<sup>a</sup> página, com fotografia, anunciavam a morte do ilustre fundador do Colégio de Regeneração com títulos como este – “Braga em luto” (*Diário do Minho*, 26.09.1931). Em palavras sentidas, diz-se que Braga chorou amargamente a irreparável perda de Mons. Airosa e que logo que a sua morte foi conhecida na cidade, muitas pessoas acorreram ao Colégio a apresentar condolências.

Figura de inconfundível relevo e especial carinho, um dos vultos mais em evidência pela providencial obra a que se devotou entranhadamente (...) e foi dessa obra, feita mercê de aturadíssimos esforços, que Mgr. Airosa ficou sendo conhecidíssimo em Portugal e lá fora, em muitos países que mais tarde se serviam de idênticos processos para fundarem estabelecimentos destinados ao mesmo fim do Colégio de Regeneração de Braga.

O *Correio do Minho* (26.09.1931) publica uma extensa e emocionante crónica, onde se afirma que foi uma das grandes figuras do meio bracarense, no último quartel do séc. XIX

---

<sup>125</sup> O P.<sup>e</sup> Peixoto Braga teve o cuidado de apor a seguinte nota: “Eu abaixo assinado declaro, para todos os efeitos, que foi já cumprida a vontade de Mgr. Airosa em todos os pontos da carta supra. Braga e Colégio de Regeneração 23-1.º-932 [23 de Janeiro de 1932]. P.<sup>e</sup> Manuel Joaquim Peixoto Braga”.

e nos anos decorridos do séc. XX. O seu nome era “popularíssimo e repetido por todos os nossos conterrâneos, e por muitas outras terras do país, onde chegou a sua fama, nas referências de seus conhecidos, e nas que a imprensa de todos os matizes lhe dedicava”. Toda a actividade de Mons. Airosa foi “uma obra salvadora, uma redenção continuada”. E, a propósito, recorda os momentos difíceis de 1910:

Foram horas de muita intranquilidade, no meio das dificuldades do Colégio, as do principio do novo régimen. Muitas pessoas recearam pelo seu futuro. As Congregações proscritas, proibidas as instituições religiosas, o Colegio parecia ter contados os seus dias, e ver num instante malograr-se a obra de tantos anos. Perturbar-se-hia, nesse momento de prova, a alma de Mons. Airosa? Cremos que não. “Impavidum ferient ruinae, etiam si orbe confracto”, como do varão justo cantou Horácio,<sup>126</sup> ele teria, porventura, recomeçado se o vórtice houvera submergido o salutar instituto. A Providencia, porém, que rege sabiamente o mundo, velava pela obra providencial, e suscitou um defensor para a casa do P.<sup>e</sup> Airosa. Viu-se, no lance, a imanente providencia; o defensor, nem sequer ainda havia visitado o Colegio quando poz a seu favor toda a sua influencia, o seu valimento de caudilho republicano. Ao Sr. Dr. Manuel Monteiro, amigo desvelado do Colegio de Regeneração, deveu esta casa o conservar-se incólume e sem peias.

As íntimas consolações que Mons. Airosa tinha eram os triunfos literários das educandas, os seus progressos, a sua boa colocação “e até o casamento e feliz lar de algumas delas”. O cronista lembra que é raro que o verdadeiro mérito seja reconhecido em vida. Mas “o mérito do P.<sup>e</sup> Airosa em vida lho reconheceram todos os seus conterrâneos, Portugal inteiro, a Igreja”. Mas ele furtou-se sempre à exposição pública, recusando todas as honrarias: “O Papa fe-lo Monsenhor; nunca usou os distintivos. A República fe-lo Grã-cruz da Ordem de Cristo; não quis aceitar as insígnias”. O seu falecimento foi “rapidamente conhecido em todo o país, causando a mais profunda emoção. É que o virtuoso e bondoso padre que passou pela vida fazendo o bem, por todo Portugal era estimado, por toda a parte conhecido – sequer ligeiramente – o alto valor da sua alma diamantina”. A imprensa presta-lhe uma última homenagem, “sendo unanime em manifestar o comum pezame com expressões de merecida consagração à sua obra redentora” (*Correio do Minho*, 27.09.1931). O reconhecimento do seu mérito transcendeu, como já disse, as limitadas fronteiras bracarenses, como o demonstra uma carta endereçada pela Sociedade Teossófica de Portugal, com sede em Lisboa, onde se diz que “foi um doloroso acontecimento, cuja repercussão abalou toda a família portuguesa”.<sup>127</sup>

---

<sup>126</sup> *Odes*, III, 3, (7-8). Com esta frase – “Se o mundo despedaçado se desmoronasse, as suas ruínas feririam [o justo] sem o assustar” – Horácio celebra a bravura e intrepidez do homem justo.

<sup>127</sup> V. AP. DOC. Doc. 72.

Os jornais continuam a chamar à 1.<sup>a</sup> página o acontecimento e a dar conta, circunstanciadamente, dos sentimentos da maior consternação que pairavam em toda a cidade, e diz que “em muitos edifícios da cidade foi colocada a bandeira a meia haste” e a Associação Comercial de Braga convidou os seus associados a conservarem, em sinal de luto, meio fechadas as portas dos seus estabelecimentos e a tomarem parte em todas as homenagens fúnebres prestadas a Mons. Airosa (*Diário do Minho*, 29.09.1931).

Entre os muitos telegramas recebidos, conta-se o do Presidente da República que assim se expressa: “Significo a essa Exma. Direcção o meu vivo pesar pelo falecimento de Mgr. Airosa, benemérito e ilustre director do Colégio da Regeneração, cuja bela obra tive ensejo de admirar e apreciar. General Carmona”. Também o Director Geral da Assistência Pública telegrafou a exprimir o seu pesar: “É com fundo sentimento que vejo extinguir-se a vida do venerando e querido P.<sup>e</sup> Airosa. Perdeu a causa da assistência a sua maior figura e o país uma fonte de cristalina bondade de lídimas virtudes. (...) Machado Pinto, Director Geral da Assistência”.

Quando o cadáver foi transferido da câmara mortuária para a igreja do Colégio, onde as internadas se encontravam, “ao verem os restos mortais do saudoso extinto romperam um sentido e convulsivo choro que impressionou vivamente todas as pessoas presentes”. O jornal *Diário do Minho* publica, na íntegra, o testamento de Mons. Airosa<sup>128</sup> que é um comovente documento, um testemunho bem eloquente da sua vida modesta e simples. Constitui como “universal herdeiro e testamenteiro o Colégio de Regeneração com o encargo de satisfazer os bens de alma, legados” por ele instituídos e despesas do seu enterro. Quando ao Colégio de Regeneração não for permitido possuir as propriedades rústicas ou urbanas, que lhe deixa, determina que este “promoverá a sua venda em hasta judicial e aplicará o seu produto nas despesas correntes e ordinárias, no desenvolvimento industrial e comercial das suas oficinas e obras do edificio”. E acautela, também, o futuro desta herança: “Quando por qualquer circunstância o Colégio de Regeneração deixar de existir ou de subsistir o seu fim, tudo quanto lhe deixo passará para o Hospital de S. Marcos desta cidade, com os mesmos encargos”. Ainda em matéria de herança, pede que sejam distribuídos “mil escudos” pelas internas mais antigas, mais serviçais e de melhor comportamento do Colégio de Regeneração, cuja distribuição deverá ser apreciada e resolvida pela Excelentíssima Direcção, depois de consultar a digna Regente do Colégio.

---

<sup>128</sup> Este texto, que em apêndice se reproduz, é a única versão que se conserva do seu Testamento. V. AP. DOC. Doc. 68 e o Doc. 67 (Carta de Consciência).

Mons. Airosa deixou determinações muito precisas e rigorosas relativamente ao seu funeral, que pediu fossem rigorosamente cumpridas. Pede que o seu corpo seja “revestido com as vestes de simples sacerdote, será depositado na igreja do Colégio de Regeneração em caixão simples de baeta e sem galões sôbre dois bancos forrados de baeta preta e a igreja sem armação alguma” e cerimónias simples com “ofício e missa resados”. Na condução do cadáver para o cemitério e sepultamento é peremptório: “proíbo expressamente a organização de turnos em todo o trajecto, coroas, discursos junto da sepultura, e que se façam convites para o meu enterro”. E lavra, também, o seu epitáfio: “O meu corpo será sepultado no cemitério público, numa das sepulturas da família, sobre a qual se colocará uma lousa com este epitáfio: AQUI JAZ O PADRE JOÃO PEDRO FERREIRA AIROSA. PADRE NOSSO E AVE MARIA”. E acrescenta: “Peço toda a simplicidade no meu funeral e o rigoroso cumprimento do que fica exposto”.<sup>129</sup>

Lembra, de um modo especial, as “recolhidas do Colégio de Regeneração” a quem deixa o seu “crucifixo maior de madeira” e lhes pede a caridade de ouvirem uma missa e rezarem um terço do Rosário, diante dessa imagem. Deixa um agradecimento, onde não esquece a imprensa, e uma súplica:

(...) agradeço às Excelentíssimas Autoridades Eclesiásticas e Civis e à imprensa a protecção que sempre dispensaram e tão espontânea ao Colégio de Regeneração, e me atrevo a suplicar-lhes que se dignem continuar a proteger este estabelecimento de caridade, porque o seu fim é acolher pobres infelizes que não têm ninguém por si.

E, sem excluir ninguém, conclui com um agradecimento particular a todos aqueles que directamente se dedicaram à obra, pedindo-lhes a continuidade da sua dedicação:

Agradeço também com terno reconhecimento às Senhoras Religiosas Dominicanas que tão dignamente curam da administração interna do Colégio às quais este tanto e muito deve e às Excelentíssimas Senhoras da Direcção e benfeitoras os importantes sacrifícios e dedicação por esta santa instituição e lhes rogo que redobrem de zelo pela sua conservação e desenvolvimento, e ainda a muitos sacerdotes bons e amigos pelos seus prestimosos serviços e sacrifícios em favor do Colégio, cujo zelo e caridade muito me edificou e animava.

No dia 29 de Setembro, ainda na 1.<sup>a</sup> página do *Diário do Minho*, diz-se que “os funerais de Mgr. Airosa constituíram uma sentida manifestação de pesar”. Aqui acorreram centenas de pessoas e imensos “telegramas que hora a hora chega[ra]m de todos os pontos do

---

<sup>129</sup> No borrão que serviu de base à elaboração deste testamento, Mons. Airosa revela bem o seu espírito de humildade e desprendimento dos elogios terrenos, quando explicita a sua vontade: “Peço toda a simplicidade no funeral e rigoroso cumprimento do que fica exposto, impondo a multa de mais cem mil reis para o Collegio de Regeneração, quando assim se não observe” (ABIMA Doc. 240 b).

país”. A sua morte foi sentida e chorada por toda a cidade, como bem o elucidam estas afirmações do jornal:

A bandeira do Colégio coberta de negros crepes, tem estado a meia haste desde o seu falecimento na frente do edifício, o mesmo acontecendo, em muitos prédios de Braga. A grandeza deste Homem simples e humilde, reconhecida pelas mais altas personalidades e governantes da nação, ficou bem patente no gesto dos comerciantes da cidade que mantiveram as portas dos estabelecimentos meio-encerradas e na atitude das gentes de Braga, de todas as condições sociais que, durante todo o dia, formando um cordão ininterrupto, desfilaram, debulhadas em lágrimas, diante de Mgr. Airosa.

As cerimónias religiosas da missa exequial, com coro dirigido pelo P.<sup>e</sup> António Correia, foram presididas pelo Arcipreste de Braga, P.<sup>e</sup> Celestino de Figueiredo, com a presença de todos os membros do Cabido Primacial e professores do Seminário, sendo o Arcebispo Primaz representado pelo Cónego Dr. João Insuelas.<sup>130</sup> Ao meio dia, num gesto que é reservado aos funerais dos Arcebispos, dobraram os sinos de todas as torres da cidade. Entre a assistência estava o Governador Civil, o Presidente da Câmara de Braga, o representante da Junta Geral do Distrito, o Dr. Manuel Monteiro (juiz presidente do Tribunal Internacional do Cairo), o presidente da Associação Comercial de Braga, várias representações de colectividades e um sem número de pessoas de todas as condições sociais e representativas de órgãos sociais e de comunicação. Os funerais “constituíram a eloquente prova de quanto era estimada a sua doce e simpática personalidade e também conteem a promessa de que não se apagará a sua memória na reverente lembrança popular” (*Correio do Minho*, 29.09.1931). O mesmo cronista diz que aos pés do cadáver estava um formoso ramo de cravos e de rosas, cuja história narra assim:

Sábado á noite chegaram à portaria do Colegio a entrega-lo. Com ele vinham também as insígnias da grã-cruz de Cristo que o governo da Republica, sendo ministro o Sr. Vasco Borges, concedeu ao ilustre finado, e ele não quis em vida usar. E vinha ainda uma pequena medalha de ouro, do Sagrado Coração de Jesus, pedindo que a prendessem sobre o coração, agora paralisado para a vida terrena, de Mons. Airosa. Esta gentilíssima oferta era da piedosa senhora que, acobertada pelo pseudónimo de “Eterna Desconhecida”, tantas vezes pratica semelhantes generosidades.

O cadáver de Mons. Airosa acabou por não ser trasladado para o cemitério, mas, antes, ficou

(...) depositado, segundo as instruções telegraficamente recebidas de Lisboa, no coro baixo da mesma igreja, até se construir na capela mor um sarcofago que perpetuamente guarde as cinzas do saudoso extinto. As estancias oficiais, telegraficamente consultadas,

---

<sup>130</sup> V. AP. DOC. Doc. 69.

deram todas as facilidades para se prestar essa justa homenagem a quem legou ao país uma grandiosa Obra de regeneração da mulher caída, reabilitando-a pela religião e pelo trabalho.

Assim, “o caixão foi encerrado em dupla caixa de chumbo e transportado para o coro baixo da capela e depositado numa antiga sepultura do convento, onde ficou até que foi edificado o tumulo em que será recolhido definitivamente” (*Correio do Minho*, 27.09.1931).

A Direcção do Colégio reúne em sessão extraordinária, no dia 28, e, entre outros assuntos, decide investir o P.<sup>e</sup> Peixoto Braga como director, e mandar construir logo, na capela-mor, um sarcófago para guardar, definitivamente, os restos mortais de Monsenhor Airosa.<sup>131</sup> O P.<sup>e</sup> Peixoto Braga agradeceu a investidura e prometeu envidar todos os esforços para continuar a obra de Mons. Airosa, segundo a sua orientação, e informou ter já obtido licença do Governo para que “o seu corpo ali ficasse a atestar que era êle e mais ninguém que deve continuar a ser o Director do Colégio que fundou”. Propôs ainda um voto, aceite por unanimidade, de “muito sentimento pela irreparável perda de seu primo e grande amigo Monsenhor Airosa, a quem sempre se habituou a considerar como um Pae e o seu melhor conselheiro”. O Colégio, para assinalar o seu falecimento, mandou imprimir uma *memória* com fotografia, datas de nascimento e de óbito, com duas citações bíblicas e uma súplica pelo falecido, antecedidas deste pequeno texto:

Mons. João Pedro Ferreira Airosa - Instituidor e Director do Colégio de Regeneração cuja piedade e espírito sobrenatural, cuja obra de misericórdia redentora fazem celebrar o seu nome e pedir ao Senhor o progresso da empresa devotíssima e para o seu fundador a Luz Eterna.<sup>132</sup>

Um mês depois, na reunião de 21 de Novembro, o P.<sup>e</sup> Peixoto Braga propõe que os retratos de Mons. Airosa e de sua irmã, D. Ana Airosa, fossem colocados na sala de visitas. Informou, ainda, que o sarcófago estaria quase pronto e que a remoção do cadáver de Mons. Airosa se fizesse “sem dar noticia para os jornais, para evitar complicações”. O sarcófago acabou por ser colocado na capela-mor, do lado do Evangelho, e o epitáfio obedece ao espírito de simplicidade e humildade constantes do seu testamento: “P.<sup>e</sup> João Pedro Ferreira Airosa / Fundador e primeiro Director do Colégio da Regeneração / Nasceu a 20-XII-1836 e faleceu a 25-IX-1931 / P. N. e A. M.”<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> V. AP. DOC. Doc. 73, 74 e 75.

<sup>132</sup> ABIMA Doc. 0249. V. AP. DOC. Doc. 70.

<sup>133</sup> V. AP. DOC. Fig. 255.



No dia 4 de Outubro desse mesmo ano, o *Diário do Minho* informa que a Câmara Municipal resolveu dar o nome de Mons. Airosa à Rua dos Pelames. A esse respeito, o jornal publica a carta de um leitor que pede que toda a rua que fica defronte do Colégio tenha o seu nome, porque a Rua dos Pelames fica apenas da estrada [actual Rodovia] até ao Rio Este. O editor do jornal aplaude a ideia. No 2.º aniversário da sua morte, o *Correio do Minho* (24.09.1933) recorda a figura de Mons. Airosa, dizendo que “o monumento imperecedouro, o Colégio de Regeneração, que soube erguer nesta cidade, perpetuará a sua memória e recordará, através dos tempos, a sua bela alma”. Em 1934, o *Diário do Minho* (13.02.1934) volta a falar de Mons. Airosa, a propósito de um “retrato” que tem a mão de um artista bracarense. É um bem elaborado texto “Mons. Airosa visto por Abel Mendes”, sobre o grande pintor bracarense Abel Mendes que conheceu de perto Mons. Airosa e que conseguiu

(...) uma obra esplendida de flagrante realidade, rica de interpretação e cores. Verifica-se facilmente que ele a tratou com especial cuidado, esforçando-se por nos apresentar um trabalho completo e sugestivo (...); o retrato de Mons. Airosa é uma obra que tem vida e que tem expressão. O grande apóstolo da caridade encontra-se num plano superior, sentado, vendo-se por de traz dele, em tintas esbatidas, um trecho da obra gigantesca que levantou.



Figura 13 - Monsenhor Airosa (por Abel Mendes)  
(IMA – Salão Nobre)

O centenário do nascimento de Mons. Airosa foi assinalado pelo *Diário do Minho*, em 20 de Dezembro de 1936, que lhe dedicou uma extensa crónica, subordinada ao título geral de “Um Homem e a sua Obra”. O texto, da autoria de Magalhães Costa, director do jornal, principia na 1.<sup>a</sup> página, com fotografia do homenageado ao meio, e está estruturado em vários subtítulos. Em “Duas palavras” exalta Mons. Airosa que diz ter conhecido quando era seminarista, “nos anos difíceis em que não havia seminário porque a República o espoliara”. Num outro subtítulo, “Mgr. Airosa e o Colégio de Regeneração”, transcreve o assento de baptismo e traça a história do Colégio, realçando: a apresentação da obra no Congresso de Madrid; a recusa da comenda atribuída pelo Estado; e o facto de ter sido “agraciado com o título de monsenhor por Leão XIII, cujas insígnias nunca usou”. Recorda, ainda, que “na sua morte todos se curvaram perante o seu cadáver desde o chefe de estado e elevadas personalidades de todo o país”. Especial relevo dá o cronista ao texto “Mgr. Airosa e a imprensa”. Diz que a imprensa de todos os matizes fez sempre justiça, elogiando a obra e a pessoa de Mons. Airosa. A esse propósito transcreve algumas passagens dos jornais *Correio do Minho*, *Século*, *A Voz*, *A Ordem* e *Diário do Minho*: “conseguiu reunir o aplauso e o respeito universais. Popularíssimo em todo o norte, o seu nome pronunciava-se sempre com o maior respeito, por homens partidários de ideias e de crenças diametralmente opostas. (...) Centenares de mulheres (...) instruindo-se nas artes que permitem ganhar o pão de cada dia, puderam refazer a sua vida desfeita” (*O Século*); “Trabalho e virtude são os únicos e grandes ideais daquela casa de regeneração” (*A Ordem*); “O seu Colégio de Regeneração, obra do maior alcance social que no país e até no estrangeiro, com os recursos de que dispõe, não tem rival, foi a maior coroa de glória da sua longa existência sempre dedicada à regeneração moral da mulher” (*Diário do Minho*). Sobre “Os seus funerais” apresenta um resumo do que foi o seu funeral, a presença das mais altas individualidades e corporações de Braga e do distrito, as mensagens do Presidente da República, ministros e altas personalidades nacionais. Diz que o féretro ficou depositado, por permissão do Governo, no coro baixo da igreja até que, construído o actual sepulcro na capela-mor, para aí foi trasladado.

A Câmara apressou-se a dar o nome de Monsenhor Airosa à rua que desce do Colégio para o Este e o Boletim Arquidiocesano, *Acção Católica*, de Setembro de 1931, dá notícia da sua morte e traça um breve perfil da sua personalidade.

Nas páginas seguintes, apresento um Biograma de P.<sup>e</sup> Airosa (Quadro VI).

## Quadro VI - Biograma do P.<sup>e</sup> Airosa

### Biograma da trajectória de vida

Cronologia Factos	Acontecimentos	Obra/Vida
<b>Nascimento</b> (1836)	. Revolução de Setembro. . Decreto da criação dos Liceus. . Criação dos Conservatórios de Artes e Ofícios.	. Baptismo na igreja paroquial de Maximinos. . Recebe educação no seio familiar. . Frequenta o Colégio de S. Caetano e o Seminário de Braga.
<b>Ordenação sacerdotal</b> (1859)	. Reforma do ensino secundário por Fontes Pereira de Melo (1860).	. Acção pastoral em Maximinos (1859) e na paróquia da Pousa (Barcelos) – 1861.
<b>Capelão da igreja do Carmo</b> (1862)	. Missões quaresmais dos Padres Jesuítas Rademaker e João Melli (década de 1860).	. As missões estão na origem da Casa d'Abrigo. . Sofre grave afectação das cordas vocais.
<b>Fundação da Casa d'Abrigo</b> (1869)	. Tentativa de reintrodução das ordens religiosas em Portugal (1870). . Criação do Ministério da Instrução Pública (1870). . Realização das Conferências do Casino Lisbonense (1871).	. Instalações provisórias numa casa emprestada, na rua do Areal (S. Vítor – Braga). . A Casa d'Abrigo, a fim de poder receber mais recolhidas, transfere-se para a Casa e Quinta da Armada (1871)
<b>Colégio de Regeneração</b> (1874)	. O comboio chega a Braga (1875). . Início da construção da Ponte D. Maria (Porto).	. Aprovação eclesiástica e civil dos Estatutos. . Mudança de instalações para a Casa do Avelar de Baixo, junto ao Convento da Conceição.
<b>As Dominicanas no Colégio</b> (1877)	. Publicação da <i>Cartilha maternal</i> , de João de Deus (1876)	. Doença e morte do irmão José (1877) que lhe causou grande instabilidade emocional. . Organização de bazares (1876-78) para sustento da Instituição.
<b>Portaria de 14.05.1880</b> <b>Lei de 19.05.1880</b>	. Comemorações do tricentenário da morte de Camões. . Fundação do jornal <i>O Século</i> (1880).	. O Governo cede ao Colégio uma ala do Convento da Conceição, o que lhe permite expandir as oficinas.
<b>Concessão do Convento</b> (1884)	. Fundação do Ateneu Comercial do Porto (1884). . Criação de novas cadeiras, na Universidade de Coimbra, por iniciativa de Bernardino Machado.	. Tomada de posse do Convento da Conceição para instalação definitiva do Colégio de Regeneração.
<b>Viagem até França, onde se fez tecelão</b> 1886	. A Rainha D. Maria Pia e a Princesa D. Amélia visitam o Colégio (1887). . Exposição Industrial do Palácio de Cristal (1887). . Morte de D. Luís e início do reinado de D. Carlos (1889). . Exposição Universal de Paris (1889). . Encíclica <i>Rerum Novarum</i> (1891). . A Rainha D. Amélia, acompanhada do Príncipe herdeiro, visita o Colégio (1891).	. Obtém a cura da voz, que atribui à Senhora de Lourdes. . Aprendizagem da arte de tecelagem na fábrica Jacquard, em Lyon (1886). . Contacto com instituições (Espanha e França) onde colhe informações para a organização do Colégio. . O Colégio alcança um êxito assinalável na exposição do Palácio de Cristal – 3 primeiros prémios. . O Colégio recebe a Medalha d'Honra na Exposição de Paris.
1892 – 1897	. Congresso pedagógico de Madrid. . Criação da Escola-oficina (1894). . Exposição Industrial do Palácio de Cristal (1897). . Ramalho Ortigão visita o Colégio (1895)	. O método pedagógico é apresentado como modelo, em Madrid. . A oficina-escola foi criada para as mulheres e raparigas pobres da cidade. . O Colégio alcança 5 medalhas (2 de ouro e

		3 de prata), na exposição do Palácio de Cristal.
<b>A Igreja reconhece publicamente o seu mérito</b> (1900)	<ul style="list-style-type: none"> <li>. O censo de 1900 indicava uma taxa de analfabetismo na ordem dos 74%.</li> <li>. Adelaide Gonçalves da Cunha entra, pela segunda vez, no Colégio.</li> <li>. O Príncipe D. Luís Filipe visita o Colégio (1901).</li> <li>. Decreto de 10 de Março de 1901.</li> <li>. O P.<sup>e</sup> António de Oliveira visita o Colégio, por duas vezes (1902).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. O Papa atribui-lhe o título e honra de Monsenhor.</li> <li>. O Colégio de Regeneração é elogiado pelo Governador Civil, na exposição que faz ao Ministério, em 1901.</li> </ul>
<b>Implantação da República</b> (1910)	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Assassinato do rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe (1908) e subida ao trono de D. Manuel II (1908).</li> <li>. Proclamação da República (1910).</li> <li>. Expulsão dos Jesuítas e das ordens religiosas e encerramento dos conventos.</li> <li>. Criação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1911).</li> <li>. Lei da Separação entre o Estado e a Igreja (1911).</li> <li>. 81,2% da população portuguesa feminina é analfabeta (1911).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. O Colégio continua a sua acção sob a protecção do 1.º Governador Civil da República, o Dr. Manuel Monteiro.</li> <li>. As religiosas dominicanas (mesmo duas estrangeiras) continuam no Colégio, tendo, apenas, de trajar à civil.</li> <li>. O Colégio sofreu um grave revés, em termos económicos, porque as casas religiosas para quem trabalhava foram encerradas e, além disso, ficaram dívidas por saldar.</li> </ul>
<b>Exposição das Artes e Indústrias bracarenses</b> 1913	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Criação do Ministério da Instrução Pública e fundação das escolas móveis (1913).</li> <li>. João Grave escreve o romance <i>Reflorir</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Participação na <i>Exposição Mostruário das Artes e Indústrias bracarenses</i> (1913).</li> <li>. O método pedagógico do Colégio ganha visibilidade, com o romance de João Grave.</li> </ul>
<b>Tentativa de ocupação do Colégio</b> (1916)	<ul style="list-style-type: none"> <li>. A Alemanha declara guerra a Portugal e o país entra na I Guerra Mundial.</li> <li>. Criação do Arquivo das Congregações (na Torre do Tombo) – 1917.</li> <li>. Sidónio Pais altera a Lei da Separação e dá-se o reatamento das relações diplomáticas com a Santa Sé.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Há tentativas para ocupação do Colégio para preparação de tropas para integrar o Corpo Expedicionário Português (1916).</li> <li>. O Colégio consegue escapar a essa ocupação.</li> </ul>
<b>Texto de Antero de Figueiredo</b> (1921)	<ul style="list-style-type: none"> <li>. João Grave visita o Colégio (1920)</li> <li>. A taxa global de analfabetismo mantém-se nos 66,2 %.</li> <li>. Reforma do Ensino Secundário Liceal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Antero de Figueiredo dá a conhecer o Colégio de Regeneração e exalta a acção de Mons. Airosa (1923)</li> </ul>
<b>Congresso Mariano</b> 1926	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Parte de Braga o levantamento militar, chefiado por Gomes da Costa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. O Colégio de Regeneração preparou uma Exposição de trabalhos que esteve aberta ao público, durante o Congresso Mariano, e foi visitada por muita gente, incluindo vários bispos.</li> <li>. Entrada da colegial Maria dos Santos (1926).</li> </ul>
<b>Falência do Banco do Minho</b> (1929)	<ul style="list-style-type: none"> <li>. O general António Óscar Carmona é eleito Presidente da República e efectua uma visita ao Colégio (1928).</li> <li>. D. Manuel Gonçalves Cerejeira é eleito patriarca de Lisboa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Mons. Airosa exprime o seu sofrimento, perante os graves problemas financeiros provocados pela falência do Banco do Minho e pede auxílio a benfeitores (Copiador de Mons. Airosa)</li> </ul>
<b>Morte de Mons. Airosa</b> (1931)	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Manifestações de pesar, de altas personalidades da sociedade portuguesa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. A cidade de Braga chorou a sua morte e os estabelecimentos comerciais mantiveram as suas portas meio-encerradas.</li> <li>. Várias pessoas dizem ter obtido graças por sua intercessão.</li> <li>. O corpo de Mons. Airosa está depositado num sarcófago, na capela-mor da Igreja da Conceição, do lado do Evangelho.</li> </ul>

### 3.11. O Homem para além da morte

O P.<sup>e</sup> Airosa não escreveu nada ou quase nada acerca de si. Mas muitos o fizeram, eloquentemente, como ficou demonstrado ao longo deste capítulo, através da correspondência, da imprensa e de outros testemunhos gravados nos Livros de Visitantes do Colégio de Regeneração, assinalando os traços mais relevantes desta personalidade que continua viva, presente e actuante, na instituição que perdura naquelas que continuam a ser acolhidas, segundo o espírito do fundador.

A obra e o trabalho do P.<sup>e</sup> Airosa foram amplamente conhecidos e reconhecidos, no país e no estrangeiro, tendo granjeado a estima e a admiração da família real reinante, de monárquicos e republicanos, de nobres e plebeus, presidentes da República, ministros e deputados, políticos e altas personalidades, escritores e jornalistas, padres, bispos e arcebispos, cardeais e núncios apostólicos que passaram pelo Colégio e aí deixaram gravados impressionantes testemunhos. Mas era, certamente, o povo simples que mais o admirava, como se comprovou no seu funeral, e que o tratava como um santo. Não faltaram também pessoas que, depois da sua morte, atribuíram à sua intercessão a obtenção de várias graças, como consta em documento existente no ABIMA.<sup>134</sup>

A sua humildade levou-o a recusar, com cortesia, comendas que o Estado lhe queria atribuir, em troca de subsídios para o Colégio. A única “honraria” que aceitou foi a dignidade de Monsenhor (camareiro secreto do Papa Leão XIII) com que a Santa Sé o agraciou mas, como acima se diz, terá renunciado ao uso das respectivas insígnias. Mas, sem pompa e circunstância, ele foi homenageado de outras formas. Falamos de três composições musicais que lhe foram dedicadas. De fins do séc. XIX é o “Canto de Homenagem a Mgr. Airosa”, da autoria do mestre e compositor italiano Mons. Giacomo Costamagna.<sup>135</sup> A singeleza da letra espelha bem a grandeza de alma do homenageado: “Cantemos, alegres ao bom Director/ Um hymno d’alma com toda a afeição/ Que elle é nosso guia/ É Pae amoroso: nos dá, tão

---

<sup>134</sup> ABIMA Doc. 00136. Este documento é um manuscrito formado por folha e meia de registos onde se descrevem vários casos de pessoas que, depois da morte de Mons. Airosa, dizem ter recorrido a Deus por seu intermédio, tendo sido atendidas. V. *AP. DOC.* Doc. 76.

<sup>135</sup> Mons. Giacomo Costamagna (n. Itália, 1848 – m. Argentina, 1921) foi padre salesiano do tempo do fundador, Dom Bosco. Foi professor de música, compositor e autor do teatro musicado “Joaninha” que, nos inícios do séc. XX, foi representado no Colégio de Regeneração. Foi bispo e vigário apostólico na Argentina. Não consta que tenha visitado o Colégio mas, muito provavelmente, terá tido conhecimento da figura e personalidade de Mons. Airosa através dos padres salesianos que, em 1894, vieram dirigir o Colégio de S. Caetano, depois da saída do P.<sup>e</sup> Francisco Cruz. V. *AP. DOC.* Doc. 61.

bondoso, o seu coração/ Seu nome é João.” Em 1914, o Dr. Josué Trocado<sup>136</sup> compôs a bela melodia “Balada do Colégio de Regeneração de Braga”, com letra de Cândido Landolt<sup>137</sup>, “A Queda dos Anjos”, onde enaltece a figura e obra do “Anjo da Redenção”: “Mas numa quadra maravilhosa,/ Viu-nos o Anjo da Redenção:/ Bemdita a Obra do Padre Airosa!/ Bemdita e santa Religião!”. De 1930 data a partitura de um outro hino dedicado a Mons. Airosa, com melodia para voz e acompanhamento para piano, mas de que se desconhece o autor. Assim reza no frontispício da referida pauta musical: “1930. Hino do Senhor Padre Director – Mons. Airosa”.<sup>138</sup>

Em data posterior à morte de Mons. Airosa foi colocado, no primeiro patamar da escadaria de acesso ao salão nobre, um painel de azulejos evocatório da figura de Monsenhor, com cercadura “rocaille”, assinado pelo pintor Jorge Colaço – o que lhe confere um valor especial,<sup>139</sup> com a seguinte legenda: “Monsenhor Airosa / Fundador / *Pertransit Benefaciendo*”.<sup>140</sup>

Uma grande homenagem foi aquela que lhe foi prestada em 1969, no centenário da fundação da Casa d’Abrigo, com a atribuição do seu nome à obra por ele fundada, passando a denominar-se Instituto Monsenhor Airosa (IMA). Em 8 de Dezembro de 2001, assistiu-se à colocação de um busto no jardim, defronte do Colégio, cuja inscrição reza assim: “MONSENHOR AIROSA/ 1836-1931/ Titular e 1.º Director/ do Instituto/ Homenagem das/ suas alunas/ 2001”. Em Dezembro de 2011, nos 175 anos do seu nascimento e 80 da morte, foi homenageado com a apresentação pública da obra *Do Convento ao Instituto. Portas para a Vida* – que lhe foi dedicada.

A admiração pelo Homem e pela Obra poderia ser sintetizada nos depoimentos do Conselheiro Jerónimo Pimentel, bem como nos de Manuel Araújo (jornalista) e Manuel

---

<sup>136</sup> Josué Trocado (1882-1962), professor e compositor musical, era natural da Póvoa de Varzim. Fundador e maestro do Orfeon Povoense (depois Orfeão Poveiro). É autor de várias obras musicais (V. AP. DOC. Doc. 48)

<sup>137</sup> Cândido Landolt (n. Porto, 1863 – m. Póvoa de Varzim, 1921) foi “um brilhante jornalista” fundador, director e proprietário do jornal *A Propaganda*, da Póvoa de Varzim, e deixou várias obras publicadas (V. AP. DOC. Doc. 49). Visitou o Colégio de Regeneração em 1913 e escreveu um opúsculo sobre a “Exposição Mostuario das Artes e Industrias bracarenses, em Junho de 1913” que se realizou no Asilo de Mendicidade (actual Lar Conde de Agrolongo), onde realça os produtos expostos do Colégio (V. AP. DOC. Doc. 184).

<sup>138</sup> V. AP. DOC. Doc. 60.

<sup>139</sup> Além de muitas outras obras, Jorge Colaço é o autor dos painéis que revestem o amplo vestíbulo da gare de S. Bento, Porto, situada no local onde, outrora, existiu o Convento de S. Bento da Avé Maria, e ao qual o P.º Airosa se deslocou, em 1894 e 1895, a pedido de Teresa de Saldanha, para tratar da instalação de um dispensário.

<sup>140</sup> V. AP. DOC. Fig. 30.

Monteiro (1.º Governador Civil da Republica e amigo pessoal de Mons. Airosa). São eles, respectivamente:

O P.º João Airoza é a alma e a vida do estabelecimento. Elle é tudo ahi desde mestre de officinas a director espiritual. Deus o conserve largos annos para o esplendor e desenvolvimento d'esta extraordinaria instituição.

Mons. Airosa, apesar dos seus 92 anos, não descansa. Às 6 horas da manhã já está no altar a dizer missa. Depois almoça e até à noite nunca mais pára.

O Colégio de Regeneração é uma obra de resgate que também é de trabalho. (...) É uma grande casa industrial, embora não seja esse o seu fim, mas um meio seguro de efectivar o seu objectivo.

Mons. João Pedro Ferreira Airosa não é, igualmente, como pode supor-se, um místico, vivendo num fanatismo religioso incompreensível. É antes a incarnação pura e superior do Apóstolo, dentro duma robusta mentalidade de sociólogo. A sua obra é uma obra exemplar, de quem possui uma edeia exacta das leis humanas, naturais, e das suas indestructiveis necessidades.

(...) um Homem da sua estatura moral [que salvou] esta admirável instituição d'uma dificuldade gravíssima ou talvez mesmo d'uma fatalidade irremediável. (...) A alegria moral que me resultou d'esta visita compensa profundamente a minha bemquerença que procurarei manter juntando os meus votos aos de todos aquelles que admiram a acção da intelligência e da Bondade d'um Homem que é um Santo.

Monsenhor João Pedro Ferreira Airosa morre mas a obra continua, como o seu imediato sucessor assevera, no acto de investidura, ao prometer que

(...) envidaria todos os seus esforços para que se continuasse a obra de Monsenhor Airosa segundo a sua orientação, e, tanto mais, por ter conseguido do Govêrno a licença para que o seu corpo ali ficasse a atestar que era êle e mais ninguém que deve continuar a ser o Director do Colégio que fundou.<sup>141</sup>

De facto, o legado de Mons. Airosa não fica trancado no seu túmulo. Sai de cena o fundador, com a parte técnica, mas a obra estava sedimentada e continua o seu caminho porque, para além do mais, o P.º Airosa era um homem descentrado de si. O seu papel consistiu, essencialmente, em “reificar” aquele grupo social ao qual devotou a vida. Daí que a obra não podia morrer com o mentor. Mas a compreensão da complexidade desse fenómeno que compreende a obra, a dedicação e o saber-fazer passa pelo conhecimento de quem beneficiou deste porto de abrigo, matéria que será objecto de análise do capítulo seguinte.

---

<sup>141</sup> L.º de Actas, n.º 2, fl. 35.

#### **4.   (*RE*)*GENERARE*. DESTINOS DE UMA OBRA**





Sabemos, genericamente, a quem esta obra se destinava mas tornava-se necessário determinar, com precisão, quem eram, donde vieram, como e porque vieram parar a esta instituição. A obra nasceu sob o signo do resgate e da reabilitação. Tinha uma finalidade bem definida. Pretendia ser um porto de abrigo para as jovens e mulheres vítimas de abusos sexuais de várias ordens, provenientes de famílias desestruturadas e em ruptura que, perante situações degradantes, pretendessem ser acolhidas para, num ambiente favorável, dar um novo rumo às suas vidas. Por pressuposto, são mulheres altamente fragilizadas que precisam de protecção. A sua *regeneração* passava pelo internato temporário e pela aplicação de um modelo-ideário pedagógico que integrava o trabalho, a instrução e a religião, e métodos adequados que, com o evoluir do tempo, se foram aperfeiçoando. Bem cedo, como se vê, estava subjacente o trabalho, na ideia de abrigo, como meio de sustento.

O vocábulo “regeneração” vem do latim *regeneratio* e “regenerar” provém do verbo *regenerare* que significa “fazer reviver” e “regenerar espiritualmente”. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa diz, por sua vez, que *regenerar* significa “gerar ou produzir novamente”, “formar(se) de novo”, “dar nova vida a”, “reconstituir”, “emendar(se) moralmente”, “corrigir(se)”, “reabilitar(se)”.

#### **4.1. Casa d’Abrigo / Colégio de Regeneração**

De facto, *emendar(se) moralmente* ou *corrigir(se)* conduz à reabilitação da pessoa que, em última análise, ganha uma nova vida e, por sua vez, leva à reconstituição de vidas à sua volta. Foi este, certamente, o sentido terapêutico que presidiu à fundação desta Casa, tendo como objectivo proporcionar, a quem o desejasse, essa possibilidade de mudança, e não apenas um mero convívio num espaço comum. O conceito de *Casa* aqui assumido é mais que um espaço porque implica ordem, organização, terapia, formação, direitos/deveres, trabalho individual/trabalho comunitário, orçamento, remuneração. É, no fundo, uma casa de educação ou de reeducação para aquelas que, depois de ter passado já por determinadas experiências de vida que se revelaram negativas, pretenderam mudar de rumo em ordem a uma nova vida.

Com efeito, a educação, como diz Dewey (2004: 74), é uma constante reorganização ou reconstrução da experiência. É a ideia de reconstrução contínua da experiência que aumenta a capacidade para dirigir o curso da experiência subsequente, ideia que é distinta da

educação como preparação para um remoto futuro, como desenvolvimento. É que a educação como tal, como este próprio autor afirma, não tem fins. São as pessoas, os pais, os professores, os promotores, etc., que estabelecem fins que pretendem atingir.

Fundar uma Casa com a finalidade acima definida implica, antes de mais, um espaço adequado e uma organização bem pensada para uma boa e correcta gestão de pessoas (educadoras e educandas), um confortável suporte financeiro e uma administração económica que torne viável o desenvolvimento do projecto.

A que público se destinava? Que tipo de formação? Que formadoras? Que formandas? De que área geográfica? Condições de admissão? Que tempo de formação?

Todas as fontes escritas e orais convergem no mesmo sentido: a obra nasceu de um coração bondoso que se sentiu impelido pela necessidade de fazer qualquer coisa mais, para além do plano estritamente espiritual, em prol da mulher desprezada que o Evangelho denomina como Samaritana. A mulher samaritana representa a multidão de mulheres que são discriminadas, que vivem à margem da sociedade porque são vistas como menos puras, menos santas, menos ricas, menos nobres. Impulsionado pelo ardor da pregação dos Jesuítas P.<sup>e</sup> Rademaker e P.<sup>e</sup> Melli, e pelo apoio de uma associação pia de mulheres, de Braga, avança com um projecto arrojado e imprevisível, sem uma estrutura devidamente organizada, devido à falta de experiência neste tipo de trabalho. Consciente de que as feridas têm de ser curadas, e baseado nessa ideia redentora do amor que primeiro cura e depois orienta – à maneira do bom samaritano que lava, limpa, levanta o próximo – ele consegue, com audácia, descer às noites e à escuridão dessas desprotegidas, sem se perder e sem deixar ninguém para trás, proporcionando-lhes uma nova oportunidade e sugerindo-lhes uma nova vida. É, certamente, o episódio evangélico da mulher adúltera que está presente na sua mente, episódio que convida a reflectir sobre os julgamentos e a capacidade de perdoar. O primeiro passo pode estar no encontro, no olhar e no amor que podem ser determinantes para restaurar, restabelecer o que fica perdido na história de cada um. As suas ideias, alicerçadas numa confiança inexcedível na Providência, tinham também um suporte confortável e indispensável nas pessoas, e assim a Instituição foi crescendo e tomando forma com a experiência adquirida e, naturalmente, também com os erros cometidos.

Sabe-se que foram duas as primeiras pessoas que presidiram à instituição – o P.<sup>e</sup> Airoso e D. Matilde Máxima da Silva, natural do Porto e residente em Braga. Ao primeiro caberia a orientação, no plano espiritual e na formação humana, acolhendo as pessoas

“feridas”, com amor paciente, levando-as a uma reflexão profunda sobre a sua experiência de vida para que o erro não se repetisse. À segunda, uma mulher respeitável mas sem preparação para este tipo de trabalho, caberia a organização e administração diária da Casa. Estaria esta senhora preparada para gerir pessoas provenientes das mais variadas origens, com problemas de vária ordem, temperamentos e formação humana muito diversificados, sem hábitos de vida comunitária e com práticas de vida desregradas? À partida, cada uma das acolhidas<sup>1</sup> carregaria consigo um mundo de problemas específicos e a Casa, por sua vez, contaria com a soma de todos esses problemas que, nestas questões de relacionamento, não se somam mas se multiplicam. Dessa gestão interna e desses primeiros tempos pouco ou nada se sabe, a não ser o número das admitidas, o tempo de permanência e o destino que levaram.

Um dos grandes princípios que o fundador teria em mente, devido à sua formação e perfil ético, era a reflexão. E a espiritualidade seria um meio para a atingir. Mas, desde o início, sempre a ideia do trabalho e da aprendizagem de uma profissão estiveram presentes como forma de alcançarem a sua autonomia. Não se conhecem estudos ou escritos científicos produzidos pelo Fundador, na área da pedagogia, mas só um espírito dotado de grande intuição, experiência de vida e profunda reflexão seria capaz de fazer o que fez. Se bem que, reitere-se, não se lhe conheçam trabalhos específicos no âmbito da pedagogia, deixou largas centenas de fichas com tópicos para as mais diversas intervenções – homilias, retiros, palestras. Neles faz a abordagem de temas como: educação, relação pais/filhos, marido/esposa, sociedade, direitos e deveres dos pais e dos filhos, etc.

Há quem tenha apelidado o P.<sup>e</sup> Airosa de místico. Entendo que com isso se pretende dizer que era um homem que pensava profundamente sobre os problemas da vida. Mas a par dessa vida contemplativa, que eventualmente levava, o Fundador era um homem de acção, como toda a vida que se lhe conhece o comprova.

Passar do campo das ideias para a realidade da vida vai um grande passo e é necessário reunir um conjunto de condições para que o projecto possa ser viabilizado. Era necessário construir um projecto sólido que tivesse em conta o passado, o presente e, sobretudo, o futuro. Como reeducar e preparar para a vida as potenciais interessadas em fazer esta caminhada? Para Dewey (2004, 97), era de vital importância que a educação não se restringisse ao ensino enquanto conhecimento acabado mas que o saber e a habilidade adquiridos pudessem ser integrados na vida do cidadão.

---

<sup>1</sup> Tomo aqui “acolhidas”, “recolhidas”, “abrigadas”, “formandas”, “educandas” e “colegiais” como sinónimos.

Tendo em mente o público diverso, ainda que com características idênticas, potencialmente interessado, foi necessário, antes de mais, pensar nos objectivos e nas metodologias práticas para atingir os fins, preparar um conjunto de regras para a gestão das pessoas a viver em comunidade, pensar nos meios de subsistência e encontrar um espaço adequado para funcionar como internato.

Resolvido, embora precariamente, o problema do espaço físico, o financeiro também estava parcialmente resolvido porque havia, à partida, um contributo mensal assegurado pela *Pia União das Filhas de Maria* que, através da sua secretária, se encarregava da administração da Casa. A despesa restante teria de ser suportada por cada uma das “abrigadas”, através de uma pequena quantia mensal, estipulada nas normas de admissão, a que ela ou a família se obrigavam, e ainda pelo rendimento auferido em trabalhos realizados para fora da comunidade.

Para bem gerir a Casa foi traçado um Projecto de Regulamento que, na essência, vigorou, pelo menos, até à aprovação dos primeiros estatutos do Colégio de Regeneração e que, mais à frente, ao tratar dos regulamentos, analisarei mais detalhadamente. Está esse “regulamento” dividido em quatro capítulos, com normas orientadoras para as áreas espiritual, disciplinar, económica e administrativa, num total de 20 artigos, estando alguns deles subdivididos em parágrafos.<sup>2</sup>

Claro que as finalidades pressupõem meios para as atingir. A previsão funciona de três modos: a) supõe uma observação cuidadosa das condições dadas para ver quais são os meios disponíveis para alcançar o fim e para descobrir os obstáculos do caminho; b) sugere a ordem ou sucessão mais adequada no uso dos meios, facilita uma selecção e organização económicas; c) torna possível uma eleição de alternativas (Dewey, 2004: 93-94). Para atingir os fins propostos elaborou o Fundador um plano, ainda que muito em esboço, com actividades fundadas em necessidades intrínsecas das “abrigadas”, de acordo com as capacidades e debilidades das pessoas a educar. O programa terapêutico, como hoje diríamos, assenta, desde o início, no forte pendor de carácter espiritual, mas não único. A par deste, o projecto assentava ainda em outros dois pilares – a aprendizagem da leitura e da escrita, e um programa ocupacional que podia passar pela aprendizagem de uma arte ou ofício, pilares estes que preparavam a recolhida para a integração no mundo do trabalho, com dignidade, através da sua autonomia literária, moral e financeira.

---

<sup>2</sup> Este Projecto de Regulamento encontra-se nas últimas páginas do L.º de Estatística n.º 1.

Do plano espiritual – que se regia por valores cristãos da religião católica – constam alguns momentos de oração diária, incidindo fundamentalmente na reflexão, na interiorização, na meditação. Significa que a mudança tinha de operar-se de dentro para fora, no interior de cada uma. Daí o tempo diariamente destinado à oração mental (que não é um desfiar de palavras nem recitação de orações e ladainhas), à leitura espiritual e ao exame de consciência. Outros exercícios, de ordem espiritual, a praticar ao longo do tempo estavam também estabelecidos – a confissão periódica e o retiro anual.

O problema da confissão mensal, recomendada, pode levantar várias questões que não vou aprofundar por me parecer que é um problema que transcende o âmbito da pedagogia de que neste momento me ocupo. Mas, mesmo assim, não posso deixar de fazer um breve comentário. A confissão faz parte do Regulamento, como prática da religião católica, que mandava confessar-se e comungar ao menos uma vez por ano, pela Páscoa da Ressurreição. Mas a confissão não é uma das condições de admissão. Não há nenhum dado explícito que refira que alguma recolhida não tenha sido admitida ou expulsa pelo incumprimento desta norma. É verdade que o Regulamento pressupõe uma prática religiosa que algumas, muito provavelmente, não tinham. Daí a instrução religiosa que também aí era ministrada e que poderia levar à prática correta da confissão. Por outro lado, dizer que o confessorário era uma forma que a igreja e as congregações católicas tinham para exercerem o seu poder (Liberato, 1999: 224) é ousado e arriscado e não tem em conta a liberdade interna da pessoa. O confessorário, na doutrina da Igreja, é considerado como um lugar de misericórdia onde cada caso é avaliado com o intuito de ajudar a discernir. Tendo em conta, sem dúvida, a dimensão sacramental da confissão, não se pode esquecer, até pelo que já foi dito relativamente à função do confessor na sua relação com as religiosas a trabalhar no Colégio de Regeneração, que o acto da confissão tinha uma outra dimensão humana que pode, em certa medida, considerar-se como um momento de catarse, para além do papel muito importante que o confessor desempenhava como conselheiro e psicólogo. Este seria mais um momento de reflexão e interiorização do passado, tirando dele as necessárias ilações, para estruturar o seu presente e dar consistência ao futuro. O director desempenhava um importante papel de director espiritual, ou seja, o mesmo que conselheiro mas não tinha a função de confessor.

O plano de regeneração não era obra de um momento nem passava pela reclusão das pessoas. A Casa d'Abrigo/ Colégio de Regeneração não era um convento nem, muito menos, um mosteiro de clausura ou um presídio. A entrada partia de um acto livre da educanda ou do

seu tutor. É verdade que algumas podiam ser levadas pelo facto de não haver alternativas, devido ao seu estado de pobreza e de abandono. Mas se não eram totalmente livres ao entrar, eram livres para sair e a verdade é que se verifica uma grande mobilidade, desde casos de pouco tempo de permanência a muitos casos de saídas para casar. Há casos concretos onde se afirma que, apesar de terem uma vida confortável no Colégio, optaram por sair antes de terminar o tempo formação. É o caso, por exemplo, da colegial Gualdina dos Anjos<sup>3</sup> que, apesar da “extrema pobreza” que reinava em sua casa, e de todos os meios usados para a demover da decisão, a mãe, com muito sofrimento seu, teve de a levar porque ela não quis continuar no colégio.

Para além da livre vontade, eram ainda condições de acesso o gozar de saúde, não estar grávida e entrar sem crianças. Claro que a disciplina era fundamental para o bom funcionamento e para a vida comunitária que aí se vivia. Exigia-se a observância das regras estabelecidas: vida comunitária; cumprimento do horário; controle da correspondência e das visitas; participação activa nas tarefas de casa e nas artes e ofícios em que cada uma se empregava; proibição do uso de objectos de luxo; *despedimento* (termo subtil de *expulsão*), em casos de comportamentos escandalosos. A saída, embora considerada livre, deveria, contudo, ser solicitada ao Director.

Eram condições de admissão: o pagamento de 2\$500 réis mensais, salvo casos extraordinários; um documento assinado em como a abrigada se recolhia voluntariamente; um termo assinado, a rogo, por duas testemunhas legalmente reconhecidas, no caso de não saber assinar; um documento legal no qual se declarava que era vontade dos pais, sendo menor de 21 anos, ou do marido, sendo casada; um atestado médico comprovativo da não gravidez e da ausência de doença contagiosa ou “vergonhosa”. Estipulava-se que, depois de admitida, se a abrigada não pudesse ou não quisesse continuar na Casa, ficaria a cargo de quem a enviara.<sup>4</sup>

O horário, numa casa onde coabitavam várias pessoas a viver em comunidade, era um instrumento necessário para a ordenação do tempo e dos afazeres quotidianos. Havia um horário para os domingos e outro para os restantes dias da semana, assim como um para o Inverno e outro para o Verão. O dia compreendia tempos de oração, de trabalho e de descanso.

---

<sup>3</sup> Colegial com o n.º de registo de entrada 1289 (L.º 1 de Entradas).

<sup>4</sup> V. AP. DOC. Doc. 158.

Este Projecto de Regulamento, que terá presidido ao funcionamento desta Casa desde o seu início, encontra-se registado nas últimas páginas do Livro 1 da Estatística do Colégio de Regeneração, livro esse que foi elaborado por volta de 1873, com base em papéis soltos utilizados para o registo das admissões.

Diz-se, numas notas inscritas nas primeiras páginas deste livro, que “tendo crescido o número das convertidas que procuravam a Casa d’Abrigo” mudou-se a Casa para uma outra na “agradável Quinta da Armada, também subúrbios de Braga”, em 20 de Março de 1871.

Na verdade, a procura continuada e crescente, a par da busca de uma maior centralidade, levou à deslocalização para a casa de Avelar de Baixo. Os espaços, porém, depressa se tornaram exíguos e a solução estava ali ao pé. O Convento da Conceição, que lhe ficava contíguo, estava quase deserto e a primeira solução passou pela cedência, por parte do Estado,<sup>5</sup> de parte do edifício do lado sul, para, depois da morte da última religiosa, em 1883, lhe ser dado todo o edifício para a instalação definitiva do Colégio de Regeneração.

Entretanto, em 1874, a Casa foi dotada de Estatutos e, ao longo do período em análise, os Regulamentos foram sendo sucessivamente reformados, como veremos detalhadamente, com a introdução de novas e diversificadas oficinas, pela adoção de novas práticas educativas mais consentâneas com os tempos e com o tipo de público que foi recebendo e, ainda, pela chegada de novas educadoras, entretanto convidadas para a direcção interna da instituição.

Neste período de 62 anos – 1869 a 1931 – aqui se acolheram 1.297 jovens e mulheres casadas, provenientes de todos os cantos do país e de outras paragens mais longínquas, com variadas e amargas experiências de vida, rejeitadas e renegadas pela família e pela sociedade. Há a ideia formada de que todas estas mulheres, ou a sua maioria, são provenientes da prostituição, ideia com a qual parti para esta investigação. À medida que fui conhecendo a realidade dos factos, verifiquei que isso não corresponde à verdade. É verdade que, salvo algumas excepções, são elas vítimas de exclusão que, devido a actos de abuso sexual e de enganos, perderam a “honradez” e foram deixadas à sua sorte; são, na generalidade, mulheres humilhadas e de má fama que só o afastamento do seu meio e o auxílio e protecção de alguém lhes poderia proporcionar e apontar um novo rumo; são vítimas da indigência ou da miséria. Os regulamentos e o próprio P.<sup>e</sup> Airosa diziam que não deviam ser admitidas pessoas inocentes para não serem “contagiadas”, desviadas das boas condutas de vida. Mas isso não significa, de modo algum, que todas elas fossem provenientes da prostituição.

---

<sup>5</sup> Com a lei de 1834, os conventos femininos passariam para a posse do Estado após a morte da última religiosa.



#### 4.1.1. Modelos de funcionamento

Ao quadro da “desfiguração” da mulher, pela perda da honradez, propõe o P.<sup>o</sup> Airosa o quadro da “transfiguração” que não é obra de um momento mas fruto de um processo de mudança, de transformação interior. O primeiro está tipificado em obras como *A Perdida* e *A Desditosa*, de Almeida Braga e Silvio Pellico, respectivamente, que a Instituição deu à estampa.

Almeida Braga (Braga, 1913), jornalista e autor de várias obras de teatro, no pequeníssimo opúsculo de 8 páginas, *A Perdida*,<sup>6</sup> escreve um poema de 10 estrofes, cada uma com 10 versos, dirigido à mulher que vagueia pela rua, na prostituição, apontando-lhe o triste final que a espera, se não mudar de rumo. Faz um apelo à mudança de vida apontando Maria Madalena como exemplo a seguir.

Silvio Pellico (1788-1854), escritor e dramaturgo italiano, escreveu na prisão, depois de convertido, a obra *As minhas Prisões* na qual retrata a vida de uma presidiária. O P.<sup>o</sup> Airosa serve-se de um pequeno excerto desta última obra para introduzir o tema e edita, em 1924, um pequenino opúsculo de 15 páginas, a que dá o nome de *A Desditosa* (Pellico, 1924),<sup>7</sup> e onde apresenta aos leitores os testemunhos significativos de personagens ilustres que visitaram o Colégio de Regeneração. O autor italiano narrara a sua experiência na cadeia e o contacto à distância com mulheres presas, as *desditosas*, entre as quais sobressaía uma, Madalena, que lhe chamava a atenção e se distinguia das outras pelas suas atitudes e comportamento sadio, tentando apaziguar as brigas que entre elas havia. Em *A Desditosa*, depois deste texto, P.<sup>o</sup> transcreve um poema de Adelaide Gonçalves, a colegial n.º 105, falecida um ano antes, que retrata o Colégio como um asilo abençoado no escuro da procéla, apresentando-o como um “hino de júbilo e de regozijo”. Na introdução diz-se que, felizmente em Portugal, a “Madalena” que chora a sua má ventura já deparou com quem dela se condoesse. Na segunda parte da publicação, em seis páginas, apresenta-se uma série de testemunhos em que o Colégio é apreciado por visitantes ilustres como: José Luciano de Castro, Ernesto Madureira Pinto, Rainha D. Amélia, José Novais, Visconde da Torre, Ramalho Ortigão, António Cabral, D. Manuel Baptista da Cunha, António Amorim de Carvalho, Bispo de Meliapor, Campos Monteiro, G. Ramos Preto (Ministro da Justiça) e Júlio de Almeida Cayola.

---

<sup>6</sup> Trata-se de um opúsculo de formato 12x8,5 cm. ABIMA n.º 152 (1-3).

<sup>7</sup> Trata-se de um opúsculo de formato 14x10,5 cm. ABIMA n.º 61 (1-3).

Mas o quadro da “transfiguração” é apresentado em variados cambiantes, ao longo do tempo. Na sequência da publicação anterior, apresenta o Colégio de Regeneração, em 1926, um novo opúsculo de 34 páginas, denominado *A Ditosa*<sup>8</sup> (Cunha: 1926), que é uma claríssima antítese ao título precedente, da autoria de Adelaide Gonçalves da Cunha, uma das colegiais que ficou conhecida como “a Vianinha”, falecida em 1923, a quem me referirei mais detalhadamente no capítulo seguinte. Aí se narra a sua história de vida, através de uma série de poemas, sendo alguns deles precedidos de uma pequena nota introdutória, enquanto se cruza com o Colégio de Regeneração (admissão, readmissão e vivências). Este livrinho é prefaciado, a pedido de Mons. Airosa, pelo P.<sup>e</sup> Alberto Chaves que aproveita para enaltecer a obra que consegue obter a regeneração das colegiais “pela disciplina, pela regra, pela ordem, pelo trabalho! (...) É um rejuvenescimento perfeito, completo, do corpo e do espírito”. Chama, ainda, a atenção para a perfeição dos trabalhos ali executados e que estão patentes em várias exposições, destacando “a lindíssima e admirável paisagem do Bom Jesus – todo tecido em sêda!!”. Finalmente, apresenta o exemplo da protagonista desta história de vida como modelo a imitar pelas colegiais.

Nesta linha de pensamento se situa o conteúdo de um pequeno opúsculo de 16 páginas, intitulado *O Céu na Terra. Apello vibrante ás mulheres de Portugal*,<sup>9</sup> que não sendo publicado pelo Colégio de Regeneração dele faz um bom retrato, através do conhecimento pessoal do seu autor e também do testemunho de ilustres visitantes. A publicação não está datada mas facilmente se conclui que, por três razões fundamentais, terá ocorrido por volta de 1928: a) o texto que lhe deu origem foi publicado na revista *O Rosário*,<sup>10</sup> em 1926; b) faz-se referência à exposição realizada no Colégio durante o Congresso Mariano Nacional que decorreu em Braga, em 1926; c) fala do Director como o “Venerável Ancião Monsenhor Airosa” (na verdade, contava já mais de noventa anos de idade).

Abre a publicação com o texto “O Céu na Terra. A Regeneração, de Braga”, assinado pelas iniciais J. S., onde, através do conhecimento directo, traça um quadro muito realista da situação degradante daquelas “Magdalenas” que procuram esta Casa e as transformações que aí se operam, bem como a paz que alcançam, impondo-se uma visita obrigatória ao Colégio de Regeneração a todos os que se desloquem “à Roma Portuguesa”. No segundo texto,

---

<sup>8</sup> Trata-se de opúsculo com formato 16x11 cm. ABIMA n.º 60 (1-3).

<sup>9</sup> Este opúsculo, sem data, foi impresso na Tipografia Inglesa, na Rua Eugénio dos Santos, em Lisboa (V. *AP. DOC.* Doc. 164).

<sup>10</sup> *O Rosário*, n.º 194, de Setembro de 1926.

dirigido “Às Mulheres de Portugal”, da responsabilidade de P. S. (certamente o editor), faz-se um veemente apelo em prol deste Colégio – “único no seu género que conhecemos em Portugal” – onde as “fracas Evas se transformam em Marias puras e immaculadas” que se debate com imensos problemas por falta de meios para acolher tantas jovens que “pedem, de joelhos, com lágrimas nos olhos, supplicam á boa Superiora que as deixe entrar e virando-se para o veneravel Director, imploram a sua interferência”. É por estas mulheres, mães, filhas e meninas que apela à generosidade das mulheres de Portugal “para que a Regeneração não se veja obrigada a regeitar uma só (...) daquelas que batem á sua porta”. Na segunda parte deste pequeno impresso transcrevem-se alguns testemunhos do Livro de Visitantes: D. Manuel Baptista da Cunha (Arcebispo Primaz de Braga), Bispo de Meliapor, Ramos Preto (Ministro da Justiça), Ramalho Ortigão, António Cabral, Júlio de Almeida Caiola (redactor do *Diário de Notícias*), General Carmona, Manuel Monteiro, Jornal *Primeiro de Janeiro*. Na contracapa, a modo de testemunho interno, está um poema da colegial Adelaide Gonçalves.

Estas “Madalenas” que procuraram O Colégio de Regeneração, onde encontraram a paz de espírito tão necessária para se sentirem pessoas e se transformarem em seres úteis à sociedade, fazem-me lembrar, por antítese, uma outra realidade que, neste período, se vivia na Irlanda do Norte, nas tristemente célebres Lavandarias de Maria Madalena que, entre 1839 e 1996,<sup>11</sup> funcionaram em várias localidades, dirigidas por religiosas católicas que recebiam prostitutas para se reintegrarem na sociedade, raparigas violadas e órfãs sem abrigo, apanhadas pela polícia e sentenciadas pelos tribunais à reabilitação. Essas casas mais pareciam prisões, onde, pelos variados testemunhos recolhidos, se chegou à conclusão que viviam aprisionadas contra a sua vontade, trabalhando em escravatura, proibidas de falar, sem acesso à educação e sem contacto com a família. Lavavam roupa (proveniente de hotéis e de quartéis) à mão, com água a ferver. Muitos contratos foram firmados entre o Estado e as freiras, em condições vantajosas para aquele, porque as “Maggies”, como eram conhecidas, não eram pagas. A desumanidade de tratamento chegou ao extremo de, numa dessas casas, se proceder ao enterramento num cemitério secreto, facto que recentemente se veio a descobrir. Quando a situação se tornou demasiado clara, o Estado irlandês procedeu a rigorosos inquéritos, através de testemunhos directos, tendo publicado posteriormente os relatórios finais a que a imprensa (Irlanda, Inglaterra, Portugal e um pouco a imprensa europeia), e a

---

<sup>11</sup> O último destes conventos encerrou na Irlanda no ano de 1996.

cinematografia deram ampla visibilidade.<sup>12</sup> O primeiro-ministro irlandês, em Fevereiro de 2013, apresentou desculpas aos milhares de mulheres que, durante mais de sete décadas, foram internadas e forçadas a trabalhar sem contrapartidas nas lavandarias dos chamados “conventos de Maria Madalena” e pediu perdão pelo abandono a que o Estado votou estas mulheres, pelo fechar de olhos quando os crimes eram evidentes, quando já todos sabiam e não fizeram nada. Entre 1922 e 1996, numa “Irlanda severa e intransigente” – nas palavras de Kerry –, mais de 10 mil mulheres cujo comportamento era considerado imoral foram internadas e trabalharam gratuitamente nas lavandarias, exploradas comercialmente por quatro ordens religiosas.<sup>13</sup>

Trazer para aqui este cenário dos “conventos de Maria Madalena” não é tão despiciendo como possa parecer. Há elementos ou nomes, pelo menos, que podem trazer alguma confusão e é necessário separar as águas para que não restem dúvidas. Cá, como lá, fala-se de “Madalenas”, numa alusão directa à figura bíblica de Madalena, a pecadora arrependida. Santa Maria Madalena é, por sinal, a segunda padroeira da Instituição de Braga. São obras que, de algum modo, funcionaram no âmbito dos princípios orientadores da igreja católica e na sua orientação estão freiras, embora de diferentes congregações religiosas. São instituições que vigoraram na Europa, mais ou menos no mesmo período de tempo. As jovens e mulheres são provenientes de meios sociais semelhantes, como semelhantes são as causas que as levam ao internato.

Ao leitor menos atento e a todos os que têm acesso à informação destes casos através da cinematografia que, muitas vezes, são dominados por uma atitude acrítica perante uma realidade que lhes entra pelos olhos dentro, é necessário mostrar as diferenças e estabelecer fronteiras. Claro que bastaria apresentar os depoimentos pessoais, os testemunhos dos visitantes e benfeitores, a imprensa regional e nacional, e o sentir da sociedade que ao longo desta tese são objecto de análise, para não confundir estas duas realidades que se encontram

---

<sup>12</sup> O filme *The Magdalene Sisters* (em Portugal, *Em nome de Deus*), de 2002, é inspirado na rotina das mulheres que viviam nestas instituições. A propósito desta temática o *Diário de Notícias* publicou, em 9 de Maio de 2003, um texto intitulado “O inferno da caridade na terra”.

<sup>13</sup> A *Euronews* em 5 de Fevereiro de 2013 divulgou a notícia do pedido de desculpas do Governo irlandês pelos “conventos de Maria Madalena” (<http://pt.euronews.com/2013/02/05/governo-irlandes-apresenta-desculpas-pelos-conventos-de-maria-madalena/>). O jornal *Público*, de 10 de Fevereiro de 2013, publicou uma ampla reportagem subordinada ao título: “As freiras e o Estado pecavam nas lavandarias de Maria Madalena”. E em finais de 2013 surgiu o filme *Philomena* (em Portugal, *Filomena*), do realizador Stephen Frears, baseado na história real de Philomena Lee que, no filme, desempenha o papel de Filomena, ela que passou pelo internamento no convento, em 1952, ainda adolescente, na sequência de uma gravidez após uma aventura amorosa. Considerada “indigna” pela família, numa Irlanda muito católica e conservadora, Philomena foi mandada para o convento de Roscrea, onde deu à luz um menino que, aos 4 anos, foi entregue a um casal americano. Passados 50 anos decidiu procurar o filho.

nas antípodas uma da outra, no que concerne à educação e à reabilitação das recolhidas do Colégio de Regeneração de Braga. A separá-las está a existência de um projecto educativo. As colegiais entravam para se recuperarem, mediante princípios bem definidos e onde cada uma era tratada como pessoa. A entrada era livremente assumida e em qualquer momento podiam regressar ao seio da família. Desse projecto educativo faziam parte a instrução e o trabalho, fundamentais para a sua autonomização, a primeira e última finalidade deste projecto educativo. A humanização da vida em internato passava pela acção educativa, um pouco na linha da pedagogia preditiva e reificadora das Ursulinas, através da sacralização das tarefas materiais e das práticas experienciais e vivenciais do quotidiano (Magalhães, 2004: 47).

#### **4.1.2. Um olhar externo sobre a Casa d'Abrigo**

Como terá reagido a sociedade bracarense à abertura desta Casa? Aprovação? Benefício da dúvida? Reprovação? Complacência? Desdém? Maledicência?

Muito pouco se sabe do acto inaugural, porque a abertura da Casa d'Abrigo não se fez com a solenidade com que as inaugurações costumam acontecer, não contou com a presença das autoridades nem com a divulgação da imprensa da época. Tudo decorreu dentro da maior discrição e, por isso, não há notícias desse acontecimento nem das reacções que poderão ter surgido, porque não houve, de facto, uma abertura oficial.

Mas pelo que se pode inferir de dois testemunhos coevos, nem tudo terá sido pacífico e as reacções negativas ter-se-ão manifestado através do anonimato. A instalação e funcionamento da Casa não passaram incólumes à crítica, com ou sem fundamento, daqueles que não terão visto com bons olhos a existência de uma casa com mulheres que carregariam consigo o estigma da má fama. Muito possivelmente terá sido motivo de conversas de taberna, atendendo ao facto de ela se situar nos subúrbios da cidade, e alguns desses ditos terão sido alvo de uns anónimos “pasquineiros”, que neste tipo de escrita se costumam refugiar. Dessas ocorrências nos dão conta dois ilustres bracarenses que conheceram de perto a instituição e que escreveram textos que não podemos ignorar.

Almeida Braga, acima referido, muito antes de escrever o poema “A Perdida” (1913), escreveu, diríamos que em cima do acontecimento, um texto, “Uma obra sancta”, na revista *Estrella D'Alva* (Braga, 1872: 76-79), onde defende que a reabilitação da rapariga que cai na desgraça precisa de uma prova externa que a credite perante a sociedade. E essa reabilitação,

afirma, passa pela oração e pelo trabalho. Mais ainda, a instituição capaz de proporcionar essa reabilitação já existe em Braga, a Casa d’Abrigo:

A sociedade precisa d’uma prova externa para crer na reabilitação d’alguem. Que prova dará a rapariga arrependida? Não tem outra mais que a sua palavra. E quem é que lhe aceita a sua palavra? Que família honesta receberá em sua casa uma mulher perdida só porque ella diz que está arrependida? Nenhuma, é bem claro; porque se arriscaria ás mais deploráveis consequências.

E comtudo o tempo corre, a rapariga arrependida precisa viver; para viver é necessário obter meios. Repellida pela sociedade que lh’os nega, vendo diante de si a prespectiva da fome, não tendo bastante coragem para ir de porta em porta pedir esmola, sabeis o que acontece muitas vezes a essa infeliz? É que, vendo-se abandonada, vae pouco e pouco perdendo as forças que a sustentavam, apodera-se della o desanimo, se não a desesperação, e precipita-se de novo no abysmo d’onde tantos esforços fizera para levantar-se!

Podeis imaginar uma angustia mais pungente, uma desgraça mais digna de compaixão?

Oh! Se essa pobre rapariga encontrasse um estabelecimento de caridade que a recebesse por algum tempo sob o seu tecto hospitaleiro para que ella podesse dar aí mediante a oração e o trabalho, estas duas cousas sanctas e reabilitadoras, evidentes provas do seu arrependimento, oh, então nenhuma família se recusaria a recebê-la em sua casa e ella teria aberto o caminho para a sua reabilitação. (...)

Pois bem, alguma cousa semelhante a isso existe já, bem o sabeis. Uma senhora piedosa cedeu gratuitamente uma casa, e a ardente caridade das Filhas de Maria ahi tem sustentado algumas raparigas que não viviam regularmente, parte das quaes teem contrahido já os laços matrimoniaes, enquanto outras estão servindo em casas particulares, com um comportamento exemplar e muito estimadas de seus amos.

Preciso encarecer-vos uma obra que produz d’estes resultados? Não, por certo; mas o que é preciso é lembrar-vos que tudo o que hoje vive d’esmolos lucha com immensas difficuldades.

O P.<sup>o</sup> Martins Capela – um eminente professor de língua latina e filosofia, com várias obras publicadas no campo da história e da arqueologia – dá, por sua vez, um testemunho eloquente,<sup>14</sup> com a superioridade e grandeza que lhe são conhecidas nos seus escritos, num texto já atrás referido, “O grão de mostarda”, publicado em 1916.<sup>15</sup> Aí, como vimos, compara o ilustre professor e investigador a obra do P.<sup>o</sup> Airosa à parábola evangélica. E no seu afã de rigor histórico, começa por dizer que o seu testemunho bem poderia ser comprovado por muitas outras pessoas.

Ainda conheci o alfobre numa casa de campo do arrabalde dos Areais. Disso me lembro, por lá ter ido dizer missa às recolhidas que seriam como seis ou sete, nos primeiros anos

---

<sup>14</sup> A validade deste testemunho poderá ser comprovada pelo perfil que, numa síntese perfeita, o então Arcebispo de Braga, D. José de Azevedo e Moura traçou do P.<sup>o</sup> Capela: “um homem bom, uma autoridade local e dotado de uma supremacia moral incontestada” (Português, 2000: 106).

<sup>15</sup> In *Ilustração Católica*, 1916, n.º 80. Cf. Capela (1992: 317).

da minha ordenação. E até me lembro de uns pobres pasquins em prosa e verso, com chalaças de curto alcance (obra dos ociosos do tempo) grudados pelas esquinas daqueles bairros.

Já lá vão 46 anos bem medidos; pasquins e pasquineiros esqueceram, e o Abrigo fundado pelo Capelão do Carmo prosperou e medrou apesar dos maiores contratempos, até dar o Colégio de Regeneração que todos conhecem.

São assim as obras de Deus nas mãos de seus servos fiéis. Vede o grão de mostarda feito árvore.

Agora é nuvem de avezinhas do céu volitando em volta dela para poisarem em seus ramos, que já vergam com o peso...

#### **4.1.3. As Recolhidas na Casa d'Abrigo**

Quem são? Quantas são? Onde vieram? Quanto tempo permaneceram na Casa d'Abrigo? Que destinos? As respostas a algumas destas perguntas encontram-se nos três primeiros livros de Estatística que religiosamente se conservam no Arquivo da Instituição.<sup>16</sup> Deles constam os seguintes itens: N.º de ordem, Nome, Idade, Estado, Naturalidade, Dia de entrada, Dia de saída, Destino e Observações.

O 1.º Livro de Estatística do Colégio de Regeneração, encadernado, regista as Entradas e Saídas, de um período de 21 anos (1869 a 1890), e contém 459 registos.<sup>17</sup> No interior da capa há um papel colado com a anotação, a merecer especial realce, das 109 colegiais que, à saída ou depois, se casaram entre 1869 e os inícios de 1913.

O livro abre com um texto de quatro páginas intitulado “Movimento da Casa do Abrigo”, onde se narra a história da Instituição e se traslada o texto de Almeida Braga – “Uma obra sancta”<sup>18</sup> – sobre a utilidade e vantagens deste Estabelecimento. Nas últimas cinco páginas transcrevem-se o “Projecto de Regulamento para uma casa d'Abrigo”, o “horário” e as “condições de admissão”. Nessa nota introdutória sobre o “Movimento da Casa do Abrigo” diz-se, expressamente, que este Estabelecimento tem como finalidade exercer uma dupla caridade: “Socorrer os irmãos que vivem na indigência, que aumenta de dia para dia, e estorvar os progressos fatais da imoralidade que, hoje, mais que nunca, ameaça aluir os fundamentos da sociedade”.

---

<sup>16</sup> Livros em arquivo, em razoável estado de conservação, com a seguinte cota: 1.º – 1869-1890. ABIMA n.º 60 (1-3); 2.º – 1890-1913. ABIMA n.º 137 (1-4); 3.º – 1913-1956. ABIMA n.º 62 (1-3).

<sup>17</sup> Há uma diferença na numeração, mas o total é de 459.

<sup>18</sup> Na nota introdutória do 1.º L.º de Estatística, lê-se que neste texto o “chorado e distinto escritor católico Almeida Braga, jovem de esclarecida piedade e que por sua vida tão pura e morte santa e edificante, deixara opinião de santo”.

A ideia deste projecto parte de “algumas piedosas senhoras pertencentes à Pia União das Filhas de Maria” com o objectivo de “receber e educar cristãmente as pobres raparigas que tendo caído na desgraça de viverem desregradamente desejassem sair de tão miserável estado, fugir dos perigos e seduções do mundo que as perdera e reabilitarem-se perante Deus e a sociedade”.

A Casa d’Abrigo, recorde-se, foi fundada em 18 de Agosto de 1869 e ficou instalada numa casa que uma piedosa senhora emprestou para tal fim, no lugar do Areal, funcionando sem estatutos. Mas “tendo crescido o número das convertidas, mudou-se em 20 de Março de 1871, para a agradável casa da Quinta da Armada, que para esse fim foi arrendada, com excelente pomar e terra para horta”. Esta última informação, colhida nessa nota introdutória, suscitou-me várias questões. Afinal, foram assim tantas as mulheres a pedir a sua admissão? É possível quantificá-las? Eram todas de Braga? Que idades? Quanto tempo permaneceram na Casa? Que afluência, nos primeiros meses?

Parti para a investigação com a convicção de que a obra se destinava a um público local, confinado ao concelho ou, quando muito, ao distrito de Braga, tendo em conta o que já foi dito nos capítulos precedentes. Para a obtenção de dados quantitativos construí uma base de dados, com os itens constantes dos livros de registo, onde anotei alguma da informação mais descritiva que me permitiu a apresentação de dados acumulados e daí retirar algumas conclusões.

Num primeiro momento, pretendia saber donde provinham as primeiras candidatas admitidas e se o número era ou não significativo, de modo a que se justificasse a abertura da casa. Constatei que na primeira quinzena de funcionamento entraram cinco jovens e uma mulher adulta. A curiosidade levou-me a quantificar as admissões, nos quatro meses iniciais, relativos ao ano de 1869, e depois no período subsequente, até à saída da Casa do Areal para a Casa da Quinta da Armada, já que as primeiras instalações, como se diz, se tornaram exíguas para o número de candidatas.

Para melhor compreender o movimento de entradas e saídas, neste primeiro período de 19 meses, referente à Casa do Areal, fiz um duplo exercício. Primeiro, queria saber como é que decorreram as adesões nos primeiros meses de funcionamento. Depois, porque se diz que “tendo crescido o número de convertidas” foi necessário mudar para uma nova casa, pretendia avaliar a dimensão da procura. Então, de 19 de Agosto a 31 de Dezembro de 1869, verifiquei



que entraram 21 jovens e mulheres, e de 1 de Janeiro de 1870 a meados de Março de 1871 entraram 37, perfazendo um total de 58, em 19 meses (v. Quadro VII).

**Quadro VII - Ano de 1869 – Admissão de “abrigadas”**

<b>N.º entrada</b>	<b>Idade</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Dia de entrada</b>	<b>Permanência</b>	<b>Destino e Observações</b>
01	20	Braga	Agosto 18	20 meses	Foi servir em Braga. Comportamento exemplar. Casou em Julho de 1877
02	17	Vila Nova Famalicão	21	5 m	Foi servir em Braga em casa honesta. Casou em 1875 e residiu em Lisboa.
03	19	Caminha	21	10 dias	Foi para casa de família. Prevaricou mas consta que se regenerou.
04	19	Vila Nova Famalicão	24	8 m	Foi servir em Braga sempre com bom comportamento. Depois foi para a mãe.
05	27	Trancoso	24	22 d	Foi para a terra da sua naturalidade.
06	17	Viana	27	3 m	Foi para a terra. Casou posteriormente.
07	32	Braga	Set. 12	15 d	Foi servir em Braga
08	20	Vila Verde	12	1 m	Foi servir em Braga. Procedimento exemplar
09	17	Viana	15	5 d	Ignora-se o seu destino
10	22	Viana	21	3 m	Foi para Ponte de Lima para a companhia dos pais
11	25	Barcelos	27	31 m	Foi para a companhia de uma senhora honesta nesta cidade. Depois entrou no Recolhimento das Convertidas.
12	18	Vila do Conde	Out. 9	5 m	Foi servir em Braga e depois para a sua terra
13	17	Porto	18	9 m	Foi servir em Braga e depois para os pais
14	22	S. Pedro do Sul	18	5 m	Foi servir em Braga e depois no Porto. Bom comportamento.
15	20	Lisboa	31	7 ms	Foi para o Porto. Voltou para o Abrigo, donde saiu e se ignora o seu destino
16	18	Braga	Nov. 15	12 m	Foi para a companhia da tia
17	26	Guimarães	18	12 m	Foi servir em Braga e depois foi para a terra
18	16	Braga	26	15 d	Foi servir em Braga e depois foi para mãe
19	22	Braga	Dez. 14	4 m	Faleceu de tifo, no Abrigo. Vida exemplar e morte edificante. Foi uma convertida que morreu no caminho da penitência
20	23	Póvoa de Lanhoso	26	3 ms	Foi servir em Braga, com bom comportamento
21	11	Barcelos	28	4 m	Foi para a mãe. Voltou ao Abrigo em 13 Junho 1870 e em 2 Fevereiro 1873 foi servir para o Porto.

Fonte: 1.º Livro de Estatística do Colégio de Regeneração

Ora, das 21 mulheres que se recolheram na Casa d'Abrigo, nos primeiros meses da sua existência, cinco permaneceram menos de um mês. Uma delas “prevaricou”, outra “foi para a terra da sua naturalidade” e de outra, ainda, “ignora-se o seu destino”. As outras duas saíram para “servir em Braga” e uma delas foi, posteriormente, regressou para casa da mãe.

De uma provinda de Lisboa, apesar da permanência de 7 meses, com uma saída para o Porto, “voltou para o Abrigo donde saiu e ignora-se o seu destino”. Perante este panorama pergunta-se: Que regeneração? Que transformação? Que razões para saídas aparentemente tão “precipitadas”? Que objectivos teriam sido atingidos? Que é que falhou, se é que falhou? Teria a Instituição respondido à expectativa das acolhidas?

Baseados nas anotações registadas na coluna “Destino e Observações”, da responsabilidade da Instituição, parece poder inferir-se que os resultados são positivos, do ponto de vista da Instituição. Se exceptuarmos uma recolhida que faleceu no Abrigo, mas com “vida exemplar e morte edificante”, verificamos que há três que casaram e as restantes foram saindo para servir, ou voltaram à casa de família, dentro de um quadro normal de bom comportamento.

Apesar dos casos negativos, o cômputo geral parece ser percentualmente positivo. Até mesmo a abrigada rotulada com o “prevaricou”, se diz também que “consta que se regenerou”. E daquelas de quem se ignora o paradeiro também não é líquido que se tenham “extraviado”. O tempo de permanência, retirando as 5 que só estiveram apenas uns dias, dá uma média de permanência de 8,2 meses. As idades estão compreendidas no intervalo etário dos 11 aos 32 anos. Retirando o caso de uma adolescente, apenas com 11 anos, a média de idade das restantes, todas solteiras, é de 20,8 anos. Donde vieram estas primeiras “abrigadas”? Seria de esperar que as primeiras habitantes da Casa fossem de Braga, porque a obra, à nascença, não teria grande visibilidade e não consta que tenha sido feita divulgação alargada ou outro tipo de publicidade. Mas o Quadro VIII é bem elucidativo acerca das localidades de proveniência.

**Quadro VIII - Ano de 1869. N.º de “abrigadas” e distribuição por concelho**

<b>Concelho</b>	<b>N.º</b>
Braga	5
Viana do Castelo	3
Barcelos	2
Vila Nova de Famalicão	2
Caminha	1
Trancoso	1
Vila Verde	1
Vila do Conde	1
Porto	1
S. Pedro do Sul	1
Lisboa	1
Guimarães	1
Póvoa de Lanhoso	1

Fonte: 1.º Livro de Estatística do Colégio de Regeneração

Se é verdade que a primeira recolhida, com a qual se abriu a Casa, era de Braga, as cinco seguintes que entraram ainda no mês de Agosto (cf. Quadro V) são de Vila Nova de Famalicão, Viana, Caminha e Trancoso, terras bem distantes de Braga. É muito provável que a divulgação tenha sido feita através das associações religiosas ou outros canais da igreja. E, nos meses seguintes, assinala-se a chegada de outras de fora do distrito, como Porto, S. Pedro do Sul e Lisboa. Não deixa de ser curioso o facto de a instituição, mesmo sem estatutos, num curto espaço de tempo, conseguir expandir a sua acção a zonas importantes do país. Afinal, o que parecia ser de dimensão “paroquial”, depressa veio a tomar uma dimensão regional e nacional.

Nesta curta e breve análise referente ao período em que a Casa d’Abrigo esteve instalada no Areal, vamos observar o registo daquelas que entraram entre 1 de Janeiro de 1870 e 28 de Fevereiro de 1871 para perceber se as tendências são para manter as coordenadas desses meses iniciais ou se, pelo contrário, vão num sentido de maior expansão (Quadro IX).

**Quadro IX – Admissão de “abrigadas” (01.01.1870 a 28.02.1871)**

<b>N.º entrada</b>	<b>Idade</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Entrada</b>	<b>Permanência</b>	<b>Destino e observações</b>
22	16	Chaves	<u>1870</u> 13.01	2 m	Foi servir em Braga e daqui para a sua terra
23	19	Braga	18.01	36 m	Foi servir em Braga. Teve sempre bom comportamento. Mais tarde casou.
24	18	Barcelos	24.01	8 m	Foi servir em Braga, com bom comportamento
25	22	Esposende	10.02	12 m	Foi servir para o Convento dos Remédios. Voltou ao Abrigo e daí foi servir para Prado. Mais tarde casou.
26	25	Ponte de Lima	14.02	13 m	Foi para os pais, com bom comportamento
27	20	V N Famalicão	05.03	2 m	Foi servir para o Porto. Voltou ao Abrigo e daí para a sua terra
28	30	Ponte de Lima	05.03	3 m	Foi para a terra. Faleceu como verdadeira convertida
29	26	Ponte de Lima	05.03	3 m	Foi doente para a terra. Voltou ao Abrigo e saiu para a terra.
30	25	Braga	20.03	1 m	A servir em Guimarães e procedimento exemplar
31	25	Amares	25.04	3 m	Foi servir em Braga. Comportamento exemplar
32	20	Braga	28.04	1 m	Foi para a mãe
33	22	Arcos de Valdevez	14.04	46 a	Faleceu no Colégio. Vida edificante e de alto préstimo no Colégio.
34	20	Vila da Feira	14.05	16 m	A servir em Braga, vida exemplar
35	26	Vila Real	26.05	1 m	Foi para a terra
36	23	Vila Real	26.05	20 d	Foi para a terra. Voltou ao Abrigo donde saiu e ignora-se o seu destino
37	28	Vila Real	11.06	13 m	Foi para a terra. Voltou ao Abrigo donde saiu para a casa dos pais
38	16	Esposende	22.07	23 d	A servir em Braga. Voltou ao Abrigo donde saiu para a mãe
39	20	Porto	27.07	5 m	Foi para Fafe. Ignora-se destino e vida
40	20	Viana	30.07	2 m	A servir em Braga. Voltou ao Abrigo em Julho 1871 e saiu em 1872 para a mãe e casou. Bom comportamento
41	27	Barcelos	13.08	13 m	A servir em Braga. Bom comportamento
42	19	Braga	15.08	4 m	Casou no dia 29 de Dezembro de 1870 com um artista, filho de um enfermeiro do Hospital de S. Marcos, Braga. Este facto foi de grande edificação para os que conheciam a sua vida desregrada, antes de recolher ao Abrigo.
43	20	Galiza	22.08	5 m	A servir em Braga. Sempre bom comportamento. Em Janeiro de 1872 foi para casa dos pais.
44	16	V N Famalicão	01.09	12 m	A servir no Convento dos Remédios e daí para casa dos pais
45	18	Arcos de	09.10	17 m	Conservou-se no Abrigo

		Valdevez			
46	18	Arcos de Valdevez	09.10	14 m	Foi para casa, a ares. Faleceu em 1873, com morte edificante.
47	16	Bragança	04.11	13 m	A servir em Braga. Voltou ao Abrigo, donde saiu em 72.
48	25	Amarante	22.11	20 d	A servir em Braga. Casou.
49	23	Vila Real	07.12	1 d	Ignora-se o seu destino
50	25	Amarante	17.12	6 m	Foi para a mãe. Consta que se casou.
51	20	Porto	<u>1871</u> 23.01	5 d	Ignora-se o seu destino
52	20	Esposende	25.01	52 m	Foi para uma tia de Esposende. Voltou ao Abrigo, em 75 e terá saído em 1890.
53	20	Póvoa de Varzim	28.01	1 m	Foi para a terra.
54	22	Viana	11.02	9 m	Foi servir para Viana. Voltou em Junho de 72. Saiu para servir em Braga. Voltou em 1873 e foi despedida.
55	20	Póvoa de Lanhoso	05.02	4 m	Foi servir em Braga e daí para a mãe
56	19	Barcelos	05.02	5 m	Foi para mãe. Portou-se bem e não consta que tenha mau viver.
57	16	Barcelos	24.02	7 m	A servir no Convento dos Remédios. Voltou ao Abrigo. Saiu novamente para servir em Braga. Casou em Setembro de 1878.
58	22	VN Famalicão	28.02	1 m	Foi servir e depois foi para a terra

Fonte: 1.º Livro de Estatística do Colégio de Regeneração

Pela leitura do quadro, confirma-se a tendência da expansão geográfica para fora do distrito de Braga, sobretudo no norte do país e vizinha Galiza, a saber: Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Póvoa de Varzim, Amarante, Vila Real, Chaves, Bragança, Vila da Feira e Galiza. A média de permanência das “abrigadas”, se retirarmos uma que permaneceu durante 46 anos (até à morte) e cinco que estiveram menos de um mês, anda pelos 9,2 meses. Como nos primeiros meses, as admitidas são solteiras e sete delas casaram, à saída da instituição.

Relativamente aos resultados, a avaliar pelas anotações, verifica-se que continuam a ser satisfatórios. Das 37 admitidas só uma foi “despedida”, ou seja, expulsa; e de quatro “ignora-se o seu destino”. O problema subsiste relativamente a cinco que permaneceram menos de um mês, três delas compreendidas no número das quais se ignora o destino. Por outro lado, duas das cinco abrigadas que estiveram na Casa apenas 20 dias, tiveram, ao que parece, um destino familiar normal – uma casou e outra regressou a casa da mãe. Isto pode significar que, afinal, a variabilidade do tempo de permanência é um factor que tem a ver com o caso específico de cada uma e o curto tempo de permanência não pode ser tomado, em

princípio, como sinónimo de insucesso. Pode muito bem ter sido apenas, e assumidamente, um tempo de passagem entre um pequeno percalço ou desentendimento e a partida para uma nova vida.

No decurso de 19 meses (da fundação até à transferência para a Casa da Armada), foram admitidas 58 “abrigadas”, todas solteiras. Retirando as situações extremas, referentes ao tempo de estadia e à idade de entrada, poderemos dizer que a média de permanência, neste período mais longo, foi de 8,8 meses e a média etária, ao entrar, foi na ordem dos 21 anos. No Quadro X apresenta-se o n.º de admitidas, por concelho, referente aos dois períodos em análise, e os valores acumulados no período mais logo do funcionamento da Casa d’Abrigo, na Casa do Areal.

**Quadro X - Admissões (18.08.1869 a 20.03.1871)**

<b>Concelho</b>	<b>N.º de entradas 18.08.1869-31.12.1869</b>	<b>N.º de entradas 01.01.1870- 20.03.1871</b>	<b>N.º de entradas 18.08.1869-20.03.1871 (acumulado)</b>
Braga	5	4	9
Viana do Castelo	3	2	5
Barcelos	2	4	6
V N de Famalicão	2	3	5
Caminha	1	-	1
Trancoso	1	-	1
Vila Verde	1	-	1
Vila do Conde	1	-	1
Porto	1	2	3
S. Pedro do Sul	1	-	1
Lisboa	1	-	1
Guimarães	1	-	1
Póvoa de Lanhoso	1	1	2
Vila Real	-	4	4
Esposende	-	3	3
Ponte de Lima	-	3	3
Arcos de Valdevez	-	3	3
Amarante	-	2	2
Chaves	-	1	1
Amares	-	1	1
Vila da Feira	-	1	1
Bragança	-	1	1
Póvoa de Varzim	-	1	1
Espanha - Galiza	-	1	1
<i>24 concelhos</i>	<i>21</i>	<i>37</i>	<i>58</i>

Fonte: 1.º Livro de Estatística do Colégio de Regeneração

#### 4.1.4. As Recolhidas no período de 1869-1931

A base de dados elaborada, a partir dos Livros de Estatística, fornece uma razoável quantidade de valores numéricos que possibilitam uma leitura bastante aproximada de determinadas realidades sociológicas e mostram a dimensão dos números. É, todavia, necessário advertir que não trabalho aqui com dados absolutos porque há falhas e omissões de várias ordens que não me permitem tirar conclusões incontestáveis.

Logo à partida, verifica-se a falha de um dado que, pela comparação com os registos subsequentes, se conclui ser de grande importância para a compreensão do percurso de vida da recolhida. Refiro-me à filiação. De facto, os registos reportam-se à data da fundação mas só foram lançados neste livro por volta de 1873, provavelmente a partir de documentos avulsos e folhas soltas. E esse dado falha por completo. Só a partir do registo de entrada n.º 130, de 11 de Junho de 1874, é que vão aparecendo algumas anotações com filiação e outros dados pessoais das recolhidas, na coluna do Nome. Mas, mesmo assim, são dados muito incompletos. A partir do n.º 200, de Abril de 1878, figuram, com certa regularidade, os registos com referências à filiação, mas ainda com casos omissos. A regularidade de recolha de informação nessa coluna do Nome, embora longe de ser completa, só se verifica a partir do n.º 217, datado de Março de 1879.



Figura 14 – Um grupo de colegiais (ca. 1905)  
(ABIMA n.º 40, 1-3)

O nome das recolhidas, mais ou menos completo, consta de todos os registos. Nas restantes variáveis verificam-se falhas, pelo que os dados apresentados são dados aproximados mas significativos, apesar de tudo. O número de grandeza seria bem mais expressivo e esclarecedor se estivéssemos na posse de todos os elementos. Todavia, são bons indicadores, apesar de pecarem por defeito.

A obra teria, na sua génese, um cariz local e/ ou regional, como já se viu, mas poderemos concluir, desde já, que depressa se tornou conhecida, porque no espaço de tempo de 62 anos, a ela se acolheram 1.297 jovens e mulheres (algumas delas casadas), provenientes dos quatro cantos do país, do Minho ao Algarve, e de alguns países da Europa e de outros continentes, como pode verificar-se no Quadro XI.

**Quadro XI - 1869-1931. Colegiais, por concelho de naturalidade**

<b>N.º de recolhidas</b>	<b>Concelhos</b>
365	Braga
75	Barcelos
63	Vila Verde
53	Guimarães
49	Vila Nova de Famalicão
42	Póvoa de Lanhoso, Porto
38	Amares
28	Viana do Castelo
27	Ponte de Lima
26	Póvoa de Varzim
24	Estarreja
21	Cabeceiras de Basto
20	Arcos de Valdevez, Lisboa
18	Chaves
17	Felgueiras
16	Amarante, Vila do Conde, Vila Real
14	Esposende, Fafe
13	Celorico de Basto
12	Penafiel
10	Ponte da Barca, Vieira do Minho
8	<b>Espanha</b> , Lamego, Ovar
7	Paredes de Coura, Vila Nova de Gaia
6	<b>Brasil</b> , Aveiro, Caminha, Coimbra, Lousada, Torre de Moncorvo, Vila da Feira,
5	<b>Angola</b> , Marco de Canaveses, S. João da Pesqueira, Terras de Bouro
4	Covilhã, Paços de Ferreira, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, Valença, Viseu, <i>Desconhecido</i>
3	Boticas, Bragança, Leiria, Meda, Monção, Montalegre, Ourém, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar



2	África(?), Alijó, Amadora, Anadia, Arouca, Baião, Baltar, Carrazeda de Ansiães, Cascais, Celorico da Beira, Figueira da Foz, Gondomar, Matosinhos, Melgaço, Mesão Frio, Mogadouro, Mondim de Basto, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Paredes, Portalegre, Portimão, Sabrosa, Setúbal
1	<b>Cabo Verde, França, Moçambique,</b> Alcobaça, Almada, Arganil, Beja, Castelo de Paiva, Castelo de Vide, Cinfães, Fundão, Guarda, Mação, Maia, Mangualde, Manteigas, Marinha Grande, Mealhada, Mirandela, Mondim da Beira, Montemor-o-Novo, Murtosa, Óbidos, Pampilhosa da Serra, Peniche, Peso da Régua, Pombal, Porto de Mós, Resende, S. Pedro do Sul, Sabugal, Santarém, Seia, Sintra, Seixal, Serpa, Soure, Tabuaço, Tavira, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Trancoso, Vidigueira, Vila Flor, Vila Nova de Cerveira, Vizela.

Fonte: 1.º, 2.º e 3.º Livros de Estatística do Colégio de Regeneração

O Quadro XII apresenta o número de recolhidas, agrupadas por distrito, por região ou país de origem.

**Quadro XII – 1869-1931: Número de recolhidas por distrito / Outras localidades**

Localidades de origem	Distritos	N.º de recolhidas
<b>Portugal continental</b>	Braga	763
	Porto	167
	Viana do Castelo	108
	Vila Real	58
	Aveiro	53
	Lisboa	28
	Viseu	23
	Bragança	14
	Coimbra	11
	Guarda	10
	Leiria	9
	Santarém	7
	Castelo Branco	5
	Setúbal	4
	Portalegre	3
	Beja	3
	Faro	3
	Évora	1
<b>Europa / África / América do Sul</b>	Angola	5
	África	2
	Cabo Verde	1
	Moçambique	1
	Espanha	8
	Brasil	6
	França	1
<b>Outras localidades</b>	Não identificadas	4

Fonte: 1.º, 2.º e 3.º Livros de Estatística do Colégio de Regeneração

Da leitura deste Quadro conclui-se que só o distrito de Évora é que não está representado neste conjunto de recolhidas. Em contrapartida, figura Cabo Verde, Angola e Moçambique. Há duas colegiais referenciadas como provenientes de África que, muito provavelmente, seriam oriundas de uma das colónias portuguesas de então. De assinalar, embora se trate apenas de um caso, da admissão de uma jovem de França. Já de Espanha há 8 casos que, pelos testemunhos deixados, se podem considerar como bem significativos. Do Brasil, onde a obra foi muito divulgada em alguns Estados, e donde chegaram abundantes contributos financeiros para a sua sustentação, chegaram 6 jovens, no período em análise.

Mas há uma série de perguntas para as quais não encontro respostas explícitas: Que razões levaram as pessoas de tão longe a procurar esta Casa? Por ser a única do género, no país? Por influência de pessoas amigas e/ ou conhecidas? Por intermédio de eclesiásticos ou associações religiosas? Através das forças policiais? Pela vantagem ou necessidade de distanciamento da terra e das pessoas?

Ângelo da Fonseca, lente da Faculdade de Medicina de Coimbra, num estudo de medicina social (Fonseca, 1902: 173) acentua a vertente do Colégio de Regeneração como centro de recuperação de prostitutas, afirmando que em “Portugal ha uma unica casa destinada a receber mulheres que tenham cahido na prostituição. (...) Não póde considerar-se um collegio modelo, mas deve ver-se como tentativa proveitosa, com uma longa folha de serviços”. Apesar de se basear no Relatório do Colégio de Regeneração de 1892, e em algumas informações prestadas pelo Dr. Francisco Pinheiro Torres, médico do referido Colégio, entende que ele se destina apenas à recuperação de mulheres provenientes da prostituição. E, nesse sentido, diz que “a falta de outros colégios n’este genero tem-se feito sentir em todas as cidades, mas, a despeito do conhecimento de tal lacuna, ainda não foi possivel multiplical-os”. Apesar de não o reconhecer como modelo, reconhece, no entanto, o “papel que tem desempenhado no espaço de 33 annos” e, para além de algum apoio estatal que recebe, defende que “um dos primeiros deveres do Estado seria concorrer com um subsidio mais vantajoso para o seu aumento material, fornecendo-lhe os melhoramentos de que necessita”.

O eminente professor volta a abordar este tema num artigo publicado na *Revista de Medicina*, n.º 4, do mês de Junho de 1904.<sup>19</sup> Lembra que havia aplaudido o Colégio de Regeneração, nomeadamente devido ao parco subsídio atribuído pelo Estado, ao apresentá-lo

---

<sup>19</sup> O jornal *A Palavra*, de 3 de Julho de 1904, num artigo sobre a Prostituição em Portugal, onde o autor se refere ao Colégio de Regeneração.

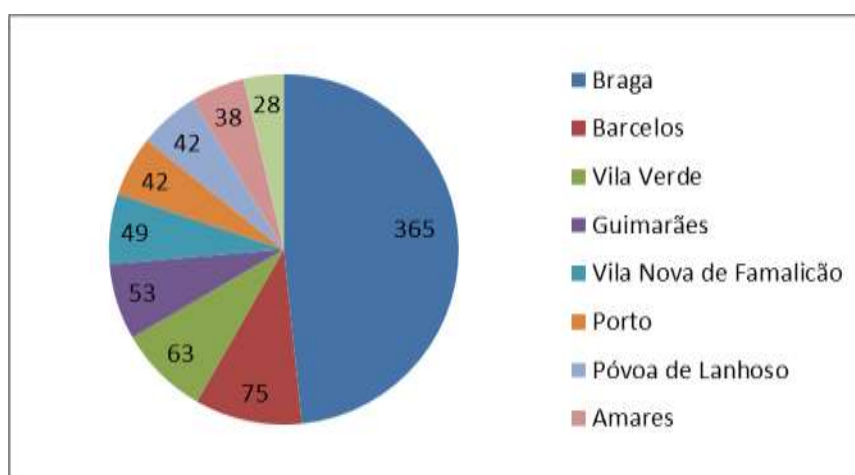
como modelo quando considerava serem as casas de regeneração uma medida necessária. O Estado, diz, pouco tem feito e naturalmente nada se disporá a fazer. “Há menores de 12, 13 e 14 anos que se entregam à prostituição, afirma, e têm prostíbulos públicos onde lhes é facultado tal exercício. E casas de correcção onde sejam recebidas não há. Oficinas de trabalho também não”. A única resposta que encontrava para dar resposta a este problema era o “asylo de beneficência” do Colégio de Regeneração que recebia um número limitadíssimo de internadas, indeferindo todos os dias os requerimentos de entrada por falta de recursos. Reconhece, todavia, que era necessário ir ao fundo da questão modificando, no campo legal, a situação da mulher, “garantindo-lhe maior capacidade civil nos limites de maior responsabilidade criminal, numa perfeita igualdade de direitos”. Entende que a inversão da situação, que a libertação da mulher passa por transformar o meio em que ela vive dando-lhe “com as reformas de carácter jurídico, económico e social, a consciência de uma situação independente”.

Os registos, no respeito pela intimidade de vida das pessoas, não são explícitos nem concludentes relativamente à verdadeira situação da recolhida, no acto da sua admissão. A informação de Ângelo da Fonseca parece querer dizer que o Colégio se destinava exclusivamente às mulheres provenientes da prostituição, uma ideia que pairou acerca da finalidade desta instituição. O cruzamento de dados permite-nos, no entanto, chegar a algumas conclusões acerca das suas histórias de vida e uma das grandes conclusões é que este Colégio se destinava à regeneração de mulheres maltratadas na sua honra, nas suas mais variadas situações, incluindo a prostituição.

Voltando à questão da proveniência das recolhidas, a observação do Quadro IX mostra bem a predominância do concelho de Braga e dos concelhos limítrofes – Barcelos, Vila Verde, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Amares, o que não é de estranhar porque era a este público que, em primeiro lugar, a obra se destinaria.

Mas se excluirmos o concelho de Braga, o conjunto dos oito concelhos seguintes com maior número de admissões, onde se incluem Porto e Viana do Castelo, ultrapassa já o total das admissões do concelho de Braga, como pode ver-se no Gráfico 1.

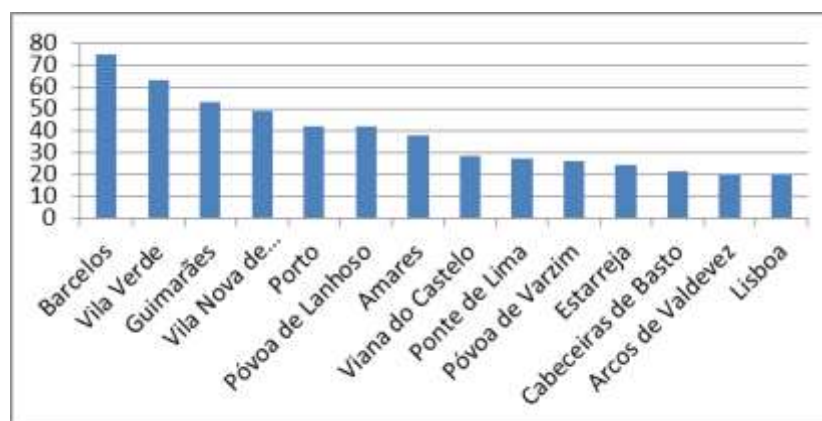
**Gráfico 1 - N.º de recolhidas, por concelho de proveniência**



Fonte: 1.º, 2.º e 3.º Livros de Estatística do Colégio de Regeneração

Nos 14 concelhos com número de admissões superiores a 20, excluindo novamente o caso de Braga, então vamos encontrar já muitos outros concelhos fora deste distrito e de localidades bem distantes como Porto, Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Estarreja, Arcos de Valdevez e Lisboa (Gráfico 2).

**Gráfico 2 – Concelhos com mais de 20 recolhidas**



Fonte: 1.º, 2.º e 3.º Livros de Estatística do Colégio de Regeneração

Uma das variáveis que se veio a revelar de muito interesse, registada na coluna do *Nome*, é a *filiação* que, em termos globais, se tornou uma fonte de conhecimento de grande relevância para a compreensão do percurso de vida da recolhida, antes do seu ingresso, e factor importante para a escolha mais adequada do programa terapêutico que lhe deveria ser

aplicado. Esta variável encerra vários níveis de informação que mostra a realidade do agregado familiar e o ambiente social que, por si só, permitem tirar várias conclusões.

Que pais? Que maridos?

Os dados colhidos, embora incompletos, fornecem estes qualificativos – exposta / órfã / órfã de pai e mãe / enjeitada / filha natural<sup>20</sup> / filha da mãe solteira / mãe-pai/pais falecidos / pais ausentes / pais ausentes no Brasil / não conheceu os pais / não sabe o nome do pai / mãe viúva que abandonou a filha desde o nascimento / pai /pais incógnitos / marido ausente no Brasil / marido que a abandonou.

Os dados quantitativos referentes à filiação, correspondendo a cerca de 50% do total das admissões, estão plasmados no Quadro XIII.

**Quadro XIII - Dados relativos à filiação**

<b>Situação dos pais</b>	<b>N.º de casos</b>
Pai falecido	126
Mãe falecida	134
Pais falecidos	99
Órfãs	66
Expostas	42
Pai incógnito	4
Pais incógnitos	1
Pai ausente no Brasil	19
Pai ausente	3
Filha natural	121
Filha de mãe solteira	7
Pais mendigos/pedintes	5
Pai pedinte	1
Não conhece os pais	2

Fonte: 1.º, 2.º e 3.º Livros de Estatística do Colégio de Regeneração

A orfandade e a monoparentalidade estão aqui bem representadas pelo conjunto daquelas que são referenciadas como órfãs, filhas de pai/mãe ou pais falecidos / pais incógnitos / pais ausentes / filhas naturais ou filhas de mãe solteira. Mas há outras realidades sociológicas aqui presentes, como o problema dos expostos e da mendicidade, que acentuam o

<sup>20</sup> É um termo, hoje em desuso, que designava os filhos nascidos fora dos laços do casamento.

quadro de miserabilidade das famílias de proveniência e são referenciais para a elaboração de uma geografia da pobreza.

Esta amostragem é bem significativa e comprova a argumentação frequentemente apresentada pelo P.<sup>e</sup> Airosa, quando afirmava que as recolhidas provinham dos mais baixos níveis de pobreza, de famílias altamente carenciadas, sem instrução, sem educação. De facto, a maior parte das mulheres acolhidas provinha de famílias desestruturadas, de famílias monoparentais, ou simplesmente sem retaguarda familiar. Daí o facto de muitas das admissões serem solicitadas por famílias protectoras, padres, administradores do concelho, Comissão de Assistência à Mendicidade ou pelo Comissário de Polícia. Eram estes protectores que, muitas vezes, suportavam a mensalidade de hospedagem e eram eles que recebiam de volta as acolhidas quando elas não se adaptavam ou eram expulsas por mau comportamento. A entrada normal era solicitada pela própria, se era maior de idade, pelos pais ou tutores, familiares, protectores e maridos.

No quadro XIV, apresenta-se a situação das mulheres casadas e viúvas que também aqui vieram pedir abrigo para a resolução dos seus problemas.

**Quadro XIV - Dados relativos a casadas e viúvas**

<b>Situação das casadas e viúvas</b>	<b>N.º de casos</b>
Casadas	49
Viúvas	14
Casadas – situações conhecidas	Abandonadas pelo marido - 1
	Casada e divorciada - 1
	Marido ausente no Brasil - 6
Casadas/viúvas - sem informação	41

Fonte: 1.º, 2.º e 3.º Livros de Estatística do Colégio de Regeneração

O número de mulheres casadas e viúvas, em termos percentuais, não é muito significativo mas as razões que as levaram a recorrer a esta Casa para dar uma volta à sua vida individual e familiar é impressionante e não nos pode deixar indiferentes. Neste período, estão referenciadas, como se pode observar no Quadro XII, 49 mulheres casadas e 14 viúvas. A maior parte dos registos limita-se a referir o estado civil da mulher. Há, porém, seis situações

em que se regista a ausência do marido no Brasil. O problema da emigração para o Brasil, patente nos dois últimos quadros, é expresso pelo número de jovens mencionadas como tendo os pais ausentes no Brasil ou pelo número de mulheres casadas que aqui chegam com os maridos a viver nesse país. Abandono por parte dos maridos? Infidelidade por partes das esposas?

Uma investigadora brasileira (Matos, 2013: 46), num estudo recente sobre os migrantes para o Estado de S. Paulo, no período de 1887-1920, afirma que os anos de 1910-1914 marcaram a chegada do maior contingente português, por causa da crise económico-social e das dificuldades políticas com o fim do regime monárquico, e aponta as causas principais:

Os portugueses emigravam por vários motivos: dificuldades económicas, sociais e familiares, fugas ao recrutamento militar, poucas oportunidades de trabalho, baixos salários, tipo de propriedade e sua exploração, tensões políticas, atraso tecnológico, além do desejo de “fazer a América”. As partidas eram contínuas e frequentes, vinculadas aos descontentamentos, estratégias de sobrevivência, buscas de outras possibilidades e realizações de sonhos.

Retomando a base de dados elaborada e referente ao arco temporal de 1869-1931, há variáveis relevantes a considerar, como sejam a idade, o estado e o tempo de permanência. A esmagadora maioria das recolhidas são solteiras, embora se contabilizem, como já disse, 49 casadas e 14 viúvas, que aqui vieram parar por infidelidades no casamento, adultério, ausência prolongada e/ ou abandono do marido, ou recaídas depois de viúvas. As casadas são, normalmente, muito jovens, entre os 20 e os 30 anos. A idade das solteiras é bastante variável mas retirando alguns casos episódicos que se situam entre os 10-12 anos, as idades de entrada andam entre os 16 e os 32, situando-se a média de idade nos 21/22 anos.

Uma outra variável a ter em conta é o tempo de permanência que tem uma relação directa com os dados epigrafados na coluna do Destino/Observações. Por outro lado, coloca-se, com pertinência, a questão de saber quanto tempo seria necessário para alcançar a “regeneração” e se esse tempo aí passado fora suficiente para operar essa transformação. Algumas notas são bem explícitas, como veremos, e o conhecimento dessa transformação vai para além do tempo de internato. E nem sempre, embora não abundem os casos, o tempo de permanência é suficiente para avaliar o grau de mudança, já que depois da saída se dá conta da perseverança e/ ou de um novo rumo para a vida através do casamento.

Não tive a preocupação em apresentar dados quantitativos relativamente a esta última variável, porque há bastantes falhas, mas uma pequena amostragem, que mais à frente

apresento, pode servir como indicador. Há quem tenha estado apenas um dia, uma semana ou um mês e quem tenha permanecido por toda a vida. A falta de adaptação ao regime disciplinar, embora, como se afirma em alguns registos, as condições físicas fossem excelentes em relação a algumas situações por elas antes vividas, fizeram com que algumas se retirassem, de livre vontade, ou fossem entregues aos pais ou familiares ou, casos menos frequentes, fossem expulsas. As que ficaram até à morte, embora os casos não estejam devidamente documentados, terão a ver, fundamentalmente, com a falta de retaguarda familiar ou dificuldade em atingir um determinado grau de autonomia, por deficiências várias.<sup>21</sup> Retirando estas duas situações extremas, a média de permanência na instituição variou entre um ano a ano e meio.

Há casos, mas não são muito significativos, de pessoas que voltaram pela segunda e terceira vez. Algumas situações terão sido, provavelmente, de recaídas mas de outras percebe-se que a reentrada, consentida quando o comportamento anterior houvesse sido bom, se deveu ao facto de terem ficado sem emprego e não terem, naturalmente, para onde se encaminharem. A instituição, neste caso, funcionava sempre como o porto de abrigo.

Na coluna Destino/Observações, pode inferir-se a avaliação dos resultados. Aí se regista uma série de notas que, de alguma forma e sem descer a pormenores, traduzem as mudanças operadas e a recuperação alcançada. Mas nem sempre os resultados são apresentados à saída do internato. É curioso constatar a preocupação pedagógica que existe, depois da saída, no acompanhamento personalizado de cada uma das recolhidas. A Instituição vai acompanhando à distância, sem se dizer por que meios, o caminho que cada uma vai trilhando, ao ponto de se saber que “prevaricou”, “perseverou”, “casou” ou “morreu”. Há situações em que se refere mesmo a data de casamento. É muito provável que elas próprias tenham feito chegar a notícia à Instituição, já que foi essa uma prática bastante comum ao longo do tempo. É de relevar, ainda, que o factor “tempo de permanência”, pelos resultados que aqui se apresentam, nem sempre é determinante. Algumas, em pouco tempo, parece terem conseguido encontrar um rumo para a sua vida, como já foi referido. É o caso daquelas que saíram para casar ou casaram depois de sair, como se afirma em relação a 136 jovens assinaladas. Algumas recolhidas faleceram no Colégio e outras no Hospital de S. Marcos, ou já em casa de família. Mas a maioria saiu para “servir” em casas particulares, em colégios,

---

<sup>21</sup> Ainda hoje a instituição dá guarida a um grupo significativo de pessoas que foram ficando institucionalizadas por essas mesmas razões.



conventos ou hospitais. Outras, ainda, conseguiram emprego na indústria ou mesmo em auto-emprego.

A avaliação dos resultados mede-se, ainda, pelo tipo de comportamento, durante e depois da institucionalização. Claro que também há resultados negativos e que aqui são bem explícitos. As expressões utilizadas para classificar o comportamento são estas: bom / exemplar / exemplaríssimo / edificante / edificantíssimo / ótimo / excelente / bom durante o internato e agora nada consta em contrário / conduta exemplar / procedimento regular / pouco edificante / comportamento sofrível / procedimento irregular / expulsa / incorrigível / expulsa por incorrigível / expulsa por escandalosa.

Como se disse, depois do tempo considerado suficiente pela Instituição ou por decisão da recolhida, cada uma seguia o seu destino. O objectivo da entrada não era a reclusão, embora algumas, pelas razões aduzidas, tenham permanecido na instituição. O “abrigo” temporário seria para fazer um percurso interior, adquirir normas de conduta, aprender a ler e escrever e adquirir competências para exercer uma profissão que as autonomizasse. Cada uma tinha o seu destino, em conformidade com os seus condicionalismos. Há conhecimento do encaminhamento da maioria. As notas aqui inscritas, algumas a *posteriori*, comprovam que elas não foram perdidas de vista. Bem pelo contrário, foram acompanhadas à distância porque, como já se disse, sabe-se da sua conduta. São estas as expressões usadas: retirou-se do Colégio por inadaptação (“não tinha vocação para...”) / foi para casa/ retirou-se por doença / ignora-se o seu destino [percentagem insignificante] / expulsa / fugiu / entregue aos pais que a vieram reclamar / familiares que a reclamaram / foi para a tia / parece que prevaricou / perseverou / foi servir [diversa localidades e casas] / a servir em Braga e agrada aos amos / casou / saiu para casar / casamento promovido pelas senhoras da Direcção/Filhas de Maria / faleceu na família / marido que a procurou / entregue ao marido que a reclamou / entregue ao marido que a recebeu em casa com edificação / foi para a casa do mano Abade / saiu para tratar dos filhos / saiu para ter o filho e voltou.

Algumas expressões, como entregue aos pais que a vieram reclamar / familiares que a reclamaram / marido que a procurou / marido que a reclamou / entregue ao marido que a recebeu em casa com edificação da gente da terra / perseverou, merecem uma particular atenção, porque expressam eloquentemente que nem todos os laços familiares, apesar das situações embaraçosas, sobretudo para os maridos, se quebraram. Muito pelo contrário. Os pais e maridos que confiaram e as “entregaram” na instituição voltam, depois, para as receber.

E muitos outros terão vindo ao encontro de quem julgavam “perdida” para sempre, acolhendo-a com carinho e edificação.

#### 4.1.5. Processo de admissão

O ABIMA conserva, neste momento, 293 processos de admissão referentes ao período em análise, representando cerca 23% das 1297 admissões. Desses 293 processos tomei 76, aleatoriamente, de modo a cobrir alguns intervalos de tempo, correspondendo a cerca de 26% dos que ainda se conservam. A partir desses dados, organizei um quadro onde, na coluna Observações, se apresenta uma pequena síntese do conteúdo do processo (Quadro XV). Omitem-se os apelidos das admitidas, o nome da freguesia e outros dados identificadores da localidade de origem.<sup>22</sup>

**Quadro XV - Tipologia dos processos de admissão**

Nome	En- trada	Local e data nas- cimento	Tipo documentos	Saída	Observações
Felismina de Jesus 24 anos	1880	Óbidos 03.02.1856	Certificado baptismo	1882 Foi para a sua terra.	Anotações no verso da certidão de baptismo. N.º de ordem – 233 Órfão dos pais. (ABIMA Doc. 694)
Henrique- ta 17 anos	1880	Arcozelo Ponte de Lima	* Alvará de autorização do Juiz dos Órfãos de P. de Lima * Atestado médico * Certificado do Administrador do Concelho	Faleceu no Colégio em 1883.	Órfão de pai e mãe. Foi acompanhada ao Colégio por um oficial de diligências. À margem do certificado, passado pelo Administrador do Concelho, está uma listagem dos sinais característicos da jovem. (ABIMA Doc. 695)
Teresa de Jesus Solteira 21 anos	1885	Barcelos (cidade)	Autorização do pai, viúvo, feita no tabelião, perante testemunhas		N.º de ordem 65. (ABIMA Doc. 714)
Maria das Dores	1885	Arcos de Valdevez	Carta da mãe a dar consentimento (não se menciona a figura do pai)		A carta não foi escrita pela mãe. No verso do envelope escreveu o P.º Airosa: “ <i>Carta da mai da Piedade – Hespanhola</i> ”.

<sup>22</sup> Os exemplos de processos apresentados no *AP. DOC.* (Doc. 159, 160 e 161) não são os referidos no Quadro XV.

					(ABIMA Doc. 715)
Custódia Maria 9 anos	1885	Braga	Carta de consentimento e autorização dos pais.	1886 Entregue aos pais.	Comportamento irregular. (ABIMA Doc. 716)
Maria da Encarnação Seria uma criança (cerca de 12 anos)	1885	Coimbra	* Carta do Delegado da Procuradoria Régia de Coimbra * Ofício do escrivão e tabelião da Comarca de Coimbra a pedir a readmissão, por determinação do conselho de família	Faleceu no Colégio.	A família pede que a criança não saia do Colégio, seja a que pretexto for. Diz-se que vivia com uma pobre cega e mendiga que se dizia ser viúva e mãe da criança. (ABIMA Doc. 717)
Maria de Jesus 17 anos	1885	Barcelos	Declaração de consentimento dos pais.	1885 Foi para a família.	(ABIMA Doc. 718)
Maria Filomena 17 anos	1885	Arcos de Valdevez	Declaração de consentimento da mãe (não se fala no pai)	1886 Entregue à mãe.	Casou. (ABIMA Doc. 719)
Francisca Teresa 16 anos	1885	Braga	Declaração de consentimento do pai (não se fala na mãe)	1886 Foi para o pai.	Casou. (ABIMA Doc. 720)
Rosa Maria 16 anos	1885	Melgaço	Requerimento ao Administrador do Concelho de Vila do Conde para ingressar na casa de Regeneração do Bom Pastor, no Porto (a verdade é que veio parar à Regeneração de Braga)	1892 Foi servir.	Exposta da roda, de Melgaço, e residente em Vila do Conde. (ABIMA Doc. 721)
Delfina Rosa 18 anos	1885	Valença	Declaração de consentimento da senhora que a criou	1885 Foi para casa dos pais.	A declaração de consentimento é de uma senhora residente na rua dos Pelames que diz ter criado a Delfina, logo após o nascimento até ao momento em que se portou mal. (ABIMA Doc. 722)
Emília Solteira 20 anos	1885	Celorico de Basto	Declaração de consentimento da mãe, viúva.	1886 Foi servir, Braga.	(ABIMA Doc. 723)
Júlia Arminda <b>casada</b> 25 anos	1885	Vila Nova de Famalicão	* Declaração de consentimento e pedido do pai que era, ao mesmo	1887 Foi para a família.	O marido da colegial estava no Brasil e foi o pai dela que pediu a sua admissão no Colégio. (ABIMA Doc. 724)

			tempo, curador do marido que estava interdito, no Brasil. * Certidão do escrivão da Comarca de Famalicão do auto de acção e interdição do marido da colegial		
Florinda 14 anos	1885	Fafe	Declaração de consentimento da mãe (não se fala no pai), escrito pelo pároco de Quinchães	1888 Foi para a mãe. Casou.	Na declaração diz-se expressamente que ela estava na prostituição, em Braga. (ABIMA Doc. 725)
Ana Maria Solteira 20 anos	1885	Barcelos	Declaração de consentimento prestado pelos pais, na presença do pároco de Barcelinhos.	1888 Foi para a família. Faleceu pouco depois.	Diz-se claramente que estava no Hospital de S. Marcos, em Braga, e se queria livrar da triste vida que levava. (ABIMA Doc. 726)
Maria dos Santos Solteira 18 anos	1885	Barcelos	Declaração de consentimento prestado pelo avô, perante dois padres.	1886 Foi para a família, por doença.	N.º de ordem – 354 Filha de mãe solteira, já falecida. É o avô, viúvo, que dá o consentimento. (ABIMA Doc. 727)
Emília da Conceição 24 anos	1889	Celorico de Basto	Baptizada a 26.01.1865. Certidão de baptismo passada pelo pároco	1891 Foi para a família.	Exposta à porta de Antónia Teixeira, residente nessa freguesia, às 6 horas da tarde desse dia 26 de Janeiro. (ABIMA Doc. 754)
Ana de Jesus 14 anos	1889	Estarreja	Declaração de consentimento da mãe (não se fala no pai), a rogo, por não saber escrever	1893 Foi para Religiosas de S. José.	(ABIMA Doc. 755)
Emília Rosa 16 anos	1889	Maia	Declaração de consentimento do pai, viúvo	1896 Entregue à família.	(ABIMA Doc. 756)
Miquelina Rosa 17 anos	1889	Vila do Conde	Declaração de consentimento da mãe, a rogo, por não saber escrever (não se fala no pai)		(ABIMA Doc. 757)
Teresa de Jesus	1889	Braga (cidade)	Declaração de consentimento da mãe e do pai, em separado, perante o tabelião		O pai não permite que ela se ausente do Colégio, sem seu consentimento, mesmo que seja para casa da mãe. Tudo indica que os pais estavam

					separados. (ABIMA Doc. 758)
Rosa 20 anos	1889	Braga (cidade)	Declaração de consentimento dos pais	1890 Entregue aos pais	Mau comportamento (ABIMA Doc. 759)
Maria de Jesus	1889	Barcelos	Declaração de consentimento dos pais		Assinatura a rogo da mãe (ABIMA Doc. 760)
Maria da Conceição 14 anos	1889	Braga (cidade)		1895 Foi para a família.	(ABIMA Doc. 761)
Bernardina de Jesus, menor	1895	Braga (cidade)	Declaração de consentimento dos pais		(ABIMA Doc. 813)
Maria da Conceição <b>Casada</b> 22 anos	1895	Braga	Declaração de consentimento dado pela mãe e por um irmão do marido (cunhado).	1897 Entregue aos pais.	Expulsa. O marido era soldado e deu o consentimento através de carta que endereçou ao irmão. (ABIMA Doc. 816)
Maria da Glória	1895	Vila Verde	Declaração de consentimento da mãe (não se fala no pai), datada do Colégio de Regeneração.		(ABIMA Doc. 817)
Antónia	1895	Vila Verde	Declaração de consentimento da mãe (não se fala no pai)		(ABIMA Doc. 818)
Felisbela Rosa <b>casada</b>	1895	Braga	Declaração de consentimento do marido, prestado junto do Chefe de Esquadra do Comissariado de Polícia de Braga.	Saiu (não se diz a data).	Pelo teor do documento, o marido foi chamado à Polícia para dar o seu consentimento. (ABIMA Doc. 819)
Maria da Conceição menor	1895	Braga (cidade)	Declaração de consentimento da mãe, viúva.		(ABIMA Doc. 820)
Maria Augusta menor	1895	Amarante	Declaração de consentimento da mãe, solteira.		(ABIMA Doc. 821)
Hermínia menor	1895	Braga (cidade)	Declaração de consentimento do tutor.		(ABIMA Doc. 822)
Maria Rosa Solteira 20 anos	1895	Braga (cidade)	* Carta do Chefe de Esquadra * Declaração de consentimento da mãe, viúva, passada pelo Chefe da Esquadra, como		(ABIMA Doc. 823)

			escrivão do Comissariado de Polícia		
Ana <b>casada</b>	1895	Guimarães (cidade)	Declaração de consentimento do marido, perante o tabelião.		(ABIMA Doc. 824)
Josefa Luísa menor	1895	Braga (cidade)	Declaração de consentimento da mãe (solteira), datada do Colégio de Regeneração.		(ABIMA Doc. 825)
Maria dos Santos <b>casada</b>	1895	Lisboa (cidade)	Declaração de consentimento do marido, perante a Polícia civil de Lisboa de Instrução criminal. Remetida ao Chefe de Esquadra de Braga.		(ABIMA Doc. 826)
Luísa Maria menor	1895	Braga (cidade)	Declaração de consentimento do pai (não se fala na mãe)		(ABIMA Doc. 827)
Angelina menor	1895	Braga (cidade)	Declaração de consentimento da mãe, viúva		(ABIMA Doc. 828)
Ana Rita	1895	Braga (cidade)	Declaração de consentimento dos pais, a rogo.		(ABIMA Doc. 829)
Valentina Conceição Solteira 24 anos	1895	Cabeceiras de Basto	* Certidão de baptismo. * Atestado do pároco a declarar que a Valentina, filha ilegítima de Manuel de Sousa, é solteira. * Atestado passado pelo Administrador do concelho de Cabeceiras de Basto.		Atestado passado pelo Administrador do concelho de Cabeceiras de Basto, confirmando que a requerente nunca esteve internada num colégio de regeneração. (ABIMA Doc. 830)
Ana Maria Solteira menor	1896	Vieira do Minho	Declaração de consentimento do pai (não se fala na mãe).		O pai diz que a filha é menor, solteira e vive na cidade de Braga, o que indicia estar na prostituição. (ABIMA Doc. 831)
Joaquina <b>casada</b>	1896	Braga (cidade)	Declaração de consentimento do marido.		Só pode falar com o marido e os pais dela (ABIMA Doc. 832)
Josefa menor	1896	Felgueiras	Declaração de consentimento do		Na declaração diz-se que o tutor não se responsabiliza por

			tutor, passada na Administração do Concelho, por solicitação do Comissariado da Polícia de Braga.		despesas por ser pobre. (ABIMA Doc. 833)
Helena de Jesus	1896	Tabuaço	Declaração de consentimento da mãe, solteira, na presença do Administrador do Concelho.		(ABIMA Doc. 834)
Maria Albertina	1896	Vila Verde	Declaração de consentimento da mãe, viúva.		(ABIMA Doc. 835)
Ana Maria menor	1896	Braga (cidade)	Declaração de consentimento dos pais.		Proibida de falar com pessoas, a não ser o pai ou pessoa por ele autorizada. (ABIMA Doc. 836)
Serafina Solteira 18 anos	1896	Carrazeda de Ansiães	Declaração de consentimento da mãe, viúva		Pedido feito pelo Comissariado de Polícia de Braga, significando que ela estaria, provavelmente, na prostituição. (ABIMA Doc. 837)
Lucinda da Conceição solteira	1896	Moncorvo	Declaração de consentimento da mãe, viúva, que vive em Moncorvo.		(ABIMA Doc. 838)
Maria do Carmo menor	1896	Braga (cidade)	Declaração de consentimento da mãe (não se fala no pai).		Oficina externa. Diz-se que é como aluna e mestra auxiliar da Oficina externa de tecelagem. (ABIMA Doc. 839)
Maria das Dores	1896	Arcos de Valdevez	Declaração de consentimento do pai (não se fala na mãe).		(ABIMA Doc. 840)
Emília Carlota	1896	Braga (cidade)	Declaração de consentimento da mãe (não se fala no pai).		(ABIMA Doc. 841)
Rosa	1896	Barcelos	Declaração de consentimento da mãe (não se fala no pai).		(ABIMA Doc. 842)
Maria da Conceição	1896	Amares	Declaração de consentimento dos pais.		(ABIMA Doc. 843)
Laurinda Rosa menor	1910	Braga (cidade)	Declaração de consentimento do pai (não se fala na mãe).		(ABIMA Doc. 924)

Josefa dos Prazeres	1910	Ponte de Lima	Declaração, escrita pelo punho da própria.		Declara que no tempo em que permaneceu no Colégio sempre foi bem tratada, que ali recebeu instruções e avisos para o bom comportamento e dignidade própria, educação, profissional e se acha instruída e habilitada em várias áreas. (ABIMA Doc. 925)
Maria Emília Solteira 16 anos	1914	Penafiel	Declaração de consentimento da mãe, viúva.	Faleceu no Colégio, em 1915.	Em nota refere a sua conversão e morte edificante. (ABIMA Doc.939)
Laurinda Rosa menor 16 anos	1916	Braga	Declaração de consentimento da mãe, sem falar no pai	1916 Para a mãe, por doença.	(ABIMA Doc. 940)
Maria das Dores menor	1916	Braga (cidade)	Declaração de consentimento da mãe, viúva.		(ABIMA Doc. 941)
Margarida Cândida	1916	Braga (cidade)	Declaração de consentimento da mãe, solteira.		(ABIMA Doc. 942)
Maria Armada Menor 18 anos	1917	Barcelos	Declaração de consentimento dos pais.	1919 Para a mãe, por doença.	(ABIMA Doc. 943)
Glória menor 17 anos	1918	Amares	Declaração de consentimento da mãe, sem falar no pai.		(ABIMA Doc. 944)
Maria da Conceição 16 anos	1919	Braga	Declaração de consentimento do pai, viúvo.	1922 Foi servir.	(ABIMA Doc. 945)
Antónia Menor 17 anos	1920	Braga (cidade)	Declaração de consentimento do pai, viúvo, no Comissariado da Polícia de Braga.	1931 Faleceu no Colégio.	(ABIMA Doc. 946)
Celeste de Jesus 9 anos	1926	Celorico da Beira	Declaração de consentimento do pai, separado.		O pai da recolhida diz que não pode viver com a mulher por causa do seu comportamento imoral. (ABIMA Doc. 961)
Emília solteira 17 anos	1926	Braga (cidade)	* 2 Ofícios do Comissariado da Polícia Cívica * Boletim de registo da Assistência à Mendicidade * Guia de entrada do serviço de		Era uma indigente que foi enviada para a Polícia pela Comissão de Assistência à Mendicidade. Órfã, a exercer prostituição clandestina (ABIMA Doc. 962)



			Assistência à Mendicidade		
Maria dos Anjos 16 anos	1926	Braga	Certificado de baptismo (Crespos)	1930 Foi para o irmão.	(ABIMA Doc. 963)
Angelina 12 anos	1926	Braga	2 Ofícios do Comissariado de Polícia Cívica de Braga	1932 Entregue à mãe.	A menor diz ter sido desflorada e não querer enveredar pela prostituição. (ABIMA Doc. 964)
Armanda 16 anos	1926	Miramar	Declaração de consentimento do pai, major do regimento de Infantaria 6 (não se fala na mãe)	1929 Foi para um colégio e de lá, para o pai.	O pai fala nas irmãs e que aqui foi internada para se regenerar e não cair mais fundo. Logo depois continuaria os estudos (ABIMA Doc. 965)
Maria Amélia 17 anos	1926	Póvoa de Lanhoso	Ofício do Director do Hospital de S. Marcos, Braga, de apresentação por lá ter estado internada		(ABIMA Doc. 966)
Maria solteira	1930	Vila Nova de Famalicão	* Carta do pároco de Joane a pedir o internamento. * Carta do P. <sup>e</sup> Airosa dirigida ao P. <sup>e</sup> Domingos Gonçalves (Guimarães), a comunicar-lhe a entrada da sua protegida. Certidão de baptismo. * Atestado do pároco confirmando vontade da interessada e declarando absoluta pobreza		Surda e muito pobre. Deixou uma filha a uma pessoa que a educará. A mãe dela seria de mau porte. Filha de mãe solteira. (ABIMA Doc. 977)
Isaura solteira e tem 1 filha	1930	Murtosa	* Carta do irmão do prior da Murtosa, protector da recolhida * Memorandum, sem assinatura, indicando os principais defeitos da recolhida que declara entrar com vontade de se regenerar. * Atestado da Junta	1931	A carta do protector da recolhida está datada de Oliveira do Bairro. (ABIMA Doc. 978)

			de Freguesia de a confirmar a pobreza da mãe da recolhida. * Certidão de nascimento		
Maria da Conceição solteira 14 anos	1930	Fundão	* Carta (longa) da sua protectora, de 14 de Março de 1930 e expedida de Tortosendo. * Atestado médico.	1933 Entregue à protectora.	Órfã de mãe. Abusada pelo pai que a abandonou. Foi encaminhada por uma protectora – Maria Augusta Boavida Castelbranco. (ABIMA Doc. 979)
Eulália de Jesus solteira, sem filhos 16 anos	1930	Santa Marta de Penaguião	Carta de D. Maria do Carmo Lencastre a informar a chegada a Braga da sua protegida para internamento.	1931	Pedido formulado a Mons. Airosa por D. José de Lencastre que escreveu alguns textos sobre o Colégio. (ABIMA Doc. 981)
Rosalina Arminda <b>Casada</b> 4 filhos Separada 38 anos	1930	Paredes	Carta de D. Sílvia Cardoso para o P. <sup>e</sup> Airosa a comunicar a entrada da recolhida que era protegida de um seu cunhado, e a contar um pouco da história da Rosalina.	1932 Entregue a uma cunhada.	D. Sílvia Cardoso, de Paços de Ferreira, diz que o marido vive com outra e que há um rapaz, que podia ser filho dela, que lhe escreve com maus fins. (ABIMA Doc. 982)
Maria Rosa <b>Casada</b> sem filhos 27 anos	1930	Celorico de Basto	* Três cartas do P. <sup>e</sup> António Guimarães, de Golfareira – Felgueiras, a pedir o seu internamento, contando a história, e agradecendo a admissão. * Atestado médico a dizer que não é tuberculosa e que não apresenta sinais de gravidez. * Declaração de consentimento do marido.		Diz o protector que pediu a sua admissão que estava por conta de um rico e por isso o marido a abandonou. Foi raptada da casa do amante por uma rapariga amiga lá da terra que a tinha em casa mas que lá não podia permanecer. Foi acompanhada ao Colégio pelo pai. (ABIMA Doc. 983)
Elvira Prazeres solteira 17 anos	1930	Monção		1930	Veio com a Irmã Hortelana Pinto (na religião Irmã S. José) do Hospital de Monção. (ABIMA Doc. 984)

Fonte: Processos de Admissão (ABIMA)

Pela observação sumária deste Quadro constata-se que há muitos campos que não estão preenchidos. Esta omissão deve-se ao facto de alguns processos não terem sido devidamente instruídos ou, então, ao extravio de documentos. Em todo o caso, há elementos que, à partida, não faziam parte do processo de entrada, como sejam a data de saída e registos do período de internato que, entretanto, foram averbados. Estes e outros informes, registados no verso de uma das folhas do processo, constituem hoje mais uma fonte relevante para o conhecimento e compreensão do processo educativo e do percurso individual das colegiais. Em alguns destes processos levanta-se o véu quanto às razões que levaram as jovens e mulheres casadas, ou os seus familiares e protectores, a solicitar o seu ingresso na Casa d'Abrigo/Colégio de Regeneração.

Nesta pequena amostra, mas significativa, estão representadas as mais diversas situações: casada, com o marido no Brasil, e é o pai que pede o seu internamento / abandonada pelo marido por estar a viver com um homem rico / mãe de 4 filhos, separada, que se vê assediada por um jovem / casada que entra com o consentimento do irmão do marido, porque ele estava a prestar serviço militar / mãe surda e muito pobre que deixa uma filha a ser criada por outrem / exposta na roda / exposta à porta de uma casa / órfã dos pais / criança que vivia com uma pobre cega e mendiga que se dizia ser viúva e sua mãe / abusada pelo pai que a abandonou / menor que foi desflorada e que não queria enveredar pela prostituição / acompanhada pelo oficial de diligências / pai que interna a filha para se regenerar, para depois continuar os estudos / pai que interna a filha por causa do seu mau comportamento / a exercer prostituição / mau comportamento / que se portou mal / que se queria livrar da triste vida.

Há dados que ressaltam e que são representativos de muitas outras situações semelhantes. É o caso das sete mulheres casadas que, nesta amostragem, retratam casos de abandono do marido ou de infidelidade. Mas há mulheres assumidamente separadas, com filhos; mães que deixam os filhos entregues a alguém para ingressar nesta Casa; crianças, em situações extremas, retiradas à família pela degradação em que viviam; filhas abusadas pelos pais; menores desfloradas, etc.

Por outro lado, está bem estampada aqui a confiança que os pais e maridos têm na instituição quando lhe entregam as filhas ou esposas para que se regenerem e encontrem um novo rumo para as suas vidas. Essa confiança está comprovada em muitos registos em que se diz que as filhas ou esposas foram reclamadas ou procuradas e o seu comportamento posterior

se tornou exemplar e foram bem recebidas pela comunidade, ou seja, conseguiram uma integração plena.

Há ainda o caso de uma menor, órfã e com 17 anos (Registo n.º 591), que foi admitida como aluna e mestra auxiliar da Oficina Externa de Tecelagem, configurando um caso excepcional, porque as alunas da Oficina Externa eram externas e o seu contacto com as colegas internas era evitado ao máximo. Esta, porém, era interna e além de aluna era também mestra auxiliar, o que significará que tinha formação na área da Tecelagem.

Do conjunto dos processos ressaltam, ainda, situações de pobreza, a que o P.º Airosa tantas vezes referia quando afirmava que as recolhidas provinham dos mais baixos níveis de pobreza, e de ocorrências explícitas da prática de prostituição. Do total dos processos analisados, referentes a prostituição, há 28 do concelho de Braga, sendo 20 as residentes no perímetro urbano, o que poderá indiciar que algumas delas se dedicavam, de facto, à prática da prostituição, já que em Braga havia alguns prostíbulos a funcionar e algumas delas foram encaminhadas para o Colégio através do Comissariado de Polícia.

É significativa a carta que Dona Sílvia Cardoso<sup>23</sup> escreve, em 1930, ao P.º Airosa contando um pouco da história de vida de uma mulher, mãe de quatro filhos, abandonada pelo marido e assediada por um jovem com idade para ser seu filho. A senhora foi, posteriormente, entregue a uma cunhada.

Deste rol de testemunhos fazem parte, ainda, dois documentos peculiares que não deixam de chamar a atenção ao investigador: a) uma listagem com os sinais característicos de uma jovem a internar; b) a declaração de outra jovem afirmando que no tempo em que permaneceu no Colégio sempre foi bem tratada, que ali recebeu instruções e avisos para o bom comportamento e dignidade própria, educação profissional e se achava instruída e habilitada em várias áreas. Desconhece-se o motivo que deu origem a esta declaração mas poderá ser entendida como um reconhecimento e gratidão pela Casa que a acolheu e pelos horizontes de vida que lhe rasgou através da recuperação da sua dignidade e pela instrução profissional em várias áreas que a preparou para a vida. Foi, diríamos, uma verdadeira porta para a vida que se lhe abriu. Há aqui uma identificação plena com os objectivos propostos

---

<sup>23</sup> Sílvia Cardoso, mais conhecida por “Dona Sílvia” (1882-1950), natural de Paços de Ferreira, dedicou a sua vida a actividades de carácter social aos doentes, aos pobres, aos marginais e à educação de crianças. Está em curso o processo de beatificação pela igreja católica, tendo sido declarada “Venerável”, em 28 de Março de 2013, pelo Papa Francisco.

pela instituição e os meios que lhe proporcionou para ultrapassar os obstáculos e atingir a sua realização pessoal.

## **4.2. Regulamentos**

As jovens e mulheres que “bateram à porta” da Casa d’Abrigo/Colégio de Regeneração, oriundas dos meios mais desfavorecidos e de famílias desestruturadas, eram, em geral, pessoas sem rumo definido ou, então, devido a um conjunto de circunstâncias, pessoas que se desviaram da direcção traçada e que pretendiam redireccionar as suas vidas. Incapazes de o fazer por si próprias, pediram ajuda submetendo-se a um processo de reorganização, reconstrução e transformação, em comunidade, através da reflexão, da instrução cívica e religiosa e da aprendizagem de um ofício que lhes garantisse a sua autonomia.

A vivência em comunidade requer, necessariamente, a existência de regras de conduta compaginadas num regulamento que é, por natureza, um texto normativo que engloba um conjunto de regras, normas e preceitos, destinado a regular o funcionamento de um grupo ou de uma determinada actividade, sendo, por isso mesmo e só por si, um factor educativo. A noção de educação encerra em si as ideias de direcção, controlo e guia (Dewey, 2004: 32).

Seguindo o pensamento do citado pedagogo, guiar implica a ideia de ajudar mediante a cooperação com as capacidades naturais dos indivíduos guiados. O controlo supõe a noção de uma energia que é necessário utilizar e que oferece alguma resistência por parte do indivíduo controlado, aparecendo com um ar de coacção ou compulsão, levando a subordinar os impulsos naturais aos fins comuns, significando, em última análise, uma forma acentuada de direcção dos poderes. A direcção, por sua vez, é um termo mais neutral e sugere o facto de que as tendências activas dos dirigidos são orientadas em conformidade com um certo plano contínuo, em vez de se dispersarem sem objectivos. Todo o controlo e direcção são, então, em certa medida, actividades guiadas para o seu próprio fim, ou seja, são um auxílio para realizar o que já tendia a ser feito. Nesse sentido, a direcção não é senão uma redirecção, um reencaminhamento das actividades que já estavam a ser canalizadas por outro canal e que se consubstanciam no regulamento que pode ser tomado como instrumento para atingir uma determinada finalidade ou ser apenas respeitado por temor de Deus ou do castigo, ou por temor perante as consequências desagradáveis. E pode, ainda, ter efeitos perversos, despertando instintos de astúcia e dissimulação, com tendência para a evasão e a mentira.

A sua estrutura pode ser mais ou menos elaborada, de acordo com o tipo de regulamento e dos objectivos visados. Normalmente, é constituído por preâmbulo, normas gerais, competências, direitos, deveres, sanções e disposições finais. Mas, em determinadas circunstâncias, e numa forma mais reduzida, pode englobar apenas um conjunto de disposições a cumprir.

O regulamento apresenta características específicas que o distinguem de outro tipo de textos: recorre a um registo de língua corrente para que seja facilmente entendido por todos, sem originar ambiguidades ou dúvidas; privilegia, predominantemente, a utilização de verbos nos modos indicativo, conjuntivo (presente/ futuro) e infinitivo; usa a terceira pessoa; predominam as frases de tipo declarativo; verifica-se a presença de substantivos abstractos (relativos a atitudes e comportamentos). A adjectivação é escassa e os regulamentos mais completos contêm títulos e subtítulos, para separar cada núcleo informativo, e recorrem ao uso de numerais ordinais e cardinais.

Assim, a estrutura básica de um regulamento obedece a um certo número de regras e deverá, teoricamente, ter em conta aspectos gerais como estes: a) direitos e deveres dos vários membros; b) maior número de situações que possam ocorrer; c) clareza e objectividade, evitando ambiguidades ou duplos sentidos; d) formulação por parágrafo, contendo uma ideia distinta.

Do período em análise, há conhecimento da existência de um projecto e de sete regulamentos de 1878, 1880, 1896, 1926, 1927, 1929 e 1930. De quem é o projecto inicial? Terá o P.<sup>e</sup> Airosa partido do nada para elaboração do primeiro regulamento? Que modelos poderão ter sido consultados? Que influências terão exercido? Que adaptações foram feitas?

A Casa d'Abrigo começou a funcionar, como já se disse, sem Estatutos. Na verdade, só cinco anos mais tarde, em 1874, a obra foi oficializada por necessidade de reconhecimento público e de poder gozar dos benefícios de uma instituição legal. E viveu esse tempo sem regra alguma? O 1.º Livro de Estatística, existente em arquivo, contém um projecto de regulamento que pode ajudar a responder a esta questão. Existe também, em arquivo, um regulamento manuscrito, enviado de França, em 1877, que pode ser a chave do problema que se levanta a este respeito.

Tendo em conta o conjunto da documentação relativa aos Regulamentos, procedo ao seu estudo em três etapas fundamentais: o projecto inicial, de 1869; o regulamento enviado de Paris, em 1877; uma análise comparativa dos regulamentos de 1878 e 1930.

#### **4.2.1. Projecto de Regulamento**

A única referência que encontrei para a gestão da Casa d'Abrigo, acha-se nas folhas finais do 1.º Livro de Estatística, onde se transcreve um "Projecto de Regulamento", um "Horário" e "As condições para entrar para a Casa d'Abrigo" que aqui reproduzo.

##### **Cap. 1.º - Parte espiritual**

- 1.º Deverão ter as abrigadas ao menos meia hora de oração mental cada dia, logo depois de levantadas;
- 2.º Meia hora, pelo menos, de leitura espiritual em comum;
- 3.º O Terço a Nossa Senhora, todos os dias;
- 4.º Um quarto de hora de exame de consciência antes de se recolherem;
- 5.º Missa a hora certa todos os domingos, se não puder ser mais frequente;
- 6.º Confissão e comunhão, a um confessor certo, ao menos uma vez por mês;
- 7.º O confessor, podendo ser, será um só para todas;
- 8.º Ao menos um tríduo de retiro espiritual, uma vez por ano.

##### **Cap. 2.º - Parte disciplinar**

- 9.º Para se admitir alguma pessoa à casa de Abrigo, convém que preencha algumas condições, a saber:
  - 1.º Ter feito confissão geral com algum sacerdote de confiança;
  - 2.º Assinar um termo no qual declare que entra voluntariamente;
  - 3.º Ter atestado de um médico de confiança que declare não ter moléstia contagiosa, nem vergonhosa, nem estar grávida;
  - 4.º Não conduzir consigo crianças.
- 10.º Enquanto estiver na casa de abrigo:
  - 1.º Observar o horário que for marcado;
  - 2.º Não ter em seu poder dinheiro, mas o que houver depositá-lo em mão da regente;
  - 3.º Não ter correspondência com pessoa alguma, senão passando toda pela mesma mão;
  - 4.º Não receber, nem fazer visitas senão na companhia da regente ou pessoa por ela escolhida;
  - 5.º Sujeitar-se a uma vida comum, comendo todas da mesma mesa sem distinção, salvo caso de moléstia em que a regente as tratará como for conveniente;
  - 6.º Trabalhar como lhe for mandado, nas obras de arte ou ofício, a beneficio da casa.
- 11.º Para sair da casa de abrigo deverá pedi-lo ao Director da mesma.
- 12.º Se o seu comportamento se tornar escandaloso ou mau, poderá ser por este despedida.
- 13.º No caso de despedida não tem direito a levar nada da casa, nem gratificação alguma pelo trabalho que tiver feito.

### **Cap. 3.º - Parte económica**

14.º Os rendimentos desta casa podem ser os seguintes: 1.º De 10% das esmolas de todos os coros das Filhas de Maria; 2.º 2\$500 reis mensais, que devem pagar por cada uma das abrigadas, os coros ou pessoas que as protegerem; 3.º O trabalho de cada uma das abrigadas; 4.º As esmolas avulsas dos benfeitores.

15.º Todos estes rendimentos são recebidos, e administrados pela secretária das Filhas de Maria.

16.º Cada uma das abrigadas terá, como gratificação do seu trabalho, uma terça parte do produto do mesmo que lhe pertencerá quando houver de sair, ou quiser dispor dele, excepto o caso de despedida, em que todo esse interesse reverte a benefício da casa.

17.º É proibido a todas o usar de objectos de luxo.

### **Cap. 4.º - Parte administrativa**

18.º A administração da casa pertence às Filhas de Maria pela sua secretária.

19.º O governo interior [interno] e vigilância pelo regulamento à regente.

20.º A direcção espiritual ao P.º Director da casa.

N.B. Apresentando estas instruções declaramos positivamente que não é nossa mente fazer com elas um regulamento nem dá-las como regra preceptiva ou de governo, senão apenas expor por espírito de caridade e com vistas em Nosso Senhor, quais as bases sobre que nos pareceria prudente que essa Pia Obra caminhasse, deixando inteiramente livre ao reverendo padre Director, e às Filhas de Maria, formularem as regras, regulamento ou o que melhor entenderem para o bom andamento de uma obra, cuja iniciativa é toda sua.

Imediatamente a seguir a este projecto de regulamento, de 1869, encontra-se averbado o “Horário” e as “Condições para entrar para a casa d’Abrigo”. O horário apresenta três versões: um para os “Dias de Trabalho”, para o período de 1 de Maio a 31 de Agosto; outro para o período de 1 de Setembro a 30 de Abril; e outro ainda para os “Domingos e dias santificados”.

As condições de entrada estão assim estabelecidas:



1.<sup>a</sup> Pagar 2.500 reis mensais

2.<sup>a</sup> Ter atestado de um médico de confiança que declare não estar grávida, nem ter doença contagiosa ou vergonhosa. Neste caso deve curar-se antes de entrar

3.<sup>a</sup> Se for menor de 21 anos, ou casada, apresentar um documento legal no qual se mostre que é vontade de seus pais, ou marido, que se recolha ao Abrigo

4.<sup>a</sup> Quando, por algum motivo, não possa ou não queira a abrigada conservar-se na Casa, ficará a cargo de quem a envia, arranjar-lhe casa para servir ou dar-lhe outro destino.

[E termina com esta advertência:]

N.B. Não se admitirá no Abrigo alguma sem mesada, a não ser em caso extraordinário, e a casa a possa sustentar.

Antes de entrar para ali, deve assinar, ao alguém a seu rogo, quando não saiba escrever, um termo, na presença de duas testemunhas, que também o assinarão, e que será na forma seguinte:

Declaro eu ..... que me recolho à Casa de Abrigo, muito por minha vontade e não por violência ou engano.

Braga.... de...

Testemunhas .....

O *corpus* que acabamos de transcrever é composto, como se constata, por três peças distintas: regulamento, horário e condições de admissão. É necessário advertir, no entanto, que nem todas estas peças normativas têm o mesmo nível de aplicação e execução na Casa de Abrigo/Colégio de Regeneração.

Com efeito, “as condições de entrada” referem-se explicitamente à Casa d’Abrigo e o “horário” também é provável que tenha sido feito para ser aplicado integralmente. O mesmo não parece acontecer relativamente às directrizes regulamentares. Primeiro, porque se trata apenas de um “projecto de regulamento”. Em segundo lugar, essas normas gerais foram redigidas por alguém estranho à instituição, com o objectivo de servirem apenas de orientação à feitura de um regulamento adequado à realidade concreta da Casa d’Abrigo. O redactor do texto diz expressamente que estas normas poderão ser as bases que lhe parecem “prudentes” para um regulamento, deixando a sua elaboração à total liberdade do Director e das pessoas responsáveis pela fundação da obra.

Mas quando nos deparamos com a inexistência ou, pelo menos, nenhuma referência a qualquer outro tipo de norma, poderá inferir-se que este projecto terá sido, à falta de outro, assumido como normativo provisório até à elaboração de um regulamento adequado, o que só viria a acontecer em 1878, como veremos.

A estrutura deste Projecto de Regulamento de 1869 é muito simples e está dividida em quatro capítulos, com normas orientadoras para as áreas espiritual, disciplinar, económica e administrativa, num total de 20 artigos, estando alguns deles subdivididos em parágrafos.

Há um enfoque muito grande na espiritualidade e há confusões entre práticas disciplinares e práticas de religiosidade. A parte educativa não faz parte destas normas. Mas, como em tudo, “o caminho faz-se caminhando...”.

O horário, indispensável numa comunidade, revela uma preocupação em distribuir bem o tempo ao longo do dia e em manter permanentemente ocupadas as abrigadas com trabalho, actos religiosos e momentos de oração, refeições, e tempo de recreação. A carga horária destinada ao espiritual reflecte um peso grande dado a esta valência e que se concretiza nos actos seguintes: oração mental, missa, lição da vida de um santo, terço, lição espiritual e exame de consciência. O dia começava às cinco horas, de verão, e às seis, no inverno. E terminava pelas 21h30min. ou pelas 22h, conforme o período. Nos domingos e feriados, o levantar era às 6h, não havia trabalho e o tempo era preenchido com catequese, aprendizagem da leitura e da escrita, visitas de familiares, para além das actividades habituais da cozinha e do arrumo da casa.

As condições de admissão estavam bem definidas. A entrada na Casa estava condicionada pelo pagamento uma mensalidade. Esta condição, todavia, não era totalmente impeditiva, porque, em casos extraordinários, podia a sua sustentação ser suportado pela Casa de acolhimento. Mas era condição essencial que a recolhida não fosse portadora de doença infecto-contagiosa, facto que teria de ser comprovado por um atestado médico. E, acima de tudo, a entrada estava condicionada pela inteira vontade (liberdade) de quem a ela se acolhia. Se era maior de idade, ela ou alguém por ela, a rogo, tinha de assinar um documento, em que declarava a sua inteira vontade. Se era menor ou casada, teria de haver consentimento, por escrito, por parte dos pais ou do marido. Resta saber se as menores e as casadas, cuja entrada era condicionada pela vontade dos pais ou do marido, também entravam de livre vontade. Em todo este processo nota-se, porém, uma grande preocupação pela liberdade das pessoas. De qualquer modo, e em qualquer momento, a acolhida podia sempre tomar uma decisão em sair,

se não quisesse continuar na Casa. Nesse caso, ela seria entregue à família para que lhe desse outro destino. Assim, ficava salvaguardada a liberdade das pessoas porque a instituição pretendia ser local de abrigo, de reflexão e nunca local de prisão.

A entrada voluntária das abrigadas na instituição andava intimamente associada à previsão dos resultados e à profundidade dos efeitos que os resultados previstos sobre elas exerciam. Mas a força de vontade que as levou a entrar, algumas vezes falhou pelos fracassos experimentados nas suas actividades ou nos resultados não alcançados. A disciplina era-lhes incutida como forma de preparação para o futuro que teriam de enfrentar, permitindo-lhes dispor do poder e ter o domínio dos recursos para concretizar uma determinada acção. Como diz Dewey (2004: 116), “a disciplina é positiva e intimidar o espírito, subjugar as inclinações, compelir à obediência, mortificar a carne, realizar uma acção subordinada, uma tarefa desagradável são ou não disciplinadoras conforme tendam ou não ao desenvolvimento da capacidade para reconhecer o que se tem entre mãos e para persistir na sua realização”.

#### **4.2.2. Regulamento enviado de Paris em 1877**

Em 1874, a Casa d’Abrigo é dotada de estatutos e transforma-se, tendo em vista os mesmos objectivos, em Colégio de Regeneração. E em Abril de 1877, a convite do P.<sup>e</sup> Airosa, as Irmãs Terceiras Dominicanas assumem a sua direcção interna. É, naturalmente, por intermédio das Irmãs que chega à instituição um regulamento enviado de Paris,<sup>24</sup> pela superiora da Maison de Refuge Sainte Annes, casa dirigida pelas Irmãs Dominicanas, destinada ao internamento de raparigas e mulheres arrependidas, também denominadas Irmãs Penitentes.

As regras deste regulamento estão dispostas num estilo descritivo e estruturadas em sete capítulos: admissão, saídas, exercícios do dia, silêncio, penitência, confissão e comunhão, e outras regras gerais.

Valerá a pena proceder a uma breve análise do Regulamento desta Maison de Refuge, porque dele foram retiradas algumas orientações para o primeiro Regulamento do Colégio de Regeneração, de 1878. Mas a sua análise permite também estabelecer uma comparação com este e constatar aquilo que as distingue, fundamentalmente na forma de tratamento das utentes.

---

<sup>24</sup> Caderno manuscrito de 16x11 cm, em português, com 80 páginas numeradas.

**Da sua admissão** – À entrada devem despir-se dos enfeites de vaidade e usar vestes modestas, não devem entrar nas celas umas das outras, sem licença. As Mestras (religiosas) podem ser auxiliadas por uma viúva respeitável ou solteira já idosa, que tenham decidido permanecer para ajudar as Mestras.

**Saídas** – As Irmãs Penitentes ou Arrependidas não deverão ficar para sempre no Mosteiro mas quando estiverem “suficientemente instruídas e solidamente estabelecidas no temor de Deus” podem ser entregues aos pais ou arranjar-se-lhes casamento. Devem empregar-se todos os meios para que nenhuma saia sem estar “suficientemente convertida e instruída no temor de Deus” mas não deve ser conservada contra a sua vontade.

**Exercícios do dia** – Estabelece o horário diário onde se verifica uma grande carga diária de tempo dedicado à oração: missa diária / terço e cânticos ou hinos devotos durante o trabalho / rezar Vésperas e Completas / reza da ladainha e exame de consciência antes do jantar / refeições em silêncio, com leitura / leituras piedosas e ensino do catecismo / orações da noite. Determina-se a presença das Mestras, no refeitório, para vigiar o comportamento. Estabelece-se a proibição de falar em modas, vaidades e curiosidades do mundo. O trabalho fazia parte da recreação. Enfim, o tempo é pautado pela oração, pelo trabalho e pelo silêncio.

**Do silêncio que devem guardar** – Estipula os tempos e lugares em que é preciso guardar silêncio absoluto: na capela, refeitório e dormitório. O silêncio é entendido como forma de reparação junto da “Divina Justiça pelos pecados cometidos”. Proibição de falar com pessoas que não sejam pai e mãe, desde que tenham sido estes a colocá-las na Casa.

**Da penitência que devem fazer** – Devem interrogar-se para que foram para aquela Casa. Tomar consciência de que foram parar a essa casa “para aprender a conhecer, amar e servir a Deus e para começar uma vida nova”, através da penitência porque “não há outro meio pelo qual se possam preservar da condenação eterna e tornarem-se dignas de ver um dia a Deus”. Confissão geral, orações, jejuns, exercício da humildade, sinceridade, obediência e mortificação.

**Da confissão e da comunhão** – Recomenda-se a recepção destes sacramentos mas também se insiste na necessidade de uma instrução adequada e das prévias disposições.

**Outras regras gerais que todas as arrependidas devem observar** – Neste longo capítulo descrevem-se, sem grande sistematização, um conjunto de normas de conduta à mistura com conselhos de ordem moral, como se pode ver por este pequeno resumo: tomar consciência do tempo perdido / trabalhar ardentemente para satisfazer o passado / prática da castidade / não se tocarem, não dar beijos, evitar palavras impróprias e cantigas mundanas / a obediência é a

coisa mais importante da Casa / modéstia nas palavras, nos actos, e nos gestos / andar limpas e asseadas mas sem afectação / caminhar duas a duas, com modéstia / aceitar a doença como vinda de Deus e aceitá-la como satisfação das culpas passadas / leitura da Regra, no refeitório, no 1.º dia de cada mês. Ainda dentro deste capítulo há lugar para as proibições e para o castigo que parece estar sempre presente. As proibições são: gracejos, zombarias, disputas, insultos injuriosos, palavras picantes ou mordazes / discursos de desprezo ou desdém / disputas, altercações ou contendas / falar com pessoas estranhas, sem ser pela grade, ou mesmo com as religiosas que não sejam as encarregadas delas / ausentar-se de actos comunitários ou do trabalho, sem a licença expressa da Mestra. Castigos conforme a natureza das culpas: lançar em rosto factos da vida passada (falta gravíssima e das mais perigosas) / censurar pessoas presentes ou ausentes / responder à superiora com atrevimento e com pouco respeito está sujeito a castigo imediato. Depois da ceia, e durante meia hora, acusavam-se em público das faltas cometidas durante o dia. Ainda no âmbito deste parágrafo se regulamenta todo o tipo de orações que devem ser feitas e as horas em que serão rezadas.

Estas normas são complementadas com algumas explicações prestadas pelas “Irmãs da Caridade do Refúgio em Marselha, sobre o regulamento das Arrependidas”, como pode ler-se nas páginas 75 a 80 desse caderno. Assim, em caso de urgente necessidade, devem as arrependidas ser recebidas sem prévia informação mas mudem logo de roupa e de nome e sejam separadas das já residentes. E, sumariamente, se apresentam outras normas de conduta: proibição de falar sobre a vida passada, motivo de entrada, e de dizerem quem são e donde vieram / não serem obrigadas a manifestar as suas consciências às Irmãs, embora sejam elas a sentirem a necessidade de o fazer / liberdade de confissão / falar com a família 2 a 3 vezes por ano, mas nunca a sós / não serem mandadas embora / não trabalhar para si mas para fora, excluindo fatos de moda.

Na Maison de Refuge, imperava um rigor excessivo no processo de reeducação centrado no temor de Deus, onde tudo era visto na perspectiva do pecado: o silêncio era tido como forma de reparação pelos pecados cometidos, a penitência como forma de preservar da condenação eterna e a doença como satisfação das culpas passadas. As arrependidas estavam sujeitas a uma constante vigilância. O trabalho era uma palavra de ordem, mesmo durante as curtas recreações, mas não se especificam as actividades que desenvolviam. As proibições e castigos são as palavras que mais forte impacte causam.

As “arrependidas” viviam num mosteiro, alojadas em celas e dormitórios, num estilo de vida idêntico ao das Religiosas de quem dimana, ao que parece, toda a orientação dessa

comunidade. A perspectiva não parece tanto de reabilitação mas de expiação do pecado, não há uma palavra de acolhimento e conforto, de amor e carinho mas tudo é visto à luz do temor e da condenação eterna.

Algumas destas normas, como veremos, foram incluídas no Regulamento de 1878 que, em posteriores reformulações, foi sofrendo alterações significativas.

#### **4.2.3. Estudo comparativo dos regulamentos de 1878 e 1930**

Como acima referi, temos conhecimento da existência de sete regulamentos, neste período em análise: 1878, 1880, 1896, 1926, 1927, 1929 e 1930. Como se explica a existência de tantos regulamentos? Enquanto os estatutos são as bases fundamentais de uma instituição e são, em geral, de uma duração prolongada, os regulamentos são normas internas, maleáveis e adaptáveis, podendo ser reestruturados e remodelados em função de novas valências educativas, introduzidas quer pela necessidade de adequação a novas circunstâncias, quer pela própria evolução dos tempos. É assim que se entende a reformulação dos regulamentos intermédios entre o de 1878 e o de 1930.

Para a elaboração dos regulamentos sabe-se que o P.<sup>e</sup> Airosa consultou as normas de outras instituições similares de Portugal, Espanha e França.

Na verdade, em 1886, o P.<sup>e</sup> Airosa empreende uma longa viagem por Espanha e França de que deixou importantes notas de viagem num “livrinho de bolso” que intitulou “Apontamentos da minha viagem ao estrangeiro em Maio de 1886”.<sup>25</sup> A leitura do texto elaborado, a partir dessa fonte, revela-nos um homem que era, antes de mais, um excelente observador, um técnico muito exigente consigo próprio e um pedagogo profundamente convencido quanto à importância da educação e promoção integral da juventude.

Em Lourdes e Lyon, como em Madrid e Bordéus, o P.<sup>e</sup> Airosa procurou tomar contacto com instituições semelhantes às do Colégio de Regeneração. De tudo, reitera-se, ia tomando nota no seu diário de viagem: pormenores de edifícios e equipamentos, de organização e de métodos, de higiene e de estética, não faltando desenhos de muitos desses pormenores. E também lá escrevia comentários seus, como: “é admirável o método de ensino

---

<sup>25</sup> Este caderno, como já se disse, está desaparecido, mas o último director do IMA, Doutor António da Costa Lopes, teve-o na sua posse e sobre ele escreveu um extenso artigo no jornal do Instituto, em Maio de 1987 (*Convívio*, n.º 24).

com canto e ginástica” / “tudo na maior limpeza e ordem” / “é casa pobre e pouco limpa, e as recolhidas vestem mal e com desigualdade”.

O regulamento de 1878<sup>26</sup> revela a influência da chegada das Religiosas Terceiras Dominicanas, de recente fundação, e ainda sem uma experiência bem sedimentada neste tipo de trabalho. Socorrem-se, por isso, das normas regulamentares de outras casas similares, dirigidas por Dominicanas, mas com o passar do tempo e a experiência adquirida sentem necessidade de adaptação a outras realidades diferentes daquelas.

É o que acontece com o primeiro Regulamento que, em parte, é decalcado naquele que foi enviado de Paris, no ano anterior. Diz-se que o de 1926 foi “reformulado” em 1927 e “revisto” em 1929.

O “Regulamento interno do Collegio de Regeneração em Braga 1878”, manuscrito, está grafado num caderno com 108 páginas numeradas, iniciando a numeração com a página 13. O texto inicia-se na p. 15, com o cap. IV, dedicado às Recolhidas, organizado em 129 artigos e integra o cerimonial para a recepção da convertida e modelos de obras de costura, para fora. Os capítulos I, II e III, omissos neste caderno, são dedicados à Regente e à Mestra. Mas o Regulamento de 1880 já inclui, no corpo principal, os três primeiros capítulos dedicados à Regente e à Mestra.

Numa análise comparativa entre o Regulamento enviado de Paris e o 1.º Regulamento do Colégio de Regeneração, constata-se que a estrutura deste segue a daquele, acrescentando-lhe alguns itens, dando mais relevo ao trabalho: empregos / ofícios / servente / condições de admissão / tabela de preços e cerimonial. E o conteúdo normativo aqui reproduzido é muito semelhante ao adoptado em Paris: mudança de roupa, à entrada, e uso de um uniforme / mudança de nome / proibição de uso de objectos de luxo e de falar do passado / possibilidade de arranjo de casamento / proibição de amizades particulares / saída duas a duas / doença entendida como satisfação do passado / controle apertado sobre as que ficam doentes no dormitório / fixação dos exercícios de piedade; vigilância / exercícios de silêncio / a obediência como a virtude mais importante / saída livre mas depois de ter ponderado bem a situação, etc.

Todavia, no Regulamento do Colégio de Regeneração, para além dos novos conteúdos introduzidos, há *nuances* que revelam uma outra atitude perante as pessoas fragilizadas a quem é necessário apresentar propostas de vida com um maior sentido humanizante. Assim, à

---

<sup>26</sup> Regulamento interno do Collegio de Regeneração em Braga 1878 (ABIMA n.º 2 (1-3)).

entrada, a “arrependida” tinha de apresentar uma declaração em como vinha de livre vontade e não por violência ou engano. A integração na comunidade e a iniciação do processo de regeneração, com a mudança de nome e uso de uniforme da casa, realizava-se depois de decorrido um determinado tempo de reflexão, com uma cerimónia de cariz religioso e através de um cerimonial próprio que consistia essencialmente num acto de consagração. Das ocupações diárias, além do tempo dedicado aos actos religiosos e aos trabalhos manuais, fazia parte uma valência de particular relevância para a aquisição da desejada autonomia que era a instrução primária. Por outro lado, a memória do passado não deveria ser agora encarada como um tormento e um pesadelo de consciência mas como uma oportunidade de agradecer a misericórdia de Deus e a recuperação do tempo perdido. O trabalho executado nos diversos ofícios, como aprendizagem e como contributo para a sua sustentação, era ainda mensalmente remunerado com o produto angariado, através das vendas. Aconselha-se o perdão mútuo e há uma intenção clara e objectiva de as não incriminar pelos actos do passado, ao determinar que a falta mais grave e crime gravíssimo, de que serão castigadas, é lançar à cara as faltas da vida passada. Claro que também aqui há lugar para os castigos mas diz-se que devem ser pouco frequentes e aplicados oportunamente e, sobretudo, com justiça, sendo proibida a aplicação de castigos corporais. E, sobretudo, nota-se uma atitude pedagógica na sua aplicação pois se recomenda que as superiores hão-de procurar fazer compreender às recolhidas as faltas em que incorreram, inspirando-lhes a vontade de emenda no futuro. De relevar, portanto, o trabalho como reabilitação e também, muito importante, a pedagogia utilizada na remuneração mensal, levando-as a saber lidar com o dinheiro.

Esta análise, sem ser exaustiva, evidencia bem o carácter reformador deste regulamento em relação àquele em que se baseou.

O corpo e as margens do texto do Regulamento de 1878 contêm bastantes notas e alterações ao próprio texto, sinal de que foi utilizado para a introdução de correcções em posteriores regulamentos, como pode comprovar-se no estudo comparativo entre os regulamentos de 1878 e 1930.<sup>27</sup> Logo no início, as palavras “Mestras” e “arrependidas” são substituídas, respectivamente, por “Religiosas” e “recolhidas”.

Apresenta-se, em paralelo, uma síntese de cada um dos regulamentos, assinalando, a negrito, as diferenças entre os dois (Quadro XVI).

---

<sup>27</sup> ABIMA n.º 2 e n.º 1 (1-3).



**Quadro XVI - Síntese dos Regulamentos de 1878 e 1930**

Itens	1878	1930
Entrada	<p>* Atitude das recolhidas com a Superiora e <b>Mestras</b> – docilidade, humildade, obediência</p> <p>* Registo de entrada em livro próprio com nome e outras circunstâncias e relação da roupa com que entram.</p> <p>* Declaração de entrada de livre vontade e não por violência ou engano.</p> <p>* Abandonar os enfeites de vaidade e <b>vestir o uniforme da casa</b>. Em seguida, passará por um acto de consagração ao Coração de Jesus e de Maria, num acto realizado na capela do Colégio, mediante um cerimonial apropriado e ao qual assistirão todas as recolhidas.</p> <p>Se a casa tiver capacidade, as entradas de novo serão separadas para serem conhecidos os seus costumes e sentimentos e até instituir um noviciado para aquelas que se sentirem com vocação religiosa.</p>	<p>* Atitude das recolhidas com a Superiora e mais <b>Religiosas</b> – docilidade, humildade, obediência</p> <p>* Registo de entrada em livro próprio com nome e outras circunstâncias e relação da roupa com que entram.</p> <p>* Declaração de entrada de livre vontade e não por violência ou engano.</p> <p>* Abandonar os enfeites de vaidade e <b>tomar o vestido próprio das Aspirantes, e mais tarde o uniforme da casa</b> quando estiver preparada. Neste caso fará a consagração ao Coração de Jesus e de Maria, num acto realizado na capela do Colégio, mediante um cerimonial apropriado e ao qual assistirão todas as recolhidas.</p> <p>Se a casa tiver capacidade, as entradas de novo serão separadas para serem conhecidos os seus costumes e sentimentos e até instituir um noviciado para aquelas que se sentirem com vocação religiosa.</p>
Saída	<p>* As <b>arrepentidas</b> suficientemente instruídas poderão ser entregues aos pais, tutores ou protectores ou com a anuência deles colocá-las numa casa honesta <b>ou arranjar-se casamento</b>. Se não quiser sair poderá ficar desde que obedeça a condições exigidas.</p> <p>* Se alguma quiser sair antes de ser considerada pronta deve ser aconselhada a ficar. Se ela teimar, tem 3 dias para pensar a sua resolução; se persistir, a Superiora levará o caso ao <b>Director ou à Direcção</b> para ser autorizada porque não se deve conservar ninguém contra a sua vontade.</p> <p>* As incorrigíveis serão expulsas e não serão readmitidas. Serão entregues aos pais, tutores, fiadores ou pessoas que as internaram.</p>	<p>* As <b>recolhidas</b> suficientemente instruídas poderão ser entregues aos pais, tutores ou protectores ou com a anuência deles dar-lhe qualquer <b>outro destino que a providência aconselhar</b>. Se não quiser sair poderá ficar desde que obedeça a condições exigidas.</p> <p>* Aconselha a que as admitidas entrem com a intenção de ficar na instituição. A experiência mostra que continuam expostas no mundo, a não ser quando voltam para a família e esta é honesta e cautelosa.</p> <p>* Se alguma quiser sair antes de ser considerada pronta deve ser aconselhada a ficar. Se ela teimar, tem 3 dias para pensar a sua resolução; se persistir a Superiora <b>levará o caso ao Director</b> para ser autorizada porque não se deve conservar ninguém contra a sua vontade.</p> <p>* As incorrigíveis serão expulsas e não serão readmitidas. Serão entregues aos pais, tutores, fiadores ou pessoas que as internaram.</p>

Exercícios do dia	<p>* As <b>arrependidas</b> – horário de levantar, ao toque de sino, reunião na capela para oração mental e missa. Seguem os trabalhos do dia.</p> <p>* Ocupações – exercícios de piedade, estudo da doutrina cristã, instrução primária; trabalhos manuais de cozer, bordar, fazer meia, fiar, dobar, tecer, lavar, consertar, talhar, engomar, serviço de limpeza e arranjo da casa, da cozinha, da mesa e todos os mais próprios do seu sexo.</p> <p>* Modo de participação nos exercícios espirituais.</p> <p>* Cuidado e diligência no trabalho e no estudo, pois a ociosidade é a origem de todos os vícios.</p> <p>A colocação de cada uma nos ofícios pertence à <b>Superiora</b> que as poderá mudar de emprego ou ocupação quando achar conveniente.</p> <p>* Durante o trabalho poderão cantar, com licença da Mestra.</p> <p>Ao toque das horas do relógio da casa rezarão uma oração.</p> <p>* Terço, na <b>capela</b>, antes do jantar e exame de consciência, segundo o horário da casa.</p> <p>* Jantar no refeitório com leitura espiritual.</p> <p>* Comportamento à mesa.</p> <p>* As mestras devem acompanhar a refeição e vigiar o comportamento das <b>arrependidas</b>.</p> <p>* Recreio – proibido conversar sobre a vida passada, descobrir o motivo da entrada, a proveniência e dizer quem são.</p> <p>* Proibição de amizades particulares.</p>	<p>* As <b>recolhidas</b> – horário de levantar, ao toque de sino, reunião no coro para oração mental e missa. Seguem os trabalhos do dia.</p> <p>* Ocupações – <b>além dos empregos indispensáveis na comunidade</b>, os exercícios de piedade, estudo da doutrina cristã, instrução primária, a <b>música</b> e o <b>desenho</b>; trabalhos manuais de cozer, bordar, fazer meia, fiar, dobar, tecer, lavar, consertar, talhar, engomar, serviço de limpeza e arranjo da casa, da cozinha, da mesa e todos os mais próprios do seu sexo, e os <b>trabalhos do campo na cerca e jardim, o trato dos animais domésticos</b> e outras <b>indústrias montadas no Colégio</b>.</p> <p>* Modo de participação nos exercícios espirituais.</p> <p>* Cuidado e diligência no trabalho e no estudo, pois a ociosidade é a origem de todos os vícios.</p> <p>A colocação de cada uma nos ofícios pertence à Superiora que as poderá mudar de emprego ou ocupação quando achar conveniente. <b>Nas oficinas a colocação pertence à mestra</b> encarregada do ensino e direcção.</p> <p>* Durante o trabalho poderão cantar, com licença da Mestra.</p> <p>Ao toque das horas do relógio da casa rezarão uma oração.</p> <p>* Terço, no <b>coro</b>, e exame de consciência, à noite, segundo o horário da casa.</p> <p>* Leitura espiritual durante as <b>refeições principais</b>.</p> <p>* Comportamento à mesa.</p> <p>* Alguma das mestras deve acompanhar a refeição e vigiar o comportamento das <b>recolhidas</b>.</p> <p>* Recreio – proibido conversar sobre a vida passada, descobrir o motivo da entrada, a proveniência e dizer quem são.</p> <p>* Proibição de amizades particulares.</p>
Silêncio	* Aconselha o exercício do silêncio para aprender a mortificar a linguagem e	* Aconselha o exercício do silêncio para aprender a mortificar a linguagem e reparação

	reparação do mal feito através das palavras. Indica lugares onde se deve guardar silêncio rigoroso.	do mal feito através das palavras. Indica lugares onde se deve guardar silêncio rigoroso.
Penitência	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Pensar que entraram para aprender a conhecer, amar e servir a Deus e para começar uma vida nova. Arrependimento.</li> <li>* Mortificação dos sentidos.</li> <li>* Convite ao jejum.</li> <li>* Não abandonar o trabalho sem licença.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Pensar que entraram para aprender a conhecer, amar e servir a Deus e para começar uma vida nova. Arrependimento.</li> <li>* Mortificação dos sentidos.</li> <li>* Convite ao jejum.</li> <li>* Não abandonar o trabalho sem licença.</li> </ul>
Confissão Comunhão	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Preparação para receber estes sacramentos.</li> <li>* Confissão semanal ou quinzenal.</li> <li>* Um confessor ordinário para todas e um extraordinário 4 vezes por ano. Devem abster-se de falar do confessor e do que se passa na confissão.</li> <li>* O acesso ao confessor ou Director deve ser por intermédio da superiora, a não ser em causa de confissão ou de consciência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Preparação para receber estes sacramentos.</li> <li>* Confissão semanal ou quinzenal.</li> <li>* Um confessor ordinário para todas e um extraordinário 4 vezes por ano. Devem abster-se de falar do confessor e do que se passa na confissão.</li> <li>* O acesso ao confessor ou Director deve ser por intermédio da superiora, a não ser em causa de confissão ou de consciência.</li> </ul>
Outras regras	<ul style="list-style-type: none"> <li>* As arrependidas devem lembrar o passado para agradecer a misericórdia de Deus e recuperação do tempo perdido.</li> <li>* Prática da castidade, da simplicidade e da modéstia em todas as atitudes.</li> <li>* Proibidos todos os gestos exteriores e maliciosos que denotem amizades particulares ou amores impróprios.</li> <li>* A obediência é a virtude mais importante.</li> <li>* Comportamento decente no rir, falar, vestir, andando limpas e asseadas mas sem afectação.</li> <li>* Aconselha o exercício da caridade de umas para com as outras e disserta sobre as consequências dos maus exemplos.</li> <li>* Proibição de amizades particulares pelas suspeitas e desordens que provocam, tratando-se todas como irmãs. A superiora cuidará da vigilância. Em caso de necessidade haverá a intervenção do P.<sup>e</sup> Director.</li> <li>* Ajuda mútua, não chamar nomes, não injuriar, palavras de desprezo ou de escárnio.</li> <li>* <b>A falta mais grave e crime gravíssimo,</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* As arrependidas devem lembrar o passado para agradecer a misericórdia de Deus e recuperação do tempo perdido.</li> <li>* Prática da castidade, da simplicidade e da modéstia em todas as atitudes.</li> <li>* Proibidos todos os gestos exteriores e maliciosos que denotem amizades particulares ou amores impróprios.</li> <li>* A obediência é a virtude mais importante.</li> <li>* Comportamento decente no rir, falar, vestir, andando limpas e asseadas mas sem afectação.</li> <li>* Aconselha o exercício da caridade de umas para com as outras e disserta sobre as consequências dos maus exemplos.</li> <li>* Proibição de amizades particulares pelas suspeitas e desordens que provocam, tratando-se todas como irmãs. A superiora cuidará da vigilância. Em caso de necessidade haverá a intervenção do P.<sup>e</sup> Director.</li> <li>* Ajuda mútua, não chamar nomes, não injuriar, palavras de desprezo ou de escárnio.</li> <li>* <b>Uma das faltas mais perigosas e crime</b></li> </ul>

	<p><b>de que serão castigadas, é lançar à cara as faltas da vida passada.</b></p> <p>* A ofensa através de palavras injuriosas ou lançar em rosto alguma falta deve ser reparada, pedindo perdão que deve ser correspondido. Aconselha o perdão mútuo.</p> <p>* Não censurar as pessoas presentes ou ausentes.</p> <p>* Não murmurar dos superiores e de outras atitudes, nem das comidas, nem da quantidade ou qualidade da mesma.</p> <p>* Aconselha a prática da humildade, pondo de lado a sua proveniência familiar.</p> <p>* Acatar com humildade as repreensões da superiora. O não acatamento será castigado.</p> <p>* Depositarão o dinheiro e a chave dos seus baús na mão da superiora.</p> <p>* A correspondência saída ou entrada passa pelas mãos da superiora ou P.º Director.</p> <p>* Visitas nos tempos de recreio dos domingos ou dias santificados, na presença da superiora ou da mestra ou outra pessoa designada.</p> <p>* Vida comunitária.</p> <p><b>* O produto do trabalho reverte para a casa. Mensalmente será distribuída uma remuneração ou recompensa de que poderão dispor.</b> Em caso de despedida, esse dinheiro reverte para a casa.</p> <p>* Proibido usar objectos de luxo, traje e modos que revelem leviandade.</p> <p>* Todas participam nos actos comunitários, a não ser que sejam dispensadas.</p> <p>* Saída ao exterior duas a duas.</p> <p>* Controle apertado sobre aquelas que ficam doentes no dormitório.</p> <p>* As doentes devem ser tratadas imediatamente com caridade. A doença deverá ser entendida como satisfação das culpas passadas.</p> <p>* O regulamento deve ser lido no 1.º dia de cada mês a toda a comunidade.</p>	<p><b>gravíssimo, de que será castigada, é lançar em rosto faltas da vida passada.</b></p> <p>* A ofensa através de palavras injuriosas ou lançar em rosto alguma falta deve ser reparada, pedindo perdão que deve ser correspondido. Aconselha o perdão mútuo.</p> <p>* Não censurar as pessoas presentes ou ausentes.</p> <p>* Não murmurar dos superiores e de outras atitudes, nem das comidas, nem da quantidade ou qualidade da mesma.</p> <p>* Aconselha a prática da humildade, pondo de lado a sua proveniência familiar.</p> <p>* Acatar com humildade as repreensões da superiora. O não acatamento será castigado.</p> <p>* Depositarão o dinheiro e a chave dos seus baús na mão da superiora.</p> <p>* A correspondência saída ou entrada passa pelas mãos da superiora ou P.º Director.</p> <p>* Visitas nos tempos de recreio dos domingos ou dias santificados, na presença da superiora ou da mestra ou outra pessoa designada.</p> <p>* Vida comunitária.</p> <p><b>* O produto do trabalho reverte para a casa. Mensalmente será distribuída uma remuneração ou recompensa de que poderão dispor.</b> Em caso de despedida, esse dinheiro reverte para a casa.</p> <p>* Proibido usar objectos de luxo, traje e modos que revelem leviandade.</p> <p>* Todas participam nos actos comunitários, a não ser que sejam dispensadas.</p> <p>* Saída ao exterior duas a duas.</p> <p>* Controle apertado sobre aquelas que ficam doentes no dormitório.</p> <p>* As doentes devem ser tratadas imediatamente com caridade. A doença deverá ser entendida como satisfação das culpas passadas.</p> <p>* O regulamento deve ser lido no 1.º dia de cada mês a toda a comunidade.</p>
Empregos	* Sineira / Dispensária / Refeitoreira /	* Sineira / Dispensária / Refeitoreira /

Ofícios	<p>Roupeira / Enfermeira / Perfeita dos dormitórios / Cozinheira / Revisora / Zeladora.</p> <p>* Cada empregada poderá ter uma ajudante como auxiliar e para ensinar.</p> <p>* Podem acumular empregos, se houver conveniência e compatibilidade.</p> <p>* <b>Obediência à superiora. Ensinar as auxiliares.</b> As ajudantes devem obedecer às oficiais. Umas e outras serão repreendidas ou castigadas, se necessário.</p> <p>* Descrição dos deveres de cada um dos ofícios acima enumerados.</p>	<p>Roupeira / Enfermeira / Perfeita dos dormitórios / Cozinheira / Revisora / Zeladora / <b>Bibliotecária.</b></p> <p>* Cada empregada poderá ter uma ajudante como auxiliar e para ensinar.</p> <p>* Podem acumular empregos, se houver conveniência e compatibilidade.</p> <p>* As ajudantes devem <b>obedecer às oficiais.</b> Umas e outras serão repreendidas ou castigadas, se necessário.</p> <p>* Descrição dos deveres de cada um dos ofícios acima enumerados.</p>
Castigos	<p>* “Os castigos devem ser pouco frequentes e aplicados oportunamente e sobretudo com justiça. As superiores procurarão fazer compreender às recolhidas as faltas em que incorreram, inspirando-lhes a vontade de emenda no futuro”.</p> <p>* “Os castigos consistirão em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Repreensão em particular.</li> <li>➤ Estar de pé</li> <li>➤ Isolamento dentro da mesma sala ou em quarto separado</li> <li>➤ Uma estação de joelhos</li> <li>➤ Repreensão pública pela Superiora, depois separada das suas companheiras</li> <li>➤ Comer fora da mesa, em lugar separado ou no chão</li> <li>➤ Privação de 1 a 8 dias de recreio</li> <li>➤ Privação de saída a passeio de uma a 3 vezes</li> <li>➤ Retiro espiritual, de 1 a 3 dias”.</li> </ul> <p>* <b>“Haverá colocado na sala do lavor um quadro preto em que se inscreverão os nomes das turbulentas e desobedientes, conservando-se nele os nomes enquanto se não emendarem”.</b></p> <p>* “Quando aconteça que os castigos devam ser superiores aos que ficam estabelecidos, a Superiora dará parte ao Director <b>ou Direcção</b> o qual tomará a conveniente</p>	<p><b>“Este artigo não se deve ler em público”.</b></p> <p>* “Os castigos devem ser pouco frequentes e aplicados oportunamente e sobretudo com justiça. As superiores procurarão fazer compreender às recolhidas as faltas em que incorreram, inspirando-lhes a vontade de emenda no futuro”.</p> <p>* “Os castigos consistirão em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Repreensão em particular.</li> <li>➤ Estar de pé</li> <li>➤ Isolamento dentro da mesma sala ou em quarto separado</li> <li>➤ Uma estação de joelhos</li> <li>➤ Repreensão pública pela Superiora, depois separada das suas companheiras</li> <li>➤ Comer fora da mesa, em lugar separado ou no chão</li> <li>➤ Privação de 1 a 8 dias de recreio</li> <li>➤ Privação de saída a passeio de uma a 3 vezes</li> <li>➤ Retiro espiritual, de 1 a 3 dias</li> <li>➤ <b>Tirar-lhes a touca, ou todo o uniforme”.</b></li> </ul> <p>* “Quando aconteça que os castigos devam ser superiores aos que ficam estabelecidos, a Superiora dará parte <b>ao P.º Director</b> o qual tomará a conveniente resolução. É proibido a</p>

	resolução. É proibido a aplicação de castigos corporais”.	aplicação de castigos corporais”.
Servente	<p>* A Servente cumpre as ordens da Superiora.</p> <p>* Comunica à Superiora as ocorrências referentes ao Colégio.</p> <p>* Não poderá ser intermediária entre o interior/exterior do Colégio de qualquer tipo de recado, carta ou objecto sem licença da Superiora.</p> <p>* Poderá ser expulsa se contrariar estas determinações.</p>	<p>* A Servente cumpre as ordens da Superiora.</p> <p>* Comunica à Superiora as ocorrências referentes ao Colégio.</p> <p>* Não poderá ser intermediária entre o interior/exterior do Colégio de qualquer tipo de recado, carta ou objecto sem licença da Superiora.</p> <p>* Poderá ser expulsa se contrariar estas determinações.</p>
Horário	<p>* Dias de trabalho – Abril-Agosto:</p> <p><i>Manhã</i></p> <p>5 – Levantar</p> <p>5,20 – Oração da manhã na capela</p> <p>6 – Missa</p> <p><b>6,30</b> – Limpeza da casa e trabalho de costura</p> <p>8 – Almoço</p> <p>8,30 – Trabalho de costura</p> <p><b>10,30</b> – Lição da vida dum santo, durante o trabalho</p> <p>10,45 – Estudo</p> <p>11,45 – Terço pelos benfeitores, na capela</p> <p>12 – Jantar e recreação</p> <p><i>Tarde</i></p> <p>1,30 – Estudo da lição para dia seguinte</p> <p><b>2 – Trabalhos</b></p> <p><b>4 – Lição espiritual durante o Trabalho (às quintas feiras – catecismo)</b></p> <p><b>4,30</b> – Coroa das Dores durante o trabalho e ladainha rezada</p> <p><b>5 – Merenda</b></p> <p><b>5,30</b> – Trabalhos</p>	<p>* Dias de trabalho – Abril-Agosto:</p> <p><i>Manhã</i></p> <p>5 – Levantar</p> <p>5,20 – Oração da manhã na capela</p> <p>6 – Missa</p> <p><b>7,30</b> – Limpeza da casa e trabalho costura</p> <p>8 – Almoço</p> <p>8,30 – Trabalho de costura</p> <p><b>10</b> – Estudo, ler, escrever, contar etc.</p> <p><b>11,30</b> – Coroa das Dores pelos benfeitores</p> <p>12 – Jantar e recreação</p> <p><i>Tarde</i></p> <p><b>1,30</b> – Trabalhos</p> <p><b>6,30</b> – Ceia e recreação</p>

<p><b>8,30 – Ceia</b></p> <p>9,30 – Exame de consciência e orações da noite, na capela</p> <p><b>10 – Deitar</b></p> <p>➤ O horário de Setembro a 31 de Março sofre uma leve alteração mas as actividades são as mesmas.</p> <p>* Domingos e dias santificados</p> <p>➤ Alterações:</p> <p>8,30 – Recreação na varanda ou terreiro 10 – Lição da vida de um santo</p> <p>10,30 – Doutrina</p> <p>11,45 – Terço pelos benfeitores, na capela</p> <p>12 – Jantar e recreio</p> <p>3 – Coroa das Dores e ladainha cantada na capela</p> <p>3,30 – Recreação</p> <p>4 – Catecismo ou prática pelo P.<sup>e</sup> Director</p> <p>5 – Recreio (passeio na quinta quando o tempo o permitir)</p> <p>9 – Exame de consciência e oração da noite, na capela</p> <p>9,30 – Deitar</p> <p>* Nos tempos de recreio de domingos e dias santificados podem receber visitas, conversar, ler e escrever, cantar ou outros exercícios de recreio.</p> <p>* Os trabalhos da manhã serão dedicados ao ensino da costura – enumeração das diferentes fases.</p> <p>* Cada uma terá um pedaço de pano onde trabalhará que servirá também para avaliação dos progressos verificados.</p> <p>* De tarde – fazer meia, croché e engomar.</p> <p>* Quadro de honra e voto de louvor para aquelas que mais se distinguirem e</p>	<p>8,30 – Exame de consciência e orações da noite, no coro</p> <p><b>9 – Deitar</b></p> <p>➤ O horário de Setembro a 31 de Março sofre uma leve alteração mas as actividades são as mesmas.</p> <p>* Domingos e dias santificados</p> <p>➤ Alterações:</p> <p>8,30 – <b>Almoço, arranjo e limpeza</b></p> <p>10 – <b>Recreação</b></p> <p>11 – Prática ou terço, na capela</p> <p>12 – Jantar e recreio</p> <p>3 – <b>Recreio</b> ( passeio na quinta quando o tempo o permitir)</p> <p>4 – <b>No inverno e 5 no Verão terço e bênção do Santíssimo</b></p> <p>7 – <b>Catecismo ou prática pelo P.<sup>e</sup> Director, quando não haja de manhã</b></p> <p><b>9 – Deitar</b></p> <p>* Nos tempos de recreio de domingos e dias santificados podem receber visitas, conversar, ler e escrever, cantar ou outros exercícios de recreio.</p> <p>* Os trabalhos da manhã serão dedicados ao ensino da costura – enumeração das diferentes fases.</p> <p>* Cada uma terá um pedaço de pano onde trabalhará que servirá também para avaliação dos progressos verificados.</p> <p>* De tarde – fazer meia, croché e engomar.</p> <p>* Quadro de honra e voto de louvor para aquelas que mais se distinguirem e aplicarem.</p>
---	--

	<p>aplicarem.</p> <p>* Enumeração dos prémios a distribuir.</p>	<p>* Enumeração dos prémios a distribuir.</p> <p>* Devem recordar que o fim principal da entrada na casa é cuidar da sua santificação e salvação e a aprendizagem é secundária, apesar de importante e louvável.</p>
Condições de admissão	<p>* Condições de admissão:</p> <p>1.<sup>a</sup> – Autorização da Direcção ou da Mesa administrativa do mesmo Colégio</p> <p>2.<sup>a</sup> – Não ser completamente inocente</p> <p><i>NOTA – Se a casa tiver capacidade e pessoal competente, poderão também ser admitidas no Colégio as que ainda não caíram na desgraça, mas que se acham em perigo de cair, às quais se dará o nome de <b>Preservadas</b>. Estas se conservarão separadas das <b>arrepentidas</b> e não comunicarão com elas.</i></p> <p>3.<sup>a</sup> – Entrar por vontade própria e com espírito de conversão</p> <p><i>NOTA – Antes de entrar deve assinar, ou alguém a seu rogo, quando não saiba escrever, um termo, na presença de duas testemunhas que também o assinarão, e que será na forma seguinte.</i></p> <p><i>Declaro eu ..... que me recolho ao Colégio de Regeneração por minha vontade e não por violência ou engano.</i></p> <p><i>Braga ..... de .....</i></p> <p><i>Testemunhas .....</i></p>	<p><b>“Este Colégio foi instituído para acolher raparigas pobres, caídas ou transviadas que queiram regenerar-se pela instrução e pelo trabalho.</b></p> <p><b>Só admite raparigas que já perderam a inocência, sua honra e boa reputação.</b></p> <p><b>Convém pedir informações dos serviços a que está acostumada, sua robustez, suas habilitações, defeitos, idade, e mais circunstâncias que julgue a propósito sobre o modo a proceder na educação física e moral”.</b></p> <p>* Condições de admissão:</p> <p>1.<sup>a</sup> – Não ser completamente inocente</p> <p>2.<sup>a</sup> – Entrar por vontade própria e com espírito de conversão</p> <p>3.<sup>a</sup> – Não ter sido expulsa deste ou de outro estabelecimento congénere</p> <p>4.<sup>a</sup> – Se for menor ou casada apresentar consentimento dos pais, tutor ou marido feito na presença de duas testemunhas e reconhecida pelo tabelião.</p> <p><b>5.<sup>a</sup> – Não estar grávida ou tuberculosa e apresentar atestado de médico, do Colégio que declare encontrar-se no caso de ser admitida.</b></p> <p><b>6.<sup>a</sup> – Devem trazer o seguinte:</b></p> <p><b>4 camisas, 2 saias brancas, 2 saiotes, 1 xaile, 4 lençóis, 2 travesseiros, 2 cobertores, 4 pares de meias, 6 lenços de algibeira, 1 par de sapatos, 1 par de socos.</b></p> <p>Não tendo pais ou protectores que possam satisfazer esta 6.<sup>a</sup> condição, a Direcção do Colégio poderá modificar no todo ou em parte, quanto seja possível.</p> <p>* Pensionistas</p> <p>Podem ser admitidas pensionistas que precisem de regenerar-se. As condições são</p>



	<p>4.<sup>a</sup> – Se for menor ou casada apresentar um documento legal, com duas testemunhas, e reconhecimento do tabelião, o qual mostre que é vontade de seus pais, tutores ou marido, que se recolha ao Colégio.</p> <p>5.<sup>a</sup> – Atestado do médico que declare não estar grávida, nem ter doença contagiosa ou vergonhosa. Neste caso, deve curar-se antes de entrar.</p> <p>6.<sup>a</sup> – Quando, por algum motivo, não possa ou não queira a abrigada conservar-se na casa, ficará a cargo de quem a envia, arranjar-lhe casa para servir, ou dar-lhe outro rumo.</p> <p>7.<sup>a</sup> – Pagar 3\$000 reis mensais.</p> <p>NOTA – <i>As duas últimas condições podem dispensar-se em caso extraordinário e urgente.</i></p>	<p>mais exigentes e terão de pagar a alimentação, a combinar no acto de admissão.</p> <p>* Os gastos extraordinários são pagos à parte. Todas estão sujeitas ao mesmo horário e regulamento.</p> <p>Todas necessitam de ter na cidade um abonador que apresentará uma declaração ou termo de responsabilidade, ficando obrigados a receber a interna (se tiver de sair do Colégio) ou pagar as mensalidades das pensionistas.</p> <p>* Antes de entrar deve assinar, ou alguém a seu rogo, quando não saiba escrever, um termo, na presença de duas testemunhas que também o assinarão.</p> <p>Quando a gratuita ou pensionista não queira conservar-se no Colégio ou por justo motivo não possa lá continuar, será entregue ao abonador ou a quem a envia, pagando as despesas da viagem.</p> <p>* O Colégio não é hospital. O único recurso é o trabalho de mãos e as pessoas têm de colaborar no trabalho comum.</p> <p>* Tipo de trabalhos:</p> <p>Costura e corte, bordados, malhas, engomados, flores artificiais, desenho de ornato e artístico para bordados e tecidos, tecelagem, canto coral, calçado, lavandaria, agricultura, jardinagem, e ainda outros misteres femininos mais vulgares e caseiros – criação e trato de animais domésticos, culinária, limpeza e economia doméstica, higiene, etc.</p> <p>* Se a casa tiver capacidade e pessoal competente, poderão também ser admitidas no Colégio as que ainda não caíram na desgraça, mas que se acham em perigo de cair, às quais se dará o nome de <b>Preservadas</b>. Estas se conservarão separadas das <b>convertidas</b> e não comunicarão com elas.</p>
Tabela de preços	<p>Costura</p> <p>Engomados</p> <p>Fiação</p> <p>Tecedura</p> <p>Torcedura</p>	<p>Costura</p> <p>Engomados</p> <p>Fiação</p> <p>Tecedura</p> <p>Torcedura</p> <p><b>Lavandaria</b></p>

<p>Cerimonial para a recepção da convertida</p>	<p>* Na presença de toda a comunidade a nova conversa apresenta-se no coro acompanhada da superiora. O acto que aí decorre obedece a um determinado ritual.</p> <p>Depois de um pequeno diálogo e reza-se o <i>Veni, Sancte Spiritus</i>. (invocação do Espírito Santo).</p> <p>Segue-se a consagração da conversa aos sagrados Corações de Jesus e de Maria (ver texto).</p> <p>Dá-lhe a beijar a medalha de Nossa Senhora que coloca ao pescoço e a touca que lhe coloca na cabeça.</p> <p>Em seguida, um cântico (ver letra).</p> <p>Finalmente, a nova conversa será festejada e abraçada pela superiora e por todas as pessoas da comunidade.</p>	<p>* Na presença de toda a comunidade a nova conversa apresenta-se no coro acompanhada da superiora. O acto que aí decorre obedece a um determinado ritual e é presidido pelo Padre Director.</p> <p>Depois de um pequeno diálogo, reza-se o <i>Veni, Sancte Spiritus</i>. (invocação do Espírito Santo).</p> <p>Segue-se a consagração da conversa aos sagrados Corações de Jesus e de Maria (ver texto).</p> <p>O P.º Director benze a medalha que lhe dá a beijar e lhe coloca ao pescoço. Dá-lhe a beijar a touca e coloca-a na cabeça.</p> <p>Segue o sermão ou prática.</p> <p>Reza-se Pai Nosso e Ave-maria e canta-se a Ladainha.</p> <p>Em seguida, um cântico (ver letra).</p> <p>Finalmente, a nova conversa será festejada e abraçada pela superiora e por todas as pessoas da comunidade. Durante este acto canta-se.</p> <p>* Nas pp. 81-84 tem um texto intitulado: “Pequena prática para o dia da Consagração”.</p>
<p>Orações</p>	<p>Transcrição de um conjunto de orações para serem rezadas desde o levantar até ao deitar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ao acordar</li> <li>➤ Ao vestir-se</li> <li>➤ Depois de vestida</li> <li>➤ Dedicção a Maria Santíssima</li> <li>➤ Ao Anjo da Guarda</li> <li>➤ Antes de deitar</li> <li>➤ Exame de consciência</li> <li>➤ Depois do exame de consciência</li> <li>➤ Oração pelos vivos e defuntos</li> <li>➤ Antes da refeição</li> <li>➤ Depois da refeição</li> </ul>	<p>Transcrição de um conjunto de orações para serem rezadas desde o levantar até ao deitar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ao acordar</li> <li>➤ Ao vestir-se</li> <li>➤ Depois de vestida</li> <li>➤ Dedicção a Maria Santíssima</li> <li>➤ Ao Anjo da Guarda</li> <li>➤ Antes de deitar</li> <li>➤ Exame de consciência</li> <li>➤ Depois do exame de consciência</li> <li>➤ Oração pelos vivos e defuntos</li> <li>➤ Antes da refeição</li> <li>➤ Depois da refeição</li> </ul>
<p>Tabela dos preços</p>	<p>* Modelo n.º 1 – Obras de costura para fora</p> <p>* Modelo n.º 2 – Roupa lavada, gomada e bornida para um Colégio</p> <p>* Modelo n.º 3 – Roupa feita e consertada</p>	<p>* Modelo n.º 1 – Obras de costura para fora</p> <p>* Modelo n.º 2 – Roupa lavada, gomada e bornida para um Colégio</p> <p>* Modelo n.º 3 – Roupa feita e consertada para</p>

	<p>para um Colégio</p> <p>Em cada um dos modelos há subdivisões mas não apresenta preços.</p>	<p>um Colégio</p> <p>Em cada um dos modelos há subdivisões.</p> <p>Antes da apresentação dos modelos enumera uma série de artigos e o respectivo preço:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Costura</li> <li>➤ Bordados</li> <li>➤ Meias</li> <li>➤ Engomados</li> <li>➤ Tecedura</li> <li>➤ Torcedura</li> <li>➤ Lavandaria</li> </ul>
Aditamento disciplinar		<p>* Procedimentos relativos à hora da confissão e da comunhão. A comunhão será dada na grade do coro.</p> <p>* Não se ocuparão no serviço da igreja, a não ser na companhia de uma Irmã.</p> <p>* Não irão à igreja para orar nem para o serviço da sacristia, excepto a sacristã acompanhada de uma Irmã.</p> <p>* Nunca entrarão homens no Colégio senão na companhia do P.<sup>e</sup> Director ou de outro sacerdote que o substitua.</p> <p>* A criada externa ou recadeira nunca passará da portaria.</p> <p>* Todos os recados irão à mão da Superiora e dela à criada ou recadeira.</p> <p>* A Regente nunca deixará falar as recolhidas com pessoas estranhas, mesmo familiares, sem que seja na sua presença ou pessoa de confiança.</p> <p>* A Regente não consentirá a entrada de pessoas estranhas para qualquer tipo de serviço, nem pernoitem no interior do Colégio, nem permitirá a saída para qualquer serviço mesmo de pessoas da Direcção.</p> <p>* As recolhidas poderão sair para visitar os pais em perigo de vida e regressar no mesmo dia ou logo que possível; em caso de saúde ou tratar de formalidades judiciais.</p> <p>Poderão ir ao Bom Jesus do Monte acompanhadas por pessoas do Colégio, em turnos não superiores a 4.</p>

		<p>* As expulsas e incorrigíveis não serão readmitidas.</p> <p>* Poderão ser recebidas de novo aquelas a quem o Colégio deu arrumação e as que saírem com licença, desde que se preveja bom comportamento e tenham deixado bom nome no Colégio.</p>
Oficina externa		<p>* A confissão e comunhão das alunas da Oficina Externa será sempre na igreja e nunca no coro de baixo.</p> <p>* Quando forem para estes actos e para o terço irão sempre pela rua.</p> <p>* Quando chover rezarão o terço na oficina.</p> <p>* Nunca se encontrarão nem comunicarão com as internas.</p>
Horário de lições e estudo		<p><b>Piano</b> – 2.as e 5.as, das 8,30 às 11,30 da manhã. Meia hora para cada uma.</p> <p><b>Música teórica</b> – 3.as e 6.as, da 1 às 2 horas da tarde.</p> <p><b>Canto</b> – 2.as e 5.as, das 7 às 8 da tarde, no Inverno; no Verão, às 11 da manhã.</p> <p><b>Desenho</b> – 2.as e 5.as, da 1 às 2 da tarde; aos domingos das 9 às 10,30 da manhã.</p> <p><b>Debuxos de tecidos</b> – às 4.as e sábados da 1 às 2 da tarde.</p> <p><b>Leitura, escrita e contas</b> – Aos domingos e dias santificados das 2 às 3,30 da tarde; às 3.as e 6.as – não indica hora.</p> <p><b>Doutrina</b> – domingos e dias santificados, às 7 da tarde e durante o trabalho nos serões ou fim do recreio.</p> <p><b>Costura, marcar, etc.</b> – Todos os dias de trabalho até ao almoço.</p> <p><b>Instruções sobre indústrias e trabalhos próprios, economia e civilidade</b> – Durante o trabalho nos serões de inverno, e de verão no fim do recreio da tarde.</p>
Serviço da costura		<p>Apresenta um quadro onde se especificam as tarefas seguintes:</p> <p><i>Talhadeiras</i></p> <p><i>Distribuidoras</i></p> <p><i>Costureiras</i></p> <p><i>Caseadoras</i></p>

		Revisoras
Disposições referentes às Irmãs		<p><b>* Irmã despenseira:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Encarregada de comunicar às criadas os artigos de alimentação a comparar diariamente, por meio de uma relação.</li> <li>➤ Colherá informação do que é necessário junto das cozinheiras e enfermeiras.</li> <li>➤ As criadas estão proibidas de receber ordens de compras que não seja da irmã despenseira. Em caso de prevaricação será multada ou despedida.</li> <li>➤ Será económica e poupada, evitando desperdícios; não atenderá a caprichos e apetites desordenados da gula.</li> <li>➤ Os artigos de alimentação e sobras ficarão arrecadados na despensa.</li> <li>➤ Em cada manhã fornecerá por conta, peso e medida, o necessário para cada dia.</li> <li>➤ Antes das refeições provará as comidas e fará a repartição das rações. O transporte para o refeitório será feito por servas fiéis.</li> <li>➤ Informar-se-á das que deixaram comida para que lhes seja diminuída a ração ou tomar outras providências.</li> <li>➤ Quando notar que a comida não chega ou é mal feita tomará as devidas providências junto das cozinheiras.</li> </ul> <p><b>* Irmã encarregada da arrecadação dos tecidos:</b></p> <p>O controlo da arrecadação e dos produtos que saem é da sua exclusiva competência.</p> <p><b>* Directora dos trabalhos de costura</b></p> <p>Responsável pela encomenda de trabalhos e compra de tecidos para os fregueses.</p> <p>Tudo o que diz respeito ao Colégio, às religiosas e às recolhidas é da competência da Superiora.</p> <p><b>* Superiora:</b></p>

		<p>Informará as criadas do que fica exposto neste regulamento e zelará para que ele se cumpra com exactidão e firmeza.</p> <p><b>* Religiosas:</b></p> <p>O serviço de dormitório e de refeitório das religiosas fica encargo delas próprias. São elas que levam a comida da cozinha e trazem as sobras que entregarão à irmã despenseira.</p> <p>NB. Nas páginas finais está o Índice e antes dele a letra do Hino de Santa Maria Madalena e, a lápis, se diz que é da recolhida Viana [Adelaide da Cunha Gonçalves, por alcunha a Vianinha].</p>
--	--	--

Fonte: Regulamentos de 1878 e 1930

Do confronto destes dois regulamentos, separados por um período de cinquenta anos, que normas se alteram ou permanecem?

De um Regulamento para o outro permanece o que é institucional. A Pedagogia é dita pelos mesmos termos. Há um dado novo que é o programa de instrução que dá a noção de colégio. Varia a organização e variam algumas conjunturas. De facto, entre um e outro regulamento, há normas que permanecem, outras que se alteram e outras ainda que, de novo, se inserem em consequência de novas circunstâncias e de novas actividades introduzidas. A própria linguagem sofre alterações qualitativas que denotam uma nova e diferente atitude pedagógica portadora de mais compreensão e humanidade.

Numa rápida análise percorrerei os diversos capítulos, assinalando as diferenças entre os dois regulamentos, separados por 52 anos e por várias reformulações intermédias.

#### 4.2.3.1. Permanências e reformulações

Confrontando os Regulamentos em análise, verifica-se o seguinte:

**Entrada** – No primeiro regulamento ainda se fala em *mestras*, seguindo o modelo francês, enquanto no outro se altera para *religiosas* que, afinal, já desde 1877 asseguravam a direcção interna da instituição. Diz-se que, à entrada, a recolhida vestia o uniforme da casa, enquanto depois se diz que trocava de roupa tomando o vestido próprio das aspirantes e só mais tarde, quando estivesse preparada, tomaria o uniforme da casa.

**Saída** – A interna entrava de livre vontade mas só deveria sair quando, no entender dos responsáveis, estivesse devidamente instruída, sendo então entregue aos pais ou colocada numa casa de confiança, com o consentimento dos pais ou tutores, ou então arranjava-se-lhe casamento. Esta última opção foi substituída, dando lugar à expressão “ou outro destino que a providência aconselhar”. No caso de a recolhida pretender sair antes de ser considerada apta, deve ser aconselhada a permanecer e, em última análise, o caso deve ser levado ao Director ou à Direcção. A alteração introduzida remete o caso apenas para o Director, dando a entender que este acto é do foro educativo, enquanto a Direcção estava na área da administração.

**Exercícios do dia** – A alteração significativa está no nome que dá àquelas que demandam a instituição. Na primeira situação segue o modelo francês, apelidando-as de *arrepentidas*, optando depois pela palavra *recolhidas* que tem uma conotação diferente. Além disso, o regulamento de 1930 introduz, no aspecto educativo, várias valências antes inexistentes: música e desenho, trabalho de campo na cerca e no jardim, trato de animais domésticos e indústrias montadas no Colégio.

**Empregos/ Ofícios** – A grande novidade a assinalar, em 1930, é o lugar de bibliotecária, o que pressupõe a existência de uma biblioteca e que os livros circulavam pelas recolhidas. Que tipo de livros? Naturalmente livros de espiritualidade, de hagiografia e livros técnicos relacionados com as actividades aí desenvolvidas.

**Castigos** – Em ambos os regulamentos se diz que os castigos devem ser pouco frequentes e aplicados oportunamente, sobretudo com justiça, procurando as superiores fazer compreender às recolhidas as faltas em que incorreram, inspirando-lhes a vontade de emenda no futuro. Também se reitera que é proibida a aplicação de castigos físicos. Mas neste capítulo as inovações vão mais além. O quadro preto colocado na sala de labores com o nome das turbulentas e desobedientes, conservando-se nele os nomes enquanto se não emendavam, é agora eliminado. Diz-se, também, que este artigo não se deve ler em público. Numa listagem gradativa de castigos, com dez itens, o último consiste na retirada da touca ou de todo o uniforme. Quererá dizer que a retirada do uniforme, ou de parte dele, era o maior castigo que se lhes poderia aplicar.

**Condições de admissão** – Uma das condições de admissão era não ser completamente inocente. Todavia, dizia-se já no primeiro regulamento que se a casa tivesse capacidade e pessoal competente, poderiam também ser admitidas no Colégio as que ainda não haviam caído na desgraça, mas que se achavam em perigo de cair, às quais se daria o nome de *Preservadas*. Estas se conservariam separadas das *arrepentidas* e não comunicariam com elas. Em 1930, em vez de *arrepentidas*, fala-se de *convertidas*. O regulamento de 1930 é bem

mais avançado, neste aspecto, ao eliminar os qualificativos atribuídos às recolhidas e abrindo as portas para “acolher raparigas pobres, caídas ou transviadas que queiram regenerar-se pela instrução e pelo trabalho”. De qualquer modo, ressalva a sua finalidade ao determinar que “só se admitem raparigas que já perderam a inocência, sua honra e boa reputação”. Este último regulamento introduz, ainda, uma nova atitude pedagógica, que poderemos considerar inovadora, quando recomenda que “convém pedir informações dos serviços a que está acostumada, sua robustez, suas habilitações, defeitos, idade, e mais circunstâncias que julgue a propósito sobre o modo a proceder na educação física e moral”. Esta recomendação revela o cuidado acrescido pelo respeito da individualidade da pessoa e, por outro lado, exprime a indispensabilidade do conhecimento da personalidade da recolhida para a aplicação da mais correta e adequada terapia porque, como diz Castro (2000: 121), educar supõe constituir e compreender num quadro ontológico a medida do ser de cada um.

**Tabela de preços** – À continuidade das actividades desenvolvidas junta-se, agora, a Lavandaria.

**Cerimonial para a recepção da convertida** – Este cerimonial já está definido no primeiro regulamento em análise.

#### **4.2.3.2. Aditamentos**

O Regulamento de 1930 apresenta, de novo, cinco capítulos: aditamento disciplinar / oficina externa / horário de lições e estudo / serviço de costura / normas referentes às Irmãs:

**Aditamento disciplinar** – São estabelecidas novas regras de conduta das internas: não sairão para prestar serviços externos, nem mesmo da Direcção, e poderão ir em passeio ao Bom Jesus, em grupos não superiores a quatro; as expulsas e incorrigíveis não serão readmitidas. Em relação a pessoas estranhas à comunidade, determina a proibição de entrada a homens, a não ser em casos específicos, e à criada externa ou recadeira.

**Oficina externa** – Há um regulamento específico para esta oficina. Todavia, no regulamento geral de 1930 diz-se expressamente que as aprendizes desta oficina estavam impedidas de comunicar com as internas, nem mesmo quando se dirigiam à capela, devendo fazê-lo pelo acesso que dá para a rua.

**Horário de lições e estudo** – Este capítulo é uma novidade completa em relação ao regulamento de 1878 e revela o salto qualitativo do modelo educativo, na área do ensino humanístico, da arte e do ensino técnico. Bastará enumerar as disciplinas ministradas para



avaliar a pluralidade das ofertas educativas: piano; música teórica; canto; desenho; debuxo de tecidos; leitura, escrita e contas; doutrina; costura, marcar, etc.; instruções sobre indústrias e trabalhos próprios, economia e civilidade.

**Serviço de costura** – Este serviço, agora bem definido, é apresentado num quadro que inclui as seguintes tarefas: talhadeiras, distribuidoras, costureiras, caseadoras e revisoras.

**Disposições referentes às Irmãs** – O regulamento de 1930 estabelece, também, as tarefas que as religiosas devem assumir neste contexto da comunidade mais alargada do Colégio de Regeneração e naquilo que há em comum, não se imiscuindo naquilo que é específico da comunidade religiosa que ocupava um espaço reservado. Este regulamento especifica as tarefas da despenseira, da encarregada da arrecadação dos tecidos e dos trabalhos de costura, e da superiora.

### 4.3. Cerimonial da Convertida

Após um tempo de permanência no Colégio de Regeneração, e depois de ter conhecimento prévio do processo de recuperação que lhe era proposto, tendo em conta a sua situação específica, a recolhida era confrontada com a necessidade (obrigação?) de tomar uma decisão que passava pelo regime de internato, em comunidade, sujeitando-se ao regulamento disciplinar da Casa. Essa decisão era assinalada com um acto solene. Era mesmo obrigatório? Em que momento? Em que local? Porquê? Para quê?

Não encontrei respostas concretas para todas as questões que ora se levantam. Em parte alguma se define a porção de tempo intercalar que medeia entre a entrada e o referido acto de consagração que, ao que tudo indica, era um acto obrigatório e implicava também a adoção de um novo nome pelo qual a recolhida passava a ser conhecida na instituição.

#### 4.3.1. Recepção da convertida – acto de consagração e adopção de um nome

O regulamento de 1930 estabelece duas etapas para o processo formativo de recuperação das recolhidas, designando-as como *aspirantes* e *convertidas*.

Este processo parece decalcado no trajecto a percorrer por aquelas que desejavam ingressar na vida religiosa. Em todas as Ordens e Congregações Religiosas há um tempo de noviciado que precede os votos temporários ou perpétuos que incluem (ou incluíam, noutros

tempos) a adoçam de um novo nome, o chamado nome de religião. O noviciado é um período de reflexão e formação para conhecer melhor a instituição, fazer a experiência do modo de viver da ordem ou do instituto, tentando conformar a mente e o coração com o espírito da instituição e atestar a sua intenção e idoneidade. Depois de passar esta fase probatória, o/a aspirante faz votos e muda de hábito e de nome.

Também o Colégio de Regeneração adoptou um processo idêntico, embora sem o rigor estabelecido pelo Direito Canónico que estabelece um tempo durante o qual o noviciado deve decorrer. Não se define o tempo que a recolhida deve permanecer como *aspirante*, mas determina-se que, durante esta fase, deixe de usar as suas roupas e use o vestido próprio das aspirantes. Durante esse tempo probatório, a recolhida toma conhecimento da instituição e toma consciência das razões que a levaram a esta Casa. Por sua vez, as equipas educativas (religiosas e Director) gozam de algum tempo para conhecer a acolhida e de lhe traçar um programa de recuperação adequado, como se diz no regulamento de 1930: “Convém pedir informações dos serviços a que está acostumada, sua robustez, suas habilitações, defeitos, idade, e mais circunstâncias que julgue a propósito sobre o modo a proceder na educação física e moral”. A recolhida manifesta, então, vontade de mudar de vida e aceitar o projecto que lhe é proposto, em regime de internato mas não de clausura, e essa intenção é exteriorizada através de um cerimonial em que manifesta a sua *conversão*, fazendo acto de consagração para exteriorizar as suas resoluções.

#### **4.3.2. Ritual do acto de consagração**

A segunda fase do processo de recuperação iniciava-se com o cerimonial do acto de consagração, cujo texto integral faz parte do Regulamento. Aliado a este acto está, como na vida religiosa, a tomada do uniforme e a adoçam de um novo nome pelo qual ficava a recolhida a ser conhecida na instituição. Esta mudança de nome e de hábito deverá significar o corte com o passado, o morrer para o mundo e iniciar uma vida nova. Aliás, todo o cerimonial anda à volta desta ideia.<sup>28</sup>

Trata-se de um acto comunitário, realizado na igreja, presidido pelo Padre Director, onde a recolhida manifestava a “conversão” e iniciava o processo definitivo de recuperação através da instrução, do trabalho e da religião, preparando o seu futuro para a plena reintegração na sociedade, de modo a poder garantir a sua autonomia.

---

<sup>28</sup> V. AP. DOC. Doc. 158.

Depois de um pequeno diálogo entre o presidente da celebração e a “convertida”, em que ela pede a misericórdia de Deus e a caridade da admissão nesta Casa, invoca-se o Espírito Santo, rezando ou cantando o *Veni Sancte Spiritus*. Segue-se a consagração da conversa aos Sagrados Corações de Jesus e de Maria, que a conversa lê, se souber ler, ou repete as palavras proferidas pelo P.<sup>o</sup> Director.

Em seguida, o P.<sup>o</sup> Director benze uma medalha que lhe dá a beijar e a coloca ao pescoço pendente de uma fita ou cordão; a Superiora dá-lhe a beijar a touca e coloca-lha na cabeça e o P.<sup>o</sup> Director asperge-a com água benta. O presidente da celebração aproveita a ocasião para fazer uma prática, finda a qual se reza um Pai Nosso e uma Ave-Maria, seguindo-se o canto da Ladainha e um cântico com letra apropriada ao momento.

Finalmente, a nova “conversa” é festejada e abraçada pela Superiora e por todas as pessoas da comunidade, “em comemoração das festas e alegrias dos justos do céu pela nova alma, que volta para Deus”. Durante este acto volta a entoar-se um outro cântico com letra adequada com o refrão que se vai repetindo:

Nesta casa abençoada / Onde fomos recolhidas,  
Reina a paz em nossas almas / Alegria em nossas vidas.  
Nossos cantos, nossas preces / Pelo céu sejam ouvidas.

#### **4.4. Modelo pedagógico**

Não é possível analisar o modelo pedagógico sem distinguir a acção do P.<sup>o</sup> Airosa da acção da Congregação das Terceiras Dominicanas; há, a seu modo, coincidências mas são, essencialmente, complementares.

Esta obra, como repetidas vezes o fundador afirmava, era uma obra de amor que exigia sensibilidade e arte para tocar nos delicados mistérios da alma, sem a agredir. Para além do ensino ministrado e das técnicas utilizadas no processo de recuperação e reabilitação era necessário saber acolher, saber ouvir, saber estar presente sem julgar e sem ralhar, saber ter uma breve e sentida palavra de compreensão e de encorajamento porque só o amor convence e regenera. Claro que esta atitude tem a ver com uma vasta área de matérias que vão desde o estilo de personalidade até à sua qualidade racional, à sua formação profissional e técnica. É preciso carisma pessoal e preparação técnica profissional.

E se educar pessoas é fazer homens e mulheres, tornava-se necessário educar na verdade, no respeito pela diferença, na tolerância e na paciência para gerar atitudes de verdade, de respeito, de tolerância e de respeito. Pessoa é precisamente o que em cada ser humano não pode ser tratado como um objecto. Pessoa é o resultado do cruzamento de um conjunto alargado de dimensões (espiritual, social, artística, física e do domínio do conhecimento) e o sucesso depende do desenvolvimento harmonioso de todas estas áreas.

Estes princípios fundamentais da dignidade humana estão consignados nos Estatutos e nos Regulamentos e corporizados no modelo pedagógico inovador, muito simples, que passava pela instrução, pela religião e pelo trabalho, em regime de internato. O respeito à dignidade humana é, antes de mais, um dever de solidariedade, dever que a todos é imposto pela ética, antes que pelo direito ou pela religião.

A educação processa-se no ambiente social em que se dá e se recebe, onde o respeito mútuo e a disciplina se experimentam em conjunto, dentro de uma certa racionalidade. E é uma actividade estruturadora e modeladora, segundo a forma normativa da actividade social. A vida em comunidade cria um determinado ambiente social que favorece a comunicação de valores, suscitando respostas de cada um dos elementos, e produz gradualmente sistemas de conduta e determinadas disposições para agir. As reacções podem ser de adesão ou de aversão. Mas o ambiente da vida em comunidade tem influência na personalidade das pessoas, na reeducação e na regeneração. Aí se aprende a competir, interagir e cooperar, a cumprir e respeitar regras, a definir espaços e tempos, a fazer amizades, a praticar a solidariedade e a resolver conflitos, a mostrar iniciativas, habilidades e coragem. É um ambiente favorável para o desenvolvimento motor, emocional e psicossocial.

Daí a importância que o fundador da Casa d'Abrigo/Colégio de Regeneração atribuía ao regime de internato que criava um clima propício à continuidade das acções preconizadas, promovia um ambiente de entreajuda, rentabilizava os meios humanos e financeiros e possibilitava o ensino/aprendizagem de vários ofícios.

O filósofo e pedagogo norte-americano Dewey (2004, 16-17) diz:

(..) a comunidade possui em comum objectivos, crenças, aspirações e conhecimentos. (...) Toda a organização social que é vitalmente social ou vitalmente compartilhada é educadora para aqueles que nela participam. O próprio processo de conviver educa. Amplia e ilumina a experiência; estimula e enriquece a imaginação. Um homem que viva realmente isolado (isolado tanto mental como fisicamente) teria pouca ou nenhuma ocasião de reflectir sobre a sua experiência passada para dela extrair o seu significado real.

Ora, se um dos objectivos da fundação desta instituição era levar as pessoas a reflectir sobre a sua própria experiência de vida, o internato seria um dos meios mais favoráveis para criar esse ambiente de recolhimento para entrar bem dentro de si porque as pessoas só mudam quando se encontram. Mas mudar, como diz José Tolentino (Mendonça, 2013: 6), não significa tornar-se outro, mas fazer uma experiência mais autêntica de si, nem que seja apenas de um maior confronto; que, no fundo, só mudamos quando nos encontramos. Quando, mais conscientes dos nossos entraves, limites e contradições, mas também das nossas forças e capacidades investimos criativamente no sentido da nossa identidade.

O modelo pedagógico adoptado, simples na sua estrutura, era um modelo disciplinador, muito exigente e causava algum sofrimento pelas rupturas que exigia, pela autodisciplina que impunha e pelo autodomínio que levava à auto-superação. Mas, no dizer José Tolentino Mendonça, os partos indolores são uma mistificação. Quem tem que nascer prepare-se para esbracejar. Mas também isto: quando se esbraceja, a vida vem em nosso socorro, a vida torna-se cúmplice, e não para de nos surpreender. E há um momento em que aprendemos que vale mais prestar atenção àquilo que em nós está a germinar, num lento e invisível (e inaudível) processo de gestação, do que àquilo que perdemos.

Da exigência e dificuldade do processo educativo falam as desistências e as expulsões daquelas que não conseguiram chegar ao fim do processo. Mas da mudança de vida operada e das novas configurações que a maior parte dessas mulheres conseguiram com a sua vontade, esforço e ajuda da instituição e das companheiras, falam os êxitos alcançados cujos registos se preservam e que são motivo de análise detalhada no capítulo seguinte.

#### **4.4.1. Instrução**

O fundador desta instituição era um homem que, sendo padre, viveu em contacto permanente com as pessoas, no exercício do seu múnus pastoral, primeiro como coadjutor na paróquia citadina de Maximinos, depois numa paróquia rural de Barcelos e, finalmente, numa capelania da cidade de Braga. Conhecia, portanto, a sociedade rural e urbana do seu tempo e os males de que enfermava. No âmbito do foro interno, pelo contacto que mantinha com as pessoas que a ele recorriam, tomou consciência não só das suas fragilidades morais mas também das situações de dificuldades materiais, pela conjuntura socioeconómica da época e pela falta de instrução. O seu não-conformismo levou-o a agir, quando poderia ter ficado pelo aconselhamento ou refugiar-se na oração. E no seu programa de acção entendeu que a

instrução era essencial para libertar as pessoas do determinismo social em que viviam. Sendo um homem culto e um homem do seu tempo, não ignoraria, por certo, os pensadores liberais do século XIX que defendiam a instrução pública como meio para a melhoria das condições da sociedade. Ele, com os poucos meios de que dispunha, conseguiu levar à prática aquilo que os teóricos propunham mas que o Estado não concretizou. Daí a sua proposta inovadora.

D. António da Costa, Ministro da Instrução durante o governo regenerador do Marechal Saldanha, nas vésperas da fundação da Casa d'Abrigo, apresentava este desolador cenário relativamente ao ensino primário: “um país que de 750000 crianças de 7 a 15 anos de idade tem fora da instrução 650000, cuja medida de crianças do sexo masculino é de 3 para 100 habitantes, e do sexo feminino é de 1 para 100 habitantes; (...) que não tem bibliotecas populares, que não distribui livros, que não ensina ao povo (...). Um país nestas circunstâncias não é um país europeu (...) é um país semibárbaro” (in Castro, 2000: 113-114).

Aquilo que D. António da Costa não conseguiu concretizar, no seu curto governo de dois meses, em 1870, inscreveu-o o P.<sup>e</sup> Airosa no seu projecto reformador ao propor como um dos pilares fundamentais a instrução primária.<sup>29</sup> Dessa função se encarregava, inicialmente, a regente. Mais tarde, teve mestras contratadas que exerciam essa função, além das religiosas que se encarregavam desse trabalho.

O fundador estava bem ciente, como escreve Castro (2000: 125), da conceição do aspecto inovador de que só uma educação que respeite a liberdade e a singularidade da mulher poderá permitir a adoção de uma conduta moral própria. Já não é a repressão do olhar e do gesto que mantêm a inocência da alma, mas uma cuidada educação intelectual que abra as janelas do entendimento para o mundo.

Mas a instrução passava, também, por uma formação integral que contemplava o desenho, a música, o teatro e uma biblioteca de livros escolhidos para instrução e recreio das colegiais. Aí leccionaram os melhores professores de desenho e de música.

O teatro foi um dos outros elementos pedagógicos utilizados na reeducação das jovens e mulheres acolhidas no Colégio de Regeneração. A instituição não estava fechada em si mesma mas abria as portas aos membros da Direcção, familiares, benfeitores e outros convidados para quem, normalmente pelo Natal, organizava saraus com teatro, declamação e música como forma de agradecimento. Aí foram representados alguns dramas expressamente

---

<sup>29</sup> Uma curiosa coincidência se dá. D. António da Costa era primo de Teresa de Saldanha, a fundadora das Terceiras Dominicanas que, em 1877, foram chamadas pelo P.<sup>e</sup> Airosa para dirigir o Colégio de Regeneração.

compostos para o efeito. O teatro musicado foi uma outra das formas muito explorada e que pela sua própria natureza realça o valor pedagógico de tal prática. Mas há notícia de algumas representações no exterior, nomeadamente no Teatro de S. Geraldo,<sup>30</sup> para tornar mais conhecido o Colégio.<sup>31</sup>

Penso que uma das razões pela qual Mons. Airosa não se deixou abalar muito, aquando da implantação da República, é porque um dos pilares que suportava o seu modelo educativo coincidia com o ideal republicano que acreditava na importância da educação e no grande objectivo da alfabetização. Partindo de uma motivação – uma ideia religiosa – o P.<sup>e</sup> Airosa tinha a consciência clara de que não seria possível reestruturar ou regenerar sem instruir. Portugal era, ao tempo, um país de analfabetos e as mulheres, em certas zonas eram as mais atingidas. O P.<sup>e</sup> Airosa percebe que um dos caminhos para a recuperação das suas internas e a restituição da dignidade perdida passava pela instrução que lhes possibilitaria a aquisição de instrumentos em ordem à sua autonomia. Educar era fazer crescer o ser humano e o homem vale sobretudo pela educação que possui. Mas acreditava também que o respeito pelos direitos dos outros não passava só pela educação mas também pela formação religiosa. Daí que a atitude do Governo da República, através do seu representante legal, o governador civil, tenha tido uma atitude de respeito pela obra e pelo homem que a fundou e a dirigia.

#### **4.4.2. Religião**

Um outro dos grandes pilares em que assenta este projecto é a religião, a religião cristã, que representava os valores morais. Mas neste conceito não estão só os princípios e os valores morais mas também as práticas religiosas propostas pela Igreja católica.

A religião entendida como “um conjunto de sistemas culturais e de crenças” apresenta uma visão do mundo e estabelece os símbolos que relacionam a humanidade com a espiritualidade, através das narrativas, símbolos, tradições e histórias sagradas que se destinam a dar sentido à vida ou explicar a sua origem, assim como a origem do universo. As pessoas que a Igreja institucional apresenta como estímulo e modelo para todos os cristãos são representações de perseverança sem desfalecimento.

---

<sup>30</sup> Este teatro, pequeno mas elegante e com átrio semelhante ao teatro D. Maria II de Lisboa, foi construído em 1857, no então Largo da Lapa (actual Praça da República), tendo sido demolido em 1915 para dar lugar ao Banco de Portugal.

<sup>31</sup> Acta de 11.01.1883. L.<sup>o</sup> de Actas n.<sup>o</sup> 1, fl. 20v..

Ora, as narrativas bíblicas e hagiográficas apresentam um conjunto alargado de figuras femininas que, apesar das debilidades humanas a que estiveram sujeitas, bem podem ser propostas como modelos a imitar. De facto, na Bíblia encontram-se mulheres que nas suas mais diversas situações são verdadeiros protótipos para as mulheres de todos os tempos: mulheres virgens, pecadoras arrependidas, casadas, viúvas, noras, sogras, pobres, ricas, rainhas. No Antigo Testamento podem realçar-se, entre outras, as seguintes figuras: Ester, a rainha que salvou o povo hebreu da destruição e que é exemplo de coragem e sabedoria (*Ester*, 7); Sara, a esposa perfeita, que daria origem a todo o povo de Israel e que é vista como o modelo ideal de mulher casada (*Gén.* 15, 5); *Rute*, a companheira fiel de sua sogra, honesta, trabalhadora e agradecida (*Rute*, 1); *Viúva de Sarepta*, de quem se desconhece o nome, mulher de bom coração que é apresentada como exemplo de humildade e de fé (*I Reis*, 17); *Débora*, uma mulher muito à frente do próprio tempo, era uma dona-de-casa comum, mas foi escolhida para ser juíza (*Juízes*, 4).

No Novo Testamento, as mulheres ocupam um lugar especial na vida de Jesus, através dos diálogos das parábolas reconhecendo-lhes a sua dignidade, de que nos dão conta os Evangelhos e os Actos dos Apóstolos. As mulheres foram as últimas aos pés da cruz, as primeiras junto ao túmulo e estiveram presentes nas primeiras reuniões de oração (Actos, 1, 14). Eis algumas dessas figuras: Maria de Betânia, irmã de Marta e Lázaro, uma apaixonada pela Palavra de Jesus; a Samaritana, uma mulher pecadora, que é uma das mais ricas personagens femininas da Bíblia, porque foi a primeira mulher a quem Jesus se revelou como o Messias de Israel; a mulher adúltera porque é através deste episódio que Jesus revela uma Lei Nova que se chama Perdão (*Jo.*, 8, 2-11); a viúva pobre, apresentada em parábola, em que a pobreza da viúva contrasta com a arrogância dos escribas (*Marcos*, 12, 41-44); Maria Madalena, a pecadora que expiou os seus pecados e é exemplo de dedicação e fidelidade a Jesus.

Mas a suprema exaltação da mulher, segundo a teologia católica, está na figura de Maria que, apesar da sua condição humana, é escolhida para ser a mãe do Redentor, ocupando um lugar especial na história da salvação, e a quem é prestado um culto de veneração singular no seio da Igreja. É o elo de ligação entre o Antigo e o Novo Testamento e a teologia católica apresenta-a como co-redentora.

A mensagem cristã é essencialmente libertadora de toda a forma de discriminação e opressão porque reconhece a igualdade entre homem e mulher. Ambos são da mesma natureza porque criados à imagem e semelhança de Deus. À luz desta doutrina, o papel da



mulher ganha uma nova dimensão no casamento e a poligamia não tem mais lugar na sua vida.

É neste contexto que a Virgem Maria é escolhida como primeira patrona do Colégio de Regeneração, com a invocação de Senhora da Conceição. Mas foi escolhida, significativamente, para segunda patrona Santa Maria Madalena. A espiritualidade cultivada na Casa anda à volta da devoção mariana, também sob a invocação da Senhora de Lourdes, que pretende ser um caminho a seguir, através dos modelos propostos em que, no segundo caso, se podem encontrar algumas semelhanças de vida.

#### **4.4.3. Trabalho**

O trabalho é um dos outros pilares do programa educacional do P.<sup>e</sup> Airosa e é encarado na dupla perspectiva pedagógica da sustentabilidade e da empregabilidade, revelando também que o seu mentor era um homem de acção. Antes de mais, era necessário manter activas as internas e cuidar da sua sustentação diária. Para isso pensou, o fundador, em criar ofícios e oficinas onde elas pudessem, internamente, realizar um trabalho para fora e, com essa receita, providenciar ao seu sustento e, até, distribuir uma pequena verba quando houvesse lucros.

Mas o grande objectivo era preparar as pessoas para a vida. Instrução e trabalho eram inseparáveis, pois o trabalho desenvolve o pensamento, o pensamento lógico e inteligente. Freinet acreditava que, no e pelo trabalho, o ser humano se exprime e se realiza eficazmente. A pedagogia do trabalho veio a ser, mais tarde, teorizada por pedagogos da Escola Nova, relativamente às crianças, ao propor a junção da cooperação no trabalho colectivo com a valorização da produção individual. Assim, ao mesmo tempo em que se permite que cada um produza no seu próprio ritmo, faz com que perceba que pertence a um conjunto maior e que a sua produção tem valor para todo o grupo, podendo ser melhorada e ampliada pela interferência dos colegas. Este tipo de trabalho desenvolve o espírito de responsabilidade e de sociabilidade, permite a criatividade e a cooperação, motiva a criatividade e a expressão, aumenta a capacidade da reflexão individual e colectiva, valoriza o saber fazer e favorece a capacidade de reduzir os pontos de desigualdades socioculturais.

O tempo de permanência na instituição servia, também, de oportunidade para fazer uma formação profissional ou profissionalizante, a fim de lhes permitir, ou pelo menos facilitar, a entrada no mercado de trabalho e tentar a sua auto-sustentação, a sua autonomia

financeira. Para isso criou um leque diversificado de formações para responder ao interesse das recolhidas, visando a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões, em qualquer ramo de actividade económica. A aprendizagem, feita através da experiência de trabalho, tendia a alcançar uma certa especialização na aquisição de competências profissionais. Mas o saber prático era também acompanhado de um saber teórico, através dos livros e de profissionais competentes que o fundador contratava, como muitas vezes declara nos seus escritos. O seu espírito inovador e empresarial, o seu interesse pela tecnologia avançada e a preocupação pela formação profissional das “suas” internas levam-no à introdução de máquinas de tipo industrial, ao nível das melhores utilizadas na indústria portuguesa de então, colocando-o na linha da vanguarda em algumas áreas, como ele regista no seu caderno de “Apontamentos...”:

No anno corrente [1902] tem-se levantado um pouco mais a officina de costura, addicionando-se-lhe 4 machinas de costura, ultimo invento e mais aperfeiçoado; e uma machina de corte, sumamente vantajosa pelo grande expediente e justeza no talhar. Veio da cidade do Porto mestre competente dar lições de corte pelos processos modernos, desconhecidos ainda em Braga e se adquiriram livros que ministram as respectivas instrucções.

#### **4.5. Reconhecimento/Validação do modelo educativo**

##### **4.5.1. O Colégio de Regeneração no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano de Madrid, de 1892**

Em Outubro de 1892, na comemoração do IV centenário da descoberta da América, reuniu em Madrid o “Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano” para um amplo debate educativo dos finais do século XIX. Nele participaram 2.292 pessoas, com uma representação internacional de 16 países. O êxito de participantes e público foi tão notável que terá superado as setecentas pessoas por sessão.

Facto relevante é a presença significativa de mulheres – 530, correspondente a 23% do total de homens e mulheres –, num momento em que em Espanha se lutava pelo cumprimento de uma legislação que tendia a nivelar o número de docentes masculinos e femininos. O debate andava, então, muito em torno do papel social, político e económico da Mulher e da sua emancipação económica e jurídica.

A delegação portuguesa foi chefiada por Bernardino Machado e da mesa de honra do Congresso fez parte a escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho.

Ora, em 1892 já esta Instituição tinha 23 anos de existência e era amplamente conhecida em todo o país, pelo facto de receber mulheres de todos os cantos do território e também pelos trabalhos que aí se executavam e pelas exposições em que participava. Era sobejamente conhecida da nobreza e dos políticos que sempre a acarinharam.

Bernardino Machado, como é sabido, além de doutor e lente catedrático de Filosofia da Universidade de Coimbra, foi deputado, par do reino, ministro das Obras Públicas e veio a ser Presidente da República. Dedicou-se, particularmente, aos assuntos do ensino e da instrução popular. Em 1892, foi nomeado vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, onde exerceu uma notável actividade ao serviço do ensino, prestando um valioso auxílio às instituições particulares de instrução. Desempenhou algumas missões importantes, entre as quais se destaca a de representante de Portugal em Madrid, no congresso pedagógico hispano português americano, na comemoração do centenário de Cristóvão Colombo. Foi eleito vice-presidente do congresso e para ele organizou uma valiosa colecção de memórias e fotografias dos nossos principais estabelecimentos de instrução, entre as quais se encontra o modelo pedagógico do Colégio de Regeneração que ele pretendia apresentar para que a nível internacional se fizesse “ideia desta tão humanitária obra” (Gomes, 2004: 130).

De facto, em carta dirigida ao Colégio, o pedagogo solicita informação detalhada sobre o seu historial, regulamentos, organização interna, situação actual, amostra de exemplares de trabalhos executados e fotografias do estabelecimento que a Direcção prontamente lhe envia. E, com base nesses dados, elabora uma comunicação sobre o Colégio de Regeneração de Braga que, posteriormente, publicou em Coimbra. O P.<sup>o</sup> Airoso, por sua vez, fez publicar em Braga, nesse mesmo ano de 1892, uma edição que contém todos os elementos fornecidos.

Nessa pequena memória de Bernardino Machado se traça a história sucinta da instituição, que então contava pouco mais de vinte anos de existência, e se expõem as razões da sua fundação e seus destinatários, condições de admissão e os princípios pedagógicos em que assentava. Dá particular realce à instrução e ao trabalho. Aquela compreende as aulas de instrução primária, desenho e música e conta com professores habilitados e uma biblioteca. Faz questão de referir que a professora de música era formada por um dos principais colégios de Londres e o professor de desenho, “um hábil desenhista” muito conhecido pelo seu talento

artístico, que era professor na escola industrial de Braga e que ao Colégio se deslocava a “dar lições de desenho movido unicamente pelo seu zelo e dedicação”.<sup>32</sup>

O trabalho, que também fazia parte da instrução, realizava-se nas oficinas de costura e bordados, engomagem, tecelagem, lavagem de roupa, horticultura e floricultura na cerca da instituição. A qualidade dos produtos havia sido já testada através das exposições em que participara – Braga, Porto, Lisboa e Exposição Universal de Paris, em 1889 – onde em todas haviam sido premiados.

A instrução ministrada nos complicados processos de tecelagem não é empírica mas bem fundamentada “por meio de livros e atlas com suas planches dos melhores autores que tem escripto sobre este ramo de industria”. E apresenta a bibliografia específica: “Alem de dezassete volumes sobre tecelagem, o Collegio mandou vir de Paris uma collecção variada de desenhos e tecidos – typos – para analyse e estudo das asyladas”. E para mostrar o elevado nível de ensino que nesta área se ministra, diz: “Esta orientação de ensino industrial, ainda não adoptada nas fabricas e escolas do paiz, seguida de preferênciã nas escolas estrangeiras”. Para referir a perfeição do trabalho aí executado invoca o testemunho de 10 de Março de 1893, de Pedro Joaquim Martins, um dos mais antigos e acreditado industrial portuense:

Tenho visitado muitas vezes, e de improviso, este Collegio, e n’elle encontrei sempre a melhor ordem e asseio.

Como casa de regeneração e de educação é modelo para imitar-se, e como instituto industrial é admirável pela orientação do ensino, pelo progresso e aperfeiçoamento dos seus productos. Dedicado desde a infancia ao tecido, e director de grandes officinas de tecelagem, posso assegurar que é raro encontrar artista tão habilitado e tão adextrado n’este ramos d’industria, como algumas das asyladas que aqui deparei.

Vi aquellas, que geralmente se consideravam seres inuteis, e até prejudicaes, e das quaes, parecia, já nada haver a esperar, transformadas hoje em obreiras prestimosas, e com indiscutivel vantagem para a sociedade, para o commercio e para a industria.

É um asylo verdadeiramente moralizador e civilizador, que muito deve à instrucção, não deve menos à religião, a unica capaz de taes prodigios.

Os trabalhos produzidos eram adquiridos por “famílias respeitáveis” de Braga, Porto, Coimbra e demais localidades, assim como por titulares e altos funcionários de Lisboa. E acrescenta: “A propria Familia Real, durante o tempo que esteve em Braga, mandou lavar e engommar no Collegio as suas roupas, e fez diversas compras”.

Informa, também, do número de internas, especificando a sua ocupação, o número de educadoras e a respectiva função. Aproveita, ainda, para referir as dificuldades com que a

---

<sup>32</sup> *Convívio*, n.º 41 (8.12.1995).

instituição se debate para fazer face aos numerosos encargos financeiros, com os poucos meios de que dispõe, e apresenta alguns testemunhos de visitas de membros da família real, de ministros e da imprensa.

#### **4.5.2. Outros testemunhos**

Como já se viu nos dois capítulos anteriores, o Colégio de Regeneração foi visitado por uma infinidade de personalidades dos mais variados quadrantes políticos e religiosos que fizeram questão de deixar exarado o seu testemunho que bem pode ser tomado como reconhecimento e validação do modelo educativo adoptado na instituição.

Os resultados práticos obtidos através do processo de regeneração aqui desenvolvido estão patentes nos números expostos na primeira parte deste capítulo e terão uma maior visibilidade no último, onde se apresenta o olhar externo sobre a instituição, numa análise detalhada à imprensa nacional, entre os anos de 1872 e 1936.

## **5. HISTÓRIAS DE VIDA**



No capítulo anterior analisei, fundamentalmente, o processo de admissão, o tempo de internato, os regulamentos, o modelo educativo, os sucessos e insucessos das recolhidas, o regresso à família e a sua inserção social, privilegiando sempre o colectivo em detrimento do individual, até para salvaguarda e respeito pela privacidade das recolhidas.

Neste capítulo pretende-se conhecer a vida de algumas recolhidas – e a vida abarca os costumes, as instituições, as crenças, as vitórias e as derrotas, os ócios e as ocupações (Dewey, 2004:14) – através de uma abordagem à singularidade de alguns casos mais significativos que ficaram registados num caderno manuscrito que se conserva no arquivo da Instituição, intitulado *Colégio de Regeneração. Jardim do Céu*.<sup>1</sup> Este título não é original, foi retirado de uma obra publicada no século XVIII por uma religiosa concecionista, Madre Maria Benta do Céu, que na obra *Jardim do Ceo plantado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Braga... desde o ano de 1629 até o de 1764*, editada em Lisboa no ano de 1766, relata os feitos de vinte e uma religiosas concecionistas que neste Convento de Braga se notabilizaram pela sua vida exemplar e que, segundo os critérios do tempo, foram tidas como virtuosas. Algumas delas são particularmente lembradas pelo seu dinamismo e espírito de iniciativa na fundação de novos conventos, em Braga e em Chaves; outras distinguiram-se pelo zelo que devotaram ao trabalho e à vida espiritual em comunidade.

De todas as religiosas deste convento, Custódia do Sacramento foi aquela que mais se evidenciou e notabilizou já em vida e, sobretudo, depois de morta e cujo processo canónico foi organizado e terminado em Braga, entre 1757-1785, tendo sido considerada *Venerável*. Madre Custódia Maria do Sacramento nasceu na Quinta da Veiga de Penso, em 1706, tomou hábito em 1733 e faleceu a 22 de Junho de 1739. Foi notável pela sua virtude, já desde a primeira infância e durante toda a sua vida em família, e a fama do seu valor e dos seus prodígios viriam mesmo a transbordar dos muros conventuais. Esta religiosa foi uma referência importante nos últimos cento e cinquenta anos desta comunidade monástica e a sua memória perdurou no edifício, para lá da presença das concecionistas. Foi inicialmente sepultada no cemitério geral da comunidade, na antiga igreja, mas devido à afluência de admiradores, resolveram trasladá-la para a nova da igreja onde ficou o seu jazigo, no coro

---

<sup>1</sup> Caderno de 77 páginas com a dimensão de 21x16 cm. ABIMA n.º 10 (1-3).



baixo, havendo sido nele colocada uma pedra tumular, agora exposta no adro da igreja.<sup>2</sup> Entretanto, as suas ossadas foram colocadas num “precioso caixão dourado, com fecho, argolas, e chave de prata, no qual se mandou pintar o escudo das Armas dos seus Ascendentes, que são dos principaes deste Reyno”, encontrando-se actualmente no coro alto da mesma igreja, sobre um pequeno altar.

Passados pouco mais de cem anos da publicação do *Jardim do Céu*, e num contexto completamente diferente – apenas havendo de comum o espaço agora ocupado por esta obra social de matriz religiosa, destinada a regenerar mulheres através da instrução, do trabalho e da religião – eis que novas protagonistas são alvo da atenção, não de uma mas de várias religiosas dominicanas que se ocuparam da educação de mulheres em fase de regeneração. Não se trata agora de reconhecer a vida de ascética e mística de mulheres adornadas de heróicas virtudes e de dar a conhecer as graças divinas, que por seu intermédio são concedidas, mas, partindo de um certo paralelismo, aqui se lavram, para memória futura, os casos mais paradigmáticos de algumas dessas mulheres que, ao longo do tempo, deram provas de verdadeira “conversão”, passando a ter vidas exemplares que, aos olhos das educadoras, poderiam ser apresentadas como modelos de coragem, determinação, comportamento exemplar e amor ao trabalho, na fase de recuperação, e, mais tarde, na família e na sociedade que de novo as receberam. Estas são as flores outras desse novo *Jardim do Céu* que agora serão alvo de análise.

As narrativas contidas neste caderno foram escritas por duas ou três Irmãs Dominicanas (naturalmente, superiores), como se constata pela diversidade caligráfica, que assinalam os percursos de vida daquelas mulheres que mais se distinguiram pela mudança de vida, inteligência, competência profissional ou morte edificante, relevando alguns acontecimentos particulares do seu passado, de que obtiveram notícia pelas próprias protagonistas ou por interpostas pessoas. Os testemunhos que por aqui passam, como que em filme, estão condensados no romance *Reflorir*, de João Grave, numa escrita com objectivos educacionais, pedagógicos e didácticos materializados nas personagens de P.<sup>e</sup> Estêvão e de Maria da Piedade.

Este caderno – *Colégio de Regeneração. Jardim do Céu* – abre com um texto, não datado, onde, muito sinteticamente, se assinala a finalidade da instituição, o dia e ano da

---

<sup>2</sup> AQUI JAZ A ES / POZA DE CHRISTO / CUSTODIA Mª / DO SACRAMENTº / FOI PRª PRECIO / ZA ENTRE SUAS / IRMÃS. FALECEO / AOS 22 DE JU / NHO 1739 / TRESLADARÃO OS / SEUS OSSOS PARA / ESTE LUGAR EM II / DE SETEMBRO DO / ANNO DE 1767.

fundação, o anúncio do ano de 1929 como sendo o sexagésimo da sua existência, bem como o número de recolhidas que, nesse momento, albergava. Há, desde logo, várias questões que se nos colocam: Em que ano começaram a ser feitos estes registos? Todas as narrativas foram escritas em cima dos acontecimentos? Quando foram redigidas? Há conhecimento directo dos factos?

O dado determinante para fixar a data de início deste registo é a referência da escrevente ao facto de a Instituição ter acolhido 1.250 mulheres, até ao momento em que escreve. Ora, se o registo de entrada n.º 1.250 ocorreu no dia 31 de Dezembro de 1928, facilmente se deduz que estes registos tiveram o seu início no ano de 1929. Aproveita, ainda, a escriba para registar alguns dados estatísticos que coligiu: 208 foram colocadas a servir; 102 casaram à saída ou mais tarde; 608 foram entregues às famílias ou protectores; 14 voltaram para os maridos; 84 saíram mas ignora-se o seu destino; 96 faleceram e 138 estão, presentemente, no Colégio.

Depois desta breve introdução, informa que estes dados foram extraídos de documentos estatísticos mas afirma que eles não representam a “verdade inteira”, porque “o Colégio tem recebido mulheres de diferentes países – francesas, americanas, hespanholas e africanas, e as mesmas portuguesas de varias cidades, vilas e aldeias das mais longinquas, e ainda algumas das possessões ultramarinas, e tendo sido muitas destas levadas por seus familiares ou tendo regressado à sua naturalidade, não se pode averiguar qual a sua situação e comportamento actual”. Termina esta nota introdutória com a convicção de que muitas outras, de quem não se sabe o rasto, terão refeito a vida, vivendo com dignidade: “Quantas outras, além das que acima mencionamos, que em virtude da instrução e educação recebidas no Colégio serão hoje modelos de bom comportamento, a consolação e amparo de seus pais!...”. E continua: “Em seguida descrevemos alguns factos invulgares e edificantes. Outros mais poderíamos apresentar e que por brevidade evitamos”. Na verdade, são 71 histórias de vida, umas desenvolvidas e com bastantes detalhes, outras mais sucintas mas, mesmo assim, dignas de registo. Deste total, apresentam-se 40 casos de recolhidas que, no confronto com outras fontes internas, foi possível identificar, e se situam, no todo ou em parte, no período em análise nesta tese – 1869-1931. Além destas, há duas histórias de vida às quais, por diferentes razões, se dá especial relevo no contexto deste conjunto.

Não há uma definição rigorosa dos critérios utilizados para a inscrição destas histórias neste memorial. Mas seguramente que se trata de “casos invulgares e edificantes” que poderão ser apontados como o próprio rosto da instituição e o produto final do seu trabalho,

como testemunhas em sede de uma apropriação. Não há, também, uma sequência cronológica dos casos narrados, o que dá a entender que as narrativas foram sendo construídas à medida que as lembranças foram surgindo e os dados se tornaram mais clarificados, servindo-se naturalmente de informações orais ou escritas de outras religiosas (em algumas situações com testemunhos da própria recolhida) ou até do próprio P.<sup>e</sup> Airosa. Num ou noutro caso ter-se-á servido a escriba do conhecimento directo, como pode ter acontecido com o último relato desta série cujo falecimento ocorre em 1923. Para o caso das que saíram da instituição, ou nela faleceram a partir de 1928, há seguramente um conhecimento directo porque os registos são feitos, normalmente, à saída da instituição ou à morte da recolhida.

É de referir, ainda, uma nota importante, relativamente ao facto de às primeiras treze narrativas ter sido dado um título que, de alguma forma, traduz o que de mais relevante caracteriza a vida da recolhida, como: “Encontro da ovelhinha desgarrada”; “Coragem e firmeza”; “Acto heróico”; “Feliz encontro”; “A Prudência”; “Desdita e ventura”; “A Ditosa”; “A Providência”; “Desgraça e ventura”, etc. A apresentação destas histórias segue a ordem do caderno manuscrito.

### **5.1. Colegiais que mais se evidenciaram no processo de regeneração**

Os casos relatados são todos eles de sucesso e, salvo algumas excepções, são situações de regeneração e pretendem assinalar algumas facetas de vida, muito específicas e singulares, destas recolhidas. São fruto da perseverança no novo rumo que deram às suas vidas, seguindo o lema que o P.<sup>e</sup> Airosa lhes apontava – “*Importa perseverar!*” A perseverança tornou-se uma prática de vida, um estilo moral de quem se mantém fiel ao seu caminho e às suas convicções, sabendo que isso tem um custo previsível: a turbulência e a aspereza das viagens da verdade. A perseverança queria dizer não abandonar a meio a obra começada, mas insistir com todas as forças para levá-la ao fim. Nesse sentido, a perseverança funcionava como uma espécie de laboratório experimental da esperança, pois não se tratava apenas de cultivar uma aspiração, mas de colocar em prática e perseguir, de forma consequente, um objectivo espiritual ou material que fosse. Havia, para isso, uma educação em vista da perseverança, e esta era considerada uma virtude, isto é, uma força que qualifica a existência.

Perseverar é suportar, manter firme a orientação porque se tem diante dos olhos uma meta a alcançar. Perseverar é acreditar que o presente mantém uma aliança (que não é fortuita

nem absurda) com o futuro: o gesto de semear liga-se com racionalidade à expectativa de colher. Perseverar é manter firmemente a constância, continuar numa via contrariando mesmo as maiores dificuldades.

São Tomás de Aquino diz que “a perseverança é um estável e perpétuo permanecer no bem”. A arte da perseverança tem a ver com as dificuldades internas inerentes ao próprio caminho ou à decisão tomada. A arte da perseverança não é um combate de certos dias ou de certas estações: é, sim, um combate de todas as horas e de todas as etapas. É um combate interno (consigo, contra si e por si) para manter no tempo. O P.<sup>e</sup> Airoso estava bem ciente da necessidade de perseverança e a sua mensagem ainda hoje está bem viva nas utentes mais idosas do IMA.<sup>3</sup>

São histórias de perseverança, aquelas que aqui se evocam mas todas diferentes porque não há vidas iguais. Perante estas histórias ocorre perguntar: Que credibilidade merecem? Que grau de objectividade encerram? É verídica a identidade das pessoas referenciadas?

Não é fácil verificar e demonstrar a veracidade e objectividade do conteúdo dos textos mas é crível que corresponda à verdade dos factos, tendo em conta a autoridade moral das redactoras que ocupavam lugares de relevo dentro da instituição educativa e que são merecedoras da consideração da superiora geral da Congregação, do director da Casa, das senhoras da Direcção e da sociedade em geral. Claro que há sempre uma parcela de subjectividade no relato porque em causa está sempre o ponto de vista do narrador mas persiste o substancial, o essencial da questão.

O confronto destes dados extraídos do caderno *Colégio de Regeneração. Jardim do Céu* com outras fontes internas, nomeadamente os Livros de Registo de Entrada e os Processos de Admissão, permite-me apresentar, à cabeça de cada uma das histórias, uma sintética resenha biográfica da recolhida – identificação, filiação,<sup>4</sup> estado, local de origem, data de entrada e saída da instituição, número de registo de entrada, nome adoptado no Colégio (sempre que possível), motivo de internamento e tomada de iniciativa no processo de regeneração.

---

<sup>3</sup> Nas comemorações dos 142 anos da Instituição, uma antiga colegial, num poema muito simples mas muito sentido, dedicado a Monsenhor Airoso, termina assim: “E muito velhinho / Já quase a findar... / Deixa uma MENSAGEM / Importa Perseverar”.

<sup>4</sup> V. AP. DOC. Doc. 163.

**Maria do Carmo** – Zamora (Espanha). 31.01.1881 / 01.05.81. Registo n.º 259.

É a história de uma rapariga de 18 anos, solteira, de Zamora (Espanha), a viver em Braga numa casa de prostituição. É ela que toma a iniciativa de, através da lavadeira dessa casa, solicitar o ingresso no Colégio de Regeneração para encetar uma nova vida. Aí permanece 3 meses e é dado conhecimento aos pais que, a pé, pedindo esmola para sobreviver, se deslocam de Zamora a Braga, para recuperar a filha desaparecida. É referida como um caso de recuperação bem-sucedida.

#### ENCONTRO DA OVELHINA DESGARRADA

Uma hespanhola de Zamora, (Castela) que no livro de movimento do Colegio tem o numero 259, de 18 anos, de nome Maria do Carmo estava n'uma casa de vicio em Braga.

Como tivesse recebido uma educação religiosa de seus pais, vivia torturada. Pediu entre lagrimas à lavadeira da casa, que a ajudasse a sair d'aquela antro.

A lavadeira procurou o Rev.º Airosa, e pouco depois era admitida.

Deu-se logo conhecimento do facto aos pais, pedindo-se-lhes o seu consentimento e ela o seu perdão.

Responderam significando a sua consolação, pois que não sabiam dela há muito. Passados meses batiam à porta do Colegio dois pobres mendigos, homem e mulher, hespanhoais, ele cego. Eram o pai e mãe que vinham procurar a sua filha, para o que percorreram quarenta léguas a pé pedindo esmola pelo caminho.

O encontro foi comovente. Como a filha estivesse já regenerada resolveram leva-la no dia 1 de Maio de 1881.

Algumas pessoas que assistiram à tocante e edificante scena quotisaram-se para pagar aos pobres perigrinos o seu regresso em caminho de ferro. (pp. 3-4)

**Luísa** – Barcelona (Espanha). 16.03.1883 / 31.07.1883. Registo n.º 297.

A história desta jovem de Barcelona, Luísa dos Remédios, é apontada como um caso de verdadeira regeneração. Filha de pais incógnitos, solteira, dançarina no Teatro de S. Carlos, em Lisboa, tem conhecimento deste Colégio e decide mudar de rumo, abandonando uma vida, onde, materialmente, nada lhe faltaria. Aqui se mantém cerca de cinco meses, onde se recupera. Volta para Barcelona para a família adoptiva e, de lá, manifesta a sua gratidão a quem a ajudou a reorientar a vida.

### CORAGEM E FIRMEZA

Caso interessante é o de uma hespanhola de Barcelona, Luisa R. E. de las Dolores, formosa, inteligente, nova e bem educada. Foi uma das principais dançarinas do Teatro de S. Carlos.

Não lhe faltavam comodidades nem lucros. Pois abandonou tudo para vir procurar a sua regeneração no Colegio onde foi recebida.

A sua conversão foi edificante. Saiu no dia 31 de Julho de 1883.

Publicamos em seguida a carta que logo depois da sua chegada à terra natal escreveu, cheia de gratidão à Irmã Superiora.

Transcrição da carta que, de Barcelona, enviou à Madre Superiora:

“J. M. J.

Mi muy querida y respectable Señora, le escribo esta para participarle que lheguei vien. Fuy muy vien recibida por mis padriños, e tenido un viagem lindíssimo. Mi madriña tiene un oratório muy bonito, de lo que me alegrado muchissimo por que asi puedo acer oraciones com mais debocion.

Espero que no se olvidaran en pedir a nosso Señor por mi. Muchas lembranças a todas las Señoras y en particular al Sr. Padre Superior y a la Snr.<sup>a</sup> D. Maria Perri, que cualquier dia de estos pienso escribirle. Reciva a mil saudades de esta sua umilde servidora

Luisa R. E. de las Dolores”. (pp. 5-6)

**Maria de Jesus** – Porto. 24.12.1886 / 21.03.1888. Registo n.º 379.

É o caso de uma jovem rapariga do Porto, de 26 anos, criada de servir, que foge, sem deixar rasto, para se libertar da situação em que vivia com quem a desencaminhou e que não suportava mais. Nem aos pais deu conhecimento. Decide, sozinha, bater à porta do Colégio de Regeneração, à procura da paz de que necessitava. Não pôde ser admitida por falta de lugar. Mas não desistiu. Permaneceu em Braga, hospedando-se numa casa de família, e, ao fim de várias semanas de insistência, conseguiu a admissão.

### ACTO HERÓICO

Em certo dia o Director do Colegio de Regeneração recebe recado de que na portaria estava uma rapariga que desejava falar-lhe.

Entrevistado declara-lhe que era criada de servir na cidade do Porto e que por motivos assás ponderosos não podia continuar nessa casa. Que fugira clandestinamente, e vinha pedir a sua admissão no Colegio, único refugio que a podia libertar, e valer em sua triste e arriscada situação.

Respondeu-lhe o Director que actualmente a não podia admitir porque a casa estava cheia e faltavam recursos. E responde:

- “Pois eu espero que haja ocasião favorável. Entretanto eu me conservarei aqui em Braga, na casa em que me hospedei, e que espero conseguir prestando gratuitamente os meus serviços, sem soldada, e apenas o sustento, e virei aqui todas as semanas informar-me do dia em que posso conseguir o que desejo”.

E assim o fez. Volta na semana seguinte e outras mais ainda, com o mesmo pedido, e com tal insistência que não houve animo de resisitir.

Conseguida a admissão entra no Colegio nesse mesmo dia toda alegre e contente.

Subidas as escadas aproxima-se do Director, entrega-lhe o cordão d’ouro e brincos que usava dizendo:

- “Ofereço este ouro a Nossa Senhora de Lourdes que se venera na igreja deste Colegio. Prometi dar-lho no primeiro dia da entrada no Colegio, se tal conseguisse”.

No Colégio era um modelo de virtude. Só vivia para Deus. Edificava as companheiras pelos seus serviços e pelo seu fervor e piedade.

Passados alguns anos acometida de gravíssima e fatal doença, prevendo a morte que se aproximava, manda chamar o Director e faz-lhe a seguinte declaração:

- “Eu fugi do Porto, e nem minha família nem pessoa alguma soube porquê, e para onde eu vim, nem aqui no Colegio o revelei a alguém pelo receio de que a pessoa que me desencaminhou, conhecendo o meu paradeiro, viesse inquietar-me e perseguir-me, pois que em uma ocasião em que lhe manifestei vontade de o deixar, me ameaçou furioso, com a morte em qualquer parte que eu me encontrasse. Peço portanto que depois do meu falecimento escreva a meus pais dando-lhe a notícia de eu me [ter] acolhido a este Colégio e haver falecido”.

O seu numero na estatística do Colegio era 389<sup>5</sup> e nome Maria de Jesus.

Faleceu com 28 anos de idade, com morte edificante. Já de Deus recebeu a recompensa da glorificante acção que na terra praticou; e bendirá a casa que lhe valeu e a salvou. Faleceu a 21 de Março de 1888. (pp. 7-9)

**Teresa** – Vila Pouca de Aguiar. 19.01.1882 / 15.03.1890. Registo n.º 279.

É a história de uma jovem mulher casada que, em consequência de um grande desgosto, veio para Braga onde se dedicou à prostituição. Um encontro fortuito terá sido o toque para uma

---

<sup>5</sup> O número de registo de entrada é 379 e não o acima referido.

mudança de vida. Depois de aconselhada a ingressar no Colégio de Regeneração, decide dar um passo em frente mas encobre a sua naturalidade e filiação. Manifestava ter tido boa educação e revelava boas capacidades para trabalhos manuais. Aí se regenerou e, mais tarde, declarou o seu nome verdadeiro (diferente do que havia indicado inicialmente).

#### FELIZ ENCONTRO

Um dia ao fim da tarde o Exmo. Snr. Conego Alves Mateus, de saudosa memória, passando com alguns amigos no Jardim de S. João da Ponte, encontrou uma infeliz, nova, com estranhos modos e traje singular, que revelavam um triste viver. Dotado d'um esplendido coração exortou a desgraçada a que abandonasse o vicio, apontou-lhe o medonho futuro que a esperava – a pobre enxerga no canto d'um hospital com os horrores do remorso e do sofrimento. Aconselhou-a a que entrasse no Colegio de Regeneração para recuperar a dignidade e a paz, com todos os fructos d'uma vida recta. Estas palavras calaram na alma da desventurada, que no dia seguinte já se encontrava no meio das companheiras do Colégio, alegre e bemdizendo a mão bemfazeja que a levantara do abismo.

Notava-se porem na recém convertida no seu dizer e na vivacidade dos olhos indícios d'um certo desarranjo mental, fructo talvez d'um grande desgosto. Encobria sua naturalidade e filiação: ora dizia que era d'esta, ora d'aquela cidade. Mostrava ter tido uma certa educação, porque lia, escrevia bem e bordava perfeitamente. No fim d'alguns anos sobreveiu-lhe um ataque forte e recupera o uso das suas faculdades intellectuais. Declara seu nome diverso do que tinha dado à entrada, lamenta o seu passado, sofre com resignação e morre no dia 15.03 de 1890 tão bem que edifica as companheiras. O Conego Alves Mateus sempre que visitava o Colegio animava-a à perseverança e deixava-lhe a sua esmola.

De certo já recebeu de Deus a recompensa d'esta e d'outras boas acções que praticou na terra.

Esta rapariga tinha o nome de Tereza. [Esta última nota é um aditamento ao texto inicial, como se comprova pela diferença de caligrafia] (pp. 9-10)

**Prudência** – Braga. 02.01.1894 / 02.07.1900. Registo n.º 536.

Mais um caso de uma jovem de 21 anos, solteira, que vive irregularmente com um homem rico, de quem tem uma filha. Não se sentindo bem, em consciência, com a vida que levava, faz várias tentativas para deixar a situação. Finalmente, é admitida no Colégio, onde se regenera, entregando a filha a familiares.



## A PRUDÊNCIA

Prudencia inocente e simples e na idade de 21 anos caiu na desgraça por não ter quem a acautelasse. O amasio, homem rico, cercava-a de luxos e confortos. Ela nunca viveu bem assim, e fez varias tentativas para deixar aquela vida que a vexava. No entretanto teve uma filha.

Em um dos dias da novena de Nossa Senhora de Lourdes ouvindo um sermão dum zeloso missionário, teve uma perfeita compunção, resolve deixar o mau caminho que trilhava e com lagrimas e em alta voz diz: “Quero recolher-me a este Colégio”. E atendendo aos seus rogos a Direcção do Colegio resolveu admiti-la. Pouco depois abandonando todo o luxo que a cercava entrou no Colegio. O amasio por seu turno voltava tambem à piedade, e a filha era entregue a umas pessoas de sua família: visitava a mãe de vez em quando. Morre aquele e deixa a mãe usufrutuaria d’uma bôa porção de dezenas de contos.

O P.º Director chamou-a e dando-lhe parte do ocorrido, disse-lhe que podia escolher. Ela nem um minuto exitou. Ficou no Colegio.

Já há muito que a terrivel tuberculose a afligia. Meses depois caiu na cama e aí sofreu meses, n’uma resignação angelica, pedindo a Deus aproximasse a hora de a levar para si. Parecia uma santa.

Pouco antes de morrer no dia 2.07.1900, o Rev.mo Airosa disse-lhe, em piedoso gracejo, que quando chegasse ao Céu, pedisse a Deus uma quantia relativamente importante que era precisa para as obras.

– Não será muito? inquiriu ingenuamente a rapariga.

– Não, respondeu o P.º Director. Para Deus não é muito.

A Prudencia serenamente adormeceu no seio de Maria, e passados poucos meses o Colegio recebia d’ um bemfeitor precisamente a quantia recomendada à doce agonisante. (pp. 11-12)

**Maria Emília** (*Nascimento*, no Colégio) – Penafiel. 13.04.1914 / 08.12.1915. Registo n.º 1011.

É a história amarga de uma menina de 16 anos, filha natural e órfã de pai, que revela coragem e força de vontade para levar uma vida digna mas não consegue. Para se libertar do assédio a que constantemente era sujeita, foge do hotel onde a mãe a colocara. Mas é rejeitada pela própria mãe e pela família, tendo de voltar para o mesmo local de trabalho, onde acaba por sucumbir ao ambiente de prostituição. Adoece gravemente e vai parar ao hospital, onde tem conhecimento da existência deste Colégio de Regeneração. Pede auxílio a uma senhora e consegue entrar nesta Casa, o seu porto de abrigo, onde experimentou a paz interior que a vida em que a mãe a lançara lhe havia negado.

### DESDITA E VENTURA

A enternada no Colegio de Regeneração Nascimento, natural de Penafiel, na estatística 1011, era filha natural. Sua mãe em mau caminho e para mais livremente poder continuar sua vida desregrada colocou a simples e inocente criança como criada em um hotel. Aí perseguida a pobre menina resolve deixar o hotel a fim de se libertar da angustiosa situação.

Dirige-se à mãe expõe-lhe o que se passa e pede-lhe consiga outra arrumação. A mãe repele-a bruscamente. Recorre a outros seus parentes, e o mesmo desacolhimento em todos. Assim repudiada e abandonada volta para o mesmo hotel. Aí o precipício e a desgraça!...

Com grave doença recolhe ao hospital aonde passa alguns meses em tratamento; e tendo conhecimento do Colegio de Regeneração resolve acolher-se a este abrigo de caridade, o que consegue com o auxilio duma piedosa e caridosa senhora.

Entrou no Colegio a 15 de Abril de 1914, com 16 anos de idade, seu comportamento era modelar, mostrava sincera conversão, e edificava as suas companheiras.

Acometida duma grave doença que suportou com admirável paciencia, desprendida completamente da terra e com os mais ardentes desejos do ceu faleceu no Colegio com 20 anos de idade no dia 7 de Dezembro de 1915.

Na sua prolongada doença recordando-se de que fora ludibriada, caída na miséria, desprotegida desde criança e até abandonada dos seus, por vezes dizia:

“Não tenho pena de morrer, tomara deixar este mundo onde não encontrei senão quem me fizesse mal!... Valeu-me esta casa. Deus abençoe os que a protegem”.

Estas foram, e serão ainda as palavras que, lá no céu, repetirá junto de Deus. (pp. 13-14)

**Rosa** (*Faria*, no Colégio) – Braga. 21.05.1910 / 04.01.1928. Registo n.º 988.

Esta menina, filha natural e órfã de mãe aos 10 anos de idade, é acolhida por uma família de Braga, como criada, onde esteve até aos 16 anos. É aliciada por uma mulher que, com falsas promessas, a lança numa casa de prostituição. Adoece e recorre ao hospital. Sentindo-se sozinha no mundo, decide bater à porta do Colégio de Regeneração onde, aos 18 anos de idade, é acolhida e enceta o seu processo de regeneração.

### DESGRAÇA E VENTURA

Em uma freguesia rural próxima da cidade de Braga existia uma pobre mãe, com duas filhas, que viviam do trabalho do campo e de donativos de pessoas caridosas.

A mãe faleceu quando a filha mais velha tinha apenas 10 anos.

Uma família de Braga tomou esta filha para sua, e aí continuou a servir até à idade de 16 anos, com bom comportamento e muito estimada.

Em certo dia é investida por uma das mulheres mais degradantes, que a aconselha e induz a ir servir para outra família, que ela lhe arranjará com soldada mais vantajosa e em melhores condições. Inexperiente, ingenua e simples, concorda e vai em sua companhia.

Passados dias entra no hospital e findo o tratamento, definhada não encontrando alguém que a acolhesse dirige-se ao Colegio de Regeneração a pedir a sua admissão.

Entrou no Colegio em 21.07.1910, com 16 anos de idade. O seu comportamento era modelar, mostrando sincera conversão e edificando suas companheiras.

Nos 17 anos de internato a sua doença, que sempre mais ou menos a acompanhou, deu numa tuberculose, que ela suportou com edificante e admirável paciência, chegando mesmo a desejar morrer, coisa que ela mais temia.

Alguns dias antes da sua morte fazia gosto vê-la e ouvi-la, não só pela sua conformidade com a Divina Vontade, como ainda pelos salutareos conselhos que dirigia a suas companheiras, que admiradas, a escutavam. (pp. 22-23)

Na página 57 do caderno donde se retiram estas narrativas, aparece uma nota muito breve dando conta de que a Faria “sofreu muito e reagiu enquanto pôde. Foi 3.<sup>a</sup> dominicana e faleceu a 4 de Janeiro de 1928”.

O relato da vida desta colegial termina com a transcrição de alguns dos conselhos que deixou às suas companheiras.

Minhas amigas, lhes dizia ela:

Eu prostrada neste leito, sofrendo dores horrorosas, digo-vos que vale bem a pena suportar com paciência todos os sacrifícios e mortificações que aqui passamos para chegar a este momento, sentirmos e gosarmos um pouco das delicias do ceu. Não sei que fiz para tanta recompensa. Ao contrario ocorre-me ao pensamento as minhas rabinices, o meu mau genio e tantas contrariedades que suportei como pude com a graça de Deus.

Jesus digna-se dar-me já um pouco da sua felicidade!

E depois no ceu, nessa pátria bem aventurada?!...

Uma eternidade de gozo por tão poucos sacrifícios. Ainda que aqui passasse um seculo era nada.

Meu Deus, que confusão. Eu uma pobrezinha sem nada, vejo-me tratada e considerada como uma rainha.

Os meus superiores como pais carinhosos, todos me veem ver oferecendo-me seus serviços. As minhas companheiras e irmãs queridas a quem sempre muito estimei, todas me rodeiam.

Como Deus é bom para mim. Como sou feliz no meio de tantas dores! Ai queridas, uma coisa vos peço e escutai os conselhos duma vossa companheira prestes a dar contas a Deus. Nunca vos deixeis seduzir pelo demonio na tentação de abandonardes esta casa.

Tereis lutas, desânimos e contrariedades. Tudo vos há-de servir para de novo vos arrastar ao mundo, mas lutai e vencei. Só Deus sabe as amarguras e abundantes lagrimas que isso me custou. Mas agora a tranquilidade que é o que há de mais a desejar.

Rogai a Deus o seu amparo e conforto para quando chegar a vossa hora gosardes a mesma felicidade. Não vos esqueçais da minha pobre alma, que eu prometo la no ceu também não vos esquecer...

Esta casa que me acolheu e salvou dando-me tudo tanto espiritual como corporal, como poderei esquece-la? Nunca, oh nunca, e la no ceu, com as que já lá estão, e que aqui vieram receber os mesmos benefícios rogaremos a Deus se digne continuar a proteger, e amparar este santo refugio que tantas almas tem encaminhado para o ceu, libertando-as da condenação eterna.

**Maria da Piedade** (*Marta*, no Colégio) – Portalegre. 28.07.1926 / 22.07.1929. Registo n.º 1204.

É uma rapariga exposta que foi adoptada e, posteriormente, abandonada pelos pais adoptivos. Desconhece-se o seu percurso até chegar ao Colégio mas, pelo que se infere do texto, parece que o motivo da sua entrada se deve ao comportamento desviante em que viveu.

#### A MADALENA

Era modelo de paciência e de fervor durante os últimos meses. Pedia constantemente a Deus a morte porque dizia: “Tenho medo de mim”.

Faleceu com grave doença no dia 22 de Julho de 1929 no dia de Santa Madalena. Disse à colegial Judite um mês antes da sua morte: “Quem me dera que Santa Maria Madalena me desse uma verdadeira conversão e me levasse para o céu no dia da sua festa”, e assim aconteceu, o que não era muito a esperar porque nesse dia aparentava melhoras.

Visitada no dia do seu falecimento por uma colegial sua amiga ao ver que ela a fixava com lagrimas [diz-le:] “Não chores por mim porque não vou para o mundo. Vou para o ceu”.

Achava-se gravemente doente e em perigo de vida a colegial Ambrosina e ela oferece a Deus a sua vida em troca da sua Ambrosina por intender que mais falta fazia esta ao Colegio do que ela própria.

Era natural de Portalegre, exposta e desprezada por seus pais adoptivos.

Entrada no Colegio aos 17 anos de idade no dia 28 de Julho de 1926 onde se conservou por espaço de 3 anos.

Faleceu no dia 22.07.1929, num quarto do hospital de S. Marcos, conservando as suas faculdades mentais e a própria fala até poucos minutos antes de morrer, respondendo claramente às invocações e jaculatórias até ao momento em que, segundo ela disse, começava a não poder falar.

Teve os responsos de sepultura no cemitério, e jaz na sepultura n.º 754, 2.ª secção, ao lado esquerdo da capela do cemitério publico de Braga. O caixão, modesto, foi fornecido pelo hospital e o habito de Nossa Senhora da Conceição pelo Colegio.

Tinha no Colegio o nome de Marta. (pp. 26-27)

**Alice da Conceição** (*Alice*, no Colégio) – Lisboa. 07.03.1925 / 09.03.30. Registo n.º 1179.

Filha natural que, com poucos meses de vida, perde a mãe, ainda muito nova. É criada pela madrinha e, aos 18 anos, é seduzida com falsas promessas, enveredando por um caminho que parece ser o da prostituição. No hospital é exortada pelo capelão a mudar de vida. Entra no Colégio e faz o seu percurso de regeneração, decidindo permanecer aí, com receio de voltar a trilhar o caminho anterior.

#### UM BOM EXEMPLO

Vivia em Lisboa uma pobre mãe, ainda nova, com uma filha na idade de poucos meses. Esta mãe, acometida duma grave doença, receando a morte, pede à madrinha da sua filha a caridade de a acolher e educar na sua falta. A madrinha assim fez.

Quando a afilhada contava já 18 anos, seduzida pela promessa de casamento, resvalou, caiu espiritual e corporalmente. Queda fatal e tão desastrosa que a levou ao hospital. Ali em tratamento da gravíssima doença durante alguns meses acontece que um zeloso sacerdote, visitando os enfermos, ao avista-la no leito reconhece que é aquela a quem ele tinha administrado a comunhão na sua meninice. Faz-lhe algumas exortações e recomenda-lhe a confissão. Ela recordando-se da sua inocencia, boa saúde e da alegria d'outrora, e hoje em estado tão lamentável, derrama lagrimas de dôr, faz a confissão com o Rev.mo sacerdote, e suplica que lhe consiga algum asilo ou Colegio de Regeneração aonde se acolha, porque mais não quer voltar para o mundo.

Conseguiu o seu desejo, entrando no Colegio de Regeneração no dia 7.03.1925, com 18 anos de idade. O seu comportamento no Colegio era edificante.

Durante os 5 anos de internato a sua doença que sempre a acompanhou deu numa tuberculose, que ela suportou com admirável paciencia e conformidade na divina vontade.

Interrogada por uma companheira do modo como se achava na sua doença respondeu:

- “Bem seja feita a vontade de Deus”.

- E aquela tentação que tinhas de sair do Colegio ainda continua?

- “Não. Um dia depois da comunhão pedi a Nosso Senhor me mostrasse qual a sua vontade. Afigurou-se-me então o quadro terrível que ia passar, desgostos e os perigos em que iria colocar-me de novo, sendo já de sobra o grande martírio que actualmente estou sofrendo, iludida pelas falsas promessas dum futuro feliz, resolvi conservar-me no Colegio até à morte, pedindo a Deus aceitasse este grande sacrifício em desconto dos meus pecados e pela conversão da minha família”.

- E daquele teu genio tão pouco sofredor que à mais pequena palavra te exaltavas, e tudo eram queixas que tanto escandalizavam as companheiras como podeste conseguir emendar-te?

- “Eu te digo. Um dia, em que estava bastante exaltada murmurando e queixando-me, uma companheira diz-me: “cala-te, não fales assim, cala-te já disse. Quando te encontrares assim inquieta fecha a boca e olha para as tuas próprias faltas, mais que para as alheias, e cala também o teu coração exercendo a paciência e caridade”. Desde então trazia constantemente na lembrança a palavra cala, cala e foi o que me valeu, e assim consegui ter daí por diante dias de santa paz e alegria como nunca experimentei. E olha, faz tu também o mesmo e reconhecerás quanto isso te aproveita. Quando receberes alguma repreensão cala, uma murmuração cala, um mau juízo cala, algum aviso cala, alguma palavra menos agradável cala, algum trabalho que não gostes cala. Faz assim e verás como estarás sempre em paz contigo e com todos.

Faleceu no dia 9 de março de 1930. O seu cadáver foi amortalhado conforme ela havia pedido com o vestido mais velho que ela e suas companheiras usavam no Colegio.

No Colegio tinha o nome de Alice. (pp. 28-31)

Há um segundo registo desta colegial, na p. 50, onde consta o seguinte:

Alice de Lisboa. Uma rapariga um tanto estimada e bonita; estando muito doente pediu aos superiores que quando morresse desejava ir vestida com o uniforme da casa, o mais velho. Julgamos por este desejo, que foi para se penitenciar pela muita vaidade que teve durante a vida. O Rev. capelão que lhe assistia ficou bastante impressionado com uma grande aflição que teve a Alice. Assisti e também me custou. Fazia muitas contrações com o rosto, e disse depois ao Rev. capelão: “se não fosse isto...”.

O capelão nessa ocasião era o Rev. P.<sup>e</sup> Lopes que actualmente está no Seminario de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição. Faleceu a 9.03.1930.

**Maria Antónia Fernandes** (*Sousa*, no Colégio). Póvoa de Lanhoso (Águas Santas). 04.04.1887 / 28.11.1922. Registo n.º 384.

Filha de mãe solteira e criada pela avó, depois de abandonada pela mãe, vivia em extrema pobreza. É enviada para Braga, onde é abusada sexualmente, e vai parar ao hospital. Ao sair

daí, sem qualquer tipo de retaguarda, decide bater à porta do Colégio que lhe pareceu ser a sua única tábua de salvação. Depois de muita insistência, conseguiu ser admitida e aí decorreu, com sucesso, o seu processo de regeneração.

## O ADEUS

Se é triste e assim penosa a despedida não o é menos a recusa da admissão.

Vejamo-lo no seguinte facto. Em certo dia o Director do Colegio recebe recado de que na portaria estava uma rapariga, que desejava falar-lhe. Apenas ele chega, a rapariga ajoelha, lança-se-lhe aos pés, pedindo com lagrimas e por amor de Deus, que a admita no Colegio. Levanta-a e pergunta-lhe qual o motivo que a traz ali, se não tinha família, etc. Era d'aldeia e tinha 14 anos. Ela responde:

- Minha mãe é solteira e fugiu não se sabe para onde; fiquei com minha avó, que entrevou. Vivíamos d'algumas esmolas dos vizinhos que eram poucos no lugar, e pobres. Eu trabalhava na meia, no que ganhava muito pouco, e nem sempre tinha que fazer; de modo que ambas passávamos fome. Cheguei muitas vezes a comer a cal das paredes por não ter outra coisa. Minha avó, tendo pena de mim, mandou chamar uma visinha, e pediu-lhe que me arranjasse uma casa em Braga, onde eu podesse ir servir, e diz-lhe: “Olha se arranjas na cidade uma casa onde essa pequena possa servir. Basta que uma só fique na miséria e na fome. Essa inocente pode ganhar o pão”.

E a visinha trouxe-me para a cidade, colocou-me em casa d'um padeiro na rua... Algum tempo depois os amos mandaram-me com os porcos para o monte de ... e aí ... Não me valeram gritos nem lagrimas... Ninguém para me defender. Vim para casa triste... e passados dias apareceu-me uma doença. Os amos mandaram-me para o hospital, e não mais fizeram caso de mim... Estive no hospital 3 meses. Saí hoje já curada, e não tenho ninguém por mim, venho pedir que me aceite n'esta casa. Aceite sim... por amor de Deus...

E ofegante aguarda a resposta.

Quem poderá assistir indiferente a uma sena d'estas?!

Que resolver? Resistir, deixar de atender a uma suplicante assim?...

Mas ocorre – o Colegio não pode mais... – e por outro lado a ideia religiosa que nos segreda – é Deus que chama, Ele proverá – e ainda o dever da humanidade que nos argue... – a ti nada te falta, e essa pobre rapariga!...

É notável aquela frase de Labruyère – “Há uma espécie de vergonha em ser-se feliz em face de certas misérias”.

Não se resiste, não; porque não se pode resistir. Não se resiste a tão grande necessidade com mesma facilidade com que se resiste ao pedido d'um amigo, ou ao empenho de pessoa respeitável.

Pois caro leitor, muitos destes casos ali ocorrem, e alguns de urgência maior ainda, os quais a conveniência, moralidade e decencia, me inibem de narrar.

A rapariga dos 14 anos da qual vínhamos falando, foi atendida. Faleceu no Colegio e o seu comportamento era modelar mostrando sincera conversão e edificando suas companheiras. Como que adivinhando a morte foi despedir-se de toda a comunidade, e dizendo o seu adeus a todas, morreu repentinamente nesse mesmo dia. No Colegio chamava-se Sousa. (pp. 31-34)

**Júlia Rodrigues** – Barcelos (Encourados). 27.03.1917 / 20.05.1931. Registo n.º 1056.

Solteira e com a mãe falecida, entrou no Colégio com 23 anos de idade, desconhecendo-se a razão que a levou a solicitar o seu ingresso, e aqui viveu até à morte.

### O MILAGRE

Julia Rodrigues, filha de José Rodrigues e de Rosa Loureiro com 32 anos de idade, natural de Encourados, Barcelos, no Colegio ha 9 anos, nestes dois últimos anos entrevada, com uma doença acentuada que a havia reduzido a um estado de magreza excessiva, causava dó.

No dia 29 de Novembro de 1926 foi conduzida nos braços de suas companheiras para o côro da igreja do Colégio, para assistir à novena em honra de Nossa Senhora de Lourdes, a qual começava nesse dia com grande solenidade. Assistiu a toda a novena com a maior devoção e fervor rogando à SS. Virgem a sua cura. Ao findar a novena achava-se algum tanto melhor e com vivas esperanças de conseguir o que desejava.

No dia 11 de Dezembro sentiu um grande abalo e comoção interior, e ocorrendo-lhe o pensamento de que estava curada, toda alegre e contente com um sorriso nos labios exclama: “estou sã”. Percorre a casa visitando suas companheiras, que a olham surpreendidas e admiradas ao ve-la andar perfeitamente, e sem auxílio de qualidade alguma.

São testemunhas deste facto todas as colegiais e outras pessoas que a conheciam. (pp. 34-35).

**Maria do Socorro** – Braga. 12.07.1916 / 06.07.1925. Registo n.º 1045.

Entrou no Colégio com 25 anos, desconhecendo-se o seu trajecto. A passagem pelo Colégio foi bem-sucedida e a sua reinserção social, aos 34 anos de idade, através de um casamento solicitado por correspondência à Direcção da Casa, e coroado de êxito em terras de Santa Cruz, é descrita como um caso de sucesso. Eis como a história é contada:

### QUEM TAL DIRIA?!...

Passados já alguns meses o Colegio de Regeneração recebeu carta dum português em nação estrangeira, e das mais longínquas na qual declara que tendo conhecimento pelos jornais do Colegio de



Regeneração, sua índole e cuidados na regeneração e educação das internadas, resolvia tomar uma para sua esposa, à escolha da Direcção do Colégio.

Declara seu nome e idade, sua naturalidade e aposição social naquele país.

A Direcção do Colégio surpreendida com tal proposta escreve ao parcho da freguesia de sua naturalidade em Portugal, pedindo informações conscienciosas e precisas em caso tão serio e melindroso. A informação foi o quanto se pode desejar em bem.

A Direcção pois aderiu. Escolhe e consulta a colegial n.º 1045 na estatística do Colegio a qual lhe parece nas condições que ele exige. A colegial concorda.

Trocam-se correspondências, retratos e esclarecimentos. Ele envia 12.000\$00 (escudos) para despesas do enxoval do casamento, etc.

Realizou-se o casamento civil e religiosamente em Braga por procuração na igreja de S. Victor no dia 15 de Julho de 1925.

Dias depois, tendo recebido do marido o bilhete pago para a viagem, acompanhada por uma das directoras do Colégio até Lisboa, embarcou.

Passadas algumas semanas o marido em carta à Regente do Colegio, mostrando-se satisfeitissimo com a escolha da esposa, que lhe fôra destinada, diz: “A minha Maria é tudo quanto se pode desejar numa mulher”. A esposa em carta à mesma regente: “Ele está sempre a ver como me ha-de ser agradável”.

Em carta a uma colegial sua amiga em Fevereiro de 1927: “Fui muito feliz, e se a nossa vida correr, como esperamos, tenho fé em Deus que daqui a dois anos iremos a Portugal. Que alegria ao pensar nisso?!...”. (pp. 36-37)

**Ludovina da Conceição** – Coimbra. 18.06.1884 / 21.11.1890. Registo n.º 326.

Esta colegial era filha natural mas tinha um pai adoptivo. Entrou aos 17 anos e foi registada como sendo de Coimbra. Ignora-se o seu percurso anterior.

#### LUDOVINA DE LISBOA

Teve uma morte muito santa; foi ela que introduziu a devoção de rezar o roário durante o trabalho. Tinha uma grande devoção a Nossa Senhora e morreu numa das suas festas, a 21 de Novembro de 1890. (p. 42)

**Antónia da Silva** (*Deolinda*, no Colégio) – Braga. 06.01.1894 / 12.06.1897. Registo n.º 537.

Ingressou no Colégio com 20 anos, solteira, e aqui permaneceu até à morte, desconhecendo-se as razões da sua entrada.

#### DEOLINDA DOS TEARES

Foi sempre muito boa, teve uma morte edificante; era confessada do Rev. P.<sup>e</sup> João Barros (hoje falecido) e no dia que morreu foi visita-la, pois estava mal; no fim da missa recebeu a sagrada comunhão pelas 9 horas disse ela: “Quero que o Snr. Padre Capelão assista à minha morte”. Fez este pedido a ele mesmo e teve por resposta: “Então tem de morrer agora porque tenho de ir ao Seminário e não volto senão tarde”.

Estava a Deolinda deitada para o lado esquerdo e quando ouviu era preciso ser já, voltando para o outro lado disse: “pois sim”, e entrou em agonia. O Rev. Capelão rezou e tornou a dar-lhe a absolvição. Em poucos minutos estava com Deus.

Faleceu a 12.06.1897. (pp. 42-43)

**Ana Joaquina** – Chaves. 10.06.1896 / 14.01.1919. Registo n.º 606.

Entrou com no Colégio com 25 anos e, pelo teor do texto, pode inferir-se que o seu comportamento anterior não terá sido muito regular. Pensou sair mas decidiu ficar.

#### ANA DE CHAVES

Outra boa tecedeira, muito respeitadora das irmãs. Sentindo-se muito tentada a sair do Colegio, foi um dia à porta do gabinete da superiora para pedir a deixasse ir embora. Ia a pôr a mão na campainha e no mesmo instante, lembrou-se que saindo do Colegio seria uma desgraçada. Foi para o sótão dos folles onde estava o esquife onde costumavam ir as defuntas desta casa, meteu-se dentro e ficou lá deitada quase uma hora a pensar e a rezar. Assim venceu a tentação. No fim do recreio, voltou para o seu trabalho muito resolvida a continuar no Colegio.

Este facto contou ela mesma à Madre Estanislau (hoje falecida) no seu leito de morte. Passados alguns anos foi atacada do mal de Pott,<sup>6</sup> terrível doença da qual morreu, mas tão bem desposta e tão grata a Nosso Senhor por lhe ter concedido a graça da santa perseverança e duma tão santa morte na Casa de Deus. Faleceu a 14.01.1918. [No livro de registos tem 14.01.1919] (pp. 43-44).

**Ana da Cunha** (*Quitéria*, no Colégio). Ponte da Barca. 01.08.1916 / 11.01.1925.  
Registo n.º 1048.

---

<sup>6</sup> O mal de Pott (*ou doença de Pott ou tuberculose vertebral*) é uma forma de apresentação de tuberculose extrapulmonar, onde a coluna vertebral é afectada.

Entrou com 20 anos e – pelas preocupações e temores da mãe (o pai já era falecido) – o seu comportamento anterior parece ter sido irregular. Decidiu sair mas logo quis voltar para o Colégio, onde viveu até à morte.

#### QUITÉRIA DE FAMALICÃO

Quitéria de Famalicão era outra tecedeira ainda nova e lembrou-se d'ir servir lá fora no mundo; chamou-se a mãe para tomar cuidado de arranjar uma casa; veio a mãe e a filha não hesitou, vestiu a roupa que tinha e lá saíram a pobre mãe muito contrariada, tremia pelo futuro. Passado um quarto de hora, vejo outra vez a filha no meu gabinete. Perguntei-lhe o que tinha passado com a Quiteria.

- Olhe Madre Priora eu ia com a minha mãe, mas no cimo da rua estavam uns homens a falar tão mal que não se podiam ouvir. Disse então para a minha mãe: “Deixe-me voltar para o Colegio”.

E toda contente a mãe tornou a trazê-la. Continuou por algum tempo mas deu-lhe uma febre tifoide e morreu muito bem, assistida pelo Mgr. Airosa que conheceu a grande graça que Nosso Senhor lhe fez, dando-lhe uma morte tão santa. Faleceu a 14.01.1925. (pp. 44-45)

**Adélia de Jesus** – Amarante. 25.03.1910 / 8.07.1914. Registo n.º 983.

Esta menina de 10 anos de idade, abandonada pelos pais que eram mendigos, foi admitida no Colégio, a pedido do hospital onde estava internada com doença de sífilis. Integrou-se bem na comunidade mas a doença não a largou. Voltou ao hospital mas pediu para a deixarem ir morrer ao Colégio porque dizia que essa era a sua casa.

#### ADÉLIA

Adelia veio do hospital pois estava lá com sífilis, melhorou e como não tinha pessoa de família, pediram do hospital para a recebermos no Colegio. Veio, mas a doença não tardou a aparecer outra vez. Teve além disso um grande tumor no estomago e voltou ao hospital para ser operada; não deu resultado, viram que não havia meio de salvá-la. Ela tinha apenas 10 anos; na 1.ª sexta feira, com as suas palavras persuadiu todas as doentes da sua enfermaria a confessarem-se e a receber a Sagrada Comunhão. Rezava também com elas o terço. Na véspera da sua morte, sentindo-se mal disse à enfermeira: “quero ir morrer no Colégio, o hospital não é a minha casa”, insistiu e trouxeram-na numa maca. Chegou às 8 horas da noite e disse logo: “quero ser ungida”; recebeu ainda Nosso Senhor, veio o capelão e preparou-a, passou a noite a rezar e morreu às 6 da manhã seguinte. Roubou o Céu. (pp. 45-46).

**Angelina Sacramento** – Braga. 13.12.1895 / 27.02.1903. Registo n.º 0592.

Foi acolhida no Colégio aos 14 anos, sendo filha natural de mãe mendiga. Esta circunstância denota a extrema pobreza em que viveria e, sem mais alusões ao seu passado, parece que a sua admissão se deve a um acto de humanidade.

#### ANGELINA

Angelina entrou na idade de 14 anos; aos 18 resolveu sair para creada de servir, aprendeu a coser e engomar numa perfeição e queria ir ganhar a vida. Deu parte disto à superiora que lhe respondeu:

- Sim deixo-a ir, mas primeiramente hade assistir ao retiro

[O retiro] como é costume fazia-o um sacerdote todos os anos e começou naquele tempo. Logo no primeiro dia, indo para o côro, ela disse à superiora que estava a ver passar a forma:

- Aqui vou mas no fim quero me faça o que lhe pedi.

Foi e ouviu a primeira pratica que tratava do fim para que fomos creados. Na segunda meditação que era às 11 horas, deu-lhe uma grande dôr de cabeça; foi preciso leva-la para a cama. Ao entrar na enfermaria, ela disse:

- Nosso Senhor bem sabe o que lhe pedi na 1.ª pratica, que se havia de perder a minha alma, saindo do Colegio, então me dêsse uma doença que me prendesse.

A dôr de cabeça foi o principio duma febre tifoide, melhorou mas nunca mais teve saúde. A mãe, uma pobre mendiga, vinha ve-la e chorava. A Angelina dizia-lhe:

- Oh! minha mãe, quem me dêra quando voltasse cá já me encontrasse no caixão.

Estava anciosa d'ir para o céu e morreu de manhã depois de ter recebido os últimos sacramentos. Muito bem preparada, foi para o céu, jubilosa e feliz de morrer no Colegio. (pp. 46-47)

**Olinda** – Cabeceiras de Basto. 26.11.1900 / 08.12.1929. Registo n.º 756.

Esta menina, órfã de mãe, foi “vendida” aos ciganos quando tinha 8 anos de idade. Aos 9 foi encaminhada para o Colégio, onde foi alfabetizada, “para ali se prover à sua educação moral”, em conformidade com o consentimento do pai (viúvo e mendigo). Aos 18 anos saiu, por vontade própria, mas não se adaptou ao trabalho doméstico que lhe era destinado. Voltou a ser recebida no Colégio, onde permaneceu até ao fim da vida.

#### OLINDA

Olinda uma rapariga que foi vendida aos ciganos. Com oito anos, um santo sacerdote tirou-a desta má companhia e trouxe-a ao Colegio, onde aprendeu a lêr, escrever e contar; ao principio foi

preciso castiga-la porque às vezes contava as tolices que tinha aprendido. Quando tinha 18 anos quis sair para servir. Arranjou-se-lhe uma boa casa, mas como era costureira no Colégio, não ficou como creada, voltou outra vez para o Colégio onde perseverou. Mandou-lhe Nosso Senhor uma doença mas nunca se persuadiu que morria; foi uma grande luta. O Reverendo director Peixoto Braga, chegou a dizer: “Já não tenho mais que lhe dizer, esgotei tudo”.

Apenas alguns dias antes de morrer se capacitou que morria e então desfez-se duma blusa branca muito linda e dum lenço de sêda, dizendo queria estar desapegada de tudo, pois que muito gostava destes dois objetos. Morreu dia da Imaculada Conceição no ano de 1929. (p. 49)

**Maria da Encarnação Alves** – Coimbra. 26.02.1885 / 31.08.1930. Registo n.º 411.

Esta menina, da cidade de Coimbra, foi encaminhada para o Colégio por intermédio de umas senhoras que tiveram conhecimento da situação em que se encontrava. No auto de Reunião do Conselho de Família, remetido pelo Delegado da Procuradoria Régia de Coimbra, diz-se: “existe uma desgraçada, cega e mendiga, a qual se diz viúva, e tem tido em sua companhia uma creança de doze anos aproximadamente, que diz ser sua filha”. O Conselho decide que era de todo inconveniente que a menor continuasse na companhia de sua mãe e autoriza a admissão no Colégio, a quem a sua educação fica confiada “para que cuide dela como sua própria filha”, pedindo que daí não saia sem sua autorização.<sup>7</sup>

## ENCARNAÇÃO

Esta rapariga foi metida no Colégio pela Madre Maria Albergaria (falecida hoje). Foi sempre muito dada ao trabalho e sobretudo fazendo os trabalhos mais baixos e custosos às enfermas. Quantas vezes a encontrei com cantaros à cabeça e com bastante trabalho e mortificação... Sofreu muitíssimo das pernas que parece se desfaziam em agua nos últimos tempos que estive de cama.

Que Jesus tenha recebido a sua bela alma no Céu, depois de tantos sacrifícios. Faleceu a 31 de Agosto de 1930. (p. 51)

**Antónia Alves** (*Josefa*, no Colégio) – Braga. 06.04.1920 / 17.02.1931. Registo n.º 1089.

Natural da cidade de Braga, entrou com 17 anos de idade, solteira, e com a mãe já falecida. É outro caso de extrema pobreza e o seu acolhimento ficou a dever-se à intervenção policial, provavelmente por razões de prostituição, e o consentimento de admissão prestado pelo pai foi lavrado no Comissariado de Polícia Cívica de Braga.

---

<sup>7</sup> ABIMA Doc. 717.

## JOSEFA

Muito pobrezinha; foi metida pela policia, trabalhava na sapataria. Adoeceu com um cancro no estomago, foi para o hospital fazer uma operação, voltou para o Colegio, ficando a trabalhar no salão. Faleceu a 17 de Fevereiro de 1931. (p. 53)

**Maria da Luz** (*Natividade*, no Colégio) – Braga. 19.06.1880 / 16.11.1932. Registo n.º 242.

Esta jovem, natural da cidade de Braga, solteira, entrou no Colégio com 17 anos de idade, proveniente de uma vida irregular. O seu processo de regeneração não foi fácil e ela própria teve de contrariar a família que a queria retirar do Colégio. Mais tarde, passou uns tempos em casa dos pais, em recuperação de saúde, mas voltou para o Colégio.

## NATIVIDADE

Era uma excelente cantora, sempre muito humilde e respeitadora aos superiores. Foi muito tentada no principio da sua conversão. A família queria leval-a embora, mas resistiu e perseverou até ao fim. Foi dirigida pelo Rev. Peixoto Braga (hoje também falecido). Este sacerdote assistiu aos seus últimos momentos. Poucos instantes antes de expirar, bateu as palmas e disse: Ah! S. José! Dito isto ficou como a dormir. Era grande devota de S. José. Faleceu a 16.11.1932. (pp. 53-54)

**Deonilde** – Lisboa. 12.08.1916-16.12.1916 / 31.07.1917 / 11.07.1933. Registos 1049 e 1059.

Esta jovem de Lisboa, solteira, de 17 anos, com pais falecidos, iniciou o processo de regeneração numa situação irregular, perante o regulamento em vigência, porque, passados poucos meses, teve de se ausentar devido ao estado de gravidez em que se encontrava. Voltou, passados oito meses, sem mais referências ao desfecho dessa gravidez mas, ainda assim, com a nota de que tinha um bom comportamento, sinal de que o seu processo regenerador foi eficaz.

## DEONILDE

Era de Lisboa, sempre pronta para qualquer trabalho que se lhe pedia. Quantas vezes quem escreve estas notas, foi aos ferros, para lhe pedir qualquer trabalho e sempre a encontrou de bom humor! Morreu a sorrir, tendo nas mãos o crucifixo! Feliz morte! Houve no tempo que aqui viveu, um caso engraçado. Esta pequena era bastante morena e tinha o pescoço muito escuro; as companheiras disseram-lhe que se ela lavasse o pescoço com cloreto ficava branco. Ela com toda a simplicidade, fez essa operação, mas tirou o resultado de ficar peor do que estava. Faleceu a 11.07.1933. (pp. 54-55)

**Henriqueta da Conceição Silva** – Setúbal. 21.01.1915 / 01.04.1932. Registo n.º 1020.

Nada se diz sobre o seu passado e das razões que verdadeiramente a levaram a recolher-se, depois de ter passado por uma casa de religiosas. Entrou com 22 anos de idade, solteira, e aqui viveu 17 anos.

#### HENRIQUETA

Era uma bela rapariga; tinha sido educada nas Franciscanas. Prestava-se para todo o serviço, mas tinha uma grande doença, com o corpo todo às manchas. Pouco antes de morrer o seu confessor Rev.do Peixoto Braga, já falecido, disse-lhe: “diz-nos alguma coisa para comunicar às tuas companheiras”. A resposta dela foi: “diga às pequenas que é preciso perseverar”. Faleceu a 1.04.1932. (p. 55)

**Guilhermina Rosa** – Braga. 13.07.1922 / 30.04.1934. Registo n.º 1.122.

Este é, como tantos outros, um caso de extrema pobreza. O pai ausente no Brasil e da mãe não se fala. Vagueia pelas ruas de Braga com um irmão mais novo e, aos 10 anos, é enviada pela polícia à Comissão de Braga de Assistência à Mendicidade que a interna no Colégio. Do texto se infere que se prostituiria (possivelmente para sobreviver) e que o processo de regeneração não foi fácil.

#### GUILHERMINA ROSA

Esta pequena era muito creança quando entrou no Colegio. Custou bastante a corrigir; era muito pobrezinha, vinha miseravelmente vestida quando entrou. Andava a pedir com um irmãozinho, a polícia tomou conta dela para a meter num colegio e infelizmente veio parar a esta casa por lhe ter acontecido qualquer coisa na sua vida. Veio juntamente com a nossa pequena Ana que graças a Deus se tem conservado nesta Casa. Esta Ana, não é regenerada; Monsenhor Airosa desejou mete-la na oficina externa, mas não sendo possível nessa ocasião, recolheu-a para dentro. Guilhermina morreu dia de Santa Catarina de Sena, como ela tinha dito. (p. 56)

**Maria Evangelista** – Oliveira de Azeméis. 13.12.1921 / 27.06.1928. Registo n.º 1.114.

Esta jovem foi vítima de abuso sexual e, por isso, muito maltratada pelo pai que a castigava com severidade. Aos 21 anos de idade, solteira e com a mãe falecida, entrou no Colégio, onde conseguiu a paz para a sua vida.

#### EVANGELISTA

Também tinha entrado para a Ordem dominicana. Muito fervorosa, tomou o nome de Irmã Maria de Santo Tomaz. Sofreu muito na casa de seu pae, que a açoitava com rigor, pelo mal que lhe tinha acontecido.

Depois veio para esta casa e passados alguns anos, começou a não se sentir bem. Se não me engano, chegou a ir para o hospital, mas depressa voltou para morrer na enfermaria. Lembro-me de a visitar algumas vezes e de lhe dizer – pode ser que Nosso Senhor ainda te conceda a saúde, mas ela disse sempre: “Não desejo sarar, mas que Nosso Senhor me leve para o ceo”.

Assim morreu santamente. (p. 57)

**Eduarda** – Viana do Castelo. 26.06.1914 / 30.07.1929. Registo n.º 1013.

Não se fala do seu passado. Sabe-se que nasceu em Viseu e que quando ingressou no Colégio, com 32 anos de idade, era solteira e vivia em Viana do Castelo. O pai estava ausente no Brasil.

#### EDUARDA

Foi uma boa alma, muito simples e muito serviçal. Era natural de Vizeu. Faleceu a 30.07.1929. (p.59)

**Maria Emília Fontes** (*Domingas*, no Colégio) – Celorico de Basto. 04.05.1931 / 18.05.1938. Registo n.º 1296.

Desconhece-se o seu passado mas diz-se que era solteira e proveniente de família monoparental.

#### MARIA EMÍLIA

Faleceu Maria Emília, na Casa Domingas. Era 3.<sup>a</sup> dominicana. Pediu e foi vestida com o nosso santo habito que uma senhora amiga lhe ofereceu. Foi edificante! Custou-lhe a resignar-se mas por fim Nosso Senhor e Maria Santíssima a ajudaram a vencer. Tinha um cabelo bonito e louro, mas com toda a coragem pediu para lh'o cortarem. Pediu para pôr o toucado antes de morrer e dizia com toda a graça: “Vou ficar muito bem com o santo habito”. Tinha recebido o nome de irmã Maria de São Tarcisio. (pp. 59-60)



**Joana da Conceição** – Braga. 18.01.1879 / 29.12.1938. Registo n.º 216.

Esta jovem de Braga entrou no Colégio com 15 anos de idade e aqui ficou até ao fim da sua vida. Nada se diz sobre o seu passado.

#### JOANA

Faleceu Joana com 75 anos de idade e 60 de casa. Foi sempre uma alma de eleição. Ocupava-se em tudo o que dizia respeito à Igreja. Com as suas economias deixou uns castiçais novos a Nossa Senhora em madeira pratiados. Quem isto escreve, foi ao pé dela e disse-lhe: “Nossa Senhora hade vir busca-la”, ao que ela respondeu: “eu era muito amiga dela”.

Oxalá ela se lembre de nós. (p. 60)

**Maria José de Barros** – Vila Verde. 21.02.1884 / 23.08.1941. Registo n.º 317.

Entrou no Colégio com 16 anos de idade, solteira e com a mãe já falecida. Não se fala do pai nem do seu passado. Aí viveu 57 anos, sempre com óptimo comportamento.

#### MARIA JOSÉ DE BARROS

Faleceu Maria José de Barros, em 23.08.1941. Tinha feito as suas Bodas de Ouro de Casa. Entrou muito creança, aprendeu tudo muito bem, era uma excelente costureira, talhava toda a roupa dos fregueses e nas festas que se faziam na Casa, era sempre a primeira. Tinha uma graça natural, bastava aparecer a Maria José para todos se mostrarem alegres. O Rev. Peixoto Braga disse: “Parece que Nosso Senhor vai dar-lhe uma esmola de saúde. Resposta dela: “Quero ir para o Céu, quero o que Nosso Senhor quizer e como Ele quizer”.

Santa e linda morte, na maior paz! (pp. 60-61)

**Maria** (*Madalena*, no Colégio) – Braga. 05.04.1917 / 18.11.1947. Registo n.º 1.057.

A Maria Valença, segundo o registo de entrada, entrou no Colégio com 35 anos e era solteira. Passou pelo meio fabril da cidade do Porto e aí se terá transviado. Foi encaminhada por uma pessoa amiga e o seu processo de regeneração foi um sucesso total.

#### MARIA VALENÇA

A Maria Valença foi também uma grande conversão. Empregava-se nas Fabricas do Porto, onde se perdeu. Uma alma santa a trouxe para esta casa na idade de 30 anos sem ter feito a sua 1.<sup>a</sup>

comunhão. Deu-lhe um enxoval e Mons. Airosa a recebeu com toda a caridade. A graça de Jesus muito trabalhou nesta alma! Converteu-se e foi sempre muito amiga das companheiras. Ocupava-se na lavandaria e ultimamente achando-se fraca, estava no salão consertando meias para o que tinha muito jeito. Foi mulher de muito trabalho e grande amiga das irmãs. Às doentes fazia os trabalhos mais baixos e humildes. (pp.64-65)

**Amélia** – Guimarães. 29.11.1883 / 16.07.1949. Registo n.º 410.

Amélia, segundo o registo de entrada, era exposta, natural de Guimarães e entrou no Colégio com 14 anos de idade. Mas a sua admissão, como explicitamente se diz, não foi por razões de ordem moral. Foi encaminhada pela família que a havia acolhido.

#### AMÉLIA

Faleceu a boa e querida Amélia no dia 16.07.1949. Grande inteligência, mestra dos teares que sabia como ninguém e foi mestra doutras internadas. Sem ter necessidade de estar nesta casa, aqui passou grande parte da sua vida. Mons. Airosa soube apreciar as suas qualidades. Era irmã de leite do falecido José das Neves, antigo servo desta casa. A Amélia era engeitada e foi recebida pela família do Snr. José das Neves. Sempre teve por director da sua alma o Rev.do Peixoto Braga. (pp. 65-66)

**Teresa** (*Judite*, no Colégio) – Braga. 23.08.1898 / 17.05.1950. Registo n.º 701.

Teresa, nascida em Braga, filha natural de pai espanhol, entrou no Colégio aos 13 anos de idade e aí permaneceu toda a sua vida. Não há referências ao seu passado e à sua mãe.

#### JUDITE

*Nesta dacta, véspera da linda festa da Ascensão de Nosso Senhor, foi Ele servido chamar a Si a nossa tão boa internada Judit (do batismo era Tereza). Entrou com 13 anos e mais outra irmã<sup>8</sup> ainda mais pequenina que faleceu, chamando-se na Casa Raquel. Tinha 52 anos de Casa. Muito inteligente, aprendeu muito bem os teares e também a musica. Sabia muito bem marcar o compasso e cupiava otimamente todas as musicas. Deixou imensas saudades a todas. Morreu como viveu numa santa paz, apesar do grandíssimo sofrimento. Segundo os médicos, tinha um cancro interior; não podia respirar, olhava para nós com um olhar mais do Céu que da terra. Feliz e santa morte!*

---

<sup>8</sup> A outra irmã, Elyra, que entrou no mesmo dia, era filha do mesmo pai e tinha 9 anos de idade, tendo falecido no Colégio no dia 10.09.1904 (registo n.º 702).

*Faleceu no dia 17.05.1950. Foi acompanhada ao cemitério por um grupo de 7 companheiras e duas irmãs. (pp.66-67).*

**Maria Augusta Sousa Pinto** (*Anunciação*, no Colégio) – Marco de Canaveses. 23.03.1925 / 21.09.1950. Registo n.º 1.180.

Oriunda do concelho de Marco de Canaveses, solteira, entrou no Colégio com 37 anos de idade e aqui permaneceu até à morte. Sem referências à família e ao seu passado.

### ANUNCIAÇÃO

*Faleceu a nossa boa internada Anunciação (Maria Augusta Sousa Pinto). Tinha de casa 25 anos. Confessou-se ainda na tarde de 20 e recebeu Nosso Senhor de manhã no dia 21 muito bem disposta e com grandes desejos de receber a Nosso Senhor. Sofreu um pouco de desarranjo mental, mas foi sempre boa e teve boa conversão. Morreu de repente, sem sintoma algum de morte próxima, no dia 21.09.1950. (p. 68).*

**Celestina Estefânia** – Tavira. 18.10.1903 / 25.12.1950. Registo n.º 812.

Esta colegial, solteira, entrou com 27 anos de idade e aqui permaneceu até ao fim da vida. Diz-se que foi uma atriz de renome e que partiu de si o pedido de admissão. O seu processo de regeneração foi um sucesso.

### CELESTINA

Foi Nosso Senhor servido chamar a si a nossa boa recolhida Celestina. Já havia bastante tempo lhe tinha dado um ataque de parelisia. Ficou sem poder andar e alguns dias antes das festas de Natal, repetiu-lhe o ataque ficando sem falar nem dar signal de vida. Disseram foi uma espécie de congestão pois tinha comido bastante e coisas pesadas. Poucos momentos havia se tinha confessado e recebido depois a Santa Unção. Não se pensava acabasse tão depressa. Foi uma verdadeira conversão a desta Celestina, ela mesma se dirigiu ao Reverendo Peixoto Braga, pedindo para a receber nesta santa casa! Foi uma atriz de nome e nunca mais quis entrar em brincadeiras de festas em que as pequenas representavam. Aqui perseverou 47 anos boa e respeitosa com as irmãs. Entro com 27 anos. Morreu no dia 25.12.1950. Paz à sua alma. (pp. 69-70).

**Carlota Augusta** – Póvoa de Lanhoso. 05.12.1898 / 06.03.1951. Registo n.º 708.

Entrou com 19 anos de idade e era solteira. Nada se diz sobre a família e sobre o seu passado.

#### CARLOTA AUGUSTA

Pelas sete e um quarto do dia 6.03.1951 foi Nosso Senhor servido chamar à Sua Divina Presença a alma da nossa antiga internada Carlota Augusta. Tinha de casa 53 anos e de idade 72.

Trabalhou muito como tecedeira e depois em renda de ponto de nó. Muito cheia de caridade com as doentes todas. Piedosa, frequentando os sacramentos sempre. Paz à sua alma. (p. 70)

**Lídia** – Rio de Janeiro (Brasil). 17.08.1925 / 25.05.1951. Registo n.º 1.186.

Esta jovem nasceu no Rio de Janeiro e entrou no Colégio com 17 anos de idade, tendo os pais falecidos. Nada mais se diz sobre o seu passado.

#### LÍDIA

No dia 25.05.1951 faleceu a nossa boa internada Lidia que tinha de casa 25 anos feitos. Entrou com 17 anos e era brasileira. Ajudava muito na igreja e cuidava das lamparinas do côro de baixo. Morreu sem pensar que morria, depois das orações da noite como se encontrasse mal, chamou-se o Reverendo Padre José Peixoto que lhe deu a Santa Unção, depois de a ter confessado, trouxe-lhe a Sagrada Comunhão e mais uns minutos passados, lá se foi. Que ela peça por nós. (p.71)

**Lia de Jesus** – Estarreja (Pardilhó). 20.11.1895 / 07.04.1953. Registo n.º 590.

Era solteira e entrou no Colégio com 19 anos de idade, tendo aqui permanecido até ao fim da vida. O texto não indica as razões da sua admissão e não informa sobre a situação familiar.

#### LIA DE JESUS

Faleceu a Lia de Jesus em 7.04.1953, tendo de casa 56 anos. Foi sempre muito fervorosa, amiga de Nosso Senhor. Ainda no dia que morreu, pelas 3 horas da madrugada, chamou muito por S. José e Nossa Senhora, pedindo viessem depressa buscá-la que já era tempo. Faleceu depois das 10 para 11 horas da manhã. Esta internada era costureira tinha muito habilidade. Era natural de Pardilhó, concelho de Estarreja. (p. 73)

**Narcisa Elisa** – Porto. 30.07.1902 / 16.04.1953. Registo n.º 799.

Entrou para o Colégio com 29 anos de idade, solteira, e aqui permaneceu até à morte.

#### NARCISA

Às primeiras horas da manhã do dia 16.04.1953 partiu deste miserável mundo a alma tão boa da nossa querida internada Narciza Nogueira d'Araújo. Entrou para o Colégio em 1902 e tinha de idade 29 anos quando entrou, de modo que ia completar 80 anos. Trabalhou muito nesta casa e sempre muito perfeita em tudo. Fazia trabalhos para a igreja. (p. 74)

**Teresa de Jesus** (*Silva*, no Colégio) – Braga. 08.02.1902 / 21.05.1955. Registo n.º 784.

Esta jovem, exposta, era solteira e entrou para o Colégio aos 24 anos de idade, onde veio a falecer, depois de 53 anos de institucionalização.

#### TEREZA DE JESUS

Foi Nosso Senhor servido levar deste mundo, no dia 21.05.1955, a nossa internada (*Silva*), Tereza de Jesus. Entrou para este Colegio com 24 anos e tinha de Casa 53 anos.

Enquanto pôde trabalhou no salão e mesmo na enfermaria. Havia anos que sofria bastante, mas nada lhe faltou e morreu serenamente sem aflições. (pp. 75-76)

Deste conjunto de 40 narrativas, 18 são precedidas, como já disse, de um título sugestivo que pretende sintetizar a vida da colegial. Depois desta breve apresentação cabe perguntar: a quem se destinava esta escrita?

Ao expor situações complicadas que constituem casos de sucesso, um dos grandes objectivos poderia ser o de exhibir esses casos como modelos de conversão/regeneração às recolhidas do presente e do futuro, incutindo-lhes coragem e esperança no sucesso. Se essas recolhidas venceram, também elas poderiam alcançar as suas metas. Mas se essa era a intenção, o desiderato acabou por não se cumprir porque a escrita ficou confinada ao caderno manuscrito em questão.

Tanto quanto sei, nenhuma destas narrativas foi já alvo de divulgação. Acresce, no entanto, um dado novo no texto de uma das narradoras, onde há o objectivo explícito de

escrever para um público mais amplo, como declaradamente se comprova pela expressão que utiliza: “Pois caro leitor...” (“O Adeus”). O tom coloquial utilizado pressupõe a ideia de estar a escrever para um público ou, no mínimo, para ficar como memória futura, à semelhança do que havia feito a concecionista Madre Maria Benta do Céu, no século XVIII, relativamente à vida de algumas das religiosas do seu convento. Penso que este é o momento oportuno e adequado, num contexto de conhecimento do grau de êxito no processo de regeneração, de dar a conhecer estas histórias de vida que embora possam ter muito de subjectivo não deixam de transmitir casos muito concretos e objectivos, quando confrontados com outras fontes, merecedoras de credibilidade.

Importa referir, ainda, que pela diversidade dos casos apresentados se pode inferir a existência de diferentes objectivos, por parte das narradoras. Ou seja: em algumas situações importava salientar a situação de vida, de certo modo degradante, antes da entrada no Colégio – extrema pobreza, sem família, abusos sexuais, famílias desestruturadas, jovens de tenra idade, expostas, abandonadas, enjeitadas, etc.; noutros casos, é a decisão, a atitude da recolhida que importa realçar e que denotam força de vontade, coragem e persistência – dançarinas, prostitutas, empregadas domésticas, crianças desesperadas, etc.; noutras, ainda, pretendem assinalar a acção do Colégio na regeneração destas jovens e os resultados obtidos – reencontros emocionantes, recuperações bem-sucedidas, vida exemplar, sentimentos de gratidão, reintegração familiar e social, morte edificante, etc. (V. Quadro XVII na página seguinte).

**Quadro XVII - Quadro sintético: casos / caracterização / resultados**

Casos	Caracterização de algumas situações	Resultados obtidos
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Dramas humanos</li> <li>. Situações escabrosas</li> <li>. Extrema pobreza</li> <li>. Jovens espanholas</li> <li>. Casamento com emigrante (Brasil)</li> <li>. Proveniência da prostituição</li> <li>. Abusos sexuais</li> <li>. Jovens enganadas</li> <li>. Expostas / Enjeitadas</li> <li>. Degradação moral</li> <li>. Proveniência de famílias desestruturadas</li> <li>. Jovens sem família ou abandonadas</li> <li>. Vida social de certo bem-estar</li> <li>. Filhas de pais incógnitos</li> <li>. Filhas naturais</li> <li>. Actos de força de vontade, determinação, arrojo e verdadeiro heroísmo</li> <li>. Coragem e persistência</li> <li>. Jovens de tenra idade</li> <li>. Casos enigmáticos</li> <li>. Exposta desprezada por pais adoptivos</li> <li>. Crianças que se fizeram adultos à força</li> <li>. Crianças abandonadas</li> <li>. Rapariga vendida aos ciganos</li> <li>. Jovem grávida que sai e volta</li> <li>. Crianças e jovens encaminhadas pela Comissão de Assistência à Mendicidade</li> <li>. Jovens enviadas pelo Comissariado da Polícia</li> <li>. Crianças indigentes</li> <li>. Jovem maltratada pelo pai</li> <li>. Jovem carioca, órfã de pais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Omissão de pormenores delicados... que a conveniência, a moralidade e a decência impedem de narrar</li> <li>. Contacto com o Colégio a solicitar uma mulher para casar</li> <li>. Dançarinas (Lisboa, Tavira)</li> <li>. Busca de abrigo</li> <li>. Receio de enfrentar o mundo</li> <li>. Coragem e força para procurar um porto de abrigo</li> <li>. Saídas e retornos</li> <li>. Maltratadas em casa de família pela situação em que haviam caído</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Recuperação bem-sucedida</li> <li>. Vida exemplar no Colégio</li> <li>. Morte edificante</li> <li>. Longa permanência</li> <li>. Retorno à família</li> <li>. Casamento bem-sucedido</li> <li>. Boa integração na sociedade</li> <li>. Emocionantes reencontros com a família</li> <li>. Situações providenciais na morte de uma colegial</li> <li>. Sentimentos de gratidão</li> <li>. Recolhida que deixa vários conselhos às companheiras</li> <li>. Curas extraordinárias e outros acontecimentos inexplicáveis</li> </ul>

Fonte: *Colégio de Regeneração. Jardim do Céu*

Da leitura destes relatos podem salientar-se, em síntese, os casos mais relevantes e as mudanças operadas que, no Quadro XVII, se expõem através de uma tipologia casuística, da tentativa de caracterização de algumas situações e dos resultados alcançados.

Os casos relatados, como se constata, são variadíssimos, e qual deles o mais complexo. As narrativas omitem determinados pormenores porque a decência e a conveniência assim o determinam. Todavia, nas entrelinhas há todo um avolumar de complexidades de vária ordem, onde facilmente se infere que as presas do vício e da opressão estão, na maioria dos casos, entre as jovens e mulheres mais desprotegidas pela família e, mais ainda, pela sua ausência, pela pobreza e pela arrogância dos sem escrúpulos que não respeitam os sentimentos e a honra dos subordinados.

No meio deste cenário há, porém, quem tenha reagido à prepotência de quem pensava ter dominado pelo medo e pela opressão as jovens mantidas em casa, quase como reféns. Os casos relatados revelam verdadeiros actos de coragem e de heroísmo na tomada de decisões, sem saber muito bem o que lhes poderia vir a acontecer. E só a esperança e a persistência são capazes de fornecer uma força invisível para ultrapassar os maiores obstáculos na busca de um porto de arrimo que, finalmente, encontram nesta instituição, pelo carinho com que são recebidas e tratadas. Nesse refúgio recuperam a paz interior, perdida nos descaminhos da vida, e é no conforto espiritual e no trabalho que encontram força para (re)encontrar o caminho. A quantidade e variedade de casos a que esta Casa conseguiu dar resposta, ao longo do tempo, justificam bem um estudo aprofundado, no âmbito da História da Educação, dando-lhe visibilidade perante a sociedade de hoje, levando-a/trazendo-a aos meios académicos, como uma escola de educação onde a instrução e o trabalho ocupavam um lugar cimeiro na regeneração das suas educandas.

Ao terminar esta série de narrativas, é tempo de introduzir um tema recorrente, quando se fala do Colégio de Regeneração que é o problema da prostituição. Tem-se afirmado, e ainda hoje se pensa dessa forma, que a instituição se destinava unicamente a regenerar prostitutas. Esse é um grande equívoco que tem perdurado ao longo do tempo. Afinal, cabe perguntar, quantas destas recolhidas são provenientes da prostituição?

Na verdade, ao longo do tempo gerou-se a ideia de que todas as mulheres que davam entrada no Colégio provinham de prostíbulos e isso não é verdade. É certo que os regulamentos determinavam que a Casa não se destinava às consideradas “inocentes”. Mas,



então, quem podia ser admitida? Mas todas as jovens e mulheres acoissadas, violadas e abusadas sexualmente são prostitutas?

Tendo em conta as situações aqui relatadas, e sem querer emitir juízos de valor sobre o percurso de vida das protagonistas, antes da sua chegada ao Colégio, há três cenários que se podem apresentar quanto às causas que levaram ao seu recolhimento. Num primeiro grupo estão dez ou onze recolhidas que, de uma forma mais ou menos clara, se diz serem provenientes da prostituição. Há um segundo grupo de jovens e mulheres que, nitidamente, são vítimas de abusos e de vivências mais ou menos prolongadas de vida irregular mas onde as verdadeiras causas estão apenas sugeridas. Num terceiro grupo, o mais numeroso, encaixam-se outros casos de que não se fala muito explicitamente no seu passado, colocando a tónica no seu bom comportamento no Colégio, o sucesso na aprendizagem de uma arte, a vida e morte edificantes. Há crianças e jovens, neste último cenário, que facilmente se infere terem sido admitidas por razões humanitárias – pobreza extrema, abandono familiar, encaminhamento através da comissão de mendicidade, etc. E há outras situações, não explícitas, que, atendendo à idade e quadro familiar, se poderá inferir que, na base, poderão estar razões de ordem moral.

Concluindo, não é possível destringir e quantificar o número de recolhidas provenientes da prostituição, por falta de registos claros. Mas depois da leitura e análise destas narrativas, só dez ou onze casos, dos 40 descritos, configuram situações mais ou menos explícitas de prostituição, o que dá uma percentagem que anda à volta dos 25%. Daí o grande equívoco de considerar como prostitutas todas as jovens e mulheres que, por qualquer razão, tiveram problemas de ordem sexual e aqui se acolheram para refazer as suas vidas.

## **5.2. Duas histórias de vida em destaque**

Se é verdade, como já se disse, que esta Casa não se destinava às inocentes, como consta dos regulamentos internos, também não deixa de ser verdade que algumas jovens e mulheres, ao longo deste período em análise, aí foram acolhidas por razões humanitárias. Estão, neste caso, algumas jovens abandonadas e entregues pela Comissão de Mendicidade, crianças órfãs ou muito pobres, e mulheres abandonadas pelos maridos que aí encontraram um porto de abrigo.

O caso da Amélia, acima referido, é, de certo modo, representativo de muitas outras situações similares. Muito claramente, a narradora teve o cuidado de dizer que ela foi admitida mas “sem ter necessidade de estar nesta casa”.

As histórias de vida analisadas na primeira parte deste capítulo são, como se constata, diferentes e únicas no seu género. Se entre elas pode haver alguma semelhança, não há, todavia, repetições porque as vidas não se repetem. Do conjunto dessas narrativas registadas neste “Jardim do Céu” do Colégio de Regeneração, a que me reporto, há duas personagens, porém, que merecem uma particular atenção pela singularidade das suas vidas e também porque delas possuo maior quantidade de informação. São elas Adelaide Gonçalves da Cunha e Maria dos Santos.

### **5.2.1. Uma colegial singular**

Adelaide Gonçalves da Cunha era natural de Darque, Viana do Castelo, também conhecida como a “Viana” ou “Vianinha”, filha de um capitão da Marinha Mercante, o que indicia pertencer a um nível sociocultural um pouco acima da média, facto comprovado pelos estudos que possuía, que a habilitavam para ser professora, embora lhe faltasse o exame oficial para o exercício público da profissão. A sua estadia nesta Casa, num total de 23 anos, decorre em dois períodos intercalados por um afastamento de 22 anos.

A entrada inicial aconteceu aos 20 anos de idade, no estado de solteira, e parece ter acontecido um pouco acidentalmente, em virtude de um internamento no hospital de Braga, onde tomou conhecimento da existência deste Colégio e ela própria solicitou a sua admissão. Aí permaneceu durante oito meses, ao que parece num processo de regeneração, já que a sua vida é proposta em *A Ditosa* como a antítese daquelas “desditosas” de que fala Silvio Pellico.

Mais tarde, em data incerta, solicitou o seu regresso ao Colégio através de um texto em forma de soneto – “Súplica ao Colégio de Regeneração” – mas, por razões que se desconhecem, não foi admitida. Não desistiu, porém, do seu intento e insistiu com novo texto – “Desolação” – onde exterioriza os seus sentimentos, também em verso, através de seis quadras. A resposta não chegou e como conhecia os cantos à casa pensou numa outra estratégia que acabou por resultar. Foi admitida e veio a ser muito útil à instituição pela polivalência das suas capacidades e aptidões que colocou inteiramente ao serviço do Colégio, onde permaneceu até ao fim da vida, no desempenho de importantes tarefas que lhe foram

confiadas, tendo assumido grandes responsabilidades na administração da Casa e no ensino aí ministrado.

Não é uma narrativa linear e há muitos enigmas e desacertos, a começar pelo número de registo que lhe é atribuído. Na publicação da sua obra poética (*A Ditosa*), em 1926, da responsabilidade do Colégio de Regeneração, diz-se que ela é a “colegial n.º 150”. Num pequeno opúsculo que, uns dois anos depois, se publicou em Lisboa (*O Céu na Terra*), aponta-a como sendo a “colegial n.º 105”.<sup>9</sup> A verdade, porém, é que ela consta do Livro de Registo de Entrada com o n.º 188, com a idade de 20 anos, solteira, com entrada a 31.12.1877 e saída a 12.08.1878. E não há novo registo referente ao seu reingresso. Todavia, na coluna das Observações”, diz-se que durante o tempo de permanência teve um procedimento regular e voltou em 26 desse mesmo mês, sem referir a data de saída. Depreende-se que a sua permanência deverá ter sido de muita curta duração. E acrescenta a nota: voltou para o Colégio em 26 de Março de 1900, morrendo no Colégio, em 14 de Maio de 1923, “com morte edificantíssima”.

No prolongado intervalo de tempo que mediou entre a saída e o reingresso terá tentado entrar numa congregação religiosa, em Lisboa, para poder trabalhar nas missões, em África. Frustrado o sonho, regressa a Darque, onde funda uma escola de ensino primário, e tenta obter, em Braga, o diploma oficial para o ensino. Neste intervalo de tempo é mãe de uma filha mas o tão prometido casamento não acontece, como se verifica pela assídua correspondência, mantida durante o ano de 1898, com o pai de sua filha que ora vivia no Porto, ora em Lisboa, ora em Ovar. Nos inícios de 1900 decide voltar para o Colégio.

No caderno manuscrito que tenho vindo a analisar – *Jardim do Céu* – há duas entradas para esta colegial. A primeira é denominada “A Ditosa”, cujo título terá sido retirado do opúsculo, entretanto editado pelo Colégio em 1926, onde, em sete páginas, se descreve parte do seu percurso de vida e se transcrevem os poemas que utilizou como estratégia para conseguir o reingresso. A segunda narrativa, muito abreviada, da autoria de outra escritora, apenas se refere ao segundo momento da sua estadia, acrescentando alguns dados novos, como a existência de uma filha que vivia



Figura 15 – Adelaide Gonçalves da Cunha. ABIMA n.º 60 (1-3)

---

<sup>9</sup> Claramente que se trata de uma troca de posição do algarismo.

nas Irmãs Hospitaleiras (em Braga ou em Lisboa?) e uma nota muito vaga sobre a mãe que terá passado os últimos anos de vida nas Irmãzinhas dos Pobres, provavelmente em Viana do Castelo.

**ADELAIDE GONÇALVES DA CUNHA** (*Vianinha*, no Colégio) – **Viana do Castelo**.  
31.12.1877 / 12.08.1878 // 26.03.1900 / 12.05.1923. Registo n.º 188.

#### A DITOSA

Adelaide Gonçalves da Cunha, filha de Pedro Bento Gonçalves, capitão da Marinha Mercante de Viana do Castelo, já falecido, e de Maria Maciel da Cunha residentes na freguesia de Darque, achando-se no hospital de Braga aos 20 anos de idade em tratamento. Tendo aí conhecimento da existência do Colégio de Regeneração, pediu para ser ali admitida.

Entrou para o Colégio no dia 21 de Dezembro de 1877. Passados alguns anos no Colégio, resolve sair para a África catequizar os gentios.

Constando-lhe que em Lisboa havia um colégio de Missionarias Africanas, lá se dirige. Depois de alguns dias no colégio, verificando-se que não estava nas condições de ser religiosa, voltou para sua mãe em Darque, e monta uma escola para crianças.

Mais tarde acometida de cruéis tentações, e não se julgando com forças de evitar os perigos, que a cercam, pede e insta pela sua readmissão no Colégio de regeneração, o que faz por meio do seguinte requerimento em verso:

#### Súplica ao Colégio de Regeneração

Santa instituição, que me acolheste um dia  
Depois de ter buscado, em vão, inutilmente,  
A paz, onde a impiedade avulta insolente...  
A paz que só é dada à alma justa e pia.

Mais tarde eu te perdi, ó luz que salva e guia  
E de graças reveste a alma penitente:  
Se volto a ti chorando acolhe-me indulgente,  
Que assaz tenho expiado a minha rebeldia.

A tempestade sôa, o mar embravecido  
Eu vejo alem erguer-se, e sinto, a impelir-me  
Das ondas ao abismo, o vento enfurecido.

Debato-me nas vagas, as forças vão fugir-me  
Se tu, refugio santo, não vens compadecido  
Salvar-me à tempestade, que quer submergir-me.

### **Desolação**

*(Antes da readmissão no Colegio de Regeneração)*

Sepultada no horror  
De cruéis desilusões  
Sofro do mundo os baldões,  
Sem alívio à minha dor.

Trabalhar quero, e não tenho  
Onde empregar dotes meus:  
Se lanço os olhos aos ceus  
É baldado o meu empenho.

Em triste desolação  
Devo ir como Pompêa,  
Subterrar minha ideia  
Debaixo do frio chão.

Mas, ah! Socega, minha alma!...  
O meu bom anjo me diz  
Que ainda hei-de ser feliz  
E ter da vitoria a palma.

Uma luz descubro alem  
Que me dá grata esperança:  
“Quem espera sempre alcança”  
Luz celeste, acode, vem.

Não me prives do conforto,  
Que ninguém melhor concede;  
Às minhas preces acéde  
Dá-me em ti seguro porto.

Como não obtivesse resposta de pronto, entra na igreja do Colégio, esconde-se por detraz da tribuna, e aí se deixa estar.

Às 8 horas da noite a sacristã abre a porta interior, que dá para [a] igreja, entra na sacristia para cuidar da lâmpada do Santíssimo, e ela aproveita então a ocasião, que tão de pronto facilita a realização do seu intento. Introduz-se no interior do edifício. Aparece no meio da comunidade com grande surpresa de todas, repetindo: “daqui não saio mais”.

### **Triunfo**

*(Depois de readmitida no Colégio)*

Da paz na suavidade,  
Já descança o peito meu;  
Já lanço os olhos ao ceu  
Com doce serenidade.

Já do mundo a falsidade,  
Me não causa sensação;  
Tenho cheio o coração  
De pura felicidade.

Bem queria Satanaz,  
Com tentadora ilusão,  
Arrojar-me no vulcão,  
Duma doutrina falaz.

Bem queria ao scepticismo,  
À desgraça conduzir  
Minh'alma, e, sem o sentir,  
Ir rolando ao abismo.

Mas pedi a Deus com fé;  
Que me valesse, e valeu;  
Naveguei no escarcéu,  
Mas sempre firme e de pé.

Era uma rocha meu peito  
Onde as vagas vinham dar,  
E tornava a recuar  
O mar irado e desfeito.

Do combate o estridor,  
Jamais me fez desviar,  
Da minha estrela polar  
Do meu astro salvador.

Guiou-me a seguro porto  
A minha estrela do norte,  
Já estou salva da morte,  
Já tenho paz e conforto.

Ultimamente<sup>10</sup> em dolorosa e fatal doença era uma edificação pela sua paciência, pela sua conformidade com a vontade de Deus e desejo ardente do céu. Dirigindo-se às pessoas que lhe prestavam seus serviços e conforto, repetia por vezes – “Bendita seja a Caridade”.

Sentindo-se perto do seu fim, apertando contra o peito o crucifixo que sustentava em suas mãos enfraquecidas, a morte que anceava, desprende a alma para o seio de Deus.

Faleceu no Colégio de Regeneração em 14 de Maio de 1923, com 68 anos de idade. Sua morte foi extremamente sentida por toda a comunidade.

Durante sua estada no Colégio compoz algumas comédias, um drama interessante e moralizador e variadas poesias.

Traduziu alguma coisa do espanhol, francês, inglês e outras línguas, que à força de estudo aprendeu por si mesma.

Era no Colégio professora de instrução primária, e de corte de roupas brancas para homem e senhora, para cujo fim compôs um livro – Método de Corte – com importantes instruções, medidas,

---

<sup>10</sup> Esta última parte da narrativa pertence a outra escrevente, como se detecta pelo tipo de caligrafia.

traçados, conformações, figuras, desenhos, moldes, etc. e que muito tem valido às colegiais nos seus trabalhos de costura.

Tinha a seu cargo toda a escrituração do Colegio e correspondência. (pp. 15-21)

Como referi, há uma segunda narrativa acerca desta colegial que vem acrescentar alguns dados novos aos já descritos.

**Adelaide da Cunha Viana**<sup>11</sup> – (Viana). Faleceu a 14.05.1923.

Tambem entrou para 3.<sup>a</sup> dominicana; era muito fervorosa, foi uma verdadeira conversão, tinha estudos para professora, e ajudou muitíssimo Monsenhor Airosa nas contas para o governo [da casa], não havia nesta data escriturário, ela sosinha fazia tudo segundo as indicações de Monsenhor Airosa. A vida desta internada foi bastante extraordinaria. Depois de passar alguns anos no Colegio pensou em sair como realmente saiu. Não se sentindo bem no mundo, pediu para de novo entrar e como os superiores não estivessem de acordo, que fez ela? Conhecia bem tudo na Casa, esperou pela noite introduziu-se na Igreja e metida no púlpito onde ninguém a visse, esperou a hora de poder entrar pela porta que dá para o côro de baixo e uma vez dentro das portas, foi ao lugar que ocupava antes de sair e ali vestiu o uniforme da Casa e apareceu no meio das companheiras. Deste modo conseguiu o que desejava. Aqui passou santamente bastantes anos e morreu muito santamente. A mãe desta Viana morreu na companhia das irmasinhas dos pobres e uma filha que deixou [filha de Adelaide] estava com as irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus que teem Casa em Nogueiró e em Lisboa. A pequena chama-se Carolina, não sei se vive ainda. Parece-se muito com a mãe. (pp. 58-59).

Não são claras as razões que a trouxeram de novo ao Colégio. Da correspondência<sup>12</sup> mantida com o pai de sua filha infere-se que ele não tinha estabilidade profissional e era ela quem o subsidiava. Desiludida, resolve recolher-se ao Colégio onde passa por um processo de “verdadeira conversão” e acaba por prestar aí relevantes serviços.

Nos 23 anos que viveu no Colégio, numa total entrega e dedicação, revelou as imensas capacidades de que era dotada, em várias áreas do conhecimento e do saber-fazer. Foi professora de instrução primária e de corte e costura, para quem elaborou um método prático, e fez traduções de várias línguas estrangeiras. Nesta sua multifacetada actividade tornou-se,

---

<sup>11</sup> O nome correto é Adelaide Gonçalves da Cunha.

<sup>12</sup> Por razões óbvias, não se faz uso dessa correspondência existente no ABIMA.



ainda, o braço direito do P.<sup>e</sup> Airosa na administração corrente da Casa e nos serviços de contabilidade. A sua criatividade e dotes poéticos foram postos ao serviço do Colégio, na composição de letras para hinos, escrita de poemas para festas e para as grandes recepções a ilustres personalidades. A sua produção poética ficou espalhada em relatórios internos, em jornais e numa publicação autónoma, já após o seu falecimento.<sup>13</sup> Essa obra – *A Ditosa*,<sup>14</sup> a que já se aludiu, foi editada pelo Colégio de Regeneração e nela se encontra, numa primeira parte, o conteúdo constante dos dois registos de o *Jardim do Céu*. Na segunda parte, publicam-se 20 poemas da autora – letras para hinos, poemas dedicados a visitantes e colegas, e outros títulos sobre temáticas relacionadas com a vivência nesta Casa. Este pequeno opúsculo é prefaciado, a pedido de Mons. Airosa, pelo P.<sup>e</sup> Alberto Chaves que aproveita para enaltecer a obra que consegue obter a regeneração das colegiais “pela disciplina, pela regra, pela ordem, pelo trabalho! (...) É um rejuvenescimento perfeito, completo, do corpo e do espírito”, chamando a atenção para a perfeição dos trabalhos ali executados, patentes em várias exposições, destacando “a lindíssima e admirável paisagem do Bom Jesus – todo tecido em sêda!!” e apresentando o exemplo da protagonista desta história de vida como modelo a imitar pelas colegiais.

### **5.2.2. Uma história de vida com repercussão no presente**

O registo n.º 1194 do livro de admissões é, aparentemente, um entre muitos, embora aí se esconda um acto de heroísmo, também eventualmente comparável a tantos outros, mas que ganha contornos peculiares quando confrontado com outras fontes existentes na Instituição e, sobretudo, pelas revelações orais que, em boa hora, ocorreram durante o período de elaboração desta tese, sendo completadas com um testemunho escrito e com documentação comprovativa.

Do registo de entrada consta que no dia 29 de Janeiro de 1926 foi admitida uma jovem de 21 anos, casada, de nome Maria dos Santos, filha natural, nascida em S. João da Pesqueira.

---

<sup>13</sup> Do registo de óbito lavrado no Colégio de Regeneração<sup>13</sup> constam estes dados: Adelaide Gonçalves da Cunha, solteira, faleceu às 18,30h do dia 14 de Maio de 1923, com endocardite crónica, tinha 68 anos de idade e era escriturária; natural de Darque, Viana do Castelo; filha de Pedro Bento Gonçalves, capitão de Marinha e de Maria Maciel da Cunha; deixou uma filha; não deixou bens nem testamento. A declaração foi feita por Maria de Sales Reid (ABIMA n.º 64 (1-3), fl.12).

<sup>14</sup> Cunha, Adelaide Gonçalves da (1926). Opúsculo de 34 páginas, de 16x11 cm. ABIMA n.º 60 (1-3). ABIMA L.º de Óbitos n.º 64 (1-3), fl. 12.

Em observações acrescenta-se que faleceu no Colégio de Regeneração, em 3 de Outubro de 1930, com morte edificante.

Mas a história desta colegial começaria a desvelar-se por mero acaso, ou talvez não, nesse cinzento fim de tarde de 12 de Janeiro de 2012. Estava na fase de pesquisa e encontrava-me nas instalações do actual Instituto Monsenhor Airoso (IMA) com um dos responsáveis do arquivo, o Dr. Amado Vicente. Avisado da chegada de uma senhora brasileira, de S. Paulo, à procura de informações sobre uma eventual passagem por este Colégio de sua avó e de seu pai, fiquei atento ao desenrolar dos acontecimentos.

A senhora chegou a Braga à procura do Colégio de Regeneração e teve sorte em ter encontrado alguém na cidade que lhe soubesse indicar a sua localização actual porque hoje o Colégio já não é assim denominado, embora ainda vá sendo conhecido como o “Colégio da Regeneração” ou o “Colégio das Freiras”. Aí, foi a senhora encaminhada pela recepcionista para a directora interna, Dr.<sup>a</sup> Fernanda Costa, já quase de saída do seu dia de trabalho, que só a recebeu por causa da sua muita insistência e obstinação em querer falar com alguém que a pudesse ouvir.

A senhora, segundo informação posterior da Dr.<sup>a</sup> Fernanda, trazia consigo apenas o nome de sua avó – Maria ou Maria dos Santos. Sabia que era proveniente de uma família muito pobre e o marido proveniente de uma família rica. Supunha, também, que teria entrado neste Colégio, mais ou menos por volta de 1925 ou 1926, mas não tinha certezas. Não sabia se o seu pai (filho de Maria dos Santos) já era nascido ou se teria nascido no Colégio.

Enquanto a directora interna fazia uma pesquisa nos livros de registo de entrada, a visitante foi encaminhada para a funcionária Ana Isabel que lhe mostrou a igreja – de que seu pai falava como sendo muito grande e onde dizia ter servido, em pequenino, como ‘coroinha’ (acólito ou ajudante de missa)<sup>15</sup> – e a cerca conventual, onde as colegiais faziam exploração agrícola, jardinagem e recreio. Foi aí que nos cruzámos e onde a visitante declarou ser Selma Caetano, brasileira, de S. Paulo, filha de Manoel Caetano e neta de Maria dos Santos que, na década de vinte do século passado, dizia, terão vivido nesta Casa, fazendo fé nas poucas informações de seu pai, agora bastante doente, a viver nos arredores de S. Paulo. Diz a visitante que seu pai nunca falou muito com a família sobre o seu tempo de criança mas agora, quase em delírio, está falando que, quando era pequenino, viveu em Braga no Colégio

---

<sup>15</sup> É muito provável que ele tenha continuado a frequentar a igreja do Colégio (Igreja da Conceição) até à sua partida para o Brasil, para junto do pai.

de Regeneração e que sua mãe aí teria morrido. Os filhos questionam a veracidade das suas afirmações e pretendem apurar a verdade.

Selma Caetano,<sup>16</sup> aproveitando uma vinda a Lisboa para contacto com diversos escritores, entre os quais Inês Pedrosa, deu um salto a Braga para procurar o Colégio de Regeneração e indagar da verdade dos factos.

Estava perante uma senhora muito afável mas triste, reservada, nervosa e num estado de grande ansiedade.<sup>17</sup> De repente, lembrei-me que havia lido duas histórias de mulheres que aqui foram acolhidas, com uma criança nos braços, e que uma dessas crianças foi, depois para o Brasil, voltando mais tarde ao Colégio, numa atitude de saudade e gratidão. A Dr.<sup>a</sup> Selma ouvia as minhas palavras e, em voz baixa, ia sussurrando que aquela era a história de seu pai. Disse-lhe, então, que aguardasse o resultado da busca da Dr.<sup>a</sup> Fernanda e que, depois, passassem pelo Arquivo para onde eu me dirigia à procura das narrativas que, em tempos, havia lido e que rapidamente localizei na estante 1, prateleira 3, no caderno manuscrito intitulado *Colégio de Regeneração. Jardim do Céu*.

Não foi difícil encontrar as narrativas incluídas nas páginas 38-39 e 51-53. Entretanto, chegou a Ana Isabel com a visitante, muito eufórica, porque o registo do nome da avó havia aparecido no *Livro de Registos de Entrada*:<sup>18</sup>

N.º 1194 – Maria dos Santos, filha natural de António Ferraz e de Felismina de Jesus, comerciante. Idade 21 anos. Casada civilmente no Brasil, foi abandonada pelo marido. Natural de Ourosinho, Penedono, S. João da Pesqueira. Admitida em 29 de Janeiro de 1926. Faleceu no Colégio no dia 3 de Outubro de 1930, com morte edificante com todos os sacramentos. No Colégio Silvina.

---

<sup>16</sup> Selma Caetano é graduada em Literatura Portuguesa e Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com especialização em Gestão Cultural pela Universidade de Girona, Espanha. É produtora cultural e curadora. Entre os seus projectos está a curadoria do Prémio Portugal Telecom de Literatura, um dos mais prestigiados do país.

<sup>17</sup> Em 11 de Dezembro de 2013, através de *mail*, revelar-me-ia: “O que me fez insistir na história e questionar o professor Ernesto quando de nosso encontro no colégio foi ter percebido a coincidência da descrição das lembranças de infância de meu pai com o que vi em minha visita ao colégio. Meu pai descreveu-me a igreja de ouro, as portas que fechavam a igreja e até a sacristia onde ele ‘roubava’ hóstias para comer. Vi, ali, que as lembranças eram reais. Por isso, o nosso encontro foi a providência”.

<sup>18</sup> ABIMA L.º de Registos de Entrada 3 – n.º 62 (1-3). No registo do óbito, fl. 20, diz-se que era solteira e que deixou um filho (Colégio de Regeneração. Registos d’Óbito – 1913 – n.º 64 (1-3), fl. 20).

Perante estes dados já não restavam dúvidas de que se tratava da pessoa que Selma Caetano procurava. Faltava confirmar se alguma das narrativas de que eu lhe havia falado correspondia ao caso de sua avó e de seu pai.

Comecei a ler o primeiro texto, pausadamente, e, passado pouco tempo, uma emoção muito forte se havia apoderado de Selma Caetano que, rapidamente, a todos contagiou. Era esta, de facto, a verdadeira história de sua avó e de seu pai que, na dureza nua e crua das palavras, também num fim de tarde de Janeiro do longínquo ano de 1926, haviam batido à porta deste Colégio em busca de uma tábua de salvação. Não se menciona o nome do menino – “uma criança de peito” – que essa mulher carregava nos braços. E a porta, segundo a narrativa, estaria irremediavelmente fechada pelas normas regulamentares, não fora a compaixão do bondoso director que, perante a delicadeza e gravidade da situação, os recebe por uma noite. No final do texto há uma anotação, com caligrafia e tinta diferente, que diz: “No C. Silvina”. A redactora deste texto deu-lhe o título de “A Providência”.

A segunda narrativa fala de uma Silvina, falecida no dia 3 de Outubro de 1930. Os dados são os mesmos da narrativa anterior, completando-se aqui e além com alguns detalhes, como o nome do menino que se chamava Manoel, “creança ainda de peito”. A narradora diz, na parte final, que [as Irmãs] ficaram “muito surpreendidas quando em 3 de Novembro de 1947 apareceu aqui [o Manoel] para nos cumprimentar e dizer que seu pai tinha morrido deixando-lhe alguma coisa. Voltou para o Brazil onde se emprega como jornalista”.

Depois da leitura deste texto, fácil foi chegar à conclusão de que, afinal, não eram duas histórias distintas porque da mesma e única pessoa se tratava. A nota aposta no fim do primeiro texto – “No C. Silvina” – remetia, de facto, para esta outra narrativa sobre a “Silvina”, nas páginas 51-53, querendo dizer que essa recolhida havia tomado o nome de Silvina, como era prática corrente na instituição. E todos estes dados se conjugavam com os elementos colhidos no Livro de Registos de Entrada.

Não foi difícil concluir, também, que o primeiro texto terá sido escrito logo após o falecimento da protagonista; e o segundo, por ocasião da visita de Manuel Caetano, em 1947, que aqui se teria deslocado, eventualmente para matar saudades, avivar a memória da mãe aqui falecida e da família que, em Braga, o acolheu, para além do natural sentimento de gratidão que quis manifestar ao Colégio de Regeneração.

Depois de refeitos de tão grandes emoções, foi fornecida uma cópia dos textos manuscritos e a Dr.<sup>a</sup> Selma, visivelmente serenada, ficou de fornecer todos os elementos que

encontrasse nos arquivos de família para completar esta história de vida que teve início no Colégio de Regeneração no dia 29 de Janeiro de 1926.

Esta história seria semelhante à de muitas outras atrás narradas, se não fosse a existência de um segundo relato, dezasseis anos depois, que trouxe novas achegas para a história inicial que não terminou com a morte da recolhida. Alguém volta, anos depois, como já se disse, em atitude de gratidão e reconhecimento – fazendo lembrar a história bíblica do leproso agradecido – demonstrando que valeu a pena acolher uma pobre mulher com uma criancinha nos braços, abandonada pelo marido e pelos familiares, que vem da ilha da Madeira até Braga em busca de um porto de abrigo sem saber bem o norte. Essa “criancinha de peito”, mais tarde, homem feito – minado por um torvelinho de pensamentos e emoções que lhe causavam revolta e, ao mesmo tempo, sentimentos de saudade pela mãe que perdera quando tinha 5 anos – parte do Brasil para a Europa e, num imperativo de consciência, passa por Braga para manifestar a sua gratidão ao Homem e à Instituição que o ajudaram a fazer-se menino, potenciando o seu crescimento e projecção para a vida.

As duas narrativas, que abaixo se transcrevem, completam-se mas fica por esclarecer muito do enigma que para aqui encaminhou esta mulher que, apesar da sua tenra idade, tinha já um longo percurso de vida bem amargo. Não teve o acolhimento do “berço dourado”, nessas paragens belas mas agrestes do interior beirão, onde veio ao mundo, até porque era filha natural de uma mãe humilde. Daí terá partido para o Brasil. Como? Levada pelo pai que, apesar de tudo, não a abandona?

Passados oitenta anos da morte desta colegial, esta história ganha outra dimensão ao ser procurada por uma neta que dela possuía apenas vagas indicações. Embora envolta em algum mistério, a história ganha contornos de coerência pelas referências documentais que foi possível coligir, permitindo reconstituir grande parte do seu percurso e reabilitar, depois de muitos anos da sua morte, a dignidade desta jovem mulher que, arrostando contra todos os obstáculos, se fez ao caminho, árduo e incerto, em vez de se entregar a uma “vida fácil” ou cair no desespero que a poderia conduzir a qualquer fatalidade.

Vislumbra-se um certo paralelismo entre a aventura de Maria dos Santos – com um filho ao colo, em demanda de um refúgio onde possa encontrar paz e sentido para a vida – e o percurso da neta que, passados 86 anos, empreende uma viagem na tentativa de encontrar explicações para os “delírios” do pai. Uma, parte da Madeira, outra do Brasil. Ambas chegam trazendo na bagagem a incerteza, mas ambas alcançam os seus objectivos. A redactora da

primeira narrativa entende que o percurso de Maria dos Santos é um acto providencial. E como denominar o de Selma Caetano?

Vejamos as narrativas:

**MARIA DOS SANTOS. Penedono** (Ourosinho) – 29.01.1926 / 03.10.1930. Registo n.º 1194.

#### A PROVIDÊNCIA

No dia 29 de Janeiro de 1926 bate à porta do Colégio de Regeneração uma rapariga na estatística 1194, com 21 anos de idade, natural de S. João da Pesqueira com um filho nos braços pedindo a sua admissão.

Entrevistada com o Director declara o seguinte:

“Estive no Brazil bastantes anos e lá casei civilmente. Vim com meu marido para a Madeira passar algum tempo em casa de sua família. Como minha mãe estivesse em perigo de vida fui à minha terra, assistir-lhe aos ultimos momentos.<sup>19</sup> Após a sua morte, voltei à Madeira, e com grande surpresa soube que ele havia regressado ao Brazil sem que me tivesse dito coisa alguma. Estive algum tempo em casa de sua família, mas em breve fui avisada que tinha de sair. Umas caridosas senhoras vizinhas tendo pena de mim e conhecedoras da minha triste situação sem que tivesse onde me recolher e com um filho, acolheram-me em sua casa e lá me conservei até que me aconselharam a que viesse para aqui”.<sup>20</sup>

Não estando na condição de ser admitida por trazer o filho, a Direcção do Colégio deixa-a permanecer aquela noite para com mais socego e prudencia resolver o assunto.

No dia seguinte acontece de vir ao Colegio uma senhora casada com um dos principais e importantes industriais de Braga, a quem se contou o caso. Como esta senhora não tivesse filhos declara que tomará conta da criança para assim facilitar a admissão da mãe.

A criança considerada como filho é o seu encanto; trazendo-a vastas vezes ao Colegio [a] visitar a mãe. Esta continua no Colegio sendo bem comportada, sempre contente e dando graças ao Bom Deus pelo muito que se dignou conceder-lhe. Ultimamente depois de uma prolongada enfermidade que suportou com admirável paciencia e conformidade na vontade de Deus faleceu no Colegio de Regeneração a 3 de Outubro pelas 10 horas da manhã do ano corrente de 1930.

A Exma. Snr.<sup>a</sup> D. Thereza de Jesus Paiva que tomára conta do filho da falecida se encarregou do seu funeral. Mandou celebrar uma missa pela sua alma às 8,15 horas.

---

<sup>19</sup> Facto que se comprova por uma carta enviada de Ourosinho, datada de 1 de Janeiro de 1924 (com tarjeta escura), para D. Laurência (Madeira), dando notícia da morte da mãe.

<sup>20</sup> Estes factos são comprovados por 2 cartas enviadas de Santa Cruz (Madeira) para D. Laurência (Funchal), de 1925, e por uma outra de 11 de Julho, do mesmo ano, remetida também de Santa Cruz para a mesma destinatária por D. Georgina de Freitas Afonso em casa de quem nasceu Manoel Caetano.

Dezassete anos depois, é lavrado um novo registo em nome de *Silvina* e com a nota de que faleceu no dia 3.10.1930, apresentando novos detalhes sobre o final feliz dessa criança que, no dia 29 de Janeiro de 1926, havia sido acolhida no Colégio, contrariando as normas internas da Casa que não permitiam a entrada a uma mulher com filhos. Quis, porém, a “Providência” que assim acontecesse, salvando-se uma jovem mãe à deriva, sem eira nem beira, e abrindo-se a oportunidade a uma criancinha de poucos meses que veio a singrar na vida, projectando-se no seu trabalho e na família que veio a constituir. A entrada nesta Casa foi como que um segundo nascimento para esta criança.

SILVINA. Faleceu em 3.10.1930.

Era uma linda rapariga. Chegou à portaria do Colegio com um filhinho nos braços, creança ainda de peito. Monsenhor Airosa que não estava bem informado deste negocio, afligiu-se muito e mandou vir da terra um sacerdote (creio se tinha empenhado para esta pequena vir para o Colégio).<sup>22</sup> Segundo soubemos, este sacerdote era irmão do pai da creança. O menino era um encanto para todos se sorria; todos queriam pegar nele e até uma irmã queria te-lo na portaria e cuidar dele, mas isto era impossível.

Começou-se a trabalhar a ver onde se podia por o menino Manoel. Felizmente uma senhora sem filhos tomou-o à sua conta.<sup>23</sup> Vinha aqui muitas vezes à mãe e a Silvina portou-se sempre muito bem. Era engomadeira e uma vez estando bastante a transpirar bebeu uma pouca de água fria que foi a causa da sua morte. Nunca mais teve saúde; foi para a enfermaria e depois de alguns meses de sofrimento e bem preparada com os sacramentos morreu santamente.

O filho mandou o pai que estava no Brazil, um proprio para o levar em sua companhia para tomar conta dele e mandal-o educar.<sup>24</sup> Esteve 7 anos em companhia dos religiosos Maristas e ali se

---

<sup>21</sup> No final da narrativa, com tinta e caligrafia diferentes, foi aposta a seguinte nota: “No C. Silvina”. Isto quer dizer que, no Colégio, esta senhora adoptara o nome de *Silvina*.

<sup>22</sup> O marido de Maria dos Santos tinha um irmão padre mas ele foi um dos que não a aceitou em casa nem acedeu ao convite para padrinho da criança, conforme veio a saber-se mais tarde. Teria sido outro padre, através de carta, a interceder por ela junto do P.<sup>e</sup> Airosa?

<sup>23</sup> Trata-se de D. Teresa Paiva a quem ele visitou nesta mesma ocasião, daqui levando uma sua fotografia que conservou no seu arquivo privado.

<sup>24</sup> Manoel Caetano, ao chegar a casa do pai, em Santos, escreve uma cartinha à mãe que o criou (D. Teresa Paiva, de quem conservou uma fotografia dessa época), enviando-lhe dinheiro para comprar uns sapatos e informando que tinha o pai e o tio à sua espera e que fez viagem em companhia do Sr. Lopes.

educou e fez homem. Ficamos muito surpreendidas quando em 3 de Novembro 1947 apareceu aqui<sup>25</sup> para nos cumprimentar e dizer que seu pai tinha morrido deixando-lhe alguma coisa. Voltou para o Brasil onde se emprega como jornalista. (pp. 51-53).

Mas a história não termina aqui e não se esgota na documentação recolhida no arquivo e nas informações entretanto fornecidas pela neta desta recolhida que, mais tarde, classificaria de “adorável e comovente encontro em Braga”.<sup>26</sup>

Selma Caetano parte para o Brasil com a ansiedade de partilhar com os irmãos a veracidade dos factos de que todos duvidavam. Como comunicar a notícia ao pai? Na mensagem enviada por *email* declara: “Amanhã com minhas irmãs pensaremos como levar a Manoel, muito doente, as notícias que, graças ao senhor, lhe trago de Braga e do Colégio de Regeneração” porque, acrescenta, “pode trazer-lhe demasiada emoção”. Promete, então, fornecer todos os elementos que encontrar nos arquivos do pai:

Além das cartas e documentos, eu mesma posso fazer-lhe um relato da reacção de meu pai e de minha própria emoção ao desvendar em Braga a história de minha avó paterna e de meu pai, graças ao precioso documento que, seguindo a tradição do Convento da Conceição e das religiosas que o habitaram, registrou as histórias humanas do Colégio, dramas às vezes tão fortes.

Rememorar e registrar essas histórias é uma forma de expressar nossa solidariedade com aqueles que sofreram no passado e que nos legaram o presente. Espero, de coração, ajudá-lo a redimir o sofrimento de nossas gerações passadas, às vezes mártires incógnitos da história, como minha avó, morta de tristeza aos 25 anos, embora muito confortada pelo monsenhor Airosa.

Como escreveu Walter Benjamin, ‘a rememoração do passado não implica simplesmente a restauração do passado, mas também uma transformação do presente tal que, se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado’.

Em 19 de Março, Selma Caetano anuncia que nos arquivos do pai encontrou cartas da avó, quando estava internada no Colégio de Regeneração, dizendo que “é possível reconstituir uma triste e comovente história”. E aproveita para enviar a digitalização de uma carta de

---

<sup>25</sup> Pelo seu passaporte é possível reconstituir a sua viagem de barco. Esteve cerca de 2 meses na Madeira. Chegou a Lisboa no dia 23 de Outubro e partiu para a Madeira no dia 7 de Novembro, onde permaneceu mais uma semana. Daí partiu para S. Paulo.

<sup>26</sup> *Email* de 24 de Janeiro de 2012. V. *AP. DOC.* Doc. 168 a 182.



Maria dos Santos para uma das caridosas senhoras da Madeira, Dona Laurência, que a acolheram quando a família do marido a expulsou de casa, em adiantado estado de gravidez.<sup>27</sup>

Nessa carta, de 22 de Setembro de 1929, passados três anos da sua chegada ao Colégio, informa que se encontrava em Braga, na Casa de Regeneração, “uma santa casa onde nada me falta, nem temporal, nem espiritual”. Informa, ainda, que se encontrava doente e desanimada por estar a dar muitas despesas à Casa mas que nada lhe tem sido recusado, confessando: “teem-me tratado muito bem, não me faltando com nada”. Finalmente, dá notícias do filho: “O meu filhinho está n’uma família muito bôa, é um casal não teem filhos, e por respeito das Sr<sup>as</sup> religiosas desta casa tomaram conta d’ele, estimam-no como filho d’eles, está uma beleza muito gôrdo e bonito, de vêz em quando trazem-m’o cá, onde me dão toda a consolação com a sua visita”. Mais informa que essa família, até com a promessa de um dia o tornarem seu herdeiro, o quereriam tomar para adopção mas ela não aceitou a proposta porque o não queria perder – “não quiz porque depois que perdia o direito”.

Relativamente ao encontro com o pai, afirma que as notícias de Braga lhe fizeram bem mas sente que chegaram um pouco tarde. Incentivá-lo a falar do passado, como catarse e recolha de informação, poderia ser muito útil mas não é uma atitude consensual entre os irmãos e decide: “Fico entre dar-lhe a emoção de falar sobre Braga e o Colégio e, ao mesmo tempo, poupá-lo de uma emoção quase insuportável que são as notícias de seu passado. Sinceramente, me divido entre a opinião de meus irmãos”.

Manuel, com mais de 80 anos, encontra-se muito doente e as notícias foram sendo dadas em momentos diferentes:

Confesso que quando, pela primeira vez, dei a notícia do registro de sua mãe no Colégio, temi por sua vida. Ele chorou feito criança e disse-me, entre lágrimas, já muito debilitado, muita coisa forte e comovente como, por exemplo, essa frase: “Lembro bem de minha primeira infância, de minha vida de moleque no colégio de Regeneração, e gostava muito. Via coisas que não entendia. Cresci sabendo que fazia parte daquele colégio, daquela história, embora conscientemente não sabia dizer qual era aquela vida. Esse foi o melhor presente de minha vida. Saber agora que tipo de vida era aquele”.

A vida deste homem parece que ganha alento em saber que sua mãe foi recolhida numa Casa séria e que aí viveu com dignidade, merecendo o carinho e o respeito de todos. No

---

<sup>27</sup> Como é que essas cartas foram parar ao Brasil? Eis a explicação de Selma Caetano: “Essas cartas chegaram a minha mãe por intermédio de uma dessas caridosas mulheres, Dona Georgina Antonina de Freitas Afonso, que, em 1969, com 81 anos, resolveu revelar ‘segredos do nascimento e das memórias de seu marido’, como ela escreveu em carta endereçada à mulher de um tio de meu pai que esteve na Ilha da Madeira. Com muita idade, Georgina se confundiu e pensou que a mulher desse tio era a mulher de meu pai (que nunca esteve na Madeira) e enviou a essa senhora as cartas que, muito tempo depois, chegariam nas mãos de minha mãe”.

fundo, parece adivinhar-se uma incerteza, e até dúvida, quanto ao modo de vida das mulheres que viviam nesse Colégio. Saber e entender como aí se vivia foi, como desabafou, o melhor presente da sua vida. Agora podia morrer em paz, fazendo lembrar o suspiro do velho Simeão, no Templo de Jerusalém, depois de ver cumprida a promessa e tomar Jesus nos braços: “Agora, Senhor, já podes deixar-me morrer em paz...”. (*Lc. 2, 25-32*)

Num outro momento, diz à filha: “Eu sabia que não estava inventando nada daquilo que você me trouxe. Mesmo quando me falavam que o colégio não recebia meninos eu sabia que estive lá. Mas, pode crer, a minha história é muito mais patética do que você descobriu. Eu vou lhe contar...”.

Mas não contou... e a filha temeu e não voltou a falar no assunto. Mas ficou com uma convicção: “Eu trago em meu coração uma certeza: o carácter, a formação, o que meu pai foi e é hoje, vem fundamentalmente de dois grandes colégios: o de regeneração e o marista Arquidiocesano, que frequentou em Santos (SP). Se ele, com essa história de rejeição e sofrimento, galgou um degrau importante na vida deve tudo, primeiro, ao Monsenhor Airoso, depois aos maristas”.

Manuel Caetano viria a falecer nos primeiros dias de Janeiro de 2013, “a esgotar-se em tristezas”, como diz a filha. E acrescenta: “Não foi uma morte suave, infelizmente. Apesar de lúcido, fechou-se em um mutismo que assustava. Muitas coisas o atormentavam e não consegui tirar-lhe uma palavra. Minha impressão é que a grande tristeza era esse passado português, que, de certa forma, chegou tarde demais”.

Esse passado, algo misterioso, nunca deixou de o atormentar e as filhas estão empenhadas em ter acesso a documentos que ele nunca quis mostrar e saber se existe algo mais ou se eram apenas lembranças. É verdade, segundo diz, que o nome do P.<sup>e</sup> Airoso lhes era familiar mas elas pensavam que se tratava de um padre do Colégio dos Maristas. Uma das grandes inquietações de Manoel Caetano, segundo a filha Selma, nas poucas palavras que trocou com ela “durante esses últimos meses de doença e depressão foi a respeito do atestado de óbito de sua mãe (...) dizendo que nele constava – Maria dos Santos, solteira, sem herdeiros”. Havia um problema existencial que, no dizer da filha, mais o atormentava: “Apesar de muito fraco, com ironia, disse-me mais ou menos isto: você vê, eu portanto não existo, este que você vê aqui é uma ilusão”. É claro que o passado faz parte do presente e, no fim da vida, torna-se ainda mais presente e obsessivo. O princípio e o fim desta história como que se tocam, fechando o círculo da vida.

Mas é preciso dizer, em abono da verdade, que Manoel Caetano fez uma leitura errada da certidão de óbito que lhe foi passada pelo Registo Civil de Braga, em 17 de Abril de 1936. O registo é bem claro a esse respeito. O que nele está exarado é o seguinte: “O falecido *deixou* descendentes menores, *não deixou* bens, (...)”. Ele, não atendendo à pontuação, fazia uma leitura errada ao entender que o (a) falecido não deixou filhos menores. Ora o Colégio possuía, também, um Livro de Registo de Óbitos onde se anotava o falecimento das colegiais e o registo era feito, normalmente, pela superiora da Casa. Diz-se que a falecida era solteira, naturalmente por lapso, mas é bem explícita quanto à descendência: “deixou um filho”.

**Maria dos Santos.** Às 10 horas do dia 3 do mês de Outubro de 1930, da freguesia da Cividade, desta cidade, faleceu Maria dos Santos, de 25 anos de idade, de profissão bordadeira, da Aurosinho – Penedono – S. João da Pesqueira, domiciliada neste Colégio, filha natural de António Ferraz e de Felismina de Jesus. A falecida era solteira e deixou um filho. Foi sepultada no cemitério desta cidade. Assina: Maria das Dores Perry. Braga Colégio de Regeneração, 3 de Outubro de 1930.<sup>28</sup>

Mas esta obsessão da sua passagem por Braga acompanhou-o pela vida fora e tem razão a filha Selma, quando, na mensagem de Fevereiro de 2013, acaba por concluir, com muito acerto: “Infelizmente, penso que eu cheguei muito tarde ao Colégio de Regeneração. Ele já estava muito fraco (e sem condições físicas) para abrir-se mais sobre os fatos reais que acabei descobrindo graças a você, meu querido professor Ernesto”.

Em Agosto de 2013, Selma Caetano – com os elementos que, entretanto, havia recolhido – elaborou uma memória, na tentativa de reconstrução das histórias de vida de sua avó e de seu pai e que aqui se transcrevem.

## A TRISTE HISTÓRIA DE MARIA DOS SANTOS, MINHA AVÓ

---

<sup>28</sup> L.º de Óbitos 1913, fl. 20 – ABIMA n.º 64 (1-3).

Maria dos Santos nasceu em 1905, no Funchal, Ilha da Madeira, filha de Felismina Maria Vinagra, de pai ignorado. Jovem, viajou para o Brasil para trabalhar como doméstica na casa de uma família portuguesa que se mudou para o país. Não sabia ler nem escrever.

No Brasil, em situação e data desconhecidas, conheceu Manoel Vieira Caetano, um rico comerciante português, residente no Brasil, de uma família de clérigos da Ilha da Madeira, Funchal. Com ele teve um relacionamento afetivo, casou no primeiro distrito da cidade de Santos, São Paulo, Brasil, engravidou e viajou com o marido para visitar a família deste, no Funchal.

Nada mais se sabia a respeito da vida de Maria. Os fatos aqui relatados, acontecidos entre a gravidez de Maria, em 1925, e sua morte, em 1930, só vieram a ser conhecidos em 2012, quando conheci, em Braga, o historiador Ernesto Português, que pesquisou e escreveu a história do Colégio da Regeneração.

Nos arquivos do Colégio, que visitei junto com o professor Ernesto, pude ler a carta que minha avó Maria ditou (já que não sabia escrever) e na qual conta a sua história para ser documentada no prontuário de sua entrada como interna do Colégio da Regeneração, em 29 de Janeiro de 1926. Diz ela:

“Estive no Brazil bastantes anos e lá casei civilmente. Vim com meu marido para a Madeira passar algum tempo em casa de sua família. Como minha mãe estivesse em perigo de vida fui à minha terra assistir-lhe aos últimos momentos. Após a sua morte, voltei à Madeira e com grande surpresa soube que ele havia regressado ao Brazil sem que me tivesse dito coisa alguma. Estive algum tempo em casa de sua família, mas em breve fui avisada que tinha que sair. Umas caridosas senhoras vizinhas, tendo pena de mim e conhecedoras de minha triste situação sem que tivesse onde me recolher e com um filho, recolheram-me em sua casa, e lá me conservei até que me aconselharam a que viesse para aqui (colégio da regeneração, acréscimo meu)”.

Esses fatos foram comprovados nas cartas entregues, em 1964, por uma dessas senhoras caridosas que se compadeceram de Maria, a uma cunhada de Manoel Vieira Caetano em visita ao Funchal. Essa cunhada, Dona Vera Violeta Pimentel Barbosa Vieira Caetano, entregou-as à minha mãe no mesmo ano. As cartas são missivas trocadas entre vários personagens desse drama, que iluminaram para nós (hoje) a extensão do sofrimento de Maria, embora não o esclareça totalmente.

Uma dessas cartas foi enviada pela caridosa Martha Gouvêa a Dona Laurência. Na carta, sem data, Dona Martha diz:

“Minha querida amiga D. Laurência, a senhora Dona Georgina Affonso da Terça procurou-me para dizer que soube que a mulher de Manoel Caetano esta em sua casa para lhe escrever a dizer que pedia o favor de dizer a sua hospede que venha para Santa Cruz que tem aqui quem lhe garanta casa, comida e tudo que lhe seja necessário até o nascimento de seu filho e se encontrar de todo restabelecida”.

Os documentos compilados no Colégio da Regeneração pelo professor Ernesto Português e as cartas das caridosas [senhoras] tornaram inverosímil a história na qual acreditávamos até então, de que Maria viveu no Funchal aos cuidados do Reverendo Vieira Caetano, irmão de seu marido, até o nascimento da criança, e que, após o parto, teria ido para um prostíbulo e a criança, doada a uma família portuguesa.

A história real, plausível para a época, é cruel. Maria vivia civilmente com Manoel no Brasil. Por quanto tempo durou esse relacionamento, não se sabe. Sabe-se que Maria engravidou e Manoel a levou a Portugal em visita à casa de sua família, no Funchal. Viajou com a intenção de deixá-la lá? Não sabemos e nunca saberemos. O que se pode deduzir por meio das cartas é que o Reverendo convenceu o irmão a voltar ao Brasil, aproveitando uma viagem de Maria para visitar a mãe doente em Penedono. Manoel retornou ao Brasil abandonando a esposa aos cuidados do irmão padre. O Reverendo, que prometeu tomar conta de Maria, rejeitou a criança como filho legítimo de seu irmão e expulsou Maria de sua casa. Umas senhoras caridosas – Dona Laurência, Dona Georgina, Dona Martha – sabendo do drama de Maria, compadecidas de sua situação se ocuparam da menina até o nascimento da criança e seu restabelecimento.

Podemos comprovar a verdade desses fatos em outra carta datada de 11 de Julho de 1925 – um dia após o nascimento da criança. Esta carta, enviada por Dona Georgina Antonina de Freitas Affonso a uma das irmãs do Reverendo Vieira Caetano, anuncia o nascimento do menino, informando o Reverendo que Maria dos Santos o convida a registrar a criança e a ser o padrinho do menino. Na carta, Dona Georgina diz também ao Reverendo que a data do nascimento da criança prova que “as suspeitas de que esse filhinho não era do irmão agora devem estar dissipadas porque no dia 25 deste mez é que fazem nove meses que Dona Maria se separou do marido”.

A criança nasceu no dia 10 de Julho de 1925, como consta da primeira certidão de nascimento de Manoel, a certidão portuguesa:

“às sete horas e quinze minutos do dia dez de julho de 1925 nasceu no sítio da Terça, freguesia de Santa Cruz deste Concelho um indivíduo do sexo masculino a quem foi posto o nome Manoel Januário Vieira Caetano, filho legítimo de Manoel Vieira Caetano, comerciante, 34 anos de idade, natural da freguesia de Santa Cruz concelho de Santa Cruz, domiciliado actualmente no Brazil, e de Maria dos Santos, doméstica, de vinte anos de idade, natural da freguesia de Santa Cruz concelho de Penedono, domiciliada no referido sítio da Terça; neto paterno de João Vieira Caetano, falecido, e de Maria Rosa, falecida, e neto materno de avô incógnito e de Felismina Maria Vinagra, falecida.”

O registro foi feito por Maria dos Santos no dia cinco5 de Agosto de 1925: “fez a declaração a mãe do registrando que não assina por declarar não saber escrever,” consta do registro.

Os seis primeiros meses de vida da criança, Maria passou sob os cuidados e a bondade das senhoras caridosas que, como mostram várias cartas, tentaram obter notícias de seu marido no Brasil e convencer o Reverendo a aceitar o menino. Sem sucesso.

Maria ingressou no Colégio da Regeneração no dia 29 de Janeiro de 1926, com 21 anos, com uma criança de seis meses no colo. Recebeu o nome “Silvina” em sua vida recolhida a Deus. Pudemos saber como Maria chegou ao Colégio da Regeneração por meio do prontuário de “Silvina” (Maria) do Colégio da Regeneração. Diz no prontuário:

“Era uma linda rapariga que chegou à portaria do Colégio com um filhinho nos braços, criança ainda de peito. Monsenhor Airoso que não estava bem informado deste negócio, afligiu-se muito e mandou vir da terra um sacerdote (creio se tinha empenhado para essa pequena vir para o Colégio). Segundo soubemos esse sacerdote era irmão do pai da criança. Monsenhor começou a trabalhar a vêr onde se podia por o menino Manoel. Felizmente uma senhora sem filhos, tomou-o à sua conta. Vinha aqui muitas vezes à mãe”.

O Colégio da Regeneração deu a Maria um pouco da paz que o mundo lhe negou. Em carta endereçada a Dona Laurência, datada de 22 de Maio de 1929, Maria diz:

“Pergunta-me como estou, graças a Deus que me deparou esta Santa Casa onde nada me falta, o título da casa é Casa da Regeneração Braga. O meu filhinho está n’uma família muito bôa, é um casal não têm filhos, e por respeito das exmas. religiosas d’esta casa tomaram conta d’ele, estimam como filho d’eles, está uma beleza muito gordo e bonito, de vez em quando trazem-no cá, onde me dão toda a consolação com a sua visita. No mez de setembro ou outubro vão manda-lo para o colégio de padres jesuítas, em Hespanha para aprender e se ele fôr sempre muito ... (ilegível), diz a mesma família que, à morte d’elas lhe deixariam qualquer coisa. Eles queriam-o por filho mas eu não quis porque depois que (eu) perdia o direito e da morte deles, que lhe faziam a doação de bens.”

Maria faleceu de pneumonia no dia três de Outubro de 1930, com 25 anos, quatro anos e meio depois de dar entrada no Colégio da Regeneração. Como mostram suas cartas, até a morte manteve esperança de receber notícias de seu ‘esposo’ Manoel.

### **A FELIZ HISTÓRIA DO FILHO DE MARIA DOS SANTOS, MEU PAI**

O menino Manoel ficou órfão aos 5 anos e três meses. Até os onze anos, foi criado por essa família de Braga, sem filhos, de cuja senhora, Thereza, nada sabemos. Com 11 anos, embarcou para o Brasil para encontrar o pai, como ele mesmo escreveu em carta à senhora Thereza, a quem chamava mãissinha:

“Mãissinha, (...) embarquei no dia 29 de abril de 1936 e cheguei no dia 12 ao Rio de Janeiro e cheguei no dia 13 a Santos. No cais estava meu paissinho e o meu tio Alfredo esperando por mim”.

Dois meses depois de sua chegada ao Brasil, no dia 9 de Junho de 1936, o menino recebeu seu segundo registro de nascimento, como brasileiro, já que o pai não reconheceu a certidão de nascimento

portuguesa feita por Maria dos Santos na Ilha da Madeira, à sua revelia. É, então, registrado por seu pai como Manoel Januário Vieira Caetano, filho legítimo de Manoel Vieira Caetano e de Maria dos Santos, nascido na cidade de Santos, São Paulo, Brasil. Torna-se brasileiro, nacionalidade que usaria a vida toda.

Manoel encontrou o pai muito bem sucedido nos negócios, proprietário de dois grandes armazéns de Secos & Molhados na cidade de Santos, a Casa Royal e o Bazar Coração de Jesus. O pai estava casado com Dona Constância que tinha um filho dois anos mais velho que ele. Se por um lado o relacionamento de Manoel com o pai, com a cidade, com o porto de Santos e com a própria empresa do pai compensou o sofrimento anterior, o relacionamento com a madrasta e seu filho era conflituante.

Depois de viver um ano na cidade de Santos, na casa do pai, este o envia, com 12 anos, para um colégio de religiosos maristas em São Paulo, Arquidiocesano, onde esteve interno por 7 anos em companhia dos religiosos, se educou e se fez homem.

A madrasta morreu, dois anos depois, em 1945, morreu o pai, e ele se tornou herdeiro absoluto do negócio do pai, já que o irmão era filho apenas de Dona Constância.

Com 20 anos, apaixonou-se por uma menina de 14 anos e decidiu pedi-la em casamento. Como a menina era muito jovem, seu pai pediu que eles esperassem um pouco para casar. Para esperar, decidiu, então, partir para a Europa em busca de sua história. Vendeu as lojas de seu pai, todos os bens que o pai acumulou durante sua vida no Brasil e, com uma pequena fortuna, em 1947, com 22 anos, embarcou de navio directo para a Ilha da Madeira. Prometeu a Lourdes voltar em um ano para casar.

Na Ilha da Madeira, confrontou o tio Reverendo sobre a crueldade que havia feito com sua mãe. O padre disse-lhe, sem culpa, que faria novamente a mesma coisa pois uma mulher que engravida sem casar no sagrado sacramento da igreja assim merecia.

Depois, Manoel vai ao Colégio da Regeneração e sua passagem por lá ficou registrada no prontuário de “Silvina” (Maria), no Colégio: “Ficamos muito surpreendidos quando em três de novembro de 1947 apareceu aqui para nos cumprimentar e dizer que seu pai tinha morrido deixando-lhe alguma coisa. Voltou para o Brasil”.

Nada mais sabemos com certeza dessa viagem de Manoel à Europa, excepto que, na Europa, gastou quase toda herança herdada do pai, e voltou com o navio cheio de objectos de arte e de enxoval para Lourdes de Oliveira, futura Lourdes Vieira Caetano, com quem casou-se no dia 26 de Outubro de 1948.

Recomeçou a vida em Santos vendendo livros de porta em porta. Com a morte do sogro, comprou uma casa e trouxe a sogra para morar com ele. Ainda em Santos, teve seis filhos, todos educados com o dinheiro de seu trabalho com os livros. Manoel sempre foi apaixonado pelos livros.

Em 1965, apareceu uma oportunidade de trabalhar com livros na capital do Estado e ele mudou-se para São Paulo com a família. Vendeu a casa de Santos e comprou uma casa no Jardim

Paulista, um dos melhores bairros da capital. O negócio com os livros prosperava muito mas um amigo o incentivou a abrir o seu próprio negócio, no ramo da construção. Compraram um depósito de material de construção em um bairro em ascensão e, em poucos anos, tinham três lojas. Comprou nesse mesmo bairro um grande terreno para construir uma casa para a família, pois o bairro progredia a olhos vistos e a cada dia levantava-se uma nova construção. Para sorte de Manoel, muitos anos depois, uma grande incorporadora quis construir um edifício de luxo no terreno que ele havia comprado. Ele entrou de sócio na incorporadora, recebendo como pagamento vários apartamentos e parte dos lucros. Ficou, desse modo, rico.

Mas nunca esqueceu os livros. Com o dinheiro da incorporadora comprou a primeira de suas livrarias na cidade de São Paulo, a Kairós, uma importante livraria de esquerda na época da ditadura. Depois comprou mais duas livrarias, Neon e Fresta. Até a sua morte viveu rodeado de livros, com uma biblioteca de 4 mil títulos.

Em 1980, morreu sua sogra, Luíza de Oliveira, que criou seus seis filhos e possibilitou uma vida tranquila para o casal. Em 1983, morreu sua esposa Lourdes Vieira Caetano. Manoel tinha 58 anos e não mais se casaria, embora tenha mantido várias companheiras.

Com o avançado da idade, vieram as doenças. Teve câncer e Parkinson. Foi morar em um sítio e lá terminou seus dias. Morreu em 2012, aos 87 anos. Pensava em escrever uma biografia mas a sua história sempre teve muitas incógnitas. Três tentativas que ele e seus filhos já adultos fizeram de desvendar sua história em Braga, no Colégio da Regeneração, foram fracassadas. A verdade só veio a ser conhecida quando Manoel estava quase a morrer. Mesmo assim, hoje, a família agradece ao professor Ernesto Português ter possibilitado conhecer a história de nossa avó. Meu pai não morreu sem provar para os seis filhos o que ele sempre afirmou: ele viveu sua primeira infância no Colégio da Regeneração.

*Selma Caetano*

Agosto 2013.

Deste texto retiro as seguintes conclusões:

- Todo o conhecimento que a família possuía da avó resumia-se aos dois primeiros parágrafos deste texto.
- As cartas, entretanto encontradas, fizeram luz sobre o sofrimento de Maria dos Santos, ao ser abandonada pelo marido, em estado de gravidez, no Funchal, tendo sido recolhida por umas senhoras amigas e encaminhada para Santa Cruz, onde se deu o nascimento do bebé.
- Através deste texto fica-se a saber que a história da avó, que corria na família e que tinham como certa, era bem diferente da realidade. Acreditavam que ela teria vivido no



Funchal, ao cuidado do irmão padre de seu marido, e que após o parto teria ido para um prostíbulo e a criança entregue a uma família portuguesa.

- Desta informação infere-se que a família convivia mal com essa ideia do “prostíbulo” e que essa mancha lhes causava muita dor. A descoberta da verdade foi um alívio e motivo de grande emoção em toda a família.
- A verdade dos factos é que o padre rejeitou a criança como filho legítimo de seu irmão e expulsou Maria de sua casa, sendo recolhida por três caridosas senhoras.
- O padre é informado do nascimento da criança, convidado a fazer o seu registo e a ser padrinho do menino. Mas negou-se a tudo isso. O registo de nascimento, conforme declaração da mãe, efectuou-se em 5 de Agosto e diz que ele nasceu na freguesia e concelho de Santa Cruz, no dia 10 de Julho de 1925.
- O menino parte de Braga para o Brasil, em 1936, com 11 anos de idade, para a companhia do pai, na cidade de Santos.
- Há duas certidões de nascimento de Manuel Caetano. A primeira diz respeito ao registo efectuado na Madeira, no concelho de Santa Cruz. Mas em 1936, depois da sua chegada ao Brasil, o pai procedeu a um segundo registo, como tendo nascido na cidade de Santos, em S. Paulo, já que o pai não reconheceu a certidão de nascimento portuguesa feita por Maria dos Santos, à sua revelia, na ilha da Madeira. Torna-se, assim, cidadão brasileiro, nacionalidade que usaria a partir dessa data.
- Maria viveu, depois do parto, uns seis meses em casa da senhora que a recolheu, tentando obter notícias do marido e convencer o padre a aceitar o menino.
- Perante as informações colhidas em Braga e da análise das narrativas, Selma Caetano acredita que a avó Maria dos Santos terá encontrado no Colégio de Regeneração “um pouco de paz que o mundo lhe negou”.
- Maria dos Santos informa, em carta de 29 de Maio de 1929, que se encontra numa casa onde nada lhe falta e o filho está a ser criado numa família muito boa.
- A família conhece bem a história do pai, a partir da sua chegada a Santos, aos 11 anos.
- Aos 12 anos é enviado para um colégio dos Maristas, em S. Paulo, onde “se educou e se fez homem”.

- Aos 22 anos, depois da morte do pai, vendeu toda a herança que ele havia acumulado e, com uma “pequena fortuna” na mão, partiu para a Europa “em busca de sua história”.
- Passou pelo Colégio de Regeneração e falou com as religiosas Dominicanas que aí se encontravam.
- Passou pela Madeira, confrontou o tio padre sobre a crueldade que havia cometido com sua mãe, sem que ele tenha manifestado arrependimento pelo que tinha feito.<sup>29</sup>
- Nada mais se sabe dessa viagem pela Europa, a não ser que gastou praticamente a fortuna resultante da venda do património deixado pelo pai, e que regressou ao Brasil com muitas ofertas para o enxoval da namorada, com quem se casou e com quem teve seis filhos, todos educados com o dinheiro do seu trabalho.
- Teve vários ofícios e negócios, sendo sempre bem-sucedido.
- Foi sempre um apaixonado por livros. Iniciou a vida com a venda de livros de porta em porta e terminou adquirindo de três livrarias, em S. Paulo. Viveu, até à morte, rodeado de livros, possuindo uma biblioteca particular de 4.000 títulos.
- Faleceu em Janeiro de 2013, com 87 anos de idade.
- Pensava escrever a sua biografia mas a sua história sempre teve muitas incógnitas.
- Manuel Caetano e os filhos, já adultos, fizeram três tentativas, sem êxito, para desvendar a sua história, em Braga.
- A verdade só veio a ser conhecida através da deslocação da filha Selma, ao Colégio de Regeneração, em Janeiro de 2012.

Selma Caetano afirma que o pai, afinal, “não morreu sem provar para os filhos o que ele sempre afirmou: ele viveu sua primeira infância no Colégio de Regeneração”.

### **UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO**

A narrativa, que a autora diz ter escrito com objectividade e sem carga emotiva, contrapõe duas histórias de vida interdependentes e pretende afirmar que se a segunda foi

---

<sup>29</sup> Segundo relato da filha Lúcia, em 12 de Outubro de 2013, nessa passagem pelo Funchal terá passado por uma casa de divertimento nocturno onde se terá exibido, de forma menos conveniente, fazendo saber que era sobrinho do tal Reverendo.

feliz se deve, em primeiro lugar, ao facto de seu pai ter sido acolhido no Colégio de Regeneração. Este foi o primeiro pilar onde assenta toda a sua vida. O que teria sido se as portas lhe tivessem sido fechadas? Esta foi, sem dúvida, a primeira porta para a vida! Selma Caetano realça, também, a circunstância de o protagonista da segunda história ter sido educado e instruído no Colégio Marista de S. Paulo. Estas duas instituições, afirma, terão sido decisivas para a formação do seu carácter.

Apesar de tudo, o texto contém algumas incorrecções e não é totalmente esclarecedor no que concerne à história de vida de sua avó mas desvenda dados relevantes da vida de seu pai e cuja compreensão depende necessariamente do conhecimento dos seus primeiros tempos de existência e do papel fundamental do Colégio de Regeneração que foi determinante na definição do seu futuro e que, praticamente durante toda a sua vida, permaneceu na obscuridade, causando-lhe graves problemas de identidade junto dos filhos, a começar pelo registo de nascimento.

Manoel Caetano teve o cuidado de se informar do seu passado e, para isso, requereu certidões de nascimento e certidão de óbito da mãe. Mas os documentos ainda o terão deixado mais confuso. Ele viveu no meio de contradições e falsas informações. De facto, não tem um mas dois registos de nascimento. O primeiro, efectuado na Repartição do Registo Civil de Santa Cruz (Madeira), no dia 5 de Agosto de 1925, segundo declaração da mãe, Manoel Januário Vieira Caetano nasceu no dia 10 de Julho, no sítio da Terça, freguesia e concelho de Santa Cruz, (Madeira), filho legítimo de Manoel Vieira Caetano, comerciante, de 34 anos, natural de Santa Cruz e residente no Brasil, e de Maria dos Santos, doméstica, de 20 anos, natural de Ourozinho, concelho de Penedono, residente no sítio da Terça, Santa Cruz. O segundo, em conformidade com as declarações do pai, foi efectuado no dia 9 de Junho de 1936, na Comarca de Santos (Brasil), onde consta que Manoel Januário Vieira Caetano nasceu no dia 10 de Julho de 1925 na Rua Bittencourt n.º 179, filho de Manoel Vieira Caetano e de dona Maria dos Santos, portugueses, casados no primeiro distrito dessa cidade. Também se diz que o registo foi feito de acordo com um mandado do Meritíssimo Juiz de Direito da 1.ª Vara, dessa Comarca. A que se deve este segundo registo?

Por outro lado, confrontou-se com o problema da localidade de nascimento da mãe. O registo do seu nascimento, em Santa Cruz, segundo declaração da mãe, diz que ela era natural de Ourozinho, concelho de Penedono. Na certidão de óbito da mãe, passada pelo cartório do Registo Civil de Braga, em 17 de Abril de 1936, diz-se que ela nasceu no Funchal, o que não corresponde à verdade. Acontece que a declaração foi feita pelo armador que não estava na

posse de todos os dados e até declara não saber responder a alguns quesitos. Ora, na versão Livro de Registo de Óbitos do Colégio e no registo de nascimento do filho diz-se que ela era natural de Ourosinho, Penedono.

Selma Caetano diz que a família teria conhecimento da viagem que, em 1947, fez à Europa, onde gastou o dinheiro da herança, regressando cheio de prendas para a noiva com quem se casaria, no ano seguinte. Sabiam que tinha passado pelo Funchal mas, confessa: “nada mais sabemos com certeza dessa viagem de Manoel à Europa”. De facto, ignoravam a sua passagem pelo Colégio de Regeneração, assim como desconheciam que a maior parte do tempo foi passado na Madeira. Afinal, a digressão pela Europa confinou-se à visita a Portugal, como se depreende da consulta ao seu passaporte, recentemente encontrado (de que me foi facultada digitalização) e através do qual é possível reconstituir essa viagem. Partiu do Rio de Janeiro no dia 9 de Agosto, no navio *Serpa Pinto*, para a Madeira, onde permaneceu cerca de dois meses. Daí partiu para Lisboa, onde chegou no dia 23 de Outubro, no *Serpa Pinto*, permanecendo 14 dias no Continente. No dia 3 de Novembro visita o Colégio e no dia 7 embarca no vapor *Carvalho Araújo*, para a Madeira, onde fica mais uma semana. No dia 15 de Novembro embarca no Funchal com destino a S. Paulo (navio *Serpa Pinto*).

Refere ainda Selma Caetano que foram feitas várias tentativas para conhecer a infância de seu pai, na cidade de Braga, mas que foram fracassadas. Ora, uma dessas tentativas que, no meu entender, o terá deixado muito traumatizado, ocorreu, segundo a filha Lúcia,<sup>30</sup> em Julho de 1994, numa deslocação a Portugal, acompanhado do filho Sérgio.<sup>31</sup> O pai ter-se-á deslocado ao Colégio para mostrar e provar ao filho que ele foi aí acolhido, quando menino, e que por aí teria passado algum do seu tempo. Convém recordar que, em 1947, numa visita de saudade e gratidão, ele havia sido bem recebido e reconhecido pelas Irmãs que fizeram questão de o registar. Acontece, porém, que a recepção de agora foi muito diferente. Disseram-lhe que não podia ter estado nessa casa. Era impossível. Pediu, então, para falar com alguma pessoa responsável e foram recebidos por uma religiosa que lhes disse ser de todo impossível ele ter sido acolhido no Colégio porque só se destinava a mulheres, e sem filhos. Ele insistiu e reclamou a presença de um superior, que acabou por nunca aparecer, para

---

<sup>30</sup> Lúcia Caetano, a filha mais nova, acompanhada do marido Walter, visitou o Instituto Monsenhor Airosa, no dia 16 de Outubro de 2013, com o objectivo de conhecer melhor a Casa onde a avó e o pai foram acolhidos. Trouxe consigo toda a documentação que possuíam, sobre este assunto.

<sup>31</sup> Viagem de avião. Pelo passaporte sabe-se que desembarcaram em Lisboa no dia 5 de Agosto e daí partiram para Itália, tendo desembarcado em Fiumicino, em Roma, no dia 23 de Agosto. Foi nesse intervalo de tempo que se deslocaram a Braga. No dia 30 de Agosto embarcaram no aeroporto de Orio al Serio (Bérgamo), no norte de Itália, rumo a S. Paulo.

provar que ele tinha estado ali. Em determinado momento terá avistado um claustro e apontou para o filho que ele tinha estado ali.<sup>32</sup> Em vão! Todos os argumentos utilizados para provar que ali tinha sido recebido, em pequenino, com sua mãe, e por ali tinha andado diversas vezes, foram infrutíferos. Essa não-prova foi um rude golpe para a afirmação da sua verdade, deixando o filho envolto na dúvida. Estaria o pai a falar mesmo verdade?

Mas ainda restava uma outra possibilidade de prova que era contactar a senhora que o criara, Dona Teresa Paiva, uma das personagens relevantes nesta história. Mas não conseguiram encontrá-la porque, entretanto, já havia falecido. E assim, a dúvida subsistiria para o resto da vida, até a verdade vir ao de cima, em Janeiro de 2012. E Manoel Caetano nunca mais falou no assunto aos filhos que, sabendo do acontecido através do irmão, também não mais lhe falaram do caso. Magoado pela falta de credibilidade da sua palavra, junto dos filhos, facilmente se percebe o estado de revolta e o silêncio a que, a partir daí, se remeteu.

Mas quando a filha Selma lhe dá a notícia de que havia estado e em Braga e havia conhecido toda a verdade, ele exclama radioso: “Eu sabia que não estava inventando nada daquilo que você me trouxe. Mesmo quando me falavam que o colégio não recebia meninos eu sabia que estive lá”. Depois de uma vida inteira a contas com uma verdade que não era reconhecida como tal, passam-lhe pela mente, como que em filme, os momentos que, apesar de tudo, lhe terão dado alguma felicidade na sua meninice: “Lembro bem de minha primeira infância, de minha vida de moleque no colégio de Regeneração, e gostava muito. Via coisas que não entendia. Cresci sabendo que fazia parte daquele colégio, daquela história, embora conscientemente não sabia dizer qual era aquela vida”. Na verdade, como sua mãe confessa em carta dirigida às Senhoras amigas da Madeira, em 1929, ele seria visita assídua do Colégio e naturalmente conhecia os cantos à casa onde passaria muito tempo, brincando.

Depois do sofrimento de uma vida, e perante a realidade dos factos, desaparece o fardo do pesadelo que carregara a vida inteira: “Esse foi o melhor presente de minha vida. Saber agora que tipo de vida era aquele”.

---

<sup>32</sup> Presumo que tenham sido recebidos na sala de exposição de trabalhos donde facilmente se avista um dos claustros do Colégio.



Ó páginas da vida que eu estimava,  
Ardei, lembranças doces do passado!  
Queria rir-me de tudo que eu amava.

Vem a mim solidação da noite infinda!  
Possa dormir o órfão sem crença  
Perdoa, minha Mãe – eu te amo ainda.

Manoel Caetano  
Santos, 1/1/943

Figura 16 - Fotografia de Maria dos Santos e poema de Manoel Caetano (1943)

Sem disso fazer alarde, a mãe foi uma presença constante ao longo da sua vida. Depois da sua morte, os filhos encontraram uma fotografia da avó, onde, no verso, ele escreveu, com pouco mais de dezassete anos de idade, um poema onde revela um misto de sentimentos antagônicos parecendo querer uma ruptura com as lembranças do passado e com o que de bom, apesar de tudo, lhe aconteceu para, finalmente, poder descansar desse pesadelo de orfandade e descrente do mundo em que vive. Mas a tudo isso sobrevive o amor de mãe a quem pede perdão pela descrença na vida que ela lhe transmitiu, manifestando-lhe gratidão e um amor eterno.

Estes pensamentos fazem-me lembrar as sábias palavras que D. Laurência escreveu na carta que, em 1969, enviou para o Brasil, ao remeter as correspondências de 1925 e 1926: “Uns nascem em palacios dourados, outros o contrario, mas o amor de mãe é sempre o mesmo. Eu perdi a minha com 11 anos e ainda hoje choro por ela, mais ninguém me beijou com tanto amor!”.

Pela vida fora, este homem sofrido percebeu bem o drama da mãe e a sua morte prematura. No âmago do seu coração estava um sentimento e uma alegria indescritível que partilhava com os filhos – é que a mãe nunca o dera para adoçam, nunca se desprendeu dele. Esta atitude marcou a sua vida! Assim como o Colégio de Regeneração, sem ele saber bem o que lá se passava, esteve sempre presente em toda a sua vida. Aqui vem aos 22 anos e aqui volta aos 69, a reviver a sua infância, numa contida homenagem a sua mãe e numa atitude de gratidão à Casa que os recebeu e lhe rasgou horizontes de vida.



## **6. O COLÉGIO DE REGENERAÇÃO ATRAVÉS DA IMPRENSA**





No decorrer desta tese, a imprensa regional e nacional revelou-se como uma das fontes mais relevantes para o conhecimento desta instituição educativa. Este significativo repositório de imprensa, abonado pela quantidade e variedade de títulos e de publicações que cobrem o período em análise, para além da informação que fornece revela, também, a abertura da instituição à comunicação social e o intenso diálogo do P.<sup>o</sup> Airosa com a sociedade do seu tempo.

Como já foi referido, no primeiro capítulo, esta fonte que em primeira mão se pode consultar no actual arquivo da instituição, esteve na iminência de desaparecimento quando a documentação do Instituto Monsenhor Airosa saiu, do lugar donde nunca deveria ter saído, para os aposentos do último Director, no Asilo Conde de Agrolongo, em Braga, em caixas de cartão do tipo de embalagem do bacalhau. Pelo mau estado de conservação em que se encontravam esses materiais, e pelo pouco interesse que pareciam ter, esses “jornais velhos” seriam, certamente, os primeiros a lançar na fogueira ou a encaminhar para o lixo se, atempadamente, não tivesse havido uma rápida e pronta intervenção no sentido de reclamar, para o actual Instituto, toda a documentação que lhe pertencia e que, indevidamente, se encontrava nos aposentos do recentemente falecido Doutor Costa Lopes.

Com o retorno da documentação ao local de origem, foi possível organizar e inventariar todos os exemplares existentes, por ordem cronológica, numa base de dados,<sup>1</sup> ainda que sumariamente, que muito viria a facilitar o meu trabalho de consulta. A partir dessa base elaborei uma outra, tendo em vista os meus objectivos, obrigando-me a percorrer todos os exemplares existentes para detectar os textos referentes ao Colégio de Regeneração e deles elaborar uma síntese, com anotações que me pareceram pertinentes e que fui registando na referida base.

O conhecimento desta fonte, existente no IMA, levou-me a outros arquivos na busca de mais notícias e desenvolvimentos referentes ao Colégio de Regeneração. Os resultados obtidos permitiram ter uma maior percepção da importância desta instituição como escola de formação e, pelo número de presenças na imprensa regional e nacional, conhecer, através do tempo, o seu real alcance.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Trabalho organizado, em regime de voluntariado, pelo Dr. Moreira da Costa.

<sup>2</sup> V. *AP. DOC.* Doc. 193 – Notas de leitura que elaborei a partir dos jornais consultados em diversas bibliotecas.

## 6.1. A imprensa na história do Colégio de Regeneração

### 6.1.1. Títulos de imprensa e sua distribuição pelo país

Para o período de 1872 a 1936 encontrei um conjunto de 518 exemplares (jornais e revistas), com referências significativas acerca do Colégio de Regeneração, assim distribuídos pelos seguintes arquivos: ABIMA 457; ADB – 55; Biblioteca da Faculdade de Teologia da UC – 5; Biblioteca do Convento de Montariol – 1. De notar que a grande maioria destes exemplares consultados no ABIMA (correspondendo a 88% do total dos exemplares arquivados) estavam nessas caixas de cartão, em mau estado de conservação, e, agora, se encontram devidamente organizados e preservados em caixas de arquivo.

Estes exemplares são provenientes de 81 títulos, assim distribuídos por 13 localidades do país: Braga – 37; Porto – 16; Lisboa – 16; Açores – 2; Póvoa de Varzim – 2; Viana do Castelo – 2; Aveiro, Coimbra, Évora, Funchal, Guimarães, Leiria e Vila Verde – 1 (Quadro XVIII).

**Quadro XVIII - Títulos de jornais, por localidade**

Localidade	Título	Observações
BRAGA	<i>Estrela d'Alva</i>	N.1- 1871. Revista religiosa e literária. Dir. P. <sup>o</sup> Dr. Luís Maria da Silva Ramos.
	<i>O Comércio do Minho</i>	N.º 1 - 1862. Folha religiosa, política e noticiosa. Dir. António Joaquim de Mesquita Pimentel.
	<i>A Correspondência do Norte</i>	
	<i>A Regeneração</i>	
	<i>Jornal do Minho</i>	
	<i>A Opinião Publica ou A Opinião</i>	
	<i>O Progressista</i>	
	<i>A Cruz e a Espada ou Cruz e Espada</i>	N.º 1 – 1882. Semanário político, legitimista, religioso e noticioso. Dir. P. <sup>o</sup> Bernardino José de Sena Freitas.
	<i>O Constituinte</i>	Fundado em 17.07.1880. Órgão do Partido Constituinte (bissemanário). Terminou em Janeiro de 1890.
	<i>Folha de Braga</i>	
	<i>Aurora do Minho</i>	
	<i>O Regenerador</i>	
	<i>O Jornal de Braga</i>	
	<i>O Bracarense</i>	Fundado em 12.06.1855. Órgão do Partido Regenerador (bissemanário). Terminou em Dezembro de 1872. 2. <sup>a</sup> fase – 06.06.1899-1910.

		3.ª fase – 01.01.1911.....
	<i>A Oficina</i>	1893. Jornal do Colégio de Regeneração. Número único.
	<i>Herodes</i>	Fundado em 26.06.1887. Semanário humorístico da Colónia Judaica de Braga e seus subúrbios, considerado anti-clericalista. Terminou em 30.10.1887.
	<i>A Alma Velha</i>	Fundado em 1893. Semanário académico de cariz religioso.
	<i>O Amigo do Povo</i>	Fundado em 01.02.1877. Órgão do Partido Regenerador
	<i>O Amigo da Religião</i>	N.º 1 – 1888. Semanário religioso, literário e antigo jornal oficial da Arquidiocese de Braga.
	<i>A Berlinda</i>	
	<i>O Sameiro</i>	
	<i>Correio do Minho</i>	Fundado em 03.01.1902. Órgão do Partido Progressista (bissemanário).
	<i>Diário do Minho</i>	. Fundado em 23.09.1877. Diário de política independente. Terminou em 12.12.1879. . 2.ª fase - em 01.03.1898. . 3.ª fase – 15.04.1919, como continuador dos “Echos do Minho”.
	<i>O Comércio de Braga</i>	Fundado em 02.01.1862. Bissemanário comercial.
	<i>A Luta</i>	
	<i>O Nacional</i>	Deu continuidade ao jornal “O Constituinte”.
	<i>Voz de Santo António</i>	N.º 1 – 1895. Revista mensal ilustrada. Órgão da Pia União.
	<i>Voz da Verdade</i>	
	<i>A Concordia</i>	
	<i>A Tribuna</i>	
	<i>União Nacional</i>	Braga. 1904. Semanário.
	<i>A Opinião</i>	
	<i>Correio do Norte</i>	Regenerador Liberal
	<i>Ecos do Minho</i>	Fundado em 08.01.1911. Bissemanário. Em 01.04.1914 passou a diário sendo, então, o único jornal católico do país. Terminou em 13.02.1919.
	<i>Ilustração Católica</i>	Revista fundada em 1914.
	<i>Acção Católica</i>	Boletim informativo da Arquidiocese de Braga. Fundada em 1916.
	<i>A Rotandade</i>	
PORTO	<i>Jornal do Porto</i>	
	<i>O Comércio do Porto</i>	
	<i>A Palavra</i>	N.º 1 – 1872. Jornal religioso, literário, de notícias e de assuntos de interesse público. Tem colaboração das personalidades mais relevantes do movimento católico.
	<i>O Primeiro de Janeiro</i>	
	<i>Jornal da Manhã</i>	
	<i>O Comércio Português</i>	
	<i>Jornal da Manhã</i>	
	<i>A Província</i>	
	<i>A Actualidade</i>	
	<i>Jornal de Noticias</i>	
	<i>O Petiz</i>	
	<i>O Grito do Povo</i>	N.º 1 – 1899. Semanário defensor dos interesses do operariado católico.
	<i>A Voz Publica</i>	
	<i>A Ordem</i>	Leiria
	<i>Liberdade</i>	

	<i>O Debate</i>	
	<i>Diário de Notícias</i>	
	<i>A Nação</i>	N.1 – 1847. Ao lado de D. Miguel defenderá sempre a Igreja.
	<i>Correio da Noite</i>	
	<i>O Diário Popular</i>	
	<i>O Seculo</i>	
	<i>O Mundo</i>	
	<i>A Voz</i>	
	<i>Novidades</i>	
	<i>Comércio de Portugal</i>	
LISBOA	<i>Correio Nacional</i>	N.º 1 – 1893. Jornal diário sob os auspícios do episcopado. Jornal de democracia cristã e do lançamento do Centro Católico. É substituído em 1906 pelo jornal “Opinião”.
	<i>Vanguarda</i>	
	<i>O Diário</i>	
	<i>Ilustração Portuguesa</i>	Edição semanal de “O Século”.
	<i>República</i>	
	<i>O Dia</i>	
	<i>A Época</i>	
AÇORES	<i>A Civilização</i>	
	<i>O Peregrino de Lourdes</i>	
AVEIRO	<i>Campeão das Províncias</i>	
COIMBRA	<i>A Ordem</i>	Coimbra. N.º 1 – 1878. Folha científica, religiosa, polémica, literária e noticiosa.
ÉVORA	<i>A Defesa</i>	
FUNCHAL	<i>Correio do Funchal</i>	
GUIMARÃES	<i>O Progresso Católico</i>	N.º 1 – 1878. Revista de religião e ciência, literária e artes, órgão da União Católica em Portugal. Em 1895 passa para o Porto.
LEIRIA	<i>Voz da Fátima</i>	
PÓVOA DE VARZIM	<i>Facho da Verdade</i>	
	<i>A Propaganda</i>	
VIANA DO CASTELO	<i>A Cruz</i>	N.º 1 – 1900. Bissemanário católico. Dir. Coronel J. M. Soeiro de Brito.
	<i>Jornal de Viana</i>	
VILA VERDE	<i>A Folha de Vila Verde</i>	

Fonte: Arquivo do Instituto Monsenhor Airosa (ABIMA); Arquivo Distrital de Braga;

Biblioteca da Faculdade de Teologia de Braga da Universidade Católica

e Biblioteca do Convento de Montariol

A imprensa como fonte histórica, cruzada com outras, já foi utilizada em capítulos anteriores, mas agora vai ser a base fundamental deste capítulo porque é aquela que mais e melhor representa a dimensão geográfica da abrangência desta instituição e, ao mesmo tempo, onde ela se tornou bem conhecida da sociedade do seu tempo. Se, por um lado, a divulgação através da imprensa amplia a possibilidade de tomar conhecimento das ocorrências, pelas crónicas e reportagens, por outro há acontecimentos que só aí se encontram registados, dada a inexistência de outros averbamentos e a efémera memória dos homens ter sido varrida pela

voragem dos tempos. Além disso, através de crónicas e artigos de opinião, há reflexões e juízos de valor, provocados pelo conhecimento directo ou indirecto da instituição, que a imprensa divulgou, ajudando a criar e fundamentar uma opinião pública.

### **6.1.2. Os jornais como fonte histórica**

Dada a relevância desta fonte para a (re)construção da história do Colégio de Regeneração, importa deixar aqui algumas reflexões sobre a sua importância e validade, nomeadamente jornais e revistas, através dos quais é possível desvendar os aspectos sociais desta instituição, já que a imprensa é o lugar ideal para buscar e entender o quotidiano sociocultural da instituição.

Para além das fontes tradicionais, recorre a investigação histórica a outras mais diversificadas, questionando-as, confrontando-as e relacionando-as em busca de novos modelos do passado e da sua relação com o presente. A imprensa tornou-se, assim, uma fonte rica e diversificada de conhecimento mas o seu reconhecimento como objecto para o estudo da história só ocorre com a Escola dos *Annales*. O estudo da história contemporânea, nos seus diversos domínios, passa necessariamente pela imprensa periódica pois “nela se exprime, directa ou indirectamente, a opinião pública no sentido de opinião publicada” (Adão, 2012: 11). Até ao aparecimento dos grandes meios de comunicação de massas, de meados do século XX, a imprensa foi o principal instrumento de formação dessa mesma opinião pública (id.: ibid.). Então, os jornais serão o melhor meio e, eventualmente, o único para desvendar muitos aspectos da história social, vivida na privacidade das famílias ou das instituições privadas que actuavam nesta esfera. Os jornais, enquanto testemunhas de alguns aspectos desse quotidiano, serão o alicerce do trabalho de construção e reconstrução dessa história que, sem a sua mediação, teria permanecido irremediavelmente no anonimato. Têm aqui plena aplicação as palavras de António Nóvoa: “A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas, também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente” (in Aguiar, 2010).

A imprensa foi o veículo mais normal de divulgação e por isso mesmo se tornou uma fonte rica e diversificada de conhecimentos para entender o quotidiano sociocultural. Daí os historiadores P. Albert e F. Terrou, autores da obra *Histoire de la presse*, considerarem os

jornais como os “*arquivos* do quotidiano, (...) a fonte mais completa e, na sua diversidade, a mais objectiva da história geral” (Adão, 2012: 11).

A grande maioria, senão a totalidade, da informação colhida nos jornais a que tive acesso nos diversos arquivos, baseia-se no conhecimento directo obtido através da observação desses homens da imprensa e, desse modo, seria um erro desprezar a imprensa escrita como fonte documental para a historiografia (Aguiar, 2010). Os discursos construídos pelos jornais estão balizados pelo contexto em que foram criados e os acontecimentos são captados no momento em que ocorreram e, por isso, identificam uma época. A confirmação da fidelidade ao real e a objectividade do discurso, na sua transmissão, é uma tarefa que compete ao historiador, confrontando as diversas fontes existentes e sujeitando-as a um olhar crítico.

A imprensa apresenta as memórias de um tempo, com visões distintas do mesmo acontecimento, gerando interpretações diversificadas que dão para pensar e repensar a história (Vieira, 2013). Perante as narrativas é necessário proceder a uma análise crítica, tendo em conta os objectivos propostos pelo jornalista, a orientação política e ideológica do órgão de imprensa e o tipo de conhecimento que o jornalista tem da realidade, perceber quem são os aliados e amigos mais próximos, os grupos ou forças sociais como adversários ou forças de oposição.

Esta instituição, pela sua especificidade e tipo de orientação, esteve sempre debaixo do olhar crítico da sociedade, dos políticos, dos homens da igreja e dos jornais. Não apareceu a instituição para se alcandorar às luzes da ribalta, mas também não cumpriria a sua missão sem se dar a conhecer, sem divulgar os seus objectivos. Desse modo se tornou presente na sociedade de todo o país e se afirmou pelas metodologias que utilizou para atingir o fim a que se propunha. E foram os resultados alcançados na transformação regeneradora das pessoas e nos métodos de trabalho que geraram produtos de qualidade no mercado nacional e nas exposições em que participou, até fora do país, que o Colégio se tornou credível, revelando-se uma instituição benemérita da sociedade. A maior visibilidade e credibilidade pedagógica veio-lhe, certamente, do Congresso de Madrid, onde o seu projecto foi apresentado por Bernardino Machado, como modelo educativo para este tipo de situações.

A comunicação apresentada em Madrid foi impressa e terá tido alguma divulgação mas foi, certamente, a imprensa que lhe deu voz para que a sociedade pudesse compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projectos e as realidades, entre o que se dizia e o que se fazia dentro daqueles muros que, em tempos, resguardaram uma comunidade religiosa

e agora ajudam na reabilitação daquelas que livremente o desejam. O silêncio e recolhimento, a par do trabalho e da instrução, são ingredientes necessários para reconstruir personalidades e preparar para a sua reintegração na sociedade. À imprensa cabe aqui, pois, um papel fundamental, como veículo educativo, criando opinião e originando uma cultura própria.

A cultura do trabalho passou através das exposições mas também através das imagens que ilustram os textos mais longos das crónicas que alguma imprensa lhe dedicou, nomeadamente a de Lisboa. As imagens, independentemente das suas qualidades estéticas, falam por si e constituem uma forma importante de evidência histórica porque revelam um testemunho ocular e representam um impacto importante na imaginação histórica, permitindo-nos uma representação mais viva do passado (Vieira, 2013).

A relação desta instituição com a sociedade pautou-se por critérios de aproximação e, simultaneamente, de preservação. Surgiu para responder a problemas concretos da sociedade e, por isso, tinha de ser conhecida mas não plenamente exposta, na defesa da privacidade das pessoas que em circunstâncias muito particulares da sua vida aqui se acolhiam. Havia riscos de interpretação e de compreensão, sempre que o Colégio se expunha na praça pública, através dos jornais, mas a opção do Fundador foi sempre no sentido de abertura da instituição à sociedade, no seu aspecto colectivo, mesmo através de imagens que retratavam o quotidiano.

Apresento, em seguida, uma panorâmica que julgo significativa, da diversidade de olhares sobre a instituição, relativamente às primeiras reacções à Casa d'Abrigo, à cedência do edifício do Convento da Conceição, às críticas sobre o processo e modelo educativo, bem como a reacção da instituição às críticas formuladas e as reacções positivas veiculadas pela grande maioria da imprensa coeva.

## **6.2. A Casa d'Abrigo e a entrega do edifício conventual na imprensa regional**

### **6.2.1. Reacções à Casa d'Abrigo**

Nos primeiros anos de vida desta obra, conhecem-se dois tipos de reacção – ataques anónimos e objecções levantadas à eficácia e ao interesse desta Casa para a cidade de Braga.

Os ataques, sob a forma de pasquins de que se desconhece o conteúdo mas seguramente com o intuito de denegrir e enxovalhar as mulheres aí recolhidas e o seu



promotor, surgiram nas imediações da casa onde a pequena comunidade se instalou. É obra de homens de má-fé que, desconhecendo o ambiente que lá se vivia, sem argumentos de espécie alguma e, a calado da noite, espalhavam ditos jocosos e provocadores. Dessas atitudes, convém lembrar, dará conta, anos mais tarde, o P.<sup>e</sup> Martins Capela, ao fazer uma apreciação à obra do P.<sup>e</sup> Airosa, na revista *Ilustração Catholica*.<sup>3</sup>

E até me lembro de uns pobres pasquins em prosa e verso, com chalaças de curto alcance (obra dos ociosos do tempo) grudados pelas esquinas daqueles bairros. Já lá vão 46 anos bem medidos; pasquins e pasquineiros esqueceram, e o Abrigo fundado pelo Capelão do Carmo prosperou e medrou apesar dos maiores contratempos, até dar o Colégio de Regeneração que todos conhecem.

Há, porém, um outro tipo de reacção por parte da sociedade, em geral, ou de pequenos grupos da cidade de Braga que, com algum conhecimento do projecto, levantam algumas objecções, de que Almeida Braga se faz eco junto do público mais instruído, através de um artigo publicado na revista *Estrella D'Alva* sob o título “Uma obra sancta”.<sup>4</sup> Aí defende que a reabilitação da rapariga que cai na desgraça precisa de uma prova externa que a credite perante a sociedade. Diz que essa reabilitação passa pela oração e pelo trabalho e que essa obra já existe em Braga, com a denominação de Colégio de Regeneração. Aproveita, então, para apresentar três grandes tipos de objecção que correm na cidade, relativamente à sua utilidade, tentando a sua refutação com argumentos de carácter apologético:

**1.<sup>a</sup> Objecção** – “Para que serve essa casa se muitas raparigas ahi entram e d’ahi sahem sem nada aproveitarem, indo alli só com o pensamento de se vestirem e comerem para voltarem depois á mesma vida mais refeitas? É uma casa para sustentar desvergonhadas”.

A quem assim pensa, responde o articulista:

É certo o que dizeis, mas a vossa objecção é tristíssima. Se algumas raparigas fazem isso abusam d’uma cousa boa, como de todas as cousas boas se abusa. Deve por isso acabar tudo o que é bom? Por causa das que nada aproveitam não deve existir uma casa onde se recolham as que verdadeiramente queiram arrepender-se? Sustentaes esta doutrina? Olhae que pronunciaes uma grande blasphemia. Jesus Christo [não] sabia muito bem que muitas almas se não aproveitariam dos fructos da redempção? Devia por causa d’ellas deixar de remir o mundo? Sim segundo a vossa doutrina; não, segundo o seu amor. Ainda que Elle soubesse que uma só alma se aproveitaria dos seus merecimentos resgatal-a-hia; ainda que vós tivésseis a certeza de que uma só rapariga se havia d’aproveitar da casa de

---

<sup>3</sup> *Ilustração Catholica*. Revista literária semanal de informação gráfica, Ano II, n.º 80, 9 de Janeiro de 1916.

<sup>4</sup> *Estrella D'Alva*. Braga. Revista de publicação mensal, tomo 1.º, 1872, pp. 76-79.

reabilitação, ainda assim devíeis socorrer essa casa, lembrando-vos d'estas palavras do Apostolo S. Paulo: “Quem salva uma alma cobre muitos pecados”.

Não vos inquieteis com as que não aproveitam, regosijae-vos no Senhor com as que se converterem; e recordae-vos de que o que se gastou com as que voltaram á mesma não foi tudo perdido; enquanto estiveram recolhidas não pecaram tanto, e evitar que se cometa um só pecado é concorrer para a gloria de Deus.

## **2.<sup>a</sup> Objecção** – “Há necessidades locais, que devem preferir-se”.

Almeida Braga responde: “Esta objecção é egoísta. A caridade não é local, abrange todo o mundo, e todas as creaturas. E depois, reparti com equidade e tudo se arranja”.

## **3.<sup>a</sup> Objecção** – “Uma casa de abrigo é má, por que póde arrastar muitas raparigas á desgraça com a lembrança de terem depois onde se recolham”.

O articulista classifica esta objecção de ímpia porque destruiria todos os estabelecimentos de beneficência. E conclui: “A rapariga que cahe na desgraça por fraqueza não pensa em asylos no momento da sua queda. Se pensasse em tal denotaria já uma grande perversidade. Ora uma grande perversidade pratica sempre o mal de qualquer fôrma que seja”.

Entre 1874 e 1880, há vinte e um apontamentos jornalísticos, difundidos em diversos jornais, com nota positiva para a obra recentemente fundada e dando notícia da adesão de muita gente, incluindo do Brasil, às campanhas de angariação de meios para sustento desta Casa. A partir daí, começam a surgir algumas denúncias que, fundada ou infundadamente, são veiculadas por alguma imprensa que, em muitos casos, é refutada por outros órgãos de informação, ou pela própria instituição através das suas publicações internas. Algumas dessas acusações não são assumidas directamente pelos seus detractores e são apresentadas ao grande público juntamente com a contra-argumentação que dizem ser fundamentada no conhecimento directo do funcionamento da obra. Com fundamento? Sem fundamento?

Uma das grandes críticas começa logo pela cedência do edifício do Convento da Conceição que, indirectamente, afecta a instituição nascente.

### **6.2.2. Cedência do edifício conventual ao Colégio de Regeneração**

O Colégio de Regeneração, devido ao crescimento contínuo do pedido de admissões e por conveniência de maior centralidade, transferiu-se para as novas instalações da casa de

Avelar de Baixo, na Cangosta de Urjais (ou Orjais), em 29 de Setembro de 1874. Ao seu lado estava o velho Convento da Conceição que depois de 1834, com a extinção das ordens religiosas, foi ficando cada vez mais desertificado, até que em 1879, em adiantado estado de ruína, era habitado apenas por uma religiosa. Foi então que a Direcção do Colégio de Regeneração dirigiu um requerimento ao Governo a solicitar a cedência do edifício conventual para, no todo ou em parte, aí instalar as suas oficinas.

A resposta à pretensão apresentada, por influência dos políticos locais, não se faz esperar e chegou através da Portaria de 14 de Maio de 1879, em que o Governo cede uma parte do Convento, como se lê na acta da reunião de Direcção, de 18 de Julho. O P.<sup>e</sup> Airosa entendeu que a Portaria de concessão não seria garantia suficiente e achou que era necessário solicitar a concessão definitiva, através de uma lei.

A primeira notícia sobre este assunto foi dada em Março de 1880 (*O Primeiro de Janeiro*, 14.03.1880), anunciando que havia sido apresentado, pelo deputado Penha Fortuna, um projecto de concessão do Convento da Conceição e mais pertences ao Colégio de Regeneração. No mês seguinte, o mesmo diário informa que o Sr. Castro Monteiro apresentou o parecer da comissão de Fazenda, aprovando a concessão do edifício do Convento da Conceição ao Colégio de Regeneração (*O Primeiro de Janeiro*, 06.04.1880). E uma semana depois, conforme noticia o referido jornal, é dado a conhecer o teor da concessão que, nas Cortes, gerou controvérsia entre Rodrigues de Freitas e Penha Fortuna por causa da redacção do decreto (*O Primeiro de Janeiro*, 15.04.1880). O ministro da Fazenda explicou que o projecto poderia ser aprovado, salva a redacção. Rodrigues de Freitas lembrou que seria mais fácil que a sua proposta baixasse à comissão, no que a Câmara concordou, sendo finalmente aprovado em 28 de Abril, sem mais discussão.

Depois do facto consumado, há dois periódicos – *O Amigo do Povo* e *O Constituinte* – que saem à liça, fazendo-se eco de outras pretensões e acusando o deputado Penha Fortuna de não ter dado andamento a um requerimento que, em tempo, lhe teria sido entregue. Nesse requerimento se fazia presente o interesse da *Irmandade de São Miguel-o-Anjo* sobre a igreja da Conceição para nela instalar a referida irmandade porque a sua capela ia ser demolida.

O jornal *O Amigo do Povo*, na edição do dia imediato ao da aprovação da lei de concessão, que o articulista parece desconhecer ainda, publica um extenso artigo onde contesta a proposta, embora não se coloque frontalmente contra a instituição que começou a usufruir do imóvel (*O Amigo do Povo*, 29.04.1880). Mas queixa-se de o requerimento da

Irmandade não ter sido sequer analisado. Então, o articulista, colocando-se em defesa da única religiosa que lá vivia, protesta contra a atitude de Rodrigues de Freitas que nela vê uma intenção de acabar de vez com os conventos que não tivessem um “número canônico de religiosas”. Focaliza, então, a sua atenção na religiosa septuagenária que aí vivia e que provavelmente, afirma, iria ser posta fora de sua casa, de modo violento.

Mesmo depois da aprovação da lei, o articulista continuava a afirmar que não sabia se as Câmaras fariam tão larga concessão, mas parecia-lhe que o pedido da Irmandade era justíssimo e que “longe de prejudicar o asilo da Regeneração lhe seria de suma vantagem”. E, mais uma vez, esquecendo o fundamental da argumentação em prol da Irmandade que em breve, pela demolição da capela, ficaria sem a sua sede, argumenta contra a outra parte, perguntando: “Como é que um estabelecimento ainda nascente que vive de esmolas e não tem fundos suficientes para as obras de que necessita e para alimento das asiladas pode custear porventura as despesas que demanda a conservação e reparação do templo, bem como a sustentação do culto?”. E insiste: “Não será um ônus pesado para o asilo a mesma igreja, que pede, a não a ter fechada sempre, o que seria de prejuízo para a mesma igreja e para o público? E termina, afirmando que a concessão feita à Irmandade “oferece ao asilo as mesmas vantagens que deseja, sem os encargos pesados a que terá de sujeitar-se” e, por isso, acha “justo e conveniente que a igreja da Conceição seja dada à irmandade de S. Miguel-o-Anjo que tem fundos suficientes para a conservar e continuar ali o culto público depois do falecimento da senhora religiosa e acabamento da clausura”.

A Lei de concessão definitiva e da totalidade do edifício só foi promulgada em 19 de Maio e publicada no Diário do Governo, n.º 119, de 28 de Maio, mas no dia 2 desse mesmo mês já havia sido publicado outro extenso artigo sobre a referida concessão e anunciando para breve a publicação da respectiva lei, afirmando que “foi uma concessão ampla, larga, completa; uma concessão à progressista” (*O Amigo do Povo*, 02.05.1880). Ao que se infere, o acontecimento deu azo a uma troca de “mimos” entre facções políticas adversárias.

É verdade que o articulista não contesta a instituição, que diz ser boa, e até a exalta desta forma: “Para a mulher recolhida na Regeneração é um raio do amor divino, que a torna *perle en sa splendeur première*”. Mas para a sua regeneração, questiona, seria necessário que a concessão do edifício abrangesse a igreja e suas alaias, a cerca, o convento e todas as suas pertenças? Volta a levantar o problema da igreja e do seu custoso restauro, defendendo a causa da Irmandade de S. Miguel-o-Anjo. Mas, agora, avança com novos argumentos contra a tal “ampla, larga e completa” concessão. Já que a igreja não foi cedida à Irmandade, vem

agora defender que “parte da cerca deveria ser entregue ao Colégio dos Órfãos de S. Caetano que iam principiar a construção do grandioso edifício no terreno que limita com aquela cerca”. Ignoro o processo desse projecto mas a verdade é que o Colégio de S. Caetano acabou por não ser construído no local a que se refere. E insiste com outro argumento: “Pois para que precisava a Regeneração de tão vasto edifício de que uma parte podia ser vendida com proveito para o estado?”. Não se percebe bem a intenção de quem lavrou esta crónica. Parece que o seu objectivo era que fosse cedida apenas uma pequena parcela ao Colégio da Regeneração que acabaria por não lhe permitir expandir o seu campo de acção. As tricas políticas estão aqui bem presentes, queixando-se, mais uma vez, de Penha Fortuna que nem sequer apresentou na Câmara o requerimento da Irmandade e que por isso não defendeu os interesses de Braga. Perante a “ampla, larga e completa” concessão questiona-se: “Generosidades hypocritas de gente progressista?”.

O autor do referido texto termina, informando que no Colégio se festejou a notícia da aprovação do projecto da Câmara dos Pares. E com refinada ironia diz: “Tudo alli era festa. Flores, bandeiras, doces e sorrisos para receber o sr. Visconde de Pindella, que ia alli adornado com as pennas do pavão arrogar a si serviços que não prestou, que não podia prestar, porque nem para aquillo importância tinha”. Apesar desta crítica aos políticos e, indirectamente, à instituição que os enaltece, não deixa de reconhecer que “no meio daquelas Madalenas despontava o sorriso e a satisfação íntima da virtude, o contentamento das almas regeneradas”.

Todavia, a contestação não se fica por aqui. Na sequência da morte da última religiosa, a Abadessa Maria Adelaide do Sacramento, ocorrida em 28 de Junho de 1883, ao noticiar a morte da última freira do Convento da Conceição, um periódico bracarense aproveita para relatar o essencial da fundação do Convento e informa que o edifício passará para a posse do Colégio de Regeneração mas dá a opinião de que parte do convento e da cerca deveriam ser vendidos para a construção do Seminários dos Órfãos e, com as verbas auferidas, restaurar o resto do edifício (*O Constituinte*, 04.07.1883).

### **6.3. Críticas ao funcionamento do Colégio de Regeneração**

Não são muitas, nem muito contundentes, as críticas que encontrei na imprensa contra o Colégio, como organização educativa. As objecções que se levantam são contra as

educadoras, pelo simples facto de serem religiosas, ou contra o director por ser padre. No cômputo geral, é um facto que estas críticas são proporcionalmente quase insignificantes quando comparadas com a quantidade e o teor das apreciações favoráveis, registadas ao longo deste período de 62 anos. Curiosamente, é no período republicano que a instituição é mais falada e que mais comentários positivos recebe, enchendo páginas de jornais de Lisboa, de grande tiragem, tornando-a mais divulgada.

Para melhor compreensão e sistematização destas críticas, agrupei os escritos de imprensa em 4 categorias que passo a analisar, de seguida.

### CRÍTICAS GENÉRICAS

Como se disse, o jornalista Almeida Braga, um homem estimado e bem inserido na sociedade bracarense, que se tornou colaborador da Instituição, já em 1872 se havia feito eco de algumas reacções negativas, que mais se poderiam apelidar de “críticas de café”, que publicou e tentou refutar, em *Estrella D’Alva*, a que já aludi anteriormente.

Por sua vez, J. de Lencastre, um jornalista de Lisboa, que nada tem a ver com Braga nem com o Colégio de Regeneração, pelo muito que dele ouve falar sente necessidade de o conhecer e, em 1880, aproveita uma deslocação a Braga para o visitar. Em seguida, escreve uma longa crónica para o *Diário de Notícias*<sup>5</sup> que, pouco depois, o jornal bracarense *A Correspondência do Norte*<sup>6</sup> reproduz e que, mais tarde, também o P.<sup>e</sup> Airosa transcreve numa das suas publicações internas.<sup>7</sup>

J. de Lencastre fala da formação que as recolhidas recebem para se autonomizarem e afirma que se trata de uma casa de reconhecida vantagem social, ao abrir a porta a miseráveis mulheres que a sociedade baniu do seu seio e que nenhuma família honesta receberia. Educa-as, procura regenerá-las pela oração e pelo amor ao trabalho, habilitando-as a ganhar honradamente o pão de cada dia. Escudado no conhecimento pessoal e nos documentos estatísticos, como prova dos resultados obtidos, sai em sua defesa em duas crónicas intituladas *Folhetim*, onde dá conta do que observou, dos testemunhos que recolheu e das conclusões a que chegou: “À cerca d’esta casa tem-se dito mil cousas boas e mil cousas más.

---

<sup>5</sup> *Diário de Notícias*. “Folhetim. O Collegio de Regeneração da cidade de Braga” (15.08.1880; 16.08.1880).

<sup>6</sup> *A Correspondência do Norte*. “O Collegio de Regeneração da cidade de Braga” (21.08.1880; 25.08.1880).

<sup>7</sup> *Breve Noticia àcerca do Collegio de Regeneração da cidade de Braga. (Antiga Casa D’Abrigo)*. Braga: 1880.

Tomei sobre isto informações minuciosas, consultando pessoas fidedignas. A maior parte das acusações que se lhe fazem são fúteis, absurdas e o mais contraditórias possível”.

Mas o cronista não se fica por estas acusações genéricas e especifica o seu teor: “Dizem uns que o collegio retém as recolhidas contra a vontade d’ellas, que as extenua com rezas, penitencias e trabalhos excessivos, etc.; Outros afirma que ellas vivem no regalo e na moleza, que não trabalham, que vão ali aprender a ser senhoras, e quejandas ninharias indignas do reparo de pessoas sérias”.

O articulista toma, então, cada uma das objecções e contra argumenta: “A primeira arguição seria um pouco grave se tivesse fundamento. Não tem. A praxe seguida no collegio é esta: quando alguma das asyladas manifesta desejos de sair são-lhe concedidos três dias para reflectir, e se no fim d’este praso persistir no propósito, sae. Esta verdade foi-me comprovada pelo testemunho de pessoas dignas de todo o credito e respeito, e completamente alheias á direcção da casa”. E relativamente às restantes, diz Lencastre, “parece que ellas mesmas se destroem umas ás outras”.

Apresenta, em seguida, outras acusações provenientes de um grupo de “espíritos escrupulosos ou animados de um zêlo farisaico” que dizem que “a instituição é prejudicial á moral porquanto a certeza de encontrar asylo seguro depois da queda pode incitar a mulher do povo a despenhar-se mais depressa”. A este respeito, comenta: “É como se disséssemos que as ambulâncias podem originar os ferimentos da batalha!”. E acrescenta:

A grande pedra de escândalo para muitos é o terem prevaricado algumas que de lá saem. Effectivamente é muito para lamentar que assim tenha sucedido com algumas (pouquíssimas, felizmente), e esta há de ser uma das grandes amarguras para aquelles que á custa de tantos sacrificios dirigem e sustentam o estabelecimento. Devemos porém concluir que elle deve fechar-se pelo facto de não saber converter todas as peccadoras que lá entram em outras tantas santas?

E remata a sua argumentação citando o poeta Almeida Braga, num artigo acerca desta casa: “Não vos inquieteis com as que não aproveitam, regosijae-vos no Senhor com as que se convertem”.

Mas o facto de sair em sua defesa não o impede de admitir alguma razão àqueles que lhe apontam defeitos: “Há, afirma, quem lhe aponte erros práticos de administração ou que ela é deficiente”. Ele admite que sim, mas também assevera que nada é perfeito. “E se de facto é verdade, conclui, não deixem de apontar esses defeitos. De resto, as acusações infundadas e as calúnias nada podem contra a autoridade dos factos”.

Por outro lado, reconhece que há desconfianças e atitudes de má vontade contra as instituições de beneficência, contrárias ao espírito caritativo do povo. A propósito, refere as inúmeras dificuldades da Conferência de S. Vicente de Paulo, há poucos anos instituída em Braga, e também das ajudas que está a prestar a muitas famílias, não só ao nível da alimentação mas também de todo o apoio moral. E termina, contrapondo estas instituições que praticam caridade, de uma forma discreta, às ações filantrópicas que se expõem em espetáculo perante o público.

Um ou outro artigo, da autoria do Abade de Vilaça, do concelho de Braga, depois de uma visita ao Colégio, com o seu primo António José de Sousa Barroso,<sup>8</sup> missionário em África, alude a críticas genéricas e diz ter ficado surpreendido com o que viu e que só é possível conhecê-lo, depois de o visitar (*O Amigo da Religião*, 11.01.1889). Aproveita para louvar o trabalho realizado e a ordem que ali impera: “Regenera-se a desgraçada e ensina-se o trabalho que nobilita e engrandece”. Bem pode, diz, servir de modelo aos deste género e considerar-se como o estabelecimento que maiores serviços presta à sociedade. Mas deixa transparecer algumas das acusações que lhe eram feitas com as interrogações que deixa no ar: “E ainda haverá quem, com baba imunda, se atreva a conspurcar instituições tão santas e altamente sociais como a desta casa? Ainda haverá quem duvide da utilidade destes estabelecimentos? Ainda haverá quem se atreva a dirigir sequer uma ironia contra obras desta natureza?”. Aconselha, então, a que “esses mofadores, esses duvidosos e esses irónicos visitem o Colégio de Regeneração” acrescentando: “dir-me-ão ao sair, se quiserem ser sinceros, quais os sentimentos e ideias de que vêm possuídos”.

Entretanto, o próprio autor deste texto parece que não percebeu bem o regime em que viviam as recolhidas, pois chama-lhes “reclusas”. Será apenas no sentido de recolhidas ou internadas? É que, o mesmo órgão de informação, em Maio desse ano, num artigo onde se tecem grandes elogios ao fundador e ao modo como a instituição funciona, repetindo a ideia de que não se pode ter uma noção exacta do Colégio de Regeneração sem o conhecer, volta a chamar reclusas às acolhidas (*O Amigo da Religião*, 17.05.1889).

Num artigo dedicado ao P.<sup>e</sup> Airosa e à sua obra, fazendo referência à extensa crónica publicada pelo jornal *O Século*, que dizem ser maçónico, o jornalista informa os seus leitores que também já visitou o Colégio, durante 3 horas, e diz que é incontestável ser o P.<sup>e</sup> Airosa um benemérito, a quem faz os maiores elogios. Isso não o impede, no entanto, de apresentar o

---

<sup>8</sup> Trata-se de D. António Barroso que, mais tarde, foi bispo do Porto.



seu ponto de vista e apontar os defeitos que encontra na organização (*A Luta*, 08.05.1893). Nesse sentido, diz que as raparigas quando saem não levam nenhum pecúlio com que se possam fazer à vida nova. Esta é a causa de algumas recaídas. Além disso, algumas regeneradas são colocadas em casas mas nem sempre de vontade própria e depressa deixam essas casas e, sem dinheiro, depressa podem voltar à prostituição. Reconhece que P.<sup>e</sup> Airosa lhes dá de comer, as veste, educa e instrói e não tem obrigação de lhes dar o tal pecúlio. Todavia, diz que seria melhor admitir menos raparigas e, com menos educandas, talvez pudesse dar-lhes uma percentagem sobre os trabalhos executados. Termina, fazendo votos para que a Casa sirva de modelo a outras e incite os homens a protegê-la e a colaborar na fundação de outras mais. Entende que o Colégio de Regeneração deveria publicar, periodicamente, uma lista com os nomes das regeneradas que vão saindo, anualmente, e das profissões que seguem depois da saída, como se faz no Asilo de S. João, em Lisboa.

#### **CRÍTICAS À ORIENTAÇÃO RELIGIOSA**

Em 1899, é publicado um artigo, no *Correio Nacional*, intitulado “Correção à *Folha do Povo* sobre a existência de casas de regeneração”. Aqui se diz que o articulista da *Folha do Povo* acusa as casas existentes das Irmãs do Bom Pastor e Colégio de Regeneração de serem casas de reclusão e de nelas se trabalhar menos do que se reza e “apenas se inculca no cerebro atrofiado das infelizes que nelles são internadas, ideias que talvez possam preparar-lhe o espirito para bem servirem a Deus, que não a sociedade. Não queremos com isto dizer que das casas de regeneração seja abolido completamente o ensino da religião christã, muito útil, como freio, para conter os ímpetos naturaes, com pronunciada tendencia para a rebeldia contra o bem”. Acrescenta, o referido jornal, que essas casas se, por um lado são úteis, porque desviam do caminho da perdição muitas infelizes, por outro tornam-se prejudiciais porque as inutilizam intellectualmente, “a ponto de não poderem comprehender que mais e maiores serviços prestariam á sociedade, habilitando-se para no futuro serem boas mães de família, do que passando a vida inteira em confissão e penitencia permanente dos seus pecados” (*Correio Nacional*, 17.03.1899). O autor do texto do *Correio Nacional* sai à liça em defesa destas casas dizendo que a *Folha do Povo*, por certo, desconhece o que aí se faz, supondo que passam a vida inteira em confissão... E, para refutar esta ideia, refere que bastaria citar as roupas que algumas lojas comercializam e os trabalhos apresentados em exposições para verificar que as educandas trabalham aí arduamente. Termina dizendo que para isso bastará fazer uma visita a

essas instituições, sobretudo à de Braga, onde, “sem outros argumentos, será obrigado a modificar o conceito que forma d’essas casas”.

### CRÍTICAS POR TER RELIGIOSAS COMO EDUCADORAS

Um dos grandes defeitos que alguns apontam ao Colégio é o facto de ser dirigido por religiosas. É exactamente isso que diz o correspondente de Braga de *O Comércio do Porto*, depois de uma visita ao Colégio. É certo que, numa clara alusão à crónica de J. de Lencastre, acima referida, manifesta a sua satisfação por tudo o que observou, nomeadamente, a ordem e limpeza. Informa os leitores do que lá se faz, em termos educativos e de trabalho, e dá a saber também o que de bem e de mal dele se diz. Então, uma das objeções é de carácter religioso: “Uns dizem mal do collegio porque é dirigido por três religiosas dominicanas”. O jornalista refuta este argumento dizendo que as religiosas gozam de boa reputação entre as pessoas honestas e virtuosas da cidade (*O Comércio do Porto*, 27.11.1880).

No artigo atrás citado, o articulista do jornal *A Luta* aponta uma segunda crítica ao Colégio de Regeneração que tem a ver com o facto de as recolhidas serem educadas por freiras e freiras novas desconhecedoras do mundo. Diz que, sendo novas, nada conhecem do mundo, não as podem aconselhar a fugir dos perigos, do modo de ganhar a vida honradamente, saber viver entre patrões e homens de todas as categorias que depois vão encontrar. Acha que para isso seria melhor ter duas ou três senhoras seculares, já de certa idade, de bons costumes e de boa orientação, conhecedoras dos revezes do mundo e da sorte (*A Luta*, 08.05.1893).

Mais tarde, é uma pequena notícia de *O Século*, sobre o Colégio de Regeneração, que começa por reconhecer que “é um dos estabelecimentos de caridade mais sympathicos d’esta cidade”, ali se albergando “como o seu titulo indica, as raparigas que tiveram a infelicidade de commetter uma falta social”. Informa que “é director um padre benemérito, o reverendo Airosa, homem cheio de bondade e caridade”. Muito sinteticamente, dá a conhecer o trabalho pedagógico e profissional que aí se realiza: “Ensina-se a ler e escrever e tem o ensino profissional muito aproveitável, como seja: bordar, engomar, coser, trabalhos de machina, lavar, tear, etc.”. Apesar de todos os aspetos positivos que enumera, e afirmando ser “um estabelecimento útil”, o autor do texto termina com uma afirmação que parece contraditória: “só é lamentável que seja dirigido por irmãs Dominicanas” (*O Século*, 01.04.1901).

Duas semanas depois da publicação deste texto de *O Século*, o *Correio Nacional* sai à liça em defesa da acção meritória das irmãs Dominicanas no Colégio de Regeneração. Começa por reproduzir o texto publicado no jornal *O Século*, acima reproduzido, e o articulista tece um comentário à última afirmação, respondendo com um depoimento sobre os serviços das Terceiras Dominicanas no Colégio de Regeneração que, há dias, havia sido feito perante a autoridade administrativa (*Correio Nacional*, 20.04.1901). O jornalista, apoiando-se nesse depoimento, escreve que o Colégio tem estatutos aprovados e regulamentos a que as Irmãs obedecem. Tem uma direcção externa, eleita trienalmente, e um sacerdote secular eleito pela mesma assembleia de benfeitores. Todos os anos apresenta orçamentos de receita e despesa e presta contas à autoridade. Não há religiosas estrangeiras e estão sujeitas ao Prelado diocesano. Ensinam a instrução primária e outros ofícios. Têm prestado relevantes serviços, publicamente reconhecidos e com trabalhos expostos em Braga, Porto, Lisboa e Paris. Ganham uma ridicularia e ainda beneficiam o Colégio de Regeneração, desse dinheiro que recebem. Onde encontrar, fora das Congregações, pessoal tão preparado, polivalente e tão barato? Nos primeiros anos teve seculares mas debateu-se com a falta de preparação técnica e de habilitações. Por quanto ficariam os professores seculares? É reconhecido que o Colégio tem melhorado e prosperado desde a entrada das Dominicanas.

#### **CRÍTICAS PELO FACTO DE O COLÉGIO SER DIRIGIDO POR UM PADRE**

No já citado artigo de *O Comércio do Porto*, de 1880, o correspondente de Braga, depois de uma visita ao Colégio manifesta a sua satisfação por tudo o que observou, reconhecendo o que de bem aí se faz, mas deixa também duas notas sobre o que de mal dele se diz, nomeadamente das Irmãs Dominicanas. Outra das acusações, que não vem fundamentada, é contra o director: “Uns dizem mal do collegio (...) por ter por director espiritual um padre”. O jornalista refuta este argumento dizendo que o padre e as religiosas gozam de boa reputação entre as pessoas honestas e virtuosas da cidade (*O Comércio do Porto*, 27.11.1880).

Em 1884, por ocasião da abertura solene do Colégio de Regeneração, já de posse plena e total do edifício do convento, um jornal local dá notícia do facto através de um extenso texto, mas não é correto quanto ao papel desempenhado pelo P.<sup>e</sup> Airosa dentro da instituição. Na verdade, o jornalista apresenta uma versão distorcida da realidade. Dá uma imagem muito correcta do estado lastimoso do edifício mas apresenta o P.<sup>e</sup> Rademaker como sendo o promotor do projecto e o P.<sup>e</sup> Airosa como capelão, embora lhe teça os maiores elogios:

piedoso, desvelado, incansável e prestando relevantíssimos serviços (*O Comércio do Minho*, 03.01.1884).

Uns anos depois, um novo texto, aludindo à guerra acintosa de que o fundador foi vítima, no passado, sai à liça em sua defesa afirmando que tão sensíveis têm sido os resultados da instituição que os seus inimigos calaram o bico. O cronista diz que fala com conhecimento de causa, sem paixão, e afirma que ao mesmo tempo que se cultiva a virtude, aperfeiçoa-se e desenvolve-se a indústria. Para comprovar a sua tese faz referência aos trabalhos aí desenvolvidos. (*A Palavra*, 26.06.1891).

#### **6.4. Reacção da Instituição às críticas veiculadas pela Imprensa**

A instituição não estava fechada ao exterior e não parece ser insensível às críticas. É verdade que, salvo um ou outro caso, a instituição não vem para a praça pública a refutar as afirmações que considera incorretas mas, antes, aproveita as publicações internas que, embora sem uma periodicidade determinada, faz sair ciclicamente para divulgação dos relatórios de actividades e apresentação de contas aos serviços estatais de quem recebia alguns subsídios, à imprensa e, sobretudo, aos amigos e benfeitores, que eram muitos, de quem muito dependia esta obra.

Muitos desses relatórios são aproveitados para, em tom de esclarecimento, apresentar umas notas sobre a gestão da Casa, as receitas e despesas, e estatística corrente, actualizada, referente às recolhidas. Os textos são breves e o discurso transparente. Não se preocupa com a exaustão de argumentos para se justificar e, em seu lugar, recorre normalmente a textos publicados na imprensa para responder a questões levantadas pela mesma imprensa.

Logo no primeiro relatório, datado de 1876,<sup>9</sup> afirma-se:

O Collegio de Regeneração, como todas as instituições d'esta ordem e d'esta natureza não podia deixar de ser alvo d'apreciações menos justas, e d'objecções apresentadas em seu desabono, por parte d'espíritos malévolos, que tudo envenenam, apesar mesmo de reconhecida excellencia dos fructos em que se tem desatado.

Para conclusão, pois, d'este singelo relatório, e no intuito de desvanecer juízos mal fundados sobre a grandeza, utilidade e optimos resultados que há obtido durante a sua curta existência (...) transcreve-se aqui (...) um esplendido artigo, publicado em Maio de 1871, no jornal religioso d'esta cidade – A Estrella d'Alva.

---

<sup>9</sup> *Relatorio do Collegio da Regeneração de Braga*. Braga, 1876.

O artigo em causa – *Uma obra santa* – da autoria de Almeida Braga, apresenta uma série de questões que o próprio articulista tenta refutar.

O relatório de 1880<sup>10</sup> fecha com a transcrição integral do texto de J. de Lencastre, que havia sido já publicado nos jornais *Diário de Notícias* e *A Correspondência do Norte*, onde o autor apresenta ao grande público os defeitos apontados à instituição e que ele próprio rebate, depois de se inteirar do funcionamento do Colégio.

O relatório apresentado em 1908,<sup>11</sup> ao passar em análise os vários itens, detém-se na “educação” e na “hygiene”. Mostra ter conhecimento das acusações que lhe são feitas mas, com muita diplomacia e pedagogia, tenta esclarecer os leitores e desfazer equívocos. A sua atitude é, antes de mais, de uma grande compreensão para aquelas que buscam este refúgio: “Não são tão malignas nem tão perversas, como de ordinário se julga. Transviadas as mais das vezes, isso sim; e, salvas raras exceções, são humildes e melhores, do que geralmente se supõe”. E não deixa de apontar o dedo às atitudes farisaicas daqueles que se julgam sem culpa quando muitas daquelas mulheres aí se acolheram porque foram “transviadas” do seu caminho. E conclui que não devem ser vítimas do desprezo mas “dignas de comiseração!”.

Conhece as acusações que lhe fazem e não as silencia. Antes pelo contrário.

A grande pedra d’escandalo para muitos é o não se terem portado bem, cá fora, algumas das que estiveram no Collegio; e rompem em acusações, exclamando menos reflectidamente: Têm prevaricado algumas das que de lá sahêm, e ahi andam outra vez na depravação. Para que serve aquella casa, se este é o resultado!...

Mas àqueles que acusam a instituição de ineficácia na sua terapia de regeneração, responde com firmeza e convicção com estas sábias palavras:

D’aqui que se deve concluir? Que se deve fechar o estabelecimento por se não converterem todas as peccadoras, que lá entram, em outras tantas santas?

Como a sociedade é, por vezes, injusta nas suas apreciações!

Apontam-se mais depressa as faltas, do que as obras de reconhecido mérito, e dignas de louvor. D’essas não se falla. Citam-se, até ao exagêro, os defeitos, os desproveitos, e calam-se as vantagens e os benefícios.

Se há no Collegio algumas que não aproveitaram, não há muitas outras, e na maior parte, verdadeiramente arrependidas e convertidas? Não tem d’alli sahido excelentes creadas de servir, boas mães de família, que vivem christãmente na companhia de seus maridos, e na companhia de seus paes, como mostra a estatística apresentada?

---

<sup>10</sup> *Breve Noticia acerca do Collegio de Regeneração da cidade de Braga (Antiga Casa d’Abrigo)*. Braga, 1880.

<sup>11</sup> *Collegio de Regeneração*. Braga, 1904-1908.

Neste mesmo relatório de 1908, menciona-se outro tipo de acusações relacionadas com a saúde. Afirma-se que o “estado sanitário é regular” mas reconhece-se que não é inteiramente satisfatório “porque muitas são fracas, escrofulosas e com moléstias adquiridas na vida desordenada”. Apesar dos cuidados especiais que a instituição lhes proporciona, com a maior solicitude, através da assistência médica de um clínico competente e responsável, alguns problemas subsistem. Todavia, para as tuberculosas e infecciosas tem enfermaria especial para evitar o contágio. Além disso, no Verão, as que precisam vão passar uma temporada numa casa de Madre Teresa de Saldanha, nas encostas do Bom Jesus do Monte, onde beneficiam da mudança de ares pela boa exposição do local, ou a banhos de mar e de termas, sempre que o médico o aconselhe.

Há, apesar de tudo, quem afirme que “as internadas perdem a saúde no Collegio, enfraquecem, e morrem tísicas”. O P.<sup>o</sup> Airosa não se insurge contra esta acusação mas, com a serenidade que lhe era peculiar, limita-se a responder com a evidência do quotidiano e convida a comprovar a realidade que aí se vive: “Rapariga que seja internada, que não seja tuberculosa, e pela qual não hajam passado certas doenças, é colegial saudável, forte e engorda a olhos vistos. É ver!”.

O grande problema de saúde era a tuberculose que, naquele tempo, tinha invadido todas as classes sociais e progredido de um modo espantoso, causando enorme mortalidade. Aproveita, então, para informar que, além do médico quase diário, o Colégio dispõe de enfermarias em completo isolamento, evitando que as vítimas sejam ainda mais, como acontece por toda a parte e nas famílias. Termina, dizendo que algumas doentes, em estado desesperado, melhoraram e vivem hoje alegres entre as suas companheiras de trabalho.

No relatório de 1913,<sup>12</sup> ao perfazer 44 anos de existência do Colégio, o P.<sup>o</sup> Airosa lança um pequeno olhar retrospectivo sobre os inícios da obra e reconhece que “os primeiros tempos foram difíceis, sempre em luta intensa. Foi preciso um continuo espirito de sacrifício, e uma tenacidade inalterável”. A estas dificuldades de ordem material somaram-se outras contrariedades porque “o Collegio foi alvo de detracções, arguições, calumnias e malquerenças”.

O relatório de 1929<sup>13</sup> foi elaborado pelo P.<sup>o</sup> Peixoto Braga que, entretanto, havia assumido a grande parte do governo da Casa, devido à avançada idade de Mons. Airosa. Aí se

---

<sup>12</sup> *Collegio de Regeneração*. Braga, 1913.

<sup>13</sup> *O Colégio de Regeneração. Opúsculo comemorativo do 60.º aniversário da sua fundação*. Braga, 1929.

diz, expressamente, que “o empreendimento de Mons. Airosa foi envenenado pelas mais vis calúnias desde o seu início. (...) Mas cheio de uma grande fé, dotado de um carácter inquebrantável, o venerando fundador do Albergue venceu todos os obstáculos; dedicou-lhe todos os instantes da sua vida, entregou-lhe todos os seus bens de fortuna”.

## 6.5. A credibilidade do Colégio de Regeneração através da imprensa nacional

Se é verdade que, neste período, alguma imprensa saiu a público com informação menos positiva ou incorrecta sobre esta instituição, o que eventualmente até possa ter contribuído para a alteração de alguns procedimentos, também é verdade que o grande volume de testemunhos são positivos, como agora se pretende demonstrar. E não se avalia só pela quantidade de títulos mas pela racionalidade dos textos produzidos, que chegam de toda a imprensa nacional e dos mais variados quadrantes de orientação política e religiosa dos meios de comunicação escrita.

Na pesquisa que foi possível realizar, deparei-me com 51 periódicos, com 149 artigos/crónicas/reportagens especificamente dedicados ao Colégio de Regeneração, a propósito das mais diversas circunstâncias e razões. Alguns jornais deram-lhe uma ampla cobertura e por repetidas vezes, como pode ver-se no Quadro XIX, embora aqui se dê conta apenas dos textos mais significativos.

**Quadro XIX – N.º de referências ao Colégio de Regeneração/Mons. Airosa,  
na imprensa local, regional e nacional**

Periódicos	Imprensa local	Imprensa regional e nacional	N.º de vezes...
<i>A Correspondência do Norte</i>	Braga		12
<i>O Primeiro de Janeiro</i>		Porto	11
<i>Diário do Minho</i>	Braga		10
<i>A Época</i>		Lisboa	9
<i>Comércio do Minho</i>	Braga		8
<i>Correio do Minho</i>	Braga		8
<i>A Palavra</i>		Porto	7
<i>A Voz</i>		Lisboa	7
<i>O Comércio do Porto</i>		Porto	6
<i>A Opinião</i>	Braga		5
<i>A Ordem</i>		Porto	4

<i>O Amigo da Religião</i>	Braga		4
<i>Correio Nacional</i>		Lisboa	3
<i>Cruz e Espada</i>	Braga		3
<i>Diário de Notícias</i>		Lisboa	3
<i>O Amigo do Povo</i>	Braga		3
<i>O Progressista</i>	Braga		3
<i>O Regenerador</i>	Braga		3
<i>A Defesa</i>		Évora	2
<i>A Província</i>		Porto	2
<i>Ecos do Minho</i>	Braga		2
<i>Jornal de Notícias</i>		Porto	2
<i>Liberdade</i>		Porto	2
<i>O Bracarense</i>	Braga		2
<i>O Comércio Português</i>		Porto	2
<i>O Diário</i>		Lisboa	2
<i>O Jornal de Braga</i>	Braga		2
<i>O Século</i>		Lisboa	2
<i>A Concórdia</i>	Braga		1
<i>A Luta</i>	Braga		1
<i>A Nação</i>		Lisboa	1
<i>A Propaganda</i>		Póvoa de Varzim	1
<i>A Rotandade</i>	Braga		1
<i>Acção Católica</i>	Braga		1
<i>Aurora do Minho</i>	Braga		1
<i>Comércio de Portugal</i>		Lisboa	1
<i>Correio do Funchal</i>		Madeira	1
<i>Estrela d'Alva</i>	Braga		1
<i>Ilustração Portuguesa</i>		Lisboa	1
<i>Jornal da Manhã</i>		Porto	1
<i>Jornal de Viana</i>		Viana do Castelo	1
<i>Novidades</i>		Lisboa	1
<i>O Constituinte</i>	Braga		1
<i>O Dia</i>		Lisboa	1
<i>O Grito do Povo</i>		Porto	1
<i>O Mundo</i>		Lisboa	1
<i>O Peregrino de Lurdes</i>		Açores	1
<i>O Progresso Católico</i>		Guimarães	1
<i>República</i>		Lisboa	1
<i>Voz da Verdade</i>	Braga		1
<i>Voz de Santo António</i>	Braga		1

A observação deste quadro permite-nos ter uma noção mais aproximada da verdadeira dimensão e repercussão desta obra, na imprensa local, mas também através da imprensa do Porto e de Lisboa, assim como de Viana do Castelo, Guimarães, Coimbra, Évora, Açores e Madeira. Ressalta, ainda, que o maior número de periódicos são de âmbito nacional – 22 de Braga e 29 do restante país, com prevalência do Porto e Lisboa – e o número notícias/artigos/reportagens continua a ser maior na imprensa fora de Braga, ou seja: 78 peças da imprensa regional e nacional, contra 74 da imprensa local. Isto demonstra que a instituição



era bem conhecida e apreciada *extramuros*. Mais. As maiores reportagens são realizadas por jornais de Lisboa – *Ilustração Portuguesa*, *Correio Nacional*, *O Diário*, *O Século*, *A Época* e *A Voz* (3 reportagens)<sup>14</sup> – e do Porto – *A Luta* e *A Palavra* (2 reportagens). Mas na linha das grandes reportagens está, também, a imprensa local: *O Comércio do Minho*, *A Opinião* (com 2), *O Bracarense*, *O Correio do Minho* (2) e *Diário do Minho* (2). Mas também a imprensa regional está presente: *Jornal de Viana* e *O Peregrino de Lurdes* (Açores).

Para uma melhor compreensão do conteúdo destes textos, tentei encontrar uma série de categorias de análise, por agrupamento, que me permitiram conhecer o modo como a imprensa perspectivou a instituição, nos seus múltiplos ângulos, os valores que cultivou, as crenças, as ideologias que a orientaram, os métodos utilizados na regeneração das acolhidas e os resultados obtidos, através dos trabalhos apresentados nas variadas exposições, de âmbito nacional e internacional.

O elevado número de periódicos e de textos, alguns de grande extensão, dificulta, só por si, a análise mas a isto acresce o facto de muitos textos e reportagens serem muito abrangentes, de tal modo que não é fácil enquadrá-los numa só categoria.

Ao quadro-síntese da categorização (Quadro XX), a que se associam conceitos que lhe estão associados, segue uma análise dos textos mais significativos.

**Quadro XX - Categorias de análise**

<b>Categorias</b>	<b>Componentes</b>
Educação	Formação / Método / Processos modernos / Disciplina / Organização / Ordem / Asseio / Limpeza / Instrução / Trabalho / Reabilitação
Trabalho	Educação / Reabilitação / Mudança / Vida / Instrução / Ensino / Método / Escola pública / Ensino profissional / Ofícios / Alegria / Paz / Regeneração / Protecção / Progresso / Resgate / Opulência / Dignificação / Defesa / Correção
Formação profissional	Empresa / Exposições / Ensino técnico / Recurso educativo / Qualidade / Reabilitação / Benefícios sociais / Ensino integrado / Equipamento industrial / Rentabilidade / Comércio / Exportação / Oficina-escola / Inovação

<sup>14</sup> Dos jornais *A Época* e *A Voz* partiram, também, nos anos vinte, as grandes campanhas de angariação de meios que foram um sucesso.

Prostituição	Degradação moral / Desonra / Acolhimento / Porto de abrigo / Bondade / Carinho / Palavra persuasiva / Reabilitação / Trabalho / Regeneração / Prostituição de menores.
Congresso de Madrid	Reflexão / Pedagogia / Método / Modelo / Inovação / Instrução / Matriz
Visitas reais e de políticos	Credibilidade / Reconhecimento / Protecção / Benefícios à sociedade / Subsídios / Donativos
Visitas de personalidades ilustres	Modelo educativo / Pedagogos / Regeneração moral e física / Louvor / Admiração pela obra
Os inícios conturbados da República	Notícias falsas / Desmentidos / Subsídios / Protecção do público / Dificuldades económicas
Apologia do Colégio	Exemplaridade / Acção / Reconhecimento / Resultados obtidos / Louvor / Trabalho que nobilita / Respeito / Aplauso público / Livro eloquente / Poema de sentimento e de poesia / Renascimento moral / Vida activa / Instrução / Regulamento / Regeneração / Escola de serviços / Pão / Dignidade / Felicidade
Campanhas a favor da instituição	Iniciativas / Festas / Subscrições públicas / Donativos / Obra de epopeia de caridade inteligente e perseverante / Cântico de amor / Evangelho em acção / Amor, perdão e bondade / Obra que não esquece nem pode morrer
Comemoração dos 60 anos	P. <sup>o</sup> Airosa / Doação / Testemunhos / Tecelagem / Milagre vivo, sensível, incontestável / Obra que é monumento à dignificação da mulher

## EDUCAÇÃO

Esta temática está presente em quase todos os títulos de imprensa, é um dos vértices onde assenta toda a regeneração daquelas que procuravam o recolhimento para uma mudança de vida e os profissionais da imprensa que, a propósito das mais variadas circunstâncias visitaram a instituição, não deixaram de realçar este valor primordial aí cultivado.

Por ocasião da Exposição Mostuário das artes e indústrias bracarenses, em 1913, o jornalista e homem de letras Cândido Landolt, director do jornal *A Propaganda* (17.09.1913), da Póvoa de Varzim, faz uma descrição pormenorizada da visita guiada por Mons. Airosa. Numa referência à vida conventual que o jornalista pensava ali vigorar, Mons. Airosa diz-lhe: “Estávamos, meu amigo, bem servidos! Hoje, os modernos processos de educar são outros; é assim, carinhosamente, que se hade regenerar a mulher cahida!”.

O jornal *República* (31.03.1914) – que debaixo do cabeçalho tinha esta frase de Danton: “Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo” – na rubrica “Cartas da Província”, faz grandes referências ao Colégio de Regeneração. Nesse mesmo ano de 1914, *A Opinião* (30.04.1914) dedica-lhe quase duas páginas completas com fotos, hino do Colégio e um artigo sobre “A mulher de hoje” dedicado à educação e formação das jovens e da necessidade da educação que era dada pelas religiosas.

O método de ensino ali aplicado na vida industrial, a limpeza e a disciplina, bem como a organização são valores apreciados pelo correspondente de Braga de *O Primeiro de Janeiro* (28.11.1880) que, depois de uma visita, se mostra agradavelmente surpreendido com o que viu. O mesmo sentimento manifesta o bispo do Porto, D. António Barroso, que admira a limpeza e a disciplina, bem como a organização e o método de ensino ali aplicado na vida industrial (*Ecos do Minho*, 19.03.1914). O asseio irrepreensível do estabelecimento, digno de visita e de protecção, é alvo de uma notícia no jornal do Porto, *A Província* (28.06.1887).

Em crónicas mais extensas, a propósito da publicação da primeira memória do Colégio de Regeneração (da autoria de Pinheiro Torres), defendem que a educação e a reabilitação se operam através do trabalho (*Correio do Minho*, 27.05.1904; *Comércio do Minho*, 07.06.1904).

Na comemoração do 92.º aniversário de Mons. Airosa, o *Diário de Minho*, aproveita para falar da sua obra, acentuando o plano do resgate pela graça e pelo trabalho. Demora-se na análise da mulher perdida e da Madalena arrependida e termina com a informação de que no Colégio se ministram aulas de instrução primária, desenho de ornatos e de bordados, desenho especial para tecelagem, música, bordados, costura, rendas e crochets, malha e tapeçaria. Praticam a tecelagem em seda, algodão e linho, etc. (*Diário do Minho*, 20.12.1928).

## **TRABALHO**

O trabalho, a par da instrução e da religião, era um dos três pilares do método do P.<sup>e</sup> Airosa e aquele que mais acentuadamente é referido por toda a imprensa. O trabalho e a instrução são fundamentais no processo de regeneração (*O Progressista*, 27.01.1893), reconhecendo que aí se ensina a instrução primária e outros ofícios (*Correio Nacional*, 20.04.1901).

O jornal *A Luta* (03.01.1884), numa extensa crónica que lhe dedica, começa por referir as acusações e os elogios de que tem sido alvo o Colégio de Regeneração. Diz que a maior

parte dessas “pecadoras” entram completamente analfabetas e ali aprendem a ler, coser, bordar, etc. Entram sem nada saber e saem prontas e habilitadas a poderem, sem receio, ganhar honestamente o indispensável para as exigências da vida. E, a propósito, relata a história de uma casada que foi desviada do marido e que, em Braga, procurou o Colégio, sendo posteriormente por ele aceite. Refere, ainda, o caso de uma das recolhidas que ouviu a tocar órgão, na igreja, que um dia viveu na opulência e com fortuna e que, de queda em queda, foi lançada na rua. Quando entrou no Colégio de Regeneração causava dó e asco. Agora, regenerada, mudou completamente, como hábil organista, única prenda que pode conservar dos seus tempos mais felizes.

Há quem realce o método de ensino utilizado, como se lê no *Correio do Funchal* (02.10.1897). Aí se vinca a ideia de que esse método de ensino deveria ser implementado nas escolas do Estado e que deveria chamar a atenção de todos que tenham qualquer interferência no ensino industrial do país. Sugere o cronista, como já se disse, que este sistema ou organização de ensino fosse introduzido na escola industrial Damião de Góis, em Alenquer, afirmando: “temos a certeza de que seria mais vantajosa para aquela população de tecelões, que os métodos e disciplinas seguidos ali”. Nesta mesma linha de pensamento do ensino profissional está um outro texto de *O Século* (01.04.1901): “Ensina-se a ler e escrever e tem o ensino profissional muito aproveitável, como seja: bordar, engomar, coser, trabalhos de machina, lavar, tear, etc.”.

José d’Arruela visita o Colégio, em 1905, e depois de ler os depoimentos de alguns visitantes chega à conclusão de que esta instituição, pelo carisma do fundador e pelo trabalho que aí se desenvolve, consegue colher o consenso das mais diversas personalidades entre si separadas por razões políticas e religiosas. O segredo, ou um dos segredos, na obra de regeneração reside, afirma o cronista, nas amplas salas dos teares, as rasgadas oficinas da sapataria, montras de bordados e roupas, etc. Dizem-no ainda a alegria e a paz que aí se vive (*O Diário*, 05.11.1905).

O trabalho de reabilitação das jovens e mulheres recolhidas é, muitas vezes, colocado a par da obra do P.<sup>o</sup> António de Oliveira e de Bernardino Machado. O P.<sup>o</sup> António de Oliveira, que dedicou grande parte da sua vida à regeneração de crianças, era, como já se disse, um amigo do P.<sup>o</sup> Airosa e deslocou-se expressamente a Braga para conhecer a sua obra. Bernardino Machado, “cuja generosidade de alma é conhecida”, era sensível a estes problemas – conhecia bem o Colégio de Regeneração, tendo apresentado o seu modelo

pedagógico no Congresso de Madrid; na gestão interina da pasta da Justiça preparou legislação relativa à assistência a menores (*O Primeiro de Janeiro*, 21.06.1911).

A reabilitação pelo trabalho é o tema de uma extensa crónica de *O Comércio do Porto* (16.10.1912). O cronista, ao referir-se ao reforço da força policial, pergunta se basta reprimir. Não seria preferível corrigir, morigerar, reabilitar pelo trabalho? Se não é praticamente possível arrasar as cadeias pela fundação de escolas, ninguém ignora que os dois princípios – ensino e correctivo – andam associados e cujos resultados positivos se podem avaliar pelas estatísticas de França. Defende a necessidade da existência de casas onde muitas raparigas se poderiam recolher ao serem retiradas da voragem da vida social. Diz, ainda, que começa no nosso país a defender-se os direitos políticos da mulher. Mais valeria educá-la, protegê-la, proporcionar-lhe meios de trabalho independente e honesto, orientando-a nobremente nos preceitos de uma moral austera que a tornem socialmente respeitada. A propósito, refere a existência de uma instituição modelar em Braga, o Colégio de Regeneração, que não foi extinta pela lei que suprimiu as congregações religiosas, pois tal carácter lhe não era reconhecido, e do Governo da República continuou a receber o antigo subsídio e a ter o apoio do governo civil. Termina, enumerando os trabalhos que aí se realizam e dizendo que o Colégio honra a cidade de Braga, podendo servir de norma e tipo a instituições semelhantes em outras cidades do país, onde não existem. Nesta mesma linha de pensamento, a propósito da Exposição de Artes e Industrias Regionais de Braga, está o texto publicado em 1913 pelo jornal *O Mundo* (22.07.1913).

O trabalho é vida, é progresso, é opulência; ali o trabalho dignifica a honra manchada e a virtude engrandece e reabilita o nome ultrajado – eis o mote de Cândido Landolt, retirado da extensa crónica que publicou no jornal *A Opinião* (08.05.1914) e que *O Bracarense* (10.05.1914) reproduziu. Refere-se ao Colégio de Regeneração, numa linguagem metafórica, apelidando-o de “retalho do Paraizo”, “estádio do amor” e “palácio encantado de perdão e de caridade onde tudo é festa porque o trabalho é a vida, é o progresso, é a opulência”.

O P.<sup>e</sup> Airosa aproveita as oportunidades, que a imprensa lhe dá, para acentuar que o resgate da recolhida se dá pela graça, pelo trabalho e pela instrução. É essa mensagem que o *Diário do Minho* (20.12.1928) passa para o grande público, a propósito da comemoração do 92.º aniversário do fundador, informando que aí se ministram aulas de instrução primária, desenho de ornato e de bordados, desenho especial para tecelagem, música, bordados, costura, rendas e crochets, malha e tapeçaria e praticam a tecelagem em seda, algodão e linho, etc.

## O TRABALHO INDUSTRIAL COMO RECURSO EDUCATIVO

O trabalho das recolhidas era necessário para a sua própria sobrevivência mas havia um outro grande objectivo que era a sua preparação técnica e prática que lhes garantisse o seu próprio sustento e autonomia, através do desempenho de um ofício, após a saída da instituição. A imprensa consegue captar essa importante dimensão e transmite-a das mais diversas formas, a propósito dos múltiplos eventos que dentro e fora da instituição se vão realizando. Evaristo da Rocha afirma que o Colégio de Regeneração se tornou numa “grande oficina industrial, onde abundam as máquinas de toda a espécie, um estabelecimento digno de consideração, de respeito e de louvor pela sua eficácia tanto do ponto de vista moral como industrial e civilizador” (*O Comércio do Minho*, 18.08.1885).

As exposições são as montras onde os trabalhos são colocados para venda e, ao mesmo tempo, oportunidade de a instituição se dar a conhecer e divulgar a sua acção e as actividades desenvolvidas pelas suas utentes. O P.<sup>e</sup> Airosa, atento a essa realidade, não perde essas janelas que se lhe abrem para expor os produtos fabricados no Colégio e marca presença nas principais exposições industriais de Braga, Porto e Lisboa, nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Os seus trabalhos estiveram presentes, ainda, na grande Feira Mundial de Paris, em 1889, onde a sua qualidade foi reconhecida e premiada.

Na “Exposição de indústrias domésticas no Palácio de Cristal”, em 1882, o jornalista de *O Comércio do Porto* (26.05.1882), numa referência às vitrines do Colégio de Regeneração, diz que esta é “uma das mais prestantes instituições da apostolização moral que apresenta rendas, ruches, camisolas, toalhas, meias, chailes, cordões, cotins, etc., tudo elaborado pelas recolhidas d’aquelle estabelecimento e trabalhado com muita nitidez”. O texto da notícia é transcrito pelo jornal *A Correspondencia do Norte* (31/05/1882), dizendo que era uma grande honra para o Colégio de Regeneração mas também para a cidade de Braga, pelo facto de ter esta instituição dentro dos seus muros. O mesmo texto de *O Comércio do Porto* é, ainda, transcrito, pelo jornal *O Amigo do Povo* (01/06/1882), evidenciando a “excellente casa de educação” e os produtos fabricados pelas colegiais. *O Comércio Português* (01.06.1882), por seu turno, diz, num pequeno texto, que o Colégio de Regeneração tem sido, justamente, louvado pelo modo como se fez representar na exposição e cujos trabalhos têm merecido encómios da imprensa e, afirma que é com prazer que regista esse facto. Pela segunda vez se lhe refere *O Comércio do Porto* (07.06.1882), num texto assinado por A. de la Rocque, a propósito dos produtos expostos, exaltando o profissionalismo e as técnicas utilizadas:

Tendo por tantas vezes lamentado a falta de instrução technica no nosso paiz, sentimos n'este momento o maior prazer possível em registrarmos a primeira escola que se há instituído n'este sentido, muito digna dos mais elevados louvores, porque ella é filha da esmola, d'essa caridade bem entendida que arranca da miséria o nosso irmão para restituir à sociedade um membro a ella útil e a si próprio. (...) Não temos expressões que encareçam ás alturas do seu merecimento a iniciativa das caridosas senhoras, que se lembraram de organizar em Braga o collegio da Regeneração.

Os produtos do Colégio voltaram a estar presentes na Exposição Industrial no Palácio de Cristal, em 1887, e os jornais de Braga exaltam o trabalho desenvolvido pelo Colégio (*Aurora do Minho*, 03.07.1887), que classifica como “uma estância benfazeja onde a mulher se vai reabilitar pelo trabalho e pela moralidade” (*O Constituinte*, 29.06.1887 e 16.07.1887).

A Exposição chamou a atenção dos jornalistas, levando-os a fazer uma visita ao Colégio e daí resultando algumas crónicas, onde se acentua a qualidade dos trabalhos expostos que “podem rivalizar com tudo o que, neste género, é importado do estrangeiro” (*A Correspondência do Norte*, 29.06.1887) e o Colégio é apresentado como “uma página de amor, um compêndio de virtude” porque “o trabalho purifica e santifica” (*O Comércio do Minho*, 09.07.1887).

Os jornais de maior expansão do Porto dão ampla cobertura à exposição e o cronista de *O Comércio do Porto* (22.06.1887) diz que não conhece o Colégio de Regeneração nem os meios de que dispõe mas dedica-lhe um bom espaço e tece-lhe os maiores elogios pela variedade de artigos executados pelas “educandas”. E neles se vê “a educação prática e esmerada que se dá n'aquelle estabelecimento á mulher, habilitando-a a tornar-se uma boa mãe de família (...); é sobretudo pelo trabalho, assim dirigido, que a mulher se regenera moralmente para a grande missão que tem a preencher na sociedade...”. Numa extensa crónica de *O Comércio Português* (23.06.1887) diz-se que “os trabalhos que este instituto apresenta constituem um valioso documento para a história de tão proveitoso estabelecimento”. Diz o cronista ignorar o que lá se fazia mas “grande coisa é o trabalho”, pois “o humanitário instituto, que tantos benefícios sociaes prodigalisa, opera a regeneração das infelizes que carinhosamente recebe no seu seio maternal, por meio do trabalho que é a suprema virtude e o grande baluarte que nos defende de todas as vicissitudes da existência”. O cronista de outro periódico portuense, depois de uma visita ao Colégio, desabafa: “Ali o ar é puro e a instrução a mais conveniente baseada no trabalho, que é verdadeira e inesgotável fonte de regeneração social, princípio santo, civilizador e indispensável à vida física e moral” (*Jornal da Manhã*, 06.07.1887). Também *O Primeiro de Janeiro* (30.06.1887 e 07.07.1887) se lhe refere em tons elogiosos de tal modo que até um jornal de Guimarães (*O Progresso*

*Católico*, 30.06.1887) se admira do modo como aí se exalta o trabalho desenvolvido pelo Colégio de Regeneração: “um quadro assim, tão natural e pintado com tão verdadeiras cores, e exposto no bazar do Primeiro de Janeiro, onde por vezes se tem insultado, calumniado as Irmãs da caridade, tem um valor muito grande, e que hade sempre valer”.

Os trabalhos do Colégio de Regeneração estiveram também presentes na “Exposição Industrial de Lisboa”, em 1888, promovida pela Associação Industrial Portuguesa, sob a égide do rei D. Luís I. Nesse certame, inaugurado em 7 de Junho, que decorreu a norte da Avenida da Liberdade e onde hoje fica o Parque Eduardo VII, participaram 1.214 expositores de Portugal Continental e Ilhas. Da imprensa que me foi possível consultar, constam três jornais – de Lisboa, Porto e Braga – que antecipadamente dão conta dos objectos provenientes do Colégio de Regeneração. Mais que a qualidade dos produtos salienta-se o processo de confecção e o valor intrínseco do “trabalho abençoado que santifica, que redime e que pode chamar à vida muitas existências que iam perdidas na corrente das paixões, dos vícios ou das misérias” (*Cruz e Espada*, 02.06.1888). A propósito da apresentação dos trabalhos, é referido como “o bem conhecido e acreditado Colégio de Regeneração” que, no ano passado, teve a honra de ser visitado pela rainha, pelos ministros do reino e das obras públicas, por muitas damas e cavalheiros da mais elevada hierarquia social (*O Comércio do Porto* - 29/05/1888). Nas vésperas da inauguração, é a vez de um periódico da capital lhe dedicar um extenso texto, falando da sua fundação, dos trabalhos executados, das aprendizagens, das oficinas, das exposições em que participou e em todas obtendo prémios, além de uma listagem dos objectos a expor (*Comércio de Portugal* - 05/06/1888).

O Colégio de Regeneração é notícia frequente não só na imprensa local e regional mas também na imprensa nacional que lhe garante uma maior visibilidade e notoriedade. Disso é um testemunho claro a extensa reportagem de um diário da capital, ilustrada com quatro elucidativas gravuras, detendo-se particularmente no historial da instituição, sua finalidade e oficinas, e relevando o facto de as recolhidas passarem por todos os trabalhos aí executados, como forma complementar de um ensino integrado (*O Século*, 17.01.1892).

Da participação nestas exposições se depreende que esta instituição seria a mais activa e desenvolvida no sector da tecelagem e afins. O P.<sup>e</sup> Airosa, depois de uma aprendizagem em França, que depois foi transmitindo às suas educandas – expedito, deixou a sua acanhada terra e meteu-se a caminho da industrial França Rioneza, onde Jacquard era o rei da tecelagem, escreveu Antero de Figueiredo (*Diário do Minho*, 18.01.1921) – investiu neste sector através da formação técnica e através da aquisição de equipamento de tipo industrial para tornar a sua



produção mais rentável. Foi este envolvimento e, certamente, o contacto com outros produtos expostos nos diversos certames em que participou que lhe sugeriram a ideia de criar uma oficina industrial, externa, para as jovens e mulheres mais carenciadas da cidade de Braga. Do diálogo com o Governador Civil da época, a ideia ganhou corpo e a sua concretização tornou-se realidade, com o apoio de personalidades especialmente convocadas pelo governador para uma reunião que, em 7 de Junho de 1893, se realizou no governo civil, como, de resto, já se disse no 2.º capítulo. Chegando à conclusão de que a tecelagem seria a indústria mais rentável, pelo grande consumo nacional e exportação para África, Braga poderia vir a competir com outras cidades que devem as suas prosperidades ao desenvolvimento das suas indústrias. Desta reunião se fizeram eco os jornais de Braga: *O Amigo da Religião*, 14.06.1893; *O Regenerador*, 09.07.1893; *O Progressista*, 11.07.1893. Em 1916, um periódico portuense classifica Mons. Airosa como “o grande industrial que dotou a sua terra com novos instrumentos de trabalho” (*Liberdade*, 23.12.1916). A sua iniciativa certamente que muito terá contribuído para a fase de industrialização, como escreveu Antero de Figueiredo no *Diário de Notícias*, citado pelo *Diário do Minho* (18.01.1921):

Até então, a lavradeira minhota, além de fiado, ensarilhado, dobado, novelado e urdido o seu linho, pouco mais sabia que tecer lenços grosseiros, tomentos aspérrimos de algodão, riscados vulgares. Com os novos teares do padre Airosa introduziu-se em Braga uma inteira escola moderna: os linhos apurados das toalhas de mesa e dos guardanapos adamascados; a bretanha dos peitilhos, dos punhos, dos colarinhos, dos lenços finos de assoar: as meclas de algodão, os riscados ingleses, as sarjas, as jutas, os felpos e as colchas lavradas.

Esta oficina-escola de tecelagem, na linha do ensino técnico-profissional, era bastante completa e autónoma, não precisando de recorrer ao exterior porque tinha tudo o que andava à volta desta indústria e foi um forte contributo para o desenvolvimento da indústria caseira (*O Regenerador*, 18.04.1895). O cronista do citado jornal diz mesmo que a importância destas oficinas está na linha da criação das oficinas cristãs tão sabiamente recomendadas pelo Papa Leão XIII.

As oficinas do Colégio abrem-se a novas técnicas e introduzem o fabrico do “Linho sistema Kneipp” através do tratamento do linho segundo o método Kneipp,<sup>15</sup> muito procurado

---

<sup>15</sup> Sebastian Kneipp (1821-1897), já referenciado na p. 107 do 2.º cap., foi um sacerdote católico alemão e defensor do naturismo que se dedicou ao estudo e promoção da hidroterapia. Foi director das termas de Bad Wörishofen, e criador da Terapia Kneipp, uma estratégia hidroterapêutica e dietética ainda em uso. O P.º Himalaya foi à Alemanha fazer tratamento de água, junto do P.º Kneip (cap. 2).

por pessoas de todo o país e ilhas adjacentes (*O Progressista*, 27.07.1897; *A Palavra*, 28.02.1897).

Os produtos expostos na Exposição Industrial do Porto, em 1897, no Palácio de Cristal, merecem os mais rasgados elogios de um jornal portuense: “Trata-se de um estabelecimento destinado a corrigir pelo trabalho as infelizes que a mão fatal da desgraça empurrou para os tenebrosos abismos da perdição. Uma instalação duplamente grande, pelo espaço que ocupa e pela ideia moral que representa” (*A Província*, 29.09.1897).

Nesta exposição, o Colégio de Regeneração é considerado como “um estabelecimento fabril de primeira ordem” e os resultados da Exposição do Porto, onde alcançou 4 medalhas de ouro e 2 de prata, foram, no entender do cronista, Plácido de Vasconcelos Maia, “a consagração solene da sua superioridade da produção fabril desta casa” (*A Concórdia*, 31.12.1897).

Quase ao dobrar do século, quando a instituição estava a atingir os 30 anos de funcionamento, eis que um jornal da capital lhe dedica mais de metade da primeira página num longo artigo assinado por Nemo.<sup>16</sup> O objectivo é prestar homenagem ao Colégio de Regeneração, que visitou, realçando os conhecimentos do P.<sup>e</sup> Airosa e a sua ida a Lyon, a sua biblioteca de especialidade e a escola-oficina – uma “escola industrial que não tem rival no país”. Aos que julgarem exagerados os louvores, aconselha apenas uma visita ao Colégio de Regeneração: “Vão e vejam” (*Correio Nacional*, 23.03.1898).

O Colégio de Regeneração organizou, nas suas instalações, uma grande exposição de trabalhos, para se associar à comemoração das Festas Jubilares de 1904, por solicitação do Arcebispo Primaz de Braga.<sup>17</sup> As sete secções da exposição foram visitadas pelos bispos, participantes destas festas, e por altas personalidades civis. É um periódico do Porto que, através de um extenso texto, maior visibilidade lhe dá, apontando os objectivos da obra do “incansável trabalhador e grande patriota, P.<sup>e</sup> Airosa”. Refere os trabalhos aí produzidos, nas diferentes oficinas e agora expostos, e fala das qualidades artísticas das recolhidas que são aproveitadas e desenvolvidas (*A Palavra*, 07.06.1904). A propósito desta exposição refere-se, ainda, a finalidade da casa e do bem que lá se faz às pobres protegidas que se regeneram pelo trabalho e se reeducam para uma vida sadia (*A Opinião*, 26.06.1904) que lhes purifica a alma e onde recebem uma “educação artística que as transforma em úteis produtoras de objectos

---

<sup>16</sup> “Nemo”, recorde-se, era o pseudónimo de José Fernando de Sousa.

<sup>17</sup> Trata-se das Festas Jubilares da definição dogmática da Imaculada Conceição, 1854-1904.

construídos com esmero que rivalizam com os saídos das melhores fábricas do estrangeiro” (*Correio Nacional*, 02.07.1904).

O cronista de *A Rotandade* (28.06.1913), a propósito da grande Exposição Industrial de 1913, no Asilo de Mendicidade Conde de Agrolongo, refere uma sala inteiramente recheada com a produção do Colégio de Regeneração: belos linhos Kneipp e outros, bons tecidos, lindos lenços de seda representando o Bom Jesus do Monte, o calçado completamente acabado nas oficinas da casa de moralização e ensino, e as perfeitas flores que parecem ser uma especialidade do Colégio. Um outro periódico bracarense, referindo-se à sala de exposição do Colégio de Regeneração, diz: “É um verdadeiro assombro o que ali se vê. (...) Tudo isto é, indubitavelmente, o produto de uma magnífica orientação e obra das internadas a maior parte das quais entram ali sem saber coisa alguma e o que é mais sem hábito nem disposição para o trabalho” (*A Opinião*, 22.07.1913).

### **RECOLHIMENTO – PROSTITUIÇÃO**

Um dos primeiros textos saídos na imprensa local, sobre o acolhimento dado a jovens e mulheres que foram vítimas de situações de degradação moral, data do ano de 1872, tinha a Casa d’Abrigo uns três anos de existência. É um texto já referido, no segundo capítulo, onde se defende o direito à reabilitação da “rapariga que cai na desgraça” e a oportunidade que lhe deve ser dada, como prova externa, que a credibilize perante a sociedade. Diz o articulista que essa reabilitação passa pela oração e pelo trabalho e que essa obra já existe em Braga (*Estrela d’Alva*, 1872).

Como casa de regeneração, de quem passou pela via da prostituição, há quem lhe aponte defeitos e a ataque, e quem saia a terreiro em sua defesa. Num texto longo,<sup>18</sup> um jornalista fundamenta a sua argumentação na estatística e fala da formação que essas recolhidas recebem para se autonomizarem. Diz que indagou o que se diz sobre a instituição e refuta os aspectos negativos que lhe são apontados, catalogando-os como fúteis, absurdos e contraditórios. Diz que alguns que acusam foram motivo da queda de algumas daquelas mulheres. É, afirma, uma casa de reconhecida vantagem social. Abre a porta a miseráveis mulheres que a sociedade banuiu do seu seio e que nenhuma família honesta receberia. Educa-as, procura regenerá-las pela oração e amor ao trabalho, habilitando-as a ganhar

---

<sup>18</sup> Este texto, publicado pelo jornal *A Correspondência do Norte*, foi reproduzido pelo *Diário de Notícias*, em 15 de Agosto do mesmo ano de 1880, e na *Breve Notícia acerca do Collegio de Regeneração da cidade de Braga (Antiga Casa d’Abrigo)*, pp. 15-30.

honradamente o pão de cada dia (*A Correspondência do Norte*, 25.08.1880). Nos inícios do século XX, um jornal portuense (*A Palavra*, 27.03.1903), a propósito da publicação do livro *Da prostituição em Portugal*, do Dr. Ângelo da Fonseca, lente da Faculdade de Medicina, cita o jornal *Vanguarda* (n.º 5.067) que transcreve do livro alguns períodos em que é feita a mais justa apreciação do Colégio de Regeneração e que aqui se reproduzem:

Em Portugal há uma única casa destinada a receber mulheres que tenham caído na prostituição. É o collegio da Regeneração, em Braga. (...) Não pode considerar-se um collegio modelo, mas deve ver-se como tentativa proveitosa, com uma longa folha de serviços. (...) A falta de outros colégios neste género tem-se feito sentir em todas as cidades, mas, a despeito do conhecimento de tal lacuna, ainda não foi possível multiplicar-os. (...) Ora dada a existência d'este estabelecimento entre nós, e visto o papel que tem desempenhado no espaço de 33 anos, um dos primeiros deveres do estado seria concorrer com um subsidio mais vantajoso para o seu aumento material, fornecendo-lhe os melhoramentos de que necessita.

O tema da prostituição volta a estar presente numa publicação de Braga, onde o articulista fala de uma conferência que fez sobre essa temática, elogiando o Colégio de Regeneração e exaltando a acção benemérita do seu fundador (*O Jornal de Braga*, 29.01.1905).

No dobrar do século, o Colégio de Regeneração é alvo de uma ampla reportagem na revista *Ilustração Portuguesa* (06.02.1905), uma edição semanal do jornal *O Século*. O texto ocupa duas páginas completas e é ilustrado com fotografias do Colégio e das recolhidas, em contexto de trabalho nas diversas oficinas. O autor estabelece uma comparação com o hospício de Santa Maria de Cortona onde, no tempo de D. Maria I, o intendente de polícia mandou recolher as mulheres prostituídas, no edifício da Cordoaria, na Junqueira, em Lisboa. Dedicavam-se as mulheres a vários trabalhos e dali saíam muitas vezes regeneradas. Era uma prisão onde se guardava a sete chaves o vício da rua, enquanto a maioria se estadeava nos portais dos conventos e das casas fidalgas. Dessa miséria de então, como das grandes crises morais e materiais de agora, diz o cronista, nascem os estádios do vício que o Colégio de Regeneração de Braga é o único instituto de caridade a recolher. O texto que a seguir se transcreve (uma parte significativa da crónica) é uma boa síntese do funcionamento global do Colégio e mostra ser a instituição que melhor resposta dá ao problema da prostituição.<sup>19</sup>

Ali, sem os rigores de uma prisão, sem o aspecto aterrador das grades que influem dolorosamente nas almas e sem aquela monótona quietação conventual que lança por

---

<sup>19</sup> V. AP. DOC. Fig. 35 e Doc. 183.

vezes as mulheres na loucura mística, com arroubos e devaneios, as pobres perdidas podem encontrar sossego, descanso, num leito, e um pedaço de pão, uma camisa e uma tarefa que é com que pagam o recolhimento. A penitência não existe; só o trabalho honrado as regenera.

E para ali vão as mulheres do campo, arrancadas por vezes às famílias nos braços de um amante que as abandona, as filhas famílias que cedem ao romantismo de um enamorado que lhes foge, as desditosas mulheres que têm fome e andam aos encontrões da turba e as crianças que caem por ignorância no lodaçal. O colégio é um porto de abrigo onde vão recolher-se e esquecer, onde vão repousar como gaivotas acossadas pelo temporal a procurarem na praia o lugar de asilo.

Algumas recordam os seus tempos de criança as primeiras tarefas que fizeram, esquecem o que passaram no mundo, as noites de tormento ou de prazer, e agarrando a enxada vão cultivar o hortejo, ou tomando as cargas de roupa entram no lavadouro e as canções ressoam sob o telheiro, numa sã alegria: outras, mais delicadas, dedicam-se à costura, tratam dos engomados, praticam nas sapatarias e sob a vigilância de algumas irmãs de caridade trabalham e são úteis à comunidade.

(...) É ver agora essas mulheres, aquelas que chafurdaram nos baixios das ruas e as que tiveram a admiração de uma cidade pela sua beleza, que se estadearam em carruagem, flores do asfalto e flores de *boudoir*, ligadas e unidas, tendo saído da mesma desonra, para o mesmo trabalho honesto, além neste asilo onde se dedicam à tarefa.

Ninguém pode calcular, senão diante das confissões dessas mulheres escoraçadas pelo mundo, o que é o seu sofrimento e que porção de bálsamo o carinho lhes lança nas chagas abertas nos seus corações, que, sendo feminis, são cheios de pequenos nada, de susceptibilidades miúdas, apesar dos escárnios a que se expuseram.

É por isso que após alguns anos dessas misérias que os vestidos garridos encobrem, elas ao encasularem-se do simples hábito da Colégiada, nessa túnica de romeira, e ao calçarem os sapatos grossos do seu fabrico, ao meterem as tranças formosas nas coifas quase monásticas que usam, sentem um bem-estar e uma ânsia de pagar com o seu trabalho os velhos pecados e o repouso que se olhes oferece. Dos lábios das mulheres que também têm sofrido, em que só uma grande vocação leva para as congregações – as irmãs da caridade – saem os conselhos bondosos que elas escutam, as palavras de resignação que lhes enxugam as lágrimas.

Quando se entra numa dessas oficinas bem arrumadas, postas em ordem e onde as mulheres se curvam no trabalho, tecendo ou costurando, engomando ou bordando, tem-se a visão de uma sociedade a ressurgir e a impor-se pelo esforço, a trabalhar para se reabilitar, desses corações que a outros corações se abrem seguindo um grande exemplo de bondade.

É como um grande colmeia onde cada um concorre na medida das suas forças e das suas aptidões para o bem comum, onde as mulheres se ligam por amizades sinceras e reaprendem o bem que tinham esquecido na hora em que a desgraça lhes tocara com o seu dedo fatídico.

Depois, o colégio está bem situado, as oficinas são alegres e vastas, as cozinhas e os refeitórios magníficos. (...)

Aquelas portas abrem-se e deixam passar de novo para o mundo, para as tentações, para a liberdade. Não são como as da velha fortaleza da Junqueira onde estava instalado o hospício de Santa Maria de Cortona, nem como as de Saint-Lazare, onde França recolhe as mulheres perdidas, e no entanto, nenhuma dessas criaturas quer sair dali, como se ao cabo de uma tormenta horrorosa tivessem encontrado a paz mais almejada quanto maiores são os sofrimentos por que se passa neste mundo. E sofrimentos como os dessas mulheres são raros, porque com a miséria própria, com as dores da sua alma encontram apenas o desprezo do mundo.

É o Colegio de Regeneração o único estabelecimento de caridade onde as portas se abrem para receber essas escuras da sociedade e na sua organização modelar, nos seus intuitos, no seu sistema de bondoso acolhimento, há muito a aprender para ser aplicado a outros asilos semelhantes que seriam decerto a causa de muitos arrependimentos, que salvariam do vício aqueles que nele são obrigadas a continuar, que nele se afoguem por falta de amparo, como forçados presos a ignominiosa calceta que os fere, os emporcalha e os subjuga.

Com o novo regime político, muitas instituições de cariz religioso viram as suas portas cerradas ou a sua acção coarctada. Ao Colégio de Regeneração, como se disse no 2.º capítulo, foi reconhecido o seu trabalho social e continuou na sua linha de rumo, já que a ideia da reabilitação da prostituída fazia parte do programa de algumas forças políticas da I República. É nesse sentido que se enquadra a crónica do Dr. Alberto Pinheiro Torres que, no jornal que dirige, fala de uma “campanha justa e louvável que agora está a ser levantada nos arraiais socialistas contra a prostituição e à qual o jornal se associa”. Diz que o jornal *O Socialista*, entre outros, lembra a fundação de casas de regeneração para essas infelizes, verdadeiras escravas de instintos brutais. O cronista informa, então, que “em Braga funciona já há anos uma dessas casas, um modelo onde pela moral cristã e pelo trabalho se tem regenerado centenas dessas desgraçadas donde tem saído boas serviçais, boas donas de casa, mulheres prestantes à sociedade, e que ainda ontem estavam gangrenadas pelo vício, que mais degrada e bestializa uma criatura racional”. O articulista diz que, sem a prática da moral cristã, é

absolutamente impossível a regeneração da mulher. Informa que ali vão muitas personalidades, do país e do estrangeiro, ver o seu funcionamento, a perfeição dos trabalhos. Se, acrescenta, o Colégio de Regeneração traduz o que mais e melhor se pode exigir, se ele é um modelo para aqueles que são livres de preconceitos, deixem-se de outras experiências, adoptem-no como modelo, sigam-lhe as pisadas, e terão realizado o grande ideal da regeneração, levantamento e dignificação da mulher, que de tudo é merecedora (*O Grito do Povo*, 09.11.1912). Um outro periódico da mesma cidade, num tom mais apologético, depois de apreciar o relatório do Colégio de Regeneração de 1913, “recomenda a sua leitura aos socialistas e anarquistas empenhados como estão na gloriosa campanha contra a prostituição” aconselhando a deixar de lado os preconceitos e que a moral cristã é essencial na regeneração (*A Ordem*, 07.03.1914).

Mas é a imprensa da capital que, uma vez mais, retoma esta temática da prostituição para apontar a instituição de Braga como a resposta adequada à solução do problema porque não é com cadeias e com repressões que ele se resolve. O articulista de *O Diário*, numa referência à temática da imoralidade que no meio de Lisboa leva até à ignomínia da prostituição de muitas mulheres, diz que a sua salvação poderia estar em alguma bondade apenas. “O assunto, diz, é escabroso e requiere uma extrema delicadeza no seu tratamento. E o ataque ao problema pode levar a situações embaraçosas, como aquela que aconteceu em Lisboa, quando a polícia levou à prisão tratando com brutalidade uma jovem como meretriz quando, afinal, se chegou à conclusão que se tratava de um erro”. E lança esta pergunta: “Serão as campanhas jornalísticas o melhor meio de atenuar esta corrente de desgraça que as mesmas autoridades fazem crescer? Não, não são. O mal só se atenua com a obra cuidada e constante da regeneração”. E aponta a solução para debelar “o mal tremendo da prostituição” já que a sua erradicação seria uma quimera: “Portugal tem poucos estabelecimentos desse género, mas dentre os poucos que possui avulta pela sua perfeita organização o Colégio de Regeneração, em Braga”. E para reforçar o seu argumento invoca Bernardino Machado: “E essa obra dum padre português e dum jesuíta defendeu-a calorosamente, no congresso pedagógico de Madrid, em 1892, o sr. Bernardino Machado” (*O Diário*, 30.11.1912).

Em 1923, o jornalista de *A Época* conta o caso de uma rapariga, de 33 anos, que desejava sair da vida do vício e que lhe havia sido encaminhada, depois de ter sido atendida no hospital por um pároco de Lisboa. Solicitou, então, a Mons. Airosa – que conhecia de uma visita que havia feito ao Colégio de Regeneração, em 1897 – a admissão dessa jovem mulher que acabou por ser admitida. E, a propósito deste caso, refere, então, a existência de duas

casas do Bom Pastor, em Lisboa e Porto, “para abrigar as mulheres que desejavam sair da prostituição e que foram encerradas por incompatíveis com a república. Dessa derrocada escapou a Casa de Regeneração de Braga, fundada e amparada pelo esforço sobre-humano de um virtuoso e benemérito sacerdote. Obra de epopeia de caridade inteligente e perseverante” (*A Época*, 14.04.1923). Uns dias depois, o mesmo jornal, num curto texto titulado “Em auxílio d’uma grande obra”, volta a sensibilizar os leitores para o problema da prostituição implorando a ajuda para a benemérita instituição de Braga (*A Época*, 18.04.1923).

A prostituição de menores foi um dos problemas já debatido no *Diário do Minho*, em 1924. É um longo artigo onde se aborda a problemática da prostituição, em Braga, e de um estudo que o autor terá feito e que enviou a instâncias superiores, mas de que nada resultou. Descreve um encontro com o P.<sup>e</sup> Airosa e releva a regeneração pelo trabalho e pela palavra persuasiva do P.<sup>e</sup> Airosa (*Diário do Minho*, 30.11.1924).

#### **CONGRESSO PEDAGÓGICO DE MADRID**

Nos congressos são apresentadas boas práticas, modelos exemplares, novas iniciativas e ideias inovadoras para conhecimento e divulgação junto dos congressistas, a fim de provocar reflexão e debate entre os mais reputados especialistas. Ora, a obra do Colégio de Regeneração, como já referi, foi defendida calorosamente, no congresso pedagógico de Madrid, em 1892, por Bernardino Machado (*O Diário*, 30.11.1912).

Os jornais da época estiveram atentos ao acontecimento, dando-lhe o merecido destaque (*O Primeiro de Janeiro*, 31.12.1892), acentuando a matriz da instrução e do trabalho que reabilita e engrandece (*O Amigo da Religião*, 13.01.1893). A “Memória do Collegio de Regeneração apresentada no Congresso pedagógico de Madrid, em Outubro de 1892”, é o título genérico de uma série de sete artigos que um jornal lhe dedica (*A Correspondência do Norte*, 28.12.1892 e seguintes).

#### **VISITAS REAIS E DE POLÍTICOS**

As visitas das rainhas D. Maria Pia e D. Amélia demonstram o apreço pela instituição e a credibilidade de que ela goza na opinião pública. Os testemunhos que exaram no Livros de Visita são a prova daquilo que observaram e dos juízos de valor que formularam. São inúmeros os periódicos que se fazem eco dessas visitas reais de 1887 e de 1891, deixando aqui apenas algumas referências (*A Correspondência do Norte*, 12.10.1887; *Aurora do*



*Minho*, 09.10.1891; *O Primeiro de Janeiro*, 29.11.1891; *A Correspondência do Norte*, 02.12.1891).

Os políticos locais e nacionais passam por esta Casa, com certa regularidade, e também eles lavram o seu parecer e fazem declarações à imprensa, aprovando o que aí se faz em benefício das recolhidas que sempre reverte em prol da sociedade, com palavras como estas: “redime-as o amor ao trabalho, apenas bafejado pelo conselho e exemplo das virtuosas directoras” (*O Regenerador*, 16.10.1887).

Por ocasião da visita real a Braga, em 1891, o Ministro das Obras Públicas manda chamar ao Paço o P.<sup>e</sup> Airosa “felicitando-o pela excelente casa que dirige e pediu-lhe para que solicitasse d’elle tudo quanto fosse preciso para aquelle útil estabelecimento, por quanto tinha por elle a maxima sympathia e o seu mais ardente desejo era ser prestável áquella casa, tão digna de protecção dos poderes públicos” (*A Correspondência do Norte*, 05.12.1891).

Ainda nesse ano de 1891, o Conselheiro Madeira Pinto desloca-se ao Colégio de Regeneração para fazer o relatório das indústrias de Braga, de que fora encarregado. O jornalista que dá a notícia diz que todos os elogios à instituição são poucos atendendo aos incalculáveis benefícios que aquele brilhante instituto tem prestado quotidianamente à sociedade, onde o trabalho nobilita (*O Primeiro de Janeiro*, 19.12.1891).

O Ministro do Reino, em 1896, por intermédio do Governador Civil do distrito, atribui um subsídio “para as obras com destino a ser fundado, anexa áquelle bello instituto pio, uma eschola pratica para creadas de servir, ou uma creche para creanças abandonadas” (*Voz da Verdade*, 03.12.1896).

A propósito da oferta mensal do presidente do conselho de ministros, diz-se que o Colégio de Regeneração é uma das mais simpáticas instituições, uma das casas que mais benefícios espalha, que maior caridade exerce, mas é também um dos estabelecimentos que luta com um grande número de dificuldades (*O Primeiro de Janeiro*, 11.10.1888).

José Luciano de Castro passou várias vezes pelo Colégio. Em 1915, na qualidade de presidente do ministério, fazendo-se acompanhar do Governador Civil substituto, visita, inesperadamente, esta Casa, tendo sido recebido pelo director e pela regente. Passou pelas variadas oficinas e examinou os trabalhos, admirando as aptidões das obreiras. Diz que o visitou há 15 anos e que agora o encontrou muito mais desenvolvido nos progressos da indústria. Deixou um donativo (*Ecos do Minho*, 21.09.1915).

Em 1928, o Colégio é visitado pelo Presidente da República, general Óscar Carmona, sendo acompanhado por Vicente de Freitas (presidente do ministério) e pelo general Craveiro Lopes. O seu testemunho registado no Livro de Visitas revela o grande apreço que tinha por Monsenhor Airoza e foi amplamente divulgado pela imprensa (*Diário de Notícias*, 25.06.1928; *O Comércio do Porto*, 26.02.1928; *O Primeiro de Janeiro*, 26.06.1928; *Jornal de Notícias*, 26.06.1928; *Correio do Minho*, 26.06.1928).

Numa pequena reportagem sobre a visita do Governador Civil de Braga, em 1881, o jornalista ficou tão entusiasmado com o que viu que escreve: “Era admirável a boa ordem e aceio que apresentava aquella casa – refugio de muitas infelizes que alli encontram amparo e protecção” (*O Amigo do Povo*, 16.07.1881). E conclui:

Graças ao profundo zelo e dedicação d’um sacerdote distincto pelas suas altas virtudes – o Sr. P.<sup>o</sup> Airoza, a Regeneração não é um convento onde as recolhidas consomem horas e dias n’uma ociosidade repelente: é uma oficina onde, a par de uma excelente educação religiosa, se administra áquellas infelizes uma solida educação industrial. Oxalá houvesse entre nós muitas instituições tão uteis e profícuas como o Collegio de Regeneração!

#### PERSONALIDADES ILUSTRES

Para além das personalidades já referidas, pertencentes à nobreza e da área da política, há um número incontável de muitas outras dos mais vários estratos sociais que visitaram o Colégio e muitas foram notícia na imprensa. Refiro apenas três dessas figuras: Ramalho Ortigão, P.<sup>o</sup> António de Oliveira e Campos Monteiro.

A primeira visita de Ramalho Ortigão é notícia na imprensa pela visita que fez ao Colégio e à oficina-escola de tecelagem, declarando ele que dali levava uma magnífica impressão, prometendo interessar-se “por tão sympathico estabelecimento”<sup>20</sup> (*A Correspondência do Norte*, 26.08.1896).

A visita do P.<sup>o</sup> António de Oliveira, em 1902, já referenciada, foi também notícia da imprensa local, apresentando-o como subdirector da Casa de Correção de Lisboa, “que veio estudar neste estabelecimento o modelo para a instalação dessas casas”. A propósito do encontro desses dois pedagogos, o jornalista, a determinado passo da crónica, diz que “esta casa não é de correção propriamente dita, é de regeneração moral e física”. O P.<sup>o</sup> Airoza ter-

---

<sup>20</sup> No 2.º capítulo ficou transcrito o testemunho que exarou no L.º de Visitas da Instituição.

lhe-á dito que, agora, poderia ele informar o nobre ministro de tudo quanto viu, pondo-o a par do que é realmente o Colégio de Regeneração desta cidade (*O Jornal de Braga*, 18.01.1903).

A visita do Dr. Campos Monteiro – clínico no Porto, escritor e poeta – acompanhado de outras personalidades, foi notícia também na imprensa local (*Ecos do Minho*, 12.09.1914).

Também os profissionais da medicina são notícia pelas visitas de estudo que fazem ao Colégio, em 1893, como se lê num extenso texto de *A Correspondência do Norte* (03.06.1893). Desta feita são os quintanistas da Escola Médica do Porto, em visita demorada, tendo deixado registadas palavras de admiração pelo trabalho desenvolvido. Em finais dos anos vinte, é a vez do Conde de Mafra, Dr. Tomás de Melo Breyner, professor da Escola Médica e director dos serviços especiais no Hospital do Desterro, em Lisboa, deixando palavras de louvor no Livro de Visitantes (*Correio do Minho*, 13.09.1929).

### **O COLÉGIO NA IMPRENSA, NOS INÍCIOS DA REPÚBLICA**

A implantação do regime republicano não trouxe grandes alterações à organização da Casa. É certo que o número de visitantes baixou muito, durante alguns meses, teve de enfrentar problemas de ordem financeira porque com o encerramento de estabelecimentos religiosos não só perdeu clientes certos como também deixou de poder cobrar dívidas acumuladas. Mas o Colégio continuou o seu percurso, com alguma tranquilidade, debaixo do protectorado do Governador Civil de Braga, Dr. Manuel Monteiro, e a imprensa não lhe levantou problemas.

Apesar de tudo, atendendo ao ambiente conturbado que nesses tempos se viveu, não deixaram de correr alguns boatos que, embora não contivessem acusações à instituição, eram prejudiciais à estabilidade das recolhidas. Foi nesse sentido que, na sequência de uma carta de Monsenhor Airosa, um periódico portuense, em 1912, publica o “Desmentido da notícia de que o Colegio de Regeneração tinha sido encerrado por ordem do governo”. A prova, acrescenta, é que o governo central e o governo civil continuam a subsidiar a instituição. O jornal fala da sapiente direcção do virtuoso eclesiástico e da sua obra humanitária, civilizadora, caritativa e meritória, sendo por isso digno da protecção do público (*Jornal de Noticias*, 22.10.1912).

Semelhante desmentido é feito, dois dias depois, por um jornal de Braga, aludindo à notícia publicada por outro diário portuense, *O Comércio do Porto*, que noticiou a extinção do

Colégio mas que, em 16 de Outubro, através do texto “Rehabilitação pelo Trabalho” se apressou a desmentir (*Ecos do Minho*, 24.11.1912).

A propósito das dificuldades que esta instituição estava a atravessar, devido à situação económica do país que levou ao encerramento de fábricas, o jornalista apresenta o Colégio de Regeneração como “o mais belo e piedoso monumento do culto à mulher caída em desgraça”, dizendo que não é apenas um asilo, é uma casa de trabalho. E acrescenta: “Aceita esmolas mas não as mendiga. A melhor ajuda é comprar os seus produtos” (*O Dia*, 27.06.1914).

### **APOLOGIA DO COLÉGIO DE REGENERAÇÃO**

A imprensa, como repetidas vezes tenho afirmado, esteve atenta a esta instituição e, frequentemente, ela foi alvo de notícia, ora elogiando a sua acção, ora fazendo a sua apologia, distinguindo-a entre outros recolhimentos que prestavam serviços com alguma similitude, mas reconhecendo sempre a sua exemplaridade (*A Correspondência do Norte*, 05.01.1884; *Voz de Santo António*, Agosto de 1909), e referindo-se às dificuldades que o Colégio de Regeneração atravessava diz-se que nenhum dos estabelecimentos de Braga se evidencia mais que este. E, quanto à caridade, diz que “não basta dizer à mulher pecadora que não prossiga mais nesse caminho; alguma coisa é necessário fazer, é necessário abrir-lhe as portas” (*A Correspondência do Norte*, 23.09.1891).

Mas esse reconhecimento cedo lhe chega, através da constatação dos resultados obtidos (*Comércio do Minho*, 10.06.1876), ou da observação directa das actividades em curso (*A Correspondência do Norte*, 21.08.1880; *O Comércio do Porto*, 27.11.1880; *A Palavra*, 17.05.1882; *A Cruz e a Espada*, 17.03.1883; *A Correspondência do Norte*, 24.06.1891).

Há quem louve a dedicação das senhoras que estiveram ao lado do Fundador, numa luta contínua pela angariação de fundos para o sustento “daquela casa (...), festa de amor e caridade” (*O Amigo do Povo*, 27.06.1878), pois “ali tudo é proveitoso. Regenera-se a desgraçada e ensina-se o trabalho que nobilita e engrandece” (*O Amigo da Religião*, 11.01.1889), mas não se pode ter dele uma ideia exacta sem o visitar (*O Amigo da Religião*, 17.05.1889; *O Peregrino de Lourdes*, 12.09.1891).

Num extenso e bem estruturado texto, o Colégio de Regeneração é apresentado como a instituição mais simpática de Braga. Braga, diz o cronista, “honra-se daquele filho [P.<sup>o</sup> Airosa], o país se orgulha do seu nome, a Igreja o abençoa quando a sociedade em que vive o admira e louva. A admiração, o respeito, o aplauso público cercam o P.<sup>o</sup> Airosa e valem mais

que todas as distinções que o mundo oficial, por desgraça indiferente a benemerências desta ordem, podia conceder aos seus dilectos”. E acrescenta: “O Colégio de Regeneração é o livro eloquente de uma história simultaneamente medonha e formosa: é um grande poema cheio de sentimento e poesia, de caridade e amor; é a porta por onde se entra para o mundo da virtude, lavada a alma nas lágrimas das Madalenas, e erguida a Deus nas asas da crença e da esperança” (*Cruz e Espada*, 12.01.1884).

Sobre a notícia da entrada de duas raparigas, pode ler-se num jornal do Porto: “Se o não cair é belo, o levantar-se é heroico”. O cronista sente orgulho por ser Braga a dar exemplo com uma obra tão sublime de renascimento moral, exemplo que mais tarde encontrou imitadores em Lisboa e Porto. E essa glória cabe a um padre desses que são um anjo na terra, que ali gastou os seus haveres. Dá notícia da entrada de uma jovem de 20 anos, que se havia tornado o escândalo da sua aldeia, e de uma viúva de 19 que, ao sair do hospital, onde já tinha estado por mais vezes por razões de doenças venéreas, pediu ajuda ao comissário de polícia, prometendo emenda de vida (*O Primeiro de Janeiro*, 26.02.1891).

Diz-se que o Colégio da Regeneração, onde as recolhidas “vivem em comunidade, com vida essencialmente activa, sujeitas em tudo a um regulamento que as instrue, regenera e santifica”, depois da reconstrução de todo o edifício, poderá vir a ser “a primeira escola de serviços domésticos e industriaes, para arrependidas, na Península”. Acrescenta o cronista: “Vê-se bem que vivem felizes n’aquella casa que lhes deu pão e o respeito pela própria dignidade” (*A Palavra*, 15.12.1899). Algumas dessas histórias “tocantes e sublimes”, passam para as páginas dos jornais (*Diário do Minho*, 21.11.1926), com testemunhos como este: “Não tenho pena de morrer; tomara deixar este mundo, onde não encontrei senão quem me fizesse mal!... Valeu-me esta casa. Deus abençoe os que a protegem” (*A Época*, 26.11.1923).

### **CAMPANHAS A FAVOR DO COLÉGIO DE REGENERAÇÃO**

Ao longo do período em análise, o Colégio promoveu exposições e festas recreativas para angariação de meios para sustento da casa, como complemento das verbas recebidas pelos trabalhos comercializados. Para além destas, muitas outras iniciativas surgiram, a partir do exterior, na forma de subscrições públicas ou organização de festas.

Os jornais dão conta de duas subscrições efectuadas no Brasil. Em 1874, a Viscondessa da Torre providenciou para que José Francisco Arteiro, residente em Lisboa e que antes havia residido no Brasil, promovesse uma subscrição junto dos “bons portugueses”

a fim de alcançar fundos para comprar uma casa onde o Colégio de Regeneração de Braga pudesse ser instalado. Para além do texto, publica-se a listagem dos subscritores e o total da verba angariada – 200\$000 réis (*O Comércio do Minho*, 21.02.1874). Em 1876, o mesmo periódico publica a listagem dos donativos de uma outra subscrição aberta no Brasil por Caetano José da Silva e Sá, residente no Rio de Janeiro, que rendeu 549\$000 réis e cujo produto foi entregue ao Colégio por Félix Joaquim Carlos de Andrade, dos Arcos de Valdevez (*O Comércio do Minho*, 25.01.1876).

Mas a primeira grande campanha, a nível nacional, foi promovida pelo jornal da capital, *A Época*, em 1923, por acção espontânea do seu director, José Fernando de Sousa (Nemo), que lançou ao grande público este apelo: “Em auxilio d’uma grande obra”. O editorialista, no número de 12.04.1923, começa por transcrever uma carta que lhe foi endereçada por J. d’Azevedo, fazendo um pedido para socorrer o Colégio de Regeneração. E logo publica uma listagem de donativos que totalizam 3.960\$00 escudos. De seguida, divulga uma carta do pároco dos Anjos, Dr. Pereira dos Reis, que entregou “um chorudo donativo”. E, a terminar, faz um apelo àqueles que têm casas de exploração feminina, lembrando a parábola evangélica do servo infiel, o qual tratou de granjear amigos com as riquezas da iniquidade:

Riquezas da iniquidade que lhe devem escaldar as mãos e a consciência, explorando o vício sob várias formas e com a conivência da autoridade, a troco de donativos para beneficência. Deem uma esmola à Casa de Regeneração, que a ela tem particular direito, como reparação à sociedade pelo mal que lhe fazem os fautores do vício.

Renovando o apelo feito aos leitores, dois dias antes, o director recorda a existência de duas “Casas do Bom Pastor”, em Lisboa e no Porto, para abrigar as mulheres que desejavam sair da prostituição e que foram encerradas por incompatíveis com a república. Dessa derrocada, diz, “escapou a Casa de Regeneração de Braga, fundada e amparada pelo esforço sobre-humano de um virtuoso e benemérito sacerdote. Obra de epopeia de caridade inteligente e perseverante” (*A Época*, 14.04.1923). Em meados desse mês de Abril de 1923, o jornal entregou 5.231\$00 escudos dos donativos recolhidos e aproveita para transcrever a carta de uma mãe de Lisboa, que envia um donativo, pedindo que rezem para que a filha que tem perseverar no bem (*A Época*, 16.04.1923).



Figura 17 - 1.<sup>a</sup> página do jornal *A ÉPOCA* (15.10.1923)

Seis meses depois, ao entregar o produto dos donativos recebidos, num total de 20.000\$00, o jornal dedica-lhe uma ampla reportagem, com fotografias do P.<sup>o</sup> Airosa e das colegiais em contexto de trabalho, com maior realce para a primeira página onde o texto ocupa 5 colunas, com vários subtítulos (*A Época*, 15.10.1923).

Em 1927, surge uma nova iniciativa para angariação de fundos, agora promovida pelo jornal *A Voz*, que mobilizou a sociedade bracarense para uma festa recreativa, realizada no Teatro Circo de Braga, que ficou totalmente lotado, constando de música ao piano, violino, canto, um quadro animado, uma comédia de Júlio Dantas e um Auto de Correia de Oliveira. No átrio do teatro tocou a Banda do Regimento. O periódico dá notícia detalhada do acontecimento, num texto com vários subtítulos e fotografias de Monsenhor Airosa e da oficina de engomadoria. Transcreve o discurso integral do Dr. Alberto Pinheiro Torres, onde

faz a exaltação da figura da mulher na história de Portugal e chama ao acto dessa noite um cântico de amor. O Colégio de Regeneração, diz, é o Evangelho em acção e comparando figuras como Francisco de Assis à do P.<sup>e</sup> Airosa – “em cujo culto se reúnem quantos, seja qual for o seu credo político ou religioso” porque “só perduram as obras de bondade” – esta obra resume-se na trilogia: amor, perdão e bondade (*A Voz*, 22.06.1927).<sup>21</sup>



Figura 18 – 1.<sup>a</sup> página dos jornais *A Voz* (22.06.1927)  
e *Correio do Minho* (09.07.1927)

A imprensa local deu ao acontecimento o justo relevo, com um extenso texto e duas fotografias das oficinas do Colégio de Regeneração, quando as comissões do “Sarau de Caridade” entregaram à Direcção do Colégio “o produto da sua brilhantíssima festa”, que totalizou 30.000\$00. Da comissão organizadora fizeram parte as seguintes personalidades: Dr. João Amorim, Dr. Alberto Cruz, Comendador Alberto Moreira de Matos, Francisco da Costa Soares, Dr. Arnaldo Machado, Adolfo de Azevedo, Major Alexandre de Paiva Faria Leite

<sup>21</sup> V. AP. DOC. Doc. 190 e 191.



Brandão, Augusto Cruz, Abílio Lopes e José Peixoto de Almeida (*Correio do Minho*, 09.07.1927).<sup>22</sup>

O jornal promotor, a propósito da entrega dos donativos arrecadados na festa por si promovida, publica, em grandes parangonas, uma crónica subordinada ao título geral: “Honra à cidade de Braga. Rendeu trinta contos a festa promovida pela VOZ em benefício do Colegio da Regeneração”. É uma crónica com vários subtítulos e 4 fotografias de personagens que entraram nas representações, ocupando a quase totalidade da primeira página. Diz-se, em síntese, que “uma obra destas não esquece nem pode morrer” (*A Voz*, 10.07.1927). Ainda no rescaldo deste acontecimento, volta o jornal ao assunto com um texto ilustrado com uma fotografia de Mons. Airosa, com a comissão organizadora da festa e com as pessoas que tomaram parte no espectáculo<sup>23</sup> (*A Voz*, 13.07.1927).

#### **NA COMEMORAÇÃO DOS 60 ANOS DO COLÉGIO DE REGENERAÇÃO**

Curiosamente, é, mais uma vez, um jornal da capital – *A Voz* – que maior realce dá à comemoração da passagem dos 60 anos de existência desta instituição, em duas grandes reportagens, centrando-se mais na figura do seu Fundador do que na obra. Mas falar de Mons. Airosa é falar do Colégio de Regeneração, para quem ele viveu a maior parte da sua vida, numa completa doação. “Completam-se hoje 60 anos de existência do Colegio de Regeneração...” – é este o título genérico da grande e multifacetada reportagem, no 60.º aniversário do Colégio de Regeneração, com várias fotografias, ocupando toda a primeira página e uma parte da oitava. Aí se reproduzem, da autoria de vários convidados, alguns testemunhos significativos do Livro de Visitantes e textos dedicados a Mons. Airosa, à sua obra e colaboradores, bem como um pequeno historial da instituição (*A Voz*, 18.08.1929).<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> V. AP. DOC. Fig. 31.

<sup>23</sup> Esta fotografia encontra-se em bom estado de conservação no actual ABIMA.

<sup>24</sup> V. AP. DOC. Doc. 192.



Figura 19 – 1.<sup>a</sup> página do jornal *A Voz* (18.08.1929)

Alguns dos textos, solicitados para essa grande reportagem da comemoração dos 60 anos do Colégio de Regeneração, chegaram atrasados à redacção do jornal, facto que motivou uma outra reportagem, com fotografias, onde se incluem os testemunhos do director do Correio do Minho, Álvaro Pipa, e do Presidente da Câmara de Braga, Albino José Rodrigues, para além do elogio de Mons. Airoso traçado por NEMO (Fernando de Sousa) (*A Voz*, 19.08.1929).

Mas a imprensa local também não deixou de assinalar o acontecimento que é referenciado como “um aniversário da maior simpatia” onde, num longo texto, se fala da transfiguração operada nas recolhidas, das viagens do P.<sup>e</sup> Airoso e da aprendizagem da tecelagem cujo ensino era desconhecido, por aquele tempo, em Braga. Transcreve os testemunhos de Ramalho Ortigão, do Arcebispo D. Manuel Baptista da Cunha e do Dr.

Campos Monteiro (*Diário do Minho*, 18.08.1929). Ao dar notícia da publicação do opúsculo publicado, para assinalar a efeméride, este mesmo diário afirma que “a conservação do Colégio de Regeneração é um milagre vivo, sensível, incontestável. Milagre na sua duração ao atravessar, sem declínio, assustadoras crises económicas e perturbadoras revoluções políticas. Milagre nos seus efeitos espantosos (mulheres que se regeneram...). Milagre na longa vida do seu fundador, apesar dos trabalhos e canseiras” (*Diário do Minho*, 14.09.1929).

O outro diário bracarense publica, também, uma crónica que ilustra com fotografias de Mons. Airosa e da oficina de sapataria, exaltando a “obra que é um monumento à dignificação da mulher”. E acrescenta: “das 1.250 mulheres acolhidas só 84 não aproveitaram do seu amor mas devolveu à sociedade 1.166 mulheres que têm sido boas mães, esposas dedicadas, filhas respeitosas, irmãs queridas, mulheres dignas. Actualmente sustenta 137” (*Correio do Minho*, 18.08.1929).

Este acontecimento, divulgado em todo o país, mereceu também a atenção de outros periódicos que traçam grandes elogios a Mons. Airosa e à obra por ele fundada (*A Defesa*, 31.08.1929; *A Ordem*, 05.01.1929).

O vasto conjunto documental deste último capítulo, constituído pelo *corpus* de imprensa, reiterando e recuperando o sentido regenerador desta instituição, através do trabalho, é, pois, o olhar externo, múltiplo e plurifacetado, portador de uma visão objectiva centrada na observação directa e nos resultados conhecidos ou dados a conhecer.

Desta forma, esta tese fecha, assim, com os testemunhos da imprensa que constituem matéria de prova e de contraprova da validade de um projecto educacional e de um método pedagógico de uma instituição por onde passaram mais de mil colegiais, neste período em análise.

# **HISTÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA E CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Esta tese integra-se na História das Instituições Educativas e tem como objeto “Monsenhor Airosa – Pedagogo-empresário. História do Colégio de Regeneração de Braga – 1869-1931”, seu historial, seu ideário e seu processo de (re)generação: trabalho, educação, instrução – pilares desenvolvidos em capítulos específicos. Foi organizado o arquivo da instituição e ficou demonstrado tratar-se de uma instituição única, no género, em Portugal. Há na tese uma progressão de pensamento, da materialidade para a representação e para a apropriação, nos primeiros quatro capítulos, culminando no ideário (re)generare e na pedagogia: modelo (auto-trabalho produtivo e instrução); local educativo (internato escola-empresa); público-destinatário; patronos e agentes; complexo orgânico e funcional; evolução curricular; práticas e autogoverno; processo de (trans)figuração-conversão, reconfiguração, autonomização.

Os dois últimos capítulos são o avanço do que possam ser uma apropriação e a acomodação socioeducativa. Dão notícia, testemunham e comprovam, através dos passos dados pelas (re)educandas, desde a chegada à instituição até à reintegração familiar e social. Tenta-se captar, interpretar e encontrar o sentido histórico-pedagógico desta instituição, reconstituindo o que há de mais interno, que são as histórias e os destinos de vida, ditos e alinhados pelas (re)educandas, e dá-se voz e vez ao depoimento, ao olhar do outro. As pequenas narrativas produzidas são sopesadas em face dos registos biográficos, que a instituição oficiosamente preservava, também em face dos depoimentos de visitantes, patronos, publicistas, pedagogistas e jornalistas. Todos estes dados são devidamente alinhados na busca de traços comuns e na reconstituição do controverso, mas também como contraponto à produção da auto-imagem, por parte da própria instituição. Pela sequência de vidas e pela projeção dos testemunhos coligidos na imprensa, desvela-se uma das características fundamentais desta instituição (o projetar-se e o reconfigurar-se para além do seu próprio tempo), simbolizada nas identidades e percursos de vida das egressas e reificada no quadro sociocultural externo. No meio de todo este complexo, procura-se alinhar a biografia e a obra do fundador e principal agente, mas também mostrar como a instituição ganhou e teve vida própria.

Verifica-se uma conexão entre a componente instrutiva e espiritual, confiada às Dominicanas (modelo pedagógico), e a componente (re)generativa e “transfigurativa”, obtida através do trabalho produtivo configurado no modelo educativo. Esta articulação está também presente na noção de colégio-empresa e é muito acentuada pela imprensa periódica.

No meu trabalho de pesquisa e de curiosidade intelectual pela vida e obra do Homem, que ainda hoje é o centro de uma instituição que continua ao serviço das pessoas mais desfavorecidas e desprotegidas da sociedade, deparei com uma figura de elevada estatura humana. Ele desenvolveu uma atividade de intervenção social no seu tempo, em Portugal, pois que transcendeu os limites da cidade de Braga. Foi uma obra que, pelo carácter inovador e pelas repercussões, bem pode ser considerada como um marco na História da Educação em Portugal.

O Padre João Ferreira Airosa foi um Homem de grande sabedoria que se revelou na solidariedade, na bondade, na compreensão, na responsabilidade. A linguagem própria da sabedoria não se define nem se demonstra, apresenta-se e mais ainda representa-se, como procurei demonstrar com a história da instituição que ele fundou e de que foi principal mentor. A racionalidade esgota-se; mas a sabedoria não conhece limites. Homem de pensamento aberto e indiferente às críticas, criativo, generoso e sempre à procura sem nunca desfalecer, em Monsenhor Airosa a sabedoria era fonte de discernimento e transcendência. Estas atitudes requerem humildade, sacrifício, coragem e desprendimento total de si próprio. Mas “quem não arrisca não se supera nunca, fica o mesmo e fica quieto”.<sup>1</sup>

A Instituição, criada do nada e sem nada possuir para fazer face aos encargos financeiros necessários para o seu normal funcionamento, teve, desde o início, uma forte relação com a comunidade local, através de um conjunto de senhoras da elite bracarense que arrastaram para a sua causa os políticos mais influentes do meio. Depressa a imprensa local, regional e nacional foi cativada e se tornou numa força aliada para a divulgação da obra. A instituição foi-se afirmando pelo cariz educacional e método pedagógico, e, sobretudo, pelos resultados alcançados, a curto e médio prazo, e amplamente divulgados através dos trabalhos nela produzidos. De facto, a instituição, fundada por um padre e inspirada nos princípios do cristianismo, não se ficou pela oração e pela contemplação. Bem pelo contrário. Terão sido esses princípios que inspiraram o modelo educativo que presidiu à recuperação e à regeneração das jovens e mulheres maltratadas pela sociedade, que ali quiseram ressurgir para uma nova vida. O afastamento temporário do meio onde a dignidade de vida lhes havia sido retirada foi uma das estratégias, pois que, uma vez internadas, os seus passados não contavam; o presente era um ponto de partida. Mas tornava-se necessário preparar essas mulheres, fragilizadas pela falta de instrução, para uma vida autónoma e sem necessidade de se

---

<sup>1</sup> Valter Hugo Mãe. In Castello, José; Caetano, Selma. *O Livro das Palavras*, p. 27. São Paulo: Leya, 2013.

subjugarem a quem quer que fosse para ganharem honestamente o seu sustento. Para isso era necessária a instrução e a preparação profissional num ramo de atividade que fosse rentável. Daí a aposta numa diversidade de formações, com predomínio na tecelagem. Para a coordenação de todas as atividades foram convidadas as Irmãs Terceiras Dominicanas de Teresa de Saldanha.

Daqui surgiu uma instituição educativa com características empresariais, na linha da doutrina social da Igreja, onde os valores da dignidade, da justiça, da caridade, da fraternidade, do respeito, do acolhimento, da solidariedade, do trabalho, da educação, da gratidão, da autonomização e da cidadania sempre estiveram presentes nos seus estatutos e nas práticas pedagógicas.

Se fizemos aqui uso da equação formulada por David Justino sobre como “encontrar o equilíbrio adequado entre *mais educação, melhor educação e maior equidade social*” (Justino, 2010: 21-22), permito-me concluir que esta pode ser uma chave para descrever, interpretar e historiar esta Instituição. Afinal, o Colégio de Regeneração encontrou resposta para resolver este tríplice desafio.

Esta investigação tornou possível a recolha de informação desconhecida, como aquela que foi colhida na imprensa local, regional e nacional, cujos dados revelam a elevada estima, a nível nacional, pelo P.<sup>e</sup> Airosa e o reconhecimento do país pela obra erigida em Braga. Esse reconhecimento é reafirmado pelos mais de oito milhares de testemunhos inscritos nos Livros de Benfeitores e Visitantes, onde governantes e políticos, escritores e médicos, nobres e plebeus, monárquicos e republicanos deixaram palavras de incentivo e de agradecimento pela obra fundada. A multiplicidade desses dados revela também a extensão da obra, cuja acção se estendia a um espaço geográfico muito amplo, embora em níveis diferentes, abrangendo todo o território nacional e ainda alguns países da Europa e do Brasil.

Desta tese fica, ainda, um estudo sobre histórias de vida de umas dezenas de recolhidas que, pela sua “mudança de vida” e testemunho, foram tidas como exemplares, tendo merecido ficar inscritas num reservado “livro de oiro”, agora trazidas à luz do dia. O desvendar de uma dessas histórias, com repercussão no presente histórico, permitiu transmitir paz de espírito a um homem, nos últimos dias da sua vida, que viveu toda a sua existência atormentado por dúvidas e deturpada informação.

Para o conhecimento da personalidade e do lado mais íntimo do Fundador encontrei, na Torre do Tombo, um conjunto significativo de cartas inéditas do P.<sup>e</sup> Airosa dirigidas a



Madre Teresa de Saldanha, assim como outras das Irmãs do Colégio de Regeneração para a sua Madre Geral. Estas missivas dão a conhecer e ajudam a compreender a complexidade da teia relacional entre os diversos actores do microcosmos dessa comunidade educativa. Essa correspondência faz parte do Arquivo das Congregações que, pelo facto de ainda não estar devidamente tratada, causa grandes dores de cabeça aos investigadores.

Os resultados alcançados nesta tese não podem ser avaliados apenas em termos quantitativos. Há pequenos achados que são relevantes, mercê de determinadas circunstâncias. Refiro-me, concretamente, a um texto que Antero de Figueiredo escreveu sobre Monsenhor Airosa, onde afirma que este tinha uma universidade no coração. Essa frase tem sido frequentemente citada e atribuída àquele escritor mas ninguém indica a referência exata. Há referências vagas da publicação na edição da noite do *Diário de Notícias*, sem indicação do dia, mês ou ano. A importância do conteúdo do texto, um dos mais belos textos que já li sobre Monsenhor Airosa, justificou o trabalho e canseira para conseguir o objetivo, tendo eu para o efeito recorrido ao Director da Biblioteca Municipal do Porto.

Um dos aspectos mais destacados nesta investigação é o modelo educativo/pedagógico adoptado no Colégio de Regeneração que Bernardino Machado apresentou no fórum internacional dedicado à educação, o Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano de Madrid, em 1892. Nesse Congresso participaram 16 países e houve lugar para um amplo debate sobre a educação, tendo como centro o papel social, político e económico da Mulher e da sua emancipação económica e jurídica.

Desta tese resulta, por fim, a criação do Arquivo Histórico da Instituição que ficará como uma das estruturas mais importantes da sua memória institucional. Na total impossibilidade de proceder sozinho à sua organização, elaborei um projeto para o qual convidei vários colaboradores, em regime de voluntariado, que, sob a minha orientação, desenvolveram e continuam a desenvolver, num processo dinâmico e interativo, um trabalho eficaz e meritório para a história desta instituição, para a história de Braga, para a História das Instituições Educativas e para a História da Educação em Portugal.

Finalmente, resta-me dizer que tentei apresentar a história de uma instituição fundada por um Homem singular que, apesar das suas vicissitudes, se revelou útil, necessária, válida e credível. *Útil* porque o processo de regeneração deu sentido a muitas vidas destroçadas e possibilitou a reestruturação de muitas famílias. *Necessária* porque a sociedade assim o entendia, foi a única no seu género. *Válida* porque permitiu uma formação integral e a

autonomização de muitas daquelas jovens-mulheres que aí se acolheram, como o testemunham a imprensa e as múltiplas personalidades dos mais variados quadrantes. *Credível* porque o seu modelo assentava em princípios racionais e foi apresentado em fórum internacional como paradigma.

Estamos perante a representação de uma instituição, na tentativa de aproximar as pessoas da complexa realidade aí vivida, mediante a problematização de múltiplos factores e a aplicação de uma hermenêutica cruzada entre memórias, arquivos e museus, através da abordagem que convoca os planos macro, meso e micro. Enfim, procurei pensar uma investigação representativa e pensar um discurso crítico sobre a Instituição e o seu Fundador.



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**



# **1. FONTES**

## **1.1. Fontes manuscritas**

### **ARQUIVO/BIBLIOTECA DO INSTITUTO MONSENHOR AIROSA (ABIMA)<sup>1</sup>**

#### **Colégio de Regeneração**

Auto de Posse do edifício do Convento da Conceição, 1883 (Doc. 0005)

Inventário geral dos bens do Colégio de Regeneração, 1884 (Doc. 0007)

Origem da fundação do Collegio de Regeneração, n.º 17 (1-3)

Estatutos do Colégio de Regeneração, 1874 – n.º 42 (1-3)

Lista de aniversários das falecidas do Colégio de Regeneração de Braga – n.º 22 (1-3)

Versos que se cantam no Colégio de Regeneração de Braga, 1904-1925 – n.º 34 (1-3)

Livro dos Legados posteriores à comutação efetuada em 9 de junho de 1903 e legados com obrigação de missas por uma só vez no fim – n.º 145 (1-4)

Descrição dos Legados, 1875-1967 – n.º 144 (1-4)

Livro dos Legados de missas, 1904-1943 – n.º 143 (1-4)

Instrução sobre o Dia de Retiro – n.º 4 (1-3)

Instrução sobre o Dia de Retiro – n.º 14 (1-3)

Cerimonial para a recepção da convertida – n.º 5 (1-3)

Colegio de Regeneração. Jardim do Céu – n.º 10 (1-3)

Nota solta sobre o subsídio atribuído pelo Governo ao Colégio de Regeneração, 1888

Cópia de um ofício ao Presidente da Câmara de Braga, 1926

---

<sup>1</sup> As fontes existentes no ABIMA vão referenciadas com dois tipos de cota. Uma corresponde à primeira arrumação dos impressos/ manuscritos, com o respetivo n.º de ordem e a sua localização na estante e prateleira. O outro tipo de cota (Doc. ...) corresponde aos documentos, entretanto inventariados, com ficha descritiva e os dados lançados na base de dados. Os documentos estão arquivados, de modo sequencial, em caixas de arquivo.

Borrões de um ofício/Memorial a enviar ao Ministro da Guerra, para impedir o alojamento de tropas no Colégio de Regeneração, 1916 (Doc. 0096)

Declaração de uma colegial, 1910 (Doc. 0355)

### **Admissão**

Processo de admissão de M.<sup>a</sup> de Lurdes Loureiro, 1894 (Doc. 0812)

Processo de admissão de Isabel Maria dos Santos, 1925 (Doc. 0958)

Processo de admissão de Emília Nascimento, 1926 (Doc. 0962)

### **Estatística/Admissões**

Livro 1 de Estatística (Admissão), 1869-1889 – n.º 60 (1-3)

Livro 2 de Estatística (Admissão), 1890-1914 – n.º 137 (1-4)

Livro 3 de Estatística (Admissão), 1914 -1931 – n.º 62 (1-3)

### **Actas**

Actas da Direção – Livro 1, 1874-1916 – n.º 53 (1-3)

Actas da Direção – Livro 2, 1917-1950 – n.º 54 (1-3)

### **Registos de óbito**

Colégio de Regeneração. Registo d'Óbitos, 1913-1932 – n.º 64 (1-3)

Colégio de Regeneração. Registo d'Óbitos, 1935-1958 – n.º 67 (1-3)

### **Registo de Visitantes e Benfeitores**

Livro de Visitantes n.º 1, 1887-2009 – n.º 67 (1-3)

Registo dos Visitantes e Benfeitores da Casa d'Abrigo, 1870-1968 – n.º 68 (1-3)

Livro de Registos das Ex.mas Benfeitoras do Colégio de Regeneração – n.º 71 (1-3)

### **Regulamentos**

Regulamento Interno do Collegio de Regeneração, 1878 – n.º 2 (1-3)

Regulamento interno do Collegio de Regeneração, 1879 – n.º 6 (1-3)

Regulamento Interno do Collegio de Regeneração, 1880 – n.º 3 (1-3)

Regra antiga que foi reformada em 1926 – n.º 7 (1-3)

Regra do Colegio de Regeneração, 1926 – n.º 9 (1-3)

Regra do Colegio de Regeneração, 1930 – n.º 1 (1-3)

Regulamento do P.º Capelão e do Servo – n.º 11 (1-3)

Regulamento do Reverendo Capelão, do Sacristão, da Empregada da Loja, da Regente e das Mestras, 1927 – n.º 12 (1-3)

Regulamento da Oficina-Escola de Tecelagem no Colégio de Regeneração – n.º 27 (1-3)

Regulamento da Oficina-escola de Tecelagem no Colégio de Regeneração – n.º 28 (1-3)

### **Contabilidade**

Livro para a escrituração da casa (do P. Airosa), 1883 – n.º 66 (1-3)

Diário da receita e despesa com a nova oficina de Tecelagem e obras seguintes, 1893-1906 – n.º 135 (1-4)

Diário de Receita e Despesa, 1895 a 1896 – n.º 79 (1-3)

Receita e Despesa desde 1897 a 1910 – n.º 80 (1-3)

Caixa, 1904-1941 – n.º 87 (1-3)

Despesa pelos artigos dos Orçamentos, 1905 a 1910 – n.º 104 (1-4)

Receita e Despesa desde 1910 a 1917 – n.º 81 (1-3)

Orçamentos, 1914-1923 – n.º 96 (1-4)

Diário para os anos económicos de 1925 a 1928 – n.º 82 (1-3)

Conta do Colégio de Regeneração, do P.º Airosa e Irmã no Banco do Minho, 1930 – n.º 16 (1-3)

Haveres. Letras, etc., 1931 – n.º 31 (1-3)

Borrão. Receita e Despesa desde 1929 a 1935 – n.º 83 (1-3)

Caixa. Borrão. Receita e Despesa de 1935 a 1942 – n.º 84 (1-3)



Aluguéis das casas pertencentes ao Colégio – n.º 30 (1-3)

### **Convento**

Convento da Conceição – n.º 8 (1-3)

### **Oficina-Escola**

Licença da Câmara para a construção da Oficina-Escola, 1893 (Doc. 0032)

### **Oficinas**

Maquina de polir colares – n.º 23 (1-3)

Apontamentos e notas sobre teares e tecidos – n.º 24 (1-3)

Apontamentos sobre Tecelagem – n.º 29 (1-3)

Tintas. Instrução sobre a mistura das várias cores – n.º 25 (1-3)

Culinaria – n.º 21 (1-3)

Colégio de Regeneração. Diversos apontamentos e instruções – n.º 26 (1-3)

### **Correspondência**

Copiador de Mons. Airosa – n.º 18 (1-3)

Carta do Arcebispo Primaz para a Presidente da Direcção do Colégio, 1879 (Doc. 0038)

Carta do deputado Francisco Barbosa do Couto Cunha Soto Maior, 1880 (Doc. 0003)

Carta da Condessa de Bertiandos para o P. Airosa, 1887 (Doc. 0001)

Carta do Doutor Eduardo Abreu para Mons. Airosa, 1910 (Doc. 0304)

Carta da Sociedade Teosofica de Portugal, 1931 (Doc. 0134)

Cartas do Padre Airosa para Teresa de Saldanha: 30.11.1894 – doc. 0306 (36-88); 16.01.1895 – doc. 0306 (36-93); 28.12.1897 – 0306 (37-47); 02.11.1898 – doc. 0306 (37-76); 04.11.1898 – doc. 0306 (37-77); 03.02.1900 – doc. 0306 (37-185); 10.05.1902 – doc. 0306 (38.262); 20.05.1902 – doc. 0306 (38-273); 29.03.1903 – doc. 0306 (39-119); 03.04.1903 – doc. 0306 (39-121); 08.05.1904 – doc. 0306 (39-276).

Cartas de Teresa de Saldanha para o Padre Airosa: 10.05.1901 – doc. 0306 (38-114);  
24.04.1902 – doc. 0306 (38-257).

Carta da Irmã M.<sup>a</sup> de Santo Estanislau para Teresa de Saldanha, 16.03.1903 – doc. 0306 (39-112).

Carta da Prioriza Ir. M.<sup>a</sup> Catarina de Ricci para Teresa de Saldanha, 06.04.1903 – doc. 0306 (39-123).

Carta da Viscondessa de Pindela, 15.08.1912 – (Doc. 0002)

### **Dominicanas**

Contrato definitivo entre a Direção do Colégio e as Dominicanas, 1889 (Doc. 0431)

### **Irmandades**

Associados de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Lourdes, 1889 – n.º 73 (1-3)

Livro para lançamento dos nomes dos confrades de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Lurdes – n.º 72 (1-3)

Livro para lançamento dos nomes dos confrades de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Lourdes, 1895-1925 – n.º 72 (1-3)

Livro para lançamento dos nomes dos confrades de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Lourdes, 1896 – n.º 74 (1-3)

Livro das Atas do Coração de Jesus, 1906-1938 – n.º 75 (1-3)

Livro para lançamento dos nomes dos agregados do santíssimo Sacramento, 1915-1943 – n.º 76 (1-3)

### **P.<sup>e</sup> Airosa**

Cédula pessoal do Padre Airosa (Doc. 0247)

Dados biográficos da família do P. Airosa – Doc. 246.

Livro para a escritura da casa do P. Airosa – n.º 66 (1-3)

Apontamentos de Latim de João Pedro Ferreira Airosa – n.º 15 (1-3)

Pensamentos soltos. Retalhos e extractos diversos (P. Airosa), 1921-1925 – n.º 19 (1, 3)

Notas e conselhos (Doc. 0254)

Carta do Maggiordomato do Vaticano (carta de Monsenhor) (Doc. 0245)

Deus. Reflexões do P. Airosa – n.º 20 (1-3)

Apontamentos de Filosofia de João Ferreira Airosa – (a. n. i.)

Apontamentos sobre o Colégio de Regeneração, 1891 (Doc. 0020)

Requerimento do P. Airosa a solicitar ao Arcebispo a permissão de erigir um oratório em sua casa, 1914 (Doc. 0283)

Ofício da Santa Sé a conceder licença para erigir oratório, 1914 (Doc. 0283)

Autorização do Papa para celebrar missa votiva, todos dias, por causa da dificuldade de ler e debilidade física, 1916 (Doc. 0284)

Ofício do Arcebispo de Braga a conceder autorização de comutar a reza do ofício divino diário, 1916 (Doc. 0282)

Carta de agradecimento ao P. António de Oliveira, 1918 (Doc. 0262)

Texto da carta de consciência (Doc. 0244)

Relação dos sacerdotes que tomaram parte nos ofícios fúnebres de Mons. Airosa, 1931 (Doc. 0135)

Processo da transladação do corpo de Mons. Airosa e construção do sarcófago (Doc. 0290)

Relação de graças alcançadas através de Mons. Airosa, 1933 (Doc. 0136)

Notas do Doutor Costa Lopes sobre Mons. Airosa (Doc. 0099)

## **Partituras**

Hino do Colégio de Regeneração, 1890

Hino ao Conselheiro José Novais (José Ferreira Braga), 1894

Hino ao Conselheiro José Novais (P. Correia)

Balada do Colégio de Regeneração, 1914

Hino ao Padre Airosa

Canto de Homenagem a Mons. Airosa

## **Outros**

Texto para a saudação ao Presidente da República, 1921 (Doc. 0067)

Texto da saudação ao Ministro do Trabalho, 1922 (Doc. 0067 v.)

### **Legislação** (impressa e manuscrita)

Cópia da Régia Portaria de 14 de maio de 1879 (Doc. 0036)

Documento sobre a Portaria de 14 de maio de 1879 (Doc. 0039)

Certidão (Pública Forma) do cumprimento da Portaria de 14 de maio de 1879 (Doc. 0040)

Lei de 19 de maio de 1880

Concessão da Casa do Capelão ao Colégio de Regeneração – Decreto de 24 de julho de 1884

Decreto de 10 de março de 1901

Resposta do Governador Civil de Braga ao Inquérito de 1901 (cx. 73 – c 0001-0036)

Resposta do Colégio de Regeneração ao Questionário do Governo da República, referente ao decreto de 25 de maio de 1911 (Doc. 0074)

Resposta do Colégio ao Inquérito/Questionário sobre a vida interna do Colégio de Regeneração, 1921 (Doc. 0110)

Decreto n.º 21567, de 08.08.1932 (autorização para a inumação do cadáver de Mons. Airosa no sarcófago da capela mor da Igreja da Conceição) (Doc. 0290)

Lei da Instrução Primária de 29 de Março de 1911

## **ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (NTT)**

### **Arquivo das Congregações – Correspondência**

Projecto de contrato entre as Dominicanas e o Colégio de Regeneração, 1889 – cx. 53, III, 61

Cartas de Maria Perry para Teresa de Saldanha: 28.07.1876 – cx. 50,1 (29); 01.08.1876 – cx. 50,1 (30); 05.08.1876 – cx. 50,1 (31); 06.11.1876 – cx. 50,1 (24); s.d. – cx. 50,1 (25); 13.02.1877 – cx. 50,1 (28); 25.04.1877 – cx. 50,1 (17); 26.07.1877 – cx. 50,1 (15); s.d. – cx. 50,1 (16); s.d. – cx. 50, folha solta; s.d. – cx. 50,1 (33)

Cartas do Padre Airosa para Teresa de Saldanha: 25.07.1876 – cx. 51, 1 (23); 17.10.1876 – cx. 50, 1 (22); 09.01.1877 – cx. 50, 1 (19); 26.01.1877 – cx. 50, 1 (21); 03.02.1877 – cx. 50, 1 (20); 04.04.1877 – cx. 50, 1 (18); 28.??1877 – 50, 1 (14); 20.01.1888 – cx.

P. 14 (v.) 690; 16.09.1888 – cx. 53 (c4-6); 28.05.1889 – P. 14 (v) 256; 29.08.1889 – P. 14 (v) 275; 25.10.1889 – P 14 (v) 778; 04.11.1889 – P 14 (v) 768; 02.12.1889 – P 14 (v) 737; 19.08.1891 – cx. 53, III, 59; 28.09.1891 – cx. 53, III, 58; 15.10.1891 – cx. 53, III, 57; 25.11.1891 – cx. 53, III, 60 P 14 (v) 768); 28.12.1891 – cx. 53, III, 56; 12.03.1892 – cx. 83, IV, 33; 24.03.1892 – cx. 83, IV, 34; 25.03.1892 – cx. 83, IV, 36.

Cartas da Irmã Maria José para Teresa de Saldanha: 03.01.1889 – P 14 (v) 818; 25.09.1889 – P 14 (v) 819; 23.10.1889 – P 14 (v) 779; 28.10.1889 – P 14 (v) 774; 30.10.1889 – P 14 (v) 771; 03.11.1889 – P 14 (v) 770; 05.11.1889 – P 14 (v) 769; 14.11.1889 – P 14 (v) 756; 17.11.1889 – P 14 (v) 725; 21.11.1889 – P 14 (v) 753; 24.11.1889 – P 14 (v) 750; 27.11.1889 – P 14 (v) 746; 01.12.1889 – P 14 (v) 745; 05.12.1889 – P 14 (v) 744; 19.12.1889 – P 14 (v) 733; 31.12.1889 – P 14 (v) 724; 25.01.1891 – cx. 53, III, 46; 02.02.1891 – cx. 53, III, 66.

Cartas da Irmã Maria Catarina de Ricci para Teresa de Saldanha: 24.03.1892 – cx. 83, IV, 40; 20.10.1892 – cx. 83, IV, 1892; 28.11.1892 – cx. 53, III, 54.

Carta da Irmã M.<sup>a</sup> da Mãe de Deus para Teresa de Saldanha, 16.04.1892 – cx. 83, IV, 37.

Carta da Irmã M.<sup>a</sup> de Santo Estanislau para Teresa de Saldanha, 16.04.1892 – cx. 83, IV, 38.

Carta da Irmã M.<sup>a</sup> de Santa Isabel para Teresa de Saldanha, 24.06.1891 – cx. 83, III, 65.

Carta da Irmã M.<sup>a</sup> Joana para teresa de Saldanha, 26.10. 1892 – 242.

### **Arquivo Histórico do Ministério das Finanças – Convento de Nossa Senhora da Conceição de Braga**

Processo sobre a tomada de posse do terreno defronte do Colégio, 1899 (cx. 1882 – c 0010)

Ofício/Petição ao Ministério sobre o terreno em frente do Colégio, 1899 (cx. 1882 – c 0008)

Ofício da Repartição Central para o Delegado do Tesouro do Distrito de Braga a comunicar o Despacho do Ministro – 1899 (cx. 1882 – c 0014)

Processo sobre o pedido de subsídio para obras de restauro do edifício do Colégio de Regeneração, 1909 (cx. 1882 – c 0004)

Petição do Colégio de Regeneração de um subsídio extraordinário para a conclusão de obras de restauro, 1909 (cx. 1882 – c 0002-0003)

Ofício do Inspetor-geral de Saúde e Beneficência Pública para apreciação do Ministro da  
Fazenda - 1910

## **ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (ADB)**

### **Convento da Conceição**

Apontamentos sobre o Convento – Ms. 342 ADB

Memória do Convento – Ms. 810<sup>5</sup>

### **Colégio de Regeneração**

Notícia sucinta da Casa do Abrigo de Braga – Colégio de Regeneração de Mulheres, por José  
Joaquim Pereira Caldas – Ms. 570<sup>5</sup>

Registos Paroquiais de S. Pedro de Maximinos, Braga. Nascimentos, n.º 6, fl. 206 v.

## **ARQUIVO DA FAMÍLIA DE MANUEL VIEIRA CAETANO (S. PAULO – BRASIL)**

### **Correspondência**

Carta de Maria dos Santos para D. Laurência, 01.01.1924

Cartas de D. Marta Gouveia para D. Laurência, 1925; 1925

Carta de D. Georgina Afonso para D. Laurência, 11.07.1925

Carta de Maria dos Santos para D. Laurência, 22.05.1929

Carta de Manuel Januário Vieira Caetano para D. Teresa Paiva, 13.05.1936

Carta de D. Laurência para a esposa de Manuel Caetano, 11.02.1969

### **Outros**

Certidão de nascimento de Manuel Januário Vieira Caetano, 1925

Certidão de óbito de Maria dos Santos (Registo Civil de Braga), 17.04.1936

Fotografia de D. Teresa Paiva

Certidão do registo de nascimento de Manuel Caetano – Santos, Brasil, 16.01.1953

Fotografia de Maria dos Santos

Fotografia de Manuel Januário Vieira Caetano

Colégio dos Maristas, em S. Paulo – anos 40, do séc. XX

Passaporte de Manuel Vieira Caetano, 1947

Passaporte de Manuel Vieira Caetano, 1994

## **ARQUIVO DA FACULDADE DE TEOLOGIA DE BRAGA – UNIVERSIDADE CATÓLICA**

Livro de Matrículas no Seminário de Teologia de Braga, 1856-1863

Livro de Exames do Curso teológico Misto, 1851-1868

## **1.2. Fontes iconográficas**

### **ARQUIVO/BIBLIOTECA INSTITUTO MONSENHOR AIROSA (ABIMA)<sup>2</sup>**

Vista aérea do actual Instituto Mons. Airosa (Colégio de Regeneração)

Claustro conventual seiscentista

Arquivo/ Biblioteca Instituto Mons. Airosa

Vista parcial da Biblioteca Doutor Costa Lopes

Gravura da fachada do antigo Convento da Conceição

Igreja do Convento da Conceição

Órgão de tubos da igreja da Conceição

Um aspecto do velho edifício do Convento da Conceição (inícios séc. XX) – n.º 41 (1-3)

---

<sup>2</sup> O inventário das fotografias ainda não está feito.

Levantamento parcial da fachada nascente do edifício do Colégio de Regeneração (inícios do séc. XX) – n.º 153 (1-3)

Fachada nascente do edifício do Colégio de Regeneração (ca. 1912)

Uma perspectiva do interior do edifício do Colégio de Regeneração

Lavadoiro primitivo do Colégio de Regeneração

Refeitório do Colégio de Regeneração (finais do séc. XIX) – n.º 153 (1-3)

Quadro de António José Fernandes da Silva

Teresa de Saldanha

Salão dos teares – n.º 47 (1-3)

Diploma de Exposição, Porto 1887

Diploma d'Honra, Paris 1889

Diploma e Medalha de Prata, Porto 1897

Salão de costura

Sapataria

Lavadoiro – n.º 47 (1-3)

Quadro, em seda, do Bom Jesus do Monte

P.º Airosa (ca. 1890)

O P.º Airosa com um grupo de colegas (1859)

João Pedro Ferreira Airosa com o pai e a irmã (ca. 1856)

Igreja do Carmo, Braga

Azulejo de Jorge Colaço

Mons. Airosa com a Comissão Organizadora da festa realizada no Teatro Circo – 1927

Monsenhor Airosa (quadro do pintor bracarense Abel Mendes)

Túmulo de Mons. Airosa, na capela-mor da Igreja da Conceição

Fotografia de Antero de Figueiredo



### 1.3. Fontes Impressas

#### ARQUIVO/BIBLIOTECA INSTITUTO MONSENHOR AIROSA (ABIMA)

##### Relatórios

*Estatutos do Colégio de Regeneração em Braga.* Braga: Typographia Lusitana, 1874 (n.º 42, 1-3)

*Relatório do Colégio da Regeneração de Braga.* Braga: Tip. Lusitana, 1876 (n.º 43, 1-3)

*Breve Notícia acerca do Colégio da Regeneração da cidade de Braga: antiga Casa d'Abrigo.* Braga: Tipografia Lusitana, 1880 (n.º 44, 1-3)

*Colégio de Regeneração – 1904-1908.* Braga: Tipografia Sousa Cruz (n.º 46, 1-3)

*Colégio de Regeneração – 1913.* Braga: Tip. a vapor do P. Villela & Irmão (n.º 47, 1-3)

*O Colégio de Regeneração.* Braga: Tip. S. José, 1929 (n.º 48, 1-3)

*A Oficina* (Doc. 0522)

##### Estudos

Dinis, Madalena (2007). *Plano de Marketing. Instituto Monsenhor Airosa. Unidade de Produção de Hóstias.* Instituto Português de Administração de Marketing (Trabalho final da Licenciatura em Gestão e Marketing. Texto policopiado).

Fernandes, Catarina (2012). *Aspectos da vida musical no Instituto Monsenhor Airosa: as obras de Teatro com Música e a educação moral e social das educandas.* Braga: Universidade do Minho (Texto policopiado).

Ferreira, Ângela Augusta de Sá (2007). *Intervenção do Design no Artesanato: Aplicação aos Produtos do IMA.* Braga: Escola de Engenharia, Universidade do Minho (Tese de Mestrado. Texto policopiado).

Meireles, Alfredo (2010). *Catálogo do Fundo Musical do Instituto Monsenhor Airosa – Braga: A presença de obras de compositores italianos no espólio do Instituto Monsenhor Airosa.* Braga: Universidade do Minho (Texto policopiado).

*Memória da Oficina-Escola de Tecelagem no Colégio de Regeneração em Braga para alunas externas* (1896). Braga: Tipografia de José Maria de Sousa Cruz (n. 45, 1-3).

*Memória do Colégio de Regeneração apresentada no Congresso Pedagógico de Madrid em Outubro de 1892.* Braga: Imprensa Independente (n.º 38, 1-3).

Pereira, Teresa Maria de Carvalho (2009). *Instituto Monsenhor Airosa: Museu Vivo.* Braga: Universidade do Minho (Tese de Mestrado - texto policopiado).

Pinto, Anabela Carvalho (2009). *AMA um portal de comércio electrónico de venda de artesanato.* Guimarães: Universidade do Minho, Escola de Engenharia (Tese de Mestrado. Texto policopiado).

Silva, Sérgio (2010). *Catálogo do Fundo Musical do Instituto Monsenhor Airosa – Braga: A presença de obras do compositor Padre António Domingues Correia no espólio do Instituto Monsenhor Airosa.* Braga: Universidade do Minho (Texto policopiado).

Torres, Alberto Pinheiro (1904). *Memória Histórica do Colégio de Regeneração de Braga.* Braga: Tipografia a Vapor de J. M. de Sousa Cruz.

### **Monsenhor Airosa**

Memória de Mons. Airosa, 1931 (Doc. 0249)

Poema a Mons. Airosa, 2011

Memória descritiva da obra do sarcófago de Mons. Airosa (Doc. 0138)

### **Outros**

AA.VV. (1893). *A Oficina.* Braga: Tipografia José Maria de Sousa Cruz (Número único – 22-7-93).

Airosa, Padre João Pedro Ferreira (1892). *Collegio de Regeneração em Braga.* Coimbra: Imprensa da Universidade. (n.º 36, 1-3)

\_\_\_\_\_ (1905). “Retrato”. *In Memoriam.* Braga: Papelaria Universal (n.º 18, 1-5).

\_\_\_\_\_ (1927). “A Pedido”. *In O Sameiro*, Ano II, n.º 19, Nov. Braga: Casa Editora Católica.

Céu, Maria Benta do (1766). *Jardim do Céu, plantado no Convento de Nossa Senhora da Conceição, da cidade de Braga.* Lisboa: Oficina de Manuel Coelho Amado (n.º 34, 1-5).

Condições de admissão ao Colégio de Regeneração (Doc. 0351)

Circular a solicitar donativos aos benfeitores, 1906 (Doc. 0068)

Almanaque Bracarense – eclesiástico e civil, 1931. Braga: 1930 – (n.º 52, 1-3)

Exposição agrícola de Braga, 1863 (n.º 150, 1-3)

Folheto publicitário dos trabalhos realizados no Colégio, 1887 (Doc. 1144)

Letra do Hino do Colégio de Regeneração, 1890 (Doc. 0016)

Testemunho de um industrial portuense, 1893 (Doc. 0208)

Folheto relativo à Exposição do Palácio de Cristal, 1897 (Doc. 1146)

Folheto publicitário da exposição interna, por ocasião das Festas Jubilares, 1904 (Doc. 0010)

Desdobrável para a Exposição de Braga, 1913 (Doc. 1145)

### **Publicações periódicas**

*O Comércio do Minho*, 21.02.1874; 09.07.1874; 22.05.1875; 25.01.1876; 10.06.1876;  
06.11.1877; 20.06.1878; 14.12.1882; 03.01.1884; 12.05.1885; 18.08.1885;  
09.01.1886; 27.10.1886; 09.07.1887; 22.10.1892; 11.02.1893; 07.03.1893;  
05.09.1893; 10.01.1899; 07.06.1894

*Jornal do Porto*, 03.07.1874

*O Comércio do Porto*, 14.05.1874; 27.11.1880; 26.05.1882; 07.06.1882; 22.06.1887;  
29.05.1888; 29.11.1891; 24.09.1897; 16.07.1899; 11.05.1904; 02.01.1906;  
16.10.1912; 26.06.1928

*A Palavra*, 12.06.1876; 13.06.1876; 20.11.1877; 17.05.1882; 05.06.1882; 03.07.1883;  
06.08.1884; 14.04.1891; 26.06.1891; 22.10.1892; 22.12.1892; 14.06.1896;  
13.01.1897; 28.02.1897; 18.12.1897; 19.12.1897; 29.10.1899; 15.12.1899;  
28.12.1899; 29.12.1900; 22.01.1901; 09.10.1901; 27.11.1901; 28.11.1901;  
04.12.1901; 28.12.1901; 04.01.1902; 06.04.1902; 22.04.1902; 12.09.1902;  
09.10.1902; 13.01.1903; 17.01.1903; 20.01.1903; 27.03.1903; 03.06.1903;  
07.06.1903; 18.06.1903; 05.09.1903; 05.01.1904; 26.02.1904; 11.05.1904;  
07.06.1894; 14.06.1894; 03.07.1894; 06.08.1894; 11.08.1894; 10.09.1894;  
01.10.1894; 27.01.1905; 05.02.1905; 21.02.1905; 27.06.1905; 29.10.1905;  
22.11.1905; 28.12.1905; 13.03.1906; 26.06.1906; 21.12.1906; 17.11.1907;  
04.02.1908; 14.10.1909; 18.12.1909; 21.05.1910; 27.05.1910; 27.05.1918

*O Petiz*, 26.06.1876

*A Regeneração*, 13.07.1876

*Jornal do Minho*, 14.07.1876

*A Civilização*, 02.12.1876

*O Amigo do Povo*, 14-03.1878; 13.06.1878; 27.06.1878; 29.04.1880; 02.05.1880; 19.08.1880; 16.07.1881; 01.06.1882; 03.01.1884; 20.01.1884

*A Opinião Pública*, 19.06.1878; 06.07.1878

*O Primeiro de Janeiro*, 14.03.1880; 06.04.1880; 15.04.1880; 28.04.1880; 28.11.1880; 04.06.1882; 28.12.1882; 15.12.1883; 03.01.1884; 10.05.1885; 30.06.1887; 07.07.1887; 19.08.1887; 09.10.1887; 17.10.1887; 30.10.1887; 26.02.1888; 17.06.1888; 11.10.1888; 12.10.1888; 26.02.1891; 23.06.1891; 04.09.1891; 10.09.1891; 23.09.1891; 29.11.1891; 19.12.1891; 27.12.1891; 10.07.1892; 31.12.1892; 07.03.1893; 15.03.1893; 17.05.1893; 09.07.1893; 19.07.1893; 17.09.1893; 24.09.1893; 18.10.1893; 12.05.1894; 22.05.1894; 23.05.1894; 14.08.1894; 04.09.1894; 15.11.1894; 13.01.1895; 28.05.1895; 14.06.1896; 19.06.1896; 01.06.1897; 15.12.1897; 21.12.1897; 22.12.1897; 22.03.1898; 19.08.1898; 10.01.1899; 16.07.1899; 03.08.1899; 16.08.1899; 29.10.1899; 23.11.1899; 17.02.1901; 09.10.1901; 09.09.1902; 12.05.1903; 15.10.1903; 07.06.1894; 10.06.1894; 11.09.1904; 24.06.1905; 04.01.1906; 17.02.1911; 25.02.1911; 02.03.1911; 03.03.1911; 21.06.1911; 18.12.1923; 26.06.1928; 20.11.1935

*Diário de Notícias*, 15.08.1880; 16.08.1880; 06.06.1888; 29.11.1891; 19.09.1897; 06.06.1904; 18.03.1913; 25.06.1928

*Jornal da Manhã*, 20.08.1880; 02.09.1886; 06.07.1887; 12.08.1891

*A Correspondência do Norte*, 20.11.1880; 31.05.1882; 05.01.1884; 29.06.1887; 02.07.1887; 12.10.1887; 15.10.1887; 13.06.1888; 24.06.1891; 01.07.1891; 04.07.1891; 09.07.1892; 03.06.1893; 12.07.1893; 23.08.1893; 11.01.1899; 11.01.1899

*A Ordem*, 20.05.1882; 25.09.1885; 07.03.1914; 05.01.1929; 17.08.1929

*O Comércio Português*, 01.06.1882; 23.06.1887

*A Nação*, 22.06.1882; 08.04.1914; 23.04.1914

*A Cruz e a Espada*, 17.03.1883; 12.01.1884; 02.06.1888

*O Constituinte*, 04.07.1883; 29.12.1883; 05.01.1884; 29.06.1887; 29.06.1887; 16.07.1887;  
12.10.1887

*A Luta*, 03.01.1884; 08.05.1893; 10.07.1893; 06.11.1893

*Folha de Braga*, 06.01.1884

*Facho da Verdade*, 24.09.1885

*A Folha de Vila Verde*, 29.11.1885

*A Província*, 28.06.1887; 10.10.1887; 29.09.1897

*O Progresso Católico*, 30.06.1887

*Aurora do Minho*, 03.07.1887; 21.08.1887; 22.08.1887; 09.10.1887; 16.10.1887

*Correio da Noite*, 09.10.1887; 10.10.1887

*Herodes*, 09.10.1887; 16.10.1887

*Novidades*, 09.10.1887; 19.08.1929

*A Actualidade*, 09.10.1887

*Diário Popular*, 14.10.1887

*O Regenerador*, 16.10.1887; 17.09.1891; 09.07.1893; 13.07.1893; 24.08.1893; 30.08.1894;  
21.11.1894; 18.04.1895; 21.04.1895; 28.04.1895

*Comércio de Portugal*, 05.06.1888

*A Berlinda*, 30.09.1888; 28.10.1888; 04.11.1888; 18.11.1888

*O Amigo da Religião*, 17.05.1889

*Jornal de Notícias*, 24.06.1891; 01.11.1894; 26.04.1895; 01.05.1895; 14.06.1896;  
27.11.1896; 13.01.1903; 28.12.1905; 30.12.1905; 22.07.1910; 22.10.1912; 4.12.1912;  
20.08.1913; 10.02.1914; 15.02.1914; 10.01.1915; 02.04.1915; 26.06.1928

*O Comércio de Braga*, 05.07.1891

*O Peregrino de Lourdes*, 12.09.1891

*O Século*, 29.11.1891; 17.01.1892; 01.04.1901; 15.01.1905

*O Progressista*, 27.01.1893; 11.07.1893; 03.07.1894; 11.01.1899; 28.12.1900

*O Nacional*, 10.05.1893

*A Oficina*, Julho de 1893

*A Alma Velha*, 01.11.1893

*Voz da Verdade*, 24.05.1894; 02.08.1892; 30.08.1894; 22.11.1894; 03.01.1895; 12.01.1899;  
20.07.1899; 04.01.1906

*Correio do Funchal*, 11.09.1897; 02.10.1897

*Campeão das Províncias*, 03.11.1897

*A Concórdia*, 31.12.1897; 13.01.1899

*Correio Nacional*, 23.03.1898; 03.03.1899; 17.03.1899; 04.05.1900; 20.04.1901; 28.12.1901;  
13.01.1903; 02.07.1894

*A Tribuna*, 12.01.1899

*A Cruz*, 05.01.1902

*Vanguarda*, 12.01.1903

*Correio do Minho*, 13.01.1903; 07.06.1894; 28.06.1927; 09.07.1927; 28.09.1927; 06.11.1927;  
02.12.1927; 21.04.1928; 26.06.1928; 06.03.1929; 07.03.1929; 18.08.1929; 13.09.1929;  
14.09.1929; 12.02.1930; 07.03.1930; 24.09.1933; 29.11.1935; 27.06.1936

*O Grito do Povo*, 17.01.1903; 09.11.1912

*O Jornal de Braga*, 18.01.1903; 10.01.1904; 29.01.1905; 18.04.1909; 22.05.1910

*União Nacional*, 23.04.1894; 18.06.1894; 10.09.1894

*A Voz Pública*, 07.06.1894

*A Opinião*, 26.06.1894; 27.07.1913; 30.04.1914; 08.05.1914

*Ilustração Portuguesa*, 06.02.1905

*O Diário*, 05.11.1905; 30.11.1912

*Jornal de Viana*, 19.10.1907

*O Bracarense*, 22.05.1910; 10.05.1914

*Correio do Norte*, 24.05.1910

*Ecos do Minho*, 14.05.1911; 18.05.1911; 21.12.1911; 13.10.1912; 24.11.1912; 28.11.1912;  
17.08.1913; 18.12.1913; 19.02.1914; 19.03.1914; 12.09.1914; 04.11.1914;  
20.11.1914; 24.11.1914; 08.12.1914; 09.12.1914; 10.01.1915; 27.03.1915;

27.04.1915; 15.09.1915; 21.09.1915; 11.01.1916; 14.04.1916; 19.12.1916; 21.12.1917;  
28.02.1918; 02.08.1918

*A Rotandade*, 28.06.1913

*O Mundo*, 22.07.1913

*A Propaganda*, 17.09.1913; 26.09.1913

*República*, 31.03.1914

*O Dia*, 28.04.1914; 27.06.1914

*Liberdade*, 27.04.1915; 01.10.1915; 23.12.1916

*Diário do Minho*, 18.01.1919; 18.01.1921; 29.11.1922; 26.02.1925; 12.06.1925; 15.06.1927;  
27.09.1927; 11.01.1928; 15.12.1928; 16.12.1928; 18.08.1929; 14.09.1929; 10.05.  
1930; 26.09.1931; 27.09.1931; 29.09.1931; 23.09.1934; 27.06.1936

*O Debate*, 25.10.1919

*A Época*, 12.04.1923; 14.04.1923; 16.04.1923; 18.04.1923; 15.10.1923; 26.11.1923

*Voz de Fátima*, 13.09.1925

*A Voz*, 22.06.1927; 10.07.1927; 13.07.1927; 22.10.1927; 18.08.1929; 19.08.1929

*O Sameiro*, Setembro de 1927

*A Defesa*, 31.08.1929

*Convívio* (boletim informativo do Instituto Mons. Airosa) n.º 1, Dezembro de 1975; n.º 14,  
Maio de 1982; n.º 15, Dezembro de 1982; n.º 23, Dezembro de 1986; n.º 24, Maio de  
1987; n.º 25, Dezembro de 1987; n.º 47, Dezembro de 1998; n.º 63, Dezembro de  
2009; n.º 67, Abril de 2012; n.º 71, Abril de 2014.

*Areia Nova* (boletim informativo da Colónia de Férias do Instituto Mons. Airosa) n.º 1,  
09.09.1882

## **ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (ADB)**

### **Publicações periódicas**

*Estrela D'Alva*, 1872

*A Correspondência do Norte*, 21.08.1880; 25.08.1880; 24.06.1891; 23.09.1891; 28.11.1891;  
02.12.1891; 05.12.1891; 13.07.1892; 28.12.1892; 28.12.1892; 31.12.1892;  
04.01.1893; 08.02.1893; 26.08.1896; 02.12.1896

*Cruz e Espada*, 08.12.1883; 09.02.1884; 19.09.1884; 18.06.1887

*O Constituinte*, 06.08.1884

*Aurora do Minho*, 09.10.1891

*O Progressista*, 15.08.1893; 04.05.1894; 27.07.1897

*Voz da Verdade*, 16.04.1896; 27.08.1896; 03.12.1896

*Correio do Minho*, 05.01.1904; 27.05.1904; 07.06.1904

*Diário do Minho*, 27.07.1922; 14.03.1924; 02.08.1924; 30.11.1924; 04.09.1925; 21.01.1926;  
23.01.1926; 30.06.1926; 21.11.1926; 28.06.1927; 20.12.1927; 20.12.1928;  
18.08.1929; 15.12.1929; 04.01.1930; 28.11.1930; 30.09.1931; 04.10.1931;  
28.01.1933; 19.11.1933; 13.02.1934; 05.08.1934; 06.02.1936; 20.12.1936

#### **BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PORTO**

*Diário de Notícias*, 14.01.1921; 15.01.1921

#### **BIBLIOTECA DA FACULDADE DE TEOLOGIA BRAGA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA (BFTUC)**

*O Amigo da Religião*, 11.01.1889; 13.01.1893; 10.03.1893; 14.06.1893

*Acção Católica*, Dezembro de 1926; Setembro de 1931

*O Rosário*, Setembro de 1926

#### **BIBLIOTECA DO SEMINÁRIO DE MONTARIOL (BSM)**

*Voz de S. António*, Agosto de 1909



## 2. Bibliografia

AA.VV. (1905). *In Memoriam*. Braga: Papelaria Universal.

AA.VV. (1960). *História da República*. Lisboa: Editorial *O Século*.

*Acção Católica* (Boletim da Arquidiocese de Braga). Ano XI, Dezembro de 1931 (401-403). Braga.

Adão, Áurea (1982). *A criação e instalação dos primeiros Liceus Portugueses. Organização administrativa e pedagógica (1836/1860)*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian/ Instituto Gulbenkian de Ciência.

Adão, Áurea (dir.) (2012). *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969). Um repertório cronológico, temático e onomástico*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Disponível em [www.ie.ul.pt](http://www.ie.ul.pt)

Aguiar, M.<sup>a</sup> do Carmo Pinto Arana de (2010). *Imprensa: Fonte de estudo para a construção e reconstrução da história*. Brasil: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Almeida, Sílvia Maria Leite (2005). “Memória, documento e arquivo: Apontamentos para uma história das instituições educativas”. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, v.14, n.º 24 (pp. 21-30). Brasil: Universidade do Estado da Bahia.

Almeida Braga, João Joaquim (1869). *O Anjo das Donzelas*. Braga: Tip. Lusitana.

\_\_\_\_\_ (1872). “Uma obra sancta”. *Estrella D’Alva*. Braga: Typographia de Gouvêa (76-79).

\_\_\_\_\_ (1913). *A Perdida*. Braga: Tipografia a vapor do P. Villela & Irmão (ABIMA – n.º 152, 1-3).

Alves, Ivone et al. (1993). *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/ Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação.

Antunes, Carlos (2013). *A Bolsa de Valores de Lisboa e a crise bancária de 1876*. Dissertação de Mestrado em Finanças (Texto policopiado).

Araújo, Alberto Filipe & Magalhães, Justino (orgs.) (1998). *História, Educação e Utopia*. Braga: Universidade do Minho.

- Araújo, Alberto Filipe & Magalhães, Justino (orgs.) (1999). *História, Educação e Imaginário*. Braga: Universidade do Minho.
- Araújo, António de Sousa (1999). “Dom Rodrigo de Moura Teles, Arcebispo de Braga, e sua primeira visita *ad Limina*”. *Itinerarium*, XLV (p. 442). Lisboa.
- \_\_\_\_\_. (2000). “A vida católica em Braga (1850-1910). Alguns aspectos”. *Itinerarium*, Ano XLVI, n.º 168 (543-562). Braga.
- \_\_\_\_\_. (2005). “O Conselheiro Leonardo Caetano de Araújo, Benfeitor do Colégio S. Caetano – Notas acerca da sua vida e obra”. *Separata de Bracara Augusta*, vol. LIII, n.º 108 (201-226). Braga.
- \_\_\_\_\_. (2008). “O Conselheiro Leonardo Caetano de Araújo. ‘Mutualista Português no Brasil’, ‘Brasileiro’ em Portugal (1818-1903)”. *Itinerarium*, Ano LIV, n.º 192 (297-334). Braga.
- \_\_\_\_\_. (2011). “O Papel das Concecionistas (Ordem da Conceição)”. In Ernesto Português (coord.). *Do Convento ao Instituto. Portas para a Vida*. Braga: Instituto Monsenhor Airosa, pp. 65-96.
- Araújo, António de Sousa & Silva, Armando B. Malheiro da (1985). *Inventário do Fundo Monástico Conventual*. Braga: Edições do Arquivo Distrital / Universidade do Minho.
- Araújo, Domingos (2011). “As Internas. Do Recolhimento à Regeneração”. In Ernesto Português (coord.). *Do Convento ao Instituto. Portas para a Vida*. Braga: Instituto Monsenhor Airosa, pp. 355- 368.
- Araújo, Manuel (1932). *Indústrias de Braga: Notas d’um jornalista*. Braga: Tipografia “Pax”.
- Azeredo, António Carlos de (2008). *Braga*. Porto: Caminhos Romanos.
- Batista, Virgínia do Rosário (1999). *As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940)*. Lisboa: CIDM.
- Bardin, L. (1988). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, J. T. (1986). *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Barros, Fátima (2007). “Arquivos históricos nos dias de hoje: Aliciantes desafios, múltiplos papéis”. In *Actas do 9.º Congresso BAD, 2007* (publicação em CD).

- Bisquerra, Rafael (1989). *Método de Investigação Educativa. Guia Practico*. Barcelona: Ceac.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Boletim da Beneficência* (1909). 1.º Ano, n.º 4, 15 de Abril (publicação mensal). Porto: Propriedade da Comissão Executiva do Primeiro Congresso Português de Beneficência.
- Bolívar, Antonio et al. (2001). *La investigación biográfica-narrativa en educacion. Enfoque y metodologia*. Madrid: Editorial La Muralla, S.A.
- Bonato, Massimo (2011). “A Micro-História e a Metodologia Qualitativa de Pesquisa”. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR): v. III, n.º 9, Jan/2011. <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>
- Bonifácio, Maria de Fátima (2002). *O Século XIX Português*. Lisboa: ICS.
- Borja Aguinagalde, F. (2013). *Archivos de familia y archivos domésticos. Treinta años de experiencias*. Gobierno Vasco: Departamento de Educacion (Comunicação apresentada na Fundação Casa de Mateus, em 1.06.2013).
- Braga, Isabel Drumond & Braga, Paulo Drumond (2002). “O afecto”. In A. H. de Oliveira Marques (coord.). *Portugal e a instauração do Liberalismo* (vol. IX da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e Oliveira Marques). Lisboa: Presença, pp. 518-526.
- Brezinka, W. (1990). *Conceptos basicos de la Ciencia de la Educación. Análisis, crítica y propuestas*. Barcelona: Editorial Herder.
- Bourdieu, Pierre (1986). “L’illusion biographique”. In *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, 62-63, Juin, pp. 69-72.
- Campos, M. C. & Nicolau, M. R. (eds.) (2006). *Cartas de Teresa de Saldanha na primeira república, 1910-1915*. Lisboa: Editora Aletheia.
- Candeias, António (1994). *Educar de outra forma. A Escola-Oficina n.º 1 de Lisboa (1905-1930)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Cannadine, David (coord.) (2006). *Que é a história hoje?* Lisboa: Gradiva.
- Capela, José Viriato & Nunes, Henrique Barreto (coord.) (2010). *Braga. Roteiros Republicanos*. Lisboa: Quidnovi.
- Capela, Padre Martins (1992). *Escritos Dispersos*. Terras de Bouro: Câmara Municipal.

- Carneiro, Álvaro (1965). “João Maria de Araújo Esmeriz”. *A Música em Braga (1847-1938)*. Braga: Edição da *Revista Theologica*, vol. II, p. 454; vol. III (135-137).
- \_\_\_\_\_. (1965). “Joaquim José Rodrigues da Silva”. *A Música em Braga (1836-1888)*. Braga: Edição da *Revista Theologica*, vol. III (293-295).
- Carvalho, Maria Amélia Vaz de (1880). *Mulheres e creanças. Notas sobre educação*. Porto: Leitão & Irmão.
- Carvalho, Rómulo de (1986). *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da Nacionalidade até o fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cascão, Rui (1986). “Família e divórcio na Primeira República”. In *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*. Colóquio 20-22 de Março de 1985, 1.º vol.. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 152-169.
- \_\_\_\_\_. (1993). “Vida quotidiana e sociabilidade”. In J. Mattoso (ed.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 5, pp. 517-541.
- Castillo Gómez, Antonio (2008). “Escrituras cotidianas en contextos educativos”. In Antonio Castillo Gómez (dir.) & Verónica Sierra Blás (ed.). *Mis primeros pasos*. Gijón: Ediciones Trea; pp. 9-16.
- Castro, Helena Costa Pinto dos Reis Miranda Ribeiro de (2007). *Teresa de Saldanha: Um projecto pedagógico inovador no século XIX, uma interrogação para o século XXI*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Ciências-Departamento de Educação.
- Castro, Helena de Fátima Gonçalves de (2000). *Emancipação da mulher e regeneração social no século XIX segundo Lopes Praça*. Dissertação de Mestrado em Filosofia de expressão portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Castro, Zília Osório & Esteves, João (dir.) (2005). *Dicionário no feminino (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Catroga, A. Fernando (1988). “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”. *Análise Social*, n.º 100 (211-273).
- \_\_\_\_\_. (2001). *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto.

- Ceia, Carlos (2000). *Normas para a apresentação de trabalhos científicos* (3.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Presença.
- Certeau, Michel de (2011). *A escrita da História* (3.<sup>a</sup> ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Cervo, A. L. & Bervian, P. A. (1983). *Metodologia Científica* (3.<sup>a</sup> ed.). S. Paulo: McGraw-Hill.
- Chartier, Roger (dir.) (1991). *La correspondance. Les usages de la letter au XIXe siècle*, Paris: Fayard.
- Clausse, A. (1976). *A Relatividade Educativa. Esboço de uma História e de uma Filosofia da Educação*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Clemente, Manuel (1987). “Teresa de Saldanha e a renovação católica em Portugal”. In M. R. Thiaucourt. *Madre Teresa de Saldanha: vida e obra*. Lisboa: Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena.
- \_\_\_\_\_ (1989). “Religião e ensino no debate oitocentista: Adolfo Coelho e D. António da Costa”. *Communio, Revista Internacional Católica*, I, VI (61-66).
- \_\_\_\_\_ (2002). “A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República”. In Carlos Moreira Azevedo (dir.). *História Religiosa de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 65-127.
- Coelho, Jacinto do Prado (Dir.) (1978). *Dicionário de Literatura* (3.<sup>a</sup> ed.). Porto: Livraria Figueirinhas.
- Corbin, Alain (1978). *Les fille de noce. Misère sexuelle et prostitution aux 19<sup>e</sup> et 20<sup>e</sup> siècles*. Paris: Aubier.
- \_\_\_\_\_ (1990). “O segredo do indivíduo”. In Philippe Ariès & Georges Duby (dir.). *História Privada— Da Revolução à Grande Guerra*, vol IV. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 419-501.
- Costa, D. António da (1870). *A instrução nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Coutinho, Azevedo (2010). *Guia do Viajante*. Braga: Fundação Bracara Augusta.
- Cruz, Manuel António Braga da (1980). “Braga no ano de 1882”. *Bracara Augusta*, vol. XXXIV (II Tomo), 78 (91). Braga: Câmara Municipal.
- Cunha, Adelaide Gonçalves da (1926). *A Ditosa*. Braga: Edição do Collegio de Regeneração.

- Dewey, John (2004). *Democracia y educación: Una introducción a la filosofía de la educación* (6ª ed.). Madrid: Ediciones Morata.
- Dias, José Ribeiro (1993). “Filosofia da Educação – Pressupostos, funções, métodos, estatutos”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, Tomo XLIX, Jan. – Junho, Fasc. 1-2 (3-28). Braga.
- Dosse, François (2009). *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo.
- Douvrain, Maurice (1970). *Madrinhas de Guerra*. Braga: Instituto Monsenhor Airosa.
- Eco, Umberto (1991). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas* (5.ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Faria, Manuel Ferraz (1999). *Banco do Minho. Princípio e fim de uma singular referência (1864-1930)*. Tese de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea. Braga: Universidade do Minho.
- Faustino, Maria da Assunção (2011). “As Dominicanas na Obra de Monsenhor Airosa”. In Ernesto Português (coord.). *Do Convento ao Instituto. Portas para a Vida*. Braga: Instituto Monsenhor Airosa, pp. 333-353-
- Fernandes, José Maria de Almeida (1958). *Monografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira: 1871-1958*. Caxias.
- Ferreira, António Matos (2002). “A constitucionalização da religião”. In Carlos Moreira Azevedo (dir.). *História Religiosa de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ferreira, José Augusto (1932). *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*. Tomo III. Braga: Edição da Mitra Bracarense.
- \_\_\_\_\_ (1934). *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*. Tomo IV. Braga: Edição da Mitra Bracarense.
- \_\_\_\_\_ (1937). *História abreviada do Seminário Conciliar de Braga e das Escolas Eclesiásticas Precedentes*. Braga: Edição da Mitra Bracarense.
- Fernandes, Rogério (1992). *O pensamento pedagógico em Portugal* (2.ª ed.). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- \_\_\_\_\_ (1994). *Os Caminhos do ABC. Sociedade portuguesa e ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora.

- \_\_\_\_\_ (2004). “Orientações pedagógicas das ‘Casas de Asilo da Infância Desvalida’ (1834-1840)”. In M. Felgueiras & M. C. Menezes (eds.). *Rogério Fernandes: Questionar a sociedade, interrogar a história, (re)pensar a educação*. Porto: Afrontamento, pp. 453-475.
- Figueiredo, Antero de (1928). *O último olhar de Jesus*. Lisboa: Bertrand.
- Filipe, Nuno (1990). *Teresa de Saldanha. Uma vida para os outros*. Lisboa: Congregação Portuguesa das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena.
- Fonseca, Ângelo (1902). *Da prostituição em Portugal*. Porto: Typographia Ocidental.
- Fragata S. J., Júlio (1967). *Noções de metodologia para a elaboração de um trabalho científico*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- Freitas, Bernardino José de Sena (1890). *Memórias de Braga* (5 vols.). Braga: Imprensa Católica.
- Gomes, Ângela de Castro (org) (2004). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1988). “Situação Actual da História da Educação em Portugal”. In J. F. Gomes; Rogério Fernandes & Rui Grácio. *História da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (1993). “A Investigação em História da Educação em Portugal”. In A. Nóvoa & J. Ruiz Berrio (eds.). *A História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e Actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Sociedad Española de Historia de la Educación, pp. 55-64.
- \_\_\_\_\_ (1995). *Para a História da Educação em Portugal*. Porto: Porto Editora.
- \_\_\_\_\_ (2005). “O Padre António de Oliveira (1867-1923)”. *Interacções*, n.º 1 (108-123).
- Gomes, Joaquim da Silva (2004). *Antologia de Bracarenses Ilustres*. Braga: Ed. de Autor.
- Grave, João (1914). *Reflorir*. Porto: Livraria Chardron, de Lelo & Irmão.
- Guimarães, Augusta das Dores Lopes da Silva Xavier (1998). *A Caridade em Braga: Iniciativas da segunda metade do século XIX*. Tese de Mestrado. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Himalaya, Padre (2013). *Antologia com textos inéditos*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.

- Jardim, José Maria (1995). “Invenção da memória nos arquivos públicos”. *Ciência da Informação*, vol. 25, número 2. Brasília.
- Justino, David (2010). *Difícil é educa-los*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e David Justino.
- Ketele, Jean-Marie de & Roegiers, Xavier (1993). *Metodologia da recolha de dados*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Kneipp, Seb. (1897). A sua biografia, o seu novo Sistema hidroterápico, as suas obras populares. Braga: Livraria Escolar Editora Cruz.
- Le Goff, J. (1996). *Saint Louis*. Paris: Gallimard.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Saint François d’Assise*. Paris: Gallimard.
- Léon, Antoine (1984). *L’Histoire de l’Éducation aujourd’hui*. Paris/Lausanne: Unesco/Delachaux & Niestlé.
- Lessa, Elisa Maria Maia da Silva (1998). *Os Mosteiros Beneditinos Portugueses (séculos XVII a XIX): Centros de ensino e prática musical*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova.
- \_\_\_\_\_. (2011). “O Fundo Musical do Instituto Monsenhor Airosa – Testemunho de Louvor, Educação e Cultura”. In Ernesto Português (coord.). *Do Convento ao Instituto. Portas para a Vida*. Braga: Instituto Monsenhor Airosa, pp. 373-384.
- Levi, Giovanni (1989). “Les usages de la biographie”. *Annales ESC*, 44 (6) (1325-1336).
- Liberato, Maria Isabel Viegas (2000). “Da tolerância da prostituição à exclusão social da prostituta (1841-1926)”. In *Exclusão na história. Actas do Colóquio Internacional sobre exclusão social*. Oeiras: Celta Editora, pp. 53-68.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Sexo, ciência, poder e exclusão social. A tolerância da prostituição em Portugal (1841-1926)*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Lopes, António da Costa (1970). *No Centenário do Instituto Monsenhor Airosa: opúsculo informativo e comemorativo*. Braga: Instituto Monsenhor Airosa.
- \_\_\_\_\_. (1977). *Reeducar. Documentação viva sobre um difícil tema* (Entrevista). Braga: Instituto Monsenhor Airosa.



- \_\_\_\_\_ (1978). *Cem anos de bem-fazer: As Dominicanas Portuguesas no Instituto Monsenhor Airoso*. (Separata das Actas do I Encontro sobre História Dominicana). Braga.
- \_\_\_\_\_ (1979). *O Dr. Manuel Monteiro e Mons. Airoso*. Braga: Instituto Monsenhor Airoso.
- \_\_\_\_\_ (1980). “Airoso, João Pedro Ferreira”. In António Alberto Banha de Andrade (dir.). *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 1.º vol. Lisboa: Editorial Resistência, pp. 86-87.
- \_\_\_\_\_ (1997). *A vivência do valor supremo em Ana Plácido*. Braga: Instituto Monsenhor Airoso.
- Lopes, M. A. (1993). “Os pobres e a assistência pública”. In J. Mattoso (ed.). *História de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 501-515.
- Loriga, Sabina (1998). “A biografia como problema”. In Jacques Revel (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Madureira, Arnaldo (2003). *A questão religiosa na I República: Contribuições para uma autópsia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Magalhães, Justino (1998). “Uma história das instituições educativas”. In Ernesto Português. *Seminário de Nossa Senhora da Conceição. Braga. Aspectos Histórico-Pedagógicos*. Braga: Oficina de S. José.
- \_\_\_\_\_ (1999). “Contributo para a História das instituições educativas – entre memória e arquivo”. In R. Fernandes & J. Magalhães (eds.). *Para a história do ensino liceal em Portugal. Actas dos colóquios do I centenário da reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*. Braga: Universidade do Minho, pp. 63-77.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas*. Bragança Paulista (SP-Brasil): Editora Universitária São Francisco.
- \_\_\_\_\_ (2007). “A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – A investigação em história das instituições educativas”. *Educação Unisinos*, n.º 11 (2) (69-74). São Leopoldo (RS-Brasil): Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- \_\_\_\_\_ (2010a). *Da cadeira ao banco: Escola e modernização (séculos XVIII-XX)*. Lisboa: EDUCA.

- \_\_\_\_\_. (2010b). “Prefácio”. In Ernesto Português. *Caderno de contas de um barbeiro. Memórias de Monção*. Monção: Câmara Municipal de Monção, pp. 9-15.
- Manuel Monteiro. *Um Homem no seu tempo* (1980). Braga: Universidade do Minho/ Biblioteca Pública de Braga/ Museu Nogueira da Silva.
- Maringoni, Gilberto (2011). “Império de Crises”. *Desafios do Desenvolvimento*, Ano 8, n.º 67 (77). Brasília.
- Marques, A. H. de Oliveira (1977). *Guia de História da I República Portuguesa*. Lisboa: Estampa.
- \_\_\_\_\_. (1991). “Amor e sexo”. In A. H. de Oliveira Marques (coord.). *Nova História de Portugal – Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI (dir. Joel Serrão e Oliveira Marques). Lisboa: Presença, pp. 651-658.
- Marques, José (2000). “Braga. Arquidiocese de”. In Carlos Moreira de Azevedo (coord.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores/Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, pp. 220-253.
- Marquês de Fronteira (1929). *Memórias*, Parte V-VI. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 119.
- Marrou, H.-I (1974). *Do Conhecimento Histórico* (3.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Editorial Aster.
- Martins, A. Rocha (1985). *Reflexões Im-Pertinentes... Estertores de uma época... Alvorecer de novos tempos... Factos – Personalidades – Comentários*. Barcelos: Ed. de Autor, pp. 126-129.
- Martins, Ernesto Candeias (2012a). *Proteção Social e Educação de Menores. O Padre António Oliveira (1867-1923)*. Lisboa: Editora Caritas.
- \_\_\_\_\_. (2012 b). *Criminalidade, Geração e Educação de Menores. Seleção de textos da obra do Padre António d’Oliveira (1867-1923)*. Lisboa: Editora Caritas.
- Matos, Maria Izilda Santos de (2013). “Escritas e Mobilidades. Possibilidades de pesquisa e perspectivas didáticas Portugal e Brasil”. In Henrique Rodrigues & Ernesto Português (coord.). *Escritas privadas, da mobilidade e da guerra*. Monção: Câmara Municipal de Monção, pp. 39-58.

- Matos, Sérgio Campos (1997). “Política de Educação e Instrução Popular no Portugal oitocentista”. *CLIO* – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri, pp. 85-107.
- Mattoso, José (dir.) (1993). *História de Portugal – O Liberalismo*, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mattoso, José (dir.) (2011). *História da vida privada em Portugal. A Época Contemporânea* (coord. de Irene Vaquinhas). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mattoso, José (2012). *Levantar o céu. Os labirintos da sabedoria*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mendonça, José Tolentino (2013). “A floresta a crescer”. *Revista*, 4 de Maio (6). Lisboa: Expresso.
- Mónica, Maria Filomena (2010). “A Condessa de Rio Maior”. *Vidas*. Lisboa: Alêtheia Editores, pp. 53-117.
- Moura, Maria Lúcia de Brito (2004). *A Guerra religiosa na Primeira República*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias.
- Navarro, Bruno J. (2011). *Governo de Pimenta de Castro. Um General no labirinto político da I República*. Lisboa: Assembleia da República.
- Neto, Vítor (1993). “O estado e a igreja”. In J. Mattoso (ed.). *História de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 265-283.
- \_\_\_\_\_ (1998). *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda.
- Neves, Maria Manuela (2011). “A Tecelagem”. In Ernesto Português (coord.). *Do Convento ao Instituto. Portas para a Vida*. Braga: Instituto Monsenhor Airosa, pp. 385- 411.
- Nicolau, R. M. (1996). *Teresa de Saldanha: uma vivência cristã no feminino*. Lisboa: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.
- \_\_\_\_\_ (2002). *Memória das datas, 1866-2002. Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena*. Lisboa: Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena.
- No Centenário do Instituto Monsenhor Airosa*: Braga: IMA (ABIMA – n.º 49, 1-3)
- Not, Louis (1991). *Ensinar e Fazer Aprender*. Porto: ASA.

- Nóvoa, António (s.d.). “A Educação Nacional”. In Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques (dir.). *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo*, vol. XII (dir. Fernando Rosas). Lisboa: Presença, pp. 455-519.
- \_\_\_\_\_ (1988). “A República e a Escola. Das intenções Generosas ao Desengano das Realidades”. *Revista Portuguesa de Educação*, 1 (3), (pp. 29-60). Braga: Universidade do Minho.
- \_\_\_\_\_ (1992). “Inovação e História da Educação”. *Teoria e Educação*, n.º 6 (210-220).
- \_\_\_\_\_ (1993). “Perspectivas de Renovação da História da Educação em Portugal”. In A. Nóvoa & J. Ruiz Berrio (eds.). *A História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Sociedad Española de Historia de la Educación, pp. 55-64.
- Nunes, Henrique Barreto (1980). *Manuel Monteiro: notas bio-bibliográficas*. Braga: Universidade do Minho/ Biblioteca Pública de Braga.
- O Céu na Terra. Apelo vibrante às mulheres de Portugal* (s.d.) (ABIMA – 19, 1-5)
- Oliveira, Eduardo Pires de (1982). *Estudos Bracarenses. As Alterações Toponímicas (1380-1980)*. Braga: ASPA.
- \_\_\_\_\_ (1992). “Braga, Igreja da Regeneração”. *Itinerarium*, n.º 143-144 (440).
- \_\_\_\_\_ (1995). *Estudos sobre Braga os séculos XIX e XX em Braga*. Braga: Edições APPACDM.
- \_\_\_\_\_ (1999). *Braga – percursos e memória de granito e oiro*. Porto: Campo das Letras.
- \_\_\_\_\_ (2006). *A Capela de São Miguel-o-Anjo*. Braga: Irmandade de Nossa Senhora do Ó.
- \_\_\_\_\_ (2010). “A arte em Braga”. In José Viriato Capela & Henrique Barreto Nunes (coord.). *Braga. Roteiros Republicanos*. Lisboa: Quidnovi, pp. 64-71.
- Oliveira, Maria da Glória de (2011). *Escrever vidas, narrar a história: A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Oliveira, P.º António de (1918). *Criminalidade. Educação*. Livrarias Aillaud e Bertrand: Paris-Lisboa.
- Oliveira, P.º Miguel de (2001). *História Eclesiástica de Portugal* (2.ª ed.). Lisboa: Publicações Europa-América.

- Olson, David R. (2005). *L'école entre institution et pédagogie*. Paris: Retz.
- Ortigão, Ramalho (1990). *As farpas: o país e a sociedade portuguesa*, vol. 5. Lisboa: Clássica Editora.
- Pais, José Machado (1984). “Prostituição e moral pública no século XIX”. In Francisco Ignacio dos Santos Cruz. *Da prostituição na cidade de Lisboa (1841)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 17-34.
- Pellico, Silvio (1924). *A Desditosa*. Braga: Colégio de Regeneração.
- Pimentel, Jeronymo da Cunha (1884). *A beneficencia no districto de Braga: projecto para a sua organização pelo governador civil do districto*. Porto: Typ. Comercial Portuenese.
- Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da 1ª República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- \_\_\_\_\_. (2003). “Construção histórica da noção de democratização do ensino. O contributo do pensamento pedagógico português”. In M. M. Vieira; J. Pintassilgo & B. P. Melo (org.). *Democratização escolar: Intenções e apropriações*. Lisboa: Centro de Investigação em Educação, pp.119-141.
- Pinto, Teresa (2001). *O ensino industrial feminino oitocentista. A Escola Damião de Góis em Alenquer*. Lisboa: Edições Colibri.
- Português, Ernesto (1998). *Seminário de Nossa Senhora da Conceição – Braga. Aspectos histórico-pedagógicos*. Braga: Oficina de S. José.
- \_\_\_\_\_. (2000). “O Seminário de Braga no Estado Liberal. O Curso de Preparatórios – 1865-1874”. In M. Alte Veiga & Justino Magalhães. *Prof. Dr. José Ribeiro Dias. Homenagem*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Cadernos de contas de um barbeiro de Monção. Memórias de Monção*. Monção: Câmara Municipal de Monção.
- \_\_\_\_\_. (2011a). “Da Casa d’Abrigo e Colégio de Regeneração à morte de Monsenhor Airosa (1869-1931). In Ernesto Português (coord.). *Do Convento ao Instituto. Portas para a vida*. Braga: Instituto Monsenhor Airosa, pp. 179-229.
- \_\_\_\_\_. (2011b). “Monsenhor João Pedro Ferreira Airosa (1836-1931). Fundador e 1.º Director do Colégio de Regeneração”. In Ernesto Português (coord.). *Do Convento ao Instituto. Portas para a vida*. Braga: Instituto Monsenhor Airosa, pp. 281-299.

- \_\_\_\_\_ (2012). “Colégio de Regeneração (Braga) – 1869-1931. Em torno do modelo pedagógico de uma instituição singular”. In *Atas do IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pp. 2773-2785.
- \_\_\_\_\_ (2014). “Propriedades de S. João da Portela (Monção), foreiras ao Convento/Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga, no século XIX”. In *Monção entre muralhas, com tantas portas quantos os sentidos*. Monção: Casa Museu de Monção – Universidade do Minho, pp. 199-211.
- Ramos, R. (1993). “Os desenraizados”. In J. Mattoso (ed.), *História de Portugal*, vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 299-331.
- Reis, A. C. (1988). *O liberalismo em Portugal e a igreja católica*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Relatório das Filhas de Maria – 1869 (1870)*. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes.
- Ribeiro, M. M. (1993). “A regeneração e o seu significado”. In J. Mattoso (ed.), *História de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 121-129.
- Ricoeur, Paul (1991). *Temps et récit*. t. 3. Paris: Seuil.
- Rodrigues, António Simões (coord.) (1994). *História de Portugal em datas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rodrigues, Jacinto (1999). *A conspiração solar do Padre Himalaya*. Porto: Cooperativa de Actividades Artísticas.
- Rodrigues, Jacinto & Oliveira, Rosa (2013). *Padre Himalaya. Antologia com textos inéditos*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.
- Rocha, Manuel Joaquim Moreira da (1966). *Manuel Fernandes da Silva. Mestre e Arquitecto de Braga 1693-1751*. Porto: Colecção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.
- Ruiz Berrio, Julio (1976). “El Metodo Historico en la Investigacion”. *Revista Española de Pedagogia*, n.º 134, Año XXXIV, Octubre-Diciembre. Madrid.
- Sá, Vítor (1980). *Manuel Monteiro, ou a República inviável*. Braga: Universidade do Minho/Biblioteca Pública de Braga.

- Saldanha, Teresa de (2006). *Cartas de Teresa de Saldanha na Primeira República 1910-1915*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- \_\_\_\_\_ (2012a). *Cartas à família e amigos*, vol. I. Lisboa: Alêtheia Editores.
- \_\_\_\_\_ (2012b). *Cartas a eclesiásticos e religiosas*, vol. II. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Santos, Carlos Oliveira (1982). “A prostituição em Portugal nos séculos XIX e XX”. *História* n.º 41, Março de 1982 (2-21).
- Santos, L. A. (2002). “A transformação do campo religioso português”. In M. Clemente & A. M. Ferreira (eds.). *História religiosa de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 419-491.
- Santos, Maria de Fátima Soares dos & Alves, Marta Joana Rocha (2006). *Projecto no IMA. Análise da viabilidade da Secção de Tecelagem*. Braga.
- Saraiva, António José & Lopes, Óscar (1975). *História da Literatura Portuguesa* (8.<sup>a</sup> ed.). Porto: Porto Editora.
- Schmidt, Benito Bisso (2004). “Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica”. *História Unissinos*, vol. 8, n.º 10, Jul/Dez (131-142).
- Seabra, Eurico de (1914). *A Igreja, as Congregações e a República: A separação e as suas causas*. Lisboa: Clássica.
- Serrão, Joel & Marques, A. H. de Oliveira (dir.) (1991). *Nova História de Portugal – Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI. Lisboa: Editorial Estampa.
- \_\_\_\_\_ (2002). *Nova História de Portugal – Portugal e a instauração do Liberalismo*, vol. IX. Lisboa: Editorial Presença.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Nova História de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1890)*, vol. X. Lisboa: Editorial Estampa.
- Silva, Albertina & Andrade, Maria Francisca (2011). “Património Móvel”. In Ernesto Português (coord.). *Do Convento ao Instituto. Portas para a Vida*. Braga: Instituto Monsenhor Airosa, pp. 413-420.
- Silva, Armando Malheiro da (2009). “Arquivologia e Gestão da Informação/ Conhecimento. Informação & Sociedade: Estudos, vol. 19, n.º 2 (47-52). Maio/Agosto. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

- \_\_\_\_\_. (2013). “A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico”. <http://hdl.handle.net/10216/22537>
- Silva, Francisco Vieira da (2013). *Estamos Pobres! O grito de silêncio de Braga em 1930*. Lisboa: Chiado Editora.
- Sousa, Amadeu José Campos de (2004). *Braga do entardecer da Monarquia ao tempo da I República (1890-1926)*. Braga: Casa do Professor.
- Sousa, Fátima & Alves, Joana (2006). *Revitalização de uma pequena fábrica têxtil artesanal do século XIX – Tempos de produção e custos*. Texto policopiado.
- Souza, E. G. (2009). “Arquivos históricos escolares: Descrição e possibilidades de criação de banco de dados de fontes documentais para a História da Educação Brasileira”. In *VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas*. Campinas, SP. *História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas*. Campinas: FE/UNICAMP, 2009. v. 1 (pp. 1-15).
- Souza, Élmario R. Azevêdo & Nobre, Itamar de Moraes (2012). *Fotografia como Documento e Memória*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Comunicação ao XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste).
- Thiancourt, Madre Maria Rosa (1987). *Madre Teresa de Saldanha. Vida e obra*. Lisboa: Congregação Portuguesa das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena.
- Torres, Alberto Pinheiro (1905). *Memória Histórica do Colégio de Regeneração de Braga* (2.<sup>a</sup> ed.). Braga: Tipografia a Vapor de J. M. de Sousa Cruz.
- Vala, Jorge (1986). “A análise de conteúdo”. In Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Varela, J. & Alvarez-Uría, F. (1991). *Arqueologia de la Escuela*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta.
- Veloso, Gastão Ribeiro Pereira (2011). *A dádiva numa Instituição de Solidariedade Social de Inspiração Cristã*. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica Portuguesa.
- Vaz, A. Luís (1963). “Airosa (P.<sup>e</sup> João Pedro Ferreira)”. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 1.<sup>o</sup> vol. Lisboa: Editorial Verbo.



- Vial, J. & Mialaret, G. (dir.) (s/d). *História Mundial da Educação*, vols. I-IV. Porto: Rés Editora.
- Vida e obra de Monsenhor Airosa* – 140.º aniversário da fundação do IMA (2009). Braga: Instituto Monsenhor Airosa (ABIMA – n.º 41, 1-3).
- Vidigal, Luís (1996). *Os testemunhos orais na escola. História oral e projectos pedagógicos*. Porto: ASA.
- Vieira, José Carlos S. Alves (1930). *Para a História do Sameiro*. Vieira do Minho: Ed. de Autor.
- Vieira, Lucas Schuab (2013). *A Imprensa como fonte para a pesquisa em História: Teoria e método*. [www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf)
- Vovelle, Michel (1985). “De la biographie à l’étude de cãs”. In *Problèmes et méthodes de la biographie*. Actes du colloque (mai). Paris, p. 191.